



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

**MENSAGEM Nº 42, DE 2013-CN
(nº 213/2013, na origem)**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL PARA O
PERÍODO 2012/2015**

ANO BASE 2012

VOLUME IV

ANO LXVIII – SUP. “D” AO Nº 082 – TERÇA-FEIRA, 04 DE JUNHO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25 Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (102) Cyro Miranda (31,103) Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Plano Mais Brasil PPA 2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012

VOLUME II - TOMO III
MONITORAMENTO TEMÁTICO

Políticas de
Desenvolvimento Produtivo
e Ambiental





MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS



RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012

VOLUME II - TOMO III

MONITORAMENTO TEMÁTICO

Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

Brasília - DF, Maio/2013



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K

FONE: 55 (61) 2020.4080

FAX: 55 (61) 2020.4498

CEP: 70040-906 – Brasília – DF

Site: www.planejamento.gov.br

© 2013, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de
Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : Relatório Anual da avaliação : ano base
2012 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. - Brasília :
MP/SPI, 2013.

5v.

Conteúdo parcial : Monitoramento temático : Políticas de desenvolvimento
produtivo e ambiental, v.2, t.3.

1. Plano Plurianual - 2012-2015 – Brasil. 2. Ciência – tecnologia
inovação. 3. Comércio exterior. 4. Turismo. 5. Biodiversidade. 6. Reforma
agrária. 7. agricultura. 8. agropecuária. 9. pesca. I. Secretaria de Planejamento
e Investimento Estratégico – SPI.

CDU 338.26"2012-2015"(81)
v.2, t. 3

República Federativa do Brasil

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministros:

Advogado Geral da União

Luís Inácio Lucena Adams

Ministra-chefe da Casa Civil

Gleisi Helena Hoffmann

Ministro-chefe da Controladoria Geral da União

Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Marco Antônio Raupp

Ministra de Estado da Cultura

Marta Suplicy

Ministro de Estado da Defesa

Celso Amorim

Ministro de Estado da Educação

Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Ministro de Estado da Integração Nacional

Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Marcelo Bezerra Crivella

Ministro de Estado da Previdência Social

Garibaldi Alves Filho

Ministro de Estado da Saúde

Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro de Estado das Cidades

Aguinaldo Ribeiro

Ministro de Estado das Comunicações

Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Antonio de Aguiar Patriota

Ministro de Estado de Minas e Energia

Edison Lobão

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Fernando da Mata Pimentel

Ministro de Estado do Esporte
José Aldo Rebelo

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Gastão Dias Vieira

Ministro de Estado dos Transportes
César Augusto Rabello Borges

Ministro de Estado-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-chefe Interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Marcelo Côrtes Neri

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Wellington Moreira Franco

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Maria do Rosário Nunes

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
José Leônidas de Menezes Cristino

Ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Helena Chagas

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Relações Institucionais
Ideli Salvatti

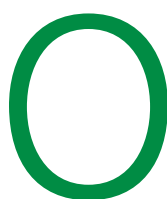
Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministro de Estado-chefe do Gabinete de Segurança Institucional
José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL	9
INTRODUÇÃO	11
POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL	13
2055 - Desenvolvimento Produtivo	15
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	49
2047 - Micro e Pequenas Empresas	71
2023 - Comércio e Serviços	81
2024 - Comércio Exterior	87
2076 - Turismo	113
2050 - Mudanças Climáticas	125
2018 - Biodiversidade	137
2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	167
2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental	181
2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	191
2012 - Agricultura Familiar	209
2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	229
2013 - Agricultura Irrigada	259
2028 - Defesa Agropecuária	271
2042 - Inovações para a Agropecuária	289
2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos	303
2052 - Pesca e Aquicultura	313
ANEXO - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS	333

APRESENTAÇÃO GERAL

Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório de Avaliação Anual do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2012, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, o presente Relatório também auxilia a gestão e o aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Merece destaque neste primeiro ano de vigência do PPA a continuidade dos avanços sociais decorrentes da implementação de políticas relacionadas ao resgate e à ampliação da capacidade de planejamento e investimento do Estado brasileiro; à universalização de direitos sociais com inclusão de segmentos populacionais historicamente desfavorecidos; à participação social na formulação e implementação das políticas; às medidas econômicas para fomentar o mercado interno; e à postura ativa do governo na regulação da oferta de bens e serviços.

Foram fortalecidas as políticas de natureza universal relacionadas à educação, ao trabalho, à saúde, à assistência e à seguridade social, além de estendidos os programas de transferências de renda, de garantia de segurança alimentar e de fomento à agricultura familiar e de preservação do meio ambiente. Cabe também frisar os avanços obtidos na atuação do Estado como investidor e indutor do investimento privado nas áreas de infraestrutura e das políticas industrial e tecnológica.

Nesse contexto de transformações significativas para o País, foi elaborado o presente Relatório, que consiste no primeiro conjunto de informações estruturadas a partir do Módulo de Monitoramento Temático do PPA 2012-2015, organizado fundamentalmente

Plano Mais Brasil

a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2012. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa.

Com o objetivo de facilitar a leitura, o documento está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado ao Monitoramento dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende o Monitoramento dos Programas Temáticos do PPA, apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I - Políticas Sociais; II - Políticas de Infraestrutura; III - Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV - Políticas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nela retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas, bem como atuar de forma proativa na superação dos gargalos existentes à implementação do PPA, orientando a atuação do Governo Federal no sentido de construir um Brasil mais justo e igualitário.

Boa leitura!

Miriam Belchior

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente documento é o Volume 1 do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal para o período 2012-2015, ano base 2012. Neste volume o objeto de avaliação é a consecução, no primeiro ano de execução do PPA, das orientações anunciadas em sua dimensão estratégica. No volume 2 esta análise é complementada pela descrição e avaliação da evolução dos indicadores e metas do Plano (dimensão tática do PPA), bem como pelo acompanhamento da execução orçamentário-financeira dos programas do Governo Federal no exercício de 2012.

O Brasil no ano passado se deparou com grandes desafios relacionados a um cenário econômico global adverso. A incerta retomada nos Estados Unidos, os problemas fiscais e monetários da União Europeia, e a desaceleração das economias emergentes representaram deterioração do cenário externo, conjugada à acentuação da concorrência internacional.

Em que pesem as dificuldades trazidas pelo quadro internacional, o Brasil continuou a avançar em 2012, ampliando o emprego e reduzindo a pobreza. Isso significa que as políticas públicas do Governo Federal e as mudanças em curso no país continuam na direção correta, com destaque para: o Plano Brasil Sem Miséria e a busca pela erradicação da pobreza extrema, que está próxima de se tornar realidade; o Programa de Aceleração do Crescimento e o reforço dos investimentos em infraestrutura; o Programa Minha Casa Minha Vida e a melhoria das condições habitacionais dos brasileiros mais necessitados; os estímulos à produção por meio da desoneração tributária; o reforço da tendência de redução histórica da taxa básica de juros; a queda do preço das tarifas de energia; a continuidade da diminuição do desmatamento; e a manutenção das taxas de desemprego em seus mais baixos níveis históricos.

Tais avanços resultam da vitalidade da sociedade brasileira e da estratégia de desenvolvimento do Governo Federal que vem sendo anunciada desde o PPA 2004-2007.



Plano Mais Brasil

Tal estratégia enfatiza a necessidade de convergência entre políticas sociais, econômicas e ambientais, com vistas à promoção da inclusão social e melhoria da distribuição de renda, de forma a efetivar a universalização e a institucionalização dos direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. O PPA 2012-2015 reforça este compromisso com o desenvolvimento inclusivo reafirmando, numa quadra histórica de reordenamento dos polos dinâmicos da economia mundial, a importância do Estado e da democracia: seja na indicação em conjunto com a sociedade do futuro desejado, seja no provimento de meios e coordenação com o setor privado para o alcance da visão de futuro perseguida.

Além desta Introdução, o presente volume conta com uma seção sobre a estratégia nacional de desenvolvimento e 6 seções referentes aos eixos de políticas públicas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão. Por fim, é apresentada uma seção conclusiva que consolida os desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Dispendios empresariais (privados e públicos) em P&D em relação ao PIB	%	31/12/2010	0,55	31/12/2010	0,55
Idade média da frota - apoio marítimo	ano	31/12/2010	14,67	31/12/2011	13,12
Idade média da frota - apoio portuário	ano	31/12/2010	22,49	31/12/2011	17,93
Idade média da frota - cabotagem e longo curso	ano	31/12/2010	18,32	31/12/2011	17,43
Idade média da frota - navegação interior (autorizadas)	ano	31/12/2010	16	31/12/2011	18
Índice de demanda de energia pelas indústrias em relação ao produto Interno Bruto Industrial (PIB indústria)	tep/R\$ milhão	31/12/2010	150,7	31/12/2011	142,5
Intensidade de agregação de valor na indústria de transformação	%	31/12/2009	44,3	31/12/2010	44,1
Participação da indústria de alta- e média-alta tecnologia no Valor da Transformação Industrial Total Brasileira	%	31/12/2009	32,9	31/12/2010	33,8
Taxa de investimento fixo em relação ao PIB	%	01/12/2010	19,5	31/12/2012	18,14

Observações:

Dispendios empresariais (privados e públicos) em P&D em relação ao PIB - Dados preliminares referentes a 2010. Fonte: <http://goo.gl/vZmTk> (atualizada em 08/03/2012). Dados da Pintec/IBGE ainda não divulgados.

Idade média da frota - apoio marítimo - Dado obtido na Tabela 1.15, do Anuário Estatístico 2011, da Antaq.

Idade média da frota - apoio portuário - Dados obtidos na Tabela 1.13 do Anuário Estatístico Aquaviário 2011, da Antaq.

Idade média da frota - cabotagem e longo curso - Dado obtido na Tabela 1.11 do Anuário Estatístico Aquaviário 2011, da Antaq.

Idade média da frota - navegação interior (autorizadas) - Dado obtido na Tabela 1.2.2 do Anuário Estatístico Aquaviário 2011, da Antaq.

Intensidade de agregação de valor na indústria de transformação - Dados obtidos na Pesquisa Industrial Anual do IBGE. O valor de referência foi preenchido errado e o valor correto em 2009 era de 44,3%.

Participação da indústria de alta- e média-alta tecnologia no Valor da Transformação Industrial Total Brasileira - Dado obtido na Pesquisa Industrial Anual do IBGE. O valor de 2009 foi corrigido para 32,9% (Dado obtido à página 31 do Balanço Executivo do Brasil Maior)

Taxa de investimento fixo em relação ao PIB - Dado de 2012 obtido no site do IBGE.

OBJETIVO: 0194 - Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento, a incorporação e a utilização de tecnologias nos sistemas de saúde, bem como a sua sustentabilidade, estão inseridos em contextos sociais e econômicos, que derivam da contínua produção e consumo de bens e produtos. O crescimento contínuo dos gastos em saúde, em virtude da produção cada vez maior de novas tecnologias e das mudanças



no perfil epidemiológico das populações tem levado a necessidades diversificadas de atenção, implicando a necessidade de desenvolver mecanismos de articulação entre os setores envolvidos na produção, incorporação e na utilização de tecnologias nos sistemas de saúde.

O fomento ao complexo da saúde se baseia no financiamento da produção dos insumos estratégicos, no fortalecimento da produção para favorecer o acesso a equipamentos e materiais de uso em saúde, fármacos e medicamentos desenvolvidos nacionalmente e em acordo com as linhas de cuidado prioritárias, - articulando programas da assistência farmacêutica com a modernização da rede de laboratórios públicos - e no uso do poder de compra governamental, sobretudo para estimular a produção no País, mediante Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) e transferências de tecnologia para produção local de vacinas.

No ano de 2012 foram introduzidas inovações decisivas no marco regulatório brasileiro de compras governamentais direcionados para o Complexo da Saúde, com dois destaques: i) a regulamentação da utilização das margens de preferência aplicadas para medicamentos, (bio)fármacos e para equipamentos e produtos médicos, com escalonamento até o teto de 25%, segundo importância estratégica-tecnológica e para saúde (Decretos nº 7.713/2012 e nº 7.767/2012) e; ii) a dispensa de licitação na contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), e não aplicação do limite temporal de criação do Órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que produzem produtos estratégicos para o SUS (Lei 12.715/2012).

As Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs) permitem negociar reduções significativas e progressivas de preços, na medida em que a tecnologia é transferida e desenvolvida. Essa estratégia alcançou 55 PDPs formalizadas para a produção de 54 produtos finais – sendo 47 medicamentos acabados, 1 DIU, 1 kit para teste rápido, 1 projeto de P&D e 5 vacinas, abrangendo 21 grupos terapêuticos. Essas parcerias envolvem atualmente 50 parceiros, 15 laboratórios públicos e 35 privados, nacionais e estrangeiros, resultando na produção de oito novos medicamentos: Tenofovir (antirretroviral), Clozapina, Quetiapina e Olanzapina (antipsicóticos), Toxina Botulínica (relaxante muscular), Tacrolimo (imunossupressor) e Rivastigmina e Donepezila (doença de Alzheimer), que, somados as três vacinas, totalizam 11 produtos oriundos de PDPs em condições de serem adquiridos para disponibilização pelo SUS. Estima-se que as PDPs incorporam economias significativas para o SUS, em média, cerca de R\$ 2,7 bilhões anuais. Ao mesmo tempo o País vai deixar de importar, quando todas as PDPs que estiverem em operação, em torno de US\$ 2,25 bilhões/ano, contribuindo para um novo cenário de inovação e produção no País e para tornar o SUS mais sustentável e menos vulnerável diante dos mecanismos de mercado.

Também foi firmado contrato de transferência de tecnologia com laboratório privado com objetivo de reduzir a dependência do mercado externo para o fornecimento de hemoderivados, minimizar as dificuldades inerentes ao uso de um medicamento produzido a partir do plasma humano e disponibilizar aos pacientes hemofílicos o fator VIII recombinante. Foram ainda realizadas 162 (até 15/11/2012) visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia nas cinco regiões do País, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH).

Com relação à qualificação do plasma para uso industrial, foram qualificados 117 serviços de hemoterapia, fornecedores de plasma para uso industrial por entidades públicas e privadas. Entre setembro de 2011 e outubro 2012 foram enviados para beneficiamento no exterior, 15 lotes que correspondem a aproximadamente 106 mil litros de plasma para fracionamento e posterior distribuição dos medicamentos hemoderivados ao SUS.

Em 2012 foi finalizada a implantação de 14 plataformas para teste dos ácidos nucleicos - NAT na Hemorrede Nacional. Essa iniciativa tem por objetivo que 100% das bolsas de sangue oriundas de doação voluntária nos serviços de hemoterapia públicos e privados contratados pelo SUS, sejam testadas pela metodologia do NAT brasileiro, diminuindo assim, o risco de transmissão de patógenos em transfusões de sangue.

Metas 2012-2015

- **Adequação e ampliação do parque produtivo de produtos e serviços estratégicos para atendimento ao SUS, em especial de centros de pesquisa biomédica responsáveis pela produção de soros e vacinas**

Análise Situacional da Meta

O Programa para o Desenvolvimento Produtivo do Complexo Industrial da Saúde (Procis), adotou, em 2012, uma série



de medidas para o fortalecimento da indústria nacional de medicamentos, insumos e equipamentos, aportando cerca de R\$259 milhões em 64 projetos destinados a infraestrutura, desenvolvimento e inovação, qualificação da gestão e da mão-de-obra de 14 laboratórios oficiais produtores e 7 Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs).

- **Ampliar a produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, passando de 8% em 2011 para 35% até 2015**

Análise Situacional da Meta

São considerados como “produtos de maior conteúdo tecnológico” os medicamentos constantes na lista de aquisições de Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), vacinas, programas estratégicos do Ministério da Saúde e que compõem a lista de produtos de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs). Já foram registrados os seguintes produtos: tenofovir (FUNED) e tenofovir (LAFEPE), Tacrolimo (Farmanguinhos) e Rivastigmina (IVB), dentre outros.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar a produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas, passando de 20% em 2011 para 60% até 2015**

Análise Situacional da Meta

A patente do medicamento oncológico Imatinibe expirou em abril de 2012 e em dezembro do mesmo ano foi publicado o registro deste medicamento produzido em solo nacional pelo seguinte consórcio de parceiros públicos e privados que conformam esta PDP: Farmanguinhos/Fiocruz, Instituto Vital Brazil (IVB), EMS/Laborvida, Cristália, Globe Química e Alfa Rio.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar de 20 para 40 o número de projetos de pesquisa clínica realizadas na FIOCRUZ**

Análise Situacional da Meta

A coordenação da RFPC – Rede Fiocruz de Pesquisa Clínica, que está em construção, informa que o Programa de Fomento da Fiocruz, o PDTSP, financia 16 pesquisas com estas características, mas há muitas outras na Fiocruz que não são financiadas pelo PDTSP.

Há estimativa de aproximadamente 40 pesquisas em andamento, mas o mapeamento só será concluído no segundo semestre de 2013.

Meta não apurada.

- **Apoiar a modernização produtiva e gerencial de pelo menos oito produtores públicos**

Análise Situacional da Meta

A meta já está sendo superada.

51 projetos de modernização foram apresentados por 17 laboratórios públicos (LFM; FRUP; FIOCRUZ – Biomanguinhos; FIOCRUZ – Farmanguinhos; FIOCRUZ – INCQS; FIOCRUZ – SEFAR; Bahiafarma; Butantan; FAP; FUNED; IVB; LAQFA; LQFEx; TECPAR; SPDM – UNIFESP; IQUEGO; NUPLAM). Os projetos foram aprovados inseridos nos sistemas Gescon e Siconv.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar dois testes clínicos da vacina contra a dengue**

**Análise Situacional da Meta**

Considerando os estudos em andamento financiados pelo Ministério da Saúde, por meio da SVS, juntamente com o Butantan e a Fiocruz, com o objetivo de testar uma vacina capaz de imunizar contra os vírus que causam a doença, verificou-se a necessidade de finalização dos estudos em andamento para prosseguimento dos testes clínicos.

• Atender a demanda nacional do Programa Nacional de Controle da Tuberculose com produção nacional de 2 medicamentos**Análise Situacional da Meta**

Em 2009 foi estabelecida uma parceria para produção dos medicamentos 2 em 1 (um comprimido com a combinação de dois princípios ativos) e 4 em 1 (um comprimido com a combinação de quatro princípios ativos). Medicamento 1 – 4 em 1: Rifampicina (150mg) + Isoniazida (75mg) + Etambutol (275mg) + Pirazinamida (400mg); Medicamento 2 – 2 em 1: Rifampicina (150mg) + Isoniazida (75mg).

O pedido de registro foi submetido à ANVISA e aguarda análise da agência. Para aprovação do registro de 4 princípios ativos em um só medicamento é necessário a flexibilização da RDC ANVISA nº 136 de 29 de maio de 2003, a qual aprova o Regulamento Técnico para Medicamentos Novos com Princípios Ativos Sintéticos ou Semi-Sintéticos e determina para o caso das associações medicamentosas a apresentação de no máximo 03 princípios ativos por formulação ou 04 se um deles for a cafeína.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle das Hepatites Virais com produção nacional de 2 medicamentos**Análise Situacional da Meta**

Medicamento: Entecavir – destinação: Hepatite B. O registro do medicamento ainda não foi submetido à ANVISA, pois primeiramente são necessários os estudos de equivalência e bioequivalência que estão sendo aguardados pela área técnica. Vacina Hepatite A – Em 2012 foi estabelecida a parceria para transferência de tecnologia (parceiro privado: Merck-Sharp-Dohme/MSD e o Laboratório Público: Instituto Butantan).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle DST/Aids com produção local de 3 medicamentos**Análise Situacional da Meta**

Medicamento: Atazanavir – O registro do medicamento foi submetido à ANVISA.

Medicamento: Tenofovir-Duas parcerias para o desenvolvimento produtivo firmadas em 2012 (Laboratórios Públicos: Far-Manguinhos/Funed/Lafepe e Laboratórios Privados: Cristália/Blanver/Globe/CYG/Nortec) para produção do mesmo medicamento. Estas parcerias já contam com o registro publicado, bem como já estão sendo realizadas aquisições pelo MS (50% de cada parceria).

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

• Atender o mercado brasileiro e internacional com a produção nacional de pelo menos uma vacina com a marca Brasil**Análise Situacional da Meta**

Estão em andamento as Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs) para fabricação das vacinas para Hepatite A e



Tetraviral (Varicela). Quanto à parceria para vacina contra Hepatite A, trata-se de transferência de tecnologia do parceiro privado (Merck-Sharp-Dohme/MSD) para o laboratório público (Instituto Butantan). Já foi solicitado relatório de acompanhamento da PDP ao Instituto Butantan. No que se refere à parceria para produção da vacina Tetraviral, a transferência de tecnologia será realizada pelo parceiro privado (GlaxoSmithKline/GSK) para o laboratório público (Bio-Manguinhos). Já foi solicitado relatório de acompanhamento da PDP à Bio-Manguinhos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• **Concluir a construção do complexo industrial de produção de hemoderivados, até 2015**

Análise Situacional da Meta

A Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás – tem focado prioritariamente a sua atuação no processo de transferência de tecnologia, efetivando gradualmente todos os processos técnicos e operacionais para a construção e funcionamento da indústria de hemoderivados - a primeira do Brasil e a maior da América Latina. O empreendimento terá 18 blocos mais uma unidade administrativa, distribuídos em 48 mil metros quadrados de área construída, em um terreno de 25 hectares no Polo Fármaco-químico em Goiana (PE). Sua capacidade de processamento de plasma em pleno funcionamento será de 500 mil litros por ano. Os custos do empreendimento (dados de 2011) estão projetados em R\$ 675 milhões, incluindo construção, transferência de tecnologia e equipamentos. Estudos econômicos mostram que a fábrica se pagará (pay-back) em menos de três anos, a partir do início de seu funcionamento, em 2014. Assim, em termos da situação de cumprimento das obras, importante destacar em 2012:

. o início das operações do Bloco B01- Câmara Fria, resfriada a 35° C negativos, para triagem e estocagem de plasma, com a chegada do primeiro lote de plasma industrial, armazenado para produção de medicamentos.

. os avanços no desenvolvimento do cronograma de construção dos Blocos B04 (embalagem de produtos e empacotamento), B05 (almoxarifado, estocagem de produtos acabados e expedição de produtos) e B06 (Laboratório do Controle de Qualidade) com previsão de conclusão das obras para o 4º trimestre de 2013 objetivando o início de funcionamento da indústria com a rotulagem de hemoderivados em 2014. Registram-se resultados no cronograma e na construção dos demais blocos B02 (fracionamento - produção) e B03 (envase e liofilização).

No que se refere à produção e distribuição de 2,6 litros da cola de fibrina líquida ao SUS, foram distribuídos para 5 Hospitais de Pernambuco e para os Hemocentros do Rio de Janeiro.

. a assinatura de contrato entre Hemobrás e a Baxter International, em outubro, para Transferência de Tecnologia, visando à aquisição e desenvolvimento produtivo do fator VIII recombinante, o que permitirá economia de recursos públicos e incorporação de técnica de engenharia genética. Este contrato foi o primeiro Projeto de Desenvolvimento Produtivo (PDP) assinado no amparo da Lei nº 12.715/2012 que permite às Instituições Públicas criadas após Lei nº 8.666/93 atuação ágil nas encomendas tecnológicas associadas à compras e transferência de tecnologia. Nos primeiros 12 meses do contrato está prevista a distribuição de até 350 milhões de UI deste medicamento incluindo o tratamento preventivo. O SUS vai disponibilizar um produto de última geração, moderno e eficaz para os dez mil brasileiros portadores de hemofilia tipo A (distúrbio na coagulação do sangue), possibilitando inclusive a introdução de novas modalidades de tratamento atendendo as necessidades para tratamento preventivo de crianças de até 5 anos de idade.

• **Desenvolver 10 produtos em plataformas do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) até 2015**

Análise Situacional da Meta

O Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) atualmente encontra-se em fase final de construção no campus da Fiocruz em Manguinhos. Faz parte das ações do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da Saúde e compreenderá duas modernas edificações no campus de Manguinhos da Fiocruz, com um total de 20.000 m2 de área construída. Este novo núcleo da Fiocruz terá atividades voltadas, sobretudo, a doenças negligenciadas e condições de



saúde de importância epidemiológica ou econômica para o Brasil.

O CDTS representa uma nova política institucional, que é a integração plena entre pesquisa, desenvolvimento e produção. O projeto acompanha iniciativas já instauradas como o Programa para o Desenvolvimento Tecnológico de Insumos para a Saúde (PDTIS), direcionado a vacinas, medicamentos, insumos diagnósticos e bioinseticidas, e o Programa para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Pública (PDTSP), que busca desenvolver políticas e estratégias de saúde.

• **Disponibilizar 2 produtos para diagnóstico em oncologia**

Análise Situacional da Meta

As iniciativas na área oncológica estão em desenvolvimento no ano de 2012 nas unidades da Fiocruz, como por exemplo, em Minas Gerais (no CPqRR), com o projeto de "Desenvolvimento de kit diagnóstico para câncer de colo uterino utilizando a proteína Rap1 recombinante", e na Bahia (no CPqGM) com o projeto "Desenvolvimento de sistema de screening por bioensaio, in vitro e in vivo para avaliação prospectiva de tratamento oncológico".

• **Disponibilizar 300 mil litros de plasma para o uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados**

Análise Situacional da Meta

Foram disponibilizados em 2012, 72.069 litros de plasma para uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados.

Quantidade alcançada

72.069

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	300.000	1	72.069	31/12/2012

• **Disponibilizar para o SUS um novo modelo de multiteste para diagnóstico de doenças selecionadas (plataformas de micro arranjos líquidos)**

Análise Situacional da Meta

O prazo médio para o desenvolvimento de um multiteste é superior à um ano, sendo necessário um período maior para se chegar ao produto. Biomanguinhos tem um projeto mantido (Projeto multiteste baseado na plataforma de Microarranjos líquidos), ainda em desenvolvimento.

OBJETIVO: 0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No que se refere à participação do Exército no desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, cabe destacar, como uma das principais realizações no período, a fase inicial da produção dos novos fuzis 5,56 mm. Para o próximo período estão previstas as seguintes ações: contratação de serviços pela modalidade de parceria público-privada; ampliação das linhas de fabricação e produção montadas na IMBEL; implantação de novos modelos de capacitação de recursos humanos; cumprimento de exigências para a manufatura de armamentos de classe mundial; ampliação da infraestrutura para a produção de novos fuzis com tecnologia nacional; acelerar a busca da otimização da produção; atendimento das demandas de fuzis e pistolas, dos mercados interno e externo; manutenção das competências técnicas de fabricação e aprimoramento de processos, contribuindo para o fomento da indústria nacional de defesa; obtenção de melhores programas computacionais para o design de armamentos e fabricação de ferramental; aquisição de máquinas operatrizes modernas e de ferramentas de alto desempenho e ampliação da capacidade de gerir as inovações



tecnológicas do Fuzil IA-2.

O público beneficiado com tais medidas compreenderá as unidades do Exército, as Forças Armadas e as Forças Auxiliares. Como resultado das entregas espera-se a ampliação da capacidade operacional das unidades do Exército contempladas com o novo fuzil IMBEL.

Com relação à catalogação de materiais e produtos com padrão internacional (SOC/OTAN), ao longo de 2012 foram planejadas diversas atividades relacionadas às seguintes tarefas:

- a) Viabilizar a criação do Sistema Nacional de Catalogação (SINACAT), em coordenação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- b) participar das discussões e da elaboração de acordos nacionais e internacionais na área de catalogação;
- c) exercer as funções de representante das Forças Armadas para assuntos de catalogação e codificação de material perante o Sistema OTAN de Catalogação;
- d) propor ações de fomento à atividade de catalogação, em âmbito nacional, junto aos fabricantes nacionais de setores econômicos relacionados; e
- e) manutenção do Centro de Catalogação das Forças Armadas.
- f) manutenção e desenvolvimento do software SISCAT-BR

Foram realizadas resumidamente as seguintes atividades:

- manutenção das atividades laborais do CECAFA, quais sejam: manutenções prediais, pagamento de compulsórios (telefonia, serviços de limpeza, condomínio, materiais/equipamentos de informática e materiais comuns ao dia a dia do Centro).

- a uniformização de procedimentos relativos à doutrina estabelecida pelo Sistema OTAN de Catalogação (SOC), devido à continuidade da representatividade do Brasil no referido Sistema), com a participação em fóruns técnicos organizados pela Agência de Manutenção e Suprimento da OTAN (NAMSA); o aumento da visibilidade da importância da atividade de catalogação para as Federações de indústrias dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; e a ampliação do quadro de catalogadores das Forças Armadas e entidades civis afins.

Metas 2012-2015

• Fabricar o fuzil brasileiro

Análise Situacional da Meta

A meta estipulada para 2012 foi parcialmente atingida, tendo em vista a contratação da produção de 1.500 fuzis para avaliação operacional em diversas unidades do Exército. A expectativa para o próximo período contempla a aprovação operacional do fuzil e a contratação de outros lotes de produção.

Como desafios de implementação vale ressaltar os ajustes técnicos no projeto original, devido ao início utilização do fuzil, bem como a definição da quantidade total de fuzis a serem produzidos dependendo da avaliação operacional.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0757 - Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O fomento à modernização, renovação e ampliação da frota naval brasileira, além de contribuir para a geração de emprego e renda, atingindo 62 mil empregos diretos em 2012, é fundamental para o aumento da competitividade sistêmica da economia, pois propicia a redução de custos logísticos por meio do desenvolvimento do modal aquaviário.



A carteira do Fundo da Marinha Mercante – FMM é atualmente composta de 419 projetos contratados com os agentes financeiros e alcança o montante de R\$ 27,8 bilhões. Desse total, 99 projetos estão em construção com valor correspondente a R\$ 12,2 bilhões, sendo 91 embarcações e 8 estaleiros. Além de ampliar a capacidade produtiva, viabilizando maior oferta de embarcações, estes estaleiros irão contribuir para a consolidação dos novos polos navais, em especial os de Rio Grande do Sul (Rio Grande) e Pernambuco (SUAPE). Os 320 projetos restantes aguardam a entrada em eficácia dos seus respectivos contratos – 311 embarcações e 9 estaleiros, representando um investimento total de R\$ 15,6 bilhões.

Em 2012 foram entregues 34 embarcações que utilizaram R\$ 2,5 bilhões de recursos do FMM para sua fabricação. Este desempenho tende a se acelerar nos próximos anos, considerando o aumento da capacidade de produção (novos estaleiros), os financiamentos já contratados, bem como as novas prioridades concedidas pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, que somaram R\$ 15,2 bilhões, abrangendo 149 projetos, sendo 14 estaleiros e 135 embarcações

Metas 2012-2015

• Fomentar a construção de 9 estaleiros com recursos do FMM

Análise Situacional da Meta

Atualmente, com previsão de término de até 2015, a carteira do Fundo da Marinha Mercante – FMM conta com 12 estaleiros, sendo 1 no Vetor Amazônico (Hermasa), 2 no Vetor Nordeste Setentrional (CMO e Promar), 2 no Vetor Sudeste (Wilson Sons e Rio Tietê), 4 no Vetor Leste (Aliança, São Miguel, DSN Equipemar e OSX) e 3 no Vetor Sul (Oceana, CQG e ERC2). Desses, 7 estão em construção e correspondem ao valor total de R\$ 5,5 bilhões. Os 5 restantes encontram-se com a obra já contratada, com início previsto para 2013 e seus valores correspondem a R\$ 1,3 bilhão.

Em 2012 não foi registrada a conclusão de nenhum estaleiro. Várias obras em andamento encontram-se em estágio avançado de execução.

Em 2013 espera-se a conclusão dos Estaleiros Promar em Pernambuco, Wilson Sons e Rio Tietê em São Paulo, São Miguel no Rio de Janeiro e ERG 2 no Rio Grande do Sul.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

27/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1	unidade	1	04/12/2012
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1	unidade	2	04/12/2012
Vetor Logístico Leste	4	unidade	4	04/12/2012
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1	unidade	2	04/12/2012
Vetor Logístico Sul	2	unidade	3	04/12/2012

• Fomentar a contratação de 14 bilhões em projetos de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM)

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o montante contratado foi de R\$ 6,6 bilhões.

Para 2013, espera-se uma contratação de R\$ 9,0 bilhões, o que já supera a meta do PPA.

Quantidade alcançada

6.600.000.000

Data de Referência

27/11/2012

OBJETIVO: 0847 - Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.



Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O aprimoramento do Processo Produtivo Básico (PPB) como instrumento de política industrial contempla a reformulação da metodologia (redesenho dos fluxos operacionais e o estabelecimento de controles internos) e construção de sistema informatizado que implemente os novos fluxos e controles. A reformulação da metodologia foi completada em 2012 e a disponibilização do sistema informatizado está prevista para o primeiro semestre de 2013.

A construção do Observatório da Indústria passa pela compilação de dados oficiais e definição metodológica dos indicadores e análises do setor industrial que serão disponibilizadas periodicamente. No 1º semestre de 2012, -o MDIC firmou um Acordo de Cooperação Técnica com o IPEA para apoio técnico ao Observatório, e bases de dados ligadas ao comércio exterior, emprego e produção foram integradas. No 2º semestre, a equipe do Observatório ganhou mais 3 servidores para apoio operacional e o MDIC iniciou negociações com a FINEP e o BNDES para integração de bases de dados de investimento e inovação ao Observatório da Indústria.

Metas 2012-2015

- **Implantar sistema informatizado integrado para concessão e acompanhamento de PPBs**

Análise Situacional da Meta

O mencionado sistema informatizado recebeu o nome de “Plataforma Cairu” e envolve não apenas a concessão e acompanhamento de PPB, mas também a concessão de ex-tarifários de bens de capital e as atividades de fiscalização do cumprimento desse instrumento - pelas empresas habilitadas.

Foi feita a opção de implementar inicialmente o módulo de controle de ex-tarifários de Bens de Capital, com data prevista de implantação.

O módulo de concessão e acompanhamento de PPB e o de fiscalização de cumprimento de PPB estão programados para o primeiro semestre de 2013.

- **Reformular a metodologia de concessão de Processo Produtivo Básico (PPB)**

Análise Situacional da Meta

A reformulação da metodologia envolveu o redesenho dos fluxos operacionais e o estabelecimento de controles internos, situação totalmente alcançada em 2012.

OBJETIVO: 0848 - Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do Plano Brasil Maior houve estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas, por meio de medidas com grande capacidade de arrasto e maior impacto para o crescimento do conjunto da indústria. No conjunto de medidas, destacam-se: (i) redução dos custos do trabalho e do capital; (ii) estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas; (iii) apoio ao desenvolvimento produtivo e à competitividade conexas ao Plano Brasil Maior; e (iv) ações estruturantes favoráveis à competitividade da indústria.

Entre as medidas de redução dos custos do trabalho e do capital, estão: desoneração da folha de pagamento, abrangendo 40 setores intensivos em trabalho, mais de 50 mil empresas beneficiadas; Simples Nacional e Microempreendedores Individuais – MEI, beneficiando 4,3 milhões de empresas optantes do Simples e 2,3 milhões de MEI; desoneração dos investimentos, que consiste na completa desoneração dos tributos federais (IPI e PIS/Cofins) sobre os bens de investimento; depreciação acelerada para efeito de apuração do IR das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro



real: autorização de depreciação acelerada de 10 para 5 anos para bens novos adquiridos ou objeto de contrato de encomenda até 31/12/2012, prevendo apuração a partir de 01/01/2013; crédito para investimento e inovação (BNDES); e reforço à inovação via FINEP.

No que se refere às medidas de estímulo ao desenvolvimento das cadeias produtivas, tem-se: 1) margens de preferência para compras públicas; 2) regimes tributários especiais; e 3) crédito para investimento.

No âmbito das medidas de defesa comercial, destaque para o Ex-tarifário.

Já nas medidas denominadas ações estruturantes favoráveis à competitividade da indústria o destaque é para o setor de Energia Elétrica, com medidas de desoneração tributária e prorrogação de concessões para a geração, transmissão e distribuição, visando redução do custo da energia para os usuários domésticos e indústria; exigência de aquisição de serviços e produtos manufaturados nacionais nos editais de licitação e contratos para atender ao PAC; e previsão de investimentos para a modernização e ampliação da malha rodoviária e ferroviária.

No tocante à disseminação de informações lançou-se a proposta de criação do Sistema Nacional de Oportunidades de Investimentos às Secretarias Estaduais de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, durante o 3º Seminário de Capacitação em Atração de Investimentos, realizado em março de 2012. Nessa ocasião, explicitou-se que o objetivo desse Sistema é o de proporcionar a divulgação de projetos para os quais as Unidades Federativas tenham interesse em atrair capital privado a potenciais investidores estrangeiros.

Metas 2012-2015

• Criar o Portal do Observatório do Investimento

Análise Situacional da Meta

A meta de criar o Observatório do Investimento já foi cumprida, mediante o aprimoramento do portal da RENAI.

Por outro lado, no decorrer do ano de 2012, iniciou-se o processo de criação do “Observatório da Indústria”. Trata-se de sistema de monitoramento de dados da indústria de transformação para subsidiar a tomada de decisão de gestores governamentais e a prestação de contas relativa ao Plano Brasil Maior.

OBJETIVO: 0849 - Atrair projetos e centros de P&D de empresas estrangeiras, por meio de medidas fiscais, regulatórias e creditícias.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, a atuação do governo Federal para atrair Projetos e Centros de P&D de empresas estrangeiras, por meio de medidas fiscais, regulatórias e creditícias, dividiu-se em duas ações:

1.) articulação de diversos atores governamentais para elaboração de um “pacote Brasil” de incentivos e instrumentos para as empresas que pretendem trazer seus investimentos em P&D para o país. Esse trabalho vem sendo realizado desde 2010 e já atendeu grandes empresas, como IBM, Ericsson, Elanco, GE e outras. Atualmente o MDIC está trabalhando diretamente com 2 empresas que pretendem trazer seus Centros de P&D para o Brasil;

2.) projeto para gerar inteligência e posicionar o Brasil para atração de investimentos em inovação. Este projeto está sendo desenvolvido em parceria do MDIC com a APEX e corresponde à elaboração de um estudo e também de ações específicas de promoção. O projeto tem como objetivo entender o atual estágio de desenvolvimento da atividade de P&D no Brasil, identificar os pontos fortes e fracos do ambiente de inovação, as oportunidades de melhoria e de potenciais investimentos, assim como propor uma estratégia para atração de investimentos nos setores identificados. O projeto envolve um total de recursos no valor de R\$ 800 mil reais. Ressalta-se que o referido projeto está em andamento.

Dentre os fatores que dificultaram a realização do objetivo, destaca-se a escassez de informação qualificada para este tipo de investimentos, de modo que foi necessário desenvolver um estudo para subsidiar tanto a tomada de decisão como também para promoção do país como destino de investimento em P&D de empresas estrangeiras.

Em relação ao Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), está sendo elaborado projeto de lei que cria a empresa



estatal Centro de Biotecnologia e Inovação da Amazônia S.A. – CBA, sob a forma de sociedade por ações, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao MDIC. Os esforços para regularizar juridicamente o CBA visam tornar o Centro apto a estabelecer parcerias com empresas nacionais e estrangeiras, reforçando assim a atração de projetos e centros de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos no Brasil. Além disso, a atração de projetos e centros de P&D de empresas estrangeiras será feita por meio de:

1. divulgação do Centro de Biotecnologia da Amazônia por meio de seu corpo de profissionais, laboratórios, departamento de geração de negócios, núcleo de informação biotecnológica, incubadora de empresas e plantas de processos industriais.
2. acordos de confidencialidade estabelecidos no CBA e aplicados para as empresas e clientes de nacionais e internacionais.
3. parcerias realizadas, em andamento e futuras parcerias estabelecidas com empresas, centro de pesquisa e investidores de risco (Fórum de investidores realizado em 2011/2012 e a ser realizado em 2013 – Criativos).
4. acordos de cooperação internacional assinados com o Peru e Venezuela

Metas 2012-2015

• Atrair 100 projetos e centros de P&D

Análise Situacional da Meta

No cenário de atração de centros de P&D para o Brasil, atuam órgãos e entidades como MCTI, ABDI, Governo e Entidades de fomento estaduais e a Apex-Brasil. A APEX atua, especificamente, na promoção e facilitação da atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED). Neste sentido, em 2012, a APEX participou ativamente da atração e negociação para a implantação de 3 centros de P&D, a saber: General Eletric, IBM, e QUALCOMM.

Conforme a descrição deste objetivo, a atração de projetos e centros de P&D é fortemente vinculada a medidas fiscais, regulatórias e creditícias.

O resultado apurado em 2012 refere-se exclusivamente àqueles associados aos esforços da APEX.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

30/11/2012

OBJETIVO: 0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal tem concentrado esforços para expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas. O Plano Brasil Maior é o reflexo deste esforço que estabeleceu como objetivos o estímulo à inovação e o adensamento das cadeias produtivas. Dentre as medidas de incentivo à inovação destacam-se:

- unificação das linhas de apoio à inovação do BNDES: antes da adoção de tal medida, existiam diversas linhas de sustentação do investimento no BNDES, com várias regras a serem atendidas pelos empreendedores inovadores. As taxas de juros, os limites mínimos e os itens financiáveis eram diferentes, o que dificultava o financiamento de um projeto complexo com várias fases. As linhas para a inovação do BNDES que foram incorporadas são: Linha de Inovação Tecnológica, Linha Capital Inovador, Inovação Produção e PSI Inovação.
- novo Programa de Sustentação do Investimento (PSI): com inclusão de novos setores e extensão de prazo até 31 de dezembro de 2013.
- ampliação da carteira de inovação da Finep: mediante a utilização dos recursos do BNDES PSI.



- Regimes Especiais: Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes); Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS); Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID); Inovar Auto.
- criação do Programa BNDES de Apoio à Qualificação Profissional do Trabalhador (BNDES Qualificação): implantação, expansão, modernização e ampliação da infraestrutura de PD&I e das vagas de formação profissional e educação técnica e tecnológica.

Ainda nesse contexto, o Governo Federal tem discutido alterações no marco legal de inovação, levando em consideração as demandas do setor privado e da sociedade civil.

No que diz respeito à disseminação da cultura da inovação, foi realizada 7ª Edição do Desafio Brasil, pelo GVcepe (FGV-EAESP), programa de fomento ao empreendedorismo de alto impacto, incluindo competição de startups de base tecnológica do Brasil, que alcançou todos os estados do país. Também foi realizado o I Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas e o XX Workshop Anprotec que teve como objetivo estimular o movimento de empreendedorismo inovador, trazendo para o debate temas fundamentais ao desenvolvimento econômico e social, não apenas do país, mas também de diferentes regiões do mundo.

Ademais, está sendo desenvolvido um Programa Nacional de Capacitação para Capital de Risco. O objetivo do Programa é capacitar potenciais empreendedores em larga escala para apresentar projetos inovadores nascentes de alto impacto que buscam parcerias com investidores de capital de risco (“investimento anjo” e “capital semente”) para o crescimento de seus negócios.

No que tange às ações relacionadas à cooperação internacional para promover a inovação, o MDIC lançou junto com o governo israelense o Segundo Edital para apresentação de propostas de cooperação em P&D Industrial entre Brasil e Israel. O Edital foi aberto a empresas brasileiras e israelenses que desejam elaborar em conjunto projetos de pesquisa e desenvolvimento industrial nos setores de TIC, Defesa e Saúde. O objetivo foi incentivar o desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços de aplicação industrial direcionados à comercialização no mercado doméstico e/ou global. O Edital foi lançado no dia 05 de novembro de 2012 e suas atividades continuarão até o final 2013, quando serão analisadas as propostas de cooperação e o financiamento dos projetos.

Em relação à iniciativa para promover e apoiar as oportunidades de negócios relacionadas a grandes eventos, o MDIC está desenvolvendo um projeto, em parceria com a APEX, que tem como objetivo entender o atual estágio de desenvolvimento da atividade de P&D no Brasil, com vistas a propor uma estratégia para atração de investimentos nos setores identificados. O projeto deverá mapear as cidades sede da Copa que possuem maior potencial de atração de investimentos em P&D para que, posteriormente, sejam realizadas atividades de divulgação dos resultados do estudo e também realização/participação em eventos nacionais e internacionais sobre inovação para divulgação do Brasil como destino de investimentos em P&D e networking.

As iniciativas de expansão e aprimoramento do Programa Brasileiro do Design e de Proposição de Mecanismos para Promover e Apoiar as Oportunidades de Negócios, especificamente, em 2012, vem sendo implementadas também por meio de parcerias. A formalização de Convênio do MDIC com a APEX possibilitou a contratação de estudo sobre o mapeamento das oportunidades do design nas cidades sede da Copa 2014 e Olimpíadas 2016, resultando em implicações preliminares para políticas públicas e programas de design, bem como na apresentação de seminários de sensibilização nas 12 cidades que sediarão os Grandes Eventos de 2014 e 2016.

Dentro da perspectiva de apoio às oportunidades de negócios, a APEX desenvolverá a promoção comercial internacional do design brasileiro no ano de 2013, quando será fomentada a criação de canais de comercialização do design brasileiro no Japão, na Loja de Departamentos ISETAN, maior conglomerado de varejo de design da Ásia. Além disso, encontra-se em desenvolvimento uma ação junto à principal empresa de distribuição de produtos de design nos EUA, StyleWest, para a realização de um showroom na Califórnia, em 2014.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 4728 para 5328 o número de empresas brasileiras que lançaram produto novo no mercado nacional, segundo a PINTEC.**

**Análise Situacional da Meta**

Os números serão apurados pela PINTEC, que está sendo elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

- **Disponibilizar bolsas para 100 Gestores seniores em Inovação, Design e Sustentabilidade (GIDS) em Arranjos Produtivos Locais (APLs)**

Análise Situacional da Meta

O cumprimento desta meta requer a construção de parcerias, de modo que não depende exclusivamente da União.

Dando início à sua implementação, o MDIC reuniu-se com o MCTI e outros parceiros, a fim de definir a forma de seleção dos GIDS, que serão gestores ou núcleos de gestão em design para a inovação e sustentabilidade nas empresas ou grupo de empresas, com foco nos arranjos produtivos locais (APLs) estaduais. Os critérios de seleção dos bolsistas foram definidos e consignados em Termo de Referência, ficando estabelecido que os bolsistas para os GIDS sejam selecionados diretamente pela liderança dos centros e núcleos de design existentes.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

22/03/2012

- **Fomentar a especialização de 20 Centros de Inovação, Design e Sustentabilidade (CIDS)**

Análise Situacional da Meta

O cumprimento desta meta requer a construção de parcerias, de modo que não depende exclusivamente da atuação da União.

Dando início a sua implementação, o MDIC reuniu-se com o MCTI e outros parceiros, a fim de definir a forma de seleção dos CIDS, a partir de centros e núcleos de design, inovação ou setoriais, já existentes e em operação, para dar suporte ao desenvolvimento dos setores prioritários no Plano Brasil Maior. A estratégia de implementação foi definida e consta em Termo de Referência.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

22/03/2012

- **Fomentar a participação de 100 produtos brasileiros em concursos internacionais de design em mercados prioritários**

Análise Situacional da Meta

Mediante parceria com o Centro de Design do Paraná, o MDIC viabilizou a participação de 100 produtos brasileiros no iF Product Design Award 2012, a fim de fortalecer o design brasileiro internacionalmente com a difusão no país de uma cultura de exportação de produtos de valor agregado. Destacaram-se 18 premiados, que participaram ainda de exposição em Hannover, durante a feira de CEBIT, uma das maiores feiras de tecnologia do mundo.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

06/03/2012

- **Fomentar o desenvolvimento de 2 canais de comercialização para produtos brasileiros com valor agregado pelo design**

Análise Situacional da Meta

A implementação dessa meta encontra-se em fase de planejamento e deverá ocorrer durante a vigência do PPA.

A APEX desenvolverá a promoção comercial internacional do design brasileiro no ano de 2013, quando será fomentada a criação de canais de comercialização do design brasileiro no Japão, Loja de Departamentos ISETAN, maior conglomerado de varejo de design da Ásia.

Além disso, encontra-se em desenvolvimento uma ação junto à principal empresa de distribuição de produtos de design



nos EUA, StyleWest, para a realização de um showroom na Califórnia, em 2014

• **Realizar 5 exposições de design em representações brasileiras no exterior**

Análise Situacional da Meta

A APEX realizou neste ano de 2012, as seguintes exposições de promoção internacional do design brasileiro:

1 – Exposição Pocket da Bienal Brasileira de Design 2010, no evento Brazil S/A, realizado em Milão – Itália, 17 a 22 de abril/2012.

2- Exposição Casa Brasileira, 11 projetos setoriais da Agência apresentaram produtos no evento Brazil S/A, realizado em Milão, 17 a 22 de abril/2012.

Em 2013, serão realizadas exposições na Itália e Japão, totalizando 5 exposições do design brasileiro no exterior.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

17/04/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	5	unidade	2	17/04/2012

• **Realizar a Bienal Brasileira de Design - 2012 e 2014**

Análise Situacional da Meta

A IV Bienal Brasileira de Design foi realizada no período de 19/09 a 31/10/2012 em Belo Horizonte – MG, sendo priorizado o custeio das ações educativas previstas.

Visando o aprimoramento do programa e, especificamente, dando uniformidade aos procedimentos a serem adotados pelos promotores dos eventos prósperos, foi contratado estudo de Recomendações para a Institucionalização da Bienal Brasileira de Design, nos âmbitos da governança, político-operacional, estrutura jurídica e escopo de ação institucional. A Bienal de 2014 foi transferida para 2015 por decisão do Comitê de Orientação Estratégica da Bienal Brasileira de Design - COEB, devendo ser sediada em Florianópolis/SC.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

19/09/2012

OBJETIVO: 0851 - Orientar junto às entidades competentes, o direcionamento da oferta de treinamento, qualificação e formação de mão de obra em adequação às necessidades das empresas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O MDIC e o MEC tem coordenado diversas ações para a consecução deste objetivo, especialmente no âmbito do Comitê Sistêmico de Formação e Qualificação Profissional do Plano Brasil Maior (CSQP), em que exercem as funções de coordenação.

Em 2012, foi elaborado o projeto do Pronatec-PBM. Esse Programa permitirá a disponibilização dos recursos do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego e da infraestrutura de todos os ofertantes de cursos do Sistema S, dos institutos federais e estaduais para o atendimento das demandas por qualificação profissional dos 19 setores econômicos priorizados pelo Plano Brasil Maior. O Programa está em fase final de preparação para o lançamento das primeiras ofertas específicas já em 2013.

No âmbito do Programa Ciências sem Fronteiras (CsF), o Governo Federal tem interagido com a iniciativa privada (especialmente as câmaras de comércio e associações representativas da indústria) para aumentar o número de vagas de estágio e de contratações dos estudantes brasileiros em empresas estrangeiras, especialmente em seus laboratórios de



pesquisa e desenvolvimento. A coordenação do Comitê Sistêmico de Qualificação Profissional do Plano Brasil Maior vem fazendo o levantamento das demandas por qualificação em nível superior e de pós-graduação junto aos 19 comitês setoriais. A partir de 2013 elas serão incluídas nos editais do CsF.

O MDIC também tem incluído o CsF nas reuniões bilaterais de todos os ministérios equivalentes em outros países com que mantém acordos de troca de informações permanente: MDIC-DOC (Estados Unidos), JETCO (Reino Unido) e METI (Japão). Essas parcerias tem sido significativas para a divulgação do CsF junto aos empresários desses países, facilitando a criação de vagas de estágio para os estudantes brasileiros em empresas de nível internacional.

Ainda no âmbito do CSQP do PBM, o MDIC e o MEC tem desenvolvido a elaboração do Mapa da Qualificação Profissional no Brasil, que tem como principal objetivo traçar um diagnóstico fidedigno das necessidades de cada cadeia produtiva nacional de forma regionalizada e municipalizada.

Metas 2012-2015

- **Criar 500 novas vagas nas instituições de ensino e qualificação profissional para os setores identificados e afetados pelos programas de treinamentos**

Análise Situacional da Meta

A meta deverá ser alcançada em 2013 e amplamente superada até 2014, tendo em vista a perspectiva de conclusão rápida do levantamento preliminar das demandas (diagnóstico) feito junto aos 19 comitês setoriais do PBM.

Em 2012, os seguintes setores já concluíram seus diagnósticos: Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs; Agroindústria (Pesca e Aquicultura); Energias Renováveis (eólica, biodiesel e etanol); Calçados, Têxtil, Confecções e Jóias.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

14/11/2012

OBJETIVO: 0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

A indústria eletroeletrônica brasileira tem apresentado déficit comercial crescente nos últimos anos, com exceção de 2009, quando apresentou ligeira redução do déficit em decorrência da crise econômica internacional do final de 2008. Em 2011, a defasagem entre exportações e importações no setor alcançou montante superior a R\$ 23 bilhões. Boa parte desse déficit advém da balança comercial de componentes, cujo montante também tem crescido nos últimos anos. Somente em 2011, o déficit de componentes superou R\$ 10 bilhões.

Os componentes considerados mais estratégicos para o desenvolvimento da indústria nacional, em razão de sua ubiquidade e importância valorativa, são os dispositivos eletrônicos semicondutores e os mostradores de informação (displays). Apenas no que tange aos semicondutores, o País importou montante superior a R\$ 5 bilhões em 2011.

No Plano Brasil Maior o tema tem sido tratado no âmbito do Comitê Executivo de Tecnologias da Informação e Comunicação e do Complexo Eletrônico. Entre as prioridades eleitas está o apoio ao desenvolvimento das indústrias de semicondutores e de displays no País.

Nesse contexto, a principal realização de 2012 foi a publicação da Lei n. 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe, entre outros assuntos, sobre a evolução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS. Entre os principais avanços propugnados está a inserção, entre os beneficiários do PADIS, da pessoa jurídica que investir percentual mínimo em pesquisa e desenvolvimento no País e produzir, de acordo com o respectivo Processo Produtivo Básico – PPB, insumos e equipamentos dedicados e destinados à fabricação de dispositivos eletrônicos semicondutores ou displays. A medida visa facilitar a implantação de unidades fabris no Brasil



por meio da desoneração de seus insumos e equipamentos.

Em relação ao setor de software e serviços de TI, foi lançado, em meados de 2012, o Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – TI MAIOR. O programa está alicerçado no Plano Brasil Maior e na Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e tem como diretrizes: o desenvolvimento econômico e social, o posicionamento internacional da indústria nacional, o estímulo ao empreendedorismo e inovação no setor, o aumento da competitividade da indústria nacional e o apoio à pesquisa e desenvolvimento.

Metas 2012-2015

• Investir R\$ 1 bilhão de reais em nova capacidade instalada em componentes eletrônicos

Análise Situacional da Meta

A meta procura mensurar investimentos, na sua grande maioria de origem privada, destinados ao incremento da capacidade instalada em componentes eletrônicos no País. Tais investimentos, no curto prazo, dependem da conjuntura econômica internacional e demanda global por componentes eletrônicos. Assim, os investimentos em 2012 alcançaram cerca de R\$ 100 milhões.

No que tange aos dispositivos eletrônicos semicondutores, persistem em solo brasileiro cinco empreendimentos voltados para a fabricação desses componentes em diferentes estágios de maturidade. A design house e foundry CEITEC S.A., empresa pública instalada no Rio Grande do Sul, e a Smart Technologies, em São Paulo, são as que estão mais adiantadas em termos operacionais.

Em relação aos montantes previstos de investimento, é preciso ressaltar aqueles propugnados pela HT Micron, uma parceria entre a coreana Hana Micron e a brasileira Parit Participações. Estima-se a aplicação de US\$ 200 milhões nos próximos 5 anos na construção de uma unidade fabril de empacotamento e testes no Rio Grande do Sul. Outro destaque são os investimentos anunciados pela Six Semicondutores, do Grupo EBX, visando a implantação de uma foundry em Minas Gerais. Os valores estão orçados em aproximadamente US\$ 500 milhões, até 2014. Já a Smart prevê investimentos em torno de R\$ 100 milhões nos próximos 3 anos na modernização e ampliação do seu parque fabril em Atibaia/SP. Há ainda o projeto de investimentos da portuguesa Nanium S.A. da ordem de R\$ 100 milhões para a instalação de uma unidade fabril de empacotamento e testes também em Minas Gerais.

Como principal obstáculo aos investimentos privados em semicondutores no País é importante destacar a continuidade da crise econômica internacional que tem afetado, em especial, a capacidade de investimento dos países da União Europeia.

Permanecem os diálogos com as empresa japonesas visando uma maior cooperação no setor.

Quantidade alcançada

100.000.000

Data de Referência

30/10/2012

OBJETIVO: 0854 - Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O aprimoramento da sistemática de concessão de ex-tarifários como instrumento de política industrial contempla a reformulação da metodologia de concessão e do método de consulta pública ao setor produtivo. Está sendo desenvolvido também sistema informatizado como novos fluxos e controles. O trabalho iniciou-se no 2º semestre de 2012 e será disponibilizado ao público no primeiro semestre de 2013.

Com relação ao aprimoramento dos mecanismos e programas de modernização para a indústria de máquinas, equipamentos e serviços de bionergia, cabe ressaltar que estão sendo executadas diversas atividades, a partir de orientações traçadas no âmbito do Conselho de Competitividade de Energias Renováveis do Plano Brasil Maior.



Ainda sobre o tema, cabe mencionar a realização do estudo de viabilidade técnica e econômica de um grupo selecionado de tecnologias inovadoras relacionadas à cadeia sucroenergética, a avaliação da relação custo-benefício da desoneração de impostos federais para o etanol carburante, a proposta de alternativas de longo prazo para a competitividade do suprimento de energia à indústria (de forma a garantir a adequação do modelo do sistema elétrico à política industrial). Também merecem destaque a continuidade do “Projeto Setorial Integrado de Construção do Mercado Mundial de Etanol de Cana-de-açúcar”, da promoção comercial de exportações dos equipamentos, produtos e serviços das empresas do Setor Sucroenergético e do Plano Conjunto BNDES-Finep de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico – PAISS

No que tange à fabricação de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia, pode-se destacar como principais realizações em 2012:

- Principais obras entregues:

- fornecimento de 21 Vasos de Pressão (150 ton.) para o Programa de Revitalização de Plataformas, cliente Petrobras;
- fornecimento de 1 Feixe Tubular (1 ton.) para Usina de ANGRA 1, cliente Eletronuclear;
- fornecimento de 1 Pré-Distribuidor (270 Ton.) para Hidroelétrica de Tocolma na Venezuela, cliente IMPSA;
- fornecimento de Embutidos (5 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Eletronuclear.

- Principais obras em andamento:

- fornecimento de 4 Cascos Resistentes de Submarinos para o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cliente ICN;
- fornecimento de 3 Condensadores (4.500 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Eletronuclear.
- fornecimento de 8 Acumuladores (170 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Eletronuclear.
- fornecimento de Embutidos (123 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Eletronuclear.
- fornecimento de Suportes especiais (200 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Eletronuclear.
- fornecimento do Suporte do Reator (210 Ton.) para Usina de ANGRA 3, cliente Confab.
- fornecimento de 3 Vasos de Pressão (650 Ton.) para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), cliente Ebse.
- Fornecimento de 3 Torres, Fracionadora, Atmosférica e de Vácuo (750 Ton.) para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), em parceria com a Confab.
- montagem de equipamentos e fabricação de estruturas primárias e secundárias (7.700 Ton.) de Módulos para as Plataforma P58/P62 e de Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência (FPSO, da sigla em inglês) Cidade Paraty, clientes Ebe e Ebse).
- fornecimento de cilindros 30B e 48Y (3 Ton.) para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB).
- fornecimento de vasos de pressão VP1, VP2 e DZ1 (46 Ton.) para o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).

No que diz respeito à renovação da certificação ASME III, da Associação de Engenheiros Mecânicos dos Estados Unidos, ressalta-se que a Nuclep é a única do Brasil a possuir esta estratégica certificação, essencial para sua participação em concorrências internacionais na área nuclear, o que possibilita a ampliação da participação do produto brasileiro em projetos desenvolvidos em todo mundo.

Para 2013, a Nuclep tem como principais obras em negociação:

- fornecimento do casco resistente do primeiro Submarino Nuclear brasileiro para a Marinha do Brasil, cliente ICN.
- fornecimento de 1 vaso de pressão do reator e 2 geradores de vapor, para propulsão do Submarino Nuclear SNBR, cliente Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).
- Montagem e instalação dos 3 condensadores na Usina de ANGRA 3, cliente Eletronuclear.
- Fornecimento de 14 Módulos FPSO (Cidade de Mangaratiba) e 4 Módulos FPSO (Cidade de Ilha Bela) em parceria com a EBE/EBSE
- Fornecimento de equipamentos e serviços através de Memorando de Entendimento entre NUCLEP e PETROBRAS.
- fornecimento de motores geradores, motores propulsores e thrusters, através de Memorando de Entendimento (em



elaboração) entre NUCLEP e WARTSILA.

Com relação a energia solar fotovoltaica, foi formado um subgrupo no Comitê de Competitividade de Energias Renováveis do Plano Brasil Maior, especificamente para tratar do tema. Foi constatado que já existem benefícios tributários associados ao PADIS que beneficiam a produção de células e painéis fotovoltaicos no país, e que a Aneel já estabeleceu regulamentação sobre geração distribuída em baixa voltagem, que simplifica os procedimentos e cria obrigatoriedade das concessionárias de realizar a ligação e utilizar o sistema de netmetering.

O grupo concluiu que para haver desenvolvimento do setor é necessária a criação de uma demanda inicial mínima que possibilite o movimento inicial de produção industrial no país.

Metas 2012-2015

• Capacitar 2048 profissionais na área metal-mecânica para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia

Análise Situacional da Meta

Na ação orçamentária 2485-Capacitação de profissionais para as indústrias Nuclear e Pesada, com meta de 562 profissionais capacitados para o ano de 2012, a Nuclep já atingiu a meta, capacitando até o momento 573 profissionais em diferentes áreas metal-mecânica.

Quantidade alcançada

573

Data de Referência

30/09/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	2.048	unidade	573	30/09/2012

• Implantar sistema integrado informatizado para concessão de ex-tarifários

Análise Situacional da Meta

O Sistema informatizado para concessão de Ex tarifários está sendo desenvolvido pelo MDIC e já está em estágio bem adiantado. O trabalho de construção iniciou-se em setembro de 2012 e pretende-se que seja disponibilizado ao público ainda no primeiro semestre de 2013

• Obter e preservar o selo N (projeto de equipamentos nucleares) do American Society of Mechanical Engineers (ASME)

Análise Situacional da Meta

O cumprimento da Meta, de acordo com a NUCLEP, depende de dotação orçamentária não disponível em 2012. Espera-se disponibilidade em exercícios futuros.

• Produzir 12.000 toneladas de equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia

Análise Situacional da Meta

Por meio da ação de Fabricação de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia foram produzidas pela Nuclep 2.426 toneladas, um resultado positivo quando cotejado com os recursos orçamentários efetivamente utilizados.

Quantidade alcançada

2.426,4

Data de Referência

31/10/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	12.000	TON	2.426,4	31/10/2012

OBJETIVO: 0855 - Promover a competitividade das empresas de base biotecnológica e nanotecnológica, por meio do fortalecimento da capacidade inovativa e adensamento da cadeia produtiva da indústria, via atração de investimentos e oferta de infraestrutura tecnológica para alcance de economia de escala.



Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

No decorrer de 2012 as principais realizações relativas a nanotecnologia e biotecnologia foram as seguintes:

1) Nanotecnologia:

Execução do “Estudo de Viabilidade de uma Planta de Insumos Nanométricos para Aperfeiçoamento de Embalagens Plásticas”, completado em 31 de agosto de 2012, após licitação vencida pela empresa Nanobusiness, em dezembro de 2011.

O Estudo resultou de demanda específica do Fórum de Competitividade de Nanotecnologia, que reúne empresas, academia e governo. Foi identificada a cadeia de plástico como oportunidade para introdução de novas tecnologias com o objetivo de aperfeiçoar as propriedades físico-químicas dos produtos e consequentemente melhorar a performance das embalagens, com impacto inclusive na exportação de produtos agro-industrializados.

O resultado foi disponibilizado na página do MDIC no endereço http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1347971650.pdf. Estão sendo realizadas ações de divulgação na imprensa e junto a público especializado, inclusive potenciais investidores.

2) Biotecnologia

Execução do Estudo “Diagnóstico sobre Escalonamento de Biotecnologia no Brasil, elaborado pela Fundação BioRio, após pregão eletrônico sob o patrocínio do MDIC, concluído no dia 11 de outubro de 2012.

Escalonamento (Scaling-up) é uma etapa crucial do processo de inovação. É a fase em que os experimentos que foram realizados em laboratórios (usando tubos de ensaio e frascos) são avaliados para produção em escala industrial. No caso do segmento brasileiro de biotecnologia – em que mais de 70% das empresas são pequenas e médias – a fase de escalonamento acaba sendo um gargalo para que os avanços do conhecimento acumulados pelos pesquisadores brasileiros possam sair do papel e do laboratório e chegar aos mercados nacional e internacional, ou seja, para que o conhecimento tecnológico se torne efetivamente uma inovação tecnológica.

O Estudo traz, como exemplo de análise de viabilidade econômica, o exame de uma planta multipropósito para produção de enzimas industriais pelo processo de fermentação em estado sólido, em escala capaz de produzir quantidade suficiente para verificação da atividade do produto em escala industrial.

O Estudo encontra-se disponibilizado na página do MDIC no endereço http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1350494454.pdf. Estão sendo realizadas ações de divulgação na imprensa e junto a público especializado, inclusive potenciais investidores.

3) Apoio a evento de Biotecnologia

O MDIC apoiou financeiramente e organizou rodada de apresentações voltada a negócios no 4º Congresso Brasileiro de Biotecnologia, realizado entre 29 de outubro e 1º de novembro de 2012, no Guarujá, São Paulo. O evento contou com a participação de pesquisadores e representantes de empresas.

4) Biotecnologia Industrial (biocombustíveis)

Foi conduzido Pregão Eletrônico no dia 4 de outubro de 2012 para a contratação de “Estudo de viabilidade técnica e econômica de um grupo selecionado de tecnologias inovadoras relacionadas à cadeia sucroenergética”, cuja execução está em curso.

Metas 2012-2015

• Realização de 2 rodadas de negócios para empresas, academia e governo

Análise Situacional da Meta

Os Fóruns de Competitividade de Nanotecnologia e de Biotecnologia constituíram as rodadas de negócios em 2012. As informações sobre os mesmos são apresentadas abaixo:

- Duas Reuniões do Fórum de Competitividade de Nanotecnologia-



As rodadas de negócio no âmbito do Fórum de Competitividade de Nanotecnologia caracterizam-se por ser um processo em evolução, que levam em conta diversas variáveis relativas à inserção de nanotecnologias nos diversos setores produtivos brasileiros. Ao contrário das rodadas de negócio de produtos acabados, em que é possível mensurar quantitativamente compra e venda de produtos, nas rodadas do Fórum de setores tecnológicos os resultados são relacionados à melhoria do ambiente de negócios que terão impacto na decisão de investimento e/ou parceria por parte das empresas. No tocante às empresas, são vários os ramos industriais que participam, já que a nanotecnologia é multisetorial, perpassa vários dos segmentos produtivos, de cosméticos a aeroespaciais, de energia a fármacos. Nas reuniões do referido Fórum foram abordados tópicos como: empresas âncoras; compras públicas; adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor; produção dos principais insumos para a cadeia produtiva; arranjos produtivos locais; competências críticas; ambiente regulatório, nos planos nacional e internacional; laboratórios certificados; mão de obra especializada em nanotecnologia; infra-estrutura de pesquisa e apresentação sobre a criação do SisNano – rede integrada de laboratórios de nanotecnologia – e da Comissão Interministerial de Nano. Também foram realizadas rodadas de negócio.

Na 2ª Reunião de 2012, dando seguimento à Reunião do primeiro semestre, os principais temas abordados foram: nanotecnologia e cadeia de óleo & gás; formação de consórcio empresarial para compartilhamento de tempo no laboratório Síncroton; mercado de trabalho e formação de profissionais específicos para nanotecnologia; software de avaliação de riscos para nanotecnologia.

Destaque para a apresentação do Estudo de insumos nanométricos para cadeia de plástico; e articulação do consórcio empresarial para uso do laboratório Síncroton.

Assim como tem ocorrido nas últimas reuniões, a ABNT promoveu sessão da Comissão Especial de Estudos, que é o espelho nacional do Comitê ISO para Nanotecnologia. Finalmente, foi realizada rodada de negócios com apresentação de projeto de consórcio empresarial para utilização do Laboratório Síncroton.

- Uma Reunião do Fórum de Competitividade de Biotecnologia

As premissas expostas acima relativas ao Fórum de Nanotecnologia permanecem válidas também para o Fórum de Biotecnologia, ou seja, os resultados das rodadas de negócio são relacionados à melhoria do ambiente de negócios que terão impacto na decisão de investimento e/ou parceria por parte das empresas, já que ambos, biotecnologia e nanotecnologia, podem ser caracterizados mais como “áreas de conhecimento”, e não como setores de produção. Na Reunião realizada em 2012, os principais temas foram: avaliação da participação brasileira na BIO2012 (Convenção Internacional de Biotecnologia realizada nos EUA), sobretudo em termos de negócios realizados, e perspectivas para a BIO2013 (abril de 2013); política de integração de incentivos fiscais/tributários; criação de plataformas tecnológicas multimodais de biofármacos; revisão do marco regulatório de acesso ao patrimônio genético; e adoção de métodos alternativos em relação ao uso de animais para estudos clínicos.

Dentre os resultados, mencione-se a apresentação e debate sobre o Diagnóstico de Referência de Serviços de Escalonamento de Biotecnologias no Brasil, estudo financiado pelo MDIC a partir de demanda do Fórum de Biotecnologia.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

18/02/2013

OBJETIVO: 0856 - Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

**Análise Situacional do Objetivo**

Aprovada a Agenda de Ação para a indústria química no âmbito do Plano Brasil Maior, algumas iniciativas já começaram a ser executadas, tais como: Agenda Tecnológica Setorial, que tem o foco da Química Verde; e Estudo contratado pelo BNDES para levantar informações para ações de diversificação da indústria química.

Em relação aos projetos de investimento relacionados à cadeia química e de fertilizantes destacam-se as seguintes informações:

- No primeiro semestre de 2012, pode-se destacar o avanço na implantação das unidades de produção de PPTA, PET e POY, em Pernambuco.

No âmbito da implantação da unidade de produção de 700 mil toneladas/ano de PTA, pode-se ressaltar o arruamento, Pavimentação e Urbanização da Planta, Estação de Tratamento de Água (ETA), Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), Quatro Silos de armazenamento do PTA, Sistema de Caldeiras, Thermal Oxidiser, Planta de Hidrogênio (H₂), Prédios Industriais (Warehouse, Chemical Store e Tool Store), entre outros. A conclusão das atividades de Construção e Montagem (C&M) possibilitou o atingimento do marco da implantação do Projeto caracterizado pela Completação Eletromecânica da Unidade Operacional no mês de maio. Em seguida, iniciou-se o procedimento de testes e comissionamento da Unidade.

No âmbito da implantação das unidades de produção de 240 mil e 450 mil toneladas/ano de POY e PET, respectivamente, foram concluídas diversas atividades na Unidade de Poliéster e Resina PET, a saber: montagem de Chillers do sistema de utilidades, torres de refrigeração de 4 e 5 células, liberação dos quadrantes 01 e 02 do prédio de texturização para início de instalação e comissionamento das máquinas texturizadoras (filamentos DTY), montagem dos compressores do SSP e HVAC do Laboratório Químico, além do avanço no revestimento lateral e cobertura do Auto Warehouse. Foram instaladas cinco máquinas texturizadoras que entraram em operação ainda no primeiro semestre, possibilitando a comercialização dos produtos de fabricação própria além da revenda dos importados.

- Quanto ao projeto de implantação de unidade de produção de 250 mil toneladas/ano de estireno no Rio Grande do Sul, pode-se destacar o avanço no desenvolvimento do Projeto de Engenharia Conceitual da nova unidade de produção de estireno, através da contratação, ocorrida no final de junho, de empresa especializada para atualização dos spools e esquemas de processos produtivos com início previsto para o segundo semestre deste ano. Por outro lado, a indefinição quanto à garantia de suprimento de matérias-primas e utilidades necessárias à operação da nova planta, cujo fornecimento está tecnicamente restrito a um único fornecedor, dificulta o ritmo de implementação das outras fases do projeto.

- Com relação às ações de Petroquímica do Comperj, ao longo do 1º semestre de 2012, foi dado prosseguimento à execução das obras de infraestrutura compartilhada, dentre as quais se destacam estradas, portarias e subestação pertencentes ao Projeto Comperj.

Adicionalmente, nesse período, foi assinado o contrato para pavimentação do anel viário (18/abr) e obtida junto ao INEA, em 09/mar, a Licença Prévia (LP) para implantação da via de transporte dos equipamentos de grande peso e dimensão.

- Destacam-se também a conclusão da terraplenagem e início da construção civil do Projeto UFN III (Unidade de Fertilizantes III, em Três Lagoas/MS), assinatura do contrato do Projeto Básico da UFN IV (Unidade de Fertilizantes IV, em Linhares/ES) e conclusão do Projeto Básico e emissão da Licença de Instalação da UFN V (Unidade de Fertilizantes V, em Uberaba/MG).

As dificuldades que os projetos têm enfrentado são atraso no andamento dos trabalhos pelo Consórcio construtor da unidade de fertilizantes UFN III impactando o projeto Executivo e o Plano de Suprimento e desclassificação das propostas de EPC da UFN V por preço excessivo

Quanto às pactuações mais relevantes, destaca-se a habilitação do projeto UFN III no REPENEC.

Para o ano de 2013, serão entregues no site da UFN III os equipamentos proprietários, emitida a Licença de Instalação da UFN IV e iniciada a Construção e Montagem da UFN V.

- Nas plantas de fertilizantes, dentre as medidas já implementadas destacam-se em 2012 a conclusão em junho da segunda etapa de construção do projeto ARLA 32, com produção de 200 mil m³/ano, e as paradas programadas nos



sistemas produtivos da FAFEN-BA em março e na FAFEN-SE entre abril e junho.

Espera-se para 2013 a expansão da FAFEN-SE com início da operação da planta de sulfato de amônio que está em fase de execução e ofertará ao mercado 303 mil t/ano, a partir do ácido sulfúrico excedente produzido pela Refinaria Abreu e Lima (RNEST).

Metas 2012-2015

- **Aumentar a oferta de Ácido tereftálico (PTA) em 700 mil toneladas/ano**

Análise Situacional da Meta

Durante o primeiro semestre de 2012 foram concluídas diversas atividades na Unidade de PTA (em Pernambuco), a saber: Arruamento, Pavimentação e Urbanização da Planta, Estação de Tratamento de Água (ETA), Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), Quatro Silos de armazenamento do PTA, Sistema de Caldeiras, Thermal Oxidiser, Planta de Hidrogênio (H2), Prédios Industriais (Warehouse, Chemical Store e Tool Store), entre outros. A conclusão das atividades de Construção e Montagem (C&M) possibilitou o atingimento do marco da implantação do Projeto caracterizado pela Completação Eletromecânica da Unidade Operacional no mês de maio. Em seguida, iniciou-se o procedimento de testes e comissionamento da Unidade.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

29/11/2012

- **Aumentar a oferta de amônia para 124 mil t/ano**

Análise Situacional da Meta

A construção da UFN III (no Mato Grosso do Sul) foi iniciada e a previsão de entrada em operação é Setembro/14. Atualmente a planta prevê a produção para venda ao mercado de 70.000 t/ano de amônia.

Quanto à UFN V (em Minas Gerais), foram recebidas propostas das empresas de EPC com preço excessivo, levando à necessidade de nova análise da modalidade de contratação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

29/11/2012

- **Aumentar a oferta de estireno em 250 mil toneladas/ano**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2012, houve avanço no desenvolvimento do Projeto de Engenharia Conceitual da nova unidade de produção de estireno, através da contratação, ocorrida no final de junho, de empresa especializada para atualização dos spools e esquemas de processos produtivos.

Por outro lado, a indefinição quanto à garantia de suprimento de matérias-primas e utilidades necessárias à operação da nova planta, cujo fornecimento está tecnicamente restrito a um único fornecedor, dificultou o avanço mais célere de outras partes do projeto.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

29/11/2012

- **Aumentar a oferta de filamentos de poliéster e resina têxtil em 240 mil toneladas/ano**

Análise Situacional da Meta

Durante o primeiro semestre do ano corrente foram concluídas diversas atividades na Unidade de Poliéster e Resina PET, a saber: montagem de Chillers do Sistema de Utilidades, torres de Refrigeração de 4 e 5 Células, liberação dos Quadrantes 01 e 02 do Prédio de Texturização para início de instalação e comissionamento das máquinas



texturizadoras (filamentos DTY), montagem dos Compressores do SSP e HVAC do Laboratório Químico, além do avanço no revestimento lateral e cobertura do Auto Warehouse. Foram instaladas cinco máquinas texturizadoras que entraram em operação ainda no primeiro semestre, possibilitando a comercialização dos produtos de fabricação própria além da revenda dos importados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

29/11/2012

• **Aumentar a oferta de Politereftalato de Etileno (PET) em 450 mil toneladas/ano**

Análise Situacional da Meta

Durante o primeiro semestre do ano corrente foram concluídas diversas atividades na Unidade de Poliéster e Resina PET, a saber: montagem de Chillers do Sistema de Utilidades, torres de Refrigeração de 4 e 5 Células, liberação dos Quadrantes 01 e 02 do Prédio de Texturização para início de instalação e comissionamento das máquinas texturizadoras (filamentos DTY), montagem dos Compressores do SSP e HVAC do Laboratório Químico, além do avanço no revestimento lateral e cobertura do Auto Warehouse. Foram instaladas cinco máquinas texturizadoras que entraram em operação ainda no primeiro semestre, possibilitando a comercialização dos produtos de fabricação própria além da revenda dos importados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

29/11/2012

• **Aumentar a oferta de ureia para 1.210 mil t/ano**

Análise Situacional da Meta

A construção da UFN III foi iniciada e a previsão de conclusão da meta é Setembro/14. Atualmente a planta prevê a produção para venda ao mercado de 1.223 mil t/ano de uréia (3.600 t/dia).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

29/11/2012

OBJETIVO: 0857 - Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O fortalecimento de APLs tem sido trabalhado sob a ótica do encadeamento produtivo, onde as médias empresas são estimuladas a participarem do processo produtivo fornecendo insumos para as grandes empresas e comprando insumos das pequenas empresas.

No âmbito do apoio ao acesso a novos mercados regionais, nacionais e internacionais e a mercados diferenciados, para empreendimentos organizados em APLs, foram realizadas reuniões com as instituições financeiras do GTP APL, com objetivo de estimular a elaboração de mecanismos de compra e venda direcionados aos APLs. Também a APEX e instituições do GTP APL mantêm o programa PEIEX para auxiliar as exportações de pequenas empresas.

Metas 2012-2015

• **Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais no país**

Análise Situacional da Meta

A meta foi amplamente superada.



Atualmente o GTP APL, coordenado pelo MDIC apoia 273 APLs em todo o Brasil, com ações voltadas ao desenvolvimento, eventos, apoio técnico e apoio gerencial dos APLs. Os Seminários de Desenvolvimento Regional, coordenados pelo Ministério da Integração contribuíram para o incremento da meta, como também a divulgação da Política nos Estados e, sobretudo, a instituição do Observatório do APL, construído pelo MDIC, em parceria com o MCTI e com a participação das 33 instituições do GT/APL.

Quantidade alcançada

273

Data de Referência

28/11/2012

OBJETIVO: 0858 - Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 foi finalizada a elaboração do Plano Setorial da Indústria de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (Plano Indústria) e realizada consulta pública no período de junho a agosto. Em agosto foi firmado Acordo de Cooperação Técnica MDIC-MMA-CNI para apoiar a implementação do Plano e editada Portaria Interministerial MDIC-MMA que instituiu a Comissão Técnica do Plano Indústria (CTPIn). A reunião de instalação da CTPIn foi realizada em 30 de outubro. A CTPIn operacionalizará o Plano de Ação do Plano Indústria, que trata das iniciativas desse objetivo: criação de banco de dados de tecnologias de baixo carbono, fomento à redução de emissões nos setores industriais e realização de inventários corporativos de emissões. Em 2013 será discutido e elaborado o Plano de Trabalho que vai nortear a atuação da Comissão Técnica.

Metas 2012-2015

• **Criar banco de dados de tecnologias de baixo carbono**

Análise Situacional da Meta

A criação de banco de dados de tecnologias de baixo carbono está incluída no Plano de Ação do Plano Indústria e será discutida no âmbito da Comissão Técnica do Plano Indústria (CTPIn)

OBJETIVO: 0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

As principais realizações de 2012 são discriminadas abaixo:

1) No que tange à ampliação da infraestrutura técnica para qualidade:

- Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular: iniciado em 2009 com 5 marcas e 54 modelos. Em 2012, alcançou 34 marcas e pelo menos 450 modelos, correspondendo a cerca de 75% do mercado. Em termos de volume de vendas atingiu cerca de 90% do mercado.

- Programa Brasileiro de Etiquetagem de Edificações: em 3 anos, o PBE Edifica contemplou 56 etiquetas para prédios públicos, comerciais e de serviços e 1.101 etiquetas para apartamentos, em 13 empreendimentos. A intenção é avaliar o melhor aproveitamento das chamadas energias passivas: a iluminação e a ventilação naturais, além de incentivar o uso racional de água e de energia solar.

- Selo para produtos da Amazônia: desenvolvido programa para certificar produtos manufaturados com matéria-prima da Amazônia. O primeiro foi para o pirarucu, lançado em julho de 2012. A certificação é voluntária e está abrangendo produtos fitoterápicos, fitofármacos, biocosméticos, jóias, embalagens sustentáveis, alimentos, entre outros.



- Certificação por grupos de produtos: passou a contemplar grupos de produtos e não mais itens isolados. Entre os programas, o de eletrodomésticos engloba 160 diferentes aparelhos, o de autopeças 12 itens e o da construção civil 4 itens.

2) Sobre o aperfeiçoamento das práticas de regulamentação técnica:

- Benchmarking colaborativo: O MDIC, está coordenando, em parceria com o MPOG, um estudo de benchmarking colaborativo sobre a "Atuação pró-ativa dos regulamentadores para a participação das partes interessadas no processo de regulamentação e sua divulgação para a sociedade". O estudo está sendo realizado com a participação de 8 regulamentadores e tem como objetivo ampliar a participação efetiva e qualificada do cidadão e das demais partes interessadas no processo de regulamentação, bem como o acesso às informações resultantes desse processo, a fim de promover o diálogo e transparência, identificar demandas e assegurar a legitimidade e eficácia dos regulamentos.

3) Em relação ao apoio à competitividade sistêmica dos programas governamentais, com ênfase na saúde, segurança e meio ambiente:

- Compras públicas: no Programa Caminho da Escola, até setembro de 2012, o Inmetro e a RBMLQI inspecionaram 13.804 ônibus que foram entregues a vários municípios. A referida Autarquia está atuando também no controle da qualidade para aquisição e distribuição de unidades móveis de ensino contemplando Laboratórios Móveis Profissionalizantes e Consultórios Itinerantes Odontológicos e Oftalmológicos.

Em 2012, ressalta-se a inspeção na fabricação e aprovação dos protótipos dos conjuntos de componentes, a supervisão da fabricação dos conjuntos de componentes e a inspeção e aprovação final de cada conjunto de componentes. Foram supervisionados, inspecionados e aprovados 3 modelos de protótipos (1 laboratório profissionalizante e as alternativas de composição interna, 1 consultório oftalmológico e 1 consultório odontológico).

- Programa de Avaliação da Conformidade para demandas da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016: destaca-se o de cadeiras de estádios, e o Sistema Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass). Este último representa uma nova sistemática com 7 tipos de Meios de Hospedagem e identificação dos empreendimentos por estrelas do SBClass em 5 categorias, de acordo com a infraestrutura, a sustentabilidade e os serviços oferecidos.

- Metrologia na área da Saúde: o Inmetro está analisando a conformidade de equipamentos usados na pesquisa biomédica e na prática médica. Em parceria com a Anvisa, vai avaliar procedimentos laboratoriais (análises clínicas), prevendo-se a possibilidade de criação de Material de Referência Certificado (MRC) para glicose, colesterol, hemoglobina glicosada e marcadores moleculares para câncer de mama, entre outros. Para ampliar a infraestrutura tecnológica e dar suporte à produção nacional de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), será construído um laboratório com cerca de 750 m².

- Certificação de implantes mamários de silicone: para atender demanda da Anvisa, o Inmetro, desenvolveu e estabeleceu os requisitos de avaliação da conformidade para implantes mamários e designou organismos de certificação. Atualmente, as próteses passam por testes em laboratórios brasileiros, para verificar a resistência e a composição do silicone usado e por exames biológicos.

- Desenvolvimento de regulamentação técnica metrológica sobre os medidores de vazão multifásicos para petróleo e gás natural a serem utilizados na exploração dos campos do Pré-Sal: Em conjunto com a ANP e com apoio da Petrobras, o Inmetro está desenvolvendo uma regulamentação técnica metrológica para os medidores multifásicos com vistas a dar credibilidade aos resultados das medições. Os medidores de vazão regulamentados serão utilizados na medição de apropriação de petróleo, que é a referência para o cálculo da distribuição dos royalties entre Estados, Municípios e proprietários de terras onde estão localizados os poços.

- Programa de acreditação de organismos de verificação e validação em emissões de gases de efeito estufa: com o objetivo de reduzir a emissão de gases de efeito estufa foram criados esquemas de emissões, que devem possuir a robustez necessária para garantir a exatidão na quantificação de emissões. Os projetos devem ser verificados e/ou validados por um organismo acreditado, para atestar o atendimento dos requisitos especificados, como se vê em operação em diversos países, inclusive adotada no âmbito do Protocolo de Kyoto. Em 2013 será lançado o programa brasileiro.

- Foro de importantes reuniões internacionais: realizada pela primeira vez no Brasil, a 12ª IAF/ILAC 2012 Joint Annual



Meetings, reuniu representantes de organismos de avaliação da conformidade de 62 países. Além do Inmetro, anfitrião do evento, ISO (Organização Internacional para Padronização), IEC (Comissão Eletrotécnica Internacional), ITU (União Internacional de Telecomunicações), OMC (Organização Mundial do Comércio), BIPM (Bureau International des Poids et Mesures), OIML (Organização Internacional de Metrologia Legal), WADA (Agência Mundial de Anti-Doping) colaboraram para o sucesso das discussões. Destaca-se, também, o 1o Encontro dos Pontos Focais OMC/TBT das Américas com os demais países do continente americano.

4) No que tange à promoção da justa concorrência e proteção ao cidadão

- Acordo de cooperação com a Receita Federal: Este convênio intensificou o intercâmbio de informações, com vistas a aprimorar as ações de fiscalização na importação e no mercado interno de produtos que não atendam aos requisitos de avaliação da conformidade. Foram priorizados 5 setores: brinquedos, capacetes para motociclistas, luvas cirúrgicas, pneus e barras e fios de aço. Entre as ações que marcaram a parceria firmada entre as partes, destaca-se a Operação Especial Brinquedo Perigoso resultando na apreensão de cerca de 7 toneladas de brinquedos irregulares.

- Segurança nas estradas e vias urbanas: A implantação do controle metrológico legal dos tacógrafos conferiu maior segurança nas estradas, com redução dos acidentes de trânsito, atingindo até outubro de 2012 cerca de 1 milhão de verificações. Em 2012, foram fiscalizados 46.757 veículos nas rodovias, nas empresas de transportes, portos, Ceasa e nas escolas.

- Cooperação técnica Brasil - Estados Unidos: Firmado acordo com o Consumer Product Safety Commission (CPSC) priorizando o interesse comum de imprimir elevado grau de segurança dos produtos de consumo nos mercados, com alinhamento dos requisitos de segurança similares (iniciando pelos berços infantis), sistemas de coleta de dados de acidentes de consumo, sinalização sobre áreas de riscos emergentes, entre outros. Em 2013, o Inmetro assumirá a Presidência do Conselho Internacional de Segurança de Produtos de Consumo. Inmetro e o Nist serão os responsáveis por desenvolver material de referência para biocombustíveis de aviação.

- Registro de Objetos: Foi ampliado o número de Programas de Avaliação da Conformidade contemplando a figura do Registro de Objetos, que explicita a responsabilidade do fornecedor, facilita e agiliza as ações de acompanhamento do objeto no mercado e aumenta a efetividade do poder de polícia administrativa do Estado para objetos com conformidade avaliada de forma compulsória. Em 2012 foram concedidos 4.198 Registros de Objetos.

- Implantação da regulamentação técnica metrológica sobre mototaxímetros: O Inmetro inovou ao estabelecer a regulamentação técnica metrológica de mototaxímetros para tarifação das corridas, visto que são poucos os países no mundo que utilizam este instrumento para um controle legal do Estado.

- Elaboração de requisitos para softwares embarcados em instrumentos de medição: A elaboração de requisitos para softwares tem por objetivo manter a integridade das medições realizadas pelos diversos instrumentos eletrônicos combatendo fraudes e erros de medição.

Metas 2012-2015

• Implantar 10 laboratórios delegados à Rede Laboratórios Associados ao INMETRO para inovação na empresa Análise Situacional da Meta

O Inmetro está desenvolvendo um programa de implantação de Laboratórios Associados com o objetivo de aumentar o suporte à inovação nas empresas brasileiras e que envolve um programa de bolsas para inclusão de especialistas de alto nível em apoio à inovação e transferência de tecnologia para o setor empresarial.

O Projeto está em fase de implantação, tendo sido concluídas duas importantes ações: a) Operacionalização do sistema do programa de bolsas de pesquisa do Inmetro (Pronametro), conforme previsto em sua nova Lei (artigo 12 da Lei nº 12.545/2011). Trata-se de uma ferramenta fundamental para o funcionamento do Programa de Laboratórios Associados por permitir recursos para custeio de pesquisadores nestes laboratórios; b) Foram selecionados dois laboratórios de universidades, um em Minas Gerais e outro no Rio Grande do Sul para a implantação de um programa piloto. Este piloto produzirá a experiência necessária para a extensão do Programa a um conjunto muito maior de laboratórios. Adicionalmente, está em fase de conclusão a elaboração do Regimento para funcionamento do Programa, inclusive



com as minutas de convênios a serem firmados com as instituições participantes.

O programa de implantação de Laboratórios Associados mobiliza esforços de uma ampla gama de organizações, em redes articuladas, envolvendo instituições públicas e privadas, de caráter científico e tecnológico, bem como agências de fomento, em sintonia com as diretrizes do Plano Brasil Maior. A questão central de uma rede com estas características, de alta complexidade, é sua governança. O Inmetro detém larga experiência com a coordenação de uma rede também de alta complexidade, a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade, articulando 27 instituições estaduais de pesos e medidas e garantindo ações de Metrologia Legal e Avaliação da Conformidade em praticamente todos os municípios do País.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

20/11/2012

• **Ter 1180 organismos de avaliação da conformidade acreditados pelo INMETRO**

Análise Situacional da Meta

O quantitativo de organismos de avaliação da conformidade acreditados foi de 1.158.

A meta estipulada deve ser superada antes de 2015 por conta dos seguintes fatores:

- a) novas organizações tem solicitado acreditação em áreas que já possuem organizações acreditadas, demonstrando que ainda há mercado disponível para atuação de novos organismos e laboratórios, podendo ser em decorrência do crescimento industrial;
- b) publicação de regulamentos de avaliação da conformidade em novas áreas que demandam organismos e laboratórios acreditados para prover confiança em produtos e serviços à sociedade;
- c) adoção de práticas de gestão, ferramentas de trabalho internas e processos automatizados no Inmetro que proporcionam maior agilidade na condução e conclusão dos processos de acreditação;e
- d) maior interação com órgãos regulamentadores (Anvisa, Ibama, Mapa, Anatel entre outros) que reconhecem a importância da atividade de acreditação e assim, decidem tornar compulsória a obtenção da acreditação perante o Inmetro para as organizações que disponibilizam produtos ou serviços na área específica do órgão regulamentador.

Quantidade alcançada

1.158

Data de Referência

31/10/2012

OBJETIVO: 0860 - Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, por meio da promoção de negócios e de parcerias entre as empresas, de forma competitiva e sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do Plano Brasil Maior foram desenvolvidos diversos trabalhos, entre os quais destacamos:

1. criação de e 3 Grupos de Trabalho do Conselho de Competitividade de Petróleo, Gás e Naval (Produtividade dos estaleiros; recursos para inovação; e apoio ao desenvolvimento de empresas de conteúdo tecnológico), cujo foco principal é desenvolver e implementar projetos e medidas para o aumento do conteúdo local e a agregação de valor na cadeia. As propostas validadas pelo Conselho constituirão a agenda de trabalho dos próximos anos;
2. discussões entre o MDIC e a Receita Federal do Brasil para a retirada do impedimento de utilização da modalidade Drawback intermediário pelo Drawback embarcação;
3. discussões de diversos órgãos governamentais com a Receita Federal do Brasil para a criação de Regime Tributário para a Cadeia de Petróleo, Gás e Naval - REPEG, com o objetivo de desonerar a cadeia de fornecedores;
4. discussões de diversos órgãos governamentais com a Receita Federal do Brasil para aperfeiçoar o Regime Especial Aduaneiro de Importação e Exportação de Bens Destinados à Exploração e à Produção de Petróleo e Gás – REPETRO.

Metas 2012-2015

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas profundas (profundidade entre 100m e 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)**

Análise Situacional da Meta

A meta, aferida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, não têm periodicidade e depende da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas rasas (profundidade inferior a 100 m), de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (56%) e desenvolvimento (68%)**

Análise Situacional da Meta

A meta, aferida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, não têm periodicidade e depende da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas ultraprofundas (profundidade superior a 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)**

Análise Situacional da Meta

A meta, aferida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, não têm periodicidade e depende da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em terra, de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (75%) e desenvolvimento (82%)**

Análise Situacional da Meta

A meta, aferida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, não têm periodicidade e depende da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera no pré-sal: exploração (42%) e desenvolvimento (60%)**

Análise Situacional da Meta

A meta, aferida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, não têm periodicidade e depende da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração.

OBJETIVO: 0865 - Promover a formação de empresas globais e apoiar a internacionalização de empresas brasileiras de capital nacional, sobretudo daquelas situadas em posição promissora nas cadeias produtivas e de conhecimento mundiais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o BNDES apoiou a internacionalização de 2 empresas. Em 2013, deverá apoiar mais 7 novos projetos, que se encontram em níveis de consulta e aprovação. Ainda com relação ao BNDES, cabe destacar que a referida instituição disponibiliza linha de crédito, denominada Operações de Investimento Direto Externo (IDE), que tem por objetivo estimular a inserção e o fortalecimento de empresas de capital nacional no mercado internacional, através do apoio a investimentos ou projetos a serem realizados no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País, abrangendo sociedades empresárias com sede e administração no País, de controle nacional, com potencial de inserção no mercado internacional.

Já a APEX oferece diversos serviços, entre estes, serviços customizados de internacionalização, como Inteligência Comercial Customizada, Promoção de Negócios Customizada e Apoio à Instalação no exterior, que orientam a decisão



do empresário quanto a escolha do país para expansão de suas operações internacionais, quanto a forma de entrada no mercado e diversos aspectos relacionados a estruturação do processo de internacionalização da sua empresa, visando aumentar competitividade doméstica e internacional.

Metas 2012-2015

• Internacionalizar 30 empresas da indústria de transformação

Análise Situacional da Meta

Neste primeiro ano do PPA, por meio do programa de internacionalização de empresas do BNDES, registrou-se o apoio a 2 projetos. Todavia, há na carteira do Banco, nos níveis entre consulta e aprovação, mais 7 projetos envolvendo 5 empresas.

Ainda em 2012, pelo programa da APEX, 165 empresas da indústria de transformação receberam prestação de serviços customizados de internacionalização e, dessas, 18 abriram sua filial no exterior ou adquiriram ativos no exterior pela primeira vez.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

15/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	30	unidade	10	29/11/2012

OBJETIVO: 0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) iniciou, durante o ano de 2012, a implementação de diversas iniciativas com vistas a dar suporte para o alcance desse objetivo e de suas metas até o final do Plano Brasil Maior. Para a ampliação da inserção do tema propriedade intelectual (PI) e inovação em atividades acadêmicas e empresariais, destacam-se as parcerias do INPI com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Associação de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a consolidação da parceria com a Apex-Brasil.

Com a Finep, ressalta-se a capacitação de empresas nos temas referentes à PI e transferência de tecnologia, a participação do INPI na Categoria Inventor-Inovador do Prêmio Finep de Inovação e a implantação do Observatório Tecnológico nas diversas áreas de conhecimento de interesse conjunto da Finep e INPI, com ênfase nas áreas de oncologia, tecnologias voltadas à defesa, etanol e fontes alternativas de energia, tecnologias assistivas, petróleo e gás. A parceria com a Anpei prevê, para 2013, a inserção do tema PI no projeto EducAnpei, que possui 10 Rotas de desenvolvimento profissional com foco em inovação, sendo uma delas em Gestão da PI. Já a parceria com a Fiocruz contempla a capacitação e disseminação da cultura de PI e Inovação, o estabelecimento do Observatório Tecnológico para a área da Saúde e a implantação do exame prioritário de pedidos de patentes para produtos de interesse do Sistema Único de Saúde (SUS). Com a Apex, foram treinados 167 multiplicadores de conhecimento que atuam junto às micro e pequenas empresas exportadoras em 12 pólos do Projeto de Extensão Industrial Exportadora (Peiex).

O serviço "INPI Negócios", que prevê atendimento individual de médias e pequenas empresas e de universidades sobre questões relativas a contratos de assistência técnica, uso de marca e transferência de tecnologia associado a informações relativas ao depósito dos ativos, entre outros, realizou, em 2012, 43 atendimentos em seis unidades regionais do INPI, a

saber: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Em 2013, pretende-se continuar essa atividade expandindo para os outros Estados com unidades regionais.

A inserção do INPI por meio de palestras e atendimento em estandes em eventos científicos e técnicos realizados em todo o País alcançou 10.248 pessoas, entre outubro/2011 e outubro/2012. No mesmo período, 1.349 pessoas participaram de eventos promovidos pelo INPI no âmbito dos Acordos de Cooperação firmados com diversas instituições brasileiras.

A Academia do INPI também investiu no desenvolvimento de estratégias de ensino à distância, buscando estabelecer parcerias com organizações no Brasil e no exterior. Desde o início de 2012, a Academia oferece, em parceria com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), o DL 101P BR, um curso de extensão de nível básico, no formato ensino à distância, com conteúdo nacional e tutoria de especialistas capacitados pela OMPI. Foram treinadas 2.000 pessoas.

Em 2012, o portfólio de cursos presenciais da Academia foi ainda atualizado, visando a adaptá-lo à existência do ensino à distância e a aperfeiçoá-lo para que atenda às novas necessidades do Sistema Nacional de Inovação (SNI). Foi ampliada a oferta de oficinas e inseridos cursos para empresários, com carga-horária reduzida e metodologia desenvolvida sob medida para as necessidades desse público, para que a propriedade intelectual possa ser integrada, com mais eficácia, ao plano de negócios de empresas no Brasil.

No que tange ao Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI, verifica-se a consolidação do programa, que já está em sua sexta turma, com a contratação de especialistas seniores e o fortalecimento das atividades de pesquisa acadêmica, além do desenvolvimento de planos visando à expansão internacional para países de língua portuguesa e para a América Latina. Destaca-se ainda a aprovação do Doutorado do INPI em Propriedade Intelectual pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em setembro de 2012, com a primeira turma prevista para 2013. Esse é o primeiro curso de doutorado em PI do Brasil.

No tocante ao aprofundamento da cooperação com o sistema internacional de propriedade intelectual, o INPI realizou 13 atividades objetivando a obtenção de competências que permitam uma melhor utilização dos procedimentos técnicos e administrativos mais modernos envolvendo a propriedade intelectual, e o aprimoramento do acesso à cultura de propriedade intelectual para uso dos diversos setores da sociedade. Essas atividades são missões técnicas de especialistas brasileiros ao exterior visando à troca de experiências e melhores práticas, assim como a recepção de especialistas estrangeiros com o mesmo objetivo. Em ambos os casos existe ainda a possibilidade de representação em seminários organizados, tanto no Brasil quanto no Exterior, visando à disseminação da cultura da propriedade intelectual e a capacitação técnica das partes envolvidas, objetivos centrais do internamente conhecido "Projeto INPI-OMPI", que dá suporte a tais atividades.

Em 2013, a iniciativa contará com atividades que fortalecerão o corpo técnico do INPI e permitirão aos participantes de diferentes segmentos do sistema de propriedade intelectual atuarem de forma mais efetiva.

O projeto de estruturação da rede de autoridades nacionais de propriedade intelectual da América do Sul, denominado PROSUL, avançou rumo à consecução dos objetivos previstos em seu escopo. Destacam-se a escolha da ferramenta que possibilitará o exame colaborativo de pedidos de patentes entre as nove entidades-parte do PROSUL, denominada e-PEC, e o avanço considerável na criação de um sistema de registro de marcas abrangendo os sistemas de PI das entidades-parte.

Foram também lançadas três consultorias com vistas à criação de plataforma que integrará os sistemas de PI das entidades-parte, à criação de uma página do PROSUL na Internet e à escolha do modelo institucional que melhor representará o PROSUL. Entre os fatores que dificultaram a execução do Objetivo do Projeto, destaca-se o grande número (nove) de entidades-parte; o alto custo para reunir gerentes e técnicos; a relativa morosidade que impõe o processo de decisão por consenso.

Para 2013, prevê-se a definição dos consultores citados e a entrega dos produtos contratados, além da consolidação dos modelos de colaboração em patentes e marcas.

Relativamente à implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico, as obras (que se encontram sob a responsabilidade do Inmetro), foram retomadas em outubro de 2012, após a contratação por aquele Instituto de uma



empresa para executar as tarefas de análise a ajuste do projeto e acompanhamento da obra. O Inmetro sinalizou com a necessidade de repasse dos recursos disponíveis no orçamento do INPI, no valor de R\$ 1.100.000,00, para execução das etapas previstas para no ano. As etapas subseqüentes do cronograma deverão ser executadas conforme a disponibilidade financeira para os próximos períodos.

A implantação do Programa INPI da Qualidade vem enfrentando dificuldades porque não foi possível contratar uma empresa de consultoria de alto nível com experiência real em obtenção de Prêmios da Qualidade concedidos pelo Governo Federal e em processos devidamente padronizados para ISO 9001:2008. Desde o segundo semestre de 2012, os esforços para contratação da consultoria foram feitos em duas frentes, uma contando com ajuda da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, do Conselho de Governo da Casa Civil, e outra por meio do Projeto OMPI. Utilizando apenas os recursos humanos do próprio INPI, já se conseguiu dar alguns passos importantes, como a elaboração, aprovação e publicação do "Manual da Qualidade do INPI", documento básico para todo Sistema de Gestão da Qualidade, bem como o "Procedimento para Elaboração de Documentos do SGQ". Dessa forma, já foi possível a padronização dos formulários do INPI, que serão paulatinamente substituídos, a exemplo do que já ocorreu com os de Patentes Verdes, Opinião Preliminar e demais formulários da Diretoria de Patentes, a qual já tem como meta obter a Certificação ISO 9001:2008 para todo o seu processo de exame técnico.

O INPI também já teve implantados em 2012 alguns módulos do seu sistema eletrônico, denominado e-Patentes. Para 2013 está previsto o início da implementação dos sistemas e-Desenho Industrial e e- Contratos de Tecnologia. Após seis anos da implantação do e-Marcas, o sistema de depósito de marcas pela internet, o INPI conta com cerca de 80% dos pedidos feitos eletronicamente.

Ademais, deve-se observar que o e-Marcas representa o marco inicial de um processo permanente de automatização dos serviços da Diretoria de Marcas, que culminará, em 2013, com a implantação do IPAS (Intellectual Property Automation System). Desenvolvido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI que servirá como o novo sistema de exame de marcas, trazendo mais rapidez e qualidade às decisões do Órgão. As iniciativas em curso para automação e revisão de processos, aliadas ao ingresso programado de novos examinadores em 2013, indicam a viabilidade do alcance das metas para 2015 de redução dos prazos de exame e decisão de pedidos de Marcas e Patentes.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 2.500 para 5.000 o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI**

Análise Situacional da Meta

Os profissionais da Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI trabalham para ampliar o número de capacitados em propriedade intelectual e temas correlatos, oferecendo cursos que atingem alunos oriundos das diversas regiões do país. No entanto, é preciso ressaltar que o número de estudantes formados pela Academia tende a flutuar ao longo do período, além de estar sujeito a uma série de variáveis que fogem ao controle do INPI como, por exemplo, o crescimento da demanda por capacitação em propriedade intelectual.

O número de capacitados anualmente pela Academia é calculado por meio da soma de formados no mestrado do INPI, de alunos capacitados nos cursos presenciais de extensão (obtendo 75% ou mais de frequência às aulas), de presentes em Ciclos de Estudos e Seminários promovidos pela Academia do INPI e de aprovados em exames finais e em avaliações de cursos à distância. Neste ano de 2012, esse número foi de 3.168 capacitados.

O método de coleta de dados, que leva em consideração apenas os alunos capacitados, é um fator que interfere diretamente nos resultados da coordenação. Nas atividades de ensino à distância, por exemplo, verifica-se uma tendência de que cerca da metade dos inscritos no DL 101P BR participe do Exame Final. Dentre os que participam, nem todos conseguem atingir o grau mínimo exigido. Nas duas edições do DL 101P BR realizadas em 2012, houve aproximadamente 5.000 alunos inscritos, mas apenas 1.994 foram aprovados no exame final.

Já nas atividades presenciais, observa-se que um número significativo de alunos não consegue cumprir a frequência mínima exigida de 75%. Esse diagnóstico levou, inclusive, a equipe da Academia responsável pelos cursos de extensão a rever os modelos de cursos presenciais a serem oferecidos. O portfólio de cursos foi atualizado, passando a priorizar,



em atividades presenciais, cursos regionais, oficinas e cursos para empresários, ou seja, atividades com turmas reduzidas, que permitem intensa troca de informações entre professores e alunos.

Se a capacitação do público em geral passou a ser feita por meio do ensino à distância, por outro lado os cursos presenciais aprofundaram a formação de alunos que atuam em setores e organizações no qual o uso da propriedade intelectual é estratégico.

Cabe ainda ressaltar que outro fator imprescindível para a obtenção de resultados concretos do esforço investido em atividades de capacitação é a qualidade dessas ações, no sentido de excelência no ensino e de adaptação dos cursos ao perfil do público-alvo, de modo que os conhecimentos obtidos pelos alunos possam, cada vez mais, ser aplicados efetivamente no ambiente de trabalho. É fundamental que os estudantes capacitados possam vir a atuar como peça-chave para o emprego da propriedade intelectual como ferramenta para o desenvolvimento tecnológico e econômico e para ganhos de competitividade de empresas residentes no Brasil.

Outro fator que impacta o número anual de capacitados pela Academia, interferindo na expectativa de que haja um crescimento constante do número de formados, é a existência de parcerias para execução de atividades de capacitação em propriedade intelectual com resultados que só podem ser contabilizados a cada dois anos, como no caso do Curso de Especialização em Propriedade Intelectual e Inovação, fruto do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre INPI e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC.

A dificuldade de expansão do investimento em recursos humanos e em infraestrutura é outro fator limitante ao crescimento das atividades de capacitação, tendo em vista a necessidade de tecnologias educacionais e da ampliação proporcional do número de professores, administradores e tutores.

Quantidade alcançada

3.168

Data de Referência

31/12/2012

• Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual

Análise Situacional da Meta

A Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI vem intensificando as atividades de pesquisa em propriedade intelectual e inovação, de forma a fornecer aos servidores e à sociedade como um todo informações de qualidade relacionadas com as temáticas pesquisadas.

Para alcançar esse objetivo e tendo em vista a dificuldade existente devido à falta de veículos de publicação especializados, a Academia do INPI investe na atualização do corpo docente, interação inter e intra-institucional e promoção de eventos científicos, como o Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (ENAPID). Cabe destacar que o quadro docente da Academia apresenta previsão de crescimento com a contratação de 8 especialistas seniores em PI, o que deverá ampliar as publicações, bem com a recente aprovação do Programa de Doutorado em PI e Inovação, que consequentemente fomentará as pesquisas realizadas no âmbito da Academia.

Tais ações estão permitindo ampliar gradativamente as metas relativas às publicações com expectativas de um aumento de 100% em relação ao ano de 2010, subindo de 30 publicações para 60 publicações no ano de 2015. Cabe ressaltar que até setembro de 2012, a Academia já apresenta um total de 47 publicações.

Quantidade alcançada

47

Data de Referência

30/09/2012

• Aumentar de 5.786 para 6.250 o número de registros de desenho industrial

Análise Situacional da Meta

Na data-base de 2010, diferentemente do informado no texto relativo à meta, os registros concedidos somavam 5.441.

Em 2012, foram concedidos 4.334 registros de DI.

**Quantidade alcançada**

4.334

Data de Referência

31/12/2012

• Conceder 120 registros de indicação de procedência e 30 registros de denominação de origem**Análise Situacional da Meta**

Até o mês de outubro de 2012, o INPI havia reconhecido 18 indicações geográficas. Encontram-se em exame mais 20 pedidos. Desde 2011, vêm sendo feitos esforços para que não haja qualquer backlog de exame em 2013.

Mediante os projetos de disseminação e fomento, aliados a uma maior celeridade no exame das solicitações de reconhecimento, espera-se chegar até 2015 com um número considerável de indicações geográficas brasileiras oficialmente reconhecidas, passando o Brasil a ser o líder em indicações geográficas registradas da América do Sul.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/10/2012

• Disseminar a cultura de Propriedade Intelectual em 123 instituições públicas de educação superior brasileiras**Análise Situacional da Meta**

Até outubro de 2012 foram realizadas 52 palestras em 30 Instituições de Ensino Superior (IES) e Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) públicas (que tenham ensino superior), com a presença de 3.205 pessoas. O total de ICTs com atividades de disseminação (n=30) representa 24,4% da meta (n=123). A demanda pela participação do INPI em eventos e atividades organizadas por IES e ICTs vem aumentando desde que tem atuado na disseminação da cultura da PI por todo o Brasil.

Para 2013, espera-se que a demanda continue crescendo, principalmente, devido às políticas de fomento à inovação que alavancam a importância do sistema de proteção intelectual e aumentam a necessidade de ampliação do conhecimento por meio dos atores do sistema nacional de inovação.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/10/2012

• Reduzir de 2,5 anos, a partir do pedido de exame, para 1 ano o prazo para manifestação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) quanto à viabilidade dos pedidos de patente**Análise Situacional da Meta**

Em 2011, diferentemente do informado no texto relativo à meta, o prazo de manifestação do INPI quanto a viabilidade dos pedidos de patentes foi de 6,4 anos, ao invés de 2,5 anos.

No ano de 2012 o prazo de manifestação do INPI quanto a viabilidade dos pedidos de patentes alcançou 6,8 anos. Este aumento deveu-se principalmente a dois fatores: a transição para a implantação de novos sistemas e procedimentos para o exame dos pedidos na forma digital; e o deslocamento de examinadores dedicados ao exame para a implementação de projetos estratégicos.

Convém citar a implementação em 2012 de dois novos serviços, no âmbito do projeto estratégicos de redução do Backlog de Patentes: Patentes Verdes e a Opinião Preliminar sobre Patenteabilidade. Ambos os serviços têm por objetivo fornecer uma resposta mais rápida sobre o pedido de patente e diminuir o prazo do primeiro exame do pedido. Os resultados destes serviços terão reflexo no ano de 2013.

Mantém-se a meta projetada para 2015, com a projeção da meta para 6,5 anos para 2013. O alcance da meta proposta requer a admissão de 70 novos examinadores em 2013, cujo edital de concurso foi publicado em 16/11/2012, bem como o ingresso de novos examinadores ao longo dos anos de 2013 e 2014.

Por ocasião da revisão do PPA a redação da meta será alterada para "Reduzir o prazo médio do primeiro exame dos



pedidos de patente para 1 ano, contado a partir do pedido de exame."

Quantidade alcançada

6,8

Data de Referência

13/11/2012

• **Reduzir de 25 meses para 9 meses o prazo de exame de novos pedidos de registro de marca**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, diferentemente do informado no texto relativo à meta, o prazo de exame de novos pedidos de registro de marcas superou os 25 meses.

No ano de 2012 o prazo de exame de novos pedidos de registro de marcas alcançou 50 meses.

Hoje, o INPI tem recebido em torno de 160.000 marcas ao ano, número bem acima da atual capacidade de exame, que, com um quadro de 52 analistas, chega a cerca de 100.000 despachos de primeiro exame. Além disso, ressalte-se que o backlog de marcas (quantidade total de pedidos pendentes de primeiro exame) se encontra ainda bastante alto (415.000 pedidos).

No entanto, há claros sinais de recuperação para os próximos períodos. Em primeiro lugar, em função da contratação, já em 2013, de mais 17 tecnologistas, profissionais responsáveis pelo exame de marcas, grupo ao qual deverá ser acrescido um contingente de mais 90 examinadores, assim que o Projeto de Lei nº 4.365/12, que cria 485 cargos no INPI, for aprovado. Em segundo lugar, a perspectiva de melhoria dos resultados alcançados deverá ser fruto também do processo de aprimoramento das ferramentas de tecnologia da informação aplicadas à gestão do exame de marcas. O processo de informatização do INPI, iniciado com o e-Marcas (sistema de depósito de marcas pela internet) em 2006, terá, no próximo ano, a implantação de uma nova plataforma de análise de pedidos, o IPAS (Industrial Property Automation System), desenvolvido pela OMPI. O IPAS tornará os processos e as rotinas de trabalho mais eficientes, acarretando significativos ganhos em termos de produtividade.

É neste sentido que, apesar do atual resultado apurado estar abaixo do projetado para 2015, se espera, ainda para 2013, um prazo de 36 meses como estimativa de tempo para análise dos pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame. Vale notar que, atendidas as contratações planejadas, projetam-se para os anos de 2014 e 2015, respectivamente, os prazos de 18 e 9 meses.

Por ocasião da revisão do Plano a meta será alterada para "Reduzir para 9 meses a estimativa de tempo médio para análise dos pedidos de marcas pendentes de primeiro exame".

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

30/09/2012

• **Reduzir de 5,3 anos para 2,5 anos o prazo médio de concessão de patente contado a partir do pedido de exame**

Análise Situacional da Meta

O objetivo da meta é monitorar não somente o prazo de concessão da patente, mas o prazo da decisão do pedido de patente. Considerando isso, o valor correto para o prazo de decisão dos pedidos de patentes, no ano de 2011, foi de 6,9 anos e não de 5,3 anos conforme descrito formalmente. Por isso, o texto da meta será ajustado na revisão do PPA para: "Reduzir o prazo médio de decisão do pedido de patente para 2,5 anos contado a partir do pedido de exame".

Em 2012 o prazo médio de decisão chegou a 7,3 anos. Apesar disso, mantém-se o objetivo de redução do prazo de modo que, ao final do PPA, a meta de 2,5 anos seja alcançada.

Quantidade alcançada

7,3

Data de Referência

13/11/2012

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Concessão de patentes a residentes no país pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	unidade por ano	31/12/2008	529	31/12/2011	725
Dispêndio empresarial em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao produto interno bruto (PIB)	%	31/12/2010	0,55	31/12/2010	0,55
Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2009	1,6	31/12/2010	1,62
Dispêndio nacional em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2009	1,17	31/12/2010	1,16
Investimentos privados anuais em pesquisa e desenvolvimento no setor industrial de tecnologia da informação	R\$ milhão	31/12/2010	800	31/12/2010	800
Número de artigos brasileiros publicados em periódicos científicos indexados pela Thompson/ISI	unidade por ano	31/12/2009	32.100	31/12/2009	32.100
Número de cursos de doutorado	unidade	31/12/2009	1.421	31/12/2011	1.606
Número de cursos de mestrado	unidade	31/12/2009	2.678	31/12/2011	3.044
Número de empresas (exceto instituições governamentais de P&D) que realizam atividades contínuas de P&D	unidade	31/12/2008	3.425	31/12/2008	3.425
Número de técnicos e pesquisadores ocupados em atividades de P&D nas empresas brasileiras	unidade	31/12/2008	58.046	31/12/2008	58.046
Participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Thomson/ISI	%	31/12/2009	2,69	31/12/2009	2,69
Participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D)	%	31/12/2008	47,67	31/12/2010	47,34
Pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país	unidade por ano	31/12/2008	7.873	31/12/2011	7.764
Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) investidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	%	31/12/2010	27,3	31/12/2012	32,1

Observações:

Dispêndio empresarial em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao produto interno bruto (PIB) - Dados preliminares referentes a 2010.

Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - Dados preliminares referentes a 2010. Índice de referência fixado segundo os dados disponíveis em 2013.



Dispêndio nacional em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - Dados preliminares referentes a 2010. Índice de referência fixado segundo os dados disponíveis em 2013.

Número de empresas (exceto instituições governamentais de P&D) que realizam atividades contínuas de P&D - Dados mais recentes, referentes a 2011, estarão disponíveis apenas quando houver a publicação da próxima edição da PINTEC, prevista para 2013.

Número de técnicos e pesquisadores ocupados em atividades de P&D nas empresas brasileiras - Dados mais recentes, referentes a 2011, estarão disponíveis apenas quando houver a publicação da próxima edição da PINTEC, prevista para 2013.

Participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) - Dados preliminares referentes a 2010.

Pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país - Índice de referência fixado segundo os dados disponíveis em 2013.

OBJETIVO: 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O fomento à pesquisa envolve estratégias de expansão, modernização e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I, requerendo constantes otimizações no desenvolvimento dos mecanismos de financiamento. O CNPq/MCTI, por meio de uma atuação voltada ao desenvolvimento nacional, há muito transpôs os muros acadêmicos. Além das suas ações tradicionais de fomento, como a concessão da bolsa de produtividade em pesquisa – PQ – e o Edital Universal, tem servido como um singular parceiro de diferentes ações governamentais envolvendo variados órgãos e entidades nacionais. Exemplo disso são as parcerias firmadas com diversos atores promotores e formuladores de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento nacional, superação dos gargalos relativos à C,T&I e redução das desigualdades regionais. No que se refere ao Edital Universal, em 2012 foram submetidas 16.244 propostas. Foram aprovados 3.688 projetos de pesquisa a um custo total de R\$ 163.792.982. Em uma análise temporal deste edital, observa-se uma tendência de certo incremento nos valores demandados e aportados ao longo dos anos, notadamente nos últimos cinco anos, sendo importante mencionar que esses recursos aportados são oriundos de fontes de parceiros, especialmente os fundos setoriais.

Em relação à estratégia de cooperação como um todo, em 2012 foram firmadas parcerias com diferentes entidades (ANVISA, CAPES, INMETRO, SEBRAE, INCRA), Ministérios (MCTI, MEC, MS, MAPA, MPA, MDS, MDA) e Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia.

Em 2013, serão envidados esforços para a ampliação do número de projetos apoiados para cumprimento da meta e atendimento de um percentual maior de projetos submetidos.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, somente por meio da chamada universal, foram apoiados 3.688 projetos de uma demanda de 16.244 projetos. Somam-se a isso 24 editais lançados em parceria com outras instituições públicas e privadas, além de ações de cooperação internacional, que agregam 2.224 projetos ao total apoiado.

Quantidade alcançada

5.912

Data de Referência

28/12/2012

- **Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta



A expectativa é superar a meta até o final do período previsto, uma vez que os convênios atualmente em vigência, mais de 100, encerram-se nos próximos dois anos, quando novos convênios serão negociados.

Em 2012, foram firmados 26 convênios com entidades estaduais de pesquisa.

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Destacam-se como instituições científicas da Amazônia, assim como o número de pesquisadores e tecnólogos em relação a outras Regiões do País, com destaque para a Sudeste. Nesse universo ressaltam as Universidades Federais (em especial as do Pará, Amazonas e Mato Grosso), algumas estaduais (a exemplo da do Estado do Amazonas) e as Unidades de Pesquisa do MCTI – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) –, além da Organização Social Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), supervisionada pelo MCTI.

Neste ano, concorreram para o fortalecimento dessas instituições quatro iniciativas: a) o fortalecimento dos Núcleos Regionais do INPA (Porto Velho, Boa Vista e Rio Branco) e do Museu Paraense Emílio Goeldi (Caxiuanã); b) a implantação de dois Núcleos de Inovação Tecnológica, com apoio da FINEP (Amazônia Ocidental, liderado pelo INPA, e Oriental, liderado pelo MPEG); c) a conclusão de vários laboratórios de pesquisa no INPA e recuperação de infraestrutura no MPEG; e d) o fortalecimento do Programa de Capacitação Institucional (PCI) do MCTI, voltado para os três Institutos acima mencionados.

Para 2013, pretende-se implementar o Programa Entidades Associadas no INPA, com a participação da Universidade Federal do Tocantins e a instalação de um Centro ou Núcleo de Pesquisas do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) na UFPA, bem como continuar a aumentar, via CNPq, o número de bolsistas de graduação, pós-graduação e professores visitantes para a Região.

Encontra-se ainda pendente de definição a natureza institucional do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA).

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 113 para 200 o número de bolsas especializadas em inovação em curso no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)**

Análise Situacional da Meta

Não foi possível obter o levantamento do dado relativo a esta meta para o ano de 2012.

- **Aumentar para 4% a contribuição da Região Amazônica para o número de publicações brasileiras no Essential Science Indicators, Thomson Reuters**

Análise Situacional da Meta

Esse dado será levantado em 2013, quando da elaboração dos Relatórios Anuais dos Termos de Compromisso de Gestão -TCGs para 2012, referentes ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), bem como do Relatório Anual da Organização Social Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM).

Os números deverão ser completados com levantamento das publicações das outras instituições de pesquisa da Região Amazônica.

- **Implementar 50 bolsas especializadas em tecnologia e inovação no Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CTPIM)**

**Análise Situacional da Meta**

Não foi possível obter o levantamento do dado relativo a esta meta para o ano de 2012.

OBJETIVO: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCT e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, deu-se continuidade às pesquisas científicas e tecnológicas nas Unidades de Pesquisa (UP) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), conforme registradas em seus Planos Diretores 2012-2015 e comprometidas nos respectivos Termos de Compromisso de Gestão (TCG) assinados anualmente.

Muitas dessas pesquisas foram divulgadas durante a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em São Luiz, MA, e na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com destaque para descobertas e inovações (muitas registradas junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) como pedido de prioridade para propriedade intelectual ou de patente, com destaque para o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o Centro de Tecnologia da Informação (CTI), o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) e o Instituto Nacional de Tecnologia (INT)).

Foram inaugurados vários laboratórios do INPA e o importante Laboratório Nacional de Tecnologias Assistivas do CTI Renato Archer.

Houve, ainda, avanços significativos em Programas como a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPII - experiência piloto) e o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC), que têm o INT e as cooperações internacionais como participantes importantes. Dentre essas, destacaram-se as atividades dos Consórcios Gemini e SOAR, sob a liderança do Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), o Programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), parceria com a China referente à construção e lançamento de satélites, e levantamentos para estudos da emissão de gases da floresta amazônica com a Inglaterra.

Os "laboratórios multiusuários" do Observatório Nacional (ON) (geofísica) e Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) (Labnano) continuaram se fortalecendo, assim como o Programa Entidades Associadas dessas duas UPs com a UFRN, em suas respectivas áreas de atuação. O concurso público para admissão de pesquisadores, tecnólogos, analistas de C&T e técnicos realizado em 2012 contribuirá para agregar pessoal novo a elas.

Uma reestruturação nas atividades das UPs junto às Secretarias do MCTI está se consolidando, através do alinhamento mútuo, e, no que tange às Organizações Sociais supervisionadas pelo Ministério, houve um avanço considerável nas atividades científicas e tecnológicas do Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais (CNPEM, ex-ABTLuS), RNP, IDSM - Mamirauá e IMPA - Matemática, essa última com recordes de participantes em sua tradicional Olimpíada de Matemática em Escolas Públicas.

O Programa de Capacitação Institucional (PCI) dos Institutos de Pesquisa vinculados, subordinados e supervisionados ao MCTI viu-se fortalecido, com aumento de recursos e bolsas através do CNPq.

Para 2013, pretende-se incrementar o Programa Entidades Associadas às Unidades de Pesquisa do Ministério, a criação de novos laboratórios multiusuários, assim como a expansão dos Núcleos Regionais das UPs, como forma de desconcentração dos Institutos da Região Sudeste, e o fortalecimento dos Arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e da Rede de Bibliotecas do MCTI.

Novos Programas Estruturantes, tendo por base Áreas Estratégicas estabelecidas no documento "Estratégia Nacional de C,T&I - 2012 - 2015", definirão Projetos Prioritários a serem desenvolvidos pelas UP e Organizações Sociais (OS). Nesse sentido, foram selecionados sete Programas ou Áreas Estruturantes: Astronomia, Biotecnologia, Fármacos e Complexos da Saúde, Nanotecnologia, Tecnologias da Informação e Comunicação, Tecnologias Sociais, Tecnologias Industriais, dentro das quais estão sendo destacados os Projetos Prioritários para realização pelos Institutos de Pesquisa integrantes e supervisionados pelo MCTI.



Metas 2012-2015

- **Ampliar o Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCT (PcTD) de 0,83 para 0,95**

Análise Situacional da Meta

Para 2012, foi registrado um total de 1.298 processos e técnicas desenvolvidos e um número de 741 pesquisadores e tecnologistas, resultando em um PcTD de 1,75.

Quantidade alcançada

1,75

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar para 117 o número anual de depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos de Propriedade Intelectual das criações desenvolvidas nas Unidades de Pesquisa do MCT**

Análise Situacional da Meta

No período 2003 - 2011, foram registrados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) um total de 967 pedidos de propriedade intelectual, inclusive patentes, relativos a criações, softwares e outros títulos de PI, pelas Unidades de Pesquisa do MCTI, sendo 73 em 2010 e 96 em 2011. Em 2012, foi obtido o valor de 416 depósitos, incluindo os feitos no exterior. As Unidades de Pesquisa que contribuíram para esse feito foram: Centro de Tecnologia Mineral - CETEM (4), Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI (16), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE (5) e Instituto Nacional de Tecnologia - INT (391).

O aumento significativo dessa meta deve-se ao INT, que em 2011 teve 73 e em 2012, 391 depósitos. Esse resultado reflete a atuação do INT na EMBRAPPI (experiência piloto) e ao Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do INT, que em 2012 completou 5 anos de funcionamento com uma produção de 103 itens aplicados no INPI nas 4 modalidades, assim distribuídas: 62 patentes, 14 modelos de desenho industrial, 9 programas de computador e 18 marcas. Deste total, cerca de 25% foram concedidas pelo INPI, sendo 9 patentes. Em 2012 foram depositados 6 pedidos de patentes.

Quantidade alcançada

416

Data de Referência

31/12/2013

- **Aumentar o Índice Geral de Publicações (IGPUB) nas Unidades de Pesquisa do MCT de 1,85 para 2,20**

Análise Situacional da Meta

Essa meta já foi ultrapassada ao final de 2011, com o registro de 2,27 publicações nacionais e internacionais por parte de pesquisadores e tecnologistas (incluindo bolsistas de nível superior) nas Unidades de Pesquisa do MCTI, envolvendo um total de 3.702 publicações para 1.628 pesquisadores e tecnologistas, segundo dados do Termo de Compromisso de Gestão - TCG para aquele ano.

Para 2012, foram registradas 3.994 publicações para 1.639 pesquisadores, resultando em um IGPUB de 2,44.

Quantidade alcançada

2,44

Data de Referência

31/12/2013

- **Conectar 41 campi em municípios médios a 1 Gbps e 681 campi em municípios pequenos a 100 Mbps**

Análise Situacional da Meta

Estão conectados os seguintes 11 novos campi pela RNP, embora alguns deles como Juiz de Fora, MG, Uberlândia e São Carlos não possam ser classificados como municípios pequenos.

Sigla Instituição	UF	Velocidade	Região
-------------------	----	------------	--------

UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora	MG	155	Sudeste
---	----	-----	---------

UFLA Universidade Federal de Lavras	MG	155	Sudeste
-------------------------------------	----	-----	---------

UFOP Universidade Federal de Ouro Preto	MG	155	Sudeste
---	----	-----	---------



UFU Universidade Federal de Uberlândia MG 155 Sudeste
 UFV Universidade Federal de Viçosa MG 155 Sudeste
 UNILA Universidade da Integração Latino Americana PR 100 Sul
 UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro RJ 155 Sudeste
 FURG Universidade do Rio Grande RS 155 Sul
 UFPEL Universidade Federal de Pelotas RS 155 Sul
 UFSM Universidade Federal de Santa Maria RS 155 Sul
 UFSCar Universidade Federal de São Carlos SP 155 Sudeste

O Plano Operacional da RNP para 2013 ainda não está aprovado, dependendo da Reunião de seu Conselho de Administração.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	71	unidade	0	31/12/2012
Região Nordeste	216	unidade	0	31/12/2012
Região Norte	111	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	186	unidade	7	31/12/2012
Região Sul	138	unidade	4	31/12/2012

• Criar 5 laboratórios multiusuários no país

Análise Situacional da Meta

Nos últimos dois anos foram criados os Laboratórios Multiusuários do ON - Observatório Nacional (equipamentos de geofísica), do CBPF - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (Labnano - nanotecnologia) e CTI - Renato Archer (tecnologias assistivas), devendo a meta ser alcançada ao final do período do PPA.

Em 2012, foram implantados os seguintes laboratórios multiusuários nas Unidades de Pesquisa do MCTI:

- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia: Implantação e/ou consolidação de alguns laboratórios, a exemplo do Biotério, que utiliza animais certificados e que deverá se constituir em laboratório de referência no Brasil, e do laboratório de Química Atmosférica, que está apto a realizar análises de compostos voláteis;
- Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer: Inauguração do Centro Nacional de Tecnologia Assistiva (CNRTA) composto por 29 Núcleos de Pesquisa em Tecnologia Assistiva, monitorados e apoiados pelo CNRTA; e
- Instituto Nacional de Tecnologia: Inauguração do Laboratório de Tabaco e Derivados (LATAB), sendo o sexto laboratório público no mundo e o primeiro da América Latina voltado exclusivamente para análises de produtos derivados do tabaco. A inauguração consolida a liderança mundial do Brasil nas políticas de controle do tabaco e colabora para a redução dos impactos da epidemia tabagista e das doenças à ela relacionadas.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	5	unidade	3	31/12/2012

OBJETIVO: 0485 - Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

**Análise Situacional do Objetivo**

O SIBRATEC está subdividido em três componentes: Centros de Inovação, Extensão Tecnológica e Serviços Tecnológicos. Em 2012, tiveram recursos alocados mais três Redes de Centros de Inovação, totalizando nove desde o início de operação em 2010; mais uma Rede de Extensão Tecnológica, passando a 20 as Redes contempladas desde 2009; e mais seis Redes de Serviços Tecnológicos, alcançando 17 o número de Redes contempladas desde 2010.

Ressaltam-se os resultados: recomendação de 21 projetos cooperativos de desenvolvimento tecnológico à Finep, com a contratação de sete projetos entre Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) e empresas; realização de diagnóstico preliminar das Redes SIBRATEC de Centros de Inovação; cumprimento total das metas de duas Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológicas: São Paulo e Santa Catarina; realização de diagnóstico preliminar das Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica; início da especificação de requisitos para o desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais do componente Extensão Tecnológica do SIBRATEC; publicação dos Anais do 1º Seminário das Redes de Serviços Tecnológicos do SIBRATEC: Problemas e Soluções da Gestão Técnica e Administrativa das Redes, realizado nos dias 30/11 e 01/12/2011; realização de Diagnóstico preliminar das Redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos; realização da Reunião do Comitê Técnico de Serviços Tecnológicos, no dia 29/10/2012; realização da Reunião do Comitê Gestor do SIBRATEC, no dia 11/12/2012; e desenvolvimento de Sistema de Informações Gerenciais do componente “Serviços Tecnológicos” do SIBRATEC, no âmbito do Portal Inovação, juntamente com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e Instituto Stela.

Como este Objetivo está atrelado à atuação dos laboratórios de ensaio e calibração pertencentes ao Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO, seu cumprimento foi facilitado pela estrutura existente já consolidada. Por outro lado, observa-se que há dificuldades jurídicas, tanto relacionadas a questões operacionais, como a rigidez dos instrumentos jurídicos, disponíveis que dificultam o aprendizado no decorrer de um projeto estruturado na forma de convênio, como também à facilidade de se utilizar benefícios dispostos em Lei, como aqueles descritos na Lei 8.010/90, que dificultam a operacionalização do trabalho das Redes SIBRATEC.

Há ainda no País uma grande lacuna entre as ICTs e as empresas, dificultando a transferência de tecnologia do meio acadêmico e tecnológico ao meio empresarial. Embora as Redes SIBRATEC estejam estruturadas de forma a incentivar essa aproximação, um contato efetivo exige mudança de cultura, que por sua vez demanda tempo e construção de confiança entre as partes e nos instrumentos disponíveis.

A atuação das Redes SIBRATEC tem sido um desafio e aprendizado constante, com o intuito de utilizar os instrumentos de fomento disponíveis para otimizar os resultados esperados, de forma a aperfeiçoar a política pública.

Metas 2012-2015

• Realizar 150.000 serviços anuais de ensaios ou calibração pelas redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos**Análise Situacional da Meta**

As 20 Redes SIBRATEC articuladas do componente “Serviços Tecnológicos” são formadas por um total de 484 participações laboratoriais, sendo 49% da região Sudeste, 31% do Sul, 17% do Nordeste, 2% do Norte e 1% do Centro-Oeste.

Das 20 Redes, 17 estão plenamente implantadas e aptas a atender as demandas empresariais. Desde 2010, foram realizados 490.000 serviços de ensaios e calibração pelas 17 Redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos implementadas, o que corresponde a uma média de 160.000 serviços anuais, atendendo a mais de 13.000 empresas. As principais realizações em 2012 foram: publicação dos Anais do 1º Seminário das Redes de Serviços Tecnológicos do SIBRATEC: Problemas e Soluções da Gestão Técnica e Administrativa das Redes, realizado nos dias 30/11 e 01/12/2011; realização de Diagnóstico preliminar das Redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos; e desenvolvimento de Sistema de Informações Gerenciais do componente “Serviços Tecnológicos” do SIBRATEC, no âmbito do Portal Inovação, juntamente com o CGEE e Instituto Stela.

Conforme orientação do Comitê Técnico de Serviços Tecnológicos, é necessário atuar nas seguintes frentes no próximo período:

- Promover ação para fortalecimento dos laboratórios sem sistema de gestão da qualidade, para sua inclusão nas Redes



SIBRATEC-ST (Chamada Pública Modernit);

- Avaliar a situação das Redes SIBRATEC-ST aprovadas pela Chamada Pública cujos projetos não foram apresentados ou aprovados;
- Intensificar a participação das instituições das Redes SIBRATEC-ST nos fóruns do SINMETRO;
- Identificar, além das compras governamentais, outros instrumentos que motivem o uso dos laboratórios das Redes;
- Identificar ações que motivem o uso dos laboratórios acreditados no âmbito do SBAC;
- Revisar as disposições das Resoluções do CG referentes às Redes SIBRATEC-ST;
- Identificar e promover ações que fortaleçam a interação entre as instituições das Redes SIBRATEC-ST;
- Identificar e apoiar iniciativas que conduzam à sustentabilidade financeira das Redes SIBRATEC-ST;
- Estabelecer Boas Práticas de funcionamento das Redes, que sejam referência em critérios para apoio governamental às suas atividades e inclusão ou exclusão de instituições das Redes.

Para tanto, a previsão para 2013 é realizar as seguintes ações:

- Avaliação externa do SIBRATEC, focado na demanda;
- Implementação do Sistema de Informações Gerenciais do SIBRATEC;
- Lançamento do Edital MODERNIT;
- Apoio e acompanhamento das Redes SIBRATEC por meio de reuniões, realização e participação em eventos;
- Articulação para continuidade de apoio às Redes e atendimento de novas demandas.

Quantidade alcançada

160.000

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar 17.000 atendimentos anuais de extensão tecnológica em micro, pequenas e médias empresas pelas redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica**

Análise Situacional da Meta

As Redes SIBRATEC articuladas do componente “Extensão Tecnológica” são formadas por um total de 140 instituições distribuídas em 20 Estados da Federação.

Das 22 Redes articuladas, 20 estão plenamente implantadas e aptas a atender as demandas empresariais. Em 2012, foram realizados 920 atendimentos pelas 20 Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica implantadas. Desde 2009, foram realizados 2.015 atendimentos a mais de 2.000 micro, pequenas e médias empresas.

As principais realizações em 2012 foram: cumprimento total das metas de duas Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológicas: São Paulo e Santa Catarina; realização de Diagnóstico preliminar das Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica; início da especificação de requisitos para o desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais do componente Extensão Tecnológica do SIBRATEC.

Conforme orientação do Comitê Técnico de Extensão Tecnológica, é necessário atuar nas seguintes frentes no próximo período:

- Apoio imediato às Redes de ET de SC e SP, a fim de se evitar a descontinuidade dos atendimentos de ET nestes Estados, que poderiam levar ao desmonte da estrutura construída para esta atividade, comprometendo a credibilidade do componente ET do programa SIBRATEC.
- Promover capacitações necessárias para gestores e extensionistas das Redes;
- Realizar Seminário do componente SIBRATEC-ET, incluindo entre os temas do evento debates sobre o modelo operacional e governança das Redes;
- Promover a integração do componente ET com os outros componentes (Serviços Tecnológicos e Centros de Inovação) do SIBRATEC, assim como com outros programas relacionados ao atendimento às empresas;
- Promover a interação entre Estados nos atendimentos de ET;
- Prever no sistema de acompanhamento das Redes SIBRATEC-ET, indicadores de resultados, gestão, interação e governança;



- Disponibilizar bolsas do Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAEE) ou de extensão tecnológica para empresas atendidas pelas Redes.

Quantidade alcançada

920

Data de Referência

31/12/2012

• Ter em curso 1.200 projetos de desenvolvimento tecnológico em cooperação entre as redes SIBRATEC de Centros de Inovação e Empresas**Análise Situacional da Meta**

Para o alcance desta meta, é imprescindível a articulação com instituições parceiras, como MDIC, Finep, CNPq, Capes, ABDI, CNI, Anpei, Fortec, Senai, Sebrae, Abipti, Embrapa, Confap e também a participação nos Comitês Executivos do Plano Brasil Maior, visto que as Redes SIBRATEC de Centros de Inovação podem ser um instrumento de apoio para atender as demandas setoriais de inovação tecnológica.

O público beneficiado com essas ações são principalmente as empresas inovadoras, sobretudo micro e pequenas empresas.

As Redes SIBRATEC articuladas do componente “Centros de Inovação” são formadas por 57 Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) e 60 Universidades em todas as regiões do País.

Das 14 Redes articuladas, nove estão plenamente implantadas e aptas a atender as demandas empresariais. Em 2012, 91 empresas (78 MPE, 7 médias e 6 grandes empresas) articularam projetos cooperativos com as Redes SIBRATEC de Centros de Inovação, sendo que 21 projetos foram recomendados à Finep, resultando em sete projetos contratados.

Há ainda no País grande lacuna entre as ICTs e as empresas, dificultando a transferência de tecnologia do meio acadêmico e tecnológico ao meio empresarial. Embora as Redes SIBRATEC estejam estruturadas de forma a incentivar essa aproximação, um contato efetivo exige mudança de cultura, que demanda tempo e construção de confiança entre as partes e nos instrumentos disponíveis.

Os principais resultados de 2012 foram: recomendação de 21 projetos cooperativos de desenvolvimento tecnológico à Finep, com a contratação de sete projetos entre ICT e empresas; e realização de diagnóstico preliminar das Redes SIBRATEC de Centros de Inovação.

Conforme orientação do Comitê Técnico de Centros de Inovação, é necessário atuar nas seguintes frentes no próximo período:

- Dar continuidade ao apoio às Redes SIBRATEC-CI que já tenham alcançado resultados preliminares e cujo total de recursos financeiros disponíveis esteja empenhado, a fim de evitar a descontinuidade de atendimento às demandas das empresas;
- Avaliar o componente SIBRATEC-CI com foco na demanda das empresas;
- Elaborar indicadores para o componente SIBRATEC-CI;
- Fortalecer no projeto de gestão das Redes de CI a qualidade do serviço prestado às empresas;
- Articular-se com outros programas, como os Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT, os Núcleos de Apoio à Gestão da Inovação – NAGI e outras iniciativas associadas à promoção de inovações nas empresas;
- Fortalecer os Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT no atendimento às empresas;
- Utilizar as Redes SIBRATEC-CI para ações de encadeamento das cadeias produtivas;
- Criar novas Redes tendo como referência as demandas empresariais indicadas no Plano Brasil Maior.

Para tanto, a previsão para 2013, além daquelas já previstas para as metas anteriores, é a de realizar articulação das atividades das Redes SIBRATEC de Centros de Inovação com iniciativas governamentais afins, por exemplo, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPPII (experiência piloto).

Quantidade alcançada

7

**Data de Referência**

31/12/2012

OBJETIVO: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Foi lançado em agosto de 2012 o Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (TI Maior), desenhado no contexto do Plano Brasil Maior para atuar no desenvolvimento econômico e social, no posicionamento internacional, na inovação e empreendedorismo, na produção de CT&I e na inovação e competitividade do setor de software e serviços de TI.

Iniciou-se a formulação e implementação de diversos programas para ampliar a indústria de base tecnológica brasileira, tanto na produção industrial como nas atividades de PD&I, incluindo atividades de cooperação com o governo federal em prol de investimentos com base na Lei do Bem e na Lei de Informática.

Para o ano de 2013, pretende-se seguir com a implementação de programas-chave do TI Maior, como a iniciativa para fomento do empreendedorismo de base tecnológica (Start-up Brasil), a capacitação de profissionais em TI (Brasil Mais TI), a atração de centros globais de P&D e avanços na prospecção em inteligência de mercado do setor de TI.

Na área de microeletrônica e dispositivos, mantiveram-se as atividades em prol da atração de investimentos e grandes projetos (ex.: Foxconn, CBS, HT Micron, Smart, etc), formação de mão obra especializada para o setor (CI-Brasil e CT); e programas como o PADIS – Programa de Apoio a indústria de Displays e Semicondutores.

Ressalta-se também o investimento do Governo a partir dos fundos setoriais (FNDCT).

Metas 2012-2015

• Apoiar a implantação de 2 laboratórios-fábrica na área de semicondutores orgânicos e componentes avançados**Análise Situacional da Meta**

As realizações referentes a essa iniciativa incluem: apoio aos projetos de desenvolvimento de circuitos integrados por intermédio do CNPq; suplementação orçamentária para edital de capacitação do CNPq para a área de Ciência e Computação, que inclui a formação de engenheiros eletrônicos, matemáticos, físicos e químicos, fundamentais para estimular o setor de microeletrônica e componentes no País; criação de duas novas empresas de projeto de circuitos integrados; início das atividades ou ampliação de instalações laboratoriais em dois novos centros de P&D - CSEM Brasil (Belo Horizonte/MG) e CTI Ceará (Fortaleza/CE).

• Constituir, no país, 4 Design Houses (DHs) nacionais, com pelo menos 500 projetistas no total**Análise Situacional da Meta**

Foi dada continuidade às atividades no âmbito do incentivo governamental para a produção e comercialização de componentes semicondutores e displays, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays (PADIS). As realizações incluem: apoio ao Centro de Tecnologia de Informação Renato Archer (CTI) para estabelecimento da Design House para implantar e operacionalizar a Unidade de projetos de Circuitos Integrados do CTI no Nordeste, em Fortaleza, no âmbito de implantação do CTI-NE, adequação de infraestrutura do laboratório de microscopia, manutenção de perfilômetro e aquisição de equipamentos; apoio ao projeto da Santa Maria Design House (SMDH), Design House especializada em componentes integrados para os setores Aeroespacial, de Defesa e de Comunicações, por intermédio do CNPq.

• Desenvolver e fortalecer competências e habilidades para o setor de TIC em pelo menos 35.000 profissionais**Análise Situacional da Meta**

O Brasil Mais TI é uma ação do Programa TI Maior para estimular a formação de competências em TIC nos níveis mais demandados pelo mercado, que incluem a capacitação em nível técnico e tecnológico. Foi desenvolvida uma



plataforma com um ambiente de educação virtualizado e um banco de vagas, visando o despertar vocacional dos jovens para as áreas de TI e o treinamento em habilidades básicas demandadas pelo setor.

O grande número de acessos à plataforma é evidência do gargalo nos recursos humanos em TI de nível técnico e tecnológico, identificado nos estudos para o Programa TI Maior. Em dezembro de 2012, havia 15.173 alunos cadastrados na plataforma.

Quantidade alcançada

15.173

Data de Referência

20/12/2012

OBJETIVO: 0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foi lançado o edital “Tecnologias inovadoras na produção, prototipagem e/ou aumento de escala em nanotecnologia”. Foram aprovados 22 projetos, sendo 11 de Jovens Pesquisadores e 11 de Pesquisadores Sêniores. O lançamento da chamada, bem como a aprovação dos projetos acima citados, contribuiu para que fosse alcançada tanto a meta que se refere à inserção da nanotecnologia em produtos nacionais como a que se refere ao aumento da produção acadêmica de artigos e patentes.

Além da chamada realizada a partir de recursos orçamentários, duas outras ações merecem destaque, são elas: a criação do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO) e a criação do Comitê Interministerial de Nanotecnologia (CIN). O SisNANO permite que empresas e laboratórios interajam, estimulando o uso e produção com base nanotecnológica pela indústria nacional. Laboratórios com expertise nas diferentes áreas da nanotecnologia terão acesso multiusuário, permitindo que grupos emergentes tenham acesso a equipamentos que facilitarão a pesquisa e, consequentemente, ampliarão a produção acadêmica desses grupos. O CIN contribui para que haja melhor governança dos recursos destinados à nanotecnologia pelo Governo Federal.

Em 2012, foram realizadas duas reuniões do CIN. Já estão definidos os representantes de cada Ministério no Comitê e um grupo de trabalho com o tema “Regulação em Nanotecnologia” foi instituído.

Em 2013, será lançada a Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia, onde estará descrito o programa brasileiro para a área.

Para apoiar a geração e a expansão do conhecimento em biotecnologia, visando o desenvolvimento de produtos, processos e serviços biotecnológicos nos setores de produção primária, saúde, indústria e meio ambiente, está sendo executada ação de fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação em biotecnologia. Essa ação contribui para a expansão e o fortalecimento da base científica e para a promoção da inovação biotecnológica, de modo a tornar o país mais competitivo a partir da geração de novos produtos, processos e serviços capazes de melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira. Isto se dará por meio do fomento a projetos de P,D&I em biotecnologia, do aprimoramento da infraestrutura de pesquisa existente no país, da realização de estudos prospectivos, da formação e qualificação de recursos humanos em biotecnologia e, inclusive, por intermédio do estabelecimento de cooperações nacionais e internacionais.

Em 2012, os recursos desta Ação foram executados em sua totalidade. No total, foram apoiados 6 grandes projetos/iniciativas visando o desenvolvimento da Biotecnologia brasileira. Dois projetos foram contratados sob forma de Encomenda e quatro Chamadas Públicas foram abertas e finalizadas, a saber: 1- Encomenda Projeto Papilomavirus bovino - Instituto Butantan (recursos de R\$ 147.000): obtenção de produto vacinal, já revertido em patente depositada e que se encontra em teste de campo em rebanho; 2- Encomenda de Projeto de Gestão para o Centro Brasil-Argentina de Biotecnologia – CBAB (recursos de R\$ 125.497): integração para o desenvolvimento científico e tecnológico em atividades comuns aos dois países. Sua missão é promover o intercâmbio, a transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, a formação e treinamento de recursos humanos. Os recursos financeiros foram utilizados para envio de alunos e professores brasileiros a esses dois países; organização e realização de reuniões do Conselho Binacional do



Centro; realização de sessões nacionais; e organização e realização de reuniões de avaliação de projetos apoiados pelo Centro; entre outras atividades; 3- Chamada Pública MCTI/CNPq 19/2012 – ISTP Canadá (recursos de R\$ 400.000): intensificar e promover novas parcerias entre os setores industrial, acadêmico e de pesquisa entre o Brasil e o Canadá. As áreas da biotecnologia apoiadas foram: 1) Doenças neurodegenerativas: diagnóstico, biomarcadores e produtos farmacêuticos (biofármacos); 2) Doenças infecciosas (dengue): diagnóstico, biomarcadores, produtos farmacêuticos (biofármacos) e vacinas.; 4- Chamada Pública MCTI/CNPq/CBAB Nº 21/2012 para financiamento de projetos no Centro Brasil-Argentina de Biotecnologia-CBAB (recursos de R\$ 400.000): apoio a projetos de pesquisa na área de Biotecnologia a serem executados no âmbito da cooperação científico-tecnológica entre Brasil e Argentina; 5- Chamada Pública MCTI/CNPq - Nº 25/2012 - Apoio a projetos para estruturação da Rede Nacional de Métodos Alternativos (RENAMA) (recursos de R\$ 627.503): desenvolvimento, validação, certificação e implementação de tecnologias e de métodos alternativos para os testes de segurança e de eficácia de medicamentos e cosméticos em substituição à utilização de animais em testes pré-clínicos de medicamentos e cosméticos; 6 - Chamada Pública MCTI/CNPq - Nº 20/2012 - Seleção pública de propostas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em bioprodutos e bioprocessos aplicados à saúde humana (recursos de R\$ 1.300.000): apoio ao desenvolvimento de biofármacos e/ou bioprocessos aplicados à saúde humana com impacto na indústria e nos serviços de saúde, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do País.

Metas 2012-2015

• **Ampliar para 120 o número de empresas que realizam pesquisa e desenvolvimento em nanotecnologia em seus processos produtivos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi lançado o edital “Tecnologias inovadoras na produção, prototipagem e/ou aumento de escala em nanotecnologia”. Foram aprovados 22 projetos, sendo 11 de Jovens Pesquisadores e 11 de Pesquisadores Sêniores. O lançamento da chamada, bem como a aprovação dos projetos acima citados, contribuiu para que fosse alcançado tanto a meta que se refere à inserção da nanotecnologia em produtos nacionais como a que se refere ao aumento da produção acadêmica de artigos e patentes. Além da chamada realizada a partir de recursos orçamentários, duas outras ações merecem destaque, são elas: a criação do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO) e a criação do Comitê Interministerial de Nanotecnologia (CIN). O SisNANO permite que empresas e laboratórios interajam, estimulando o uso e produção com base nanotecnológica pela indústria nacional. Laboratórios com expertise nas diferentes áreas da nanotecnologia terão acesso multiusuário, permitindo que grupos emergentes tenham acesso a equipamentos que facilitarão a pesquisa e, consequentemente, ampliarão a produção acadêmica desses grupos. O CIN contribui para que haja melhor governança dos recursos destinados à nanotecnologia pelo Governo Federal. Em 2012, foram realizadas duas reuniões do CIN. Já estão definidos os representantes de cada Ministério no Comitê e um grupo de trabalho com o tema “Regulação em Nanotecnologia” foi instituído. Em 2013 será lançada a Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia, onde estará descrito o programa brasileiro para a área.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2012

• **Promover o aumento em 40% do número de pedidos de patentes de produtos, processos e serviços biotecnológicos depositados no Brasil e no exterior por residentes no país**

Análise Situacional da Meta

O resultado final desta meta só poderá ser apurado após a publicação pelo INPI dos dados referentes aos depósitos de patentes depositadas no Brasil e no exterior por residentes no País para o ano de 2012, que ainda encontrava-se em fase de consolidação no período de elaboração desse relatório do PPA.

Em 2012, foram apoiados seis grandes projetos/iniciativas visando o apoio ao desenvolvimento da Biotecnologia



brasileira, em um total de 23 propostas de pesquisas científicas em Biotecnologia, incentivando a inovação para a geração de novos produtos e, consequentemente, o aumento no número de patentes depositadas no Brasil e no exterior por residentes no País, que poderão advir do sucesso das chamadas públicas e encomendas apoiadas.

OBJETIVO: 0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Durante o exercício de 2012, duas iniciativas destacaram-se para alcance deste objetivo:

1) Lançamento do INOVA PETRO, uma iniciativa conjunta da FINEP e do BNDES, com o apoio técnico da Petrobras. Seu objetivo é fomentar projetos que contemplem pesquisa, desenvolvimento, engenharia, absorção tecnológica, produção e comercialização de produtos, processos e/ou serviços inovadores, visando ao desenvolvimento de fornecedores brasileiros para a cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural.

Tanto a FINEP quanto o BNDES irão disponibilizar seus instrumentos financeiros de apoio à inovação, no sentido de aproveitar todos os recursos disponíveis de forma coordenada e conjunta. São ao todo R\$ 3 bilhões disponíveis inicialmente para o programa, metade dos recursos apoiados pela FINEP e a outra pelo BNDES.

Os recursos da FINEP poderão ser oferecidos nas modalidades de crédito, subvenção econômica e cooperativo ICT-Empresa. O BNDES poderá aplicar seus recursos na forma de crédito, participação acionária e FUNTEC.

2) Foi dada continuidade à implementação do Plano de Apoio à Inovação dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (PAISS), resultante de iniciativa conjunta da FINEP e do BNDES e que contará com R\$ 1 bilhão para o período 2011-2014. Seu objetivo é apoiar e estimular projetos que visem o desenvolvimento, a produção e a comercialização de novas tecnologias industriais destinadas ao processamento da biomassa proveniente da cana-de-açúcar, com a finalidade de organizar a entrada de pedidos de apoio financeiro no âmbito das duas agências e permitir uma maior coordenação das ações de fomento e melhor integração dos instrumentos de apoio financeiro disponíveis. A partir de janeiro de 2013 foi iniciada a contratação dos projetos no âmbito deste Plano.

Além disso, a FINEP manteve, em 2012, sua atuação através da contratação de projetos cooperativos, por meio dos quais há o estímulo ao aporte de recursos da empresa na ICT em P&D de interesse do setor produtivo. Os contratos firmados em 2012 prevêem um montante R\$ 31 milhões a serem investidos pelas empresas nos setores estratégicos.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 41% para 50% a participação dos setores estratégicos no dispêndio empresarial brasileiro em pesquisa e desenvolvimento**

Análise Situacional da Meta

O resultado desta meta só poderá ser apurado após a publicação da próxima Pesquisa de Inovação (PINTEC) que, segundo o IBGE, está prevista para o segundo semestre de 2013.

Entretanto, para demonstrar o esforço da FINEP em relação ao alcance desta meta, pode ser apresentado o valor total de R\$ 31 milhões referente a aportes financeiros e não financeiros das empresas que são intervenientes dos projetos contratados em 2012 através das seguintes fontes, consideradas representativas dos setores estratégicos: CT-ENERG, CT-MINERAL, CT-PETRO, CT-SAÚDE, CT-TRANSPORTE, CT-ESPACIAL, CT-AERO, CT-AQUA, CT-AGRO, CT-AMAZONIA, CT-BIOTEC, CT-HIDRO, CT-INFO, Ação Transversal.

Registre-se que os projetos contratados em 2012 com aporte de empresas intervenientes só contemplaram as seguintes fontes: CT-PETRO, CT-SAÚDE, CT-AQUA, CT-HIDRO, CT-BIOTEC e Ação Transversal.

Além disso, destaque-se que no exercício houve o lançamento do Programa INOVAPETRO e foi dada continuidade à implementação do PAISS, sendo que estes são focados em setores estratégicos.



OBJETIVO: 0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, houve um esforço da FINEP com objetivo de aumentar sua capilaridade. Foram realizados estudos visando estruturar o investimento direto em empresas e foram estruturados dois programas através dos quais a FINEP terá uma atuação descentralizada, alcançando maior número de empresas inovadoras.

O TECNOVA é um Programa de descentralização da subvenção econômica, especialmente para empresas de menor porte (empresas de pequeno porte, micro, pequenas e médias empresas). Este Programa também conta com recursos do Sebrae, destinados a atividades de gestão de negócio.

A FINEP considerou na sua Política Operacional uma linha de ação específica para "inovação contínua", com objetivo de beneficiar empresas que mantêm a inovação como atividade constante.

Com objetivo de incentivar a manutenção de pessoal de P&D nas empresas, e com isso estimular a inovação, parte significativa dos valores contratados em projetos de crédito e subvenção foram destinados ao custeio de equipe própria de P&D.

Em relação aos Financiamentos Extra-Orçamentários, os valores executados em 2012 foram significativos. A FINEP contratou de R\$ 2.639,1 milhões em projetos reembolsáveis, o BNDES desembolsou R\$ 2.231,6 milhões e o BNB contratou 749,5 milhões.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 22,3% para 30% o percentual de empresas inovadoras que utilizam ao menos um dos diferentes instrumentos de apoio governamental à inovação nas empresas**

Análise Situacional da Meta

O resultado desta meta só poderá ser apurado após a publicação da próxima Pesquisa de Inovação (PINTEC) que, segundo o IBGE, está prevista para o segundo semestre de 2013.

Entretanto, para demonstrar o esforço da FINEP em relação ao alcance desta meta, pode ser apresentado o número de empresas que passaram a fazer parte da carteira de clientes da FINEP a partir de 2012, ou seja, que em 2012, pela primeira vez, tiveram algum contrato celebrado com a FINEP por meio de algum dos seguintes instrumentos: Crédito (Equalização), Subvenção Econômica Nacional (inclusive instrumentos descentralizados), Subvenção ao Pesquisador e projetos Cooperativos (por meio do Fundo Verde-Amarelo). Além disso, foi considerado também o número de novas empresas que foram investidas por meio de Fundos (Participação no Capital) em 2012.

Em 2012, foi identificado um total de 112 novas empresas que passaram a compor a carteira de clientes da FINEP: 38 sendo apoiadas por meio do Crédito (Equalização), 26 pela Subvenção Econômica Nacional, 37 por meio de projetos cooperativos (Fundo Verde-Amarelo) e 11 investidas por meio de Fundos (Participação no Capital).

Não houve novas empresas apoiadas em 2012 pelo Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPPE Subvenção) nem pelo TECNOVA, pois ainda não houve projetos contratados neste Programa.

Em relação a esta meta, cabe destacar o lançamento, em 2012, do TECNOVA, um programa da FINEP cujo objetivo é criar condições financeiras favoráveis e apoiar a inovação - por meio de recursos de subvenção econômica - para o crescimento rápido de um conjunto significativo de empresas de micro e pequeno porte, com foco no apoio à inovação tecnológica e com o suporte aos parceiros estaduais. Este programa terá impacto significativo para o cumprimento desta meta, pois sua meta global é que cerca de 800 empresas sejam apoiadas em todo o território nacional. Para este apoio, o Programa prevê o repasse aos parceiros de um montante total de R\$ 190 milhões em subvenção econômica, para financiamento das despesas de custeio das empresas, visando apoio aos projetos de desenvolvimento de produtos e processos inovadores. Também serão repassados pela FINEP recursos no valor limite total de R\$ 19 milhões para apoio à infraestrutura e organização dos parceiros estaduais, com o objetivo de capacitá-los para as atividades do



programa (ação transversal FNDCT). Além dos recursos da FINEP, o Sebrae participará de forma complementar com mais R\$ 50 milhões, valor de utilização não obrigatória pelas empresas selecionadas, que será voltado a atividades de gestão de negócio.

Além disso, a FINEP estruturou em 2012 o INOVACRED, programa a ser lançado no início de 2013 com objetivo de oferecer, por meio de agentes financeiros, crédito para empresas de micro e pequeno porte, permitindo à FINEP alcançar maior número de empresas inovadoras.

• **Aumentar para 5.000 o número de empresas que fazem pesquisa e desenvolvimento contínuo**

Análise Situacional da Meta

O resultado desta meta só poderá ser apurado após a publicação da próxima PINTEC que, segundo o IBGE, está prevista para o segundo semestre de 2013.

Entretanto, para demonstrar o esforço da FINEP em relação ao alcance desta meta, pode ser apresentado:

- o número de empresas que tiveram projeto contratado em 2012, especificamente na linha de ação "inovação contínua" da Política Operacional da FINEP: oito empresas;

- o número de empresas que tiveram projeto contratado em 2012, em qualquer linha de ação, e no mínimo outro projeto contratado nos 60 meses anteriores (5 anos): 45;

Excluindo-se as redundâncias, foi apurado um total de 49 empresas que se considera como empresas que fazem P&D contínuo.

Cabe registrar que a linha de ação "inovação contínua" começou a ser operada recentemente pela FINEP e estima-se que nos próximos anos haja crescimento significativo de empresas enquadradas nesta linha.

• **Aumentar para 80.000 o número de técnicos e pesquisadores ocupados em pesquisa e desenvolvimento nas empresas**

Análise Situacional da Meta

Em relação à execução desta meta, a FINEP informa que uma das rubricas previstas nos seus contratos refere-se ao custeio da folha de pagamento do pessoal próprio que está previsto para executar os projetos. Desta forma, incentiva-se a manutenção de equipes técnicas nas empresas.

Em 2012, 34% do total contratado por meio do Crédito destinou-se à rubrica de manutenção de equipe própria de P&D nas empresas e 39,4% do total contratado por meio da Subvenção Econômica destinou-se a esta mesma rubrica.

OBJETIVO: 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Para que o desenvolvimento econômico, social e cultural das sociedades modernas ocorra, de modo amplo, sistemático e integrado, o investimento contínuo em formação, capacitação e fixação de recursos humanos capazes de se dedicar ao desenvolvimento de C,T&I e à produção e incorporação de conhecimento na sociedade, torna-se uma necessidade primordial e, nesse sentido, assume a dimensão de uma questão de Estado, com caráter de atividade permanente, não apenas no que se refere à reposição, no decorrer do tempo, das diferentes categorias de profissionais envolvidos no processo, como também, e principalmente, à ampliação do processo, do qual também faz parte a necessidade contínua de identificar lacunas, deficiências e redirecionar focos, no que toca a prioridades. Este objetivo envolve iniciativas que promovem desde a iniciação de estudantes no processo de pesquisa, simultaneamente ao seu processo de educação escolar e acadêmica, passando pela pós-graduação e chegando ao estágio em que o pesquisador está formado e pronto para o exercício da pesquisa, concomitantemente ao da formação de novos membros para a comunidade científico-



tecnológica e de inovação, envolvendo a atração de pesquisadores estrangeiros e brasileiros radicados no exterior.

Em 2012, o CNPq concedeu um total médio de 76.587 bolsas (bolsas/ano) em diferentes modalidades, alcançando cerca de 130 mil pessoas.

A iniciativa de conceder bolsas para atração, fixação e promoção do intercâmbio de recursos humanos qualificados já provocou mudanças significativas na dinâmica do setor acadêmico brasileiro, especialmente no âmbito da graduação. Cabe destacar, no que se refere à ampliação da participação de estudantes e pesquisadores em instituições estrangeiras de excelência, os resultados alcançados pelo Programa Ciência sem Fronteiras. O número total de bolsas concedidas só pelo CNPq no âmbito do Programa chegou, ao final de 2012, a 11.566, extrapolando a meta prevista para o período. Esses resultados se apresentam mais expressivos entre as bolsas de graduação e de atração de pesquisadores estrangeiros seniores. Entre as áreas prioritárias do Programa, duas concentraram mais da metade das bolsas: Engenharias e demais áreas tecnológicas (35,8% das bolsas concedidas) e Biologia, Ciências Biológicas e da Saúde (20,1%); resultado esperado por serem essas áreas o foco central do Programa. Outro dado que merece destaque é a elevada qualidade das principais universidades de destino dos bolsistas de pós-graduação do programa. Entre as vinte principais, 11 estão qualificadas entre as 50 melhores universidades do Times Higher Education World University Rankings e 5 entre as 10 melhores. Para o exercício de 2013, a expectativa é favorável no sentido de alcance da meta estabelecida. No que concerne às bolsas de pós-graduação, considera-se necessário criar novas estratégias que permitam incrementar a oferta de bolsas e estimular a procura por estudantes e pesquisadores qualificados. Essas ações devem incluir: aumentar a divulgação das oportunidades e mecanismos disponíveis; facilitar o contato entre o potencial candidato e orientadores no exterior, com participação de parceiros internacionais; expandir a oferta de grupos interessados em orientar estudantes brasileiros, mantendo a política de grande seletividade para concessão de bolsas de pós-graduação.

Metas 2012-2015

- **Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq**

- **Análise Situacional da Meta**

- Um retrato no contexto atual sinaliza para o alcance da meta conforme planejada. No exercício de 2012, chegamos ao número de 15.503 bolsas-ano concedidas. Considerando o número de bolsistas beneficiados, esse número chega a 17.290.

- **Quantidade alcançada**

- 15.503

- **Data de Referência**

- 28/12/2012

- **Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq**

- **Análise Situacional da Meta**

- Já no exercício de 2012, alcançamos o número de 27.663 bolsas concedidas, considerando aqui as modalidades de mestrado, doutorado e pós-doutorado no País. Cabe mencionar que o parâmetro utilizado para a mensuração da meta é 'bolsista beneficiado com pelo menos uma mensalidade'.

- **Quantidade alcançada**

- 27.663

- **Data de Referência**

- 28/12/2012

- **Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq**

- **Análise Situacional da Meta**

- O total de bolsas concedidas até o final de 2012 voltadas para o intercâmbio internacional chegou a 11.566.

- **Quantidade alcançada**

- 11.566

- **Data de Referência**

- 28/12/2012



- **Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq**

Análise Situacional da Meta

Um retrato no contexto atual sinaliza para o alcance da meta conforme planejada. No exercício de 2012, chegamos ao número de 38.613 bolsas concedidas.

Quantidade alcançada

38.613

Data de Referência

28/12/2012

OBJETIVO: 0498 - Promover a formação e capacitação de recursos humanos nas Engenharias e demais áreas tecnológicas, priorizando a concessão de bolsas nessas áreas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Este Objetivo foi desenhado para ajudar a mudar a realidade em relação à defasagem tecnológica do País, promovendo a formação para um engajamento de pesquisadores e de profissionais em desenvolvimento tecnológico, de extensão e inovação, em áreas e temas estratégicos e de interesse de empresas. Certamente que outros Objetivos deste Programa do PPA agregam iniciativas que também favorecem a mudança de realidade prevista. No entanto, as metas estabelecidas no âmbito deste Objetivo buscavam, por meio de uma atuação mais concentrada, mudança mais rápida do contexto e resultados mais imediatos.

Cabe mencionar que existem outras atividades em parceria, desenvolvidas pelo CNPq, que contribuem para a política vinculada a esse Objetivo. Pode ser citado o Programa FormaEngenharia, desenvolvido em parceria com a VALE, voltado para o estímulo à formação de engenheiros no Brasil, combatendo a evasão que ocorre, principalmente, nos primeiros anos dos cursos de engenharia, e para o despertar do interesse vocacional dos alunos de ensino médio pela profissão de engenheiro e pela pesquisa científica e tecnológica, por meio de forte interação com escolas do ensino médio.

Metas 2012-2015

- **Alcançar o número anual de 500 empresas apoiadas pelo programa RHAE**

Análise Situacional da Meta

O número total de empresas apoiadas pelo Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégica (RHAE) foi de 84 em 2012.

Para 2013, a previsão é de uma nova rodada de negociações.

Quantidade alcançada

84

Data de Referência

28/12/2012

- **Alcançar o número de 16.000 bolsas de iniciação tecnológica concedidas pelo CNPq para as Engenharias**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, alcançamos o número de 6.329 bolsas de iniciação tecnológica concedidas. Espera-se elevação desse número em 2013.

Quantidade alcançada

6.329

Data de Referência

28/12/2012

- **Ampliar a participação das Engenharias no total de bolsas concedidas pelo CNPq, de 19% para 30%**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a participação das Engenharias no total de bolsas concedidas pelo CNPq alcançou o patamar de 21%,



considerando o conjunto das grandes áreas.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

28/12/2012

OBJETIVO: 0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O presente Objetivo tenta suprir a carência de espaços científico-culturais e busca estimular nos brasileiros o hábito de participar de atividades de popularização da ciência, articulando-se em três ações prioritárias: "Projetos e Eventos de Divulgação e Educação Científica"; "Olimpíadas em Ciências" e "Criação e Desenvolvimento de Museus e Centros de C&T".

Por meio dessas ações, foram apoiadas, em 2012, feiras, eventos, encontros, olimpíadas e diversas outras atividades de integração científico-social, onde o processo de inserção é dinâmico e a troca de conhecimento é simultânea, já que o desenvolvimento tecnológico é estruturado diretamente no meio da comunidade. Destacaram-se: a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), onde foram registradas 28.134 atividades em 723 municípios, com participação de 100 mil pessoas, sendo 80 mil estudantes de 250 estabelecimentos de ensino; a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP); as Olimpíadas Científicas, onde foram selecionados 10 propostas com recursos de mais de R\$ 3 milhões; os 108 projetos apoiados para Feiras e Mostras Científicas no valor de R\$ 9 milhões; a modernização do Museu do Universo e construção de um Planetário Itinerante da Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro; a assinatura do acordo de cooperação técnica para implantação do Museu de C&T de Brasília; o apoio ao Ciência Móvel, tendo a UFMG inaugurado um Museu itinerante sobre Rodas; o Projeto VerCiência, tendo sido distribuídos 25 DVDs para todos os estados, totalizando 100 conjuntos contendo diversos documentários.

Metas 2012-2015

• **Ampliar para 300 o número de espaços científico-culturais dos estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Os recursos foram utilizados para apoio a eventos de aprimoramento dos espaços científico-culturais pelo território nacional, principalmente nas ações da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com ênfase nos museus científicos interativos.

• **Atingir 1200 municípios com atividades em eventos de divulgação científica no ano**

Análise Situacional da Meta

A IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI) recomendou o estabelecimento de um programa nacional de popularização e apropriação social da CT&I 2011-2022. Entre as linhas planejadas para esta iniciativa nos próximos quatro anos, estão: apoiar a realização de eventos de divulgação científico-tecnológica e inovação em todo o território nacional, tendo como base o quadriênio e acompanhando a evolução da participação dos municípios nos anos anteriores (2009, 2010, 2011, respectivamente 492, 397, 654 cidades).

Em 2012 houve participação de 723 cidades.

Quantidade alcançada

723

Data de Referência

31/12/2012

• **Aumentar a participação do público elegível na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) para 95%**

**Análise Situacional da Meta**

No ano de 2012, participaram da primeira fase da OBMEP 19,1 milhões de alunos de 46.728 escolas em 99,42% dos municípios brasileiros. Na segunda fase da competição, foram 824.000 participantes. Estes números fazem da OBMEP a maior Olimpíada de Matemática do mundo.

Outras olimpíadas nacionais (como as de física, química, matemática, geociências, história do Brasil, astronomia e astronáutica, robótica), bem como feiras de ciências em nível nacional, estadual e municipal, também são apoiadas anualmente.

Quantidade alcançada

99,35

Data de Referência

31/12/2012

• Criar o Desafio Nacional de Ciências**Análise Situacional da Meta**

A proposta objeto da meta está sendo rediscutida em conjunto com o MEC. Percebeu-se a necessidade de reformatação do projeto, modificando sua concepção inicial, conforme descrição a seguir.

Desafio Olímpico do Conhecimento

Realização em abril/maio de 2016 de evento nacional de desafio para os jovens premiados em olimpíadas nacionais, feiras de ciências, iniciação científica e outros concursos. Os desafios teóricos e práticos teriam, nos diversos domínios do conhecimento científico, a finalidade de estimular a atividade criativa e inovadora dos jovens, sua capacidade de trabalho individual e coletiva etc. Esta atividade estaria fortemente integrada a escolas, grupos de jovens e comunidades de todo o país por meio da internet e das redes sociais.

Organização: MEC e MCTI

Ministérios envolvidos: MCTI, MEC, MS, MinC, MMA,

Parceiros: Secretarias estaduais e municipais de CT e de educação, FAPs, universidades, entidades científicas, olimpíadas e feiras de ciências, SBPC, Sistema S, INTEL, centros e museus de C&T.

Período: primeiro semestre de 2016

Recursos: MEC (Capes), MCTI (CNPq), ME, Secretarias Estaduais, FAPs.

OBJETIVO: 0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Entre as áreas estratégicas eleitas pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2012-2015 para o desenvolvimento do País está a “Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social”, que articula quatro grandes programas estruturantes: “Popularização da C,T&I e Melhoria do Ensino de Ciências”, “Inclusão Produtiva e Tecnologia Social”, “Tecnologias Assistivas” e “Tecnologias para Cidades Sustentáveis”. Além desses projetos, há mais dois programas estruturantes que atuam de maneira transversal às políticas públicas prioritárias da ENCTI, são eles: “Segurança Alimentar e Nutricional” e “Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia”.

O programa estruturante “Inclusão Produtiva e Tecnologia Social” sob o enfoque da extensão tecnológica para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, apresenta os “Centros Vocacionais Tecnológicos” como instrumento articulador das políticas públicas de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, Territórios da Cidadania, Segurança Alimentar e Nutricional, da Agricultura Familiar de base Ecológica – Agroecologia, Tecnologias para Cidades Sustentáveis, apoio ao desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, e como promotores de ambiente favorável para a apropriação e o desenvolvimento de tecnologias sociais com vistas a um desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável.



O programa estruturante “Tecnologia Assistiva” está inserido na política nacional do programa Viver sem Limite, com especial destaque para os projetos prioritários de criação da Rede de Núcleos de Tecnologias Assistivas e do Catálogo Nacional de Tecnologia Assistiva.

O programa estruturante de “Segurança Alimentar e Nutricional” desenvolve ações de maneira interssetorial, integrados na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), contribuindo de forma permanente para a melhoria da qualidade de vida dos grupos mais vulneráveis da sociedade.

O programa estruturante “Tecnologias para Cidades Sustentáveis” é um esforço de se oferecer soluções tecnológicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida nas cidades. As ações desenvolvidas promovem o desenvolvimento social incorporando a utilização racional dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental.

O último programa estruturante descrito é o de “Inclusão Digital”, que descreve os projetos prioritários referentes a “Espaços Públicos de Inclusão Digital”, “Cidades Digitais”, “Conteúdos Digitais e Soluções de Governo Eletrônico”.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 150 projetos de tecnologia social, tecnologia assistiva e extensão tecnologia**

Análise Situacional da Meta

Os esforços empreendidos para esta meta foram utilizados para atendimento do Plano Viver sem Limite, por meio do qual foi apoiado um projeto de tecnologia social.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/11/2012

- **Apoiar 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento em segurança alimentar e nutricional**

Análise Situacional da Meta

Realizou-se, em 2012, o Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), reunindo pesquisadores e gestores de SAN de todo o País, com dois objetivos: definição de linhas prioritárias de pesquisa - elaboração de documento orientador e criação de uma rede nacional de pesquisa em SAN.

- **Apoiar 25 projetos de pesquisa e desenvolvimento em arranjos produtivos locais e micro e pequenos empreendimentos no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

Os esforços empreendidos para esta meta focaram o atendimento do Plano de Trabalho do Termo de Cooperação com o MDIC para o desenvolvimento do Portal Nacional de APLs e realização de pesquisa e coleta de dados primários de APLs no território nacional.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar a modernização ou implantação de 120 Centros Vocacionais Tecnológicos no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 houve as seguintes realizações: 1. Chamada Pública para CVTs em Agroecologia (CNPq), uma ação conjunta entre MCTI, MEC e MAPA: foram apresentados 57 projetos, e a avaliação da comissão julgadora começou em 26/11/2012. 2. Chamada Pública geral (emendas parlamentares): foram aprovados 3 projetos. 3. Convênio direto com Entidades Privadas sem fins lucrativos: estão sendo analisados 2 projetos.

Quantidade alcançada

75

Data de Referência

31/12/2012

- **Criar Rede Nacional de Tecnologia Assistiva com 40 núcleos interdisciplinares em universidades nas cinco**

**regiões do país e implantar o Centro de Referência em Tecnologia Assistiva****Análise Situacional da Meta**

Por meio de seleção pública, foram selecionados 25 núcleos de tecnologia assistiva em todo o País, vinculados a Universidades, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Unidades de Pesquisa do MCTI, sendo que destes, seis receberam recursos orçamentários para sua estruturação.

Atualmente, a rede nacional já conta com 29 núcleos de Pesquisa em Tecnologia Assistiva (quatro foram selecionados em 2011).

O Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva foi implantado e inaugurado em 20 de julho de 2012.

Localiza-se junto ao CTI Renato Archer, em Campinas/SP.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

30/11/2012

OBJETIVO: 0501 - Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O Objetivo está estruturado para apoiar projetos nos seguintes subtemas: Construções Sustentáveis de Interesse Social, Mobilidade e Transporte Coletivo; Saneamento Ambiental; Sistemas Sustentáveis de Energia. Destina-se ao apoio a atividades de pesquisa aplicada e de demonstração tecnológica voltadas à racionalização do uso de recursos naturais e à promoção da sustentabilidade socioambiental. Destacaram-se as seguintes ações em 2012: participação em projetos apoiados pela ação TCS/SECIS da Rio+20; acompanhamento da implantação da Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Bambu - Redebambu - Edital MCT/CNPQ/CT-Agro25/2008; lançamento, em dezembro de 2012, pela FINEP, de Edital de Subvenção Econômica no valor de R\$ 30 milhões para Construções Sustentáveis e Saneamento Ambiental.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 12 projetos de inovações tecnológicas para os setores de reciclagem, saneamento e fontes alternativas de energia**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, definiu-se pelo apoio ao projeto de Desenvolvimento de Tecnologias de Bambu, face o acordo de cooperação internacional com a China.

Ainda, manteve-se e ampliou-se o apoio ao projeto de desenvolvimento do Barco Solar, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina.

Desta forma, atenderam-se dois projetos.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/11/2012

- **Apoiar 16 projetos de aplicação tecnológica para gestão e desenvolvimento de esporte e lazer**

Análise Situacional da Meta

Optou-se por não desenvolver a meta em 2012.

PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de faturamento real de micro e pequenas empresas	%	01/01/2011	102,1	31/12/2012	108,1
Número de Micro, Pequenas e Médias Empresas Inovadoras	unidade	31/12/2008	37.100	31/12/2008	37.100
Participação das micro e pequenas empresas no emprego formal	%	31/12/2010	48,51	31/12/2011	48,47
Participação das micro e pequenas empresas no volume total de exportações	%	31/12/2009	0,86	31/12/2011	0,79
Regulamentação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas em Nível Municipal	%	31/12/2010	55,2	06/02/2013	76,03
Taxa de sobrevivência de empresas aos primeiros dois anos de atividade	%	31/12/2007	71,9	31/10/2011	73,1

Observações:

Índice de faturamento real de micro e pequenas empresas - Resultado referente à variação entre janeiro-dezembro de 2011 e janeiro-dezembro de 2012, conforme 'Indicadores SEBRAE-SP - Pesquisa de Conjuntura', de fevereiro de 2013, disponível em www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/indicadores/indicadores_fev_13.pdf.

Número de Micro, Pequenas e Médias Empresas Inovadoras - Dado mais recente disponível, devido à periodicidade da pesquisa.

Participação das micro e pequenas empresas no emprego formal - Resultado referente a 2011, conforme Relação Anual de Informações Sociais (Rais - vínculos), disponível em <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Dado consolidado mais recente disponível.

Participação das micro e pequenas empresas no volume total de exportações - Resultado referente a janeiro-dezembro de 2011, conforme relatório 'Distribuição por Porte de Empresa: nº de empresas e valor (US\$ FOB)', de 2011, disponível em <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3634&refr=608>.

Regulamentação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas em Nível Municipal - Fonte: Sebrae e MDIC.

Taxa de sobrevivência de empresas aos primeiros dois anos de atividade - Nova metodologia, conforme relatório 'Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil', de outubro de 2011, disponível em [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/45465B1C66A6772D832579300051816C/\\$File/NT00046582.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/45465B1C66A6772D832579300051816C/$File/NT00046582.pdf)

OBJETIVO: 0836 - Regular no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deu continuidade ao processo de reformulação interna que vem ocorrendo desde 2009. A partir de trabalho de alinhamento estratégico e gerencial, que contou com a participação dos coordenadores de governo e da iniciativa privada, consultores de comitês temáticos, integrantes e convidados do Fórum, parceiros estratégicos externos e Fóruns Regionais, foi elaborada proposta de revisão do Decreto nº 6.174, de 1º de agosto de 2007 (decreto de criação do Fórum), que trata de inovações importantes no processo de condução das atividades dos Comitês Temáticos e do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT). A minuta de Decreto encontra-se em fase final de tramitação. Com base nessa proposta de alteração, foi elaborada também proposta de alteração do regimento interno. Além disso, teve início em março de 2012 a construção do Sistema de Gestão



do Fórum.

Em 2012, foram realizados o 4º e o 5º Encontros dos Fóruns Regionais das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. No primeiro, que ocorreu em julho, foi elaborado o planejamento estratégico conjunto dos Fóruns Regionais. No segundo, realizado em novembro, deu-se início ao trabalho de elaboração da Agenda Nacional de Desenvolvimento e Competitividade das Micro e Pequenas Empresas, documento que estabelecerá, ao final de 2013, um plano de ação de 10 anos para a promoção do desenvolvimento de pequenos negócios no país, contando com iniciativas nos seis eixos de atuação do Fórum. A agenda atuará também na perspectiva de implementação das diretrizes da Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios. A Secretaria Técnica do Fórum atuou ainda na interlocução com representantes do estado do Acre para a criação e instalação de Fórum naquele estado, única unidade da federação que não possui determinado instrumento de apoio aos pequenos negócios.

Por meio da Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, as seguintes atualizações foram incorporadas à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº 123/2006) em janeiro de 2012: aumento dos limites do Simples Nacional, de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões de receita bruta anual, corrigindo-se todas as faixas de receita bruta em 50%; limite extra para exportação de mercadorias, também no valor de R\$ 3,6 milhões/ano; aumento dos limites de receita bruta anual para enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), de R\$ 36 mil/ano para R\$ 60 mil/ano; possibilidade de parcelamento dos débitos apurados no Simples Nacional em 60 meses; processo simplificado de alteração e baixa para o MEI, regulamentado pelo Comitê de Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), cujos aplicativos serão disponibilizados oportunamente no Portal do Empreendedor; adoção de novo aplicativo de cálculo dos tributos, Programa Gerador da Declaração Anual do Simples – Declaratório (PGDAS-D), que passa a ter caráter declaratório de confissão de dívida e será instrumento hábil para a exigência dos tributos e contribuições que não tenham sido recolhidos, além de viabilizar a extinção da Declaração Anual do Simples Nacional (DASN), que possuía natureza compulsória. Ressalte-se que a opção pelo Simples Nacional implica a aceitação de sistema de comunicação eletrônica, em aplicativo disponível no Portal do Simples Nacional, simplificando o envio de comunicados diversos, como: ciência junto ao sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, encaminhamento de notificações e intimações e expedição de avisos em geral, dispensando-se a sua publicação no Diário Oficial e o envio por via postal.

Ainda em relação à Lei Complementar nº 123/2006, os seguintes dispositivos foram incluídos na agenda sistêmica de ações para a competitividade dos pequenos negócios do Plano Brasil Maior (PBM), com previsão de regulamentação até 2014: cédula de crédito microempresarial; fiscalização orientadora; acesso simplificado à justiça (regulamentação feita por meio de acordo de cooperação técnica celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Ministério da Justiça); apoio à inovação; e Sistema Nacional de Garantias de Crédito. Além disso, há previsão de regulamentação, em 2013, da sociedade de propósito específico, visto que a minuta de decreto para tanto já foi submetida a consulta pública.

Vale enfatizar também que, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), alcançou-se a implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em 76,03% dos municípios.

Em 2012, os fatores que contribuíram para o alcance de resultados foram especialmente a criação e implantação do novo sistema de gestão e das agendas de ação do PBM; e a ampliação dos recursos orçamentários para gestão do tema micro e pequenas empresas, com incremento expressivo frente a 2011.

Quanto aos arranjos de gestão e pactuações, destaca-se a implantação da Coordenação Sistêmica de Competitividade de Pequenos Negócios, uma das instâncias de gestão do PBM, conforme disposto no Decreto nº 7.540, de 2 de agosto de



2011.

Para 2013, estão previstas: a elaboração da Agenda de Desenvolvimento e Competitividade das Micro e Pequenas Empresas, que contribuirá para a definição de plano estratégico de ação para o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; a implementação da Estratégia de Fortalecimento dos Fóruns Regionais das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; a implementação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, vinculada à Presidência da República; e a continuidade da parceria com o Sebrae para a implementação da Lei Geral em nível municipal.

Metas 2012-2015

- **Regulamentar a Cédula de Crédito Microempresarial - art. 46 da Lei Complementar 123/2006**

- Análise Situacional da Meta**

- A regulamentação desse dispositivo foi incluída na agenda de ações para a competitividade de pequenos negócios do PBM; previsão de regulamentação: até 2014.

- **Regulamentar a Fiscalização Orientadora - art. 55 da Lei Complementar 123/2006**

- Análise Situacional da Meta**

- A regulamentação desse dispositivo foi incluída na agenda de ações para a competitividade de pequenos negócios do PBM; previsão de regulamentação: até 2014.

- **Regulamentar a Sociedade de Propósito Específico - art. 56 da Lei Complementar 123/2006**

- Análise Situacional da Meta**

- A regulamentação desse dispositivo foi incluída na agenda sistêmica de ações para a competitividade de pequenos negócios do PBM; a minuta de decreto foi submetida a consulta pública pelo prazo de 60 dias a partir de dezembro de 2012; previsão de regulamentação: em 2013.

- **Regulamentar o acesso simplificado à justiça - art. 73, 74 e 75 da Lei Complementar 123/2006**

- Análise Situacional da Meta**

- A regulamentação desses dispositivos foi incluída na agenda de ações para a competitividade de pequenos negócios do PBM. Com o mesmo intento, foi celebrado acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Ministério da Justiça. Visando a coleta de subsídios para a regulamentação desses dispositivos, foram realizados em 2012 estudos técnicos para a revisão da legislação sobre mecanismos extrajudiciais de solução de controvérsias (conciliação prévia, arbitragem, entre outros) – esses estudos terão continuidade em 2013. Foi realizada ainda pesquisa online entre os meses de junho e setembro de 2012 para mapeamento, junto a empresários de pequeno porte, de dificuldades enfrentadas no acesso à justiça; previsão de regulamentação: até 2014.

- **Regulamentar o apoio à inovação - art. 65 da Lei Complementar 123/2006**

- Análise Situacional da Meta**

- A regulamentação desse dispositivo foi incluída na agenda de ações para a competitividade de pequenos negócios do PBM; previsão de regulamentação: até 2014.

- **Regulamentar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito - art. 60-A da Lei Complementar 123/2006**

- Análise Situacional da Meta**

- A regulamentação desse dispositivo foi incluída na agenda de ações para a competitividade de pequenos negócios do PBM; previsão de regulamentação: até 2014.

OBJETIVO: 0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.



Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, no âmbito do Plano Brasil Maior (PBM), os programas de crédito ‘Bom Pra Todos’, do Banco do Brasil, e ‘Caixa Melhor Crédito’, da Caixa Econômica Federal, possibilitaram a redução das taxas de juros e tarifas bancárias e flexibilizaram as regras para a concessão de financiamentos, contribuindo para a manutenção da atividade econômica nas micro e pequenas empresas.

Outra iniciativa de grande importância se refere à construção de uma Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios, com o objetivo de promover a coordenação e a articulação eficientes dos programas e ações de promoção ou apoio ao empreendedorismo empresarial, sob a diretriz do estímulo à competitividade e à inovação nas micro e pequenas empresas. Durante os meses de abril a junho de 2012, foram realizados eventos em todas as regiões do país para a coleta de subsídios ao processo de elaboração da Política. Esses subsídios foram consolidados sob a forma de teses e diretrizes instituídas por meio da Portaria MDIC nº 185, de 12 de julho de 2012. Nos meses de julho a outubro de 2012, foi realizado um amplo processo de consulta pública sobre a Política, que deverá passar nos próximos meses por uma fase de planejamento estratégico, para então ser lançada no segundo semestre de 2013.

No âmbito dos acordos de cooperação técnica firmados na 19ª Plenária do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, ocorrida em julho de 2011, foram realizadas as seguintes atividades em 2012: definição, em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), de plano de trabalho para o desenvolvimento de fornecedores de pequeno e médio porte da cadeia de serviços postais; definição, em parceria com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), de plano de trabalho para a disseminação da cultura de propriedade industrial para um melhor entendimento e uso estratégico do Sistema de Propriedade Intelectual por parte das micro e pequenas empresas brasileiras; e instituição, em março de 2012, da Rede Nacional de Apoio aos Agentes de Desenvolvimento Municipal, nos termos do artigo 85-A da Lei Complementar nº 123/2006, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

No contexto da 21ª Plenária do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, ocorrida em julho de 2012, foram assinados dois acordos de cooperação técnica que têm como objetivo principal a adoção de medidas de estímulo às micro e pequenas empresas. O acordo de cooperação técnica celebrado com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com o Instituto Rui Barbosa (IRB), com a FNP e com a CNM será de extrema relevância para a ampliação da regulamentação e implementação da Lei Complementar nº 123/2006 em todo o país, e visa à garantia do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, em especial nas compras e contratações públicas. O acordo de cooperação técnica celebrado com o Sebrae visa dar sustentabilidade técnica às atividades do Fórum.

No âmbito da 21ª Plenária, houve também a criação de grupo de trabalho interministerial e interinstitucional, composta por: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Sebrae; Confederação Nacional da Indústria (CNI); Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Confederação Nacional de Serviços (CNS); Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL); Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Comicro); e Movimento Nacional da Micro e Pequena Empresa (Monampe). Esse grupo trabalhará na implantação de uma Rede Nacional de Informação para as micro e pequenas empresas e para os empreendedores individuais, com o objetivo de facilitar o acesso a informações relevantes para os pequenos negócios.

Por meio do Convênio MDIC–Apex nº 53/2011, estão sendo realizadas as seguintes atividades voltadas à inserção



comercial de pequenas e médias empresas no mercado externo: a) estudo quanto ao potencial de internacionalização de setores de serviços brasileiros, cujo objetivo é obter uma definição dos setores brasileiros de serviços com maior chance de ganhos no processo de exportações; b) contratação de uma consultoria para análise do estudo elaborado e para proposição de um plano estratégico e de um plano de ação para a internacionalização dos setores de serviços brasileiros identificados no estudo; c) elaboração do material com o conteúdo do estudo e da consultoria realizados, apresentando resultados detalhados do estudo e do plano de ação para os setores selecionados; d) divulgação e apresentação dos resultados; e e) realização de capacitação de 15 pequenas empresas para a atração e captação de investimentos estrangeiros durante Rodada de Atração de Investimentos no 1º Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs).

Com vistas à melhoria dos investimentos governamentais e à criação de uma agenda integrada e coordenada de capacitação empresarial no país, foi criado um outro grupo de trabalho interministerial e interinstitucional, composto por: MDIC; Ministério da Educação (MEC); Ministério da Fazenda (MF); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex Brasil); Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Conselho Federal de Administração (CFA); Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Sebrae; CNI; CNC; CNS; Comicro; e Monampe. Esse grupo está trabalhando em uma proposta de regulamentação do Plano Nacional de Capacitação e Aperfeiçoamento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (PNCA – MPE), com o intuito de promover a ampliação e a adequação da oferta e do acesso às ações de capacitação e de aperfeiçoamento, considerando as necessidades e demandas do público-alvo, a integração dos esforços dos diversos atores ofertantes de capacitação, o respeito às peculiaridades e necessidades regionais e setoriais, a convergência de informações sobre as ofertas de capacitação, a concessão de incentivos fiscais e creditícios para a empresa que realizar capacitações sob os parâmetros do PNCA – MPE, e o aporte de novos recursos financeiros para processos de capacitação no âmbito do PNCA – MPE. A minuta de decreto encontra-se finalizada e estão sendo realizadas as articulações para a criação do mecanismo de financiamento e para a implementação do Plano.

Ainda em matéria de capacitação para micro e pequenas empresas, cumpre destacar o lançamento do Edital de Chamada Pública de Projetos nº 1, de 2 de outubro de 2012, da Secretaria de Comércio e Serviços do MDIC. A iniciativa faz parte da agenda de medidas do PBM para estimular a competitividade dos pequenos negócios e tem por objetivo promover a articulação entre governo e iniciativa privada para a realização de atividades de capacitação de empresários e empreendedores das empresas de micro e pequeno porte, um dos temas mais sensíveis da gestão empresarial nos dias de hoje.

Em 2012, os fatores que contribuíram para o alcance de resultados foram especialmente a criação e implantação do novo sistema de gestão e das agendas de ação do PBM; e a ampliação dos recursos orçamentários para gestão do tema micro e pequenas empresas, com incremento expressivo frente a 2011.

Quanto aos arranjos de gestão e pactuações, destaca-se a implantação da Coordenação Sistêmica de Competitividade de Pequenos Negócios, uma das instâncias de gestão do PBM, conforme disposto no Decreto nº 7.540, de 2 de agosto de 2011.

Metas 2012-2015

• Capacitar 100 mil micro e pequenas empresas e/ou empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram capacitados 950 empresários por meio dos Termos de Cooperação nº 3/2010 e nº 5/2011, celebrados com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília.



No âmbito do Edital de Chamada Pública de Projetos nº 1/2012 – SCS/MDIC, foram selecionados quatro projetos, que estão sendo executados em 2013, e totalizarão 4,5 mil capacitados. Em 2013, ocorrerá o lançamento do próximo Edital, com execução dos projetos a partir do 2º semestre.

Quantidade alcançada

950

Data de Referência

31/10/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15.000	unidade	145	31/10/2012
Região Nordeste	20.000	unidade	250	31/10/2012
Região Norte	5.000	unidade	110	31/10/2012
Região Sudeste	40.000	unidade	240	31/10/2012
Região Sul	20.000	unidade	205	31/10/2012

- **Elevar o montante de crédito disponibilizado pelo BNDES para micro e pequenas empresas de R\$ 5 bilhões em 2010 para R\$ 21,2 bilhões.**

Análise Situacional da Meta

Conforme estatísticas operacionais do BNDES, o valor desembolsado com o Cartão BNDES em 2012 foi de R\$ 9,543 bilhões (fonte: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/estatisticas/Int2_1D_a_produto.pdf).

Quantidade alcançada

9.543.000.000

Data de Referência

08/02/2013

OBJETIVO: 0838 - Promover a cooperação técnica e financeira internacional para as micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o tema micro e pequenas empresas passou a compor o plano de ação do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil, como resultado do memorando de entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a Diretoria Geral de Empresas e Indústrias da Comissão Europeia, assinado em 16 de dezembro de 2011, sobre iniciativas políticas em pequenas e médias empresas, inovação, competitividade e clusters. No âmbito desse Projeto, foi executada a ação “Empreendedorismo e Competitividade para Pequenas e Médias Empresas”, que possibilitou a realização das seguintes atividades: a) contratação de 3 (três) peritos seniores externos para realização de estudos sobre a experiência europeia na formulação de políticas de estímulo ao empreendedorismo, na aplicação do princípio “pense nas pequenas primeiro” e no desenvolvimento de estratégias de mercado de capitais para pequenas e médias empresas; b) realização de uma missão técnica à União Europeia; e c) realização de dois eventos para apresentação e discussão dos resultados alcançados no processo de cooperação em curso. Os recursos totais executados no âmbito dessas atividades somaram R\$ 288.265,00, compostos de R\$ 230.265,00 relativos ao financiamento do Projeto, mediante recursos oriundos da Comissão Europeia, e R\$ 58.000,00 relativos à contrapartida econômica apresentada pelo governo brasileiro, sob a forma de serviços disponibilizados ao Projeto. Em dezembro de 2012, foram aprovadas pela Comissão Europeia, no âmbito da 6ª convocatória de propostas do Projeto, três novas ações sobre pequenas empresas: a) desenvolvimento de capacidades e habilidades empreendedoras para pequenas e médias empresas; b) promoção do empreendedorismo para o setor artesanal brasileiro; e c) estratégia de mercado de capitais para pequenas e médias empresas – o problema da informação assimétrica. Essas ações têm prazo de execução



previsto até junho de 2013 e compreendem o investimento total de R\$ 415.125,00, incluindo recursos europeus da ordem de R\$ 261.525,00 para a realização de estudos, missões técnicas e eventos, além da participação brasileira, na forma de contrapartida econômica, no valor de R\$ 153.600,00.

Em termos da agenda de cooperação técnica internacional, cumpre destacar ainda a atuação do MDIC em negociações bilaterais e multilaterais, como a realização de negociações bilaterais com Argentina, Chile, Estados Unidos e Uruguai para o estabelecimento de agendas de cooperação técnica e financeira sobre o tema micro e pequenas empresas.

Em 2012, os fatores que contribuíram para o alcance de resultados foram especialmente a criação e implantação do novo sistema de gestão e das agendas de ação do Plano Brasil Maior; e a ampliação dos recursos orçamentários para gestão do tema micro e pequenas empresas, com incremento expressivo frente a 2011.

Para 2013, estão previstas as seguintes atividades: continuidade das discussões para a implementação de Plano de Trabalho do Memorando de Entendimento União Europeia – Brasil sobre micro e pequenas empresas; execução das atividades da 6ª Chamada do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil; retomada das negociações para implantação do Fórum Intra-regional Mercosul-Chile de Micro e Pequenas Empresas; e realização da segunda edição do Projeto “Reconhecimento de Excelência da Unesco para os produtos artesanais do Mercosul+”.

Metas 2012-2015

- **Incluir a agenda brasileira de desenvolvimento das micro e pequenas empresas nas principais instâncias internacionais de cooperação (União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial, CAF)**

Análise Situacional da Meta

Meta parcialmente cumprida, pois houve em 2012 a inclusão da agenda brasileira de desenvolvimento de micro e pequenas empresas em negócios com a União Europeia, a exemplo da ação “Empreendedorismo e Competitividade para Pequenas e Médias Empresas”, do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais, atividade que está amparada no Memorando de Entendimento União Europeia – Brasil sobre pequenas e médias empresas, assinado em 16 de dezembro de 2011.

- **Realizar cooperação técnica internacional em melhores práticas com União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial e CAF**

Análise Situacional da Meta

Meta parcialmente cumprida, pois houve em 2012 a inclusão da agenda brasileira de desenvolvimento de micro e pequenas empresas em negócios com a União Europeia, a exemplo a ação “Empreendedorismo e Competitividade para Pequenas e Médias Empresas”, do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais, atividade que está amparada no Memorando de Entendimento União Europeia – Brasil sobre pequenas e médias empresas, assinado em 16 de dezembro de 2011.

OBJETIVO: 0839 - Desenvolver, disponibilizar e consolidar sistemas de gestão do conhecimento sobre micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais, para o compartilhamento de conhecimento e a geração de vantagem competitiva de mercado.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 38/2010, celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), foi desenvolvido em 2012 o mapeamento da produção artesanal. A partir de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi possível consolidar em junho de 2012 o primeiro mapeamento do artesanato brasileiro. O mapa ilustra, por unidade da federação, quais os principais produtos artesanais



produzidos na região. O estudo foi realizado para 18 categorias de artesanato, o que apoiará a elaboração do diagnóstico e o planejamento de ações específicas para cada segmento, buscando identificar desafios e oportunidades para cada tipologia de artesanato.

Em julho de 2012, foi criado grupo de trabalho (GT Rede) para analisar a pertinência e propor modelo institucional para a criação de uma rede nacional de informação para as micro e pequenas empresas e empreendedores individuais, tendo por base o documento “Rede Brasileira de Informação aos Pequenos Negócios”, aprovado no âmbito do Comitê Temático Rede de Disseminação, Informação e Capacitação, do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Em março de 2012, foi implantada a nova versão do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab), que permite a emissão da Carteira Nacional do Artesão e do Trabalhador Manual. O modelo de carteira aprovado já está sendo emitido pelas coordenações estaduais, mediante o registro no Sicab. Até outubro de 2012, foram registrados cerca de 70.000 artesãos e 2.000 trabalhadores manuais. O MDIC fará a aquisição de 28 impressoras térmicas para a produção de carteiras de identificação do artesão. Essas impressoras serão distribuídas entre as 27 unidades da federação.

Por meio do Termo de Cooperação nº 6/2011, celebrado entre o MDIC e o Ipea em 16 de dezembro de 2011, foram desenvolvidos estudos preliminares para a implementação das seguintes ferramentas de monitoramento e acompanhamento de indicadores sobre micro e pequenas empresas:

- a) Monitor MPE – construção de uma estrutura de base de dados que consolide as estatísticas oficiais de interesse de micro e pequenas empresas (MPEs), e que possibilite o desenvolvimento de um conjunto de indicadores, de produção periódica, capazes de contribuir com o acompanhamento conjuntural do segmento.
 - b) Painel das Micro e Pequenas Empresas – elaboração de painel de indicadores visando prover uma base comparativa ampla para a caracterização das MPEs brasileiras, permitindo que se compreendam suas idiossincrasias setoriais e regionais, de modo a poder servir como subsídio para a proposição de políticas públicas direcionadas às MPEs.
- No âmbito desses estudos, foram elaborados até o momento o referencial teórico, a metodologia e coleta parcial de dados. A expectativa é que os estudos sejam concluídos até junho de 2013.

No Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), foram estabelecidas agendas convergentes entre o Plano Brasil Maior (PBM), o Plano Brasil Sem Miséria e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), de forma que as melhores práticas em micro e pequenas empresas no contexto dessa convergência sejam catalogadas no Observatório Brasileiro de APLs. No âmbito do Observatório, foi desenvolvido um banco de dados, atualmente em teste por três estados pilotos, os quais cadastraram aproximadamente 200 empresas.

Em 2012, os fatores que contribuíram para o alcance de resultados foram especialmente a criação e implantação do novo sistema de gestão e das agendas de ação do PBM; e a ampliação dos recursos orçamentários para gestão do tema micro e pequenas empresas, com incremento expressivo frente a 2011.

Quanto aos arranjos de gestão e pactuações, destaca-se a implantação da Coordenação Sistêmica de Competitividade de Pequenos Negócios, uma das instâncias de gestão do PBM, conforme disposto no Decreto nº 7.540, de 2 de agosto de 2011.

Para 2013, estão previstas as seguintes atividades: ampliação do mapa do artesanato para novos setores artesanais; finalização dos trabalhos do GT Rede e implantação da Rede Brasileira de Informação aos Pequenos Negócios; ampliação da base de cadastros do Sicab; implantação do Monitor MPE; e consolidação do Painel das Micro e Pequenas Empresas.



Metas 2012-2015

- **Criar a rede nacional de disseminação de conhecimentos e boas práticas em gestão empreendedora de micro e pequenas empresas e artesanato**

Análise Situacional da Meta

Por meio da Portaria MDIC nº 193/2012, foi criado grupo de trabalho para analisar a pertinência e propor modelo institucional para a criação de uma rede nacional de informação para as micro e pequenas empresas e empreendedores individuais, tendo por base o documento “Rede Brasileira de Informação aos Pequenos Negócios”, aprovado no âmbito do Comitê Temático Rede de Disseminação, Informação e Capacitação, do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

- **Elaborar diagnósticos regionais sobre as tipologias de produção artesanal no Brasil**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 38/2010, celebrado entre MDIC e Ipea, foi concluído em junho de 2012 o mapeamento da produção artesanal. A partir de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi possível consolidar o primeiro mapeamento do artesanato brasileiro, que ilustra, por unidade da federação, quais os principais produtos artesanais produzidos na região. O estudo foi realizado para 18 categorias de artesanato e está disponível no endereço eletrônico <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=2048>. Esse trabalho apoiará a elaboração do diagnóstico e o planejamento de ações específicas para cada segmento, buscando identificar desafios e oportunidades para cada tipologia de artesanato.

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de empregos formais no setor terciário	unidade	31/12/2010	26.814.510	15/02/2013	29.538.498
Número de estabelecimentos do setor de comércio	unidade	31/12/2008	1.402.075	15/02/2013	1.526.174
Número de estabelecimentos do setor de serviços	unidade	31/12/2008	848.970	15/02/2013	992.808
Participação do setor terciário no Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro	%	31/12/2010	67,4	30/12/2012	69,77
Variação do Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) de Serviços	%	31/12/2010	3,21	08/05/2013	8,25

Observações:

Número de empregos formais no setor terciário - Dados referentes a 31/12/12.

Número de estabelecimentos do setor de comércio - Dados referentes a 31/12/12

Número de estabelecimentos do setor de serviços - Dados referentes a 31/12/12

Participação do setor terciário no Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro - Fonte: IBGE Contas Nacionais Trimestrais dez 2012

Variação do Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) de Serviços - Dados referentes ao acumulado do ano de 2012 em relação ao mesmo período de 2011.

OBJETIVO: 0822 - Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócios.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

De janeiro a novembro de 2012, foram realizadas 23 reuniões do Comitê Gestor da Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM/Redesim), dos Grupos de Assessoramento Técnico (GAT) e dos Grupos de Trabalhos de: Normas, Licenciamento, Comunicação, Sistemas e Indicadores. Nessas reuniões, foram tratados os seguintes assuntos:

- Decisão a respeito de iniciar as tratativas relacionadas ao Integrador Estadual com os 21 estados que tiveram representantes indicados pelos respectivos governadores;
- Aprovação para remodelar a minuta de resolução que define diretrizes para os Corpos de Bombeiros no que tange ao licenciamento de empresas;
- Informes acerca dos problemas jurídicos constantes na minuta de resolução que trata de cancelamento de inscrição fraudulenta de microempreendedor individual (MEI);
- Aprovação da minuta de resolução para substituir a Resolução nº 22/2010, que dispõe sobre as regras para pesquisas prévias e a regulamentação da classificação de risco da atividade para a concessão de alvarás de funcionamento de empresas;
- Aprovação da alteração do Decreto nº 6.884/2009 para incluir as confederações econômicas, a Associação dos Notários e Registradores (Anoreg) e o Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad) no rol de membros do CGSIM.



Quanto à modernização e informatização dos processos de registro mercantil e legalização de empresas, foi firmado em julho de 2012 o projeto Integrar. Esse projeto, idealizado no âmbito da Redesim, é um convênio entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Junta Comercial de Minas Gerais (Jucemg), com apoio e orientação do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), da Secretaria de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O Integrar visa, por meio da soma de boas práticas, a desburocratização da abertura de empresas, com a utilização da tecnologia desenvolvida pela Jucemg. Objetiva a adaptação, implantação e cessão do Integrador de Minas Gerais para as Juntas Comerciais das seguintes localidades: Ceará, Distrito Federal, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Possibilitará a simplificação do processo de abertura de empresas, mediante a integração com a União das etapas inseridas nesse processo, que são de responsabilidade das esferas estaduais e municipais, tais como: pesquisas prévias de nome e endereço, registros e inscrições tributárias e alvarás de funcionamento. Formar-se-ão, com isso, cadastro e banco de dados unificados. Sob a ótica do cidadão, estará estruturado nas seguintes etapas: na primeira, as pessoas poderão consultar, via internet, a viabilidade da formalização de uma empresa com determinado nome e em determinado lugar; em seguida, os cidadãos preencherão, também online, as informações do contrato social.

A Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF) iniciou a primeira fase do projeto no último trimestre de 2012: por meio do site, o cidadão pode realizar, de forma unificada, a consulta prévia de viabilidade locacional (realizada antes nas Administrações Regionais), e a pesquisa prévia de nome empresarial, realizada antes na JCDF.

Com a finalidade de facilitar a gerência de informações de atos registrados no País, o DNRC contratou a instalação e a customização de ferramenta de 'business intelligence' (BI) para trabalhar os dados das juntas comerciais. Essa ferramenta recebe os dados das juntas comerciais em um banco de dados próprio e, após isso, trata as informações e fornece gráficos e planilhas estatísticos para ajudar nas tomadas de decisões da diretoria do DNRC. Em 2013, o projeto entrará em fase de teste e homologação.

Em relação ao monitoramento e à avaliação da prestação dos serviços de registro mercantil, o MDIC, em conjunto com a Receita Federal do Brasil (RFB) e as Juntas Comerciais do Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo trabalhou no desenvolvimento de funcionalidades para o MEI. Foram elaborados documentos de especificação de regras de negócios para alteração e baixa do MEI no Portal do Empreendedor (Módulo do Contribuinte) e para o tratamento de legado e sincronização das bases do MEI entre a RFB, o MDIC e as juntas comerciais. Já foram também realizados testes para homologação do aplicativo de alteração e baixa pelas equipes do DNRC, da RFB, do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e do Sebrae.

Conforme dados do Sistema Integrado de Automação de Registro do Comércio (Siarco) e do Portal do Empreendedor, desde que foi implantada a categoria de MEI, em 1º de julho de 2009, até outubro de 2012, foram realizadas 2.532.716 inscrições para essa categoria empresarial, próximo à meta estabelecida de 2.562.868 inscrições até dezembro de 2012.

Com base nos relatórios estatísticos encaminhados pelas juntas comerciais e em valores estimados, houve 2.383.599 atos de registro de empresas de outras naturezas jurídicas (registros referentes a constituições, alterações e extinções de empresas no país) em 2012. Comparado à média anual entre 2008 e 2012 (2.286.631), houve taxa de crescimento de 4,24%. A previsão para 2013 é de 2.749.746 atos registrados.



Metas 2012-2015

- **Conceder registro a empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até cinco dias úteis para atos sujeitos a decisão colegiada, na forma da lei**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, o prazo para conceder registro a empresas de baixo risco pelas juntas comerciais foi de 9 dias úteis para atos sujeitos a decisão colegiada, na forma da lei. O resultado alcançado em 2012 foi ainda de 9 dias. Para 2013, a previsão é de se alcançar a meta de 7,5 dias úteis.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/01/2013

- **Conceder registro a micro e pequenas empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até dois dias úteis para atos sujeitos a decisão singular, na forma da lei**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, o prazo para conceder registro a micro e pequenas empresas de baixo risco pelas juntas comerciais foi de 6 dias úteis para atos sujeitos a decisão singular, na forma da lei. O resultado alcançado em 2012 foi ainda de 6 dias. Para 2013, a previsão é de 4,5 dias úteis.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/01/2013

- **Reduzir, anualmente, em 5% o número de horas para a decisão de processos de empresários individuais e sociedades contratuais**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, o tempo para a decisão de processos (registro, licenciamento e autorização de funcionamento) de empresas de baixo risco pelas juntas comerciais era de 16,3 horas úteis, com estimativa de redução de 5% ao ano até 2015, chegando a 13,3 horas. Em 2012, o resultado atingido foi de 18 horas. A previsão para 2013 é alcançar 17,10 horas úteis.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/01/2013

OBJETIVO: 0823 - Mapear e diagnosticar os setores de comércio e serviços no Brasil para levantar informações oficiais que orientem as políticas e os investimentos no país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Para o desenvolvimento de cadastros nacionais dos setores de comércio e serviços, o MDIC obteve do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Receita Federal do Brasil (RFB) informações detalhadas sobre a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), instrumento importante para a construção de cadastros dos setores produtivos. A CNAE, por exemplo, é um código que alimenta o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), administrado pela RFB. O desenvolvimento de cadastros nacionais dos setores de comércio e serviços seria feito a partir dos diversos cadastros hoje utilizados pelo poder público. Entretanto, identificou-se que os cadastros da administração pública, como o CNPJ e o Cadastro Nacional de Empresas, estão com as classificações diferentes. Esses cadastros podem não refletir a atual atividade da empresa, o que dificultaria o desenvolvimento de novos cadastros a partir dessas bases.

No âmbito do Plano Brasil Maior (PBM), foi feito breve diagnóstico sobre os setores de comércio e serviços, com o



apoio do Sebrae, seguindo metodologia e modelo definidos pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Foram desenvolvidos três diagnósticos setoriais (comércio, serviços e serviços logísticos), traçando o cenário atual e as perspectivas dos setores no Brasil, para subsidiar os comitês executivos e os conselhos de competitividade setorial do PBM na construção de suas Agendas Setoriais para até 2015. O modelo apresentou um questionário dividido em três eixos principais: (1) tendências da demanda (visão global e visão nacional); (2) organização setorial e estrutura produtiva (inserção externa e caracterização da gestão e da concorrência); e (3) mudanças tecnológicas (novos produtos e processos). Em um trabalho conjunto entre MDIC, Sebrae e membros de três comitês executivos do PBM, algumas questões dos diagnósticos foram adaptadas às especificidades dos setores de comércio e serviços. Em função do exíguo tempo para a entrega dos diagnósticos, a realização de pesquisas primárias no levantamento de informações não foi possível. A estratégia adotada foi o levantamento de fontes secundárias de informação (pesquisas, estudos, artigos). Os conselhos de competitividade do PBM buscam identificar temas de relevância para o setor, passíveis de estudos e diagnósticos. Termo de referência para a contratação de estudo sobre a adoção no Brasil das etiquetas para identificação por radiofrequência ou RFID ('radio -frequency identification') encontra-se em construção.

Por sua vez, o mapeamento dos setores de comércio e serviços no país será desenvolvido simultaneamente à elaboração do Atlas Nacional do Comércio e de Serviços, por se tratar de etapa prevista no escopo do projeto básico do Atlas.

Metas 2012-2015

• Elaborar o Atlas Nacional de Serviços

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2012, identificaram-se os principais interlocutores relacionados à produção de dados, estatísticas e análises estruturais e conjunturais. Em seguida, foram formalizados convites a diversas entidades para composição de um grupo de trabalho e, por fim, criado um ambiente de articulação e debate com as organizações públicas e privadas. As discussões do grupo resultaram na construção da visão compartilhada e no desenvolvimento de propostas. Todo esse trabalho contribuiu sobremaneira na elaboração do Projeto Básico do Atlas Nacional do Comércio e de Serviços, que se encontra em revisão.

Para 2013, está prevista a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de levantamento, análise, seleção e consolidação de indicadores socioeconômicos, conforme previsto na minuta de termo de referência, também em revisão.

• Elaborar o Atlas Nacional do Comércio

Análise Situacional da Meta

A análise situacional desta meta está apresentada conjuntamente com a da meta "Elaborar o Atlas Nacional de Serviços".

OBJETIVO: 0824 - Estimular o processo de ativação econômica sustentável dos segmentos de comércio e serviços, contribuindo para o crescimento da economia nacional, geração de emprego e renda, e para o bem estar do consumidor.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

MDIC e Sebrae assinaram, em março de 2012, um acordo de cooperação técnica com o objetivo de conjugar esforços para o desenvolvimento e a implementação de ações e projetos alinhados ao PPA 2012-2015 e ao Plano Brasil Maior (PBM), nas áreas de comércio e serviços, observadas as respectivas competências institucionais. O PBM inovou ao incluir os setores de comércio, serviços e serviços logísticos como focos de ação em sua estrutura de governança. Dessa



forma, diversos representantes de entidades públicas e privadas e dos trabalhadores participam da formulação de políticas para esses setores.

A fim de promover a capacitação de empresários, profissionais e representantes de entidades do setor terciário, o MDIC interagiu com representantes do Ministério da Educação que participam do PBM (Secretaria de Educação Superior e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Foi feito levantamento sobre cursos de qualificação profissional, ou capacitação, ofertados pelas entidades que participam dos conselhos de competitividade do PBM. O levantamento está em fase de consolidação e será divulgado na página eletrônica do PBM.

Para o desenvolvimento e a melhoria da competitividade dos segmentos de comércio e serviços, o MDIC, acompanhado de representantes do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (Abad), da Associação Brasileira de Automação (GS1 Brasil) e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), coordenou visitas técnicas ao Japão, com o objetivo de conhecer as melhores práticas daquele país em automação e gestão de processos e pessoas.

Por fim, vale mencionar a inclusão do setor de serviços e do comércio varejista nas medidas de redução de tributos sobre a folha de pagamentos.

Metas 2012-2015

- **Premiar anualmente empresas e profissionais do setor de comércio e serviços**

Análise Situacional da Meta

O MDIC vem articulando com o setor privado possíveis parcerias para o cumprimento dessa meta,. Em 2013, a dinâmica da premiação, o trabalho de mobilização da sociedade e o manual de orientações deverão estar estruturados. Um dos grandes desafios para cumprimento das metas deste programa tem sido produzir resultados efetivos com quadro bastante enxuto de servidores na área, frente aos desafios de um setor que representa cerca de 70% da economia brasileira.

- **Realizar 4 Encontros Nacionais de Comércio**

Análise Situacional da Meta

O Encontro Nacional do Comércio – realizado em conjunto com o Encontro Nacional de Serviços, e renomeado para I Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs) – foi realizado em novembro de 2012, em Brasília. Coordenado pelo MDIC, em parceria com a ABDI e o Sebrae, o evento contou com a participação de ministérios e agências do Governo Federal, secretarias estaduais e municipais, juntas comerciais, representantes do Poder Legislativo, entidades do setor privado e dos trabalhadores, empresários, acadêmicos e convidados internacionais.

Para 2012, o Simbracs teve como principais objetivos discutir as tendências e debater políticas públicas para o fomento dos setores de comércio e serviços frente à conjuntura da economia internacional, além de apresentar e divulgar instrumentos para melhoria do ambiente de negócios e fortalecimento do setor produtivo brasileiro. Congregando diversos eventos convergentes para ampliar ainda mais o escopo das discussões propostas, o Simbracs está previsto no plano de ações do PBM. O I Simbracs teve mais de 30 painéis e diversas reuniões sobre alguns dos principais temas para os setores de comércio, logística e serviços, e contou com 2.546 inscritos. Os estados com maior representatividade foram São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, além do Distrito Federal.

**Quantidade alcançada**

1

Data de Referência

08/02/2013

• Realizar 4 Encontros Nacionais de Serviços**Análise Situacional da Meta**

O Encontro Nacional de Serviços de 2012 foi realizado em conjunto com o Encontro Nacional do Comércio, e renomeado para I Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs). Informações sobre esse evento estão apresentadas na análise situacional da meta anterior.

Além do I Simbracs, foi realizado em junho de 2012, em São Paulo, o Encontro Nacional do Comércio Exterior de Serviços (ENAServ). O Encontro foi organizado em parceria pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), pela Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP) e pelo MDIC, e contou com público superior a 300 participantes.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

08/02/2013

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Contribuição das exportações ao PIB Brasileiro	%	01/01/2011	9,7	31/12/2012	10,77
Corrente de comércio de bens	US\$ bilhão	01/01/2011	383,564	31/12/2012	465,7289
Exportação total de bens	US\$ bilhão	01/01/2011	201,915	31/12/2012	242,5797
Exportação total de serviços	US\$ bilhão	01/01/2011	30,072	31/12/2012	39,864
Participação brasileira no comércio mundial	%	01/01/2011	1,36	31/12/2012	1,36
Participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais	%	01/01/2011	35,5	31/12/2012	33,9
Taxa de crescimento das exportações brasileiras de manufaturados e semi-manufaturados	%	01/01/2011	22,7	31/12/2012	-3,35
Taxa de crescimento das exportações de serviços, exceto serviços governamentais	%	01/01/2011	15,43	31/12/2012	26,77
Taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em relação ao valor total das exportações brasileiras	%	01/01/2011	25,5	31/12/2012	22,33

Observações:

Contribuição das exportações ao PIB Brasileiro - Fonte: Secex/MDIC e IBGE - Balança Comercial - Dados consolidados 2012.

Corrente de comércio de bens - Fonte: Secex/MDIC - Balança Comercial Brasileira - Dados acumulados 2012.

Exportação total de bens - Fonte: Secex/MDIC - Balança Comercial Brasileira - Dados Acumulados - 2012.

Exportação total de serviços - Fonte: Banco Central do Brasil - Série Histórica do Balanço de Pagamentos - Dados acumulados - ano 2012.

Participação brasileira no comércio mundial - Fonte: Secex/MDIC e OMC-WTO - Balança Comercial Brasileira - Dados consolidados - janeiro-dezembro de 2012.

Participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais - Fonte: Secex/MDIC - Balança Comercial Brasileira - Dados consolidados - janeiro-dezembro de 2012.

Taxa de crescimento das exportações brasileiras de manufaturados e semi-manufaturados - Fonte: Secex/MDIC - Balança Comercial Brasileira - Dados consolidados - 2012.

Taxa de crescimento das exportações de serviços, exceto serviços governamentais - Fonte: Banco Central do Brasil - Balanço de Serviços - Dados referentes a 31/12/2012.

Taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em relação ao valor total das exportações brasileiras - Fonte: MDIC - Dados referentes ao acumulado de 2012.

OBJETIVO: 0805 - Fortalecer o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, bem como estruturar novas formas de combate a práticas desleais de comércio.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Não houve elaboração de estudos setoriais periódicos que avaliassem o desempenho das importações e seu impacto para a utilização preventiva dos instrumentos de defesa comercial em conjunto com entidades representativas do setor privado.



A principal limitação para a consecução da iniciativa foi a restrição de recursos humanos, que está sendo superada com a contratação dos novos analistas de comércio exterior, no início de 2013.

A unidade administrativa que concentraria as atividades dispersas de divulgação dos instrumentos de defesa comercial e a alocação de novos analistas no Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC), foram adiadas para o início de 2013. Assim, a divulgação e análise de pré-pleitos em defesa comercial continuaram a ser realizadas de forma difusa.

Foi criado pela Portaria Conjunta MDIC-MF nº 149, de junho de 2011, o Grupo de Inteligência de Comércio Exterior (GI-CEX), formado por representantes da Secex e da Receita Federal do Brasil (RFB), com o objetivo de combater práticas ilegais no comércio exterior.

Metas 2012-2015

- **Reduzir de 8 para 6 meses o prazo para alcançar determinações preliminares nos casos em que seja necessário proteger a indústria doméstica de práticas comerciais desleais durante o período de investigação**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas 3 determinações preliminares em investigações iniciadas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012, que serviram de base para a aplicação de direitos antidumping provisórios pela Câmara de Comércio Exterior (Camex). O prazo médio para alcançar a determinação preliminar permanece em 8 meses.

Três ressalvas são fundamentais para fins de análise desta meta:

1) A realização de uma determinação preliminar é condição fundamental para a aplicação de direito antidumping provisório. São os direitos provisórios aqueles que protegem a indústria doméstica dos efeitos danosos do dumping ainda durante o período de investigação. A competência para a realização de determinações preliminares é da Secex/MDIC, mas a competência para aplicar direitos provisórios é da Camex. Ou seja, uma determinação preliminar não assegura necessariamente a aplicação de direito antidumping provisório.

2) Apesar de ser possível contabilizar, retrospectivamente, o número de determinações preliminares, é preciso ter claro de que não se trata de variável controlada. A pré-condição fundamental para que determinações preliminares sejam alcançadas é a existência de investigações em curso. Tendo em vista que o número de investigações depende de uma variável fora do controle da Secex/MDIC — número de petições protocoladas pelo setor privado —, não é possível estabelecer meta numérica quanto ao número de determinações preliminares alcançadas.

3) A única quantificação possível diz respeito ao prazo necessário para que se alcance a determinação preliminar. O cumprimento dessa meta, contudo, depende de duas condições: (a) aumento de 120 novos investigadores de defesa comercial, objetivo estabelecido no Plano Brasil Maior, o que ocorreu no início de 2013; (b) publicação do novo decreto que regulamenta o processo administrativo de investigações de dumping, em substituição ao marco atual, que remonta ao ano de 1995. Dessa forma, a meta é alcançável tão logo o decreto seja publicado.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2012

- **Reduzir prazo médio das investigações de 15 para 12 meses**

Análise Situacional da Meta

Foram aplicados 11 direitos antidumping relativos a investigações originais entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012. O prazo médio da investigação de dumping permanece em 15 meses.

Tal qual a meta anterior, o cumprimento da meta é factível após a publicação do novo decreto que regulamenta o processo administrativo de investigações de dumping, visto que já houve incremento do quadro de investigadores, no



início de 2013.

Das 57 investigações iniciadas no período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de outubro de 2012, apenas três foram encerradas, todas elas sem aplicação de medidas. Note-se que os casos são atípicos: ou por se tratar de solicitação de encerramento da investigação pela própria peticionária (salvaguarda de vinhos – prazo médio de sete meses de investigação); ou por haver volume insignificante de importações de algumas origens investigadas (dois casos de laminados a frio - prazo médio de três meses de investigação em cada caso).

Cabe destacar que foi publicada, em 29 de dezembro de 2011, a Portaria nº 46/2011 da Secex/MDIC, que altera as disposições sobre as petições de investigação de dumping, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012. O novo modelo simplifica o fornecimento de informações pelo peticionário e possibilita que, uma vez iniciada a investigação, os procedimentos subsequentes sejam acelerados. Desse modo, determinações preliminares poderão ser alcançadas em menor tempo (o que possibilitará a aplicação de medidas provisórias em casos necessários) e o prazo das investigações poderá ser reduzido.

Tendo em conta a edição da referida Portaria e a contratação de novos analistas em 2013, estima-se que será possível a redução dos prazos, nos casos iniciados a partir de 2013.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0806 - Simplificar, modernizar e harmonizar normas, procedimentos e exigências relativos às operações de comércio exterior.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Foi instituído no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (Camex), por meio da Resolução Camex nº 44, de 11 de julho de 2011, o Grupo Técnico Interministerial de Consolidação da Legislação Interna de Comércio Exterior (GTIC). Ao longo de 2011 e 2012, o GTIC efetuou abrangente levantamento da legislação pertinente ao comércio exterior, a fim de elaborar um projeto de norma que contemple: 1) os órgãos anuentes que atuam no comércio exterior, com as respectivas competências em relação aos tipos de produtos ou atividades que anuem; 2) as penalidades aplicadas pelos órgãos intervenientes no comércio exterior; e 3) a consolidação da legislação que disponha sobre o comércio exterior, de forma a atualizá-la em relação aos órgãos que foram substituídos por outros ou extintos, a fim de harmonizá-la com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Mercosul, bem como efetuar a revogação expressa de dispositivos implicitamente revogados por leis posteriores.

O Grupo Técnico de Facilitação de Comércio (GTFAC), da Camex, iniciou discussões entre seus integrantes visando à criação de curso para capacitação em comércio exterior de servidores de governo. Minuta de plano de ensino foi elaborada e encaminhada para a análise dos órgãos de governo que compõem o GTFAC.

Em 2012, foi elaborado projeto para a criação do Sistema de Desempenho Logístico e foi iniciado diálogo com o Laboratório de Transportes e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina com vistas à cooperação para o desenvolvimento do projeto. Também foi firmado acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Portos da Presidência da República.

A Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC) e a Secretaria Executiva da Camex elaboraram documento de referência para o projeto de guichê único de comércio exterior. O documento foi apresentado aos órgãos integrantes do GTFAC.

Ademais, foi elaborada minuta de nova portaria para regulamentação das normas de licenciamento de importação, registros de exportação e concessão de regimes de drawback. O documento foi submetido a consulta pública. Foram apresentadas 65 manifestações de diversas entidades que atuam no comércio exterior. Iniciou-se, assim, processo de



análise das manifestações e elaboração de nova portaria com vistas à publicação no primeiro semestre de 2013.

Metas 2012-2015

- **Consolidar a legislação de comércio exterior em um diploma central, no nível legal**

Análise Situacional da Meta

A Camex elegeu como prioridade a consolidação da legislação de comércio exterior, a fim de promover e intensificar o processo de racionalização, modernização regulatória e consolidação das normas de comércio exterior, tendo em vista que a regulamentação do tema encontra-se bastante esparsa em diversos diplomas legais, muitos deles considerados obsoletos em relação ao incremento substancial do comércio exterior brasileiro, ao longo dos últimos 20 anos. Assim, foi instituído, por meio da Resolução Camex nº 44/2011, o Grupo Técnico Interministerial de Consolidação da Legislação Interna de Comércio Exterior (GTIC). Ao longo de 2011 e 2012, o GTIC efetuou abrangente levantamento da legislação pertinente ao comércio exterior, a fim de elaborar um projeto de norma legal, conforme explicado acima, na análise situacional do objetivo. Ao final dos trabalhos, a proposta será apresentada ao Conselho de Ministros da Camex.

- **Desenvolver Sistema de Desempenho Logístico, no qual serão definidos indicadores qualitativos e quantitativos e ferramentas de auxílio à análise, para fins mensuração da efetividade e eficácia das operações de comércio exterior, antes e após a modernização e simplificação das normas e procedimentos**

Análise Situacional da Meta

As metas mais relevantes associadas ao desenvolvimento do Sistema de Desempenho Logístico são as seguintes: 1) implantação do Sistema de Desempenho Logístico para análise e monitoramento da efetividade e eficácia das operações de comércio exterior; e 2) obtenção, por meio do Sistema devidamente implementado, de informações que possam, efetivamente, contribuir para o diagnóstico da situação atual da estrutura logística do comércio exterior brasileiro, assim como para projeções em relação a demandas logísticas futuras. A Secex/MDIC irá acompanhar a implementação do mencionado sistema informatizado, em todas as etapas. O acompanhamento irá desde a contratação da empresa de tecnologia de informação até a implantação das ferramentas descritas. A implantação do Sistema de Desempenho Logístico pressupõe iniciativas que dependem de recursos orçamentários ainda não disponibilizados, tais como: 1) identificação de potenciais parceiros para desenvolvimento da iniciativa; 2) celebração de termos de cooperação técnica com parceiros; 3) definição da equipe de projeto; 4) elaboração da matriz de papéis x responsabilidades; 5) elaboração da matriz SWOT do projeto; 6) elaboração de proposta de projeto; 7) identificação de sistemas e bases de dados de governo que servirão de referência para consolidação de informações sobre logística de comércio exterior; 8) elaboração de estudos sobre a situação da logística de comércio internacional no país e no exterior; 9) concepção e desenvolvimento de metodologia para mensuração, avaliação e acompanhamento do desempenho da logística de comércio exterior brasileiro, por meio de indicadores qualitativos pré-definidos; 10) contratação da empresa especializada para desenvolver e produzir software para cálculo, armazenagem, auxílio à análise e indicadores, qualitativos e quantitativos, especificados para os processos logísticos de fluxo informacional e físico; 11) concepção e desenvolvimento do sistema de software; 12) implantação do Sistema na Secex/MDIC; e 13) geração de relatórios de sistema para auxílio a estudos e tomada de decisão.

Em 2012, foram conduzidas tratativas com o Laboratório de Transportes e Logística (LabTrans) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sobre o desenvolvimento da iniciativa, tendo em vista o nível de excelência da instituição e sua grande reputação acadêmica nas áreas de tecnologia da informação e logística de comércio exterior, bem como o fato de o LabTrans já contar com diversos instrumentos de cooperação com órgãos da administração federal nas áreas de logística e transportes.

As perspectivas para 2013 estão relacionadas à intensificação do intercâmbio entre a UFSC e a Secex/MDIC, a fim de viabilizar a celebração do termo de cooperação técnica e as etapas discriminadas anteriormente.

- **Desenvolver sistema para a integração de sistemas de governo de gestão do comércio exterior e suas bases de dados, em uma abordagem de single window, considerando perfis pré-definidos de usuários, segundo o nível de**

**risco, e uso obrigatório de certificação digital****Análise Situacional da Meta**

A Secex/MDIC e a Secretaria-Executiva da Camex elaboraram documento de referência para a elaboração de projeto de guichê único de comércio exterior e apresentaram o documento aos órgãos integrantes do Grupo Técnico de Facilitação do Comércio (GTFAC).

O que se busca é a criação de marco institucional para o projeto e o início da cooperação entre órgãos da administração pública e entidades privadas envolvidas no comércio exterior para promover o mapeamento e a análise detalhada dos processos, exigências de dados e documentos utilizados pelos diversos órgãos anuentes no comércio exterior, assim como das respectivas bases legais e regulamentações. Trata-se de se promover o levantamento das informações necessárias à reformulação dos processos de cada órgão, com vistas à sua harmonização para integração em sistema único. A perspectiva para 2013 é avançar na abrangência e no detalhamento dos estudos e diagnósticos de processos, inclusive com a participação de maior número de órgãos da administração pública. Também será necessária a realização de convênios, contratos e termos de cooperação com órgãos de governo, entidades especializadas em engenharia de processos e outras necessárias ao mapeamento de regras, processos e posterior revisão. A Secex/MDIC irá acompanhar os trâmites necessários para que sejam firmados documentos de cooperação com outros órgãos, assim como as etapas de desenvolvimento dos trabalhos de mapeamento e revisão de regras, processos e atividades executadas pelos diversos participantes.

- **Elaborar, em cooperação com os órgãos anuentes no comércio exterior e considerando-se as premissas da OMC sobre Facilitação de Comércio, atos normativos infralegais do Executivo destinados a inovar, modernizar, simplificar e harmonizar os procedimentos administrativos e exigências de controle incidentes sobre as operações de comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

Elaborada minuta de nova portaria com vistas à ampla revisão e simplificação das normas regulamentadoras do licenciamento de importação, dos registros de exportação e da concessão de regimes de 'drawback'. Mediante a Portaria Secex nº 13, de 5 de abril de 2012, o documento foi levado a consulta pública. Foram apresentadas 65 manifestações de empresas e profissionais de comércio exterior e entidades representantes da indústria. Iniciou-se processo de análise das manifestações e a elaboração de novo documento, com vistas à publicação de portaria no primeiro semestre de 2013.

OBJETIVO: 0807 - Aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior a fim de incrementar a utilização dos instrumentos de financiamento e garantia oficiais e não-oficiais à exportação, visando ao aumento da competitividade internacional das empresas brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Durante o ano de 2012, foram realizadas diversas ações que contribuíram para aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior, bem como ampliar a utilização dos mecanismos oficiais de financiamento e garantia das exportações, para aumentar as exportações brasileiras de bens e serviços, em especial aos mercados da América Latina e África.

No que tange aos programas oficiais, no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e de seu Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig) foram aprovadas, entre janeiro e outubro de 2012, operações que alavancaram em torno de US\$ 6 bilhões em exportação brasileira por meio da concessão de crédito ao amparo do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Ressalte-se, sobretudo, que essas operações destinaram-se aos seguintes países: Angola, Argentina, Cabo Verde, Cazaquistão, Colômbia, Cuba, Espanha, Estados Unidos, Gana, Honduras, México, Moçambique, Panamá, Peru, Quênia, e República Dominicana, com notável diversificação geográfica das exportações e dos parceiros comerciais do Brasil.

Ademais, no âmbito do Plano Brasil Maior, com a edição do Decreto nº 7.710/2012, foram estabelecidas novas medidas que se encontram em regulamentação e contribuem fortemente para o incremento das exportações brasileiras, a saber: o



Proex Equalização de Taxas de Juros poderá ser concedido também na fase pré-embarque; o prazo equalizável pode chegar a 15 anos e o percentual máximo equalizável pode ser de 100% do valor financiado; houve flexibilização de garantias, de maneira que, além do FGE e de cartas de créditos de bancos de primeira linha, os exportadores passam a poder dispor de garantias pelo próprio empresário (em operações até US\$ 50 mil, por empresas com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões); concedeu-se, ainda, a ampliação da alçada do Banco do Brasil S.A. de US\$ 10 milhões para US\$ 20 milhões para apreciação de operações sem necessidade de submissão ao Cofig; a criação da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), cujos recursos podem atingir até R\$ 25 bilhões e que tem por objetivo aperfeiçoar a administração e utilização dos recursos, entre outros.

De fato, essas medidas aprimoraram a política de apoio creditício do governo, a fim de aumentar a utilização dos mecanismos existentes, bem como incentivar a competitividade internacional das empresas brasileiras.

Metas 2012-2015

• Aumentar de 31 para 89 as empresas beneficiadas pelo PROEX Equalização

Análise Situacional da Meta

Houve um incremento do número de empresas beneficiadas pelo Proex Equalização de 34, em 2011, para 38, em 2012. Nota-se que o alcance da meta nesse período foi dificultado pela crise financeira internacional vivenciada ao longo de 2012. Isto impediu um maior incremento de exportações brasileiras para outros países. Dado esse cenário, as empresas nacionais procuraram destinar boa parte da produção ao mercado brasileiro, favorecido por uma demanda interna mais aquecida.

Ademais, ressalta-se que o orçamento inicialmente previsto para o Proex para 2012 chegou ao seu limite de utilização. Por isso, dada a restrição orçamentária, o Banco do Brasil (agente operacional do Proex) não finalizou algumas das operações, o que contribuiu, em certa medida, para que os exportadores revissem seus planos de elevação das operações para o exterior. A questão foi resolvida com suplementação orçamentária para o Proex.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

31/12/2012

• Aumentar de 35 para 100 as empresas beneficiadas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE)

Análise Situacional da Meta

Inicialmente, faz-se pertinente uma retificação quanto ao número de empresas beneficiadas pelo FGE em 2011, considerando-se as operações (aprovadas e concretizadas), alvo de análise pelo Cofig (operações acima de US\$ 5 milhões). Na realidade, esse quantitativo corresponde a 53 empresas em 2011, de acordo com o documento elaborado pela Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE).

Adicionalmente, de acordo com a SBCE, a taxa média de crescimento anual do número de empresas assistidas pelo FGE, independentemente do valor de suas transações, entre os anos de 2006 e 2012, foi de 14,2%, quando consideramos apenas as operações apreciadas pelo Cofig.

Ainda segundo a Seguradora, ao aplicarmos essa taxa de crescimento sobre o número de empresas assistidas ao final de 2012 (53 empresas, tal qual em 2011), encontra-se o seguinte crescimento esperado para o número de empresas beneficiadas pelo FGE, anualmente: 2013 = 61; 2014 = 69; 2015 = 79; 2016 = 90.

Podemos citar que o ano de 2009, como reflexo da crise econômica mundial, apresentou uma elevação muito significativa tanto no número de empresas assistidas pelo FGE, quanto em relação à exposição do Fundo. Tal fato pode ser atribuído à escassez de recursos para financiamento pelo setor privado, que foram compensados pela maior oferta de recursos governamentais.

Desta maneira, com o número de empresas assistidas em 2012 constantes nas bases de dados da SBCE a meta é considerada plausível de ser atingida, porém difícil.

De qualquer forma, vale ressaltar que o FGE possui a característica de ser uma fonte de recursos 'transaction driven', à qual nem todos os exportadores brasileiros teriam acesso, e sobre a qual nem todos os exportadores brasileiros teriam



conhecimento, fato que também pode comprometer o resultado esperado.

Quantidade alcançada

53

Data de Referência

31/12/2012

• **Aumentar de 371 para 1060 as empresas beneficiadas pelo PROEX Financiamento**

Análise Situacional da Meta

No comparativo de empresas beneficiadas pelo Proex Financiamento nos anos de 2011 e 2012, nota-se que, no primeiro ano, o número correspondia a 312 empresas. Por sua vez, no ano subsequente, retrocedeu para 205 empresas. É de se destacar, principalmente, que o orçamento inicialmente previsto para o Proex Financiamento em 2012 chegou a seu limite de utilização. Da mesma maneira forma que ocorreu com o Proex Equalização, a restrição orçamentária fez com que o Banco do Brasil (agente operacional do Proex) não finalizasse algumas das operações, ocasionando a revisão de planos de elevação das operações para o exterior de alguns exportadores. A questão foi resolvida com suplementação orçamentária para o Proex.

Ademais, o Proex, assim como qualquer mecanismo de apoio à exportação praticado internacionalmente, é influenciado por tendências macroeconômicas. Dessa forma, a execução da meta foi dificultada pela crise financeira internacional vivenciada ao longo de 2012, retraindo-se o potencial de exportação, bem como o número de empresas que fizeram uso desse mecanismo de apoio creditício oficial. Em consonância a esse fator, sentido sobremaneira pelos países da Comunidade Europeia, advém a expansão comercial da China exportadora, e ainda, no caso particular brasileiro, as iniciativas de teor protecionista adotadas pela Argentina, elementos complementares que possuem influência na apuração do desempenho da meta elucidada.

Quantidade alcançada

205

Data de Referência

31/12/2012

• **Pôr em operação o PROEX Financiamento à Produção Exportável**

Análise Situacional da Meta

Acerca da proposição de tornar operacional o Proex Financiamento à Produção Exportável (Proex FPE), notam-se alguns entraves para sua efetiva implementação.

Ademais, sobre essa questão, de acordo com o Banco do Brasil (BB), é oportuno ressaltar que a minuta de contrato foi recentemente submetida à análise da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Ao se manifestar sobre aquele documento, entendeu a PGFN que cada contrato celebrado pelo BB, ao amparo do Proex FPE, deveria ter seu extrato publicado no Diário Oficial da União.

Esse tema será levado à consideração das autoridades competentes do Banco para decisão quanto à publicidade desse tipo de contrato.

Paralelamente a isso, aguarda-se a disponibilização do Seguro de Crédito à Exportação para microempresas e empresas de pequeno e médio porte, com cobertura do Fundo de Garantia à Exportação.

• **Pôr em operação o Seguro de Crédito à Exportação destinado às operações de micro, pequenas e médias empresas, com cobertura do Fundo de Garantia à Exportação (FGE)**

Análise Situacional da Meta

Visando alavancar a exportação dos produtos e serviços brasileiros, bem como aumentar a participação das empresas no comércio internacional, aprovou-se um Seguro de Crédito à Exportação (SCE), com garantia através do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), direcionado exclusivamente à cobertura das exportações das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

Sobre essa questão, destaca-se em 2012 a edição, pelo Conselho de Ministros da Camex, da Resolução nº 20, que fixa diretrizes para utilização desse instrumento. Nesse escopo, serão contempladas as MPMEs que possuam,



concomitantemente, faturamento bruto anual de até R\$ 90 milhões e exportações anuais de até R\$ 1 milhão.

Esse mecanismo poderá ser utilizado por operações tanto na fase pré-embarque, quanto na fase pós-embarque, sendo sua implementação estimada para após a revisão dos instrumentos de garantia (Certificado de Garantia de Cobertura – CGC) que se encontram em análise no Ministério da Fazenda.

OBJETIVO: 0808 - Promover a difusão da cultura exportadora nas Unidades da Federação, mobilizando e capacitando gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior, com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

A difusão da cultura exportadora contou com várias realizações no ano de 2012, destacando-se:

- (i) Lançamento do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), em agosto, com a participação de 24 estados (AC, AL, AP, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SE, TO) e 16 parceiros (Apex, ABDI, Basa, BB, BNDES, BRDE, CEF, CNI, Correios, Inmetro, MAPA, OCB, Sebrae, Senac, Senai, Suframa);
- (ii) Realização de um Encomex Empresarial (Encontro de Comércio Exterior) em Vitória, em agosto, com um público de 740 pessoas, e outro em Bento Gonçalves, em novembro;
- (iii) Programa Redeagentes - realizados 24 treinamentos e cursos sobre como exportar e sobre as ferramentas de comércio exterior em 10 estados e 11 municípios, para cerca de 400 pessoas;
- (iv) Série Aprendendo a Exportar - foi concluída a atualização do conteúdo da série (12 produtos), e estão em processo de finalização o Aprendendo a Exportar - versão 3 e o Simulador de Preços de Exportação;
- (v) Projeto Primeira Exportação: publicado o Edital de Chamada Pública para concessão de bolsas auxílio aos agentes em 7 estados (BA, ES, MG, PR, PE, RS e SC);
- (vi) Capacitação e treinamento de empresários e profissionais de comércio exterior - foram realizados até o momento 21 treinamentos;
- (vii) Edição de material informativo com informações básicas de como exportar serviços - definida a estrutura do material informativo, atualmente em elaboração;
- (viii) Elaboração do Mapa Geográfico do Comércio Exterior de Serviços do Brasil - aguardando a operacionalização, em 2013, dos relatórios gerenciais parciais do Siscoserv (Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio).

Para o ano de 2013, prevê-se:

- (i) Iniciar o Aprendendo a Exportar para a África;
- (ii) Realizar 24 treinamentos e cursos de como exportar e sobre as ferramentas de comércio exterior;
- (iii) Implementar ações dos Mapas Estratégicos e Planos de Ação do PNCE/2013 em 23 estados (AC, AL, AP, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SE, TO);
- (iv) Realizar um Encomex Empresarial;
- (v) Iniciar as atividades do Projeto Primeira Exportação com a entidade selecionada no Edital de Chamada Pública.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 50 o número de núcleos operacionais do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX)**

Análise Situacional da Meta

Realizada em 2012 a abertura de 4 núcleos, totalizando 31. Esse número é igual a 133% da meta de 2012 (3 núcleos),



estabelecida no Contrato de Gestão celebrado entre o MDIC e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

Para os próximos anos, considerando recursos próprios da Apex-Brasil, e conforme proposta do Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil, o plano de lançamento de novos núcleos operacionais é o seguinte: 2013 = 3; 2014 = 1; 2015 = 1. Novos núcleos poderão ser lançados de acordo com a identificação de demandas específicas dos estados e o aumento de dotação orçamentária específica.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

30/11/2012

• **Elaborar e implementar, em conjunto com as Unidades da Federação, Mapas Estratégicos de Comércio Exterior**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 14 Mapas Estratégicos foram elaborados, nos seguintes estados: AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PR, PE, PI, RS e SC. Os Mapas fazem parte do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), que por sua vez integra o Plano Brasil Maior. Eles foram organizados em 5 eixos:

- Cultura exportadora - capacitação, sensibilização, encontros;
- Inteligência comercial e competitiva - estudos, pesquisas de mercado, panoramas, cooperação técnica;
- Ambiente de negócios - apoio técnico, certificação, adequação tecnológica, simplificação de processos, crédito, financiamento, incentivos tributários;
- Diversificação e qualificação da pauta exportadora - projetos de apoio e fomento a novas tecnologias e setores potenciais, articulação com comerciais exportadoras; e
- Promoção comercial - missões comerciais, participação em feiras internacionais, centros de negócios no exterior, rodadas de negócios, consultoria, ferramentas virtuais de promoção, promoção de imagem (empresarial, setorial, estadual, nacional), gestão de marcas.

Para 2013, prevê-se a implementação das ações dos Mapas Estratégicos do PNCE em 15 estados (AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PR, PE, PI, RJ, RS, SC).

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

07/11/2012

• **Elaborar estudos sobre a vocação exportadora de todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizados 12 estudos sobre a vocação exportadora de estados brasileiros, a saber: AM, BA, CE, ES, GO, MG, PA, PB, PR, PE, RS e SC.

Considerando a estratégia de diversificação da pauta exportadora brasileira, por meio do incentivo ao desenvolvimento regional da exportação, a Apex-Brasil realizou mapeamento dos estados com maior potencial exportador, listados acima.

A estratégia de atuação da Apex-Brasil está diretamente vinculada à formação de parcerias com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e as Federações de Indústrias para implantação de unidades de atendimento nos estados. A elaboração de novos estudos está vinculada à implantação de novas unidades de atendimento. A implantação dessas novas unidades, até o ano de 2015, poderá ser executada considerando a identificação de demandas específicas dos estados e a existência de dotação orçamentária suficiente.

Quantidade alcançada

12

**Data de Referência**

30/11/2012

• Implementar o Plano Nacional da Cultura Exportadora**Análise Situacional da Meta**

O Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) foi lançado em agosto de 2012. Houve a participação voluntária de 22 estados nesse planejamento (AC, AL, AP, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RS, RO, RR, SC, SE e TO), sendo que houve adesão de mais dois (RN e RJ) logo após o lançamento do Plano.

Foi estabelecida parceria com as seguintes instituições para execução do PNCE: Apex-Brasil, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Banco da Amazônia (Basa), Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Caixa Econômica Federal (CEF), CNI, Correios, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

No âmbito do PNCE, foram elaborados 8 Planos de Ação para o comércio exterior nos estados de AC, AL, AP, PB, RO, RR, SE e TO. Os Planos de Ação foram organizados com ações de cultura exportadora (formação, capacitação e sensibilização). Das 376 ações previstas no PNCE para 2012, 268 foram realizadas até 31 de outubro de 2012, o que representa 71,2% das atividades previstas nos estados.

Além disso, o sistema de informações gerenciais do PNCE foi desenvolvido e está em fase de implementação.

Em 2012, consideram-se cumpridas 90% das atividades previstas para implantação do Plano Nacional da Cultura Exportadora. Para 2013, prevê-se a implantação das ações dos Mapas Estratégicos e dos Planos de Ação do PNCE em 23 estados (AC, AL, AP, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SE, TO).

• Lançar 8 Aprendendo a Exportar Unidades da Federação**Análise Situacional da Meta**

Foi prevista a produção da multimídia Aprendendo a Exportar para duas unidades da federação em 2013, duas UFs em 2014 e quatro UFs em 2015. Em outubro de 2012, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC) se mobilizou para produzir o “Aprendendo a Exportar para a África”, cujo escopo está em processo de definição com base no levantamento de informações que está em realização. O “Aprendendo a Exportar para a África” deverá substituir como meta em 2013 três produtos anteriormente previstos: dois “Aprendendo a Exportar - Unidades da Federação” e um “Aprendendo a Exportar para a América Latina”.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

11/11/2012

• Lançar o Aprendendo a Exportar Amazônia Ocidental e Amapá**Análise Situacional da Meta**

Não houve execução em 2012.

• Lançar o Aprendendo a Exportar para a América Latina**Análise Situacional da Meta**

O “Aprendendo a Exportar para a América Latina”, juntamente com dois “Aprendendo a Exportar - Unidades da Federação”, será substituído como meta em 2013 pelo “Aprendendo a Exportar para a África”.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

11/11/2012

**• Lançar o Aprendendo a Exportar Versão 3****Análise Situacional da Meta**

O conteúdo do "Aprendendo a Exportar - Versão 3" está concluído, aguardando conversão para a linguagem multimídia. Adicionalmente, foi produzida uma nova versão do Simulador de Preço de Exportação, que se encontra em fase de conclusão (90% concluído). Foi realizada a atualização do conteúdo dos doze demais produtos da série Aprendendo a Exportar (100% concluído). Aguarda-se a disponibilização do conteúdo no site do MDIC.

Consideram-se cumpridas 90% das atividades previstas para o lançamento do "Aprendendo a Exportar - Versão 3".

• Realizar anualmente, no mínimo, 24 treinamentos de comércio exterior, incluindo aspectos operacionais, financeiros, creditícios e de acesso a mercados, com pelo menos 450 participantes, entre gestores públicos, empresários, estudantes e profissionais de comércio exterior**Análise Situacional da Meta**

Estavam previstas 24 atividades para 2012 e foram realizados 28 treinamentos (Treinamentos para Agentes de Comércio Exterior; Treinamento em Exportação para Empresas de Pequeno Porte, Curso Básico de Exportação, Oficinas sobre as ferramentas Radar, Alice e Vitrine do Exportador e Curso de Capacitação de Formadores).

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

07/11/2012

OBJETIVO: 0809 - Fortalecer a promoção comercial brasileira no exterior e diminuir o número de barreiras ao produto nacional, com ênfase na ampliação das exportações de bens e serviços, na diversificação da pauta exportadora e dos mercados-destino e na maior agregação de valor ao produto e serviço exportado.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Está em discussão a proposta de criação, pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), de um núcleo de inteligência em serviços para apoiar a internacionalização e exportação de serviços, realizando estudos específicos de inteligência para identificar potencialidades do setor de serviços, conforme Agenda Setorial do Comitê Executivo de Serviços do Plano Brasil Maior (PBM). Essa proposta faz parte da estratégia de realização de estudos de oportunidades de negócios do Brasil com outros países em serviços, por intermédio de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Ministério das Relações Exteriores e a Apex-Brasil.

Adicionalmente as seguintes medidas de promoção comercial estão sendo implementadas no contexto do Comitê Executivo de Serviços do PBM:

- Incentivo, apoio e incremento à internacionalização e à exportação de serviços por meio dos projetos setoriais da Apex referentes aos segmentos: design, franquias, arquitetura, serviços gráficos, serviços editoriais e audiovisuais;
- Criação de um núcleo de inteligência em serviços para apoiar a internacionalização e exportação de serviços, realizando estudos específicos de inteligência para identificar potencialidades do setor de serviços; e
- Divulgação das oportunidades de negócios em serviços nos Centros de Negócios mantidos pela Apex no exterior.

A implantação da nova versão do Sistema de Registro de Informações de Promoção (Sisprom), prevista para o primeiro semestre de 2013, desburocratizará os procedimentos de acesso aos usuários do Sistema, com a utilização de certificação digital, a eliminação de documentos físicos e a criação de outras facilidades referentes à utilização pelas empresas.

Por meio de alteração na Lei nº 9.529/97, permitiu-se às empresas que exportam por intermédio de 'tradings' acesso a



financiamento pré-embarque a custo de ACC (adiantamento sobre contrato de câmbio). Na concessão de financiamentos pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex), foi aprovada a flexibilização das garantias exigidas de micro e pequenas empresas nas operações de até US\$ 50 mil.

A nova versão da Vitrine do Exportador (VE) foi lançada em dezembro de 2011 e contava com 18.164 empresas ao final de 2012, sendo 18.073 exportadoras e 91 potenciais. Essa versão da VE foi desenvolvida em formato mais dinâmico e objetivo, proporcionando maior agilidade às pesquisas de potenciais compradores estrangeiros de exportadores brasileiros e seus produtos.

Para 2013, está prevista a integração da VE com serviços semelhantes prestados pelo Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de unificar a fonte de informação das empresas brasileiras, potencializando, assim, a divulgação dos exportadores no comércio internacional. Esta iniciativa trará benefícios para o público de comércio exterior e para os gestores, que poderão trabalhar com mais eficiência aproveitando a expertise de cada órgão.

Metas 2012-2015

• Aumentar de 3,57 para 4,15 o número de eventos realizados por receita disponível em milhões de reais

Análise Situacional da Meta

Esta meta se refere ao resultado da utilização da receita disponível para realização de eventos pela Apex-Brasil, tanto de forma direta (ainda que por contratação de terceiros) quanto por parceiros, para os seguintes tipos: promoção comercial, promoção de investimento, articulação internacional e capacitação.

A intenção desta meta é permitir o acompanhamento do volume de eventos realizados pela Agência, de forma direta e indireta, relacionados ao cumprimento de sua missão institucional. A ponderação do número de eventos pela receita disponível sinaliza o esforço da Agência em maximizar recursos e otimizar resultados em atividades típicas de uma instituição de promoção comercial e atração de investimentos.

Considerando o resultado obtido desta meta em 2011, já ajustado para refletir o que está acertado no âmbito do Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil, o valor apurado foi 2,45.

Em 2012, considerando os 1.275 eventos realizados até dezembro, o resultado desta meta é de 2,583, representando 123,8% do estipulado no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil.

Considerando as previsões de receita corrente e os ganhos de eficiência, estão propostas no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil para os anos de 2013-2015, os seguintes valores para a meta: 2013 = 2,29; 2014 = 2,64; 2015 = 2,53.

Quantidade alcançada

2,58

Data de Referência

31/12/2012

• Aumentar de US\$ 32,50 bilhões para US\$ 68,4 bilhões o valor exportado anualmente por empresas apoiadas pela Apex-Brasil

Análise Situacional da Meta

Esta meta visa acompanhar a evolução das exportações das empresas participantes nos projetos da Apex-Brasil, nos produtos apoiados pela Agência. Também sinaliza o esforço finalístico da Agência no cumprimento de sua missão institucional. O indicador apura o valor das exportações de mercadorias das empresas apoiadas pela Apex-Brasil nos últimos 12 meses. A exportação de serviços não será considerada para efeitos desta meta até que a rastreabilidade de suas informações seja viabilizada no país.

Considera-se a soma das exportações (US\$ FOB), no período comparativo, dos produtos/empresas que participam dos projetos da Apex-Brasil, apurada pelos dados oficiais encaminhados pelo MDIC.



Em 2011, o resultado obtido desta meta, no âmbito do Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil, foi de US\$ 39.578 milhões, superando o previsto no contrato em 52,23%; dessa forma, as metas estão sendo revistas.

Considerando o realizado até dezembro de 2012, e tendo em vista as revisões, o valor apurado foi de US\$ 40.848 milhões, o que corresponde a 100,81% da meta estipulada no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil para o ano de 2012.

Considerando as previsões das empresas atendidas e os serviços disponibilizados pela Apex-Brasil, as seguintes metas em bilhões de reais estão propostas no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil para os próximos anos: 2013 = 44,81; 2014 = 49,91; 2015 = 57,80.

Cabe ressaltar que, diferentemente das exportações brasileiras, que, no período janeiro-outubro de 2012, caíram 4,61% em relação ao mesmo período do ano anterior, as exportações das empresas apoiadas pela Apex-Brasil apresentaram um crescimento de 1,23% nesse mesmo período, indicando que os serviços prestados pela Apex-Brasil contribuem para a redução do impacto das dificuldades do mercado internacional sobre as exportações brasileiras.

Quantidade alcançada

40,85

Data de Referência

31/12/2012

• Aumentar em 10,4% a participação de empresas apoiadas pela Apex-Brasil na base exportadora brasileira

Análise Situacional da Meta

Esta meta se refere à participação das empresas exportadoras apoiadas pela Apex-Brasil no número total de empresas exportadoras brasileiras.

A intenção desta meta é auxiliar na formulação de estratégias que aumentem cada vez mais a base de empresas exportadoras no país, servindo como indicativo de alto desempenho e competitividade nos mercados mundiais. Para fins de apuração foram considerados cada estabelecimento e cada pessoa física com exportações no período como uma empresa exportadora.

O número de empresas exportadoras brasileiras apoiadas pela Apex-Brasil e o número total das empresas exportadoras brasileiras são apurados com base nos dados oficiais encaminhados pelo MDIC.

Em 2011, o resultado obtido desta meta, no âmbito do Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil, foi de 14,76%, atingindo 85,22% da meta prevista.

Em 2012, o valor atingido foi 16,84%, significando 111,74% da meta estipulada no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil.

Considerando a meta estabelecida no PPA (10,4%) e os valores apurados no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil de 2011 (14,76%), o valor a ser atingido em 2012 é de 16,29% de participação de empresas apoiadas pela Apex-Brasil na base exportadora brasileira.

Os seguintes valores estão propostos para esta meta no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil para os próximos anos: 2013 = 15,46%; 2014 = 16,06%; 2015 = 16,67%.

Quantidade alcançada

16,84

Data de Referência

30/12/2012

• Aumentar em 27,5% o número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil

Análise Situacional da Meta

Esta meta se refere à variação do número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil nos seus projetos. A intenção desta meta é permitir o acompanhamento da ampliação da base de empresas envolvidas e beneficiadas com os projetos da



Agência.

Foi considerada como apoiada a empresa que participa dos projetos de promoção de exportações e investimentos da Apex-Brasil considerando o período acumulado do início do ano até o mês de apuração.

Em 2011, o resultado obtido desta meta, no âmbito do Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil, foi de 12.403, atingindo 99,01% do previsto no referido instrumento.

Em 2012, o número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil foi de 12.414, atingindo 95,69% da meta estipulada no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil.

Para os próximos anos, estão propostos no Contrato de Gestão MDIC/Apex-Brasil os seguintes valores para esta meta: 2013 = 13.603; 2014 = 13.813; 2015 = 14.023. Isso representa um crescimento de 14,7% para o período, o que indica a necessidade de se rever a meta prevista no PPA.

Quantidade alcançada

12.414

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar em 4 vezes a quantidade de empresas cadastradas no Sistema de Registro de Informações de Promoção (SISPROM), com equivalente aumento de registros de promoção, a partir da implementação da nova versão**

Análise Situacional da Meta

A nova versão do Sistema de Registro de Informações de Promoção (Sisprom), prevista para entrar em funcionamento no primeiro semestre de 2013, desburocratizará os procedimentos de acesso aos usuários do Sistema, pela utilização de certificação digital.

Estima-se um crescimento da ordem de 100% no número de empresas a serem credenciadas no Sisprom, o que se refletirá no número de registros efetivados no Sistema. A nova versão do Sistema conterá indicadores de gestão que permitirão identificar os pontos positivos afetos ao benefício fiscal de redução a zero da alíquota do Imposto sobre a Renda (IR) nas remessas para pagamento de despesas com promoção comercial. É importante destacar que, como instrumento de competitividade, a disponibilização de um sistema mais moderno não se esgota, vez que cabe às empresas estarem propensas a buscar novos mercados. Os números do Sisprom, em 2012, indicaram 225 novos usuários cadastrados. O número de registros efetivados no Sistema, com a promoção de produtos no exterior, foi de 2.126, o que representou, em valores remetidos ao exterior, aproximadamente R\$ 84,2 milhões no ano de 2012. Para o ano de 2013, continuar-se-á a divulgação para os diversos setores econômicos, através de parcerias com o Banco do Brasil e a Apex, dentre outras.

- **Criar mecanismo institucional de auxílio ao setor exportador nacional contra demandas externas excessivas (barreiras comerciais) e de negociação para a resolução de problemas enfrentados pelo exportador e pelo investidor brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Realizada institucionalização de foros de diálogo com os países com que o Brasil possui comércio mais intenso, a saber, Argentina, China e Estados Unidos.

- **Elaborar a -Estratégia Nacional de Exportações-, que preveja os mercados e setores prioritários para a promoção comercial brasileira nos próximos anos, além de uma estratégia de atuação por mercado**

Análise Situacional da Meta

A Estratégia Nacional de Exportações é um esforço conjunto do MDIC, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Apex-Brasil para potencializar as ações governamentais que serão executadas entre 2011 e 2014, com o objetivo de agregar valor à pauta nacional de exportações e ampliar a participação do Brasil nas exportações mundiais.



A fim de definir em quais mercados internacionais as iniciativas de promoção comercial do governo federal podem ter maior retorno, foram levantados e analisados dados das seguintes regiões: América do Sul, América Central e Caribe, América do Norte, África, União Europeia, Europa (sem União Europeia), Oriente Médio e Ásia. Selecionou-se, dentro de cada região, um grupo de países cujos dados de desempenho do PIB, importações e investimentos estrangeiros diretos foram comparados e analisados.

O resultado dessa avaliação foi o apontamento dos países que oferecem as melhores oportunidades para as exportações brasileiras e que, portanto, merecem destaque na Estratégia Nacional de Exportação.

A Estratégia Nacional de Exportações apresenta também, para cada uma das regiões analisadas, quais são as metas de crescimento das exportações brasileiras, em particular das vendas nacionais de produtos semimanufaturados e manufaturados, no período 2011-2014. Além disso, são elencadas as ações de promoção e monitoramento comercial que o governo implementará visando o atingimento das metas definidas.

OBJETIVO: 0816 - Ampliar o acesso das exportações brasileiras a mercados prioritários por meio de novos acordos comerciais e da administração dos acordos existentes.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O aperfeiçoamento do conteúdo da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e da Tarifa Externa Comum (TEC) foi consolidado como ação permanente no âmbito do Mercosul. No caso da NCM, as modificações se devem à necessidade de modernização das descrições de mercadorias, devido à constante evolução das tecnologias e das práticas de mercado. Já as elevações e reduções da TEC ocorrem em função do objetivo de adequar de forma contínua o nível de proteção tarifária conferido às atividades produtivas, em função da existência de produção na região. Desde 1º de janeiro de 2012, está em vigor a versão da NCM/TEC baseada na 5ª Emenda do Sistema Harmonizado de Codificação e Designação de Mercadorias, que efetuou modificações que alcançaram cerca de mil códigos tarifários. A dificuldade inerente à consecução dessa atividade está relacionada à obrigatoriedade de compartilhamento de decisões com os demais Estados partes do Mercosul, o que, em virtude da regra de consenso, exige a superação de interesses por vezes conflitantes.

Com vistas à criação da nomenclatura comum de serviços no âmbito do Mercosul, representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE) discutiram uma estratégia negociadora em agosto de 2012. Em outubro, foi elaborada a correlação entre a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS) e a classificação correspondente da CPC (Central Products Classification). Isso foi feito para os serviços previstos na lista de compromissos específicos do Brasil ao amparo da VII Rodada Negociadora do Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços, para adoção da CPC pelos sócios na versão 2.0, uma vez que esta é a base de construção da NBS. Por ocasião da 1ª Reunião Ordinária do Grupo de Serviços do Mercosul, a NBS foi apresentada aos sócios do bloco, os quais sugeriram que o tema também fosse apresentado na Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul (REES).

Quanto às negociações entre Mercosul e União Europeia, encontram-se em fase de discussão os marcos normativos dos diversos capítulos do acordo de livre comércio. Em que se pese a dificuldade de avanço dos marcos normativos em diversos capítulos do acordo, no que se refere ao capítulo de serviços e estabelecimento já existe, por parte do Mercosul, uma lista de oferta pronta que poderá ser apresentada assim que se considere oportuno.

A realização de estudos sobre a aplicação de tarifas de importação no Brasil constitui um dos elementos básicos nas análises relacionadas aos pedidos de modificação tarifária permanente, discutidos no âmbito do Mercosul, e às situações em que se aplicam mecanismos de exceção à TEC. Nesse sentido, os servidores envolvidos na atividade fazem uso, entre outros, de dados de importação, em termos de valor e peso, disponibilizados pelo Sistema de Análise das Informações de



Comércio Exterior (AliceWeb). Contudo, avalia-se que, para um aprimoramento das análises, especialmente para a verificação do impacto do uso das preferências tarifárias e dos regimes especiais de importação, a base de informações deveria contar ainda com acesso aos valores referentes à arrecadação do imposto de importação, em nível desagregado por código tarifário.

Os estudos relacionam-se a abertura de fóruns negociadores do Mercosul. Atualmente, em virtude do ambiente econômico internacional e da situação econômica interna do bloco, o Mercosul focou seus esforços nas discussões exploratórias para abertura de negociações com o Canadá. Assim, destacam-se dois estudos preparados em 2012: Estudo de Impacto para Abertura das Negociações entre o Mercosul e o Canadá, e Priorização de Países para Negociação de Acordos Comerciais.

Metas 2012-2015

- **Garantir condições para a negociação do acordo de comércio do Brasil com a União Europeia, bem como para as demais negociações que possam surgir**

Análise Situacional da Meta

Em virtude das condições econômicas internacionais, as negociações com a União Europeia ainda não foram finalizadas. Em 2012, realizaram-se dois encontros do Comitê de Negociações Birregionais (CNB): XXIV CNB, em Bruxelas, em março, e XXV CNB, em Brasília, em outubro.

Além disso, uma nova frente de negociações foi aberta com o Canadá. Foi realizada em 2012 uma reunião do Diálogo Exploratório Mercosul-Canadá, em Ottawa, em maio, que se somou às duas que haviam sido realizadas em 2011. Ao longo dos encontros, as discussões abordaram as visões e interesses dos respectivos lados sobre diversas áreas de comércio. Na última reunião, os dois lados produziram um documento de “Sumário do Diálogo Exploratório Mercosul-Canadá” (“Overview of the Canada-Mercosur Exploratory Trade Discussions”), que busca delinear o escopo de eventuais negociações comerciais.

OBJETIVO: 0817 - Promover a efetiva implantação e funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), integrando ações públicas e privadas, com vistas ao crescimento das exportações e ao equilibrado desenvolvimento econômico e social do país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Atualmente há 24 ZPEs em diferentes fases pré-operacionais no território nacional. São elas: Acre, Aracruz (ES), Araguaína (TO), Barcarena (PA), Barra dos Coqueiros (SE), Bataguassu (MS), Boa Vista (RR), Cáceres (MT), Corumbá (MS), Fernandópolis (SP), Ilhéus (BA), Imbituba (SC), Itaguaí (RJ), João Pessoa (PB), Macaíba (RN), Parnaíba (PI), Pecém (CE), Rio Grande (RS), São Luís (MA), Sertão/Assu (RN), Suape (PE), Teófilo Otoni (MG), Uberaba (MG) e Vila Velha (ES). Dessas, quatro estão em fase mais avançada de implantação, a saber: Acre, Bataguassu, Parnaíba e Pecém.

Criada em 2010, a ZPE do Acre já está com a infraestrutura pronta e foi a única a atender todos os requisitos para o alfandegamento, até novembro de 2012. Desse modo, em 4 de abril de 2012 foi publicado o Ato Declaratório Executivo nº 3, de 30/03/2012, que declara alfandegada a ZPE do Acre. No momento, a referida ZPE possui um projeto industrial (artigos de plásticos) em análise na Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE/MDIC), e outros dois (móveis e processamento de frutas) em fase de instrução processual.

Também criada em 2010, a ZPE de Pecém possui o primeiro projeto industrial aprovado pelo CZPE, o da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), cujos sócios são: Vale (50%), Dongkuk Steel Mill (30%) e Posco (20%) - as duas últimas,



empresas sul-coreanas. As obras de infraestrutura da ZPE de Pecém e da CSP encontram-se em estágio avançado, com previsão de início da operação da CSP em 2015. A empresa produzirá três milhões de toneladas de placas de aço integralmente para a exportação em sua primeira fase de implantação.

Já as ZPEs de Parnaíba e Bataguassu estão em fase de construção de suas infraestruturas e contam com os investimentos necessários para a finalização das obras civis. A ZPE de Parnaíba, inclusive, já possui dois projetos industriais (processamento de frutas e farmacêutico) em análise na Secretaria Executiva do CZPE.

No tocante ao marco legal referente ao regime, registre-se que esse tema encontra-se em processo de revisão no âmbito do CZPE e do Congresso Nacional. Dentre os principais pontos de alteração da Lei nº 11.508/2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs, destacam-se a mudança no percentual do compromisso exportador e a possibilidade de inclusão de empresas do setor de serviços em ZPEs (que atualmente só podem receber empresas industriais).

No Congresso Nacional, o PLS nº 764/2011 é a proposição com tramitação mais adiantada. Desde março de 2013, o PLS encontra-se na Comissão de Desenvolvimento Territorial e Turismo, aguardando análise de requerimento para tramitação conjunta com o PLS 316/2012, por versarem sobre assuntos correlatos.

Com relação às parcerias mantidas pela SE/CZPE, destacam-se as tratativas mantidas com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Com a ABDI, houve entendimento para a contratação de estudo sobre a análise comparativa entre o modelo de ZPE no Brasil e os regimes congêneres de países selecionados. Tal estudo está em fase de conclusão por parte da empresa contratada. Já com a Apex, está prevista a realização, em 2013, de evento sobre inteligência comercial, plano de negócios e atração de investimentos voltados para as 24 ZPEs criadas.

Além disso, foram estabelecidas cooperações técnicas e parcerias com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Exemplo disso são os trabalhos realizados em conjunto na área da agenda internacional e Mercosul na defesa dos interesses comuns.

Tendo em vista as dificuldades encontradas pelas empresas administradoras de ZPE em atrair investidores para as respectivas ZPEs, a SE/CZPE elaborou termo de referência que objetiva a contratação de serviço profissional para realização de estudo comparativo acerca do tratamento tributário concedido às empresas autorizadas a operar em ZPE vis-à-vis às empresas situadas no território nacional.

Nesse contexto, entende-se que a elaboração do mencionado estudo constituir-se-á em instrumento de estímulo ao setor empreendedor a investir nas ZPEs, na medida em que haverá comparação entre os incentivos tributários previstos para o regime e o tratamento para as demais empresas situadas no território nacional, ao menos para aqueles setores industriais indicados no termo de referência. O processo do pregão já foi concluído, restando agora somente a assinatura do contrato por parte da empresa selecionada.

Tendo em vista que as ZPEs criadas no país encontram-se em diferentes fases de implantação, a SE/CZPE concentrará esforços para que, em 2013, a realização das visitas técnicas para o acompanhamento de instalação e operação das ZPEs sejam realizadas com a devida tempestividade. Nesse sentido, também será realizado o acompanhamento da instalação e operação das empresas autorizadas a operar nas ZPEs, com o objetivo de avaliar o seu desempenho e assegurar o cumprimento das normas e regulamentos.

Metas 2012-2015

- **Garantir condições para a implantação e operação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) já aprovadas pelo Conselho das ZPEs que tenham cumprido as exigências legais, técnicas e administrativas**

**Análise Situacional da Meta**

Conforme dispõe a Lei nº 11.508/2007, a SE/CZPE comprovou o início das obras de implantação das seguintes ZPEs: Acre (AC), Ilhéus (BA), Pecém (CE), Bataguassu (MS), Suape (PE) e Parnaíba (PI). Já as ZPEs de Teófilo Otoni (MG), Rio Grande (RS), Imbituba (SC) e Araguaína (TO) comprovaram o início de obras antes do advento da referida Lei (no âmbito do Decreto-Lei nº 2.542/1988). Além disso, foram realizadas visitas de acompanhamento do processo de implantação das ZPEs do Acre (AC), Pecém (CE), Aracruz (ES), Cáceres (MT), Bataguassu (MS), Suape (PE), Parnaíba (PI), Macaíba (RN), Sertão (RN) e Imbituba (SC).

Em que pese existência de 24 ZPEs, nenhuma dessas áreas encontra-se em efetiva operação até o presente momento. No caso das ZPEs mais antigas, tal situação decorre de diversas limitações, dentre as quais podemos citar as verificadas pelos governos estaduais e/ou municipais (proponentes) e pelas administradoras das ZPEs: obtenção tempestiva das devidas licenças, cumprimento dos prazos legais na condução das obras de implantação das instalações físicas, dificuldades para cumprir exigências perante a autoridade aduaneira e para atrair empresas interessadas em se instalar na ZPE, dentre outras. No caso das ZPEs criadas mais recentemente, observa-se que algumas já estão em avançado estágio de implantação; outras, no entanto, se deparam com dificuldades financeiras para tal ou ainda se encontram no prazo legal para realização de obras físicas de instalação.

OBJETIVO: 0820 - Implantar, manter e aprimorar os sistemas de informação e gestão do comércio exterior, com vistas a conferir maior celeridade, simplificação e segurança aos processos.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizados diversos aprimoramentos nos módulos do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), tais como Drawback Web (Integrado e Suspensão), Exportação Web – Novoex, Módulo Anuência LI (Licença de importação) e Importação. Além disso, foram iniciados e/ou continuados os projetos de desenvolvimento de novos módulos, como Importação Web, Drawback Isenção Web, Gerencial RE (Registro de Exportação). O detalhamento a seguir considera o período de janeiro a outubro de 2012.

Em relação ao Drawback Web, foram implementadas dez demandas evolutivas no sistema, além de diversas outras demandas corretivas e apurações especiais a cada dois meses para correção de erros e ajustes no sistema. Este trabalho é inerente ao próprio sistema, que precisa acompanhar a evolução e as inovações das operações de drawback. Sendo assim, em 2013, serão implementadas novas demandas e realizados novos ajustes no sistema, visando mantê-lo alinhado às necessidades das operações.

O processo de implantação do sistema Exportação Web – Novoex foi finalizado em fevereiro de 2012, com a disponibilização das últimas funcionalidades que estavam sendo ajustadas e com o desligamento do sistema anterior para novas operações. Desta forma, a partir daquele mês, o Novoex assumiu a totalidade das operações de exportação, efetivadas por intermédio dos Registros de Exportação e dos Registros de Crédito. Até o momento, foram contabilizados 5.096.000 Registros de Exportação e 4.000 Registros de Crédito, totalizando 5.100.000 documentos apenas nesse sistema. Paralelamente, foram implementadas 8 demandas evolutivas. De forma similar ao que ocorre com o sistema Drawback Web, a necessidade de modernização é constante e inerente ao funcionamento do sistema e espera-se, no mínimo, o mesmo ritmo de evolução para o ano seguinte.

O Módulo Anuência LI, sistema auxiliar que visa otimizar o trabalho dos anuentes com a criação de filtros de deferimento de Licenças de Importação, de acordo com parâmetros pré-definidos e análise de risco, está em produção desde 2011. Em 2012, foi iniciado o projeto de evolução do sistema, para implementação da versão 2, com novos campos e regras, a fim de dotar o sistema de maiores possibilidades de combinação de parâmetros e, assim, conferir mais efetividade na gestão das análises das LIs. O projeto está em fase final de documentação, com previsão para implantação no primeiro semestre de 2013.



Para o Siscomex Importação, na atual plataforma tecnológica, Visual Basic (VB), foram realizados apenas alguns ajustes necessários ao correto funcionamento do sistema, tendo em vista que essa plataforma está completamente defasada, dificultando e, em algumas situações, até impedindo qualquer implementação ou manutenção evolutiva. Por essa razão, foi iniciado, já há alguns anos, projeto para a atualização da ferramenta, migrando todos os seus módulos para o ambiente Web. O projeto, que ficou parado por algum tempo à espera de definições, avançou consideravelmente em 2012. Toda a documentação do módulo Anuente foi revista, reorganizada, aperfeiçoada e encaminhada ao desenvolvedor do sistema. Atualmente, foi iniciada a revisão e reconstrução da documentação do módulo Importador. Estimamos que, no primeiro semestre de 2013, tenha início a homologação dos sistemas e os trabalhos para a atualização do módulo de Tratamento Administrativo.

Outro novo sistema em desenvolvimento é o Drawback Integrado Isenção Web. Essa modalidade do regime de drawback, hoje, é realizada totalmente em papel. Assim, esse projeto não é uma evolução ou modernização de algo já existente, mas, sim, o desenvolvimento de um sistema completamente novo, que, com a informatização, poderá absorver regras de controle e concessão mais seguras e, ao mesmo tempo, mais rápidas e menos burocráticas. Toda a especificação inicial foi concebida no primeiro semestre de 2012, com a parceria efetiva da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC) do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). No momento, o sistema está sendo documentado, com a construção dos arquivos de regras de negócio e casos de uso. Pretende-se que o sistema esteja em produção ainda em 2013.

O desenvolvimento do sistema Gerencial RE foi atrasado por uma série de alterações nas definições iniciais e pela necessidade de dedicação exclusiva da equipe para a finalização da implantação do Novoex. O projeto foi retomado e teve sua documentação aprovada e encaminhada ao desenvolvedor. A homologação do sistema deverá ser iniciada ainda este ano e espera-se que a liberação do sistema ocorra no primeiro semestre de 2013.

Em relação aos seminários sobre operação dos sistemas de comércio exterior, seis foram realizados, em Brasília, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

Além disso, foram disponibilizados em 2012 dois novos relatórios mensais para aprimorar as exportações brasileiras: "Balança comercial brasileira de cooperativas" e "Balança comercial brasileira por 'trading companies'".

Para 2013, prevê-se a publicação do boletim "Balança comercial brasileira de portos", que visa apoiar o desenvolvimento da infraestrutura dos portos, aeroportos e pontos de fronteira, bem como identificar gargalos na logística de distribuição da produção brasileira destinada ao mercado internacional.

Metas 2012-2015

- **Ampliar os serviços disponíveis do Fala Exportador no COMEX Responde, mantendo o padrão de qualidade, tempo médio de resposta de 2 dias úteis e índice de satisfação de 80%**

Análise Situacional da Meta

O sistema de consulta, anteriormente conhecido como "Fala Exportador", foi reformulado e o seu escopo ampliado para atender também demandas de importação. A nova versão foi lançada junto com o Portal Brasileiro de Comércio Exterior (www.comexbrasil.gov.br) em outubro de 2011. O serviço agora denominado "Comex Responde" atendeu 33.847 demandas desde a sua criação em 2001, manteve o tempo médio de resposta de 2 dias úteis e o índice de satisfação atingiu 83%.

Está em discussão na Camex a ampliação do serviço visando à integração com os órgãos atuantes no comércio exterior para a facilitação do comércio entre o Brasil e os demais países. A inclusão dos órgãos intervenientes ao sistema está prevista para 2013.

- **Aumentar em 20% o número de empresas brasileiras que utilizam o regime aduaneiro especial de drawback**

Análise Situacional da Meta

As evoluções em curso nos sistemas de comércio exterior, notadamente o Novoex, a modernização do Drawback Web e a implementação do Drawback Isenção Web, objetivam facilitar e incentivar a utilização do regime especial de Drawback, para incrementar as exportações brasileiras. Além disso, os seminários organizados pela Secex/MDIC



procuram divulgar o mecanismo e esclarecer dúvidas dos usuários e potenciais usuários. Como algumas das iniciativas mencionadas, a exemplo do módulo Drawback Isenção Web, ainda não foram implantadas, a meta estipulada não foi alcançada imediatamente. Porém, ao longo dos 4 anos do PPA, espera-se a concretização de todas as medidas previstas relativas à modernização de sistemas e divulgação de informações, de forma que se possam verificar, gradualmente, os seus efeitos sobre o alcance da meta.

- **Criar ambiente-usuário, disponibilizando ferramenta de Business Intelligence (BI) e de análise estatística de comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

Em outubro de 2012, foi apresentada a primeira fase do projeto de 'business intelligence' (BI) da Secex/MDIC, que consiste na unificação das bases dos sistemas AliceWeb, AliceWeb Mercosul e Radar Comercial. Prevê-se que o sistema seja homologado até setembro de 2013.

- **Desenvolver o módulo Drawback Integrado Isenção Web, informatizando o processo de análise, concessão e controle das operações**

Análise Situacional da Meta

Conforme exposto na análise situacional do objetivo, o desenvolvimento de um novo sistema Drawback Isenção Web é essencial para a modernização do regime, tornando mais efetivos a sua utilização e o seu controle. No momento, o sistema está sendo documentado, com a construção dos arquivos de regras de negócio e casos de uso. Pretende-se que o sistema esteja disponível em produção ainda em 2013. Os prazos estão sendo atendidos da forma esperada, sem atrasos ou contratempos significativos. Consideram-se cumpridas 20% das atividades previstas para desenvolvimento do módulo.

- **Desenvolver o módulo Licença de Importação WEB, a fim de facilitar o acesso, integrar e harmonizar o sistema com os demais módulos do SISCOMEX e dar maior agilidade às operações de importação**

Análise Situacional da Meta

Conforme exposto na análise situacional do objetivo, o Siscomex Importação, na atual plataforma tecnológica, encontra-se completamente defasado. Por essa razão, foi iniciado, já há algum tempo, projeto para a atualização da ferramenta. O projeto, que ficou parado à espera de definições, avançou consideravelmente em 2012. Espera-se que, no primeiro semestre de 2013, se possa iniciar a homologação do sistema e os trabalhos para a atualização do módulo de Tratamento Administrativo. Consideram-se cumpridas 35% das atividades previstas para implantação do módulo.

- **Desenvolver o sistema Gerencial Drawback, que possibilitará a extração de dados necessários ao acompanhamento das operações e adoção de medidas de estímulo ao uso desse regime aduaneiro, possibilitando o crescimento das exportações brasileiras**

Análise Situacional da Meta

O módulo Drawback não possui, hoje, ferramenta gerencial que possibilite uma gestão mais eficiente do mecanismo. Em 2012, foi iniciado um esboço do que pode vir a ser o sistema Gerencial Drawback com a implantação de alguns relatórios periódicos das operações cursadas no sistema. Além disso, o novo sistema Drawback Isenção Web já foi especificado com possibilidades de extração de informações gerenciais mais efetivas. Com isso, o projeto de desenvolver esse novo sistema vai aos poucos sendo delineado e, em momento oportuno, com a experiência adquirida com as implantações acima referidas, será iniciado. Por conta de necessidades concorrentes de alocação de pessoal para desenvolver o sistema e acompanhar o projeto, o que se tem é que, à medida que outros projetos forem finalizados, novos, como esse, poderão ser priorizados. Consideram-se cumpridas 10% das atividades previstas para implantação do sistema.

- **Desenvolver o sistema Gerencial Registro de Exportação (RE), que possibilitará a extração de dados necessários ao acompanhamento e adoção das políticas relativas ao crescimento das exportações brasileiras**

Análise Situacional da Meta

O desenvolvimento do sistema Gerencial RE foi atrasado por uma série de alterações nas definições iniciais e pela



necessidade de dedicação exclusiva da equipe do Serpro para a finalização da implantação do Novoex. No entanto, estima-se que a liberação do sistema ocorra já no primeiro semestre de 2013, visto que consideram-se cumpridas 80% das atividades previstas para implantação do sistema.

• **Implantar Sistema de Informação e Gestão do Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV)**

Análise Situacional da Meta

A implantação do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv) ocorreu em 1º de agosto de 2012, por meio da Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.908, de 17 de julho de 2012. O processo de contratação do mantenedor do Sistema está em andamento. Consideram-se cumpridas 100% das atividades previstas para implantação do sistema.

• **Implementar sistema de informação estatística mensal relacionada ao comércio exterior de serviços intangíveis**

Análise Situacional da Meta

O Siscoserv foi implantado em agosto de 2012. A partir de janeiro de 2013, foram implantados os relatórios gerenciais do sistema e o MDIC está subsidiando os órgãos gestores de mecanismos de apoio ao comércio exterior sobre a vinculação de suas operações a tais mecanismos, conforme previsto na Lei nº 12.546/2011. Porém, o sistema somente estará disponível ao público em geral a partir do segundo semestre de 2014, por duas razões. Primeiro, a obrigatoriedade do registro no sistema é gradual, por capítulo da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS), e até outubro de 2013 todos os setores deverão estar realizando registros no sistema. Segundo, a Portaria Conjunta RFB-SCS nº 1908/2012, alterada pela Portaria Conjunta RFB-SCS nº 2.319/2012, define que, até 31 de dezembro de 2013, o prazo para registro no Siscoserv é de 180 (cento e oitenta) dias; assim, as informações somente estarão completamente disponíveis a partir de julho de 2014.

• **Realizar 48 seminários focados em operações de comércio exterior, sendo 24 internos e 24 externos**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados seis seminários de operações de comércio exterior, em Brasília, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. A expectativa era pela realização de 12 seminários este ano. Porém, como era o primeiro ano do projeto, foi preciso consolidar o formato ideal do evento e buscar parcerias, equipe e recursos financeiros para deslocamento. Mesmo assim, a avaliação é altamente positiva, com diversas manifestações de satisfação pelos resultados, tanto pelos parceiros locais, como pelo público. Mesmo não atingindo a meta de 12 seminários, a disseminação das informações, os esclarecimentos de dúvidas e as orientações aos usuários têm se refletido no fluxo das operações de comércio exterior, tendo em vista que os operadores estão mais esclarecidos em relação aos procedimentos corretos que precisam ser cumpridos. Em 2013, será dada sequência ao programa.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

14/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	26	quantidade/ano	1	08/11/2012
Região Nordeste	4	quantidade/ano	0	08/11/2012
Região Norte	1	quantidade/ano	0	08/11/2012
Região Sudeste	10	quantidade/ano	2	08/11/2012
Região Sul	7	quantidade/ano	3	08/11/2012

• **Reduzir de dez para cinco dias o prazo de atualização e disponibilização das publicações dos dados do comércio exterior brasileiro e das informações do Sistema AliceWeb**

Análise Situacional da Meta

A meta foi parcialmente alcançada (redução para 7 dias). A expectativa é alcançar os 5 dias úteis em 2013, tendo em vista a possibilidade de melhoria na infraestrutura de informática.

**Quantidade alcançada**

7

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0795 - Modernizar os sistemas informatizados de controle aduaneiro com vistas à simplificação, agilização, harmonização de rotinas e procedimentos e eficácia no combate às irregularidades e fraudes.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

O processo de modernização dos sistemas informatizados aduaneiros teve avanço no ano de 2012, quando foram implementados: a conversão do Siscomex importação (declaração de importação – DI consumo) para a plataforma Java, possibilitando que os operadores do comércio exterior possam transmitir suas declarações aduaneiras fora de uma rede privativa, mediante a utilização da plataforma web; e o módulo de cadastro de intervenientes do comércio exterior (inicialmente contemplando apenas despachantes e ajudantes de despachantes aduaneiros) de forma a permitir o desenvolvimento da estratégia de tratamento a ser conferido ao operador econômico qualificado, organizado a partir do conceito de cadeia logística segura.

Metas 2012-2015

- **Implementar a emissão e vinculação de documentos necessários às atividades exportadora e importadora por meio eletrônico, com reaproveitamento de dados (exs: e-NF, e-CRT, e-MIC/DTA, e-BL e e-AWB)**

Análise Situacional da Meta

A implementação de emissão e vinculação de documentos necessários às atividades exportadora e importadora por meio eletrônico teve avanços no desenvolvimento de TI relativo à captação das informações e elaboração de documentos eletrônicos. Contudo, a parte relativa à vinculação ainda demanda esforços relacionados com a especificação e desenvolvimento de ferramentas de TI. A avaliação atual é de que será possível cumprir o desafio até 2015.

- **Reduzir o percentual de declarações selecionadas para controle no despacho de importação de 21% para 13%, com aumento da qualidade na seleção pela concentração da ação da fiscalização nas operações de maior risco**

Análise Situacional da Meta

A Receita Federal do Brasil tem investido na melhoria da qualidade na seleção parametrizada de forma a concentrar suas ações naquelas operações de maior risco para verificação no curso do despacho aduaneiro de importação. Para viabilizar o alcance da meta, em 2012 foi criado o Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros (Cerad). Com a implementação do Cerad, a meta de 13% foi atingida já em 2012, quando tivemos 11,89% das declarações de importação direcionadas para canal de conferência aduaneira documental ou física. Importante destacar que a manutenção da estratégia de melhoria na seleção parametrizada implica o contínuo investimento na área de gestão de risco.

Quantidade alcançada

11,89

Data de Referência

31/12/2012

- **Simplificar e padronizar os procedimentos aduaneiros de importação e exportação, reduzindo os tempos de despacho de importação de 2,22 dias para 1,5 dias e de exportação de 0,51 dia para 0,4 dia**

Análise Situacional da Meta

A redução do tempo de despacho de importação no ano de 2012 foi afetada pela ocorrência de eventos específicos tais como a realização de algumas operações para defesa da capacidade concorrencial das empresas brasileiras. Na exportação, tivemos o registro de 1.248.022 declarações de exportação (DE) e o tempo médio bruto de desembaraço de



exportação foi 0,46 dia, sinalizando a possibilidade de cumprimento da redução esperada de 0,51 dia para 0,4 dia em breve. Na importação o impacto foi mais significativo, considerando que o tempo médio bruto ficou em 2,23 dias, portanto em 2012 não foi possível avançar na redução de tempo pretendida para até 2015. Em tempo, cabe informar que em 2012 foram desembaraçadas 2.419.000 declarações de importação.

OBJETIVO: 0802 - Intensificar e aprimorar os instrumentos de controle administrativos e de fiscalização aduaneira para o combate às práticas ilegais no comércio exterior.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizadas ações com vistas ao aprimoramento da fiscalização no combate às práticas ilegais no comércio exterior. É importante destacar que a estratégia de controle a cargo da Receita Federal do Brasil (RFB) contempla ações específicas voltadas para dois segmentos, a saber: a) universo declarado de operações de comércio exterior; e b) operações não declaradas.

A estratégia de controle irá assumir contornos bastante diversos em ambos os casos. No primeiro, universo declarado, a atuação é feita mediante a realização de controle segmentada em três momentos: antes da chegada da carga; durante a presença da carga sob controle aduaneiro em portos, aeroportos ou pontos de fronteira alfandegados; e após o desembarço aduaneiro. O desafio é tratar, no momento em que a carga está presente em área alfandegada, apenas os casos com maior risco aduaneiro, e que, em tese, podem vir a comprometer a sobrevivência de empresas instaladas no país mediante a prática de atos de comércio predatório e ilegal. Assim, a RFB tem aprimorado as técnicas de gestão de riscos, o que possibilita a redução do número de declarações direcionadas para canal de conferência diferente do verde (desembarço automático, dispensado o exame documental e a verificação física da mercadoria). Associada a essa estratégia, há a necessidade de investimento da fiscalização aduaneira de zona secundária, após a entrega dos bens ao contribuinte. Nesses casos, a fiscalização busca garantir a regularidade das operações de comércio exterior sob os mais variados aspectos (valoração, controle de origem, recuperação tributária, cumprimento de obrigações acessórias).

No segundo caso, operações não declaradas, a realização de ações de repressão em vias de ligação entre a fronteira terrestre e os grandes centros de consumo, em centros de comércio varejista e em operadores logísticos que atuam no comércio exterior tem se mostrado cada vez mais eficiente. Prova disso são os significativos incrementos nos valores das apreensões, o que deve impelir aqueles que realizam tais ações à busca da realização de operações regularmente declaradas.

Metas 2012-2015

- **Aumentar em 40% as apreensões de mercadorias nos portos, aeroportos e pontos de fronteiras**

Análise Situacional da Meta

O trabalho de enfrentamento aos ilícitos aduaneiros manteve a tendência de intensificação e, no que concerne ao aumento das apreensões de mercadorias, a partir da realização de diversas operações especiais, algumas voltadas especificamente para bens de alto valor, foi possível atingir o aumento de 36,5% do valor das apreensões já em 2012, significando 91,25% da meta total. As apreensões, que haviam atingido o montante de 1,48 bilhões de reais em 2011, alcançaram em 2012 o total de 2,03 bilhões de reais. Há forte sinalização de que a RFB conseguirá atingir a meta estabelecida para o final de 2015.

Quantidade alcançada

36,5

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar em 40% o número de fiscalizações de zona secundária e, em igual percentual, o crédito tributário**

**lançado****Análise Situacional da Meta**

O incremento da fiscalização aduaneira de zona secundária é essencial para a estratégia de inserção competitiva do país no cenário do comércio internacional, tendo em conta que, para viabilizar uma redução do universo objeto de conferência aduaneira no momento de chegada ou saída de mercadorias ao/do país, se faz necessário transferir parte dos controles aduaneiros para momentos anteriores ou posteriores à presença da carga nos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados, considerando, em especial, elementos relacionados com a gestão de riscos aduaneiros.

Em 2012, diante da redução do número de auditores por aposentadoria, da ordem de 15%, observou-se uma redução próxima a 19% no número de fiscalizações aduaneiras realizadas quando comparado a 2011; no que concerne ao crédito tributário lançado, essa redução foi da ordem de 6%.

Nesse cenário, torna-se um desafio o atingimento da meta, implicando a necessidade de avaliação quanto a uma mudança de prioridade que implique o direcionamento de maior contingente de servidores dedicados, de forma exclusiva, à realização de fiscalização aduaneira de zona secundária.

- **Aumentar o número de processos simultâneos de investigação de origem não preferencial de produtos importados**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, estiveram em curso 10 processos de investigação de origem. Em 2012, esse número aumentou para 13 processos. O motivo da superação pode ser atribuído ao intenso trabalho de divulgação das investigações de origem junto a entidades de classe (FIESP, FIRJAN, FIERGS, FIEMG, ABIQUIM, AMCHAM), nos primeiros meses de 2012. A partir da divulgação, empresas e consultores realizaram denúncias à Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secex/MDIC) a respeito de possíveis fraudes na origem declarada pelo importador no pedido de licenciamento de importação. Outro motivo é o forte impacto da medida aplicada quando o resultado da investigação aponta para ocorrência de uma prática ilegal (não comprovação da origem declarada). Nestes casos, as licenças de importação do produtor investigado, da origem declarada, serão indeferidas. Na prática, o produtor daquele país não poderá mais exportar ao Brasil.

No que concerne à meta de aumentar o número de processos simultâneos de investigação de origem não preferencial, cabe informar que a RFB ainda se encontra em fase de estruturação da atividade, tendo sido promovida reforma regimental na Coordenação Geral de Administração Aduaneira, em 2012, que, dentre outras medidas, tinha o objetivo de fortalecer a área de investigação de origem. Contudo, considerando o estágio atual e a tradicional vinculação às investigações preferenciais, ainda não foi possível avançar com a celeridade necessária na estratégia de ampliação de investigação de origem não preferencial. Observam-se avanços nos marcos regulatórios e espera-se para breve uma melhoria do cenário relativo a essa atividade de investigação.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2012

- **Criar marco legal para instauração de processo administrativo de identificação, apuração e punição, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de práticas ilegais no comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

A Carteira de Comércio Exterior (Cacex), do Banco do Brasil S.A., contava com atribuições bem definidas pela Lei nº 2.145, de 1953. A extinção desse órgão, no início década de 1990, ocorreu sem a edição de ato legal que conferisse explicitamente a outro órgão da administração direta as atribuições correspondentes àquelas antes exercidas pela Cacex. A fim de garantir maior efetividade e segurança à atuação da Secex/MDIC, hoje responsável pelo controle das



operações de comércio exterior anteriormente exercidas pela extinta Cacex, é importante garantir em lei suas prerrogativas para o exercício desses controles.

Foi proposto, então, em novembro de 2012, ato normativo que, em substituição à Lei nº 2.145/1953, e em harmonia com o Decreto nº 7.096/2010, consolide legalmente as atribuições da Secex para exercer controles sobre operações de comércio exterior, tais como: a autorização, o controle ou a fiscalização de importações e exportações sujeitas à obtenção de cotas tarifárias e não tarifárias; importações sujeitas a exame de similaridade ou produção nacional; importações e exportações realizadas ao amparo dos regimes de 'drawback'; importações de bens usados, salvo as exceções previstas na legislação; importações de bens sujeitos a medidas de defesa comercial e de bens idênticos aos sujeitos a medidas de defesa comercial, quando originários de países ou produtores não gravados; exercício de controle, fiscalização e apuração estatística dos diversos aspectos comerciais das operações de importação e exportação, diretamente ou em colaboração com outros órgãos da administração pública federal; bem como a verificação de origem não preferencial, nos termos da Lei nº 12.546/2011; além de outras hipóteses que legislação específica venha estabelecer. Em substituição à prerrogativa da extinta Cacex de impedir importações que pudessem causar danos à economia nacional, mediante autorização do Ministro de Estado da Fazenda, passa-se a prever competência à Secex de indeferir operações de importação pelo mesmo motivo, desde que esse indeferimento não acarrete descumprimento de compromisso internacional firmado pelo Brasil. Também é incluída a prerrogativa de indeferir exportações que possam ameaçar a economia nacional. A partir da base legal a ser conferida pelo ato legislativo proposto, a Secex poderá apurar e punir, dentre outros atos irregulares, a prática de fraudes relacionadas a preços na importação, fraudes à aplicação de direito 'antidumping', fraudes na concessão ou comprovação de atos concessórios de 'drawback' e fraudes a regras de origem preferenciais e não preferenciais.

A relevância da matéria proposta reside na importância de se garantir efetividade dos controles exercidos pela administração pública sobre operações de comércio exterior, bem como sancionar, efetivamente, infrações relacionadas a aspectos administrativos dessas operações. As irregularidades relativas a preços e burla de controles governamentais nas importações geram concorrência desleal com a indústria brasileira, causando danos à economia nacional. Em relação à urgência do tema, é importante enfatizar o momento crítico da economia mundial e o incremento substancial da prática de infrações destinadas a aumentar, de forma irregular e desleal, a competitividade dos produtos importados. Nesse sentido, a defesa da indústria doméstica frente às práticas desleais de comércio exterior fundamenta a explicitação legal das atribuições da Secex visando à sua efetiva atuação no controle das operações de comércio exterior, na apuração de infrações administrativas e na punição dos infratores.

- **Criar sistema informatizado necessário à atividade de identificação, apuração e punição de práticas ilegais no comércio exterior**

- Análise Situacional da Meta**

- Está em fase de desenvolvimento um sistema informatizado necessário à identificação, apuração e punição de práticas ilegais no comércio exterior, com previsão de entrada em funcionamento no final do primeiro semestre de 2013.

- **Implantar o Centro Nacional de Gestão de Risco Aduaneiro**

- Análise Situacional da Meta**

- Meta atingida. O Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros já se encontra instalado no prédio do Ministério da Fazenda na cidade do Rio de Janeiro e está totalmente operacional. Mesmo assim, o quadro de servidores ainda demanda incremento.

- **Implantar o Plano de Modernização e de Reestruturação das unidades aduaneiras**

- Análise Situacional da Meta**

- O Plano de Modernização e de Reestruturação das Unidades Aduaneiras é um amplo programa de melhoria das instalações físicas e dos procedimentos de controle aduaneiros, em especial no que concerne ao tratamento a ser



conferido a bens, pessoas e veículos que chegam ao território brasileiro ou que dele saem. Neste primeiro ano, os levantamentos de necessidades, o desenho do novo modelo de controle aduaneiro para as unidades de fronteira e, ainda, o aprimoramento dos manuais voltados à uniformização de procedimentos foram realizados. O projeto está em desenvolvimento adequado, sendo prevista para a etapa seguinte a contratação de projetos de engenharia relacionados com o novo modelo de controle, além da realização de reuniões com os responsáveis pelas unidades locais, visando a uniformização das condições operacionais aduaneiras.

PROGRAMA: 2076 - Turismo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Chegadas de turistas internacionais	milhão	31/12/2010	5,16	31/12/2011	5,43
Estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs)	milhão	31/12/2010	2,53	31/12/2010	2,53
Índice de Competitividade do Turismo Nacional	pontos	31/12/2010	56	31/12/2011	57,5
Receita cambial gerada pelo turismo	US\$ bilhão	31/12/2010	5,7	08/02/2013	6,645
Viagens realizadas no mercado doméstico	milhão	31/12/2010	186	30/09/2012	190,88

Observações:

Chegadas de turistas internacionais - Resultado referente a 2011, conforme 'Anuário Estatístico de Turismo - 2012'.

Estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs) - Há uma nova metodologia de apuração desse indicador sendo elaborada, ainda sem resultados publicados.

Índice de Competitividade do Turismo Nacional - Resultado referente a 2011, conforme "Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores – 2011".

Receita cambial gerada pelo turismo - Resultado referente a janeiro-dezembro de 2012, conforme relatório 'Receita e despesa cambial turística', de fevereiro de 2013.

Viagens realizadas no mercado doméstico - Resultado referente a 2011, conforme relatório 'Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011'.

OBJETIVO: 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito da promoção da sustentabilidade, em seus diferentes aspectos (social, ambiental e cultural), destaca-se em 2012 a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, e de agendas paralelas a ela, como o painel "Inovação Verde no Turismo" e o evento "Turismo por um Futuro Sustentável". A Rio+20 foi um importante momento de troca de experiências e propostas entre países, inclusive para o setor turístico, visando o desenvolvimento da atividade de forma sustentável e responsável.

Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Turismo (MTur) apresentou, durante a Rio+20, a campanha Passaporte Verde – Turismo Sustentável por um Planeta Vivo. O objetivo é estimular o turista a adotar atitudes de consumo responsável e favorecer o desenvolvimento da atividade turística com base em padrões de sustentabilidade. Além da divulgação e distribuição de exemplares dos Passaportes Verdes, assim como de cartões informativos da Campanha, o MTur apresentou, em seu estande na Rio+20, totens interativos para promover destinos brasileiros em diversos segmentos: ecoturismo; sol e praia; turismo de pesca; turismo rural e turismo de aventura.

Outra importante frente aberta pelo MTur visando contribuir para a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis para o setor consistiu na interlocução junto ao Ministério de Minas e Energia com o intuito de viabilizar a redução das tarifas de energia de empreendimentos hoteleiros que se comprometam a implantar modelos energéticos mais eficientes e sustentáveis. A medida guarda consonância com debates recentes promovidos pela Organização Mundial do Turismo, quando se levantaram propostas e troca de experiências para a adequação da hotelaria mundial aos preceitos do melhor



uso das matrizes energéticas existentes.

Para os próximos anos, estão previstos ainda planos e medidas para o desenvolvimento sustentável do turismo em unidades de conservação e parques nacionais, bem como ações para o uso responsável do litoral brasileiro e das atividades das marinas turísticas brasileiras.

No que se refere à sustentabilidade social do turismo, destacam-se as ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no setor. No ano de 2012, o MTur fortaleceu em sua agenda o compromisso de articular ações conjuntas junto a outros órgãos governamentais, visando à promoção de campanhas e peças publicitárias que conscientizem os setores produtivos do turismo a coibir e denunciar práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes, por meio dos Conselhos Tutelares ou pelo Disque Denúncia (Disque 100). Essas ações são ainda complementadas com a oferta de cursos profissionalizantes aos jovens, e medidas de estímulo à elevação da autoestima infanto-juvenil.

Mais uma importante ação tomada pelo MTur no sentido de coibir a associação entre o turismo e práticas de exploração sexual na cadeia turística é o monitoramento do uso indevido das marcas do Ministério por sites de promoção do turismo. A partir do monitoramento, o MTur aliou-se a outros órgãos, como a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, para estabelecer um intercâmbio de informações que permita agilidade para coibir e retirar da internet os sites infratores, bem como para punir os responsáveis.

Portanto, no âmbito do desenvolvimento da atividade, o MTur vem trabalhando junto a outros órgãos governamentais na busca por aumentar a qualidade e resolver gargalos do setor. Nesse sentido, um passo importante foi dado ao incluir a hotelaria brasileira como uma das categorias beneficiadas pelo Plano Brasil Maior. A desoneração da folha de pagamento da hotelaria prevista no Plano tem como objetivos reduzir os custos de produção e exportação de serviços; gerar mais empregos, formalizar a mão-de-obra da atividade e, por fim, viabilizar a redução dos preços praticados, beneficiando os consumidores do produto turístico.

No ano de 2012, o MTur desempenhou ainda uma série de ações e projetos com vistas a ordenar a atividade turística, buscando proporcionar mais qualidade aos destinos e produtos turísticos brasileiros, bem como dar maior segurança jurídica ao turista, por meio de orientações e regulamentações do setor.

Destacada ação no âmbito do ordenamento e garantia de qualidade dos serviços turísticos, o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass) visa promover a concorrência justa entre os meios de hospedagem e auxiliar os turistas, brasileiros e estrangeiros, em suas escolhas. Em setembro de 2012, foram entregues as primeiras placas de identificação e certificação por meio da metodologia de estrelas. O SBClass classifica sete tipos de meios de hospedagem: hotel, flat, resort, hotel fazenda, hotel histórico, pousada e cama & café. Cada um é classificado de acordo com a infraestrutura, equipamentos e serviços oferecidos aos hóspedes. Em 2013, serão intensificadas as ações de classificação e de entrega das placas aos empreendimentos.

Outro projeto relevante para a atividade é o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes (SNRHos). O sistema vai armazenar, em meio eletrônico, as fichas preenchidas pelos hóspedes no check-in. O objetivo é qualificar, modernizar e tornar mais eficiente o levantamento de estatísticas sobre o turismo no país, bem como trazer maior segurança aos empreendimentos e aos turistas. O novo sistema online foi disponibilizado para as cidades-sede da Copa das Confederações, as primeiras a começarem a transmissão da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes por meio do novo processo. Para 2013, o Sistema será disponibilizado para outros municípios, a começar pelas demais cidades que também sediarão a Copa do Mundo de 2014.



Projeto fundamental para dotar de maior qualidade os diferentes produtos turísticos ofertados pelo país é a segmentação do turismo. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. Atualmente, os segmentos prioritários trabalhados pelo MTur são: sol e praia; ecoturismo; aventura; pesca; saúde; náutico; estudos e intercâmbio; social; cultural; negócios e eventos; e rural. Em 2012, alguns dos projetos/ações desenvolvidos foram: I) Plano de Ação do Turismo de Pesca, elaborado em conjunto entre os Ministérios do Turismo e da Pesca e Aquicultura; II) Projeto Talentos do Brasil Rural (diagnósticos e assistência técnica a roteiros do turismo rural); III) realização do 3º Fórum Nacional das Cidades Históricas e Turísticas (turismo cultural); IV) pesquisa qualitativa sobre o perfil do turista com deficiência ou mobilidade reduzida, em parceria com a SDH/PR; dentre outros.

As ações de fomento à iniciativa privada se concentraram, em 2012, na execução de políticas de estímulo aos investimentos nacionais e internacionais, ao desenvolvimento e adequação de linhas de crédito voltadas para o financiamento às empresas prestadoras de serviços turísticos e aos turistas. Para tanto, o MTur atuou em importantes eventos da cadeia produtiva do turismo no Brasil e no exterior, tais como: Russia Hotel Investment Conference, ADIT Invest, Grand Pavois e Arabian Hotel Investment Conference.

Quanto às ações de fortalecimento ao crédito, os bancos públicos federais promoveram, em 2012, desembolsos na ordem de R\$ 11,2 bilhões ao setor turístico, em operações de capital de giro e investimento. O resultado expressa um incremento de 30,1% em relação aos financiamentos realizados em igual período do ano anterior.

No que se refere especificamente ao financiamento de projetos para a Copa do Mundo de 2014, os agentes financeiros federais contrataram 192 operações de crédito, com investimentos totais da ordem de R\$ 2,2 bilhões. Os valores investidos deverão viabilizar a reforma de 6,7 mil unidades habitacionais e promover o acréscimo de 10 mil quartos à capacidade hospedeira do país.

Com o objetivo de expandir a atividade turística e a melhoria da qualidade e oferta do produto para o turista nas diversas regiões do país, desenvolvendo esse produto de forma coordenada e sustentável, promovendo a qualidade de vida e a sustentabilidade dos destinos turísticos, o MTur, em 2012, apoiou 997 projetos de infraestrutura, que somaram o total de R\$ 754,5 milhões. Desse total, 672 projetos foram provenientes de emendas parlamentares e 284 projetos foram apoiados com recursos próprios, entre eles: 231 praças, 44 parques, 245 pavimentações, 36 obras de sinalização turística, 17 requalificações de orlas, 64 portais, 25 centros de atendimento ao turista, 6 calçamentos, 9 balneários, 9 teatros, 13 museus, 70 centro de eventos e convenções, dentre outros. No exercício de 2012, 24 estados – quase a totalidade das unidades da federação –, receberam recursos de infraestrutura turística.

No âmbito da qualificação profissional e empresarial do setor, o MTur vem estruturando ações destinadas ao aumento da qualidade no atendimento prestado ao turista, o que contribuirá para a elevação da competitividade do setor.

Toda essa relação de projetos, ações e iniciativas tem o propósito de dotar o país de maior competitividade internacional e posicioná-lo como uma das três principais economias turísticas do mundo. Em âmbito interno, o desafio é aumentar o índice de competitividade dos destinos turísticos indutores, nas 13 dimensões que o compõem (infraestrutura geral; acesso; serviços e equipamentos turísticos; atrativos turísticos; marketing e promoção do destino; políticas públicas; cooperação regional; monitoramento; economia local; capacidade empresarial; aspectos sociais; aspectos ambientais; e aspectos culturais).

Metas 2012-2015

- Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turístico



Análise Situacional da Meta

Cadastramento das empresas, empreendimentos, equipamentos e dos profissionais de turismo com vistas à formalização e ao controle de qualidade dos prestadores de serviços turísticos.

Em 2012, 19.560 prestadores de serviços turísticos tiveram seus cadastros regularizados. No total, 41.554 prestadores de serviços turísticos estão atualmente cadastrados no Cadastur (Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo).

Quantidade alcançada

19.560

Data de Referência

28/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5.876	unidade	2.421	28/11/2012
Região Nordeste	5.020	unidade	3.421	28/11/2012
Região Norte	1.536	unidade	907	28/11/2012
Região Sudeste	14.615	unidade	8.329	28/11/2012
Região Sul	6.805	unidade	4.482	28/11/2012

• Classificar 4.000 empreendimentos turísticos

Análise Situacional da Meta

A meta refere-se à classificação das empresas, empreendimentos e equipamentos turísticos com vistas ao enquadramento a requisitos pré-estabelecidos. No momento, a classificação está sendo feita para empreendimentos hoteleiros, mediante o sistema de estrelas, de acordo com a qualificação alcançada.

Em 2012, 21 empreendimentos turísticos (meios de hospedagem) foram classificados. Ao final do ano, existiam ainda outros 47 meios de hospedagem em processo de classificação.

Por problemas operacionais, que inviabilizaram a publicidade para a classificação dos empreendimentos turísticos, houve número reduzido de classificados no ano, fato que justifica o total abaixo da meta.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

28/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.190	unidade	4	28/11/2012
Região Nordeste	1.046	unidade	1	28/11/2012
Região Norte	327	unidade	3	28/11/2012
Região Sudeste	899	unidade	10	28/11/2012
Região Sul	538	unidade	3	28/11/2012

• Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram qualificadas 17.374 pessoas, entre profissionais, empresários e gerentes de empreendimentos do setor turístico. A ação de qualificação visa promover e estimular a preparação dos profissionais que atuam na área do turismo, por intermédio de celebração de parcerias com instituições públicas e entidades privadas sem fins lucrativos.

Nesse contexto, para 2012-2015, foi estabelecida a meta de qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo. Entretanto, o alcance da meta restou prejudicado em 2012, em decorrência da interrupção da execução dos convênios celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, por força do Decreto nº 7.592, de 28 de



outubro de 2011, que determinou a suspensão dos mesmos até avaliação de regularidade.

Além disso, duas propostas que haviam sido aprovadas ao final de 2011, e que tinham como meta a qualificação de aproximadamente 5.000 pessoas no ano de 2012, tiveram seus convênios cancelados, pelo não cumprimento das exigências pactuadas.

Não obstante, o MTur realinhou as ações de qualificação profissional e empresarial e inseriu novo modelo de execução, como é o caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), estabelecendo novas regras e critérios para formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoiar as ações complementares ao Pronatec Turismo, visando ao desenvolvimento do turismo no país.

Quantidade alcançada

17.374

Data de Referência

07/03/2013

OBJETIVO: 0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

Para a Copa do Mundo de 2014, foram apoiados 36 projetos para obras e serviços de sinalização turística, centros de atendimento ao turista e acessibilidade nas 12 cidades-sede, envolvendo recursos orçamentários da União, via Ministério do Turismo (MTur). O Ministério, na sua sede em Brasília e nas cidades-sede, vem promovendo reuniões periódicas junto aos tomadores de recursos da Copa de 2014 e à Caixa Econômica Federal, objetivando auxiliar, agilizar e acompanhar o andamento dos projetos contratados.

O MTur vem organizando ações de qualificação profissional com foco nos grandes eventos que o país receberá entre 2013 e 2016. Essas ações são essenciais à estruturação da atividade e à qualidade dos serviços prestados aos turistas, tornando-se requisito para a elevação da oferta turística nacional e para maior competitividade internacional do país.

A qualificação dos profissionais envolvidos no turismo vem sendo trabalhada de maneira sistêmica, em consonância com os demais programas de estruturação da oferta dos produtos e serviços turísticos apoiados pelo governo federal. Buscando a preparação do Brasil para a realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014, o MTur, em parceria com o Ministério da Educação, instituiu o Pronatec Turismo, que é um recorte dos cursos de qualificação do Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego –, que poderão contribuir na melhoria da qualidade da prestação de serviços ofertados aos turistas durante os eventos nas cidades-sede, no entorno delas e em cidades consideradas destinos turísticos consolidados nacional e internacionalmente.

Os cursos oferecidos são destinados à qualificação dos profissionais que desejam entrar no mercado de trabalho do turismo e ao aperfeiçoamento dos profissionais que já trabalham no setor. O programa encontra-se subdividido nas seguintes linhas de ação:

I – Pronatec Copa, que visa atender à necessidade do setor por novos profissionais;

II – Pronatec Copa na Empresa, que busca facilitar aos empresários do setor proporcionar cursos de aperfeiçoamento profissional aos seus empregados e colaboradores; e

III – Pronatec Copa Social, que procura oferecer oportunidade de qualificação em turismo às pessoas em situação de vulnerabilidade social, objetivando a sua inserção no mercado de trabalho do setor.



Buscando complementar as ações do Pronatec Turismo, o MTur, por meio de convênios com os governos estaduais e municipais, com a participação das secretarias de turismo e/ou prefeituras, busca a qualificação de profissionais que prestam serviços de apoio ao turismo, entre atendentes de centros de atendimento aos turistas (CATs) e de atrativos turísticos naturais e culturais; vendedores de alimentos em quiosques e ambulantes, trabalhadores em bares e cafês de rodoviárias e portos; permissionários de feiras e mercados públicos; taxistas, motoristas de ônibus e de agências de aluguel de veículos, e cobradores; empresários, gerentes de bares, restaurantes e hotéis/pousadas; e profissionais de segurança pública (policiais civis e militares, bombeiros e salva-vidas).

Metas 2012-2015

- **Cumprir 100% da execução dos Termos de Compromisso relativos ao setor turismo com a iniciativa privada**

Análise Situacional da Meta

A meta foi descontinuada.

- **Qualificar 162.000 profissionais da linha de frente do turismo, com foco nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol**

Análise Situacional da Meta

Por meio do Pronatec Turismo, foram qualificadas 39.392 pessoas em 2012, distribuídas entre profissionais do setor e pessoas em busca de oportunidade de ingressar no mercado de trabalho do setor. Além desses concluintes, outras 32.174 pessoas estavam regularmente matriculadas em cursos do Pronatec Turismo até o final do ano de 2012.

Sendo assim, a meta prevista para o ano de 2012, em relação ao planejamento do PPA, foi cumprida, visto que a sua distribuição por ano é de 40,5 mil pessoas qualificadas, e atingimos em torno de 39 mil pessoas qualificadas, o que representa aproximadamente 97% da meta.

Em relação à execução das ações complementares ao Pronatec Turismo, foram celebrados 18 convênios no segundo semestre de 2012, destinados à qualificação do serviço de apoio ao turismo, com o objetivo de qualificar aproximadamente 19.500 profissionais, entre 2013 e 2014, com foco na Copa do Mundo de 2014.

Buscando complementar especificamente as ações do Pronatec Copa, entre janeiro e dezembro de 2012, foram celebradas parcerias com governos estaduais e municipais, por meio das secretarias de turismo, visando à qualificação de 24 mil pessoas que prestam serviços de apoio ao turismo, entre taxistas, atendentes de atrativos turísticos e centros de atendimento turísticos, empresários e gerentes de empreendimentos turísticos, permissionários de mercado público, vendedores de área de circulação de turistas, tais como quiosques de praia e feiras, vendedores ambulantes de alimentos e trabalhadores de bares e cafês de aeroportos. Esse contingente deverá ser qualificado até meados de 2014.

Quantidade alcançada

39.392

Data de Referência

07/03/2012

OBJETIVO: 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

A promoção do turismo interno e do produto turístico brasileiro é feita prioritariamente por meio da veiculação de campanhas promocionais, ações de publicidade e propaganda, além da produção de material institucional e de divulgação, de forma a motivar o brasileiro a viajar e conhecer o seu país, aumentando o fluxo interno.

Nesse sentido, em 2012, foram promovidas as seguintes campanhas: Campanha Rio+20 (campanha de promoção do



evento); Campanha Pronatec Copa (publicidade informativa sobre as oportunidades e lançamento desse programa de qualificação profissional); Campanha Região Serrana (para estimular o turismo na região serrana do Rio de Janeiro); Campanha Infraestrutura Turística (divulgação de importantes obras feitas pelo Ministério do Turismo nos últimos anos); dentre outras.

Além das campanhas, veiculadas em TV, revistas, jornais e mobiliário urbano, o Ministério do Turismo (MTur) também se vale das mídias sociais e internet para suas publicidades institucionais e dos destinos turísticos brasileiros.

Quanto às ações de apoio à comercialização, uma das principais ações desse tipo, efetuada pelo MTur, é o Salão do Turismo. No entanto, em função dos megaeventos que iniciaram em 2012, com a Rio+20, o Salão não ocorreu em 2012. Ademais, o MTur está discutindo novo formato para o Salão do Turismo – Roteiros do Brasil.

Outra importante iniciativa, como complemento às ações promocionais e com vistas à sensibilização e informação ao turista, foi o lançamento do guia Viaje Legal, versões online e impressa. No final de julho de 2012, próximo ao período de férias escolares, o MTur lançou essa iniciativa, que visa divulgar informações úteis para quem viaja de avião, ônibus, navio e automóvel. As orientações incluem como proceder em caso de extravio de bagagens, atraso e overbooking em vôos, e cautelas na hora de contratar serviços turísticos como, por exemplo, pesquisar a situação cadastral do prestador de serviços pretendido no Cadastur (Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo). Todo esse conjunto de dicas visa prover informação para que o turista tenha uma viagem segura.

Em relação às linhas de crédito direto ao turismo, há que se mencionar o Cartão Turismo Caixa. Esse cartão oferece a opção de financiamento em até 24 meses para despesas realizadas em estabelecimentos ligados à indústria do turismo, como hotéis, pousadas, companhias aéreas, restaurantes, agências de viagens, locadoras de automóveis e parques temáticos. Em 2012, o valor das transações com o Cartão Turismo Caixa foi de R\$ 193,6 milhões.

Esse conjunto de ações e investimentos tem contribuído para o aumento do número de turistas e viagens domésticas nos últimos anos (vide indicadores do programa).

Metas 2012-2015

• Realizar 16 campanhas promocionais voltadas para o mercado doméstico

Análise Situacional da Meta

A meta refere-se à realização de campanhas e materiais promocionais voltados para o mercado turístico interno. As seis campanhas realizadas em 2012 foram:

Campanha Rio+20: Finalizada em julho; foi criado material promocional para distribuição em diversos locais do Rio de Janeiro durante o evento.

Campanha Pronatec Copa: Finalizada em julho. Teve por objetivo a sensibilização para a capacitação profissional dirigida aos profissionais do setor e ao empresariado.

Campanha Região Serrana: Finalizada em julho. Visou recuperar a imagem da Região Serrana do Rio de Janeiro após os desastres das enchentes, e apresentar o local como um destino atraente e seguro para os turistas.

Campanha Infraestrutura Turística (Obras) – Nacional: Finalizada em setembro. Visa apresentar à sociedade o trabalho feito nos últimos anos pelo MTur em infraestrutura turística, com fins informativos ao cidadão.



Campanha Infraestrutura Turística (Obras) – Nordeste: Com o mesmo objetivo da campanha acima, esta campanha foi criada para focar os expressivos investimentos em infraestrutura nessa macrorregião. Atualmente, está em fase de veiculação.

Campanha Copa: Em andamento.

Além dessas campanhas, estão sendo analisadas propostas de convênios para apoio a ações promocionais nos estados e municípios. Essas propostas, a serem firmadas em futuro próximo, também têm por objetivo a promoção dos produtos e destinos turísticos brasileiros.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

20/11/2012

OBJETIVO: 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

Em 2011, o país teve disponíveis 11.444.156 assentos em voos internacionais. Esse número cresceu 5,9% em 2012, passando para 12.115.389 assentos.

Porém, esse número não espelha fielmente o esforço de promoção internacional do Brasil, já que os brasileiros que estão indo para o exterior concorrem pelos mesmos assentos. E é isso que tem ocorrido. O déficit na conta de viagens internacionais do Brasil cresceu 5,97% em 2012 em relação ao ano anterior, chegando a US\$ 15,6 bilhões. As causas são diversas, mas podem-se destacar as seguintes: o aumento do poder aquisitivo do brasileiro; a incorporação de um grande contingente da população na classe média; e a incorporação do turismo na cesta de consumo. Assim, salvo mudança de cenário, os assentos aumentarão, mas sem relação direta com a promoção internacional do país.

Entretanto, as ações de promoção estão sendo executadas para aproveitar a grande exposição de imagem que o país está tendo pela realização dos megaeventos internacionais.

Entre 2003 – quando a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) passou a cuidar exclusivamente da política de promoção turística do Brasil no exterior – e 2011, a entrada de divisas no Brasil por conta de viagens internacionais cresceu 164%, passando de US\$ 2,479 bilhões para US\$ 6,555 bilhões. Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), no mesmo período, o fluxo de dólares por turismo no mundo cresceu 96%; ou seja, o crescimento do Brasil foi superior à média mundial. Comparado a esse valor de 2011, o gasto dos estrangeiros no Brasil foi 1,4% maior em 2012, e chegou a US\$ 6,645 bilhões. É importante assinalar que esse resultado ocorre em um cenário de grave crise mundial, afetando tradicionais emissores de turistas para o Brasil, tais como Espanha, Portugal e Itália – países situados entre os 10 maiores mercados para nosso turismo receptivo internacional.

Além disso, a OMT divulgou em setembro de 2012 que, em suas viagens realizadas em 2011, os turistas internacionais gastaram, ao todo, US\$ 1,0 trilhão – um novo recorde, segundo a Organização. O resultado é 3,8% superior ao de 2010, e, novamente, foi puxado pelos países das Américas, onde o crescimento foi de 5,7%. Em seguida, vieram Europa (5,25%), Ásia e Pacífico (4,3%), e África (2,2%). No Brasil, o crescimento foi de 15% em 2011, mais que o dobro do crescimento verificado nas Américas.



O Brasil também bateu mais um recorde de entrada de turistas estrangeiros e recebeu 5,43 milhões de visitantes internacionais em 2011 (ano mais recente com dados consolidados disponíveis). Em comparação com o ano anterior, houve crescimento de 5%, aumento que está acima da média mundial, segundo a OMT. A maior contribuição foi dos turistas vindos da América do Sul, com crescimento de 10%, chegando a representar um em cada dois estrangeiros que o país recebeu. No total, este continente foi responsável por 48,4% do receptivo de visitantes estrangeiros, somando 2,6 milhões de turistas. O resultado ajudou a compensar o crescimento menor ou queda de alguns países europeus e norte-americanos, mais afetados pela crise econômica. No total, o continente europeu se manteve estável, com pequeno aumento, de seis mil turistas.

Os dados destacam os números dos chamados Brics. O número de turistas russos que visitaram o país em 2011 subiu 40% em relação ao ano anterior. A China teve crescimento de 47% e a Índia, de 14%. No entanto, o grupo ainda corresponde a aproximadamente 100 mil turistas, quantitativo que sugere a existência de uma grande margem de crescimento nos referidos mercados.

De acordo com o relatório anual da ICCA (International Congress and Convention Association), divulgado em maio de 2012, o Brasil subiu duas posições no ranking de países por número de eventos internacionais captados. O país passou de 9º para 7º colocado, sendo o único da América Latina entre os 10 primeiros. Ao todo, o país recebeu 304 eventos classificados como internacionais segundo os critérios da ICCA, o que representou um crescimento de 10% em relação ao ano anterior, quando foram realizados 275 eventos. O crescimento de eventos captados pelo país foi de 390% desde 2003.

O aumento de 48 para 57 do número de cidades brasileiras que receberam congressos e convenções é outro dado positivo, porque mostra que mais destinos turísticos estão se qualificando para receber eventos internacionais. Com os megaeventos, como a Copa do Mundo de 2014, o país terá maior divulgação de destinos menos conhecidos pelo público internacional, o que deve também contribuir para a ampliação do número de cidades que realizam eventos.

Em 2012, a Embratur iniciou uma série de eventos nos principais mercados, especificamente voltados para a atração de turistas durante os eventos esportivos. Os seminários são dirigidos para operadores de turismo, agentes de viagens e jornalistas, alcançando a marca de 1.500 participantes, com ampla repercussão na imprensa dos mercados já atingidos pela ação (Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, França e Portugal). Os eventos, intitulados ‘Goal to Brasil’, prosseguirão até maio de 2013.

Ainda tratando de eventos internacionais, os principais resultados da “Pesquisa de Percepção do Brasil por Estrangeiros Durante a Rio+20” foram divulgados em julho de 2012. O estudo foi realizado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro. Os resultados da pesquisa mostram que as belezas naturais, a personalidade do brasileiro e a hospitalidade são as características nacionais mais marcantes para os participantes do evento. Sobre os serviços e a infraestrutura turística apresentados pelo país, 81% dos visitantes estrangeiros disseram acreditar que o país já está ou estará preparado para sediar os megaeventos programados para acontecer nos próximos anos.

Quando perguntados sobre a visita ao país, 68% disseram que a experiência correspondeu às expectativas ou as superou. Dos entrevistados, 59% ressaltaram que a imagem que tinham do Brasil melhorou após a visita. E, quando perguntados sobre o interesse de retornar, 97% responderam que pretendem voltar para visitar o Brasil.

Os itens avaliados negativamente foram preços, dificuldades com a língua, e trânsito, tendo este último atingido a pior avaliação: 81% julgaram como ruim ou muito ruim. A sinalização também merece atenção, já que apenas 41% avaliaram



esse item entre bom e muito bom.

Ao todo, foram entrevistadas 228 pessoas, entre delegados e jornalistas estrangeiros, de 42 países, entre aqueles de regiões com maior percentual de emissão de turistas para o Brasil, ou seja, América do Sul, América do Norte e Europa.

Para manter e ampliar os bons resultados do nosso turismo internacional, foi lançada a nova campanha publicitária mundial da Embratur, intitulada “O mundo se encontra no Brasil. Venha celebrar a vida”. Com esse slogan, o Brasil será apresentado em mais de 100 países às vésperas dos próximos megaeventos, como a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, ambas em 2013, e a Copa do Mundo, em 2014. A campanha foi lançada em Londres, na véspera da abertura oficial dos Jogos Olímpicos de 2012.

O objetivo da nova campanha é mostrar um país que propicia experiências únicas, a partir da soma de todos os ritmos, do sabor e das cores das nossas comidas, da arte dos museus e do talento dos nossos artistas, da acolhida propiciada pelo povo e das paisagens naturais deslumbrantes. Essa foi a linha criativa desenvolvida pelos publicitários, que está sendo utilizadas em centenas de peças espalhadas pelo mundo (canais de TV, revistas, redes sociais, sites e mobiliários urbanos).

Os atributos já conhecidos e utilizados nas outras campanhas (brasilidade, diversidade, modernidade e interatividade), continuam presentes na linha de comunicação. Mas foram reforçados os traços melhor avaliados nas pesquisas com turistas estrangeiros.

A Embratur manteve em 2012 intenso programa de relações públicas, resultando na geração direta de 3.532 notícias sobre o Brasil. Esse exitoso programa continuará em 2013, pois aumentar o nível de conhecimento sobre o país é essencial para que alcancemos as metas de crescimento sustentável do turismo internacional para o Brasil.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 9,8 milhões de assentos ofertados em voos internacionais em 2010 para 15,2 milhões**

Análise Situacional da Meta

Os dados disponíveis indicam que a meta vem sendo alcançada. Não obstante, na atualização do Plano Plurianual, ela será substituída por outra que melhor reflita o esforço de promoção internacional do Brasil, de acordo com a análise situacional deste objetivo.

Quantidade alcançada

12.115.389

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

O modelo da gestão compartilhada e descentralizada do turismo consiste em uma rede nacional de entidades, instituições e fóruns, que envolve as três esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor. Os órgãos e entidades que compõem cada um desses três setores estão, por sua vez, organizados em três níveis, o que permite o amplo debate e a implementação participativa da Política Nacional para o Setor Turístico.

No âmbito federal está o Sistema Nacional de Turismo, composto pelo Ministério do Turismo (MTur), o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), o Conselho Nacional de Turismo (CNT) e o Fórum Nacional de Secretários e



Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur). Na esfera estadual, o modelo de gestão compartilhada abrange os órgãos oficiais de turismo das UFs, os fóruns/conselhos estaduais de turismo e as instâncias de governança das macrorregiões. Esse modelo de gestão compartilhada se completa com o núcleo regional/municipal, do qual participam os órgãos municipais de turismo, os conselhos municipais de turismo e as instâncias de governança regionais.

Ao longo de 2012, com o propósito de consolidar esse modelo de gestão compartilhada da atividade turística no Brasil, foram realizados importantes fóruns e encontros.

- Reuniões do CNT ou de seu Comitê Gestor, nas quais foram debatidos e apresentados temas como: preparação do setor frente aos megaeventos esportivos; retomada dos trabalhos das câmaras temáticas do CNT; Planejamento Estratégico do MTur para os próximos anos; inclusão do turismo no Plano Brasil Maior; programas de qualificação profissional para o turismo; Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBCClass); Sistema Nacional de Registro de Hóspedes (SNRHos); construção de agenda para segmentos como parques naturais, parques temáticos, litoral brasileiro e turismo cultural; e reestruturação do Programa de Regionalização do Turismo; dentre outros assuntos.

- Encontros do Fornatur, ocasiões em que foram apresentadas ações em curso no MTur, assuntos de interesse das UFs e propostas do Fórum para agenda e trabalhos compartilhados.

- Instituição do Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (CGOlimpíadas), com participação do MTur e mais oito membros.

Duas iniciativas do MTur, em especial, são executadas por meio desse modelo de gestão compartilhada: o Programa de Regionalização do Turismo e o Inventário da Oferta Turística. Em 2012, o Programa de Regionalização do Turismo – que tem como objetivos o mapeamento de regiões turísticas brasileiras e a seleção de roteiros e destinos prioritários que apresentem condições para alcançar padrão de qualidade internacional – foi reformulado por meio de encontros presenciais com os interlocutores estaduais do Programa de Regionalização do Turismo e com os Coordenadores Regionais de Serviços Turísticos. Atualmente o novo modelo encontra-se em fase de consulta pública.

Com o Inventário da Oferta Turística – que é uma ferramenta para levantamento, identificação, registro e divulgação dos atrativos, serviços e equipamentos turísticos –, propõe-se a criação de uma base de informações relevantes para o planejamento e gerenciamento do processo de desenvolvimento turístico. Em 2012, o Inventário passou por uma revisão metodológica. Surgiu, então, a necessidade de criação de um novo sistema de informática que seja adequado para a inserção dos dados dos novos formulários de pesquisa, o qual ainda não foi concluído. Além dessas atividades de revisão metodológica e adaptação de um sistema, também foram feitas ações de suporte técnico por telefone e e-mail aos componentes do modelo de gestão descentralizada que adotaram a metodologia do Inventário.

A cooperação técnica internacional em turismo é feita por meio da representação institucional em fóruns nacionais e internacionais, do acompanhamento e assessoramento, da assinatura de instrumentos jurídicos e da realização de eventos. Em 2012, o MTur se fez representar em diversos organismos internacionais (OMT, Mercosul, OCDE, OTCA, CGIB, CPLP, Brics, Unasul, T20) e alguns nacionais (como CNIg e CDIF). No que concerne ao trabalho de cooperação internacional, merece destaque o encontro dos representantes do Turismo de Moçambique com as áreas do MTur, repassando as melhores práticas. Ainda em 2012, foram assinados dois memorandos de entendimento: um com a República Tcheca e outro com o Uruguai. Por fim, cabe mencionar que o MTur também participou da organização de três eventos: Rio+20, Dia Mundial do Turismo e Reunião Especializada em Turismo/Reunião de Ministros de Turismo do Mercosul.

Quanto aos estudos e pesquisas realizados, os principais em 2012 foram: a) sondagens mensais de intenção de viagens pelos consumidores; b) estudo anual de demanda turística internacional; c) Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo (Pacet); e d) Estudo de Demanda Turística Doméstica – Ano Base 2011.



Metas 2012-2015

• Consolidar 154 instâncias de governança estaduais, regionais e municipais

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, deu-se ênfase à reformulação do Programa de Regionalização do Turismo. Não obstante, ações de fortalecimento promovidas em períodos anteriores possibilitaram o atual funcionamento de 145 Instâncias de Governança em todo território nacional, assim distribuídas por macrorregião:

Instâncias de governança estaduais instituídas: Centro-Oeste = 4; Nordeste = 7; Norte = 9; Sudeste = 4; Sul = 3.

Instâncias de governança regionais instituídas: Centro-Oeste = 9; Nordeste = 20; Norte = 5; Sudeste = 10; Sul = 9.

Instâncias de governança municipais instituídas: Centro-Oeste = 10; Nordeste = 23; Norte = 11; Sudeste = 12; Sul = 9.

Quantidade alcançada

145

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	24	unidade	23	28/11/2012
Região Nordeste	53	unidade	50	28/11/2012
Região Norte	29	unidade	25	28/11/2012
Região Sudeste	27	unidade	26	28/11/2012
Região Sul	21	unidade	21	28/11/2012

• Fortalecer institucionalmente os 27 órgãos oficiais de turismo dos estados

Análise Situacional da Meta

A ação de fortalecimento institucional realizada em 2012 envolveu atividades que nem sempre aconteceram diretamente nos órgãos estaduais oficiais de turismo, não implicando deslocamento de servidores. A agenda desenvolvida no período representou o apoio ao planejamento estratégico por meio de reuniões realizadas no âmbito de eventos específicos do setor, onde as unidades estaduais se faziam representadas, a exemplo: Feira da Abav (Associação Brasileira de Agências de Viagens), Salão Estadual de Turismo de Minas Gerais e Salão Estadual de Turismo da Bahia. Ações de qualificação também ocorreram por ocasião dos encontros presenciais realizados em Brasília com interlocutores do Programa de Regionalização do Turismo, que representam os colegiados estaduais, no âmbito da gestão descentralizada.

Não obstante, o Distrito Federal e os estados de Alagoas e Goiás contaram com a participação de técnicos do MTur, os quais, por meio de reuniões com técnicos das secretarias de turismo e com os membros dos colegiados estaduais, repassaram ações de capacitação institucional.

É oportuno destacar que o atendimento aos estados é ainda realizado por meio do repasse de informações e material técnico produzido no MTur para alinhamento das políticas públicas estaduais.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

08/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	2	08/11/2012
Região Nordeste	9	unidade	3	08/11/2012
Região Norte	7	unidade	0	08/11/2012
Região Sudeste	4	unidade	2	08/11/2012
Região Sul	3	unidade	0	08/11/2012

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Áreas Suscetíveis a Desertificação (ASD) do Brasil	km²	04/12/2004	1.338.076	04/12/2004	1.338.076
Emissões antrópicas de dióxido de carbono (CO2)	mil toneladas	31/12/2005	1.637.905	31/12/2010	714.567
Emissões antrópicas de metano (CH4)	mil toneladas	31/12/2005	18.107	31/12/2010	18.811
Emissões antrópicas de óxido nitroso (NO2)	mil toneladas	31/12/2005	546	31/12/2010	558

Observações:

Áreas Suscetíveis a Desertificação (ASD) do Brasil - Foi feita correção do valor de referência, que se encontrava com duas casas decimais excedentes.

Emissões antrópicas de dióxido de carbono (CO2) - Uma vez que o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal é atualizado a cada quatro anos, para fins de monitoramento do Programa de Mudanças do Clima do PPA 2012-2015, foi apresentado o resultado das estimativas anuais de emissão de dióxido de carbono em 2010.

Fonte: Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, período de 1990-2010, MCTI (2012)

Emissões antrópicas de metano (CH4) - Uma vez que o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal é atualizado a cada quatro anos, para fins de monitoramento do Programa de Mudanças do Clima do PPA 2012-2015, foi apresentado o resultado das estimativas anuais de emissão de metano em 2010.

Fonte: Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, período de 1990-2010, MCTI (2012)

Emissões antrópicas de óxido nitroso (NO2) - Observação: Uma vez que o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal é atualizado a cada quatro anos, para fins de monitoramento do Programa de Mudanças do Clima do PPA 2012-2015, foi apresentado o resultado das estimativas anuais de emissão de óxido nitroso em 2010.

Fonte: Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, período de 1990-2010, MCTI (2012)

OBJETIVO: 0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizadas integrações do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global - MBSCG, versão acoplada Oceano (MOM4p1)-Atmosfera (CPTEC_SSiB), que totalizaram 2.500 anos de integrações em modo de conjunto no período de 1960 a 2100. Esses cenários de mudanças climáticas foram submetidos ao Projeto CMIP5 como contribuição pioneira do Brasil ao próximo relatório do IPCC (IPCC AR5). Foi submetido artigo de validação do MBSCG (BESM-OA2.3 na sigla em inglês) ao Journal of Climate, que se encontra em fase de revisão. No primeiro semestre de 2013 a versão acoplada Oceano-Atmosfera (com o modelo de superfície IBIS - BESM_ibis) estará instalada. No segundo semestre de 2013, haverá a incorporação das demais dimensões e rotinas, que resultarão no acoplamento de três componentes oceano-atmosfera-superfície (Inland), até o final do ano. O acoplamento das quatro componentes, ou seja, com a inclusão da química da atmosfera, deverá ocorrer em 2014.

Metas 2012-2015

- Desenvolver o Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global para projeções climáticas de longo prazo

Análise Situacional da Meta

A construção do MBSCG está sendo feita com base no modelo acoplado oceano-atmosfera do INPE. O MBSCG está



dividido em quatro componentes:

- Atmosfera: está sendo utilizado o modelo atmosférico global do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - CPTEC/INPE;
- Oceano: está sendo utilizado o modelo oceânico global do GFDL (MOM4 e suas componentes de gelo marinho e ciclos biogeoquímicos marinhos);
- Superfície: está sendo utilizado o modelo IBIS land surface model (Integrated Biosphere Simulator);
- Química da atmosfera: será utilizado o modelo CATT/Mozart.

O modelo climático do Hadley Centre for Climate Prediction, Grã-Bretanha, foi modificado, com contribuições brasileiras, em parceria com esse centro. O novo modelo é conhecido como HadGEM2-ES/INPE e está sendo utilizado para gerar cenários climáticos para o século XXI.

A primeira versão do MBSCG (BESM-OA2.3) baseada no acoplamento do modelo atmosférico global do CPTEC (com modelo de superfície SSiB) ao modelo oceânico global do GFDL (MOM4 versão p1) foi completada e testada no supercomputador CRAY no INPE. Dois artigos de validação foram submetidos à revista internacional com corpo revisor, sendo um deles sobre o experimento CMIP5 e outro sobre a modelagem de carbono dissolvido marinho com o modelo BESM2.3_Topaz. A componente de superfície (modelo Inland) funciona off-line e está sendo testada em modo acoplado com o modelo atmosférico global do CPTEC. Já se encontra em testes a versão acoplada Oceano-Atmosfera (com o modelo de superfície IBIS - BESM_ibis). A componente de química da atmosfera está sendo desenvolvida e funciona somente off-line. O acoplamento de três componentes oceano-atmosfera-superfície (Inland) deverá ser feito em 2013. O acoplamento das quatro componentes, ou seja, com a inclusão da química, deverá ocorrer em 2014.

OBJETIVO: 0540 - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A primeira versão do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global (MBSCG) foi concluída, embasando a contribuição brasileira para o Relatório de Atividades (AR5) do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima). Tal contribuição, pioneira, constitui-se na geração de cenários globais de mudanças climáticas no período de 1960 a 2100, com a versão acoplada oceano-atmosfera do modelo brasileiro (BESM-OA2.3), com um total de 2.500 anos de integrações em modo de conjunto do modelo, submetidos ao projeto internacional CMIP5 de intercomparação de modelos de mudanças climáticas globais. Também está em desenvolvimento a versão com ciclo total de carbono do BESM, o qual incorpora modelo biogeoquímico oceânico (TOPAZ) e modelo de vegetação dinâmica continental (IBIS). Os cenários gerados pela Rede CLIMA serão utilizados como condições de contorno para 'downscaling' de vários modelos regionais.

Estudos conduzidos por pesquisadores da Rede CLIMA têm produzido resultados de extrema relevância em termos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas em território nacional. Experimentos simulando diferentes concentrações de CO₂ através de câmaras FACE (Free Air Carbon Emission) têm sido realizados. Foi reportada uma relação entre o aquecimento global e o aumento do risco de infecção por fitopatógenos em diferentes cultivares, incluindo batata, abacaxi, café, mandioca, banana e cana de açúcar. Estudos associados ao estresse hídrico também têm sido conduzidos utilizando-se diferentes modelos e cenários de emissão. Houve também avanços em termos do conhecimento biotecnológico que podem potencialmente ser utilizados para o plantio em condições de seca extrema. Subsídios estão sendo gerados para a implantação do plano setorial da agricultura de baixo carbono.

Estão em andamento estudos na área de Energias Renováveis e Serviços Ambientais dos Ecossistemas sobre as emissões de gás carbônico e metano proveniente da decomposição de matéria orgânica no fundo dos lagos dos reservatórios. Esses dados são de extrema importância, tendo em vista a matriz energética brasileira.



O Brasil é o país que apresenta a maior biocapacidade do planeta, ou seja, maior quantidade de recursos produzida por seus diferentes ecossistemas aquáticos e terrestres, sendo também o país que possui a maior biodiversidade, concentrando cerca de 13% da biota do planeta. Métodos que combinam milhares de modelos de projeção apontam diferentes níveis de risco à biodiversidade brasileira associados a diferentes cenários futuros de mudança climática.

Na área de Economia e Desenvolvimento Regional, modelos de projeção sugerem impactos das mudanças climáticas sobre a atividade de pequenos produtores.

Em cenários mais gerais para o território nacional, foram desenvolvidas metodologias aplicadas para análise de impactos socioeconômicos das mudanças climáticas no Brasil, com destaque para a construção de modelos de equilíbrio geral computável em nível regional. Houve desenvolvimento de estudos na temática de emissões de gases de efeito estufa, mercados de carbono e políticas de controle de emissões. A Rede CLIMA também tem trabalhado no desenvolvimento da interface desses modelos econômicos com outros temas relevantes na pesquisa sobre mudanças climáticas, como energia, agricultura, demografia e saúde. Os pesquisadores da Rede CLIMA foram os responsáveis pelas primeiras simulações de impacto econômico das mudanças climáticas para o Brasil, e análises de políticas de controle de emissões de gases de efeito estufa.

DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO

As principais atividades relacionadas à disseminação do conhecimento, que fazem parte dos objetivos da Rede CLIMA, são realizadas pela equipe de Comunicação da Secretaria Executiva do programa.

Houve participação ativa da Rede CLIMA nas atividades da Semana do Meio Ambiente promovidas pela Prefeitura de São José dos Campos; na Conferência Internacional Rio +20 (programação de popularização da ciência); 64ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com realização de palestras, exposições e oficinas.

Também foram elaboradas cartilhas educativas. A edição de “O futuro que queremos: Economia Verde, Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza” (com versão em língua inglesa), produzida especialmente para a Rio +20, teve ampla repercussão na mídia nacional e internacional. Dez mil exemplares foram distribuídos em escolas, atividades para público jovem e eventos de divulgação científica. A versão eletrônica pode ser acessada em http://issuu.com/magnostudio/docs/o_futuro_que_queremos.

Na Semana Nacional de C&T foram lançados outros materiais educativos, como a cartilha “Pegada Ecológica: Qual é a Sua?” (disponível em <http://issuu.com/magnostudio/docs/pegada-ecologica>), acompanhada de um teste online para detectar a pegada ecológica do indivíduo (disponíveis na internet – www.suapegadaecologica.com.br), assim como vídeo educativo (desenho animado) com o título “O futuro que queremos”, disponível na internet em <http://youtu.be/dr5dueiANhI>.

A partir de 2013, a Rede CLIMA inicia uma nova fase, baseada em atividades transversais. Pesquisadores da Rede participam do desenvolvimento de metodologias e métricas próprias para a produção do novo inventário de emissões de gases de efeito estufa pelo Brasil. Até 2011, a metodologia utilizada era a do IPCC. Os esforços neste ano serão voltados para incentivar a pesquisa científica que produza estudos de maior densidade na área de adaptação e impactos das mudanças climáticas, visando um rápido avanço nessas frentes.

Metas 2012-2015

- **Criar uma plataforma integrada de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudanças climáticas**

Análise Situacional da Meta

A plataforma integrada de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudanças climáticas encontra-se em fase inicial de planejamento. Em reunião dos coordenadores das sub-redes, realizada em outubro de 2012, foram discutidas formas de integração e disponibilização dos dados dos projetos. A sub-rede Energias Renováveis disponibilizou em 2012 o Portal WebRESNAT, criado pelo Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IVIG/UFRJ no âmbito da sub-rede, com o objetivo de



disponibilizar aos pesquisadores em geral informações de emissões de gases de efeito estufa em reservatórios hidrelétricos e ambientes naturais. Encontra-se disponível para a comunidade científica no endereço de acesso: <http://webresnat.ivig.coppe.ufrj.br>. A sub-rede Saúde mantém o Observatório Nacional Clima e Saúde, para acesso a dados de clima, ambiente, sociedade e saúde – www.climasaude.iciet.fiocruz.br. O acesso aos dados pode ser feito a partir de uma janela de mapa, ou por busca de indicadores, onde são listados indicadores de saúde, que podem ser visualizados no mapa. As sub-redes Modelagem Climática, Economia e Desenvolvimento Regional devem disponibilizar seus dados em 2013, visando futura integração com as demais sub-redes. Uma Biblioteca Digital da Rede CLIMA está sendo estruturada, para facilitar e incentivar o acesso dos membros da rede às publicações produzidas no âmbito da Rede CLIMA. Também está sendo elaborado um sistema próprio de indicadores que considera não só a quantidade de publicações científicas, como também as ações de disseminação de conhecimento para público de não cientistas (materiais educacionais, participação em feiras de ciências, palestras, entrevistas para os meios de comunicação etc.). Anualmente a Rede CLIMA disponibiliza em versão eletrônica e impressa o seu Relatório de Atividades - <http://redeclima.ccst.inpe.br/documentos.html>. O documento, produzido em linguagem acessível aos diversos públicos da Rede CLIMA (cientistas, responsáveis por políticas públicas e tomadores de decisão, meios de comunicação e professores e estudantes), apresenta um panorama integrado dos últimos resultados das pesquisas empreendidas pelas sub-redes. Para 2013 também está prevista a criação de duas sub-redes transversais: Comunicação e Tecnologia da Informação - TI, o que facilitará o alcance da Meta.

• **Elaborar o Plano de Ação da Rede Brasileira de Mudanças Climáticas**

Análise Situacional da Meta

O Plano de ação está em fase inicial de elaboração. Em reunião dos coordenadores das sub-redes da Rede CLIMA, realizada em outubro de 2012, foram definidos três grandes projetos temáticos, envolvendo as 13 sub-redes. São eles: 1) A percepção das mudanças climáticas (sub-redes Cidades, Comunicação*, Desenvolvimento Regional, Economia, Educação*, Saúde, Segurança Alimentar* e TI*); 2) Energia, Alimentos e Biodiversidade (sub-redes Agricultura, Biodiversidade e Ecossistemas, Bioprospecção*, Economia, Educação*, Energias Renováveis, Segurança Alimentar*, Serviços Ambientais dos Ecossistemas e TI*), e 3) Modelagem das Mudanças Climáticas (sub-redes Desastres Naturais, Economia, Educação*, Modelagem Climática, Oceanos, Recursos Hídricos, Segurança Alimentar*, TI* e Zonas Costeiras). Em 2013 serão realizados três workshops – um para cada grande projeto temático, para a definição do Plano de Ação de cada um deles. A ideia é direcionar os recursos – principalmente de bolsas – para essas pesquisas conjuntas. Em setembro de 2013 será realizada a 1ª Conferência Nacional Rede CLIMA, INCT para Mudanças Climáticas e Programa Fapesp de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais, quando serão apresentados os principais resultados obtidos até o momento por esses projetos e programas.

*Sub-redes ainda não criadas

OBJETIVO: 0734 - Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizadas reuniões com pesquisadores da Rede Clima para discussão sobre o desenho do modelo a ser implantado. Houve articulação com a SEXEC para contratação de consultoria do CGEE para a realização de estudo sobre o estado da arte no mundo no tocante a sistemas de observação de impactos das mudanças climáticas como também para o planejamento da implantação do Sistema no Brasil. Concedeu-se apoio financeiro às seguintes atividades da Rede Clima que estão em andamento e possuem aderência ao objetivo geral do Sistema:

- Seminário sobre Recursos Hídricos



- Curso sobre Acidificação dos Oceanos
- SiMCosta
- Edital PELD
- Projeto Fluxo de CO₂ (Continental e Oceânico)
- o Pirata (Fernando de Noronha)
- o Amazônia
- o SULFLUX
- o Monitoramento de GEEs
- o Prejuízos Agrícolas
- o Observatório de Saúde
- o Observatórios Ecohidrológicos

Metas 2012-2015

- **Desenvolver e implementar sistema de observação das manifestações do clima nos sistemas naturais e nas atividades econômicas brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Trata-se de uma meta amparada por uma nova ação orçamentária. Em 2012 foram realizadas reuniões para discutir o desenho do sistema a ser desenvolvido, com a participação de especialistas de diversas áreas. A partir das conclusões obtidas em tais reuniões, foram identificadas e apoiadas atividades da Rede Clima em andamento que possuem aderência ao objetivo geral do sistema. Para 2013, está prevista a elaboração do marco conceitual do Sistema e do plano de trabalho a ser implementado.

OBJETIVO: 0990 - Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A previsão de tempo em escala regional com resolução espacial de 5 km foi implantada com o modelo BRAMS e está em avaliação. Modelo Global a T299 e T699 de resolução está sendo avaliado para entrar em operação. A assimilação de dados usando o sistema 3d-VAR/GSI, implantado no modelo global T299, está em avaliação. O modelo de qualidade do ar está sendo preparado para 15 km de resolução espacial para ser operacionalizado em 2013. Estão sendo corrigidos problemas de iniciação do Modelo ETA para posterior aumento de resolução espacial a ser implantado em 2013.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a resolução espacial da previsão climática sazonal para o Brasil de 5 para 10 regiões**

Análise Situacional da Meta

Desenvolvimento em andamento. Um novo procedimento encontra-se em fase de desenvolvimento para a elaboração de previsão climática sazonal para o Brasil de forma objetiva agregando as previsões numéricas do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - CPTEC/INPE e Instituto Nacional de Meteorologia - INMET e em breve também deverão ser incluídas as previsões produzidas pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME.

A nova metodologia significou a adoção de uma técnica matemática conhecida, mas ainda não implementada operacionalmente por nenhum centro de previsão do mundo. Entretanto, por se tratar de um procedimento inovador, no qual a previsão passa a ser objetiva, muitos processos matemáticos tiveram de ser adaptados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

06/02/2013



- **Atingir um índice de acerto de 75% nas previsões de tempo para 4 a 5 dias**

Análise Situacional da Meta

Há uma variabilidade anual do acerto. Em 2012, o índice de acerto das previsões de tempo para 4 a 5 dias atingiu a meta.

A melhoria do índice de acerto das previsões é, em grande parte, devido ao novo processo de assimilação de dados e no desenvolvimento de uma análise meteorológica própria. Até 2012 o CPTEC adotava, para iniciar seus modelos numéricos, a análise do Centro Americano (NCEP). Aquela análise é gerada para o modelo americano e não para o modelo do CPTEC. Agora, com uma análise gerada para seu próprio modelo, os resultados de incremento dos índices de acerto são consistentes.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

06/02/2013

- **Aumentar em 50% o índice de acerto das previsões de precipitação**

Análise Situacional da Meta

O índice de acerto das previsões de precipitação dos novos modelos teve incremento de 70% em 2012.

Missões de campo foram realizadas com medidas simultâneas de modelos e observações nas redes de estações meteorológicas.

Experimentos foram realizados com simulações do modelo BRAMS e intercomparação com radar e satélite.

Primeiro semestre: Experimento Chuva Vale do Paraíba -simulações e intercomparação.

Segundo semestre: Experimento Chuva Sul - simulações e intercomparação.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

06/02/2013

OBJETIVO: 0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito da Política Nacional, instituída por meio da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, são instrumentos centrais o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Plano e Fundo Clima). O Plano Clima, publicado em 2008, visa incentivar o desenvolvimento e aprimoramento de ações de mitigação no Brasil, bem como fortalecer as condições internas para lidar com os impactos das mudanças climáticas globais (ações de adaptação).

Conforme definido no art. 6º da PNMC, o Fundo Clima é o principal instrumento financeiro para o financiamento dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação e de empreendimentos que visem à mitigação de emissões de gases de efeito estufa - GEE e à adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

A Política Nacional ratifica o compromisso voluntário do Brasil junto à Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (UNFCCC), estabelecendo uma meta de redução das emissões de GEE no Brasil de 36,1 a 38,9% em relação a projeção de emissões no cenário tendencial para 2020. Tal redução se dará a partir de esforços setoriais, como previsto no Acordo de Copenhague, porém a PNMC amplia a gama de setores da economia envolvidos nos



esforços de redução de emissões.

Assim, sob orientação do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima - GEx do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, que é coordenado pela Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente SMCQ/MMA, estão em implementação 9 Planos Setoriais de Adaptação e Mitigação pelas respectivas pastas setoriais.

Os Planos Setoriais abrangem praticamente todas as maiores fontes de emissões de GEE no Brasil com exceção do tratamento de resíduos. As ações previstas no Plano Nacional sobre Mudança do Clima, elaborado em 2008, foram, na maioria dos casos, incorporadas e/ou complementadas pelos Planos Setoriais.

Os seguintes Planos Setoriais, conforme previsto no Decreto nº 7.390/2010, que regulamenta PNMC, foram concluídos em 2012: transporte público urbano e dos sistemas modais de transporte interestadual de cargas e passageiros; indústria de transformação (papel e celulose, alumínio, cimento, ferro-gusa e aço, química); mineração e serviços de saúde.

Neste período, o GEx também tratou dos temas relevantes como: mecanismos de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal - REDD - e o monitoramento de emissões de gases de efeito estufa.

Ainda, foi implantado o Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) objetivando estimular a mudança de padrões de produção e consumo na sociedade brasileira e, assim, convergir esforços para combater os efeitos das mudanças do clima. O PPCS contribui para a introdução e desenvolvimento de melhores práticas nos diversos setores produtivos – construção civil sustentável, eficiência energética, uso de energias renováveis, tecnologias menos poluentes, etc. – e para a criação de novos mercados, como, por exemplo, o da reciclagem, que empregará parcelas da população antes marginalizadas (os catadores de material reciclável) e o de bens e serviços ambientais.

Para o ano de 2013, estão previstas as seguintes ações:

- Construção de Plataforma Eletrônica para Acompanhamento e Monitoramento de emissões de GEE dos planos setoriais.
- Fortalecimento da Agenda para Adaptação às Mudanças do Clima

Será desenvolvida estratégia de Adaptação, que usará os mesmos fóruns de debate e discussão da estratégia de mitigação.

Desafios:

- Harmonização Federativa dos Planos e Políticas de Clima

Desde a implementação da PNMC em 2009, vários Estados e Municípios implementaram de forma autônoma sua própria Agenda Climática, alguns estabelecendo inclusive metas de redução de GEE. A fim de garantir uma resposta eficaz aos desafios das mudanças climáticas, será necessário promover uma articulação federativa sobre as mudanças climáticas para harmonizar as estratégias de mitigação e adaptação a nível nacional.

Metas 2012-2015

• Aprovar marco legal do mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD)

Análise Situacional da Meta

Formou-se Grupo Interministerial sobre REDD+ no âmbito do Grupo Executivo da Mudança do Clima (Gex) em junho de 2011. Sob coordenação da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - SMCQ/MMA e contando com a participação de outros seis ministérios (MAPA, MCTI, MDA, MRE, MF, MJ), tal grupo avançou na definição de diretrizes e objetivos para a formação de uma estratégia (conforme Lei nº 12.187/2009; Art. 5, inciso VI) para o tema. Um documento de trabalho está em análise pelos ministérios envolvidos. Em paralelo, foi formada Força Tarefa entre governo federal e governos estaduais (duração de 60 dias, entre setembro e novembro de 2012; coordenação da Casa Civil da Presidência da República) para tratamento de temas centrais a tal estratégia.

A aprovação de marco legal requer ainda a definição da natureza do instrumento jurídico a ser utilizado (decreto, projeto de lei, etc) e possivelmente articulação com o Legislativo federal; além da realização de consultas públicas. Estão previstas para 2013 a realização de consulta pública ao documento de trabalho, definição do instrumento legal



e/ou tramitação de projeto de lei no Legislativo.

O principal desafio à consecução deste objetivo é a apreciação do documento de trabalho do GT Interministerial nas instâncias de governança da política nacional sobre mudança do clima. A partir dessa apreciação, poder-se-á determinar a forma do instrumento jurídico a ser utilizada como marco legal para REDD+ no âmbito federal. Desafios futuros incluem ainda a necessidade de recursos orçamentários para a realização de consultas públicas.

• **Atualizar o Plano Nacional Sobre Mudança do Clima**

Análise Situacional da Meta

O Plano Clima, elaborado em 2008, reuniu num só documento todas as iniciativas governamentais em andamento que contribuíam para a mitigação da mudança do clima, apresentando ações para reduzir a emissão de gases de efeito estufa provenientes dos seguintes setores: florestas e outros biomas, agropecuária, energia, indústria, transportes, resíduos e saúde, além de estabelecer ações para adaptação à mudança do clima. O Plano Clima é um instrumento de implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009, PNMC).

A revisão do Plano Clima foi iniciada em outubro 2012, após a finalização dos quatro últimos Planos Setoriais de Adaptação e Mitigação, previstos na PNMC. A sua revisão incluirá um diagnóstico do processo de implementação de suas ações e dos avanços institucionais ocorridos no Brasil na área de mudanças climáticas desde a sua elaboração em 2008. A revisão do Plano Clima será concluída em junho 2013, após realização de consultas públicas.

Para o ano de 2013, estão previstas as seguintes ações:

- Conclusão da revisão do Plano Clima 2008 (ver acima)
- Construção de Plataforma Eletrônica para Acompanhamento

Após a conclusão do processo de revisão do Plano Clima de 2008, no segundo semestre de 2013, será iniciado processo de acompanhamento das ações do Plano Clima e dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação. O acompanhamento será realizado por meio do Sistema de Gestão da Informação da Política Nacional sobre Mudança do Clima em construção.

Na revisão do Plano serão definidos os objetos do monitoramento (indicadores, metas, ações orçamentárias e extraorçamentárias, medidas institucionais, etc.) dentro de cada um dos 9 Planos Setoriais e temas, a saber: REDD (Redução do Desmatamento e Degradação), Instrumentos de Precificação, Adaptação e Ozônio.

No âmbito do Grupo Executivo (GEx), será realizado mapeamento das necessidades de recursos humanos, financeiros e tecnológicos para a implementação do Plano.

• **Fomentar a execução de 40 projetos e 20 empreendimentos que promovam a adaptação e mitigação às mudanças climáticas**

Análise Situacional da Meta

A meta prevista no início do PPA (40 projetos e 20 empreendimentos) levava em consideração a estruturação inicial do Fundo Clima à época do planejamento do PPA (2011). Por isso, foram estimados 40 projetos para recursos não reembolsáveis, operados pelo MMA, e 20 empreendimentos para recursos reembolsáveis, operados pelo BNDES. Em 2012, o Fundo Clima deu início a uma melhoria nos procedimentos administrativos, identificando os gargalos e dificuldades processuais e de tramitação. Sob o aspecto operacional, foi estabelecida estratégia de ampliação de parcerias para apoiar a execução dos recursos disponíveis. Nesse sentido, outros instrumentos de transferência de recursos foram desenvolvidos, tais como termos de cooperação, contratos administrativos e contrato de repasse, otimizando a operação por meio de convênios. Isso permitiu ampliar o número de projetos apoiados durante o exercício. Assim, o Fundo Clima conseguiu apoiar, em 2012, 76 (setenta e seis) projetos com recursos não reembolsáveis. Nesta projeção, será possível apoiar, até o final do PPA, cerca de 170 (cento e setenta) projetos. Quando aos empreendimentos, operados pelo BNDES com recursos reembolsáveis, houve dificuldades de apoio em 2012. O ano foi de negociações com o Conselho Monetário Nacional para instituição de uma nova Resolução, em fase de elaboração, para o Fundo Clima com vistas a aumentar a atratividade das linhas de financiamento.

Quantidade alcançada

76

**Data de Referência**

31/12/2012

• Implementar o Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis**Análise Situacional da Meta**

O Plano de Produção e Consumo Sustentáveis (site: <http://www.consumosustentavel.gov.br/o-plano/download-do-ppcs/>) foi homologado pelo Comitê Gestor de Produção Consumo Sustentáveis (Composição Portaria nº 44 de 2008 – DOU de 14/02/2008) em 26 de outubro de 2011. O Plano foi lançado em 23 de novembro de 2012, durante a 104ª Reunião do CONAMA. O Plano vem sendo implementado e está no seu primeiro ciclo que consiste em tornar o plano conhecido pela sociedade brasileira e disseminar o conceito de PCS de maneira a sensibilizar o consumidor institucional em ações exemplares e garantir a adesão de todos.

Prevê-se para 2013 a ampliação do alcance do PPCS com aumento do número de ações nos setores público e privado de capacitações de trabalhadores, gestores e pequenos empresários, bem como a sensibilização e informação para o consumidor final. Estão programadas ainda a realização do Fórum Anual de Produção e Consumo Sustentáveis e a realização do Workshop sobre Instrumentos Econômicos e a Capilarização do PPCS para Estados e Municípios.

A Rede de Produção e Consumo Sustentáveis foi outra ação desenvolvida durante este ano. A expectativa é que esta rede reúna parceiros e traga novos atores e projetos a fim de fomentar a discussão concernentes as mudanças, desafios e oportunidades, estimulando transformações de comportamento de produtores e consumidores. A Rede encontra-se em fase final de testes para que possa ser lançada no início de 2013.

• Monitorar as emissões setoriais de gases de efeito estufa**Análise Situacional da Meta**

A estratégia de monitoramento dos Planos de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, previstos pelo Decreto nº 7.390/2010, que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009), está sendo delineada por meio do Grupo de Trabalho de Monitoramento de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GT Monitoramento), no âmbito do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx).

O GT Monitoramento se reuniu três vezes no ano de 2012, sendo a Reunião de Instalação do Grupo ocorreu em 18/04/2012. Nessa reunião, o Grupo entendeu que os indicadores para o monitoramento e avaliação da efetividade dos Planos deveriam ser divididos de acordo com duas naturezas distintas: uma voltada para o monitoramento de emissões de gases de efeito estufa, e sua desejada redução, e outra voltada para o acompanhamento dos elementos gerenciais e de execução não associados a emissões de gases de efeito estufa de maneira direta.

A segunda reunião do GT procurou aprofundar e discutir os elementos de monitoramento dos Planos Setoriais (elementos comuns e específicos), com a apresentação de possíveis instrumentos a serem utilizados pelos coordenadores dos Planos. A terceira reunião teve foco no trabalho das Estimativas Anuais (previstas pelo Art. 11 do Decreto 7.390/2010), com a elaboração de cronograma para reuniões por setores. Esse trabalho tem sido realizado em coordenação com o MCTI.

Para o ano de 2013, estão previstas as seguintes ações:

- Continuidade dos trabalhos de identificação e aplicação de metodologias de monitoramento dos Planos Setoriais.
- Construção de Plataforma Eletrônica para Acompanhamento e Monitoramento dos Planos Setoriais.

Os Planos Setoriais foram elaborados com parâmetros diferentes, o que, de certa forma, traduz as diferenças de cada setor. Para definir a estratégia de monitoramento, é necessário definir os objetos do monitoramento (indicadores, metas, ações orçamentárias e extraorçamentárias, medidas institucionais, etc.) dentro de cada um dos 9 Planos Setoriais.

OBJETIVO: 0707 - Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação.



Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A adaptação é o esforço para prevenir-se contra possíveis danos dos impactos da mudança do clima, que variam conforme as diferenças regionais existentes, como o nível de renda e o desenvolvimento tecnológico das populações, refletindo no nível de vulnerabilidade de cada região e população.

A consolidação das diversas iniciativas em curso pelo Governo Federal em uma estratégia nacional de adaptação está sendo realizada no âmbito do processo de atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

O suporte financeiro ao desenvolvimento de políticas públicas setoriais, estudos técnicos e iniciativas de adaptação, a partir das diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima, tem sido assegurado pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) desde 2011.

O Fundo Clima financia projetos para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos em várias áreas. A modalidade não reembolsável do Fundo Clima, conforme Plano Anual de Aplicação de Recursos 2012, prevê linhas de financiamento para iniciativas de adaptação, conforme a seguir:

- Recuperação de Áreas de Mineração;
- Estudos para adaptação em erosão costeira;
- Sistemas de alerta contra desastres naturais;
- Combate à Desertificação.

O fomento do desenvolvimento de pesquisas científicas sobre impactos e vulnerabilidades regionais às mudanças climáticas é imprescindível para o desenvolvimento de uma estratégia que minimize os custos socioeconômicos da adaptação. Assim, para 2013 está previsto:

- Construção de matriz identificando as principais pesquisas relacionadas à adaptação e também as lacunas de conhecimento.
- Desenvolver o conhecimento científico sobre os efeitos das adaptações em setores e territórios relevantes
- Levantar as vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais existentes a partir de estudos como, por exemplo, da Fundação Getúlio Vargas, “Desenvolvimento de uma base de fatos para o componente de adaptação do Plano Nacional Sobre Mudança do Clima”, financiado pelo Fundo Clima, que visa estimar as perdas devido aos impactos da mudança do clima em diferentes cenários e realizar análise de custo/benefício de iniciativas de adaptação;
- Divulgação das pesquisas e relatórios relevantes identificados, com a avaliação sobre impactos, vulnerabilidade e adaptação e sobre temas especiais para subsidiar políticas públicas de adaptação.
- Fortalecer o componente adaptação nos planos setoriais de adaptação e mitigação, e criar novos Planos Setoriais de Adaptação e Mitigação onde existem lacunas de adaptação.
- Iniciar a elaboração da Estratégia Nacional de Adaptação 2013 no segundo semestre como parte integrante do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

O foco prioritário em ações para mitigação não tem impedido, conforme descrição das realizações acima, avanços substantivos nas questões de adaptação.

Foram identificados os seguintes arranjos de gestão e pactuação:

Construção de Agenda Federativa sobre Adaptação

- A transversalidade da estratégia de adaptação demandará engajamento com entes subnacionais e sociedade civil nas etapas de elaboração do Plano e de sua implementação, o que demanda a construção de uma agenda federativa.

Elaboração da estratégia nacional de adaptação a partir da integração de Iniciativas e Planos Governamentais relacionados à Adaptação:

- Integração Planos e Ações prioritárias de adaptação, a saber: Plano de Prevenção de Desastres, Zoneamento Ecológico – Econômico (ZEE), gerenciamento costeiro e o combate à desertificação, entre outros.

Metas 2012-2015



• **Atualizar o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca**

Análise Situacional da Meta

As ações para a atualização do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação passam pelo alinhamento do Plano Brasileiro à estratégia Decenal da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – UNCCD (sigla em inglês), em curso, em conjunto com a estratégia financeira de apoio a implementação do Plano Nacional e dos Planos Estaduais de Combate à Desertificação, que foram realizadas. A atualização do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação pode ser sistematizada nas seguintes ações:

(i) Elaboração dos 11 Planos Estaduais de Combate à Desertificação, realizados com apoio do MMA, com um procedimento metodológico unificado, que possibilitará uma melhor gestão na avaliação, supervisão e adequação dos mesmos.

(ii) Identificação dos Programas Transversais do PPA para o combate à Desertificação. Essa ação está refletida nos Programas do Plano Mais Brasil – Agenda Transversais.

(iii) Estratégia financeira de implementação integrada, viabilizando iniciativas para o Combate à Desertificação, em parceria com os governos estaduais, municipais e instituições não governamentais. Os projetos apoiados promoveram o combate à desertificação visando à segurança alimentar, energética e hídrica em áreas específicas, por meio de ações de uso sustentável e conservação da biodiversidade, eficiência energética em setores da produção e nas famílias rurais. Foram contratados 28 Projetos, no valor de R\$ 30 milhões. Desses projetos 8 foram voltados para a conservação em zonas semiáridas susceptíveis a desertificação; 12 para difusão de boas práticas de gestão dos recursos naturais e de eficiência energética, 7 para promoção do manejo florestal comunitário, a elaboração de pacto de sustentabilidade da matriz energética dos setores cerâmicos e gesso e promoção de fogões eco-eficientes em famílias rurais, e 1 Projeto para criação do Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação - SAP. Na estratégia financeira, foram feitas negociações com o intuito de garantir repasses financeiros via a implementação das linhas de combate a desertificação nos fundos governamentais e privados de cunho ambiental (FNMA, Fundo clima, FunBio e Fundo Florestal) para modalidade não reembolsável. Outrossim, com recursos do Fundo Clima no BNDES foi criado um subprograma de Combate a desertificação para repasse de recurso reembolsável.

(iv) Elaboração de um plano sub-regional de combate à desertificação com países do Mercosul no âmbito do Projeto ECONORMAS/MERCOSUL. Nesse sentido, no que se refere às atividades desse Projeto foi realizada a identificação de áreas potenciais para implantação de intervenções piloto visando elencar boas práticas replicáveis para recuperação de áreas degradadas por processos de desertificação em 4 países do Mercosul, estas a serem incluídas nos Planos de Ação destes países. Ainda nesse projeto, iniciou-se um estudo dos 4 planos de ação nacional existentes para fornecer embasamento técnico ao alinhamento às diretrizes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação - UNCCD (sigla em inglês) e melhor contemplar as regionalidades do grupo da América do Sul no que concerne à temática de combate a desertificação, mitigação dos efeitos da seca e recuperação de áreas degradadas – 25% das iniciativas foram realizadas.

(v) Promoção da gestão participativa e democrática no processo de alinhamento e atualização do Plano Nacional com o envolvimento direto da Comissão Nacional de Combate a Desertificação – CNCD, órgão colegiado deliberativo e consultivo sobre a Convenção no Brasil, dando institucionalidade à questão e envolvendo os diversos atores sociais, como esta agenda transversal demanda. No ano de 2012, a CNCD realizou duas reuniões. Também ocorreu encontro dos Grupos de Trabalho instituídos visando o alinhamento/atualização do Plano Nacional de Combate à Desertificação - PAN-Brasil. Na reunião extraordinária foi apresentado o estudo sobre a atual conjuntura do PAN-Brasil, fornecendo diretrizes para a discussão das linhas de base a serem estabelecidas para o alinhamento e consequente atualização do plano.

Para 2013 estão previstas as seguintes ações:

. Concluir o alinhamento do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação - PAN Brasil até junho de 2013.

. Definir a estratégia financeira para as ações de crédito e fomento com o Banco do Nordeste, para que o mesmo possa viabilizar a utilização dos recursos do Fundo Clima nas ações para o combate à desertificação.



• **Elaborar o Programa Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas**

Análise Situacional da Meta

O Plano de Adaptação visa à implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas três esferas da Federação, com a participação e a colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários, em particular aqueles especialmente vulneráveis aos seus efeitos adversos.

O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM e seu grupo executivo - GEx, como fóruns de governança para implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, deverão se articular com órgãos relevantes na Agenda de Adaptação, como o Ministério de Integração Nacional, responsável pelo Sistema Nacional de Defesa Civil.

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima, previsto para ser concluído em Junho de 2013, incluirá o processo de construção do Plano de Adaptação. O GEx será o fórum de formulação desta iniciativa e conduzirá os trabalhos ao longo do ano.

O Plano Nacional de Adaptação deverá servir de marco institucional para articulação e coordenação entre órgãos do Governo Federal, entes subnacionais e sociedade civil visando reduzir os riscos e vulnerabilidades decorrentes da mudança do clima.

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área coberta por unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-Bioma Amazônia	%	01/12/2010	25,5	12/12/2012	26,2
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Caatinga	%	01/12/2011	7,4	12/12/2012	7,4
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Cerrado	%	01/12/2010	8,1	12/12/2012	8,2
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Marinho	%	01/12/2010	1,5	12/12/2012	1,5
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Mata Atlântica	%	01/12/2010	9,2	12/12/2012	8,9
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pampa	%	01/12/2010	3,3	12/12/2012	2,7
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pantanal	%	01/12/2010	2,9	12/12/2012	4,6
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Caatinga	%	01/12/2008	53,38	20/06/2011	53,38
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Cerrado	%	01/12/2008	51,16	31/08/2011	50,84
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Mata Atlântica	%	01/12/2008	22,25	01/02/2012	22,23
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pampa	%	01/12/2008	36,06	08/07/2011	35,89
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pantanal	%	01/12/2008	83,14	21/11/2011	83,07
Número de contratos ou instrumentos equivalentes de utilização do patrimônio genético e repartição de benefícios firmados	unidade	01/08/2011	25	31/12/2012	30
Taxa de conservação de espécie ameaçada de extinção, constantes das listas oficiais com ações de manejo	%	01/12/2010	33,67	31/12/2012	46

Observações:

Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Mata Atlântica - A redução do índice entre 2010-2012 não indica redução da área coberta por unidades de conservação, mas sim maior acuidade dos dados, processo que terá continuidade como etapa de qualificação e atualização das informações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pampa - A redução do índice entre 2010-2012 não indica redução da área coberta por unidades de conservação, mas sim maior acuidade dos dados, processo que terá continuidade como etapa de qualificação e atualização das informações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

OBJETIVO: 0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.



Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Estão em andamento diversos programas e projetos, estruturados em redes de pesquisa, que contribuem para o alcance desse objetivo, a saber:

- Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) – O PPBio tem quatro eixos de atuação, alavancados a partir de ações do PPA, para alcançar o objetivo central: (i) o apoio à implantação e manutenção de redes de inventário da Biot; (ii) o apoio à manutenção, ampliação e informatização de acervos biológicos do País (coleções ex situ); (iii) o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento em áreas temáticas da biodiversidade; (iv) o desenvolvimento de ações estratégicas para políticas de pesquisa em biodiversidade. No período de 2009 a 2012, em resposta ao Edital MCT/CNPq/PPBio Nº 60/2009, foram apoiadas três redes de pesquisa: uma na Amazônia Ocidental abrangendo oito projetos de pesquisa e seis instituições coordenadoras (INPA, UFAM, UNIR, UFMT, UFRR e UFAC); uma na Amazônia Oriental com seis projetos e cinco instituições coordenadoras (MPEG, UFOPA, UEMA, UNEMAT e UFT); e uma no Semiárido, com oito projetos e quatro instituições coordenadoras (UEFS, UESC, UFS e UFRN). Essas redes de pesquisa são avaliadas anualmente por consultores ad hoc, em parceria com o MCTI e o CNPq, sendo que a última avaliação ocorreu em 29 e 30 de agosto/2012. Constatou-se que o Programa tem apoiado o fortalecimento da capacidade instalada das instituições e grupos de pesquisa uma vez que parte dos recursos destina-se à aquisição de material permanente e equipamentos. O PPBio tem fortalecido a ampliação e informatização de acervos biológicos (coleções ex situ) das Regiões Norte e Nordeste por meio da Ação 8963 do Plano Plurianual. Além disso, tem-se investido na formação de recursos humanos por meio do aporte de até 30% do valor dos projetos para bolsas. As ações do PPBio também envolveram a promoção de cerca de 60 eventos, compreendendo cursos, treinamentos, oficinas, seminários e simpósios para funcionários de agências ambientais, grupos comunitários, estudantes, pesquisadores e professores de pós-graduação. Outro aspecto importante foi a publicação de mais de 120 artigos, 4 livros, 30 capítulos de livros e 16 guias de identificação de espécies. O PPBio tem contribuído também para a gestão da informação, por meio da avaliação das coleções biológicas, do desenvolvimento de banco de dados e da manutenção de homepages com conteúdo educativo e científico. Com o intuito de expandir o PPBio a todos os biomas brasileiros, foi lançada, em 1º de outubro/2012, a Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 – PPBio/Geoma, para apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que possam contribuir para ampliação e disseminação do conhecimento sobre a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros. Como resultados, foram contratadas 7 redes de pesquisa: uma na Amazônia Ocidental, uma no Semiárido, duas na Mata Atlântica, duas no Cerrado e uma nos Campos Sulinos.

- Rede Centro Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Pró-Centro Oeste) - Como primeira ação da Rede, foi lançado o Edital MCT /CNPq /FNDCT /FAPs /MEC /CAPES/PRO-CENTRO-OESTE Nº 031/2010, contemplando três linhas de pesquisa: Ciência, Tecnologia e Inovação para Sustentabilidade da Região Centro Oeste; Bioeconomia e Conservação dos Recursos Naturais; Desenvolvimento de Produtos, Processos e Serviços Biotecnológicos. Como resultados desse Edital, foram contratadas 16 redes, envolvendo 101 projetos de pesquisa, cuja execução deverá ocorrer no período de 2010 a 2013. Para a formação de recursos humanos, foi estruturado um programa de pós-graduação multi-institucional, em nível de doutorado, que integra os quatro estados da Região Centro Oeste, sendo as áreas de concentração Biotecnologia e Biodiversidade. Até o momento, verificou-se, por meio das avaliações anuais realizadas por consultores ad hoc, MCTI e CNPq, que houve o envolvimento de mais de 500 pesquisadores e 300 alunos, disponibilização de aproximadamente 190 bolsas pelo Programa e publicação de mais de 100 artigos científicos. Os principais impactos incluem: formação de recursos humanos, principalmente de mestres e doutores, em áreas estratégicas; formação de empreendedores com atuação na criação e desenvolvimento de empresas de biotecnologia no Centro Oeste brasileiro; estabelecimento de infraestrutura única na Região Centro Oeste para estudos de escalonamento de produção de biofármacos; sustentabilidade da produção agrícola e redução do risco ambiental no Cerrado com menor



uso de agrotóxicos; identificação e agregação de valor às espécies vegetais do cerrado de plantas, garantindo sua conservação e o desenvolvimento sustentável para futuros fitoterápicos do cerrado.

- Redes de Pesquisas dos Ecossistemas do Pantanal - Desde 2008, o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) executa o terceiro Termo de Parceria (TP) com o MCTI com a continuidade do Projeto “Consolidação das Redes de Pesquisa sobre os Ecossistemas do Pantanal” que visa à sustentabilidade das principais atividades econômicas do Pantanal, à formação de recursos humanos e ao apoio à tomada de decisão para a definição de políticas públicas. Cabe explicitar que o CPP tem contribuído para redução das assimetrias regionais em ciência e tecnologia e beneficiado a sociedade pantaneira. No segmento político, o CPP colaborou no desenvolvimento de leis e regulamentações adequadas ao Pantanal. Também identificou problemas e buscou a implementação de projetos que visam à melhoria do desempenho e competitividade da carne do Pantanal, dentro dos princípios de sustentabilidade; apoiou a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso na elaboração de um marco regulatório sobre a questão da “Limpeza de Campo no Pantanal”; auxiliou o trabalho do CONAMA na discussão sobre marcos regulatórios para áreas úmidas; apoiou a elaboração da Lei de Gestão do Pantanal pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso; participou da redação de um artigo na Lei de Pesca de Mato Grosso do Sul; e apoiou a implantação de um sistema de monitoramento da pesca em MT (SEMA). Ademais, está em fase adiantada o desenvolvimento de um bioinseticida natural – a partir de uma planta nativa no Pantanal - que poderá contribuir substancialmente para a melhoria da saúde da população, ao mesmo tempo em que contribuirá para a redução dos impactos ambientais gerados pelo emprego de pesticidas. O produto tem ação contra o *Aedes aegypti*, podendo auxiliar no combate à dengue. A Rede Pesca tem desenvolvido produtos oriundos de pescado do Pantanal (cachara e pacu) como nuggets, fishburgers, quibes, filés defumados e patês. Os resultados preliminares demonstram que os produtos possuem qualidade e segurança. Entretanto, um estudo de mercado mais aprofundado ainda deve ser realizado. Vale, ainda, destacar que as ações desenvolvidas foram fundamentais para a implantação dos cursos de Doutorado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade e de Mestrado em Química na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e de Mestrado em Biotecnologia na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Em 2012, foram realizadas duas reuniões da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Termo de Parceria e um Workshop de Avaliação Científica das redes Pecuária, Pesca e Bioprospecção. Além disso, foi celebrado, em dezembro/2012, um novo Termo de Parceria com o MCTI para execução do Projeto “Ciência e sociedade no Pantanal: integrando conhecimentos para a sustentabilidade socioambiental”, com vigência de 2012 a 2015. Esse projeto pretende contribuir para a sustentabilidade socioeconômica e ecológica da planície pantaneira, visando à melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 500.000 espécimes biológicas coletadas, analisadas e depositadas adequadamente em acervos nacionais, aumentando efetivamente o conhecimento da biodiversidade brasileira**

Análise Situacional da Meta

Esta meta refere-se a todos os programas de governo nessa área e são de difícil compilação até a completa implantação do SIB-Br (ação 10GO).

Apurou-se 398.865 espécimes coletadas. Verificou-se incremento substancial nos registros da base de dados do Species Link, onde houve aumento de 85% das coleções catalogadas e abertas à comunidade, com um número de dados cada vez mais expressivo com georeferenciamento adequado (data cleaning) e mais de 5.7 milhões de registros online.

Destaque para o PPBio com número de registros online de mais de 320 mil espécimes.

Quantidade alcançada

398.865

Data de Referência

06/02/2013

- **Catalogar 250.000 espécies de invertebrados brasileiros conhecidos em uma plataforma informatizada,**

**integrada e compartilhada****Análise Situacional da Meta**

As coleções de referência de invertebrados terrestres cresceram em mais de 100% entre 2011 e 2012. Foram mais de 740 mil registros disponibilizados dos quais 332.650 estão adequadamente georreferenciados para os invertebrados terrestres. Para invertebrados aquáticos no mesmo período a base de dados do CRIA cresceu em 200% no número de dados disponibilizados online e 150% no número de informações georreferenciadas. Em termos brutos os registros online de invertebrados aquáticos que em 2011 eram de 50,3 mil registros chegaram a mais de 77 mil em 2012.

Quantidade alcançada

800.000

Data de Referência

06/02/2013

• Concluir as listas de espécies de flora e dos vertebrados brasileiros**Análise Situacional da Meta**

A meta proposta é de difícil aferição considerando a complexidade da diversidade biológica brasileira, todavia há dados promissores quanto à evolução das coleções e sua avaliação taxonômica. A Flora foi completada em 2011 e a Fauna começará em 2013.

São 4 milhões de registros de plantas e fungos disponibilizados online pelo species link, destes mais de um milhão tem georreferenciamento adequado. São mais de 500 mil registros de vertebrados cadastrados e disponibilizados online nesta base de dados.

• Proteger 80% das coleções zoológicas, botânicas e microbiológica, em infraestruturas modernizadas e adequadas**Análise Situacional da Meta**

Foi lançado edital para estruturação de coleções via CNPq. Este processo é contínuo e vem sendo ampliado junto ao PPBio e ao SIB-BR, mas as metas são medidas na forma de evolução em relação ao tempo e não em porcentagem do total de coleções. Assim sendo, o progresso tem sido considerável e tem sobrepujado as metas numéricas estabelecidas tanto na inserção quanto na qualidade da informação inserida no species link.

Em 2011 cerca de 30% das coleções biológicas estavam protegidas adequadamente e foram executados os investimentos dos editais de 2009 e 2010, que apoiaram coleções em 43 instituições pelo PPBio e pelas redes Bionorte, Pró-Centro-Oeste, ComCerrado e BrBOL.

Em 2012, foram lançados três editais para seleção de projetos. A Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE) lançou edital que apoiou sete coleções. A Chamada CNPq/MCTI nº 35/2012 aprovou apoio a cinco redes com investimento nas coleções de 27 instituições envolvidas. Houve ainda a chamada CNPq/MCTI nº 45/2012 que recebeu 203 propostas, dos quais 124 foram recomendadas para aprovação pelo comitê ad hoc e 20 foram financiadas em função dos recursos disponíveis.

Em suma, em 2011 foram apoiadas 43 instituições e suas coleções e 54 em 2012, representando um aumento de cerca de 8% em relação ao estágio anterior.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

06/02/2013

OBJETIVO: 0504 - Atualizar o marco regulatório sobre a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade, tendo como referência os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente



Análise Situacional do Objetivo

Já nesse primeiro ano de implementação das ações visando atualizar o marco regulatório sobre a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira, conforme os objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil é signatário, houve alguns avanços.

Em relação à atualização de marco legal para a conservação da biodiversidade, as normativas relacionadas à biossegurança estão sendo discutidas em um Grupo de Trabalho criado no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS da Câmara dos Deputados, que deverá analisar a situação e uso dos transgênicos no Brasil, tendo em vista a necessidade de critérios na liberação dos transgênicos e de uma avaliação das consequências do uso desses organismos. Ainda sobre o tema, o MMA pretende publicar a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, cujo texto já foi aprovado pela Resolução Conabio nº 5, de outubro de 2009, a fim de internalizar no país sua consolidação e a sua implementação nas diferentes esferas do poder público.

Sobre o Protocolo Suplementar Nagoia-Kuala Lumpur, há intenso debate sobre a responsabilização e compensação decorrentes de movimentos transfronteiriços de organismos geneticamente modificados causadores de danos ao meio ambiente e biodiversidade.

Em relação ao marco relacionado à internacionalização das Metas de Aichi e elaboração de plano de ação 2011-2020, está sendo promovida a revisão e atualização da Estratégia e do Plano de Ação Nacional de Biodiversidade. Durante o ano de 2011 houve a contribuição da sociedade para o estabelecimento das metas nacionais de biodiversidade, as quais foram submetidas à apreciação da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO, que ainda está analisando as propostas de metas nacionais. Em paralelo, o MMA, juntamente com o Ministério do Planejamento, está trabalhando na elaboração do Plano de Ação Governamental, com o propósito de propiciar o atingimento das metas de Aichi por meio da participação ativa de vários Ministérios.

A respeito das normativas que tratam de conservação e de uso sustentável, e conforme definição do Decreto 4.340/2002, que regulamenta dispositivos da Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, o Ministério do Meio Ambiente deverá propor a regulamentação de cada uma das 12 categorias de unidade de conservação. Em 2012, foram discutidas propostas de regulamentação para a categoria reserva extrativista e para as zonas de amortecimento das unidades de conservação. Para o ano de 2013 estão previstas discussões sobre a categoria de área de proteção ambiental, além de outros dispositivos da mesma lei que trata da proteção e da gestão das unidades de conservação e pagamentos por serviços ecossistêmicos.

Em relação ao objetivo de repartição de benefícios, está em discussão avançada, uma proposta de um novo marco regulatório de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade, em parceria com órgãos federais, com setores da indústria e com provedores de patrimônio genético. Em 5 de junho de 2012, foi enviado ao Congresso Nacional, pela Presidência da República, o texto do Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), concluído durante a 10ª Reunião da Conferência das Partes na Convenção, realizada em outubro de 2010 (COP-10), e assinado pelo Brasil no dia 2 de fevereiro de 2011, em Nova Iorque. O Protocolo de Nagoia constitui um importante passo no sentido de permitir maior segurança jurídica, inclusive em nível internacional, em relação às regras que regem as negociações entre provedor dos recursos genéticos, detentores de conhecimentos tradicionais associados e os usuários que potencialmente podem os transformar em produtos comerciais de alto valor econômico. Estima-se que ele deverá entrar em vigor até 2014 em nível mundial.

Metas 2012-2015

- **Avaliar a adequação da Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005) com vistas a contemplar as novas tecnologias, em parceria com os demais órgãos do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

A Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de



Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio e dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB.

A Lei de Biossegurança, Lei nº 11.105/2005, ampliou, por exemplo, as competências do CTNBio, de modo a (i) Proceder à avaliação de risco, caso por caso, relativamente a projetos e atividades com OGMs e derivados; (ii) Estabelecer critérios de avaliação e monitoramento de riscos de OGMs e derivados; (iii) Emitir decisão técnica, caso por caso, sobre a segurança do OGM ou derivado no âmbito de pesquisa e liberação comercial; (iv) Identificar as atividades com OGMs e derivados potencialmente causadoras de degradação ambiental ou de riscos à saúde humana. Como as decisões da CTNBio têm caráter vinculante para os órgãos de fiscalização com relação à biossegurança do OGM avaliado (Art. 14, § 1º, da Lei nº 11.105/2005), isso fez com que setores da sociedade entrassem no STF com uma ADIN para questionar vários artigos da Lei, já que, no entendimento dessas instituições, a Lei nº 11.105 retira atribuições constitucionais de órgãos, caso dos Ministérios do Meio Ambiente e da Saúde, especificamente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

De acordo com a Lei 11.105, cabe à CTNBio “identificar atividades e produtos decorrentes do uso de OGM e seus derivados potencialmente causadores de degradação do meio ambiente ou que possam causar riscos à saúde humana” e não mais aos órgãos reguladores do meio ambiente ou da saúde. Quanto aos aspectos de biossegurança do OGM e seus derivados, por exemplo, a decisão técnica da CTNBio vincula os demais órgãos e entidades da administração. Ao órgão competente do Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, cabe agora emitir autorizações e registros e fiscalizar produtos e atividades que envolvam OGM e seus derivados somente quando liberados nos ecossistemas naturais, de acordo com a legislação em vigor e segundo o regulamento desta Lei, e, no caso do licenciamento, o órgão regulador poderá se manifestar somente nos casos em que a CTNBio deliberar, na forma da Lei nº 11.105, que o OGM é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente.

Recentemente, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS, aprovou a criação de um grupo de trabalho (GT) para analisar os impactos dos OGMs e seus derivados na saúde humana e no meio ambiente, além de acompanhar as ações dos órgãos governamentais em cumprimento à Lei de Biossegurança.

O MMA acompanha com interesse a discussão desse tema, já que se não houver os devidos cuidados, OGMs liberados no meio ambiente poderão contaminar componentes da diversidade biológica, a exemplo das variedades crioulas e espécies silvestres aparentadas às espécies geneticamente modificadas liberadas no meio ambiente.

• **Avaliar, em articulação com os demais órgãos federais competentes, o Protocolo Suplementar de Nagoya - Kuala Lumpur**

Análise Situacional da Meta

A aprovação do Protocolo Suplementar Nagoya - Kuala Lumpur sobre Responsabilidade e Compensação, ocorrida durante a 10ª Conferência das Partes – COP, da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, em Nagoia, no Japão, resgata um dos importantes compromissos assumidos pelo países Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Essa negociação, iniciada em 2004, foi concluída apenas em 2010 durante a 10ª COP, da CDB. De acordo com o Artigo 27 do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, a “Conferência das Partes, atuando na qualidade de reunião das Partes do presente Protocolo, adotará, em sua primeira reunião, um processo em relação à elaboração apropriada de normas e procedimentos internacionais no campo da responsabilidade e compensação por danos que resultem dos movimentos transfronteiriços de organismos vivos modificados, analisando e levando em devida consideração os processos em andamento no direito internacional sobre essas matérias e procurará concluir esse processo em um prazo de quatro anos”.

Apesar do prazo para a conclusão dessa difícil negociação ter sido maior do originalmente negociado (seis anos), foi muito importante que os países Partes do Protocolo lograssem um consenso no que diz respeito à regulamentação do artigo 27 do Protocolo.

O Artigo 1º, que se refere aos objetivos do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, estabelece que: “De acordo



com a abordagem de precaução contida no Princípio 15 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o objetivo do presente Protocolo é contribuir para assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguros dos organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna que possam ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, levando em conta os riscos para a saúde humana, e enfocando especificamente os movimentos transfronteiriços”.

Vale ressaltar que todas as ações referentes ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança tem como meta alcançar o desenvolvimento sustentável sem, obviamente, afetar compromissos assumidos no âmbito de quaisquer outros acordos internacionais em vigor, o que não significa, todavia, que tais disposições tenham por propósito subordinar o presente Protocolo a outros acordos internacionais.

A regulamentação do Artigo 27 trata de um dos temas mais desafiantes no que diz respeito à implementação do Protocolo, já que se refere à Responsabilidade e Compensação decorrentes do movimento transfronteiriço de organismos geneticamente modificados, incluindo o manuseio, o transporte e o uso. Há intensa controvérsia internacional sobre o assunto e no âmbito interno os órgãos federais competentes estão avaliando o Protocolo e as consequências da possível ratificação.

- **Elaborar e publicar plano decenal de metas para conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira visando promover uma ação efetiva e coordenada entre os diferentes setores da sociedade e entes da federação**

Análise Situacional da Meta

Durante a COP 10 - 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em outubro de 2010, em Nagoia, Japão, foi aprovado o novo Plano Estratégico para o período 2011 a 2020 (decisão X/2). O Plano Estratégico da CDB apresenta 20 metas globais, chamadas de “Metas de Aichi de Biodiversidade”, organizadas em cinco objetivos estratégicos, definidas com o objetivo de diminuir as taxas de perda da biodiversidade no mundo. Nesse sentido, em abril de 2011, o Ministério do Meio Ambiente lançou a iniciativa “Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020”, em parceria com UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza, WWF-Brasil e Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). Os Diálogos constituíram-se num momento de revisão e atualização da Estratégia e do Plano de Ação Nacional de Biodiversidade coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio de ampla consulta à sociedade brasileira, que contou com a realização de reuniões junto aos setores da sociedade (indústria, governos, academia, povos indígenas e comunidades locais e organizações não-governamentais ambientalistas) sobre suas propostas de metas nacionais de biodiversidade, tendo como referencial internacional as metas aprovadas na COP10. O objetivo era a elaboração de um documento contendo as visões de todos os setores que, consolidado, deveria ser o conjunto de metas brasileiras de biodiversidade a serem alcançadas até 2020 e que permitiriam a construção de uma estratégia acordada socialmente para o alcance das Metas de Aichi e para a implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 no Brasil. O resultado dessas consultas foi consolidado e disponibilizado em uma consulta pública entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012, para que mais setores e pessoas pudessem contribuir com sua visão. O resultado deste processo foi considerado como a contribuição da sociedade para o estabelecimento das metas nacionais de biodiversidade e submetidas à apreciação da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO, que ainda está analisando as metas nacionais, e deverá finalizá-la possivelmente no primeiro semestre de 2013. O MMA, juntamente com o Ministério do Planejamento está trabalhando na elaboração do Plano de Ação Governamental, com o propósito de propiciar o atingimento das metas de Aichi por meio da participação de vários Ministérios.

- **Elaborar instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais**

Análise Situacional da Meta

Quanto à normativa de regulamentação da lei de Pagamento de Serviços Ambientais, enquanto o Projeto de Lei nº 792/2007 permanece em discussão na Câmara dos Deputados, o MMA está conduzindo discussões sobre a valoração de serviços ecossistêmicos e da biodiversidade como forma de aportar subsídios às discussões no Congresso. Após a

sanção da Lei, o MMA irá trabalhar para a redação de normativa visando sua regulamentação.

- **Elaborar plano nacional sobre espécies exóticas invasoras**

Análise Situacional da Meta

As espécies exóticas invasoras envolvem uma agenda bastante ampla, com ações multidisciplinares e interinstitucionais. Ações de prevenção, erradicação, controle e monitoramento são fundamentais e exigem o envolvimento e a convergência de esforços dos diferentes órgãos dos governos federal, estadual e municipal envolvidos no tema, além do setor empresarial e das organizações não-governamentais. O governo brasileiro iniciou em 2001, por meio do Ministério do Meio Ambiente, e em estreita articulação com outros setores do governo federal e da sociedade civil, uma série de ações relacionadas à prevenção de novas introduções, à detecção precoce, à erradicação, o controle/manejo e o monitoramento de espécies exóticas invasoras que podem afetar os ecossistemas, os habitats e as espécies nativas.

Nesse contexto, a Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO, decidiu, em agosto de 2006, criar, por meio da Resolução CONABIO nº 49, a Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras - CTPEEI.

A CTPEEI tem como objetivos propor: (i) a uniformização dos termos a serem empregados no tratamento das espécies exóticas invasoras; (ii) a realização de diagnósticos visando identificar a ocorrência e a distribuição de espécies exóticas invasoras e avaliar seus impactos ao meio ambiente e à saúde humana; (iii) a elaboração, publicação e a revisão periódica de Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras da flora, da fauna e de microrganismos que ameaçam os ecossistemas terrestres, o ambiente marinho, as águas continentais, os sistemas de produção e a saúde humana; (iv) a criação, implementação e gerenciamento de um banco de dados que permita o acompanhamento da situação de cada espécie; (v) estratégias para um sistema de monitoramento, prevenção, controle, mitigação e erradicação das espécies exóticas invasoras no território brasileiro, com a efetiva participação dos órgãos da esfera federal, estadual e municipal e; (vi) atos normativos com vistas a estabelecer suporte legal à elaboração e implementação de medidas para o monitoramento, manejo, controle ou erradicação dessas espécies.

Uma das primeiras prioridades da CTPEEI foi a elaboração da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras. Após aprovado pela CTPEEI, a Estratégia foi submetida à CONABIO, que a aprovou por meio da Resolução nº 5, de outubro de 2009.

A Estratégia prevê o estabelecimento de ações prioritárias a serem desenvolvidas e/ou apoiadas pelo MMA, ou por meio de suas vinculadas, IBAMA, ICMBio e Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, bem como por outros órgãos do Governo Federal, com recomendações dos mecanismos de ação a serem empregadas na prevenção, erradicação, mitigação e controle de Espécies Exóticas Invasoras, sejam exóticas ao país ou ao ecossistema. A Estratégia Nacional deverá contribuir decisivamente para a prevenção de novas introduções, bem como para a mitigação dos impactos decorrentes da presença de espécies exóticas invasoras aos diferentes biomas do país ou às suas diferentes bacias hidrográficas. A Estratégia Nacional será fundamental para orientação das três esferas do poder público, no trato das questões relativas às espécies exóticas invasoras. Obviamente, legislações específicas serão necessárias para prevenir ou diminuir a introdução e a movimentação de exóticas invasoras dentro do país.

Além de representar um importante instrumento para a internalização e implementação no país do artigo 8(h) da Convenção sobre Diversidade Biológica, a Estratégia se traduz ainda em uma efetiva ferramenta que o país dispõe para a consecução das determinações das Decisões V/8, VI/23 e IX/4, das Conferências das Partes, da CDB.

A implementação da Estratégia envolverá a condução de um plano de ação para garantir que a mesma produza resultados para o qual foi estabelecida.

- **Instituir novo marco regulatório de uso tradicional e popular de produtos da biodiversidade de ação terapêutica**

Análise Situacional da Meta

O Brasil tem em mãos a oportunidade para o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento próprio na área de saúde e de uso de plantas medicinais e de fitoterápicos, que prime pelo uso sustentável dos componentes da biodiversidade, alinhado com o conhecimento sobre sua diversidade genética e sua diversidade cultural, e que respeite



os princípios éticos e de compromissos internacionais assumidos, principalmente da Convenção sobre Diversidade Biológica, e promova a geração de riquezas com inclusão social. Este modelo deverá ter como premissa o respeito aos princípios de qualidade, eficácia e segurança na saúde pública, e a conciliação de desenvolvimento socioeconômico e conservação ambiental, tanto no âmbito local como em escala nacional.

Tal modelo deverá também reconhecer e promover a grande diversidade de formas de uso das plantas medicinais, desde o uso caseiro e comunitário, passando pela área de manipulação farmacêutica até a fabricação industrial de medicamentos. Essencialmente, deverá respeitar a diversidade cultural brasileira, reconhecendo práticas e saberes da medicina tradicional, e contemplar interesses diversos, desde aqueles das comunidades locais até o das grandes indústrias nacionais, passando por uma infinidade de outros arranjos de cadeias produtivas do setor de plantas medicinais e fitoterápicos. O respeito às diversidades e particularidades regionais e ambientais também deve ser outro princípio norteador deste modelo.

A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos – PNPMF (Decreto nº 5.813/06), instrumento legal que traz em seu bojo essa questão, tem entre seus objetivos específicos a ampliação das opções terapêuticas aos usuários, com garantia de acesso a plantas medicinais, fitoterápicos e serviços relacionados à fitoterapia, com segurança, eficácia e qualidade, na perspectiva da integralidade da atenção à saúde. A partir da publicação do seu Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Portaria Interministerial nº 2960/08), considerou-se de extrema relevância o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais na construção de um marco regulatório para produção, distribuição e uso de plantas medicinais e fitoterápicos a partir dos modelos e experiências existentes no país.

Destacam-se, nesse contexto, dentre outros, as seguintes diretrizes da PNPMF:

“10. Promover e reconhecer as práticas populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros.

11. Promover a adoção de boas práticas de cultivo e manipulação de plantas medicinais e de manipulação e produção de fitoterápicos, segundo legislação específica.

12. Promover o uso sustentável da biodiversidade e a repartição dos benefícios derivados do uso dos conhecimentos tradicionais associados e do patrimônio genético.”

A partir dessas diretrizes, ficou definido, no âmbito do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos a necessidade de se elaborar um marco regulatório específico, voltado às diversas experiências desenvolvidas em todo o País, baseadas em saberes e práticas tradicionais e populares, que envolvem agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e comunidades locais, tanto no uso dos recursos da biodiversidade para recuperação e manutenção da saúde por integrantes dessas comunidades, bem como no oferecimento e disponibilização de seus conhecimentos, saberes, práticas e produtos desenvolvidos para a população em geral, com garantia de acesso seguro e racional.

Nesse sentido, a elaboração de uma legislação específica para o uso tradicional e popular, a partir da biodiversidade, agrobiodiversidade e sociobiodiversidade, e dos conhecimentos tradicionais e populares existentes nos biomas brasileiros tem como objetivo a criação de um marco regulatório que possa abarcar as diversas experiências desenvolvidas nos vários biomas que tem com base o uso tradicional e popular de plantas medicinais e fitoterápicos, adotando um enfoque amplo para essas práticas, saberes e seus produtos, que não se enquadram na legislação vigente de medicamentos, e que assim não devem ser tratados. Assim deve-se tratar dos conceitos envolvidos no tema, do enfoque a ser dado, e da abrangência relacionada. O marco regulatório deve também dar as bases legais para a regulamentação necessária a proteção das práticas e experiências, bem com valorizar e promover o seu desenvolvimento, com modelo de inclusão social e produtiva e de desenvolvimento regional sustentável. Os itens a serem abordados na proposta de legislação devem ser: i) Conceito e definições relativas ao uso tradicional e popular de plantas medicinais; ii) Enfoque a partir das experiências desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, com os diversos níveis de complexidade da cadeia produtiva; e iii) Abrangência a partir dos biomas brasileiros, com base nas suas espécies nativas e nas exóticas adaptadas que compõem a agrobiodiversidade em cada bioma.

No momento o assunto relativo a essa meta está em discussão no âmbito do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e



Fitoterápicos.

• **Propor a ratificação e implementar o Protocolo de Nagoia de Acesso ao Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios, em parceria com os demais órgãos federais competentes**

Análise Situacional da Meta

A proposta da ratificação para implementar o Protocolo de Nagoia de Acesso ao Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios foi realizada em parceria com os órgãos federais competentes. O Protocolo de Nagoia constitui um importante passo. Estima-se que ele deverá entrar em vigor até 2014 a nível mundial. Sua maior contribuição será de dar maior segurança jurídica internacional em relação às regras que regem as negociações entre provedor dos recursos genéticos, detentores de conhecimentos tradicionais associados e os usuários que potencialmente podem os transformar em produtos comerciais de alto valor econômico.

Mediante a instituição do princípio de realização de acesso com a necessária repartição de benefícios, além da transferência de tecnologias, temos a perspectiva concreta de contribuir com a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes, a manutenção da floresta em pé e o fornecimento de meios para a sustentação ao longo do tempo da diversidade social brasileira.

No projeto "Diálogos sobre o Protocolo de Nagoia: um novo cenário para o acesso aos recursos genéticos, aos conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios" grandes avanços foram obtidos, incluindo o Seminário Internacional Diálogos sobre o Protocolo de Nagoia: um novo cenário para o acesso aos recursos genéticos, aos conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios. Este evento contou com o apoio adicional da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Estes resultados foram apresentados durante Rio + 20 em junho de 2012.

O envio ao Congresso Nacional pela Presidência da República do texto do Protocolo de Nagoia para ratificação iniciou um processo de discussão interno no Poder Legislativo que deverá propiciar uma ampliação do número de atores sociais formadores de opinião envolvidos com a temática.

• **Propor novo marco regulatório de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade, em parceria com os demais órgãos federais competentes**

Análise Situacional da Meta

A proposta do novo marco regulatório de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade está sendo elaborada em parceria com os órgãos federais competentes, com setores de indústria e os provedores do patrimônio genético.

• **Regulamentar as categorias de manejo e outros dispositivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**

Análise Situacional da Meta

A Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, prevê 12 categorias de manejo de unidades de conservação (Parque, Reserva Biológica, Refúgio de Vida Silvestre, Monumento Natural, Estação Ecológica, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva de Fauna, Floresta e Reserva Particular do Patrimônio Natural). Segundo o Decreto 4.340/2002, que regulamenta dispositivos da Lei 9.985/2000, o Ministério do Meio Ambiente deverá propor regulamentação de cada categoria de unidade de conservação.

Há ainda outros dispositivos da Lei 9.985/2000 que necessitam ser regulamentados, relacionados à proteção e gestão da unidade de conservação e a pagamentos por serviços ecossistêmicos.

No ano de 2012, foram discutidas propostas de regulamentação para a categoria reserva extrativista e para as zonas de amortecimento das unidades de conservação.

No ano de 2013, está prevista a discussão da regulamentação da categoria área de proteção ambiental, e pagamento pelos serviços ecossistêmicos relativos à produção de água para abastecimento urbano e produção de energia elétrica (art. 47 e 48 da Lei 9.985/2000)



OBJETIVO: 0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Por meio da Portaria nº 239, de 21 de junho de 2009, o Governo Federal instituiu o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade-PNPSB, cujo objetivo é fomentar o uso sustentável da biodiversidade pelos povos e comunidades tradicionais em consonância com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Visando garantir o uso sustentável das espécies extrativistas por povos e comunidades tradicionais foram identificadas 30 espécies prioritárias para elaboração de diretrizes de boas práticas de manejo sustentável. Das 16 diretrizes elaboradas, 10 estão em processo de publicação. As demais serão elaboradas em 2013.

Em reconhecimento ao potencial natural e sociocultural da biodiversidade brasileira, o MMA em parceria com outros Ministérios, articula parcerias com os órgãos estaduais e as organizações da sociedade civil para implementação de ações integradas que fortaleçam a economia do extrativismo. Foram definidas 13 cadeias produtivas e 18 Arranjos Produtivos Locais da Sociobiodiversidade - APLs para serem trabalhados, buscando a integração das políticas públicas nos territórios e fortalecimento dessas cadeias prioritárias. Para tanto, 12 instituições locais foram contratadas para mobilizar e articular localmente a dinamização dos APLs em 7 estados.

A propósito, foram cadastradas 16.796 famílias de populações tradicionais em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais; e celebrados 3 Contratos de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU com instituições representativas das populações tradicionais, concedendo direito de uso a 1.350 famílias extrativistas.

Como estratégia de ampliação das políticas voltadas ao setor extrativista, em 2012 foi instituído grupo de trabalho envolvendo MMA, MDA, MDS, MPOG, INCRA, ICMBio e as organizações da sociedade civil CNS, GTA e CONFREM para elaborar o Plano de Ação Nacional para o Fortalecimento do Extrativismo. Este Plano objetiva promover acesso aos territórios com infraestrutura e ações concretas de inclusão social e fomento à produção sustentável em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Projetos de Assentamento Diferenciados.

No âmbito do programa Brasil Sem Miséria instituído pelo Dec. 7.492/2011, cujo objetivo é retirar 16,2 milhões de pessoas da extrema pobreza, com renda mensal per capita de até R\$70,00, o programa Bolsa Verde, instituído pela Lei 12.512/2011, visa incentivar o uso sustentável dos ecossistemas e a valorização dos serviços ambientais prestados por Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Tradicionais. Este é um diferencial por aliar aspectos sociais e ambientais, procurando reconhecer e compensar os serviços ambientais prestados pelas comunidades tradicionais e agricultores familiares.

O Programa prevê a transferência de recursos financeiros no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), com periodicidade trimestral às famílias beneficiárias, por um prazo de dois anos. Em 2012, o programa atingiu cerca de 34.400 famílias que residem em Unidades de Conservação de uso sustentável, áreas ocupadas por ribeirinhos e projetos de assentamento ambientalmente diferenciados, de diferentes biomas. Em 2013, além de expandir progressivamente o número de famílias beneficiadas, o Programa vai focar na capacitação ambiental e na assistência técnica, no monitoramento ambiental, por imagem de satélite, da cobertura vegetal dos territórios das famílias beneficiadas e verificação da conformidade com a legislação ambiental.

Em consonância, na perspectiva de construção de ações estratégicas que visem à elaboração de medidas para facilitar o processo de transição para uma agricultura de base ecológica foi instituída por meio do Decreto nº 7.794/2012, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO. Esta iniciativa busca elevar o patamar de proteção dos estoques de capital natural e de sustentabilidade da agropecuária brasileira, construindo alternativas para redução da contaminação de alimentos e redução da dependência de insumos externos. Em 2013 o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo será finalizado. Ele constitui-se como um instrumento central na implementação da



Política, pois integra ações e medidas estratégicas para sua execução.

Dentre as ações previstas na PNAPO podemos destacar a proposta de melhoria na sistematização do conhecimento sobre projetos e equipes vinculados à agricultura de base ecológica na Embrapa com ênfase na agrobiodiversidade. O MMA iniciou, em setembro, diálogos com a Embrapa e com a Articulação Nacional de Agroecologia - ANA para a elaboração de um projeto que visa mapear as iniciativas de manejo da agrobiodiversidade no Brasil. Este projeto deverá ser desenvolvido em 2013.

Metas 2012-2015

- **Caracterizar o valor nutricional de 40 espécies nativas priorizadas na Iniciativa "Plantas para o futuro", com vistas a diversificar a dieta do brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Esta meta se relaciona com o projeto de cooperação internacional "Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem Estar Humano", conhecido como "Biodiversity for Food and Nutrition" (BFN), que é financiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF e conta com contrapartida do governo brasileiro. No ano de 2012, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas organizou, juntamente com a Bioversity, a Reunião Técnica Internacional Inicial do Projeto e a Primeira Reunião do Comitê de Coordenação Internacional. Essas reuniões foram realizadas no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de abril.

O lançamento oficial do Projeto ocorreu durante o Congresso Mundial de Nutrição (World Nutrition Rio2012 - WNRio2012) no Rio de Janeiro, no dia 28 de abril de 2012. Essa reunião contou com a participação da GRG, que também auxiliou na organização do evento.

No ano de 2012, também foi consolidada a parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, que será o Gestor Financeiro do Projeto.

No ano de 2013, pretende-se instalar o Comitê Nacional de Implementação do Projeto, que será responsável pela coordenação geral do projeto, definição das atividades e aprovação dos recursos financeiros, e contará com representantes dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Agrário (MDA); do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); da Educação (MEC), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); da Saúde (MS); e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Em 2013, também se pretende negociar e estabelecer parcerias com universidades para o início das atividades de caracterização nutricional de espécies nativas priorizadas na iniciativa "Plantas para o futuro".

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

- **Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais**

Análise Situacional da Meta

Foram celebrados 03 (três) Contratos de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU com instituições representativas das populações tradicionais, concedendo direito de uso para 1.350 famílias extrativistas.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

29/11/2012

- **Compartilhar manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foi realizado o manejo de cerca de 10 milhões de filhotes de quelônios nos seguintes estados: Pará,



Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Rondônia, Acre, Amapá, Roraima. Para 2013 espera-se a inclusão de mais estados no programa, bem como o aumento no número de áreas de monitoramento.

Quantidade alcançada

10.000.000

Data de Referência

16/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	10.000.000	unidade	10.000.000	16/01/2013

- **Criar e assistir 6 redes comunitárias, implementando, no total, 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram efetuadas diversas articulações com entre órgãos de governo e instituições da sociedade civil com objetivo de construir parcerias para implementação desta meta.

Está previsto para o início de 2013 a assinatura de um termo de cooperação entre a Embrapa, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável e a Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do MMA, para o desenvolvimento de um projeto que visa sistematizar as diferentes experiências em P&D em agrobiodiversidade realizadas pelas instituições públicas de pesquisa, universidades e organizações sociais.

Na metodologia está previsto serem adotados dois tipos de redes neste projeto: temáticas e territoriais. As redes temáticas, como o nome indica, têm num determinado tema, questão, problema ou política, o elemento que justifica a sua organização e em torno do qual gravitam os atores participantes. As redes territoriais, por seu turno, têm num determinado território o ponto comum de aglutinação dos parceiros. As ações principais previstas para estas redes referem-se à troca de informação no âmbito da produção científica e desenvolvimento tecnológico, no intercâmbio de informações e conhecimentos, no acompanhamento de eventos gerais ligados a pesquisa, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar, políticas públicas, agroecologia, agrobiodiversidade entre outros e na promoção de processos de formação e capacitação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

16/01/2013

- **Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica**

Análise Situacional da Meta

O MMA está desenvolvendo um estudo que visa orientar os usos dos recursos hídricos na bacia hidrográfica dos rios Tapajós e Juruena (Região Hidrográfica Amazônica), de forma a compatibilizar com a conservação da biodiversidade aquática. Outras sub-bacias da região amazônica poderão ser avaliadas a partir de 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

- **Desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para 5 espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas**

Análise Situacional da Meta

Na meta em questão foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Espécie 1: Elaboração do plano de manejo de javali - norma e comitê formados em 2012 e publicação da IN 03/2013

Espécie 2: Em 2012 foram iniciadas as tratativas para a construção do plano de manejo da capivara - término previsto para dezembro de 2013.

Espécie 3: Ampliação do Programa Quelônios da Amazônia para mais dois estados brasileiros; em 2012 foi iniciada



capacitação no estado do Tocantins. Previsão de término (dois estados): dezembro de 2014.

Espécie 4: Jacaré-do-pantanal: início de tratativas com o ICMBio para elaboração de norma conjunta de manejo dessa espécie. Previsão de término: dezembro de 2013.

Espécie 5: Minhocucu - plano de manejo elaborado no ano de 2013, em análise jurídica.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

07/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	5	unidade	1	07/02/2013

• Disponibilizar banco de dados das organizações existentes de Povos e Comunidades Tradicionais

Análise Situacional da Meta

Em 2012, durante a Rio + 20 foi lançado o Portal Yapdê, uma plataforma virtual com o cadastro de entidades representativas e de apoio aos povos e comunidades tradicionais e informações sobre esses segmentos. Em 2013 será realizada uma contratação para ampliar o banco de dados.

• Elaborar 6 Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais

Análise Situacional da Meta

Em 2012 ainda não foram elaborados Planos de Desenvolvimento. Em 2013 será realizado o II Grande Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais, com objetivo de avaliar a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e desenvolver o Plano Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais.

• Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade

Análise Situacional da Meta

Foram apoiados 5 projetos dos quais 3 direcionados à iniciativas comunitárias conservacionistas protagonizadas por mulheres (pescadoras, marisqueiras, quebradeiras de coco babaçu e agricultoras familiares em geral); e 2 voltados à implementação de Planos de Ação para Conservação de Comunidades de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

29/11/2012

• Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade

Análise Situacional da Meta

Os APLs apoiados englobam os seguintes produtos e estados:

- 1 - pequi (MG),
- 2 - pinhão (PR),
- 3 - umbu e licuri (BA),
- 4 - piaçava (BA),
- 5 - pequi e babaçu (CE),
- 6 - babaçu (MA),
- 7 - buriti (PI),
- 8 - carnaúba (PI),
- 9 - castanhas e óleos (andiroba e copaíba) PA-BR 163),
- 10 - açaí e óleos (PA-baixo amazonas),
- 11 - açaí (PA-Marajó),
- 12 - piaçaba (AM).

**Quantidade alcançada**

12

Data de Referência

29/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	12	unidade	5	31/12/2012
Bioma Caatinga	3	unidade	3	31/12/2012
Bioma Cerrado	8	unidade	2	31/12/2012
Bioma Mata Atlântica	7	unidade	2	31/12/2012

- **Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa**

Análise Situacional da Meta

O Brasil é o país de maior riqueza em diversidade total de espécies, possuindo entre 15 e 20% das espécies do planeta. Apresenta a mais diversa flora do mundo, com mais de 50 mil espécies. Esta condição nos traz, também, uma grande responsabilidade no que diz respeito à conservação desse legado. O primeiro grande desafio é conservar esse patrimônio genético, grande parte ainda desconhecida. O segundo é mapear e conhecer esse patrimônio, de fundamental importância para a segurança alimentar. O terceiro e mais complexo é idealizar um modelo de desenvolvimento que assegure a utilização sustentável desses componentes.

Nesse contexto, o MMA vem desenvolvendo uma série de ações voltadas à promoção do conhecimento da diversidade biológica brasileira e a conservação e utilização sustentável de seus componentes. Estes avanços estão em harmonia com os compromissos assumidos pelo País ao ratificar a Convenção sobre Diversidade Biológica, além de estarem também em sintonia com as negociações conduzidas pelo Brasil com vistas à sua implementação. É fundamental que o país estimule o desenvolvimento de programas de pesquisa e intensifique a implementação de ações, envolvendo os diversos setores da sociedade, para a identificação, caracterização, conservação e a busca de um melhor aproveitamento dos seus recursos genéticos.

A utilização da biodiversidade depende da disponibilidade de matéria prima e de investimentos em tecnologias e da criação de mercados. A exploração comercial de recursos genéticos requer e envolve atividades diversificadas, incluindo a pesquisa, a produção, a transformação e a comercialização de alimentos, fármacos, cosméticos, fibras, madeiras e outras matérias industriais. Nesse contexto, o MMA vem conduzindo uma série de iniciativas para a conservação, ampliação do conhecimento e promoção do uso sustentável dos recursos genéticos. Em 2011, publicou o livro: Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro – Região Sul. Agora o Ministério está trabalhando para a publicação do livro referente a: Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro – Região Centro-Oeste. Este novo livro será publicado ao longo de 2013 e será uma importante contribuição para a promoção do uso da biodiversidade do Centro-Oeste brasileiro.

Espécies que até recentemente não faziam parte da mesa do brasileiro ou que, até então, eram utilizadas apenas em âmbito local, a exemplo da goiabeira serrana, começam a alcançar os mercados das grandes capitais e estão, rapidamente, se tornando novas opções para alimentação. A própria araucária, até pouco tempo utilizada apenas como opção madeireira, tem agora seu fruto amplamente explorado em diversas regiões do país e já começa a integrar, de forma definitiva, a nossa culinária.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

- **Mapear a distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres de 4 espécies de plantas cultivadas**



Análise Situacional da Meta

Os parentes silvestres de plantas cultivadas representam um patrimônio de extrema relevância para o Brasil e para toda a humanidade, na medida em que desenvolveram ao longo de sua existência condições para sobreviver a condições extremas, como secas, inundações, calor e frio, e ainda adquiriram resistências a pragas e doenças que causam tantos danos às culturas afins.

Apesar da promessa da biotecnologia, os melhoristas continuarão a depender de material genético convencional para o desenvolvimento de novas cultivares e altamente especializadas. Os parentes silvestres e as raças locais/variedades crioulas das plantas cultivadas fornecem uma importante fonte desse material.

Muitas espécies, das quais foram selecionadas as plantas cultivadas, continuam ainda sobrevivendo em condições naturais. O mesmo acontece com as espécies silvestres afins. Esse “pool” de espécies silvestres constitui os parentes silvestres das plantas cultivadas. Apesar de ainda estarem evoluindo na natureza, os parentes silvestres vivem sob regras muito diferentes em relação às culturas: sobrevivem os mais adaptados. Muitos parentes silvestres evoluíram para sobreviver à seca, às inundações, ao calor e ao frio extremos, e adaptaram-se para enfrentar as diferentes condições adversas da natureza. Frequentemente, muitas destas espécies desenvolveram resistências às pragas e às doenças que causam tantos danos às culturas afins. Estas são algumas das razões porque os parentes silvestres das plantas cultivadas e suas raças locais/variedades crioulas são de tanta importância para a humanidade.

O MMA já empreendeu uma série de ações voltadas à proteção dos parentes silvestres das culturas de algodão, amendoim, arroz, abóboras, mandioca, milho e pupunha. Agora esforços estão sendo dedicados para a conservação de parentes silvestres de outras culturas, a exemplo de maracujá, feijão, caju, pimentas, abacaxi, batata, e tomate. Nesse contexto, estão sendo conduzidas articulações com diversas instituições, particularmente Embrapa e ICBIO, com vistas ao mapeamento da distribuição geográfica de parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas presentes em Unidades de Conservação de Proteção Integral. A partir dos resultados desse mapeamento prevê-se a implantação, dentro dessas Unidades de Conservação, de reservas genéticas voltadas à conservação de parentes silvestres de espécies de plantas cultivadas de valor econômico no país, a exemplo das culturas de abacaxi, amendoim, arroz, caju, mandioca, maracujá, pimentas/pimentões e pupunha.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

• Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional

Análise Situacional da Meta

Estão sendo promovidas 12 cadeias dos seguintes produtos da sociobiodiversidade: babaçu, castanha do brasil, pequi, piaçava (BA), piacaba (AM), umbu, licuri, andiroba, copaíba, pinhão, açaí e carnaúba; por meio dos APLs, em 8 estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia, Minas Gerais e Paraná.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	6	unidade	5	31/12/2012
Bioma Caatinga	3	unidade	3	31/12/2012
Bioma Cerrado	4	unidade	2	31/12/2012
Bioma Mata Atlântica	4	unidade	2	31/12/2012

• Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a novembro de 2012, 9.281 famílias de povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares acessaram a Política de Garantia de Preços Mínimos para a Biodiversidade, comercializando os seguintes



produtos: amêndoa de babaçu, borracha, fibra de piaçava e açaí. Chegando-se ao valor de R\$ 4.258.752,48 de subvenção concedida. Já o Programa de Aquisição de Alimentos operado pela CONAB, adquiriu, no período, produtos de 825 famílias com Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP extrativista, cujo valor dos produtos comercializados chega R\$ 3.528.171,59. Somando os dois programas chega-se a um valor R\$ 7.786.924,08 de recursos aplicados e a um total de 10.106 famílias extrativistas beneficiadas por esses dois programas somente nas operações coordenadas pela CONAB.

Quantidade alcançada

10.106

Data de Referência

30/11/2012

• **Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação**

Análise Situacional da Meta

O cadastramento de famílias das populações tradicionais beneficiárias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, principalmente Reservas Extrativistas (Resex), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Florestas Nacionais (Flona) consta atualmente com uma das atividades priorizadas, o que contribuiu para o alcance de aproximadamente 43% da meta em 2012.

Os desafios para realização das atividades de cadastramento, principalmente na região Amazônica, são constituídos pelo elevado custo de logística e a grande dispersão e distância entre comunidades e famílias.

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	30	unidade	16	29/12/2012
Bioma Caatinga	2	unidade	0	29/12/2012
Bioma Cerrado	4	unidade	0	29/12/2012
Bioma Mata Atlântica	4	unidade	0	29/12/2012
Zona costeira e marinha	4	unidade	3	29/12/2012

• **Realizar um diagnóstico nacional das instituições envolvidas com a conservação da agrobiodiversidade in situ, on farm e ex situ**

Análise Situacional da Meta

A conservação global da biodiversidade significa maior segurança para os programas relacionados à produção agrícola e à conservação biológica, bem como para a segurança alimentar, constituindo-se em um componente essencial para o desenvolvimento sustentável e para a própria manutenção da diversidade genética das espécies com importância sócio-econômica atual e potencial.

Em relação aos recursos fitogenéticos, estimativas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) indicam a existência, em âmbito mundial, de cerca de 6,5 milhões de acessos de interesse agrícola mantidos em condição ex situ. Desse total, 50% são conservados em países desenvolvidos, 38% em países em desenvolvimento e 12% distribuídos nos Centros Internacionais de Pesquisa (IARCs), do Grupo Consultivo Internacional de Pesquisa Agrícola (CGIAR). Além da condição ex situ, os recursos genéticos podem ser mantidos também na condição in situ e on farm.

Nos termos da Convenção sobre Diversidade Biológica, conservação in situ é definida como sendo a conservação dos ecossistemas e dos habitats naturais e a manutenção e a reconstituição de populações viáveis de espécies nos seus ambientes naturais e, no caso de espécies domesticadas e cultivadas, nos ambientes onde desenvolveram seus caracteres distintos.

A conservação on farm pode ser considerada uma estratégia complementar à conservação in situ, já que esse processo também permite que as espécies continuem o seu processo evolutivo. É uma das formas de conservação genética da



agrobiodiversidade, um termo utilizado para se referir à diversidade de seres vivos, de ambientes terrestres ou aquáticos, cultivados em diferentes estados de domesticação. A conservação on farm apresenta como particularidade o fato de envolver recursos genéticos, especialmente variedades crioulas - cultivadas por agricultores, especialmente pelos pequenos agricultores, além das comunidades locais, tradicionais ou não e populações indígenas, detentoras de grande diversidade de recursos fitogenéticos e de um amplo conhecimento sobre eles.

As três formas de conservação, in situ, on farm e ex situ, são complementares e formam, estrategicamente, a base para a implementação dos três grandes objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, ou seja, conservação da diversidade biológica; uso sustentável dos seus componentes; e repartição dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos.

Nos últimos anos ocorreram, em âmbito mundial, importantes avanços relacionados à conservação e à promoção do uso dos recursos genéticos, sendo 1) o Plano Global de Ação para a Conservação e a Utilização Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura, que tem como prioridades: a Conservação in situ e o Desenvolvimento; a Conservação ex situ; a Utilização dos Recursos Fitogenéticos; e a Capacitação das Instituições, e 2) o Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.

Esse levantamento, já realizado para a Região Centro-Oeste, deve ter continuidade para as outras regiões do país. O MMA vem desenvolvendo esforços para que o país consiga, um inventário nacional das coleções de recursos genéticos mantidas nas condições in situ, on farm e ex situ. A partir de um levantamento dessa natureza, o país terá condições de definir uma estratégia para a manutenção desses recursos em âmbito nacional.

• **Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o programa atingiu 34.400 famílias que residem em Unidades de Conservação de uso sustentável, áreas ocupadas por ribeirinhos e Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados, de diferentes biomas. Em 2013, além de expandir progressivamente o número de famílias beneficiadas, o Programa vai focar na capacitação ambiental e na assistência técnica, no monitoramento ambiental, por imagem de satélite, da cobertura vegetal dos territórios das famílias beneficiadas e verificação da conformidade com a legislação ambiental.

Quantidade alcançada

34.400

Data de Referência

29/11/2012

• **Retirar 50 mil famílias extrativistas da linha de extrema pobreza**

Análise Situacional da Meta

O resultado da meta refere-se indiretamente ao conteúdo contemplado nas metas: "Promover o acesso de 100 mil famílias de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares ao mercado" e "Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação....." deste mesmo Objetivo. Desse modo, sugere-se a exclusão desta Meta, a fim de se evitar duplicidade de metas e de contabilização de resultados.

OBJETIVO: 0507 - Modernizar a gestão, promover o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados e assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A empresa especializada para o desenvolvimento do sistema informatizado de gestão do acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados - SISGEN foi contratada ao final de 2012 e o sistema encontra-se em desenvolvimento. Foram melhorados os processos relativos à análise de processos e publicadas resoluções normativas no



âmbito do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN, visando tornar os procedimentos mais eficientes e ágeis. No ano de 2013 será finalizado e validado o SISGEN e envidados esforços continuados para melhoria da gestão através de aprimoramento de instrução e análise de processos, bem como elaboração de normativas, quando pertinente. Submissão ao Congresso Nacional de proposta de um novo marco legal de acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios.

Metas 2012-2015

• 60 instituições credenciadas como fiéis depositárias do patrimônio genético**Análise Situacional da Meta**

A meta foi alcançada em 20%. O avanço desta meta é dependente das solicitações das instituições públicas em credenciar as coleções de recursos genéticos como fiéis depositárias do patrimônio genético. Expectativa até 2015 é o alcance da meta totalmente, devido ao interesse das instituições em atender a Medida Provisória e a legislação vigente sobre acesso ao patrimônio genético.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

05/10/2012

• Credenciar 3 instituições para emissão de autorização de acesso aos recursos genéticos**Análise Situacional da Meta**

Esta ação foi postergada, a fim de priorizar a modernização da gestão do patrimônio genético, no que se refere a sua adequação normativa, prioritariamente através da elaboração de um novo marco legal de acesso ao patrimônio genético, no sentido de buscar retorno de benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

• Implantar Sistema informatizado de gestão do acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados integrado com todas as instituições credenciadas**Análise Situacional da Meta**

A meta está em andamento e a expectativa é que os primeiros módulos sejam concluídos para validação em 2013. Desta forma, a implementação do referido sistema proporcionará a melhoria na eficiência na análise das solicitações de acesso aos recursos genéticos da biodiversidade brasileira e conhecimentos tradicionais associados.

OBJETIVO: 0508 - Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Atualmente, 627 espécies da fauna e 472 espécies da flora brasileiras estão ameaçadas de extinção, segundo as listas oficiais de espécies da flora e da fauna vigentes do Ministério do Meio Ambiente (Instrução Normativa MMA nº 6, de 23 de setembro de 2008, para flora ameaçada, e Instruções Normativas MMA nº 3, de 26 de maio de 2003, nº 5, de 21 de maio de 2004 e nº 52, de 8 de novembro de 2005, relacionadas com a fauna ameaçada).

O Departamento de Conservação da Biodiversidade-DCBIO do MMA está no momento analisando a nova lista de espécies ameaçadas de fauna encaminhada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO e irá fazer o mesmo com a lista de Flora, já enviada pelo Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ. Estas análises serão enviadas à Comissão Nacional da Biodiversidade – CONABIO - para análise e aprovação e depois encaminhadas para publicação.



Ao mesmo tempo, o DCBIO esta enviando para análise jurídica e posterior publicação proposta de Instrução Normativa-IN que define as atribuições de MMA, ICMBIO e JBRJ em relação aos instrumentos para a gestão de espécies ameaçadas. Os principais instrumentos são as Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas, os Livros Vermelhos das Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção, que tem a finalidade de divulgar para a sociedade as espécies brasileiras ameaçadas de extinção, e os Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção. A proposta define o MMA como coordenador da gestão de espécies ameaçadas, o ICMBIO como responsável pela implementação dos instrumentos relativos à fauna ameaçada e o JBRJ como responsável pelo mesmo em relação à flora ameaçada.

Metas 2012-2015

- **80% das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação**

Análise Situacional da Meta

O valor atingido de 58,8 % está dentro do esperado considerando que este levantamento considerou apenas as UC federais. A meta de 80% (= 500 espécies) é prevista para 2014 considerando todas as unidades de conservação (federais, estaduais e municipais).

A meta deverá ser atingida com os recursos orçamentários ampliados para permitir o levantamento de dados secundários nas UC estaduais e municipais e o levantamento das espécies ameaçadas sem registro nas UC com potencial ocorrência.

Quantidade alcançada

58,8

Data de Referência

18/08/2012

- **Avaliar a situação de 20 espécies ameaçadas de extinção com relação ao comércio internacional CITES - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora**

Análise Situacional da Meta

Com base na avaliação da situação de espécies indicadas em estudos de especialistas, foram realizadas propostas de exclusão de 3 espécies de Tillandsias (epífitas) do Anexo II da CITES; Proposta de inclusão de 3 espécies de tubarão martelo no Anexo II da CITES; Proposta de alteração da anotação 12 sobre Aniba rosaeodora e proposta de inclusão das espécies Carcharhinus longimanus (tubarão), Lamna nasus (tubarão) e Manta spp. (raias) no Anexo II da CITES.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

30/11/2012

- **Conservar ex-situ e/ou in-situ 40% das espécies da flora ameaçada de extinção**

Análise Situacional da Meta

Atingiu-se 12,1% de conservação de espécies da flora ameaçadas de extinção.

São desafios para o alcance da meta a extensão territorial brasileira, o grande número de instituições brasileiras relacionadas ao tema, a deficiência de infraestrutura e a pouca disponibilidade de recursos.

Há necessidade de revisão dos instrumentos legais (ex. IN 06/2008), lançamento de editais para promover atividades de coleta e conservação ex situ em instituições credenciadas, elaboração protocolos e documentos com definições conceituais e metodologias. E ainda é necessário se obter ganho de escala considerando o aumento de espécies avaliadas quanto ao risco de extinção e consequentemente o aumento da lista de espécies ameaçadas.

Quantidade alcançada

12,1

Data de Referência

18/03/2013

- **Diagnosticar o estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados**

**Análise Situacional da Meta**

O valor atingido de 51,1% das espécies de vertebrados com diagnóstico do estado de conservação está dentro do esperado. A meta de 100% das espécies de vertebrados avaliadas (=8.600) poderá ser atingida em 2014, conforme planejado.

Quantidade alcançada

51

Data de Referência

18/03/2013

• Diagnosticar o estado de conservação de 4.722 espécies da flora (plantas vasculares)**Análise Situacional da Meta**

Foi elaborada a Lista Vermelha de espécies candidatas, contendo as fichas técnicas com as avaliações do estado de conservação de 4.616 espécies. 106 espécies não puderam ser avaliadas devido a falta de especialistas botânicos para assegurar a validação científica dos dados organizados. Tem-se a expectativa de se obter os meios necessários para a continuidade do trabalho, de forma a alcançar a meta de avaliar o risco de extinção de toda a flora brasileira até 2020.

Quantidade alcançada

4.616

Data de Referência

18/03/2013

• Elaborar Planos de Ação para 100% espécies da fauna ameaçadas de extinção**Análise Situacional da Meta**

O valor atingido de 44% de espécies da fauna ameaçadas de extinção com planos de ação está dentro do esperado. A meta de elaborar planos de ação para 100% das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção poderá ser atingida em 2014 (=627), conforme planejado.

Quantidade alcançada

44

Data de Referência

29/11/2012

• Elaborar Planos de Ação para 500 espécies da flora ameaçadas de extinção**Análise Situacional da Meta**

Está em discussão sobre um novo modelo de Plano de Ação de conservação de espécies da flora ameaçadas de extinção que garanta a eficácia e a escala nacional, considerando a tendência ao aumento da lista de espécies ameaçadas.

A esse respeito foram elaborados os seguintes estudos: Diagnóstico "Planejamento de Ações para a Conservação de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção no Brasil", contendo as principais conclusões e recomendações sobre o planejamento de ações para espécies ameaçadas da flora, e o Documento "Simpósio Planejamento de Ações para Conservação de Espécies Ameaçadas da Flora: Propostas de um modelo com novas abordagens".

Em 2012 foram elaborados planos de ação para 11 espécies da flora ameaçadas de extinção.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

18/03/2013

OBJETIVO: 0509 - Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A realização de ações visando à promoção da biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas se mostra uma tarefa complexa, uma vez que além de instrumentos políticos adequados, faz-se necessário o desenvolvimento de

conhecimentos científicos para dar respaldo a tomada de decisões. Nesse sentido, boa parte das ações desenvolvidas em 2012 se refere a esforços de pesquisa visando à ampliação do conhecimento científico buscando o fornecimento de subsídios técnicos para o planejamento e delineamento de ações de prevenção e controle do uso da biodiversidade. Ações de manejo e monitoramento pontuais também foram realizadas durante o ano de 2012. Além disso, articulações interministeriais foram realizadas com o intuito de discutir de forma mais ampla a definição de critérios, padrões, normas e procedimentos do uso sustentável da biodiversidade. Essas discussões foram realizadas com diferentes atores e para diversos eixos temáticos, a exemplo da normatização para o ordenamento pesqueiro (MMA e MPA), da definição das espécies silvestres nativas que poderão ser criadas e comercializadas como animais de estimação, da autorização de planos de manejo, elaboração de normativa e de procedimentos padrões para o controle da espécie exótica invasora *Sus Scrofa* (Javali) em território nacional (MMA e EMBRAPA). O Programa de Monitoramento dos Recifes de Coral do Brasil realizou ações relacionadas com a coleta de dados dentro e fora de unidades de conservação estaduais e municipais no ano de 2012 (Paripueira/AL, Parque Municipal do Recife de Fora/BA, Parque Municipal de Pinaunas/BA e Tamandaré/PE). Os dados estão disponíveis no Banco de Dados do Programa e na Rede de Monitoramento Mundial de Recifes de Coral. O livro com dados de 10 anos do programa de monitoramento dos recifes de coral está em elaboração com previsão de lançamento em 2013. Foram realizados esforços de pesquisa, ações de prevenção, monitoramento e controle do uso da biodiversidade e articulações realizadas entre diferentes setores do governo no ano de 2012.

Metas 2012-2015

• **Implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras**

Análise Situacional da Meta

Ações realizadas em 2012 pelo ICMBio relacionadas diretamente ao conhecimento e manejo de espécies exóticas invasoras:

- 1) Levantamento das espécies exóticas invasoras em unidades de conservação federais a partir de dados secundários (Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, Planos de Manejo e outros). Este documento será disponibilizado on line para contribuição ampla de analistas ambientais de modo a completar a informação e publicá-la.
- 2) Financiamento direto de ações de pesquisa conjugadas a controle de espécies exóticas por meio de projetos aprovados na Chamada Interna de Projetos de Pesquisa da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade.
 - Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (*Leucena leucocephala*)
 - Reserva Biológica de Guaribas (*dendê – Elaeis guineensis*)
 - Parque Nacional da Serra dos Órgãos (diversas espécies vegetais)
 - Reserva Biológica de Saltinho (diversas espécies vegetais e o saimiri)
 - Parque Nacional da Lagoa do Peixe (Pinus e estudo de sua relação com dinâmica de dunas)
 - E, projeto do Centro de Primatas Brasileiros (CPB/ICMBio) de teste de métodos de esterilização de *Callithrix jacchus*.
- 3) Apoio a projeto elaborado pelo Governo do Estado de Rondônia para controle de búfalos da Reserva Biológica do Guaporé.
- 4) Lançamento da chamada de projetos de pesquisa e manejo que inclui linha específica para espécies exóticas invasoras, com previsão de R\$ 250mil.
- 5) Lançamento da Chamada de artigos para número especial da revista Biodiversidade Brasileira – Diagnóstico e controle de espécies exóticas invasoras em áreas protegidas, com editoria a cargo de analistas do ICMBio e pesquisadores da UnB e da UERJ.
- 6) Elaboração de Instrução Normativa em avaliação pela Procuradoria Federal Especializada, que orienta a elaboração, submissão e aprovação de projetos relacionados ao controle e erradicação de espécies exóticas em unidades de conservação federais.
- 7) Em resumo, ao menos 38 unidades tiveram, em 2012, ações de pesquisa e/ou monitoramento sobre espécies exóticas



invasoras em seus territórios. Destas, 25 têm ações de manejo.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

18/03/2013

- **Publicar marco regulatório e planos de ação para controle e monitoramento das 10 principais espécies sinantrópicas consideradas nocivas e promotoras de risco**

Análise Situacional da Meta

Autorizado junto a Infraero 11 Planos de manejo para controle de fauna em situação problema nos aeroportos do Brasil. Foram realizadas reuniões técnicas com MAPA e EMBRAPA para elaboração de normativa e procedimentos padrões para o controle da espécie Sus Scrofa (Javali) em território nacional.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

18/03/2013

- **Regulamentar o uso sustentável e propor medidas de recuperação das populações das principais espécies pesqueiras sobre-explotadas**

Análise Situacional da Meta

Em reuniões com o MMA e MPA, foram discutidos e propostos os critérios e padrões, normas e procedimentos para o ordenamento:- da pesca praticada com o emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul (INI Nº12, de 22 de agosto de 2012);

- da pesca do camarão-rosa da Costa Norte do Brasil (INI ainda não publicada);

- desembarque, o transporte, o armazenamento e a comercialização de tubarões e raias (INI Nº14, de 26 de novembro de 2012);

- da moratória, por um período de três anos, nas águas jurisdicionais brasileiras, a captura da espécie (Epinephelus itajara), conhecida popularmente por mero, canapú, bodete, badejão, merete e merote (INI Nº13, de 16 de outubro de 2012);

- de áreas proibidas à captura do pargo entre o limite norte do Estado do Amapá até a divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe (Foz do Rio São Francisco), em águas mais rasas que 50 (cinquenta) metros de profundidade (INI Nº08, de 8 de junho de 2012);

- para definição dos períodos de andada do caranguejo-uçá nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (INI ainda não publicada)

- **Revisar e publicar normas legais relativas ao uso sustentável da fauna silvestre**

Análise Situacional da Meta

Foi formado Grupo de Trabalho para elaboração da Lista das espécies silvestres nativas que poderão ser criadas e comercializadas como animais de estimação. Atualmente a normativa encontra-se disponibilizada para consulta pública antes da publicação.

OBJETIVO: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente



Análise Situacional do Objetivo

Segundo dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, 16,9% da área terrestre e 1,5% da área marinha (mar territorial e zona econômica exclusiva) estão protegidos por unidades de conservação federais, estaduais, municipais e particulares (CNUC/MMA, dados consolidados em 12/12/2012). Na área terrestre, estima-se que essa proteção seja de 26,2% no bioma Amazônia, 7,4% no bioma Caatinga, 8,2% no bioma Cerrado, 8,9% no bioma Mata Atlântica, 2,7% no bioma Pampa e 4,6% no bioma Pantanal.

No ano de 2012, o Governo Federal ampliou de 310 para 312 o número de unidades de conservação – UC federais, por meio da criação do Parque Nacional da Fumaça (8.517 ha), no Rio Grande do Norte, e da Reserva Biológica de Bom Jesus (34.179 ha), no Paraná. Além disso, foram ampliadas mais quatro UC, o Parque Nacional do Descobrimento (BA), Parque Nacional dos Campos Amazônicos (AM, RO e MT), Floresta Nacional de Goytacazes (ES) e Floresta Nacional de Araripe-Apodi (CE).

Como parte das ações para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC foi ampliada no ano de 2012 a captação de recursos financeiros para o Sistema. Recentemente, o Brasil teve o projeto “Sistemas representativos e efetivos de áreas costeiras e marinhas protegidas” - GEF-MAR aprovado junto ao Conselho do GEF (Global Environmental Facility Fund), no valor de US\$ 116 milhões. Este projeto, que deverá iniciar-se em 2013, é o primeiro voltado à conservação do ambiente marinho realizado em escala nacional e é parte de uma sequência de compromissos assumidos pelo Brasil durante a Rio+20 e no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica para a conservação dos oceanos. Para a conservação da área terrestre, o Brasil teve também o projeto “Consolidação do SNUC e proteção da fauna e flora” – GEF-TER aprovado junto ao Conselho do GEF, no valor de US\$ 160,8 milhões. Este projeto terá foco nos biomas menos representados no SNUC, quais sejam: a Caatinga, o Pampa e o Pantanal.

Essas iniciativas já foram concebidas de maneira integrada para melhor execução dos recursos financeiros destinados ao SNUC, e em 2013 a execução dessas e de outras iniciativas serão unificadas com recursos provenientes da Plataforma Lifeweb, criada no âmbito da CDB com o objetivo de facilitar a implementação efetiva dos compromissos relativos à agenda de áreas protegidas assumidos no âmbito da convenção. A manifestação de interesse encaminhada pelo Governo Brasileiro, no âmbito dessa iniciativa, propõe a captação de até US\$ 110 milhões.

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA iniciou seu Plano de Investimentos em 2012 para a sua segunda fase (2010/2015). Nessa fase a meta é apoiar a criação de 13,5 milhões de hectares de UC e a consolidação de 32 milhões de hectares em UC, bem como ampliar a capitalização do Fundo de Áreas Protegidas - FAP em US\$ 70 milhões.

Para orientar ações de conservação no território brasileiro, como a criação de novas unidades de conservação, recuperação florestal e educação ambiental, está sendo revisado o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira. No ano de 2012, foi finalizado o exercício para o bioma Cerrado, e no ano de 2013, objetiva-se revisar as prioridades dos demais biomas e da área marinha. Especificamente em relação à área marinha, foram identificadas áreas críticas para espécies ameaçadas marinhas no processo de ordenamento da pesca de emalhe na zona econômica exclusiva brasileira.

Em relação a outras medidas que visam promover a conservação e uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade, o Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU) tem se preocupado em aumentar o número de áreas protegidas designadas como Sítios de Importância Internacional - Sítios Ramsar, como ocorrido este ano com a aprovação da designação do Parque Nacional do Cabo Orange, no Amapá. Com essa indicação, o Brasil passará a abrigar 12 Sítios Ramsar, totalizando mais de 6,5 milhões de hectares de área. A introdução dessas zonas úmidas na Lista da Convenção de Ramsar faculta ao Brasil a obtenção de apoio ao desenvolvimento de pesquisas, o acesso a fundos internacionais para o financiamento de projetos e a criação de um cenário favorável à cooperação internacional para o adequado uso das áreas úmidas, que somente é possível através da relação entre as gestões de meio ambiente e de recursos hídricos.

Em adição, o CNZU aprovou este ano a Recomendação CNZU nº 05/2012, que elenca áreas protegidas a serem indicadas como potenciais Sítios Ramsar, e estabelece a meta de designação de pelo menos dez novos Sítios Ramsar no prazo de cinco anos. Em 2013, é possível que a designação de novos Sítios Ramsar seja acima da meta estabelecida para 2015.



Em atendimento às recomendações da comissão técnica de manguezais vinculada ao CNZU, para 2013 está previsto o apoio a iniciativas de conservação e uso sustentável dos manguezais como parte de projetos-piloto. Em 2012 foram realizadas ações para conservação de manguezais, como a distribuição de materiais didáticos.

Metas 2012-2015

• Adequar as instalações dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio

Análise Situacional da Meta

Realizadas discussões em 2012 referentes à atuação dos centros no âmbito dos Planos de Ação Nacionais para Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção, com reflexos diretos para as definições de adequação das suas instalações físicas. Os recursos disponibilizados em 2012 não foram suficientes para o avanço nas adequações dos Centros de Pesquisa do Instituto.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

• Atualizar o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, para todos os biomas, incluindo a zona costeira e marinha

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foi finalizada a atualização das áreas e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade dos biomas Cerrado e Pantanal. Para o bioma Caatinga foi iniciado o processo de contratação de pessoa jurídica que irá realizar o trabalho técnico sob coordenação do MMA. Para o bioma Mata Atlântica, foram realizados estudos que subsidiarão a atualização das áreas prioritárias para este bioma. Ainda há necessidade de se iniciar os estudos para o bioma Pampa e Amazônia. A meta alcançada em 2012 está dentro do esperado. Espera-se que até o final de 2015 teremos todos os biomas e zona costeira e marinha com seus mapas de áreas prioritárias elaborados e divulgados.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

18/03/2013

• Avaliar o estado de conservação em 40 Unidades de Conservação Federais

Análise Situacional da Meta

Para o caatinga foram avaliadas três unidades de conservação federais, por meio da captação de recursos externos, com os quais foi possível implementar um programa de monitoramento de biodiversidade. Entretanto, faz-se necessário estruturar adequadamente o programa para promover avanços mais significativos. Para a Mata Atlântica, a previsão inicial para 2012 era de garantir a manutenção do programa em quatro UCs federais, sendo possível realizar três.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	12	unidade	0	03/12/2012
Bioma Caatinga	7	unidade	3	03/12/2012
Bioma Cerrado	7	unidade	0	03/12/2012
Bioma Mata Atlântica	6	unidade	3	03/12/2012
Zona costeira e marinha	8	unidade	0	03/12/2012



- **Designar 5 sítios de zonas úmidas de importância internacional na Lista de Ramsar**

Análise Situacional da Meta

Em maio, o Comitê Nacional de Zonas Úmidas aprovou a Recomendação CNZU nº 05 que dispõe sobre critérios para designação de Sítios Ramsar e elenca 31 Áreas Protegidas a serem indicadas como potenciais Sítios de Importância Internacional - Sítios Ramsar. A Recomendação referendou a Meta do Programa 2018 de criar 2 Sítios Ramsar por ano. Em julho, o MMA enviou aos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, bem como ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, a referida Recomendação com as 31 Áreas Protegidas elencadas, solicitando a indicação das Unidades de Conservação listadas na Recomendação para designio como Sítio Ramsar. Em outubro, o Governo do Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, manifestou candidatura das duas Unidades de Conservação do Estado do Mato Grosso arrolados na Recomendação nº 05 - Parque Estadual do Araguaia e Refúgio de Vida Silvestre - para posterior envio ao CNZU.

Em novembro, o ICMBio sinalizou o interesse em incluir as 20 Unidades de Conservação listadas na recomendação para candidatura à designação como Sítios Ramsar. Após a comunicação, foram iniciadas tratativas entre a SBF/MMA e o ICMBIO, no sentido de acelerar e viabilizar a indicação e designio das 20 Unidades de Conservação Federais listadas na Recomendação CNZU nº 05.

Ainda em novembro, na 11ª Reunião Ordinária do CNZU foi concluído e aprovado o processo de indicação do Parque Nacional do Cabo Orange como novo Sítio a ser designado junto à Convenção de Ramsar. A referida Unidade de Conservação Federal foi a primeira a ser indicada com base na lista da Recomendação nº 05 supracitada.

No primeiro semestre de 2013, pretende-se organizar uma oficina ampliada entre SBF/MMA, ICMBio, os 11 Sítios Ramsar já designados, Parna Cabo Orange e as demais Unidades de Conservação listadas na Recomendação nº05 do CNZU (19 Ucs) com vistas a acelerar o processo de designio de novos Sítios.

Existe alta possibilidade de serem designados, em 2013, número de novos Sítios Ramsar acima da meta estabelecida para 2015.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

18/03/2013

- **Elaborar o programa nacional para a conservação dos recifes de coral e de ecossistemas marinhos**

Análise Situacional da Meta

A Comissão Técnica de recifes de coral foi criada no âmbito do Comitê Nacional Zonas Úmidas para a elaboração do programa nacional para conservação de recifes de coral e de ecossistemas marinhos, com a primeira reunião de instalação ocorrida em novembro de 2012. As ações do programa nacional de monitoramento de recifes de coral tiveram continuidade no ano de 2012. Além disso, trabalha-se na elaboração de um programa de monitoramento em áreas de manguezal e costões rochosos, coadunados ao programa de monitoramento de recifes de coral e espécies ameaçadas já existentes. Esse trabalho ainda encontra-se em sua fase inicial de elaboração.

- **Estruturar 30 Unidades de Conservação Federais para visitação e uso público**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, o ICMBio investiu na capacitação das equipes para a gestão do uso público e na consolidação de parcerias para a implementação do uso público nas UC, além do estudo das Parcerias-Público Privadas e a delegação de serviços de apoio à visitação.

Em relação à estruturação física das UC para o uso público, adotou-se a estratégia de priorizar 17 unidades para investimento (com recursos de parceiros, compensação ambiental etc.), focando naquelas que terão sua rotina de visitação alterada pelos grandes eventos que ocorrerão no país (Copa das Confederações, Copa do Mundo etc.).

Quantidade alcançada

17

Data de Referência



29/11/2012

• Fomentar 90 projetos de pesquisa de manejo em Unidades de Conservação Federais**Análise Situacional da Meta**

O ICMBio define anualmente suas linhas prioritárias de pesquisa e, por meio de edital interno, seleciona projetos a serem apoiados no ano seguinte. No ano de 2012, 49 projetos foram apoiados principalmente com recursos captados externamente. A expectativa é conseguir aumentar gradativamente o número de projetos apoiados, tanto com recursos orçamentários quanto com recursos externos, e assim, até 2015, apoiar anualmente 90 projetos.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

18/03/2013

• Implantar estrutura de apoio à pesquisa em 20 Unidades de Conservação Federais**Análise Situacional da Meta**

Em 2012 foram alavancados projetos de melhoria de estruturas para pesquisa em 05 UCs federais por meio dos recursos oriundos da Compensação Ambiental (projeto do gasoduto Cacimbas-Catu). Os projetos ainda não foram concluídos e por isto aguardam o registro do resultado.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

03/12/2012

• Implantar reservas genéticas para a conservação in situ de variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas em 4 Unidades de Conservação**Análise Situacional da Meta**

A Meta visa promover a integração das estratégias de conservação da biodiversidade em Unidades de Conservação com a conservação in situ de recursos genéticos em Reservas Genéticas. Além de integrar as ações de conservação da biodiversidade com aquelas de conservação dos recursos genéticos, essa integração visa garantir, de forma permanente, a conservação, em condições in situ, dos recursos genéticos, com ênfase para os parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas, a exemplo dos gêneros *Anacardium*, *Arachis*, *Cedrela*, *Manihot*, *Passiflora* e *Solidago*. Da mesma forma, tem como objetivo ampliar a percepção, por parte dos diversos segmentos da sociedade, sobre a importância de manutenção de grandes áreas para a conservação in situ da biodiversidade. Essa estratégia pode ser decisiva para a integração dos esforços de conservação da biodiversidade e dos recursos genéticos, além de ser um fator fundamental para aproximar as políticas de conservação da biodiversidade com a de recursos genéticos.

Esse sistema pode ser aplicado com vantagens para muitas espécies, tanto arbóreas, quanto arbustivas ou herbáceas. Prioritariamente, a implantação de uma rede de reservas genéticas deve ser orientada para espécies de valor econômico já conhecido, bem como para espécies raras e/ou ameaçadas de extinção. Atenção especial deve ser dada às espécies para as quais não se dispõem de metodologias seguras para a conservação ex situ.

Os custos de implantação de Reservas Genéticas serão consideravelmente reduzidos, pois se valerão da infraestrutura disponível nas UCs. Por outro lado, ao identificar, caracterizar e avaliar as populações das espécies de reconhecido valor, as Reservas Genéticas evidenciarão o valor científico do patrimônio genético presente nessas UCs, ampliando sua utilização em prol da sociedade, uma vez que essa integração propiciará a conservação concomitante da diversidade biológica e da variabilidade genética das espécies.

Vale ressaltar que os objetivos da conservação da biodiversidade em Unidades de Conservação e aqueles relacionados à conservação de recursos genéticos em Reservas Genéticas são convergentes. A integração desses dois sistemas fortalece a manutenção das Unidades de Conservação, ao contrário de fragilizá-las. Portanto, as vantagens são recíprocas.

Nesse período foi iniciado um amplo processo de articulação com o Instituto Chico Mendes para a Conservação da



Biodiversidade, que tem a competência para gerir as UCs federais. Ao mesmo tempo, foram realizadas várias contatos e reuniões com pesquisadores da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, bem como com integrantes da Embrapa Sede, com vistas à definição das espécies que poderão integrar a primeira Reserva Genética. Em princípio, estão sendo consideradas Unidades de Conservação localizadas no Bioma Cerrado, particularmente no Distrito Federal ou Estado de Goiás.

A meta inicial é obter dados e informações para viabilizar a criação de, pelo menos, uma reserva genética até novembro de 2013. Recursos financeiros do GEF-Cerrado, foram disponibilizados para contribuir com o avanço dessa iniciativa.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

- **Implementar instrumentos de gestão de conflitos em 40 Unidades de Conservação Federais com áreas de sobreposição com territórios de povos e comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram implementados em 06 Unidades de Conservação, 07 (sete) novos instrumentos de gestão de conflitos (Sendo estes 6 termos de compromisso com comunidades tradicionais e 1 termo de conciliação entre FUNAI e ICMBio envolvendo terra indígena). A formulação destes instrumentos tornou-se mais eficiente devido a publicação de Instrução Normativa em 2012 sobre o tema e publicação de Decreto que versa sobre sobreposições entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas. A previsão é de atingimento da meta proposta até 2015.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

18/03/2013

- **Incorporar 10 milhões de hectares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram criados 139.574 hectares de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais e particulares, totalizando 12 UC, de acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (MMA). Até a data de apuração, estavam protegidos por unidades de conservação, 26,2% do bioma Amazônia, 7,4% do bioma Caatinga, 8,2% do bioma Cerrado, 8,9% do bioma Mata Atlântica, 2,7% do bioma Pampa e 4,4% do bioma Pantanal.

Quantidade alcançada

139.574

Data de Referência

18/03/2013

- **Instituir 131 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais**

Análise Situacional da Meta

Foram instituídos 64 Conselhos Gestores desde a elaboração do PPA (36 conselhos em 2011 e 28 conselhos em 2012). Nos próximos três anos serão instituídos 67 novos conselhos.

Quantidade alcançada

64

Data de Referência

18/03/2013

- **Publicar 58 Planos de Manejo para Unidades de Conservação Federais situadas em áreas com prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade e sob alta pressão antrópica**

Análise Situacional da Meta

As metas estão sendo cumpridas dentro do planejamento estabelecido. Foram publicados 11 planos de manejo de unidades de conservação, nos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica, e na zona costeira e marinha.

**Quantidade alcançada**

11

Data de Referência

18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	34	unidade	6	29/11/2012
Bioma Caatinga	2	unidade	0	29/11/2012
Bioma Cerrado	8	unidade	1	29/11/2012
Bioma Mata Atlântica	10	unidade	2	29/11/2012
Zona costeira e marinha	4	unidade	2	29/11/2012

- **Realizar um Inventário do Patrimônio Espeleológico Nacional com revisões anuais**

Análise Situacional da Meta

A meta proposta visa atender a Meta 1, do Componente 1, do Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico (Portaria MMA 358/09) através das ações realizadas no âmbito do Projeto Inventário anual do Patrimônio Espeleológico Nacional. Em 2012 o projeto inventariou 389 cavidades, localizadas em 5 estados brasileiros, totalizando 747 cavernas, o equivalente a 7% das cavidades inseridas na Base de dados Geoespacializados do Cecav.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

18/03/2013

- **Regularizar 10 Unidades de Conservação Federais com concessão de Direito Real de Uso de terras públicas**

Análise Situacional da Meta

Foram regularizados 5 unidades de conservação federais com concessão de direito real de uso de terras públicas, nos biomas Amazônia e Mata Atlântica.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	8	unidade	3	29/11/2012
Bioma Mata Atlântica	2	unidade	2	29/11/2012

- **Regularizar 200.000 hectares de terras privadas localizadas no interior de Unidades de Conservação Federais ao patrimônio do ICMBio**

Análise Situacional da Meta

Dos 16.400 hectares (ha) regularizados, 11.500 ha foram no Cerrado e 4.900 ha na Mata Atlântica. Dos 11.500 ha no Cerrado, cerca de 9 mil hectares foram obtidos através de doação para compensação de reserva legal, onde os recursos institucionais foram utilizados para as atividades de vistoria dos imóveis e instrução dos processo de doação.

Quantidade alcançada

16.400

Data de Referência

18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	115.000	unidade	0	29/11/2012
Bioma Caatinga	20.000	unidade	0	29/11/2012
Bioma Cerrado	35.000	unidade	11.500	29/11/2012
Bioma Mata Atlântica	30.000	unidade	4.900	29/11/2012



- Sinalizar e demarcar o perímetro de 40 Unidades de Conservação Federais

Análise Situacional da Meta

Foram executadas em 2012 3 demarcações com recursos de fontes externas (PNUD).

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	15	unidade	3	29/11/2012
Bioma Caatinga	5	unidade	0	29/11/2012
Bioma Cerrado	5	unidade	0	29/11/2012
Bioma Mata Atlântica	15	unidade	0	29/11/2012

PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número anual de focos de calor	unidade	31/12/2010	126.941	20/11/2012	163.434
Participação da produção de base florestal na economia nacional	%	30/12/2008	1,6	31/12/2009	1,5
Taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal	km²	31/08/2010	6.451	01/08/2012	4.656
Taxa anual de desmatamento no bioma Caatinga	km²	31/12/2009	1.921	31/12/2009	1.921
Taxa anual de desmatamento no bioma Cerrado	km²	31/12/2009	7.637	31/12/2010	6.469
Taxa anual de desmatamento no bioma Mata Atlântica	km²	31/12/2008	457	31/12/2009	248
Taxa anual de desmatamento no bioma Pantanal	km²	31/12/2008	713	31/12/2009	188
Taxa anual de desmtamento no bioma Pampa	km²	31/12/2008	363	31/12/2009	331

Observações:

Número anual de focos de calor - O índice de referência corresponde à média anual de focos de calor obtida para o período 2006-2010. O valor apurado para acompanhamento em novembro de 2012 corresponde ao número de focos de calor para o ano de 2012. Fonte: CPTEC/INPE.

Participação da produção de base florestal na economia nacional - Participação % das Classes e Atividades no Valor Adicionado a Preços Básicos (produtos de madeira, exclusive móveis + celulose e produtos de papel + móveis e produtos das indústrias diversas) = $0,3+0,5+0,7 = 1,5$

OBJETIVO: 0476 - Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Quanto ao monitoramento da cobertura da terra, o Programa 2036 cumpriu todas as metas previstas para a área de florestas da Amazônia Legal, que praticamente cobre o bioma Amazônia. Foram feitas as etapas do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES) previstas para o ano, consolidação do mapeamento de 2011 em abril de 2012 e estimativa da taxa de desmatamento de 2012 em novembro.

O Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (DETER) continua operando diariamente, com a indicação de tamanho e localização de novos desmatamentos enviadas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) para serem utilizadas em suas operações de fiscalização e controle do desmatamento ilegal. O Programa ainda opera o levantamento das áreas de degradação florestal (DEGRAD) e extração de madeira por corte seletivo (DETEX) dentro do planejado. Apoiar também a iniciativa do Centro Regional da Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) de mapear o uso da terra nas áreas desmatadas da Amazônia Legal (Projeto TerraClass). Intensa interação foi mantida com as instituições ligadas ao Plano de Ação para Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

Quanto ao tema do fogo na vegetação, os objetivos estão sendo cumpridos conforme previsto. Contatos mais estreitos com o PrevFogo/Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) tiveram impacto positivo no uso efetivo



dos dados gerados pelo INPE.

Metas 2012-2015

- **Expandir a área de monitoramento do desmatamento, da cobertura da terra e do impacto do fogo para todo território nacional**

Análise Situacional da Meta

O monitoramento dos focos de queima da vegetação cobre todos os biomas e a análise do impacto do fogo está prevista para ser desenvolvida em 2013.

O monitoramento da cobertura da terra abrangeu, por contrato, a Amazônia Legal. O monitoramento da cobertura da terra dos demais biomas pelo INPE ainda não foi iniciado em razão da disponibilidade de recursos.

Foram gerados todos os produtos operacionais previstos para monitoramento do fogo e do risco de incêndios, os quais são apresentados e distribuídos em <http://www.inpe.br/queimadas>.

Todos os produtos de monitoramento da Amazônia Legal foram realizados e divulgados nas páginas www.obt.inpe.br/prodes e www.obt.inpe.br/deter.

- **Implementar o módulo online de emissão de autorizações de queima controlada do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo)**

Análise Situacional da Meta

Todo o Sisfogo está em construção pela fábrica de softwares contratada pelo Ibama. Para o primeiro semestre de 2013 está prevista a entrega da estrutura de cadastro de usuários, do gerenciamento dos perfis de acesso ao sistema e o mapeamento de processo de todos os módulos do Sisfogo, incluindo o de emissão de queima controlada. Esse módulo de Emissão de Autorização de Queima Controlada tem o início de construção previsto para o segundo semestre de 2013.

- **Implementar sistemas de cadastro de alvos para fiscalização (polígonos de desmatamento a serem fiscalizados)**

Análise Situacional da Meta

O sistema de cadastro de alvos para polígonos de desmatamento está funcionando. Melhorias no sistema ainda são necessárias e serão perseguidas. Os polígonos são acessíveis via serviço (Web Feature Service - WFS) segundo os padrões OGC através dos endereços abaixo:

siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_AC/MapServer/WFSServer
siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_AP/MapServer/WFSServer
siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_AM/MapServer/WFSServer
siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_RO/MapServer/WFSServer
siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_PA/MapServer/WFSServer
siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_MT/MapServer/WFSServer
siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_RR/MapServer/WFSServer
siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_TO/MapServer/WFSServer
siscom.ibama.gov.br/siscom/services/DETER_MA/MapServer/WFSServer

- **Implementar sistemas de monitoramento de áreas embargadas**

Análise Situacional da Meta

O sistema de monitoramento de áreas embargadas está na fase inicial de desenvolvimento. Um piloto será executado no primeiro semestre de 2013 no estado do Acre, para avaliar como implantar o sistema em todo o país.

OBJETIVO: 0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle,



em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O ano de 2012 foi marcado pelas discussões em torno da publicação do novo Código Florestal (Lei 12.651 de 25/05/2012).

No que diz respeito ao fomento da gestão florestal, em 2012 foram lançadas 9 chamadas Públicas de Projetos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) com foco em assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal comunitário, familiar e de uso múltiplo, na promoção do uso sustentável de recursos florestais, no fortalecimento do manejo comunitário na Caatinga, inclusive polos industriais, e em atividades florestais sustentáveis na Amazônia. Outro instrumento de fomento aprimorado diz respeito ao Fundo Estratégico Clima que contempla o Programa de Investimento Florestal (FIP) com foco no Bioma Cerrado.

Com relação à geração e disponibilização de informações florestais, o Inventário Florestal Nacional do Brasil (IFN-BR) vem se consolidando como um importante instrumento de monitoramento da qualidade das florestas brasileiras. O IFN-BR consiste na coleta sistemática de dados biofísicos e socioambientais de campo a cada cinco anos, em todo território nacional. Com a implementação do IFN-BR serão geradas informações periódicas sobre as florestas naturais e plantadas, sua composição, diversidade, extensão, dinâmica e estoques de madeira, biomassa e carbono. Em 2012, foram iniciados os trabalhos do IFN no Ceará, Sergipe, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e concluídos os trabalhos do IFN em Santa Catarina e Distrito Federal. Para o ano de 2013, serão iniciadas as atividades do IFN nos estados da Amazônia e do Cerrado.

O Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF), disponível no sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro (www.florestal.gov.br/snif), é uma plataforma que concentra dados sobre as florestas e o setor florestal brasileiro, com ênfase nas informações sobre os aspectos socioeconômicos, ensino, pesquisa e gestão florestal. Em 2012, seus dados foram atualizados, e serviram de base para a produção de mais uma versão do livro de bolso "Florestas do Brasil em Resumo" e para a elaboração do Relatório Nacional para a 10ª Seção do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas. No que tange à gestão, as principais dificuldades encontradas se relacionaram à contratação de empresa especializada em desenvolvimento de sistemas de informação, o que tomou todo o ano. No ano de 2013, espera-se consolidar o SNIF como um instrumento de planejamento e transparência da gestão pública florestal, através de investimentos em tecnologia da informação e construção de parcerias institucionais.

A respeito do Portal Nacional da Gestão Florestal (PNGF), que é uma das bases de dados mais importantes que compõem o SNIF, foram capacitados representantes dos estados da região Sudeste e Centro-Oeste para alimentação da base de dados e realizou-se a integração do sistema Documento de Origem Florestal do Ibama. Espera-se que em 2013 essa plataforma funcione com melhor desempenho e os órgãos do SISNAMA estejam aptos a complementar e atualizar as suas informações para a produção de estatísticas sobre a gestão florestal do país.

O aperfeiçoamento de dados espaciais proporcionou disponibilizar informações do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) por meio de mapas interativos que possibilitam consultas e download dos dados (<http://geo.florestal.gov.br> ou <http://mapas.florestal.gov.br>).

Metas 2012-2015

- **Apoiar, por instrumentos de fomento florestal, 400 atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável**

Análise Situacional da Meta

A estratégia para alcance da meta perpassa pelo lançamento de Chamamentos Públicos. Em 2012 foram lançadas 9 Chamadas Públicas de Projetos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e 77 projetos foram aprovados.

Quantidade alcançada

77

**Data de Referência**

05/12/2012

• Autorizar manejo sustentável de uso múltiplo em 400.000 hectares**Análise Situacional da Meta**

Desde a descentralização da gestão florestal em 2006, a responsabilidade pela autorização para manejo sustentável de uso múltiplo passou ser compartilhada entre IBAMA e outros órgãos do SISNAMA.

A partir da publicação da Lei Complementar nº 140/2011, de 08/12/2011, compete ao IBAMA: aprovar o manejo e a supressão de vegetação, de florestas e formações sucessoras em: a) florestas públicas federais, terras devolutas federais ou unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APA); b) atividades ou empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pela União, c) exploração de florestas e formações sucessoras que envolvam manejo de espécies do anexo II da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES; d) manejo de florestas ou formações sucessoras em áreas superior a 50 mil hectares e manejo de florestas ou formações sucessoras em imóveis rurais que abranjam 2 ou mais Estados em processos cujo licenciamento havia se iniciado antes da vigência da LC nº140/2012.

Em 2012, levando-se em conta somente o IBAMA, autorizou-se o manejo sustentável de uso múltiplo em 43.300 hectares.

Quantidade alcançada

43.300

Data de Referência

07/01/2013

• Elaborar programas florestais em 27 unidades da federação**Análise Situacional da Meta**

Deve-se ressaltar que são os próprios Estados que elaboram seus programas florestais. O MMA está apoiando as unidades federativas na normatização da gestão florestal por meio de acordos de cooperação, capacitação e outras atividades.

Em 2013, no processo de revisão do PPA 2012-2015, o título desta meta passará a ser "Apoiar a elaboração de programas florestais em 27 unidades da federação."

• Firmar acordos de cooperação técnica para a gestão florestal compartilhada com as 27 unidades da federação**Análise Situacional da Meta**

Foram realizadas tratativas para firmar os Acordos de Cooperação para Gestão Florestal com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMA) de todos os Estados da Federação (exceto MA e RS, que já haviam firmado os referidos acordos ainda no ano de 2011). A publicação da Lei Complementar nº 140/2011, em 08/12/2011, que consagrou a descentralização da gestão florestal, bem como as expectativas em torno da publicação do novo "Código Florestal" e sua materialização com a publicação da Lei 12.651/2012, em 25/05/2012, ensejaram a reavaliação técnica e jurídica das minutas de acordo, com vistas a posterior assinatura. No período manteve-se o treinamento e apoio técnico aos OEMAs para as atividades e ações de competência dos Estados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

07/01/2013

• Implementar o inventário florestal nacional em 27 unidades da federação**Análise Situacional da Meta**

O IFN vem sendo coordenado pelo Serviço Florestal Brasileiro através de parcerias com os governos estaduais. Em 2012, foram iniciados os trabalhos do IFN no Ceará, Sergipe, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e concluídos os trabalhos em Santa Catarina e Distrito Federal.

Para o ano de 2013, serão iniciadas as atividades do IFN nos estados que apresentam o bioma Amazônia e Cerrado

**Quantidade alcançada**

2

Data de Referência

16/11/2012

OBJETIVO: 0229 - Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

As florestas brasileiras, distribuídas por seis biomas com características particulares, ocupam aproximadamente 516 milhões de hectares, cerca de 61% do território brasileiro, e desempenham importantes funções sociais, econômicas e ambientais.

Em 2012, foi sancionada a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, alterada pela Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e revoga a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instituiu o Código Florestal brasileiro. Essa nova Lei Florestal traz disposições legais que buscam conciliar produção florestal, produção agrícola, proteção ambiental e sustentabilidade em um quadro social inclusivo.

A Lei nº 12.651/2012 traz maior segurança jurídica ao proprietário rural e autoriza a instituição de novos instrumentos de apoio e incentivo para impulsionar a recuperação de áreas degradadas e a conservação florestal no país. Dentre esses instrumentos destacam-se o Cadastro Ambiental Rural (CAR), os Programas de Regularização Ambiental (PRAs) de imóveis rurais e o Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente. O Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, regulamenta o CAR e estabelece normas de caráter geral aos PRAs.

Metas 2012-2015

- **Estabelecer, para cada bioma, metodologia de recuperação de áreas degradadas e as respectivas análises econômicas**

Análise Situacional da Meta

Foi iniciado o processo de regulamentação da nova Lei Florestal. Em 2013, o Governo Federal estará empenhado em apresentar novas propostas de regulamentação da Lei nº 12.651/2012 e em coordenar programas e projetos para implementação da nova Lei Florestal, em parceria com instituições públicas e sociedade civil, com ênfase no CAR e nos PRAs.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

22/11/2012

- **Implementar 12 novos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) nos biomas brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de promover a recuperação de áreas degradadas, o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Departamento de Florestas (DFLOR) e do Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas (DRB), e o Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF), criaram os Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs). Atualmente, existem sete CRADs: CRAD-Mata Seca, gerido pela Universidade de Montes Claros, o CRAD-UnB, gerido pela Universidade de Brasília (UnB); o CRAD-Alto São Francisco, coordenado pela Universidade Federal de Lavras (UFLA); o CRAD da Caatinga, gerido pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); o CRAD-Baixo São Francisco, administrado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); o CRAD-



Serra Talhada, coordenado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e o CRAD-Oeste Baiano, gerido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Está em negociação a criação de 4 novos CRADs para 2013 nos biomas Pampa, Mata Atlântica e Amazônia.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

22/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	2	unidade	0	31/12/2012
Bioma Caatinga	2	unidade	3	31/12/2012
Bioma Cerrado	3	unidade	3	31/12/2012
Bioma Mata Atlântica	3	unidade	1	31/12/2012
Bioma Pampa	1	unidade	0	31/12/2012
Bioma Pantanal	1	unidade	0	31/12/2012

• **Instituir plano nacional de recuperação de áreas degradadas e restauração da paisagem**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, por meio do Programa PROBIO II, irá contratar consultoria especializada para subsidiar tecnicamente a formulação do Plano Nacional. A previsão é que o Plano seja lançado em 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

22/11/2012

• **Promover a recuperação de 20 milhões de hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais**

Análise Situacional da Meta

O Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente firmou convênios com as prefeituras de Engenheiro Paulo de Frontin e Volta Redonda para recuperar 40 hectares de áreas degradadas. A implementação da nova Lei Florestal deve acelerar a execução desta meta.

Quantidade alcançada

40

Data de Referência

22/11/2012

OBJETIVO: 0231 - Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Esse objetivo está inserido no âmbito da Operação Arco Verde – OAV (Decreto nº 7.008/2009), que foi instituída como estratégia do Eixo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm, com o objetivo de promover modelos produtivos sustentáveis nos municípios considerados prioritários para o controle e a redução do desmatamento na Amazônia Legal. A coordenação da OAV é exercida pela Casa Civil da Presidência da República e o Ministério do Meio Ambiente tem a função de Secretaria Executiva.

A implantação da OAV depende de intensa mobilização dos órgãos federais envolvidos e da articulação com os governos subnacionais. O desafio da implementação no ano de 2013 será reintegrar as políticas para o controle do desmatamento



nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

Em relação à implementação de instrumentos de pagamento por serviços ambientais, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com outros ministérios, vem acompanhando a tramitação e os debates em torno das iniciativas de projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional.

Metas 2012-2015

- **Elaborar diagnóstico e estratégias de intervenção em 5 cadeias produtivas (carne, soja, madeira, piscicultura, carvão) nos municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento, incorporando a variável ambiental**

Análise Situacional da Meta

Na ação de “Fortalecimento das Cadeias Produtivas Sustentáveis” da Operação Arco Verde – OAV foram realizadas reuniões municipais visando a elaboração de um plano de trabalho com identificação das cadeias e/ou sistemas de produção com potencial catalisador do desenvolvimento regional em 29 (vinte e nove) municípios prioritários.

No fomento às atividades sustentáveis nos municípios prioritários da Operação Arco Verde em 2012 foi dada continuidade à implementação das ações apoiadas pelos recursos provenientes do Termo de Cooperação entre Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cujo objetivo é executar ações que incentivem a adoção de um modelo de promoção de inclusão produtiva e de desenvolvimento econômico sustentável nos municípios abrangidos pela Operação Arco Verde, por meio de:

- Convênio com o Município de Marabá/PA com o objetivo de fortalecer as micro e pequenas empresas moveleiras do município;
- Convênio com o Município de Paragominas/PA com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do município gerando emprego e renda no segmento de marcenarias de micro e pequeno porte, buscando consolidar alteração da matriz produtiva do município;
- Convênio com o Município de Juína/MT com o objetivo de reorientar unidades produtivas, individuais e/ou coletivas, com a introdução de novos sistemas de produção, através da implantação de unidades demonstrativas de sistemas agroflorestais irrigados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Propor instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais em áreas críticas para a prevenção e controle do desmatamento**

Análise Situacional da Meta

Tramita no Congresso Nacional o substitutivo ao Projeto de Lei nº 792 de 2007, que dispõe sobre a definição de serviços ambientais e dá outras providências. O Ministério do Meio Ambiente vem acompanhando a tramitação do Projeto no Legislativo e trabalhando com o Governo Federal como um todo para construir e aprimorar os dispositivos de PSA associados ao PL.

Importante lembrar que a temática PSA está presente na nova lei florestal (Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012), que prevê expressamente a existência de dispositivos associados a incentivar a conservação do meio ambiente que incluem PSA, em seu Art. 41. Desse modo, com a aprovação da Lei nº 12.651/2012, o Poder Executivo Federal brasileiro foi autorizado a instituir um programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, envolvendo pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais.

OBJETIVO: 0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.



Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

As ações de apoio ao manejo florestal comunitário tiveram como principais parceiros, além das secretarias afins do Ministério do Meio Ambiente, o ICMBio, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário, por serem os órgãos responsáveis pela gestão das áreas onde se desenvolvem as ações de manejo florestal comunitário e responsáveis pela execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) para esses produtores. Em 2012 foram executadas ações de assistência técnica e capacitação, pré-requisitos para promover o a ampliação da área sob manejo florestal comunitário na Amazônia e na Caatinga.

Ao permitirem o desenvolvimento de capacidades locais para o manejo sustentável e assessoria direta para o desenvolvimento organizacional, produtivo e econômico dos empreendimentos comunitários, as atividades contribuem diretamente para o fortalecimento de atividades econômicas de base florestal, com inclusão e aumento de renda. No cômputo geral se obteve grande avanço com as chamadas de Assistência Técnica voltadas especificamente para o manejo florestal comunitário tanto em unidades de conservação, quanto assentamentos e a inserção da temática nas chamadas voltadas para agricultores familiares, especialmente na amazônia e caatinga.

Entre as dificuldades encontradas no âmbito desta política, destacam-se os desafios de articulação para construção das propostas conjuntas entre os órgãos e a relativa escassez de pessoal.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 200 Técnicos em boas práticas de manejo de espécies de produtos florestais não-madeireiros**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 houve várias reuniões entre a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) com apoio da Sociedade Alemã para Cooperação Internacional (GIZ), na perspectiva de elaboração de uma proposta de capacitação a distância em boas práticas de manejo de espécies florestais não madeireiras, voltada a técnicos extensionistas que trabalham com populações extrativistas. A proposta está sendo construída de forma que possa contemplar em uma primeira turma 200 técnicos, e ser replicada posteriormente, contemplando um número maior de técnicos.

Pretende-se concluir a proposta, bem como definir as estratégias para execução da primeira turma, ainda no primeiro semestre de 2013, de forma que a partir do segundo semestre seja possível iniciar a atividade.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 6.000 famílias com a promoção de assistência técnica e extensão rural apropriadas ao manejo florestal comunitário e familiar**

Análise Situacional da Meta

Procedeu-se em 2012 à articulação de diversos órgãos da administração federal, que têm atuação relacionada às populações tradicionais e extrativistas, no sentido de elaborar uma proposta de ATER extrativista para populações de Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais e Projetos de Assentamentos Diferenciados. O edital contendo a proposta foi elaborado por um conjunto de instituições e órgãos (MMA, MDA, ICMBio, INCRA, SFB) e lançado pelo INCRA, em janeiro do corrente ano, o qual coordenará administrativamente os contratos. Deverão ser contemplados por essa ação 26 mil famílias extrativistas e os recursos a serem investidos chegam a R\$ 130 milhões, em um período de 30 meses.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012



• **Elaborar e implementar 4 Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFCs)**

Análise Situacional da Meta

O Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar não foi elaborado em 2012. Sua elaboração em 2013 depende do aprimoramento da articulação entre os órgãos que compõem o Comitê Gestor do Programa.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• **Estabelecer manejo sustentável de 10 produtos da sociobiodiversidade em 34 Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas iniciativas de manejo sustentável com 7 produtos da sociobiodiversidade em 10 Unidades de Conservação no bioma Amazônia, de acordo com a distribuição a seguir: Castanha do Brasil (Flona Saracá-Taquera); Jaborandi (Flona Carajas); Copaíba (Flona Macaúba); Açaí (Resex Rio Cajari e Flona Amapá); Andiroba (Resex Médio Juruá); Buriti (Resex Chapada Limpa); Cacaú Nativo (Resex Arapixi e Resex Médio Purus).

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	6	unidade	7	31/12/2012
Bioma Cerrado	4	unidade	0	31/12/2012

• **Estabelecer normas e diretrizes técnicas para o manejo florestal sustentável de 27 espécies vegetais de produtos florestais não-madeireiros**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborado em 2012 estudo para orientar a adoção de boas práticas de manejo sustentável na obtenção de produtos não madeireiros de algumas espécies florestais. A partir desse estudo, obteve-se o protocolo de boas práticas de manejo das espécies.

Em 2013, com vistas à consolidação e validação desse protocolo, será necessária a realização de Oficinas com a participação dos atores da cadeia produtiva, bem como de pesquisadores e atores governamentais. Dessa forma espera-se conciliar conhecimento tradicional ao conhecimento científico com vistas à aplicação de técnicas sustentáveis para utilização desses recursos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• **Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em 180 mil hectares de Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais**

Análise Situacional da Meta

Atualmente 3 planos de manejo florestal sustentável comunitário estão autorizados e em execução em Reservas extrativistas (Resex) e Florestas naturais federais (Flona), sendo 1 PMFS na Flona Tapajós com área autorizada e sob Contrato de Concessão Real de Uso – CCDRU de 18.785 ha; 1 PMFS na Resex Verde para Sempre com área 18.772 ha e 1 PMFS na Resex Chico Mendes com área de 4.233 ha.

Quantidade alcançada

41.791

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
------------------------	-------	---------	-----------------	------



Bioma Amazônia	175.000	ha	41.791	31/12/2012
Bioma Caatinga	5.000	ha	0	31/12/2012

- **Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em assentamentos do Incra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário em 340 mil hectares**

Análise Situacional da Meta

Os planos de manejo para o Programa Nacional de Crédito Fundiário referem-se a uma área total de 5.159,24 ha com PMFS em Pernambuco e Piauí. Já foi contratado para execução em 2013 mais 7 mil ha, que beneficiam os estados do CE e RN.

As áreas da Caatinga são menores, sendo que a maior parte dessa meta será cumprida pelos PMFS do INCRA para a Amazônia.

Quantidade alcançada

5.159,24

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	300.000	ha	0	31/12/2012
Bioma Caatinga	40.000	ha	5.159,24	31/12/2012

- **Promover o manejo de 5 milhões de hectares de florestas privadas de forma sustentável**

Análise Situacional da Meta

A finalidade da meta é promover (por meio do apoio a projetos, aperfeiçoamento da legislação, e divulgação de práticas sustentáveis) a ampliação da base florestal manejada para a produção madeireira e não-madeireira de forma sustentável e adequada à legislação ambiental, para o atendimento às demandas da sociedade, além da geração de emprego e diversificação da renda.

Nessa ação, os esforços em 2012 concentraram-se na etapa preparatória de formulação de protocolos de boas práticas para o manejo de espécies florestais de diversos biomas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

As concessões florestais no Brasil estão em fase de estruturação e ampliação de escala.

Metas 2012-2015

- **Conceder 3.000.000 hectares de florestas públicas no bioma Amazônia**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 os avanços na estruturação das concessões foram:

- 5 contratos de concessão florestal monitorados - 146.000 hectares
- 2 editais de concessão licitados (em fase final do processo) - 190.000 hectares
- 3 editais elaborados - 1.150.000 hectares

Quantidade alcançada

146.000

Data de Referência

21/12/2012



OBJETIVO: 0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento de alternativas sustentáveis de uso das florestas públicas federais por meio de concessões florestais faz parte do conjunto de ações para a redução das desigualdades regionais e do desmatamento, para o ordenamento da ocupação do território amazônico e para a geração de um ambiente de legalidade do uso das florestas. O reflorestamento com espécies de valor comercial em áreas desmatadas é também uma forma tanto de gerar renda ao produtor rural brasileiro, quanto de combater a desertificação nas regiões semiáridas. Para esse fim, produtores e extensionistas devem ser capacitados para garantir maior produtividade e sustentabilidade ao seu negócio.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a área de florestas plantadas em 6 milhões de hectares**

Análise Situacional da Meta

Ampliou-se em 32.043,00 ha a área de florestas plantadas em 2011.

Os dados foram apurados pela Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) e referem-se à ampliação de 2010 para 2011, já que os dados de 2012 só são disponibilizados em junho/2013.

Quantidade alcançada

32.043

Data de Referência

22/11/2012

- **Ampliar em 1 milhão de hectares das áreas plantadas destinadas ao suprimento de lenha e carvão vegetal do setor industrial**

Análise Situacional da Meta

Não foi possível apurar quantitativamente a meta.

O Serviço Florestal Brasileiro ofertou assistência técnica florestal para a gestão de empreendimentos nos biomas Amazônia e Caatinga para cerca de 3.000 famílias. O Nordeste, em especial, tem 30% de sua matriz energética à base da lenha e do carvão. O governo, com a contribuição relevante do Serviço Florestal Brasileiro, tem convergido esforços para incentivar a oferta sustentável de lenha e o aumento da eficiência energética dos fornos das indústrias, possibilitando vislumbrar um horizonte de inserção econômica do produtor do semiárido, sustentabilidade de polos industriais relevantes e mitigação da desertificação em regiões críticas.

- **Ampliar em 600 mil hectares as florestas plantadas com espécies nativas**

Análise Situacional da Meta

O Inventário Florestal Nacional do Brasil (IFN-BR) encontra-se em fase de implantação. Com sua implementação serão geradas informações periódicas sobre as florestas naturais e plantadas, sua composição, diversidade, extensão, dinâmica e estoques de madeira, biomassa e carbono.

- **Disponibilizar acesso ao crédito florestal a 250 mil pequenos produtores rurais**

Análise Situacional da Meta

O Crédito Rural abrange recursos destinados a custeio, investimento ou comercialização. As suas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil. Essas normas são seguidas por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como bancos e cooperativas de crédito.

Em 2012 não houve apuração do resultado da meta.

OBJETIVO: 0473 - Prevenir e combater incêndios florestais com enfoque nas áreas remanescentes dos biomas



brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Devido à relevância dada à redução das emissões de gases do efeito estufa, em parte consequência das queimadas e dos incêndios florestais, percebeu-se uma maior procura por parte de instituições interessadas na troca de experiências ao PREVFOGO, centro especializado do Ibama no combate e prevenção de incêndios florestais. As discussões sobre Mudanças Climáticas tem sensibilizado a sociedade cada vez mais, o que tem favorecido as iniciativas associadas à prevenção e combate aos incêndios.

Metas 2012-2015

- **Aumentar em 50% o número anual de atividades e programas interagências na prevenção dos incêndios florestais, com base nas 89 ações executadas em 2010**

Análise Situacional da Meta

Até o ano de 2012, foram realizadas 148 ações, atividades de programas interagências na prevenção dos incêndios florestais. Comparando-se ao valor base de 89 ações executadas em 2010, houve um acréscimo de 66,3%, o que já supera a meta estabelecida no PPA.

Quantidade alcançada

66,3

Data de Referência

01/12/2012

- **Contratar 4500 brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais**

Análise Situacional da Meta

Trata-se de meta compartilhada entre Ibama e ICMBio, sendo que para o IBAMA a meta específica foi de 2.000 brigadistas contratados. No ano de 2012 foram contratados 2.030 brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais. Registra-se também a realização de 83 cursos de formação de brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais no ano de 2012.

No ICMBio, foram contratados 1.743 brigadistas em 2012. Esta ação foi potencializada pelo incentivo ao planejamento das questões de proteção (prevenção e combate aos incêndios florestais, às emergências químicas e à fiscalização) de forma sistêmica e integrada, através dos Planos de Proteção das Unidades de Conservação.

O total contratado em 2012 foi de 3.773 brigadistas.

Quantidade alcançada

3.773

Data de Referência

01/12/2012

- **Reduzir em 50% a área atingida por incêndios florestais nas unidades de conservação federais**

Análise Situacional da Meta

A área atingida por incêndios em unidades de conservação federais em 2012 foi de 1,03 milhões hectares, não havendo redução em comparação ao ano anterior.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0475 - Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente



Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 houve significativa redução na taxa de desmatamento na Amazônia legal que, de acordo com dados do sistema PRODES/INPE, atingiu o índice de 4.656 km² (julho de 2011 a junho de 2012), o menor já registrado desde o início do monitoramento e uma redução de 27% em relação à taxa registrada no período anterior.

Para este resultado contribuíram as diversas operações de fiscalização no bioma Amazônia, nas regiões consideradas críticas, dentre as quais se podem destacar: i) Operação Krakatoa, de combate ao desmatamento através da descapitalização dos infratores, onde foram procedidos os desmontes de diversas serrarias ilegais, utilizadoras de produto extraídos de Terras Indígenas e Unidades de Conservação Federais, nos estados do Pará e Maranhão; ii) Operação Toruk, baseada na fiscalização de polígonos de desmatamento não identificado pelo sistema DETER-Detecção do Desmatamento em Tempo Real, realizado pelo INPE, e no monitoramento constante de áreas prioritárias, através de sobrevoos táticos, realizados com o uso de helicóptero; iii) Operação Soberania Nacional, com o objetivo de conter os sinais de aumento do desmatamento na Amazônia, nos estados do PA (Dom Eliseu, São Felix do Xingu, Itaituba e Novo Progresso), MT (Sinop, Juína e Barra do Garças), RO (Porto Velho) e AM (Apuí e Boca do Acre), na qual foram empregados 552 Agentes Ambientais Federais para as frentes citadas, ao longo do ano.

Destaque-se também, no ano de 2012, a revisão do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm, responsável em grande medida pela tendência de redução da taxa anual de desmatamento na Amazônia. Uma das estratégias do Ministério do Meio Ambiente para concentrar esforços na Amazônia e no Cerrado é a publicação anual de lista dos Municípios com altos índices de desmatamento (prioritários) para que sejam acompanhados e recebam apoio do Governo na implementação de ações que visem diminuir as taxas de desmatamento, buscando também a transição para uma economia de base sustentável.

A “Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais – CICCIA”, instituída em 2009, destinada a determinar, planejar e coordenar ações integradas para a prevenção e repressão aos crimes e infrações ambientais em todo o território nacional também constitui produto do PPCDAm. A CICCIA visa aprimorar as ações de fiscalização na Amazônia por meio da coordenação e articulação de vários órgãos federais. No âmbito da mencionada revisão do PPCDAm, o papel da CICCIA enquanto instância formal de coordenação de atividades de combate aos crimes ambientais, particularmente ao desmatamento ilegal na Amazônia, foi reforçado e fortalecido. Além disso, outros órgãos demonstraram interesse em participar da CICCIA, como foi o caso da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM.

Buscando aperfeiçoar ainda mais a atividade de fiscalização, a Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO) do Ibama, elaborou um novo modelo de operação de fiscalização que visa contribuir para uma redução do desmatamento na Amazônia no ano de 2013. A recém-lançada Operação Onda Verde ocorrerá de forma ininterrupta, durante os 365 dias do ano, como um esforço planejado, em seis frentes de desmatamento consideradas críticas nos estados do PA, RO, MT e AM e terá como parceiro permanente a Força Nacional de Segurança. A Operação priorizará desmatamentos em Terras Indígenas e Unidades de Conservação Federal, além da indicação de municípios prioritários para fiscalização (54 municípios), elaborada pela Coordenação de Operações de Fiscalização, que leva em conta números de focos de calor, percentual de áreas remanescentes e áreas prioritárias para conservação.

A Amazônia, no entanto, não constituiu o único foco das operações de fiscalização. O bioma Cerrado também foi cenário de grandes operações de fiscalização em 2012, dentre elas, a Operação Caryocar, de combate ao desmatamento no Cerrado, nos estados de MG, SP, DF, GO, MT, MS, BA, TO, MA e PI. A Caatinga, o Pantanal, a Mata Atlântica e os Pampas também tiveram papel importante nas operações deflagradas em 2012, tendo destaque as operações Borborema, Guardiões do Pantanal, Dalbergia, Lenhador, Mata Atlântica II, Xerófito II, que foram realizadas com o intuito de combater o desmatamento ilegal nos biomas, bem como fiscalizar os polos consumidores de lenha e carvão ilegal. Para 2013, a Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama planeja a Operação Corcel Negro, já realizada em anos anteriores e com resultados de sucesso. A Operação Corcel Negro visa combate à cadeia ilegal do carvão nativo no Cerrado, desde sua origem ilegal, acobertada pela geração fictícia de créditos no Documento de Origem Florestal (DOF), até a responsabilização das siderúrgicas consumidoras de carvão produzido através da extração ilegal.



Em 2012 também foram concluídas licitações importantes para o apoio das atividades de fiscalização realizadas pelo Ibama em seus diversos cenários de ação. Tais aquisições buscaram aprimorar e qualificar os trabalhos em campo, dando melhores condições técnicas e logísticas aos fiscais. Destaca-se que todas as unidades do Ibama receberam os equipamentos para aprimoramento das atividades de campo.

No que tange à capacitação, em 2012, foram realizados cursos para a área de fiscalização que atenderam a todas as unidades do Ibama no país. Tais cursos objetivaram o desenvolvimento contínuo das competências necessárias para o desempenho da função de fiscalização ambiental federal.

Já o trabalho de subsídio às ações fiscalizatórias será intensificado no ano de 2013 com a criação de um grupo permanente de monitoramento de sistemas subordinado à Coordenação de Inteligência à Fiscalização - COINF - do IBAMA.

Metas 2012-2015

• Implementar ações de fiscalização em 248 Unidades de Conservação federais

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas no ano de 2012 trezentas operações de fiscalização nas unidades de conservação federais na Amazônia Legal, o que configura superação da meta prevista no PPA.

A redução contínua da taxa de desmatamento na Amazônia, meta prioritária do Governo Federal, consistiu em grande desafio ao ICMBio. Com a necessidade de priorização das ações de fiscalização, com foco em combate ao desmatamento na Amazônia, houve fortalecimento das parcerias entre ICMBio e outras instituições de comando e controle, que permitiram otimização dos esforços e maior efetividade das ações de fiscalização. Neste sentido, destaca-se a atuação do ICMBio em operações conjuntas, como parte integrante da Comissão Interministerial para o Combate aos Crimes e Infrações Ambientais – CICCIA, juntamente com instituições do Ministério da Justiça e da Defesa. Como exemplo, pode ser apontado o planejamento e execução da operação no Parque Nacional do Matinguari (AM/RO), que contou com a participação de agentes de fiscalização do Ibama, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Sipam e do Exército Brasileiro.

Destacam-se também as ações de proteção que resultaram na desocupação completa da Floresta Nacional de Bom Futuro – RO e na retomada do controle da região norte da Reserva Biológica do Gurupi – MA. Foram realizadas ainda ações integradas nas Unidades de Conservação na área de influência da BR 163, incluindo a Terra do Meio, num total de 19 áreas federais protegidas que somam cerca de 15 milhões de hectares de florestas e rios. Essas ações se concentraram no Parque Nacional Jamanxim, Floresta Nacional Trairão, Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, Parque Nacional da Amazônia, Parque Nacional Serra do Pardo e Estação Ecológica Terra do Meio.

Cabe ressaltar que a destinação final dos materiais apreendidos permanece como uma das principais dificuldades encontradas na operacionalização das ações de comando e controle, altamente influenciadas pelas dificuldades logísticas para retirada dos materiais apreendidos (máquinas, equipamentos e madeira apreendida na floresta). De acordo com dados do PRODES/INPE, o desmatamento em unidades de conservação da Amazônia chegou a 168 Km² em 2012.

Quantidade alcançada

300

Data de Referência

31/12/2012

PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Licenças de Instalação emitidas	unidade por ano	30/12/2010	90	31/12/2012	85
Licenças de Operação emitidas	unidade por ano	30/12/2010	85	31/12/2012	110
Licenças Prévias emitidas	unidade por ano	30/12/2010	55	31/12/2012	55
Percentual de municípios com Fóruns de Agenda 21 ativos	%	01/01/2009	11,03	01/01/2009	11,03
Percentual de municípios com Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável elaborados	%	01/01/2009	4,49	01/01/2009	4,49

Observações:

Percentual de municípios com Fóruns de Agenda 21 ativos - Foi feita correção dos dados de 2009.

Percentual de municípios com Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável elaborados - Foi feita correção dos dados de 2009.

OBJETIVO: 0487 - Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, e para o gerenciamento de substâncias perigosas, visando garantir a melhoria da qualidade ambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil atualmente desenvolve uma série de atividades com vistas ao aprimoramento dos mecanismos de gestão e controle voltados à prevenção da contaminação e da poluição ambiental e ao gerenciamento de substâncias perigosas. Dentre estas atividades destacam-se:

- Elaboração de projeto no âmbito do Programa “Diálogos Setoriais Brasil -União Europeia”, com o objetivo de trocar conhecimento e experiências sobre regulação de químicos, arranjos institucionais e comércio internacional de substâncias perigosas.
- Elaboração de minuta inicial de projeto de lei que estabelecerá o controle e regulação do uso, produção, importação e exportação de substâncias químicas no país. A iniciativa permitirá realizar o inventário nacional das substâncias e produtos químicos, ampliando o conhecimento sobre os químicos utilizados no país, além de estabelecer competências, arranjos institucionais, e mecanismos para a avaliação e gestão de risco destas substâncias.
- Elaboração de manual para avaliação da contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos, no âmbito do Projeto “Interáguas”.

Houve também avanços significativos na implementação da Convenção de Estocolmo para eliminação dos Poluentes Orgânicos Persistentes - POP, com o desenvolvimento avançado do Plano Nacional de Implementação - NIP e com a execução do projeto de gerenciamento e sistemas de disposição de bifenilas policloradas. Neste sentido, estão em desenvolvimento os seguintes estudos técnicos que viabilizarão o desenvolvimento e implementação de planos de ação para o cumprimento da Convenção de Estocolmo:

- 1) Inventário de estoques, produtos, artigos e resíduos contendo ou constituídos de POPs; 2) Revisão de legislação referente aos POPs; 3) Inventário de Bifenilas Policloradas - PCBs (exceto setor elétrico); 4) Inventário de Novos POPs de uso Industrial; e 4) Desenvolvimento do Sistema de Informação para a Convenção de Estocolmo.

Além disso, foi finalizado um inventário de fontes e estimativa de emissões de dioxinas e furanos, que servirá de base para o desenvolvimento de estratégias e do plano de ação para redução e eliminação das referidas substâncias químicas.



Ressalte-se que as ações deste projeto não se restringem ao plano de ação mencionado. O MMA deverá também: avaliar a capacidade de infraestrutura e de gerenciamento; construir capacidade sustentável suficiente para preparar a NIP e seus inventários, estratégias e planos de ação cumprindo os requerimentos da Convenção; e desenvolver e demonstrar metodologias representando abordagens viáveis para as ações prioritárias para cumprimento da Convenção. Dessa forma, as ações contemplarão o escopo do documento de projeto firmado com o Programa das nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Para assegurar a prestação de informações sobre liberações e transferência de contaminantes, o MMA está desenvolvendo o Sistema de Informação para a Convenção de Estocolmo.

Em relação ao estabelecimento de suporte laboratorial para ações de controle sobre substâncias químicas, o MMA firmou Termo de Cooperação para estudo de Monitoramento de resíduos de agrotóxicos e Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) em água e leite humano, em zonas rurais do Estado do RS, visando inter-relacionar questões ambientais e sanitárias.

Além disso, encontra-se ainda vigente Termo de Cooperação de Monitoramento de POPs em leite materno intitulado Apoio à Avaliação da Eficácia da Convenção de Estocolmo através do “Estudo de Poluentes Orgânicos Persistentes em Leite Humano no Brasil” com o desenvolvimento de um Programa de Monitoramento Global de POPs.

O Perfil Nacional de Gerenciamento de Segurança Química de 2003 será revisado e atualizado pela Gerência de Segurança Química do MMA.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 5% o número de operações anuais de fiscalização, visando coibir os ilícitos relacionados às atividades degradadoras e poluidoras do meio ambiente**

Análise Situacional da Meta

A meta estipula um percentual anual (5%) de crescimento para as operações de fiscalização contra atividades degradadoras e poluidoras do meio ambiente. Tomando-se por base o número de operações de fiscalização realizadas em 2010, ao longo de todo o período de vigência do PPA 293 ações deverão ser empreendidas.

No ano de 2012 foram realizadas 17 ações (operações de fiscalização), 4 de caráter nacional e 13 de caráter regional.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	293	unidade	17	31/12/2012

- **Atualizar o Perfil Nacional sobre a Gestão de Substâncias Químicas e publicar o Relatório de Qualidade do Meio Ambiente**

Análise Situacional da Meta

O Perfil Nacional sobre a Gestão de Substâncias Químicas está sendo revisado e atualizado pela Gerência de Segurança Química do MMA. Para a revisão foi elaborado um Termo de Referência cuja viabilização inclui 3 dimensões: 1) Financiamento Direto Institucional (MMA); 2) Parceria com Centros de Pesquisa (Edital CNPq); e 3) Parceria setor Público-Privado (a ser realizada via Associação Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM e Sociedade Civil Organizada). Os trabalhos técnicos deverão iniciar-se em 2013.

- **Elaborar e implementar o plano de ação para gestão de estoques e resíduos de agrotóxicos considerados poluentes orgânicos persistentes**

Análise Situacional da Meta

Com relação à meta, encontra-se avançada a fase de elaboração de inventários destes resíduos, tendo sido consolidados os dados por Unidade da Federação, por substâncias e também o levantamento de ações em execução nos Estados, no sentido de recolher e eliminar agrotóxicos obsoletos. Após a fase de inventário, será elaborado o Plano de Ação para Gestão destes estoques e áreas contaminadas.



- **Elaborar e Implementar o plano de ação para redução de emissões de dioxinas e furanos**

Análise Situacional da Meta

O Inventário Nacional de Fontes e Estimativas de Emissões de Dioxinas e Furanos foi concluído. O Plano de Ação está sendo desenvolvido e espera-se sua conclusão no segundo semestre de 2013.

- **Implementar a avaliação do risco ambiental para novos ingredientes ativos registrados como agrotóxicos**

Análise Situacional da Meta

A meta foi alcançada.

A Diretoria de Qualidade Ambiental do Ibama já vem realizando, conforme atribuições legalmente instituídas, a avaliação do risco ambiental para os novos ingredientes ativos registrados como agrotóxicos.

OBJETIVO: 0488 - Promover a Gestão dos Riscos relacionados às Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos, visando a Proteção da População e do Meio Ambiente.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo vem sendo desenvolvido dentro do cronograma, tendo todas as iniciativas apresentado resultados:

- O Plano de Ação para Fauna impactada com Óleo já teve sua minuta inicial elaborada, e vem sendo discutido juntamente com o Manual de Boas Práticas, a ser desenvolvido por técnicos do Ibama e especialistas no assunto.
- Encontram-se em elaboração as minutas dos Roteiros para os Planos de Ação de Emergência de diferentes tipologias (rodovias, ferrovias, aquavias, dutovias, indústrias e armazenamento) a serem analisadas posteriormente por técnicos dos órgãos estaduais de meio ambiente, defesa civil, saúde e bombeiros.
- O Ibama estabeleceu diretrizes para orientação dos Núcleos de Prevenção a Emergências de suas Superintendências. As diretrizes visaram direcionar as ações preventivas para as atribuições diretas do órgão, relacionadas aos empreendimentos licenciados pelo instituto. Essas diretrizes vieram ao encontro da Lei Complementar nº 140/2011, que estabeleceu as competências da União quanto ao licenciamento e fiscalização ambiental, além de garantir aspecto nacional às ações do Ibama.

Metas 2012-2015

- **Elaborar, em parceria com os setores envolvidos, 2 Planos de Área para combate a derramamento de óleo em águas jurisdicionais brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Assim como o Plano Nacional de Contingência - PNC, os planos de área foram estabelecidos pela Lei nº 9.966/2000. Sua regulamentação se deu por meio do Decreto nº 4.871/2003.

A Coordenação Geral de Emergências Ambientais, em conjunto com as instituições que redigiram a minuta do Decreto que institui o PNC, elaborou proposta para alteração do Decreto que trata dos Planos de Área. As alterações propostas tiveram como objetivo aprimorar o documento legal com base nas experiências práticas adquiridas pelo Ibama na elaboração de tais planos em diversos estados brasileiros.

Encontra-se em andamento a elaboração de 4 Planos de Área nos Estados de São Paulo, Ceará, Paraná e Espírito Santo, sob coordenação do Ibama.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/10/2012

- **Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos e apoiar a elaboração de 4 Planos de Ação Estaduais**

**Análise Situacional da Meta**

Encontra-se em elaboração as minutas dos Roteiros para os Planos de Ação de Emergência de diferentes tipologias (rodovias, ferrovias, aquavias, dutovias, indústrias e armazenamento).

• Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Resgate e Reabilitação da Fauna Impactada com Óleo**Análise Situacional da Meta**

A elaboração do Plano de Ação para Fauna é responsabilidade do Ibama.

Até novembro de 2012 foi elaborada a minuta inicial do plano, que deverá ser complementada com um Manual de Boas Práticas, a ser desenvolvido por técnicos do Ibama e especialistas no assunto.

Resta pendente a definição institucional sobre o resgate dos animais por estrutura própria ou por meio de parcerias previamente estabelecidas.

• Elaborar o Programa de Gestão de Riscos de Acidentes Ambientais para as tipologias de empreendimentos e atividades prioritárias**Análise Situacional da Meta**

Em 2012, foram estabelecidas as diretrizes que devem ser seguidas pelos Núcleos de Prevenção a Emergências das Superintendências para o planejamento de ações.

As diretrizes visam direcionar as ações preventivas para as atribuições diretas do órgão, relacionadas aos empreendimentos licenciados pelo instituto.

Conforme orientação da CGEMA, 70% das ações planejadas foram pautadas nas diretrizes, restando 30% para as especificidades de cada Estado.

As diretrizes vieram ao encontro da Lei Complementar nº 140/2011, que estabeleceu as competências da União quanto ao licenciamento e fiscalização ambiental, além de garantir abrangência nacional às ações do Ibama.

O Programa de Gestão de Risco de Acidentes Ambientais foi elaborado, e a metodologia foi apresentada e aprovada na reunião de Planejamento voltada para a área de Emergências Ambientais.

Tal programa terá início no Estado de São Paulo previsto para março de 2013, em um projeto piloto a ser desenvolvido para ferrovias.

• Mapear a sensibilidade ambiental ao óleo nas bacias sedimentares marítimas de Campos e de Pelotas**Análise Situacional da Meta**

O MMA vem desenvolvendo estudos de mapeamento da sensibilidade ambiental a derramamentos de óleo como subsídio à gestão e ao controle da poluição e à prevenção de emergências ambientais. Os projetos de Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas não se restringem às bacias de Campos e Pelotas. Foram contratados, via edital do CNPq, os seguintes projetos que se encontram em execução:

- na Bacia de Campos: Mapeamento da Sensibilidade Ambiental ao Óleo - SAO na Bacia Marítima de Campos, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ;

- na Bacia do Pará–Maranhão/Barreirinhas: Elaboração de cartas SAO para a Bacia do Pará-Maranhão/ Barreirinhas, pela Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências;

- na Bacia da Foz do Amazonas: Mapeamento e Elaboração de cartas de sensibilidade ambiental para derramamento de óleo (cartas SAO) para a Bacia da Foz do Amazonas, pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA; e

- na Bacia de Pelotas: Cartas de Sensibilidade Ambiental ao Derramamento de Óleo – da Bacia de Pelotas, pela Universidade Federal de Rio Grande – FURG.

Foi realizado ainda, o “Seminário para Integração das Cartas de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo”, com o objetivo de promover a compatibilização das informações já geradas, aprimorar os trabalhos de mapeamento e possibilitar a troca de experiências entre os executores de projetos de mapeamento já realizados e os novos coordenadores de equipes.

**Quantidade alcançada**

0

Data de Referência

18/03/2013

OBJETIVO: 0489 - Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

No sentido de promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental, foram realizadas em 2012 medidas para conferir maior agilidade e eficiência a estes instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente.

Iniciou-se no Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA um processo de revisão do atual marco regulatório do licenciamento ambiental. Esse trabalho ganhou importância, devido principalmente a mudanças no aparato legislativo vigente que define a divisão de competências entre os entes da federação para o processo de licenciamento ambiental. Também foi realizado um trabalho de elaboração de normativas para atividades específicas, a exemplo da portaria nº 198 de 05 de abril de 2012, desenvolvida em conjunto entre Ministério de Minas e Energia e Ministério do Meio Ambiente, que instituiu a “Avaliação Ambiental de Área Sedimentar”, instrumento que se aplica à exploração de petróleo e gás natural, além de um trabalho conjunto com representantes de órgãos estaduais de meio ambiente para desenvolver uma proposta de Resolução para o licenciamento ambiental de projetos eólicos, que atualmente está em tramitação no CONAMA, com previsão de aprovação em 2013.

Destaque-se também o andamento de concurso público para o preenchimento de 60 vagas na área de licenciamento ambiental federal.

No que tange à qualificação, estão em processo de desenvolvimento programas de capacitação, inclusive em nível de pós graduação em “Avaliação de Impactos Ambientais” para técnicos que atuam no licenciamento ambiental federal.

Outro avanço diz respeito à conclusão do mapeamento do licenciamento ambiental federal, parte inicial de um processo mais amplo de implantação de um sistema de acompanhamento do licenciamento ambiental, que está atualmente em estágio de desenvolvimento.

Como medida de articulação institucional dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA está sendo desenvolvida uma matriz das ações federativas de meio ambiente, que permitirá o monitoramento das relações entre os três níveis de governo e a identificação de questões específicas por estado ou atividade. No mesmo sentido iniciou-se a atualização e melhoria do Portal Nacional de Licenciamento.

Metas 2012-2015

• Ampliar em 50% a capacidade operacional do licenciamento ambiental federal**Análise Situacional da Meta**

A ampliação da capacidade operacional do licenciamento ambiental federal implica acréscimo do número de analistas ambientais capacitados e dotados com equipamentos necessários ao desempenho de suas atividades, além do aumento da estrutura de gestão da Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC do IBAMA.

O número de analistas ambientais das coordenações da DILIC em dezembro de 2011 era de 380 (Coordenações 244 – Núcleo nos estados 136). Em 2012 eram 379 (Coordenações 239 – Núcleo nos estados 140). Para atingir em 2015 a meta de aumento de 50%, tomando-se 2010 como referência, será necessária a contratação de 190 analistas ambientais. Em 2012 foi homologado concurso para provimento de 108 vagas no IBAMA, sendo 60 para a Diretoria de Licenciamento Ambiental, o que deverá ser efetivado em 2013. Os novos analistas deverão passar por capacitação e receber estrutura para desenvolvimento das atividades (computadores e espaço físico).

**Quantidade alcançada**

0

Data de Referência

18/03/2013

- **Capacitar como especialistas em avaliação de impacto ambiental 300 técnicos que atuam no licenciamento ambiental federal**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborado o projeto “Especialização em Avaliação de Impacto Ambiental” cujo objetivo é o aperfeiçoamento técnico de analistas ambientais do Ibama que atuam no processo licenciamento ambiental federal (LAF).

Também encontra-se em trâmite no IBAMA o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação: Especialização em Avaliação de Impacto Ambiental elaborado para trâmite no Ibama; e o Projeto Básico para Contratação de Pessoa Jurídica para realização do Curso de Pós-Graduação: Especialização em Avaliação de Impacto Ambiental elaborado e em trâmite no Ibama.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

- **Implantar o Programa de Qualificação Técnica em Avaliação de Impactos Ambientais em 20 órgãos estaduais de meio ambiente**

Análise Situacional da Meta

Em função das inovações introduzidas pela Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, estão em estudo ações para o programa de qualificação técnica em avaliação de impactos ambientais para atuar junto a estados e municípios. Tais ações se darão em conjunto com outras atividades de capacitação para os entes do SISNAMA, em ação articulada entre as Secretarias do MMA e a Secretaria Executiva (SECEX).

- **Implementar sistema informatizado para acompanhamento de custos e prazos do licenciamento ambiental**

Análise Situacional da Meta

- Mapeamento e documentação do processo administrativo do Licenciamento Ambiental Federal

O mapeamento do Licenciamento Ambiental Federal encontra-se 100% concluído. A documentação para automação deste processo foi dividida nas seguintes etapas:

- 1) Ficha de Caracterização de Atividades – FCA e área do empreendedor;
- 2) Análise de Competência;
- 3) Instauração do Processo;
- 4) Definição de Escopo dos Estudos Ambientais – Termo de Referência;
- 5) Análise Técnica;
- 6) Análise de Requerimento de Licença;
- 7) Acompanhamento pós licença.

- Desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Ambiental – SIGA

O projeto de desenvolvimento do SIGA visa à automação dos processos de Avaliação de Impacto Ambiental – AIA, Licenciamento Ambiental Federal – LAF e Compensação Ambiental – CA. Encontram-se desenvolvidas e em fase de testes as etapas 1 a 4 do módulo LAF do SIGA.

- **Implementar sistema informatizado para disponibilização de dados e informações referentes à avaliação de impactos ambientais de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental federal**

Análise Situacional da Meta

O projeto de desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA visa à automação dos processos de



Avaliação de Impacto Ambiental – AIA, Licenciamento Ambiental Federal – LAF e Compensação Ambiental – CA. Embora o sistema já esteja em desenvolvimento, o desenvolvimento do módulo específico de AIA do SIGA ainda não foi iniciado, bem como ainda não se iniciou o mapeamento do processo de Avaliação de Impacto Ambiental.

- **Integrar as bases de dados de licenciamento ambiental dos órgãos integrantes do SISNAMA, considerando padrões estabelecidos pelo governo federal no âmbito da Infraestrutura de Dados Espaciais (INDE) por meio do Decreto 6.666/08**

Análise Situacional da Meta

Está se iniciando uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG para aperfeiçoamento do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental. O Plano de Trabalho prevê ações de Tecnologia da Informação, de diagnóstico sobre fluxos do processo de licenciamento ambiental nos estados e de institucionalização de relações para atualização permanente das informações do Portal.

OBJETIVO: 0490 - Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Nesta fase inicial do PPA procurou-se sensibilizar as instituições, distribuídas pelo território nacional, passíveis de serem os pontos focais no desenvolvimento dos planos, de modo a que a proposta seja efetivada ao longo dos quatro anos.

A sensibilização foi feita de várias maneiras: pela via virtual, através do sistema Agenda 21 que agrega todas as localidades onde os planos estão sendo desenvolvidos ou em processo de iniciação; por telefone, através dos responsáveis, e passíveis de sê-lo, pelos trabalhos de implementação das ações previstas no Programa Agenda 21; e, também, por correio eletrônico, atendendo os questionamentos e dúvidas levantadas sobre o desenrolar do processo. Deverá ocorrer, em 2013, uma intensificação dos contatos e diálogos com as instituições envolvidas. Viagens estão sendo programadas para as localidades que se tornaram ou ainda se tornarão pontos focais, de modo a, in loco, procurarmos ajudar a implementar as ações previstas. Na oportunidade deverão ser realizadas reuniões onde se espera definir formas também de acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas pelos técnicos dos ministérios participantes do grupo técnico.

Eventuais discontinuidades das estruturas e de pessoal no setor envolvido com o objetivo poderão prejudicar o ritmo dos diálogos e do próprio trabalho. Para a minimização do risco mencionado, esforços estão sendo empreendidos com vistas à formação de grupo técnico de suplentes.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a atualização e a implementação de 100 Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável, em âmbito municipal, pelos respectivos Fóruns de Agenda 21**

Análise Situacional da Meta

Nesta fase inicial procurou-se sensibilizar as instituições, distribuídas pelo território nacional, passíveis de serem os pontos focais no desenvolvimento dos planos, de modo a que a proposta seja efetivada ao longo dos quatro anos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

- **Fomentar a implementação de projetos socioambientais abrangendo 200 municípios brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Minuta de Edital a ser enviada para homologação pelo Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente foi elaborada e encontra-se em fase de ajustes de modo a garantir o cumprimento da meta ao longo dos quatro anos.

**Quantidade alcançada**

0

Data de Referência

18/03/2013

OBJETIVO: 0491 - Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A Educação Ambiental está apoiada em três pilares básicos para implementação das metas traçadas, sendo processos de Gestão e Articulação, Formação de Educadores e Educomunicação e Comunicação Social. Vários órgãos federais, estaduais, municipais e da Sociedade Civil estão sendo articulados em processos de comunicação na execução dessas ações de Educação Ambiental.

O Departamento de Educação Ambiental está promovendo ações e práticas formativas e mobilizadoras voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões socioambientais, orientadas para a organização e a participação dos cidadãos na defesa da qualidade de vida e do meio ambiente. A prioridade é ampliar significativamente a escala do público a ser atendido por seus programas e projetos, tanto com a cooperação entre os entes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), do Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, quanto na expansão de Cursos à Distância (EaD), sempre buscando a redução das desigualdades sociais, a melhoria das condições de vida no campo e na cidade, a transversalização da Educação Ambiental nas demais políticas públicas, a difusão das informações, a participação democrática e a construção de um país mais justo e sustentável.

Nos processos de educomunicação aumentou o acesso democrático dos cidadãos à produção e difusão de informação, facilitando o processo ensino-aprendizagem. Está sendo criado um ambiente para atender o sistema de Educação à Distância (EaD), estimando atender a meta de 20.000 educandos até 2015.

Neste ano foram realizados a 4ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente, o Projeto Sala Verde que consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como centros de informação e formação ambiental, assinaturas de Acordos de Cooperação Técnica com o estado da Bahia e com outros quatro estados da Amazônia Legal (Amazonas, Amapá, Pará e Mato Grosso), e o Termo de Cooperação para a realização do Cine Ambiente 2012, abrangendo e atingindo os públicos traçados neste objetivo.

A 4ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente, com o tema Desafios e Soluções Socioambientais, selecionou vídeos e possibilitou a criação de 1.000 espaços exibidores com estimativa de público de 80 mil pessoas. O Projeto Sala Verde consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como centros de informação e formação ambiental, democratizando o acesso à informação ambiental e propiciando a reflexão e a construção de pensamento e ações locais nesta área. Estima-se que já atingiu 40 mil pessoas. Atualmente há em torno de 200 Salas Verdes espalhadas em todo Brasil.

As assinaturas de Acordos de Cooperação Técnica com o estado da Bahia e com outros quatro estados da Amazônia Legal (Amazonas, Amapá, Pará e Mato Grosso), e o Termo de Cooperação para a realização do Cine Ambiente 2012, parceria entre o MMA e o Ministério da Cultura, visam estimular a produção audiovisual em animação e jogos eletrônicos, sobre o tema resíduos sólidos e responsabilidade socioambiental.

Nos marcos legais foram publicadas a Instrução Normativa nº 2 do Ibama referente a Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental, proposta formulada com o Departamento de Educação Ambiental, e a Portaria nº 169, de 23 de maio de 2012, do MMA, que institui, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF), que promoverá o desenvolvimento rural sustentável, em diálogo com comunidades agrícolas e tradicionais familiares na formação e capacitação de educadores ambientais, contribuindo para a erradicação da pobreza e a redução do êxodo rural.

O MMA apoiou o VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, promovido pela Rede Brasileira de Educação



Ambiental, que reuniu mais de 3 mil educadores, na cidade de Salvador, como evento preparatório para a Conferência da ONU – Rio+20, onde atuou na organização da II Jornada Internacional de Educação Ambiental na Cúpula dos Povos, que reuniu 300 mil pessoas, por iniciativa de diversas entidades da sociedade civil internacional, educadores de todo o mundo para, entre outras iniciativas, criar a Rede Planetária de Educação Ambiental.

Foi criado, no âmbito do Comitê Interministerial do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, do Grupo Técnico N° 5, que trata de Educação Ambiental, Comunicação Social e Desenvolvimento de Capacidades. Este GT apresentará diretrizes e recomendações que auxiliem a implementação da Política e do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Outra ação importante no apoio às instituições não governamentais no desenvolvimento de Ações de Educação Ambiental, o Cadastro Nacional de Entidades Ambientais – CNEA, formado por 633 entidades, criado pela resolução CONAMA N° 006/89 e resolução CONAMA N° 292/2002, tem o objetivo de manter em banco de dados o registro das Entidades Ambientais não governamentais atuantes no país, cuja finalidade principal seja a defesa do meio ambiente. O cadastro disponibiliza as informações para o estabelecimento de parcerias, habilitação em projetos, convênios e divulgações em geral.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, em particular, o utiliza como pré-requisito para a eleição dos representantes das cinco regiões geográficas que ocupam a vaga de Conselheiro representante das Entidades Ambientais Cíveis no Plenário do CONAMA pelo período de dois anos, sendo que as Entidades candidatas e votantes deverão estar inscritas no CNEA por igual período.

Em relação à implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P foi dada prioridade para a integração com as Políticas Nacionais sobre a Mudança do Clima (Lei n° 12.187, de 29 de dezembro de 2009), Política de Resíduos Sólidos (Lei n° 12.305, de 2 de agosto de 2010), Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis e Coleta Seletiva Solidária (Decreto n° 5.940, de 25 de outubro de 2006). Da mesma forma, buscou-se a articulação com outros programas e iniciativas do governo federal como o Projeto Esplanada Sustentável e as licitações sustentáveis. Isso permitiu um melhor gerenciamento das ações da administração públicas voltadas

A expectativa para 2013 é avançar na implementação da A3P para alcance de todos os órgãos e entidades públicas e elaboração do inventário de emissões de gases de efeito estufa nas atividades públicas. Por ser uma agenda voluntária, a implementação é dificultada, pois depende do engajamento e compromisso do gestor de cada instituição pública.

Como fator positivo para alcance das metas destaque para o empenho da equipe de trabalho durante os processos de implementação das atividades. Os trabalhos de articulação e comunicação também foram fundamentais para que a gestão dos processos e desenvolvimento de estratégias que permitiram avançar com a definição e de acordo com os princípios e objetivos da educação ambiental. A sistematização e intercâmbio de experiências em formulação e os estímulos à articulação entre as iniciativas existentes vêm fortalecendo as políticas públicas de educação ambiental no país.

Assim, está sendo promovida a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais potencializando as interfaces com o conjunto dos ministérios, as demais Secretarias do MMA e os órgãos vinculados, a sociedade civil organizada e a implementação o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), buscando incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 2.000 instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações de educação ambiental**

Análise Situacional da Meta

No âmbito da gestão e articulação institucional, foram apoiadas 1809 instituições (1609 Instituições e 200 salas verdes implementadas em 2012), por meio das seguintes ações: (i) lançamento da 4ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente com o tema Desafios e Soluções Socioambientais, que criou 1.000 espaços exibidores por meio de termo de adesão ao programa; (ii) Termo de Cooperação com o Ministério da Cultura para realização do Cine Ambiente 2012 por meio do lançamento de edital para apoio à produção de curtas de animação de 1 minuto e jogos eletrônicos sobre a temática dos resíduos sólidos e consumo sustentável; (iii) 5 Acordos de Cooperação Técnica com o



estado da Bahia e com outros quatro estados das Amazônia Legal (Amazonas, Amapá, Pará e Mato Grosso); (iv) criação de 200 Salas Verdes para atuarem como centros de informação e formação ambiental por meio da assinatura de termos de adesão ao programa, que atingirá 40 mil pessoas; (v) publicação da Portaria nº 169, de 23 de maio de 2012, do MMA, que institui, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) e Grupo Técnico para apoio à implementação do programa; (vi) publicação da Instrução Normativa nº 2 do Ibama que estabelece diretrizes de Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental; e (vii) criação, no âmbito do Comitê Interministerial do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, do Grupo Técnico Nº 5, que trata de Educação Ambiental, Comunicação Social e Desenvolvimento de Capacidades. Em 2013 espera-se lançar a 5ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente com a ampliação dos espaços exibidores; firmar acordos de cooperação com 9 estados para implementação das políticas de educação ambiental do governo federal nos estados; ampliar o número de salas verdes e elaborar materiais e documentos orientadores de educação ambiental para a implementação da PNEA.

Quantidade alcançada

1.809

Data de Referência

18/03/2013

- **Formar 20.000 educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos para gestão e implementação de programas territoriais e locais de educação ambiental**

Análise Situacional da Meta

Foram formados 1080 educadores ambientais por meio das seguintes ações: (i) 6 eventos paralelos de capacitação e mesas com exposições sobre a Política Nacional de Educação Ambiental durante o VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental envolvendo 2000 pessoas; (ii) realização da II Jornada Internacional de Educação Ambiental com 800 educadores, durante evento de abertura e debates no Parque dos Atletas, Pavilhão dos Estados, e na tenda da Jornada, na Cúpula dos Povos na Rio+20; (iii) realização do Seminário de Boas Práticas em Educação Ambiental na Agricultura Familiar com a participação de 92 pessoas; e (iv) reunião do Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental envolvendo 55 representantes e convidados. (v) Foram realizadas com a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável duas oficinas de Educação Ambiental, somando 80 educadores locais de cooperativas de produtores rurais e extensionistas. Uma iniciativa que está em fase de consolidação é a criação da plataforma Moodle de Educação à Distância (EaD), que irá contribuir com o cumprimento da meta em 2013.

Quantidade alcançada

1.080

Data de Referência

18/03/2013

- **Realizar 80 adesões da Agenda Ambiental na Administração Pública, nos órgãos e instituições em todos os poderes e esferas de governo**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) foram realizadas gestões interministeriais que resultaram na inserção da A3P no Projeto Esplanada Sustentável (Portaria Interministerial Nº 244, de 6 de junho de 2012) e como referencial para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (Decreto 7.746 de 5 de junho de 2012). Com vistas a incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da administração pública foram celebrados 31 Termos de Adesão à A3P e ampliada a Rede A3P que já conta com a participação de 369 instituições. Foram realizadas 14 oficinas de capacitação sobre o uso racional de recursos naturais e bens públicos que, no total, contaram com um público de 2.300 pessoas e duas capacitações com o tema Compras Públicas Sustentáveis com a participação de 200 pessoas. Foram realizados quatro Fóruns Regionais de debate com o tema "O Consumo Sustentável e a Gestão de Resíduos na Administração Pública" nas Regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. Os Fóruns Regionais reuniram 420 pessoas. Também foi realizado, com a mesma temática, o 7º Fórum Nacional da A3P que contou com a participação de 300 pessoas. Em relação aos Termos de Adesão, atualmente, 160 instituições públicas já implementam a Agenda de forma voluntária.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

18/03/2013

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de Fiscalização da Função Social da Propriedade	%	01/01/2010	0,5	31/12/2012	0,24
Índice de Ordenamento Fundiário na região da Amazônia Legal	%	01/01/2010	7,26	31/12/2012	21,16
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	%	01/01/2010	24,16	31/12/2012	25,4
Índice de Provimento de Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária	%	01/01/2010	32	31/12/2012	26
Índice de Regularização Fundiária (exceto região da Amazônia Legal)	%	01/01/2010	77,36	31/12/2012	74,78

Observações:

Índice de Provimento de Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária - Índice decresceu devido ao fato de que algumas chamadas públicas de 2012 não receberam propostas ou as entidades não atenderam aos requisitos do edital. Outras chamadas terão efetividade em 2013.

OBJETIVO: 0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Visando aumentar a governança sobre a malha fundiária brasileira, o Incra vem trabalhando no desenvolvimento de mecanismos que proporcionem transparência, qualificação das informações, agilidade nos procedimentos e melhoria no atendimento ao cidadão. O Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) passa por um processo de modernização com automação de serviços, como a emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) via internet, inovação que aferiu maior agilidade e desburocratizou o processo de emissão. A atualização de dados por proprietários de imóveis rurais no SNCR através da internet, a partir da implantação da e-DP (Declaração Eletrônica de Proprietário) permitirá atualização de dados cadastrais de forma ágil e simplificada. No tema do controle de aquisição de terras por estrangeiros à partir da implantação do Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro (Sisnate), módulo do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), desenvolvido em 2012, o Incra disporá de uma ferramenta que agregará com maior grau de confiabilidade informações sobre autorizações para aquisição e arrendamento de terras por estrangeiros. A certificação de imóveis rurais passou a contar, a partir de dezembro de 2012, com a Norma de Execução nº 105, visando dar maior celeridade aos procedimentos, além de dispor de um sistema eletrônico de recepção de peças técnicas e documentos, aptos a fazer críticas e fornecer a certificação, caso não haja impedimentos. Essas mudanças irão impactar diretamente o setor produtivo rural, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País, uma vez que possibilitará ao Incra vencer o passivo de cerca de 40 mil processos de certificação abertos e reduzirá drasticamente os prazos para novas certificações. Com a automatização do processo, a atuação passa a ter mais foco em casos que evidenciam conflitos ou distorções, propiciando dinamismo, transparência e agilidade na certificação de imóveis, além de orientar as ações de fiscalização e gestão do cadastro de imóveis rurais. Destaque para a superação da meta estabelecida para a disponibilização de imóveis rurais no acervo fundiário digital assim como para a emissão de certificados de



cadastros de imóveis rurais.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% o número de estações ativas de cobertura da Rede Inbra de Bases Comunitárias do GPS - RIBAC mediante a instalação de 40 novos equipamentos, totalizando 120, e disponibilizar oportunidades para cooperação internacional em georreferenciamento de imóveis rurais**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram implementadas apenas duas estações, dadas as dificuldades de parceria para a definição de seu posicionamento. Entre os maiores obstáculos, está a localização de bases em áreas sem a devida cobertura nas Regiões Norte e Centro-Oeste. A localização deverá ter as seguintes características: possuir fonte de energia, instalações secas, conexão de rede via rádio ou cabo, ser órgão público que facilite o acesso para manutenção ou troca em caso de avaria, sem necessidade de aluguel ou indenização para uso do espaço.

Negociações com a Infraero possibilitarão atingir a meta de ampliar essa rede e ao mesmo tempo garantir a logística de posicionamento, manutenção, energia, comunicação e espaço físico adequado, já que existe monitoramento em várias pistas regionais. Outra parceria a ser feita é com a Funai, cujos postos possuem geradores capazes de abastecer as estações.

Porém, mais importante do que a aquisição de novos equipamentos é a localização, montagem, conexão com a RIBaC e a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS (RBMC) e, principalmente, a manutenção dos equipamentos existentes. Nesse sentido, existem entraves para a atualização do software de controle da rede, monitoramento dos dados e manutenção da rede e das estações ativas.

- **Desenvolver e implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) em conjunto com a Receita Federal do Brasil (RFB), mediante a. Formalização da parceria INCRA e RFB; b. Fechamento do modelo conceitual; c. Desenvolvimento e produção**

Análise Situacional da Meta

A parceria entre o Incra e a RFB para o desenvolvimento do CNIR foi formalizada com a edição de Portaria Conjunta INCRA/RFB nº 3.779/2011, que constitui Grupo de Trabalho do CNIR e tem o seguinte cronograma:

a) Fechamento do modelo conceitual – programado para 2013, com o produto inicial sendo o batimento das bases cadastrais do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e do Cadastro de Imóveis Rurais - Cafir/RFB em andamento - primeiro produto a ser gerado pelo CNIR, em 2013.

b) Desenvolvimento e Produção – programado para 2013/2014.

- **Disponibilizar aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais 120 mil polígonos de imóveis rurais através do acervo fundiário digital do INCRA, mediante a. Inserção no banco de dados geográfico do INCRA de limites de imóveis rurais particulares e áreas públicas georreferenciadas e certificadas; b. Interoperabilidade de dados via rede mundial de computadores, segundo os padrões da infraestrutura nacional de dados espaciais (INDE)**

Análise Situacional da Meta

O acervo fundiário está disponível para o acesso público em www.incra.gov.br/i3geo, com interoperabilidade via rede mundial de computadores e em fase final de inserção na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde). Há 40.179 imóveis já certificados, 80.000 imóveis georreferenciados a partir de convênio do MDA com os Estados e 82.000 imóveis georreferenciados provenientes de convênio entre o Incra e o Estado do Ceará, ultrapassando a meta estabelecida para os quatro anos de vigência do PPA. Além disso, a implantação do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) para recepcionar até 20.000 imóveis/mês estará disponível on-line via I3GEO, até o fim do primeiro semestre de 2013.

**Quantidade alcançada**

202.179

Data de Referência

31/12/2012

• Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR)**Análise Situacional da Meta**

Em 2012, foram emitidos 2.127.412 CCIR, ultrapassando a meta estabelecida para o período do PPA. O desempenho resulta da modernização pela qual passa o SNCR, com a funcionalidade de emissão do CCIR pela internet, o que propiciou maior agilidade e desburocratizou o processo de emissão.

Quantidade alcançada

2.127.412

Data de Referência

31/12/2012

• Fiscalizar a aquisição e o arrendamento de terras por estrangeiros em todo o território nacional, com ação cadastral prioritária em imóveis adquiridos por pessoas, inclusive brasileiras com capital estrangeiro, que estejam situados prioritariamente em áreas estratégicas para o País, com alta valoração e acima de 20 módulos de exploração indefinida**Análise Situacional da Meta**

Em 2012, foi concluído o desenvolvimento do Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro - Sisnate, módulo do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR que agregará informações sobre autorizações para aquisição e arrendamento de terras por estrangeiros, seja dos processos tramitando no Incra, seja dos imóveis já adquiridos, a partir de um processo de depuração e migração de informações do SNCR, base que dará suporte ao trabalho de fiscalização.

• Implantar um Serviço de Certificação de Imóveis Rurais automatizado, acessível através da rede mundial de computadores, mediante: a. Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações tabulares; b. Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações geográficas**Análise Situacional da Meta**

O Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) está em fase de homologação. Esse sistema foi criado para dar suporte à recepção, organização, validação, regularização e disponibilização de dados cadastrais rurais, incluindo sua localização e configuração espacial. Compreende cinco módulos, sendo um deles o módulo georreferenciamento, utilizado para gestão de dados fundiários, incluindo a certificação de imóveis rurais que está em processo de homologação para funcionamento no primeiro semestre de 2013.

• Levar a presença da Rede Nacional de Cadastro Rural para 60% dos municípios jurisdicionados em cada Unidade da Federação, com prioridade para aqueles com maior densidade de imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**Análise Situacional da Meta**

A Rede Nacional de Cadastro Rural é formada pelas Superintendências Regionais, Unidades Avançadas e pelas Unidades Municipais de Cadastramento (UMC). Em 2011, a rede era composta por 30 Superintendências Regionais, 45 Unidades Avançadas e cerca de 2.800 Unidades Municipais de Cadastramento, presentes em pouco mais de 50% dos Municípios brasileiros. Em 2012, o número de UMC em atividade era de aproximadamente 2.700, o que representa 48,6% dos municípios brasileiros. Essa redução ocorreu em razão do final da vigência de alguns termos de cooperação firmados entre o Incra e as Prefeituras Municipais que ainda não foram renovados e também em função das eleições municipais de 2012, que resultou na troca de gestores, para os quais serão retomados os trabalhos de cooperação. No período de 2013 a 2015 serão intensificadas as articulações interinstitucionais para a implantação das UMC visando ao alcance da meta proposta. Ademais, com a emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR pela internet, já disponível, e da Declaração Eletrônica de Proprietário, prevista para 2013, o acesso dos cidadãos à Rede Nacional de



Cadastro Rural será universalizado.

Quantidade alcançada

48,6

Data de Referência

31/12/2012

- **Modernizar o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), agregar valor e massificar seu acesso e o dos dados do Acervo Fundiário Nacional à população, mediante: a.Definição dos requisitos necessários para concepção de um novo sistema que contemple os conceitos previstos na Lei nº 10.267/2001; b.Contratação de serviço tecnológico para o desenvolvimento do SNCR; c.Desenvolvimento e implantação dos módulos do novo SNCR; d.Implementação do módulo específico de acessibilidade para a população**

Análise Situacional da Meta

A modernização do SNCR passa pela discussão no âmbito do Projeto Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR, que vai desde o modelo conceitual até a reformulação do atual sistema. Está em desenvolvimento a implantação da e-DP (atualização cadastral via internet), com previsão de implantação para 2013, o que demandará a reformulação do atual sistema bem como o desenvolvimento do SNCR-Consulta, ferramenta de acesso público às informações do SNCR, com previsão de implantação para 2013.

- **Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram atualizadas as informações de 292.548 imóveis rurais no SNCR (24,4% da meta para o período 2012-2015). Considerando que em 2013 haverá emissão massiva de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR do período 2010-2013, o volume de atualizações terá um incremento considerável, viabilizando o alcance da meta proposta.

Quantidade alcançada

292.548

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar a fiscalização cadastral de imóveis rurais, elegendo preferencialmente aqueles cuja área ultrapassa a 15 módulos fiscais, verificando a legalidade do domínio e o cumprimento da função social e classificando os imóveis rurais**

Análise Situacional da Meta

Constam da base do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR 141.336 imóveis de domínio privado com área superior a 15 módulos fiscais. Para dar suporte a meta, em 2013 será elaborado o Plano Nacional de Fiscalização, tendo como referencial de planejamento:

- 1) Imóveis com registro de trabalho escravo;
- 2) Imóveis situados na área de abrangência do Plano Brasil Sem Miséria;
- 3) Imóveis situados em áreas de grande concentração fundiária;
- 4) Imóveis situados em áreas de conflitos agrários;
- 5) Imóveis situados em municípios com sobreposição de área cadastrada.

OBJETIVO: 0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da



pobreza no meio rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A regularização fundiária é uma atividade importante para a inclusão social. Desde 2009, a regularização fundiária passou a ser executada de forma compartilhada, cabendo à Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL, a regularização de áreas em tal âmbito, e à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, a regularização fundiária fora da Amazônia Legal.

Algumas ações desenvolvidas foram: 1) Levantamento e identificação das áreas com maior incidência de posseiros, propondo aos estados que a execução seja realizada prioritariamente nessas áreas;

2) Realização e participação em oficinas com todos os atores envolvidos direta ou indiretamente na execução, visando à identificação de entraves e proposição de solução para ampliação e massificação da política de regularização fundiária e;

3) Discussões para aperfeiçoamento dos marcos legais que disciplinam a execução da política de regularização fundiária.

Metas 2012-2015

• Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de ha

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, o somatório das áreas dos imóveis certificados foi de 23.584.993 hectares. Com a implantação do Sigef no primeiro semestre de 2013, a expectativa é de alcançar a meta proposta, uma vez que esse sistema vai dinamizar o processo de certificação resultando no aumento da área certificada nos próximos três anos.

Quantidade alcançada

23.584.993

Data de Referência

31/12/2012

• Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de atingir essa meta e considerando que a execução, em quase sua totalidade, é proveniente de execução indireta, por meio de parcerias com os estados para regularização fundiária de suas terras devolutas, o Incra vem promovendo ações visando à realização de convênios com os estados para o geocadastramento e a regularização fundiária de imóveis rurais, a exemplo do convênio firmado com o estado de Pernambuco, cuja meta é regularizar 35.357 imóveis. Em 2012, foi efetuada a regularização de 35.981 imóveis rurais fora da Amazônia Legal.

Quantidade alcançada

35.981

Data de Referência

31/12/2012

• Georreferenciamento de 4 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal

Análise Situacional da Meta

Foram georreferenciadas 13,279 milhões de hectares no ano de 2012.

Em 2013, será realizado um novo pregão para o georreferenciamento de aproximadamente três milhões de hectares.

Com este pregão deverão ser medidas cerca de 30.000 ocupações, além de glebas e áreas urbanas.

**Quantidade alcançada**

2,98

Data de Referência

31/12/2012

- **Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram georreferenciadas 60 glebas perfazendo uma área de 4,24 milhões de hectares, tendo sido certificadas 20 glebas federais correspondendo a uma área de 1,72 milhões de hectares, que estão sendo alvos de destinação pelo Programa Terra Legal, dos quais foram destinados 167.036 hectares. Em 2013, pretende-se certificar todas as 60 glebas já georreferenciadas.

Quantidade alcançada

167.036

Data de Referência

31/12/2012

- **Identificar, cadastrar e georreferenciar 104 mil estabelecimentos agropecuários e domicílios dentro dos 57 milhões de ha de terras públicas federais remanescentes, localizadas na Amazônia Legal - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

Foram cadastrados 4.614 posseiros e georreferenciadas 34.977 ocupações no ano de 2012. Devido à grande mobilidade dos posseiros na região amazônica, apenas 46% das posses georreferenciadas possuem cadastro e em 2013 a meta é cadastrar cerca de 50 mil posses já georreferenciadas.

Quantidade alcançada

34.977

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	104.000	unidade	34.977	03/12/2012

- **Promover a regularização e a ratificação de 200 mil títulos de posses em faixa de fronteira, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

O Programa Terra legal – PTL foi criado em 2009 com perspectiva de ter sua execução até 2014 podendo ser prorrogada por mais 5 anos, até 2019. Até 2012, o PTL operou numa lógica para a regularização com as seguintes etapas: Cadastramento, Georreferenciamento e Titulação. Nesse sentido, até esse ano, houve um grande processo de cadastramento de pessoas interessadas em regularizar suas posses de terras, isso resultou em mais de 150 mil cadastros, dos quais pouco mais de 60 mil são propícios a regularização.

Em 2012, para conceder agilidade ao Programa, passou-se a iniciar o processo pelo Georreferenciamento para, em seguida, proceder ao cadastramento dos ocupantes destas áreas, dando uma lógica de ação mais focada e direcionada para o alcance das metas de titulação. Houve um crescimento expressivo em relação aos dados: de 1.226, em 2009-2011, para 2.694, em 2012, correspondendo a um crescimento de 120%. Assim, em 2012, foram emitidos 97 títulos na faixa de fronteira, perfazendo uma área de 4,5 mil hectares.



Em 2013, a partir da simplificação dos procedimentos, em conjunto com o Conselho de Defesa Nacional, o assentimento passará a ser feito por glebas, em vez de individualmente. Assim, a meta para o próximo ano é titular cerca de 7 mil ocupações em faixa de fronteira já medidas pelo Programa Terra Legal. Tem-se investido na qualificação dos escritórios regionais de forma a dirimir toda e qualquer problemática em relação aos processos e procedimentos atuais para destinação e titulação das terras públicas na Amazônia Legal.

Quantidade alcançada

97

Data de Referência

31/12/2012

• **Regularização fundiária de 49 milhões de ha de terras públicas federais e estaduais na Amazônia Legal - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

Foram destinadas, no ano de 2012, 2.694 áreas na Amazônia Legal, totalizando 167.036 hectares. Em 2013, pretende-se destinar cerca de 18.000 ocupações já georreferenciadas, em cerca de 1,35 milhão de hectares.

Atualmente, o Programa está empreendendo esforços no sentido de organização da secretaria e de seus 11 escritórios regionais nos nove estados da Amazônia Legal para que a meta de destinar 49 milhões de ha de terras públicas na Amazônia Legal seja alcançada.

Iniciou-se um processo de “Destinação Massiva” através de uma Câmara técnica de destinação, foro em que estão reunidos órgãos da esfera pública federal como ICMBIO, FUNAI, SPU e outros, em que se faz uma análise prévia da necessidade de regularização de cada gleba de acordo com sua origem. Assim, se for identificada pela FUNAI presença de tribo indígena isolada, procede-se à destinação para a Fundação para que ela faça os seus estudos e posteriormente possa regularizá-la como Terra Indígena, por exemplo. Dessa forma, espera-se contribuir de forma qualificada com a destinação das Terras Públicas da Amazônia Legal.

Quantidade alcançada

167.036

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	49.000.000	ha	105.000	03/03/2012

• **Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**

Análise Situacional da Meta

A meta de verificação do cumprimento da função social da propriedade está intrinsecamente ligada às ações realizadas para desapropriação de terras improdutivas para a Reforma Agrária. Em 2012, as vistorias realizadas com esse fim foram de 455,8 mil hectares, o que está orientado pelas diretrizes atuais da Política de Reforma Agrária. A partir de 2013, essa meta passará para o âmbito da fiscalização cadastral de imóveis, a partir da análise das informações do Sistema Nacional de Cadastro Rural, não se limitando mais à vistoria para desapropriação. Ademais, a meta de 16 milhões de hectares foi superestimada, porque levou em conta vistorias de toda ordem, incluindo, por exemplo, as terras públicas que não são objeto de verificação de cumprimento da função social, mas compunham a série histórica do indicador.

Quantidade alcançada

455.800

Data de Referência

31/12/2012



OBJETIVO: 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A meta inicial de 45 mil famílias foi ajustada para 22 mil. Em 2012, 23.075 famílias resultaram homologadas e selecionadas para o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Foram criados 117 projetos de assentamento, totalizando 322.314 hectares, com capacidade para assentar 7.318 famílias. Desse total, 88 projetos foram obtidos de forma onerosa e 29 foram criados em terras públicas. Outra atividade de complementação à meta de assentamento foi a supervisão ocupacional, realizada em continuidade ao combate à venda dos lotes, que, alcançou mais 14.055 lotes.

Foi verificada a efetiva ocupação dos lotes e ações de retomada foram implementadas quando constatadas irregularidades, desistências ou evasões. A base de cadastro de famílias assentadas em 2012 foi repassada para o Ministério de Desenvolvimento Social visando à integração ao Cadastro Único, para que as 23.075 famílias selecionadas possam acessar os demais programas sociais de governo, contribuindo para a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural no Brasil.

A infraestrutura básica nos projetos de assentamento é composta, prioritariamente, pela implantação e/ou recuperação de estradas vicinais, pela implantação de sistema de abastecimento de água e, em casos pontuais e emergenciais, outros tipos de obras, para proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

No âmbito nacional, a aplicação do Crédito Instalação totalizou 46.129 créditos supervisionados em 2.006 projetos de assentamento.

Encontra-se em estudo de viabilidade a concentração das oito modalidades atuais do Crédito Instalação, com exceção do Apoio Mulher e da Aquisição/Recuperação de Materiais de Construção, numa modalidade única com o intuito de facilitar o monitoramento da aplicação e acelerar a efetiva aplicação do recurso pelo beneficiário. A modalidade única de crédito terá por fim a geração de emprego e renda. A modalidade Aquisição de Materiais de Construção será extinta do Incra pois os recursos destinados à moradia dos beneficiários provirão do programa Minha Casa Minha Vida. O Apoio Mulher será mantido, tendo em vista seu caráter peculiar de auxílio à mulher assentada em atividades que gerem renda, garantindo-lhe a igualdade de gênero. Está em desenvolvimento um sistema para aperfeiçoar, tanto em nível regional quanto central, o acompanhamento, a supervisão e a cobrança da aplicação dos créditos.

Metas 2012-2015

- **Apoiar o usufruto exclusivo dos Povos Indígenas ao seu território através do assentamento de ocupantes não-indígenas no processo de regularização das Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

Para apoiar o usufruto exclusivo dos povos indígenas ao seu território, 609 famílias desintrusadas das Terras Indígenas Maraiwatsede, no Mato Grosso, e Apyterewa, no Pará, foram cadastradas e assentadas, no âmbito do PNRA.

- **Assentar 200 mil famílias**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram homologadas 23.075 famílias selecionadas para o PNRA.

Quantidade alcançada

23.075

**Data de Referência**

31/12/2012

- **Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram atendidas 47.275 mil famílias nas diversas modalidades do Crédito Instalação. Na modalidade Apoio Mulher, 5.436 contratos foram firmados. A aplicação da modalidade Apoio Mulher garantiu maior participação na produção de alimentos, geração de renda e fortalecimento da organização econômica das mulheres.

Quantidade alcançada

47.275

Data de Referência

31/12/2012

- **Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram concluídas obras de 160 sistemas de abastecimento de água, beneficiando 5.935 famílias e estavam em execução obras de 1.227 sistemas de abastecimento de água, com previsão de conclusão no ano de 2013, cuja meta é atender 28.796 famílias.

Além dessas obras, o Incra firmou parceria com o Ministério da Integração Nacional, visando à recuperação e/ou ampliação, até 2014, de sistemas de abastecimento de água em 575 projetos de assentamento, para beneficiar 31.696 famílias.

Quantidade alcançada

5.935

Data de Referência

31/12/2012

- **Conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

O fomento se destina a consolidar a segurança alimentar das famílias e o fortalecimento do processo de geração de excedente produtivo. No exercício de 2012, a modalidade de Crédito Fomento atingiu 5.968 famílias em 179 projetos de assentamento e mais 2.301 famílias, em 61 projetos de assentamento, receberam o crédito Adicional de Fomento, num total de 8.269 famílias.

Quantidade alcançada

8.269

Data de Referência

31/12/2012

- **Construir e/ou reformar 120 mil casas**

Análise Situacional da Meta

A existência de moradia favorece a permanência das famílias em seus lotes, com melhoria na qualidade de vida e principalmente o respeito à sua dignidade. A construção e/ou reforma de casas em 2012 totalizou 18.969 unidades.

**Quantidade alcançada**

18.969

Data de Referência

31/12/2012

• Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas**Análise Situacional da Meta**

Além da manutenção das outras modalidades de contratação que vinham sendo apoiadas, foi adotada uma nova diretriz para tais obras, que consiste em estabelecer parcerias entre as Superintendências Regionais do Incra e as Prefeituras Municipais que estão sendo contempladas pelo MDA para receber equipamentos destinados à construção e reforma de estradas dentro da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

No ano de 2012, foram construídos ou recuperados 4.897 quilômetros de estradas, beneficiando 41.970 famílias. Em 2013, devem ser concluídas as obras em 23.119 quilômetros de estradas que atendem a 165.773 famílias ultrapassando a meta de 25 mil quilômetros a ser alcançada até 2015.

Quantidade alcançada

4.897

Data de Referência

31/12/2012

• Criar 800 projetos de assentamento**Análise Situacional da Meta**

No exercício de 2012, foram criados 117 projetos de assentamento, totalizando 322.314 hectares, sendo 88 projetos por meio de desapropriação onerosa e 29 projetos criados em terras públicas, com capacidade de 7.318 famílias. Foram publicados 32 decretos de desapropriação.

Quantidade alcançada

117

Data de Referência

31/12/2012

• Obter 1 milhão de hectares**Análise Situacional da Meta**

O acesso a terra é essencial no esforço de superação das condições de pobreza extrema no campo. Em 2012, foram obtidos por meio oneroso 56 imóveis, correspondendo a 107.464,65 hectares, objeto das indenizações iniciais nas aquisições de imóveis rurais. Além desses, outros 37 imóveis, com 83.481,44 hectares, têm processos para pagamento e mais 16 imóveis, com 20.931,07 hectares, aguardam a disponibilização de recursos financeiros. Outro destaque refere-se aos 32 decretos de desapropriação que foram publicados, perfazendo um total de 66 mil hectares com capacidade para 1.736 famílias.

Quantidade alcançada

107.464,65

Data de Referência

31/12/2012

• Promover articulação para a construção e reforma de postos de saúde, com prioridade para os 946 projetos de assentamento com mais de 200 famílias**Análise Situacional da Meta**

Foram feitas articulações pelas Superintendências Regionais com os Estados e Municípios, mas, até o final do



exercício, não se dispunha de informações efetivas sobre a quantificação

- **Promover articulação para a construção e reforma de prédios escolares, com prioridade para os 946 projetos de assentamento com mais de 200 famílias**

Análise Situacional da Meta

Foram feitas articulações pelas Superintendências Regionais com os Estados e Municípios, mas, até o final do exercício, não se dispunha de informações efetivas sobre a quantificação

- **Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos**

Análise Situacional da Meta

A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, exige que todos os imóveis rurais tenham o Cadastro Ambiental Rural – CAR. A implementação do CAR poderá alterar a metodologia de licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária. A inscrição do imóvel rural no CAR deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual. Em sete Estados, o sistema já está funcionando, e em todos os outros, encontra-se em fase de implementação. Nos estados em que o sistema está implantado, o protocolo das licenças é precedido do CAR, o que tem ocasionado um atraso na solicitação das licenças. Em 2012, foram protocoladas 630 licenças.

Quantidade alcançada

630

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A garantia de infraestrutura básica nos projetos de assentamentos (abastecimento de água, energia elétrica, acesso aos lotes e habitação rural) é uma importante diretriz, envolvendo a integração das ações do Incra com os programas Água para Todos, Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida e PAC Infraestrutura (PAC 2). Adicionalmente, em 2012, buscou-se a promoção do desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento com geração de renda e incentivo à adoção de alternativas sustentáveis de produção com a atividade de manejo de fauna no estado do Amazonas, cuja realização deverá ocorrer a partir de 2013. Também o Programa Assentamentos Verdes traz uma série de ações concernentes à gestão ambiental para a Amazônia Legal, que deverão ser definidas e executadas a partir de 2013.

Metas 2012-2015

- **Apoiar o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ampliando o**

**número de contratos para 60% das famílias assentadas****Análise Situacional da Meta**

O acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é feito mediante apresentação de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas aptas a realizarem operações de crédito rural sob o amparo do programa, em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil. Cabe ao Incra, por meio de suas Superintendências Regionais, a emissão de DAP para as famílias beneficiárias do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA enquadradas nos grupos 'A' e 'A/C'.

Em 2012, 50% das famílias assentadas tiveram DAP emitidas pelo Incra. Os contratos de crédito rural são realizados pelos agentes financeiros e, no exercício de 2012, 29% das famílias assentadas realizaram contratos de crédito no amparo do Pronaf 'A' e 'A/C'. O quantitativo de créditos contratados mediante as linhas do Pronaf pelos beneficiários da reforma agrária é fornecido pelos bancos operadores do financiamento (Banco da Amazônia, Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil), sendo que o Banco da Amazônia, responsável pela contratação de cerca de 60% das operações efetivadas, ainda não havia informado os números atualizados de contratos efetuados em 2012.

Em dezembro de 2012, o MDA, para atender as mudanças da norma do crédito rural do Pronaf, publicou a Portaria nº 102, modificando condições e procedimentos para emissão de DAP. Com isso, o Incra ficou autorizado a emitir também as DAP principal, acessórias e especiais para os agricultores familiares que não fazem parte dos grupos 'A' e 'A/C', incluindo-se os agricultores familiares do grupo 'B' e 'V', possibilitando, portanto, ampliar o número de agricultores familiares assentados a terem acesso ao crédito rural.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

31/12/2012

• Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização**Análise Situacional da Meta**

O Terra Sol é um programa de fomento à agroindustrialização e à comercialização por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, além de gestão e implantação/recuperação/ampliação de agroindústrias.

Para melhor entendimento jurídico e técnico e visando à ampliação do Programa Terra Sol nas Superintendências Regionais, a Norma de Execução e o Manual Operativo do Programa foram revisados, aproveitando as experiências dos primeiros anos de sua execução e aprimorando os procedimentos.

Foi realizada, de 26 a 30 março de 2012, em Brasília, uma oficina de elaboração de projetos do Terra Sol com as 13 superintendências que, nos últimos anos, não vinham obtendo desempenho significativo no programa. Foi proposta – e está em curso – a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica envolvendo o Incra, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil (BB), a Fundação Banco do Brasil (FBB) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), visando à ampliação dos recursos destinados à agroindustrialização e às atividades pluriativas. Este acordo prevê um aporte de R\$ 300 milhões, sendo R\$ 150 milhões do BNDES e R\$ 150 milhões do Incra. Para levantamento da demanda de propostas em todo país, em fevereiro de 2013 será lançado Edital de Chamada Pública com prazo de cinco anos (prorrogáveis), com a FBB atuando como escritório de projetos para melhorar a fundamentação das propostas.



Com estas iniciativas, espera-se um melhor desempenho do Programa Terra Sol. A parceria com a Conab como parceiro financiador visa a garantir uma maior vinculação dos produtos gerados via agroindustrialização nos assentamentos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No exercício de 2012, foram contratados 51 projetos em 251 projetos de assentamento, beneficiando 8.408 famílias. Dessas, 1.589 famílias foram atendidas com recursos do exercício. O Acordo de Cooperação Técnica estabelecido entre Inera e BNDES, BB, FBB e Conab, amplia a possibilidade de, até 2015, alcançar, e até mesmo superar, a meta de atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização.

Quantidade alcançada

8.408

Data de Referência

31/12/2012

- **Conceder 50 mil títulos às famílias assentadas e às entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso**

Análise Situacional da Meta

Foram emitidos 27.010 Contratos de Concessão de Uso (CCU), 2.253 Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) e 497 Títulos de Domínio (TD), totalizando 29.760 documentos.

Foi priorizado o CCU visando a alcançar o máximo de assentamentos, face o seu caráter estruturante, uma vez que é pré-condição à concessão e recebimento do Crédito Instalação em suas diferentes modalidades. Para projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados, foram emitidos os CCURU. A emissão dos Títulos de Domínio foi condicionada aos projetos de assentamento que já tenham atingido a autossuficiência. Quanto à indenização de benfeitorias de boa-fé, foram priorizados os pagamentos em que os processos estavam concluídos.

Quantidade alcançada

29.760

Data de Referência

31/12/2012

- **Construir instrumentos de priorização dos grupos produtivos de mulheres no Programa Terra Sol**

Análise Situacional da Meta

O critério de gênero, prevendo maior pontuação para os projetos que contemplem maiores percentuais de mulheres, foi incluído no Edital de Chamada Pública que levantará a demanda de projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas para o Programa.

- **Elaborar diagnóstico nacional sobre a participação das mulheres da reforma agrária na economia dos projetos de assentamento**

Análise Situacional da Meta

Será desenvolvida, nos próximos anos, articulação com os processos de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) para levantamento de gênero nos empreendimentos desenvolvidos nos projetos de assentamento e participação em programas governamentais, como PAA e PNAE, dentre outros.

- **Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 26 projetos de assentamento foram atendidos. Esse número decorre de atividades relacionadas principalmente à execução de convênios pré-existentes e realização de vistorias de cunho ambiental nos assentamentos.



Há o entendimento de que a execução do Programa Assentamentos Verdes a partir de 2013, juntamente com diversas tarefas de gestão ambiental programada pelas Superintendências Regionais, agilizarão as ações de gestão ambiental.

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária proporcionou a continuidade e acesso aos cursos de Educação de Jovens e Adultos de níveis médio e superior, por meio de parcerias com instituições de ensino públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas sem fins lucrativos. Ocorreu ainda a assinatura de um termo de compromisso entre Incra e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior com vistas ao aperfeiçoamento das parcerias entre o Incra e as instituições federais de ensino superior nas atividades de ensino, pesquisa e extensão no País, mediante a execução de programas e ações que visem ao desenvolvimento dos assentamentos articulados à estratégia de superação da pobreza, melhoria das condições de produção e renda, comercialização e integração aos programas e políticas públicas de desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental. Além disso, com lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), MDA e Superintendências Regionais trabalharam juntas para divulgar e levantar a demanda para o Pronatec/Campo, visando ao acesso da população jovem e adulta das áreas da Reforma Agrária. Ademais, o Projeto Arte e Cultura foi discutido com o Ministério da Cultura e a Secretaria Nacional de Juventude. Apresentou-se, ainda, o Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação, com foco na geração de renda para os jovens que estão no meio rural. Em 2013, serão intensificados o diálogo e a articulação com outros ministérios no tocante a saúde, esporte e lazer.

Metas 2012-2015

- **Ampliar as iniciativas de articulação interinstitucional para a construção de creches e escolas de educação básica (infantil, fundamental e média) nos assentamentos**

Análise Situacional da Meta

O Incra e o MDA reativaram sua participação no Grupo de Trabalho de Educação Infantil do Campo instituído pelo Ministério da Educação, com o objetivo de articular ações com vistas à ampliação da oferta de Educação Infantil nos assentamentos, por meio da construção de creches e investimentos em equipamentos de educação infantil nas escolas já existentes. O GT envolverá ainda outros órgãos, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres, além dos movimentos sociais do campo.

- **Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi possível manter em sala de aula 3.058 alunos de parcerias plurianuais, estabelecidas por convênio ou termo de cooperação com instituições de ensino públicas ou privadas sem fins lucrativos para realização de cursos com duração de 2 a 6 anos e celebradas em exercícios anteriores, e a inserção de 530 novos alunos. Do total, 772 aluno estão no nível superior e 1.886, em cursos técnicos de nível médio.

Quantidade alcançada

3.058

Data de Referência



31/12/2012

- **Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social**

Análise Situacional da Meta

Além da continuidade da parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que já capacita 850 profissionais, foi celebrada outra parceria com o CNPq com o objetivo de apoiar projetos de pesquisa científica tecnológica e extensão, com a formação de 1.500 profissionais. A seleção dos projetos será feita com foco em inovação tecnológica que desenvolva ações de experimentação, validação e disponibilização participativa de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento dos assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Os projetos terão como propósito a qualificação da formação de assentados, estudantes e técnicos extensionistas, geração de conhecimento, capacitação técnico-profissional e serviços de ATES para os assentados, considerando os princípios e objetivos da política de educação do campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Decreto nº 7.352/2010) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010).

Quantidade alcançada

850

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 3.200 bibliotecas rurais em assentamentos da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), o Ministério da Educação está selecionando as obras que integrarão o acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola que será enviado a todas as escolas de assentamentos. Pesquisa a ser realizada no segundo semestre de 2013, pelo Incra em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a partir dos dados do MEC, indicará o número de escolas a serem atendidas com bibliotecas. As Superintendências Regionais do Incra levantarão as demandas dos assentamentos e as apresentarão aos Municípios. O MEC destinará recursos para o cumprimento desta ação aos Municípios que aderirem ao Programa de Ações Articuladas.

- **Manter 10.000 alunos em processo de alfabetização e ou escolarização anualmente**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 6.046 alunos, entre assentados e acampados, participaram de sete projetos em execução. Atualmente, há 18 projetos aprovados e selecionados, com previsão de atendimento à 18.510 pessoas, com a demanda surgindo da discussão entre as instituições de ensino, Incra e movimentos sociais representantes dos trabalhadores.

Quantidade alcançada

6.046

Data de Referência

31/12/2012

- **Promover articulações com o objetivo de captar investimentos em equipamentos esportivos e desenvolvimento do esporte, com prioridade para os assentamentos com mais de 200 famílias**

Análise Situacional da Meta

As iniciativas se desenvolvem em articulação direta com os governos estaduais, já que o Incra tem parcerias com algumas Secretarias de Educação, assim como participa de diversos comitês estaduais de educação do campo, que articula as ações do PRONACAMPO, e de todos os comitês estaduais do PRONATEC, ambos programas do MEC. Nessas instâncias são tratados não somente assuntos específicos dos programas, mas também é discutido o acesso aos demais programas da Secretaria de Estado ou do Ministério da Educação, como o Mais Educação e o acesso ao financiamento de quadras de esportes cobertas.



- **Promover articulações com o objetivo de contemplar, nas iniciativas de prevenção e assistência integral à saúde, ações específicas direcionadas ao público da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

O Incra participa do GT da Terra, grupo de trabalho criado pelo Ministério da Saúde para discutir e implementar ações direcionadas à população rural. Nos estados, as ações se desenvolvem em parceria com os órgãos estaduais, nos mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, operacionalizado pelo Incra.

- **Promover articulações com o objetivo de inscrever nos editais de fomento e difusão cultural ações específicas destinadas ao público da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

Em novembro de 2012, o Incra realizou reunião com o Ministério da Cultura para discutir a articulação de ações visando ao fomento da produção cultural dos assentamentos na perspectiva da economia criativa. O Incra contribuiu com a matriz de elaboração do projeto. As tratativas deverão seguir em 2013, com vistas a um termo de cooperação entre o MinC e o MDA.

OBJETIVO: 0423 - Reduzir a violência no campo com a mediação de conflitos agrários, a prevenção de tensão social no campo e a promoção de assistência às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, garantindo o efetivo acesso às políticas públicas sociais, em especial o combate à fome e à miséria.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

No decorrer de 2012, o MDA, por meio da Ouvidoria Agrária Nacional, realizou inúmeras atividades de mediação de conflitos agrários, prevenção de tensão social e violência no campo, atendimento de denúncias, assistência social, técnica e jurídica a famílias acampadas, e capacitação de mediadores de conflitos sociais, mediante atividades da administração pública federal direta e indireta e/ou parceiras com diversos órgãos da União e das Unidades Federativas, a exemplo da Justiça Federal, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Defensoria Pública da União, Tribunais de Justiça dos Estados, Procuradorias de Justiça Estaduais, Defensorias Públicas Estaduais, Polícias Civil e Militar. Essas parcerias, obtidas em boa parte por meio da especialização das entidades para o combate à violência no campo, foram fundamentais para um maior alcance das ações. Com relação ao combate à fome e à miséria, um fator que dificultou o avanço foi a ausência de um cadastro qualificado das famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra. Em 2013, essa dificuldade deve ser superada com a parceria com o MDS para inclusão das famílias no CadÚnico, por meio da busca ativa.

Metas 2012-2015

- **Implementar o cadastramento das famílias acampadas para fins de inclusão nas políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

A execução do cadastramento das famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terras é realizada pelo Incra, por meio de suas Superintendências Regionais. No exercício de 2012, o Incra conseguiu qualificar boa parte da demanda, chegando ao número aproximado de 115 mil famílias acampadas. A dificuldade de acesso aos acampamentos, rotatividade das famílias e ausência de documentos pessoais dos trabalhadores foram alguns fatores que dificultaram o trabalho. Em 2013, a meta deve ser totalmente alcançada, haja vista a interação com o MDS para que as famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terras, bem como as famílias assentadas, sejam incluídas no CadÚnico, por meio de um trabalho de busca ativa específico.

- **Reduzir o número de mortes decorrentes de conflitos agrários, por meio da mediação e prevenção de tensão social no campo**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, ocorreram 12 homicídios e em 2012 foram registradas sete mortes decorrentes de conflitos agrários. Embora não seja possível auferir a quantidade de homicídios decorrentes de conflitos agrários que deixam de acontecer devido



às atividades de prevenção de tensão social e violência no campo, mediação de conflitos agrários, atendimento de denúncias realizadas, entende-se que essas ações são fundamentais para a redução dos homicídios.

OBJETIVO: 0735 - Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, mais de duas mil famílias rurais tiveram a oportunidade de financiar a aquisição de suas terras por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), e assim, mais 54 mil hectares passaram a integrar o processo produtivo da agricultura familiar no Brasil. O processo de aquisição dessas terras envolve a participação da sociedade civil, sendo dada atenção especial à infraestrutura das propriedades, como acesso à água, energia elétrica, moradia digna, além da garantia de assistência técnica, essencial para a inserção dessas famílias no processo produtivo sustentável. Essas ações implicaram investimento de mais de R\$ 127 milhões em 2012, dos quais R\$ 26 milhões foram investidos, por meio da linha de Combate à Pobreza Rural, em infraestrutura coletiva e individual necessária à fixação das famílias no campo.

Metas 2012-2015

• Beneficiar 80 mil famílias com crédito fundiário

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o PNCF beneficiou 2.600 famílias. Esse número não foi maior devido à estiagem na Região Nordeste, bem como ao longo período de negociação para revisão das condições de financiamento do Programa.

Quantidade alcançada

2.600

Data de Referência

31/12/2012

PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área total utilizada para a produção da agricultura familiar	ha	31/12/2006	80.250.453	31/12/2006	80.250.453
Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar	R\$ bilhão	30/06/2011	16	04/07/2012	18
Razão da produtividade da agricultura familiar em relação à não familiar	R\$/ha	31/12/2006	1,89	31/12/2006	1,89
Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar	R\$	01/09/2009	337,07	30/09/2011	414,28
Valor bruto da produção da agricultura familiar	R\$	31/12/2006	54.367.701	31/12/2006	54.367.701

Observações:

Área total utilizada para a produção da agricultura familiar - Razão da produtividade da agricultura familiar em relação à não familiar - Valor bruto da produção da agricultura familiar: Os valores apurados se referem ao Censo Agropecuário do ano de 2006, não tendo havido apuração posterior a essa. Espera-se novo Censo Agropecuário para o ano de 2016.

Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar - Foram considerados agricultores familiares os ocupados em empreendimento do grupamento agrícola no trabalho único ou principal da semana de referência nas posições: conta própria na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos, Trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar e Trabalhador na produção para o próprio consumo.

OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

As políticas públicas para a agricultura familiar têm se consolidado como instrumentos de dinamização econômica e contribuído para aumentar a produção de alimentos saudáveis, gerando empregos e sustentabilidade no campo. Quanto aos instrumentos de financiamento e fomento da Agricultura Familiar, em 2012, foram executados mais de 1,8 milhão de contratos do crédito PRONAF, com um total financiado de R\$ 16,36 bilhões. Vale destacar que foram ampliados limites de linhas específicas do Pronaf para jovens (de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil) e mulheres (de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil). Entre 2011 e 2012 foram executados 764.868 contratos referentes ao microcrédito orientado (os contratos têm dois anos de vigência, o que impede a família de acessar novo crédito antes do término). Na linha de custeio agrícola, foram executados cerca de 460 mil contratos. Quanto às informações sobre o Sistema de Créditos, não foi possível trabalhar em 2012 com uma base de dados mais consistente e completa que pudesse detalhar melhor a execução das políticas públicas de crédito, seguro e garantia safra. Destaca-se que o MDA, o BACEN e as instituições financeiras trabalham para construir e implantar o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR em 2013.

Quanto aos outros instrumentos que contribuem para a promoção da agricultura familiar, como proteção da produção, garantia de preços e financiamento de máquinas e equipamentos, foram beneficiados 771.343 agricultores familiares por meio do Garantia-Safra e 450 mil famílias da agricultura familiar com oferta de seguro. Destaque para o financiamento de 178.546 máquinas e equipamentos da indústria nacional de acordo com o porte, perfil produtivo e disponibilidade de mão-de-obra da agricultura familiar - a meta prevista para os quatro anos foi superada. Por fim, cabe ressaltar que o



governo vem trabalhando para ampliação do acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP - documento que garante acesso às políticas de promoção da agricultura familiar. Atualmente, existem 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares com DAP. Em 2012, foi instituída oficialmente a DAP indígena.

Metas 2012-2015

- **Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

A Portaria nº 94/2012 do MDA publicada no Diário Oficial da União de 28/11/2012 instituiu oficialmente a Declaração de Aptidão ao Pronaf para Indígenas (DAP-I). Nesse primeiro momento, a DAP-I não dará acesso a créditos do Pronaf, mas a políticas tais como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis do Plano Brasil sem Miséria (BSM), Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Biodiversidade (PGPMBio) e a compra de alimentos da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Houve, ainda, no Plano Safra 2012/2013, aumento do limite das seguintes linhas: o Pronaf Jovem foi ampliado de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil e o Pronaf Mulher foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil.

- **Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF)**

Análise Situacional da Meta

No tocante à execução da PGPM da Agricultura Familiar, ressalta-se a operação de escoamento de derivados de uva realizada por meio de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) para garantia de preços mínimos aos agricultores familiares e para escoamento dos estoques de derivados da uva (vinho, mosto e destilado). Os leilões já realizados envolveram operações de subvenção no valor de R\$ 20,6 milhões, que garantiram o pagamento do preço mínimo de cerca de 78 mil toneladas de uva. A operação foi autorizada pela Portaria Interministerial nº 2, de 11 de outubro de 2012, por meio da qual foram autorizados R\$37,7 milhões para toda a operação.

Tendo em vista que os preços de mercado dos produtos agrícolas, em geral, se encontram acima dos preços mínimos, não houve demanda para outras operações no âmbito da PGPM/AF.

Quantidade alcançada

78.000

Data de Referência

17/09/2012

- **Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

Segundo a base de dados do MDA, foram executados, no total, 764.868 contratos, sendo 326.852, em 2011 e 438.016, em 2012 (cada contrato corresponde a uma família). Os contratos de 2011 foram considerados porque tem dois anos de vigência e as famílias não podem acessar novo crédito antes do término.

Quantidade alcançada

764.868

Data de Referência

06/03/2013

- **Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar**



Análise Situacional da Meta

Estão ativas e válidas no sistema da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) 1.817 pessoas jurídicas da agricultura familiar, as quais estão aptas a acessar o PRONAF voltado para cooperativas e associações.

A possibilidade de estratificação sobre a quantidade de CNPJ que acessam o PRONAF está prevista para julho de 2013, quando a base do crédito estiver construída e funcional.

Quantidade alcançada

1.817

Data de Referência

26/02/2013

- **Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria da Agricultura Familiar – SAF dispõe de um sistema informatizado constituído por Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, documento que contempla a identificação e qualificação dos agricultores familiares. Atualmente, essa base de dados reúne os registros de 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, os quais reúnem condições de acesso às políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores rurais. Abaixo, estão relacionadas as informações por categoria e número de registros de DAP.

Categoria de AF	Nº DAP
Assentados da Reforma Agrária	207.791
Indígenas	23.540
Quilombolas	20.476
Extrativistas	52.334
Demais Agricultores Familiares	4.082.779
Total	4.386.920

Acrescentamos, ainda, que está em desenvolvimento trabalho para criação de um módulo do sistema destinado à emissão exclusiva para os indígenas, com previsão para entrada em operação para junho de 2013.

- **Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram distribuídas sementes de milho (BR 106, BRS Caatingueiro) e feijão (BRS Pujante e Guariba) para 26.400 famílias de agricultores familiares, público do Plano Brasil Sem Miséria, situadas nos territórios do Velho Chico (BA), Baixada Ocidental (MA), Baixo Parnaíba (MA), Campo e Lagos (MA), Vale do Guaribas (PI) e Cocais (PI) obedecendo o calendário de plantio das referidas culturas.

Quantidade alcançada

26.400

Data de Referência

31/12/2012

- **Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar**

Análise Situacional da Meta

O Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil informa que 469.472 contratos de custeio agrícola foram realizados em 2012.

**Quantidade alcançada**

469.472

Data de Referência

31/12/2012

- **Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizados 1.164.863 contratos de investimento no âmbito do Pronaf. No entanto, só teremos a informação sobre a quantidade de mulheres que acessaram o crédito em 2013, quando o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR/BACEN poderá produzir a consulta.

- **Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

O Garantia-Safra tem como objetivo garantir renda mínima para agricultores familiares com perda sistemática da produção. É um estímulo a adesão por parte de estados, municípios e agricultores. A adesão deve ser feita antes que ocorra o evento climático. Foram beneficiados 771.343 agricultores familiares com o garantia-safra.

Quantidade alcançada

771.343

Data de Referência

07/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Área de Atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste	938.462	unidade	771.343	07/02/2013
Região Norte	61.538	unidade	0	07/02/2013

- **Financiar 110 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos**

Análise Situacional da Meta

Segundo o Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil foram financiadas 178.546 máquinas e equipamentos da indústria nacional voltados para o porte, perfil produtivo e disponibilidade de mão-de-obra da agricultura familiar.

Quantidade alcançada

178.546

Data de Referência

31/12/2012

- **Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo**

Análise Situacional da Meta

Segundo o Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil foram executados 1.823.210 contratos do PRONAF em 2012. O total financiado foi de R\$ 16.358.978.153,12.

Não há estratificação sobre a quantidade de famílias e mulheres que acessaram o crédito antes de 2013, tendo em vista que a informação do Banco Central pelo Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR só estará disponível em julho de 2013.

Quantidade alcançada

1.823.210

Data de Referência



31/12/2012

• Ofertar seguro da produção para 650 mil famílias da agricultura familiar**Análise Situacional da Meta**

O Seguro da Agricultura Familiar-SEAF é ofertado em todo o país, estando disponível para todos os agricultores familiares que contratarem financiamento de custeio agrícola do Pronaf. Ofertou-se seguro para 450 mil famílias. Há uma meta de elevar esses financiamentos para 750 mil famílias. A meta do seguro está condicionada à essa meta do crédito.

Quantidade alcançada

450.000

Data de Referência

30/06/2012

OBJETIVO: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Foram efetivadas chamadas públicas para agricultores familiares no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, para diversificação produtiva em regiões fumicultoras, para promoção da agricultura de base sustentável, para mulheres rurais, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, para assentamentos de reforma agrária e de ATER para gestão de empreendimentos da agricultura familiar. Também já está em processo avançado uma chamada pública para agroecologia e agricultura orgânica.

Somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012 e convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER, chega-se a um público de 1.117.426 agricultores familiares beneficiados com assistência técnica. Dentre os públicos específicos, foram contratados serviços de assistência técnica para 300 famílias indígenas, 8.920 famílias quilombolas, 251.339 famílias de assentados e assentadas da reforma agrária e 9.600 famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco.

No âmbito do Brasil sem Miséria, foi contratada assistência técnica para 157.013 famílias.

Metas 2012-2015

• Atender 3 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar com metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para produção, organização, gestão e comercialização**Análise Situacional da Meta**

Com o objetivo de profissionalizar a gestão dos empreendimentos tanto na gestão administrativa, quanto na adequação de produtos para o mercado e na área de comercialização, foi lançado o Projeto Mais Gestão - Metodologia de Assistência Técnica em Organização, Gestão, Produção e Comercialização para empreendimentos da Agricultura Familiar como uma das estratégias adotadas para enfrentamento destes desafios. Desde 2008, 108 empreendimentos dos biomas Amazônia, Caatinga e Cerrado vêm sendo assistidos por esta ATER diferenciada. Em 2012, foram lançadas chamadas públicas que permitirão a aplicação de cerca de R\$65 milhões, para atender 600 empreendimentos coletivos da Agricultura Familiar em todo o território nacional. A perspectiva para 2013 é que sejam beneficiados mais 1.200 empreendimentos coletivos da agricultura familiar, com uma movimentação de aproximadamente R\$ 130 milhões voltados para qualificar os processos e na gestão dos empreendimentos elevando o seu padrão de competitividade e Acesso a Mercados.

Quantidade alcançada



489

Data de Referência

07/02/2013

- **Capacitar 17.292 conselheiros municipais de desenvolvimento rural sustentável, envolvidos na operacionalização do Garantia Safra, como agentes de controle social das políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

As capacitações serão realizadas a partir de 2013.

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com monitoramento e avaliação para 750.000 agricultores familiares que acessam o microcrédito**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo atendidos 530 mil agricultores familiares em ATER que acessam o crédito PRONAF B (microcrédito) via convênios celebrados com entidades estaduais de ATER, e ainda vigentes. Com isso, não houve necessidade da contratação de novos serviços de ATER.

Quantidade alcançada

530.000

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 15 mil famílias indígenas, com recorte específico para este público**

Análise Situacional da Meta

Chamada pública lançada em 2012, com atendimento a 300 indígenas em serviços de ATER. Em 2013 há previsão de atendimento a mais 3.000 indígenas e outros 9.000 farão parte de uma parceria com a FUNAI para receber os serviços de ATER.

Quantidade alcançada

300

Data de Referência

07/02/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 20 mil famílias quilombolas, com recorte específico para este público**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Brasil Sem Miséria, foram lançadas chamadas públicas de ATER para famílias quilombolas em 2011 (execução em 2012) e em 2012. Juntas, as chamadas estão beneficiando 8,9 mil famílias quilombolas.

Quantidade alcançada

8.920

Data de Referência

07/02/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram atendidas 251.339 famílias em 3.863 Projetos de Assentamento com Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

Quantidade alcançada

251.339

Data de Referência

07/02/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 10 mil famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco, para a diversificação da produção**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo atendidos 9.600 famílias de agricultores familiares via chamadas públicas de ATER com foco específico



na diversificação produtiva.

Quantidade alcançada

9.600

Data de Referência

07/02/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado**

Análise Situacional da Meta

Já foram lançadas 4 chamadas públicas (2 em 2011 e 2 em 2012) para agricultores familiares nas regiões Nordeste, Norte, Centro Oeste e região do semi-árido de Minas Gerais. Também foram realizados aditivos contratuais para atendimento ao público em contratos já existentes em MG, PE e PB para 7.123 famílias.

Quanto à meta de 50 mil famílias assentadas da Reforma Agrária foram atendidas, em 2012, 18.100 famílias, no âmbito do Brasil sem Miséria. Esse processo foi realizado com forma de definição diferenciada dos assentamentos e famílias a serem atendidas, a partir de critérios essencialmente relacionados às regiões e assentados de baixa renda. A meta atingida supera em 35% a meta estabelecida, representando avanço significativo para o primeiro ano de trabalho.

Quantidade alcançada

157.013

Data de Referência

07/02/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 50 mil famílias extrativistas para realização de atividades de manejo florestal e implantação de agricultura de baixo carbono**

Análise Situacional da Meta

Chamada pública em elaboração para lançamento em 2013.

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 500 mil famílias de agricultores familiares, assentados, povos e comunidades tradicionais, no desenvolvimento de processos de produção de base ecológica e acesso a mercados agroecológicos e orgânicos**

Análise Situacional da Meta

Chamada pública lançada no final do ano de 2012 com a assinatura de 35 contratos de ATER para desenvolvimento da agricultura sustentável com 50.440 beneficiários. Ainda no 1º semestre de 2013, serão contratados mais 25 lotes envolvendo 44.270 unidades produtivas da agricultura familiar.

Quantidade alcançada

50.440

Data de Referência

07/02/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 50 mil jovens rurais**

Análise Situacional da Meta

Chamada pública lançada em 2012, com atendimento a 5.460 jovens rurais. Contudo, apenas parte dos lotes lançados foi contratada por falta de entidades prestadoras do serviço ou debilidade dos proponentes frente aos requisitos da chamada. A chamada pública para jovens rurais envolvendo os lotes não contratados em 2012 foi lançada em 11/04/2013. O prazo final para envio das propostas técnicas se encerrou em 11/05/2013.

Quantidade alcançada

5.460

Data de Referência

07/02/2013



- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 600 mil famílias utilizando a metodologia do Pronaf sustentável**

Análise Situacional da Meta

Foi lançada uma chamada pública experimental para o Estado do Paraná.

Quantidade alcançada

1.280

Data de Referência

07/02/2013

- **Implementar plano de formação e qualificação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e estabelecer parcerias, considerando as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas e das mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

O Plano de Formação e Qualificação de agentes de ATER está em fase final de elaboração e, em 2013, deverá ser iniciada a discussão com os parceiros, que incluem Universidades, Entidades de Ater e Pesquisa, bem como no Comitê de ATER do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF. Em 2014, está prevista a realização de um Seminário Nacional para apresentar, discutir e validar o Plano para sua implementação.

- **Incentivar as Escolas Famílias Agrícolas (EFAS), Casas Familiares Rurais e do Mar (CFR e CFM) a destinarem vagas exclusivas para estudantes quilombolas**

Análise Situacional da Meta

Está em curso a realização de estudos para que a atuação nesta temática se inicie no de 2013.

- **Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

Somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012 e convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER, chega-se a um público de 1.117.426 famílias beneficiadas.

Quantidade alcançada

1.117.426

Data de Referência

07/02/2013

- **Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres**

Análise Situacional da Meta

O número de agentes de ATER formados em 2012 (2.022) foi 70% superior em relação aos números de 2011 (1.192), e deverá elevar-se sensivelmente a partir de 2013 com a incorporação das metas de formação de agentes de ATER previstas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec (14 mil), o que permite prever o atingimento da meta de qualificação de 37.500 agentes de desenvolvimento rural até 2015. Em relação à formação de agentes para atuarem com o público indígena e quilombola, a previsão é que aproximadamente 100 agentes serão formados em 2013 para estes públicos, no âmbito das chamadas públicas do Plano Brasil Sem Miséria.

Quantidade alcançada

2.022

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.



Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, a agricultura familiar avançou no processo de organização econômica, consolidação e conquista de mercados. O MDA/SAF/DGRAV atuou em várias frentes para a consecução deste objetivo:

Melhoria da Gestão das Organizações Econômicas da Agricultura Familiar

O ano de 2012 marcou a viabilização de um novo tipo de serviço de assistência técnica para a agricultura familiar, o Mais Gestão, uma metodologia de atendimento às pessoas jurídicas da agricultura familiar. Pela primeira vez foram realizadas chamadas públicas, no âmbito da Lei de Ater, voltadas para a contratação de serviços técnicos voltados para a melhoria da gestão de empreendimentos da agricultura familiar. Perto de R\$65 milhões foram contratados que beneficiarão 600 empreendimentos/ cooperativas. Essa ação é um marco nas políticas públicas da agricultura familiar e permitirá profissionalização dos empreendimentos, a melhoria de suas estratégias comerciais e organizacionais, visando ampliar e consolidar seus posicionamentos nos mercados.

Foram realizadas duas chamadas do Mais Gestão, sendo uma geral para cooperativas e outra com ênfase na qualificação para o acesso aos grandes mercados do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Com essa medida, pretende-se ter um conjunto de empreendimentos mais aptos a fornecer alimentação escolar para os maiores clientes do programa e que, juntos somam parcela muito expressiva do total de recursos. Serão 200 cooperativas atendidas com essa ênfase. Soma-se a isso, o aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio aos empreendimentos: em 2012, foi ampliado de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil o limite das operações de compra do programa, permitindo aos agricultores familiares ampliarem suas vendas.

Já no âmbito do PAA, foram feitos diversos ajustes nos marcos legais e normativos que significaram mais oportunidades de comercialização para a agricultura familiar junto aos governos. Uma das mais relevantes foi a alteração na Lei do PAA que passou a permitir que o Distrito Federal, estados, municípios e órgãos do Governo Federal possam comprar da agricultura familiar pelo regramento do PAA. Isso abre um novo mercado muito relevante para o setor.

Promoção do acesso aos mercados diferenciados

Em 2012, foram realizadas inúmeras atividades visando ampliar a participação da agricultura familiar em mercados diferenciados como os produtos orgânicos, da sociobiodiversidade e das agroindústrias familiares. Uma das medidas importantes nessa área foi o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que prevê diretrizes, instrumentos, instâncias de gestão e determina também que seja elaborado um plano nacional. Foi realizado termo de cooperação com o SEBRAE para ampliação do apoio aos empreendimentos da agricultura familiar para produtos diferenciados, orgânicos e de sociobiodiversidade. Também foi promovida a participação de mais de 700 empreendimentos em feiras e eventos de promoção comercial no Brasil e no Exterior. Além disso, foi realizada a VIII Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, Brasil Rural Contemporâneo, realizada no Rio de Janeiro, e que beneficiou perto de 600 empreendimentos da agricultura familiar e reforma agrária.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o percentual de acesso do público da reforma agrária às políticas de compras públicas**

Análise Situacional da Meta

Encontra-se em desenvolvimento a capacitação de técnicos de Assistência Técnica Ambiental e Social (ATES), para que auxiliem o público da reforma agrária na elaboração de projetos de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).



- **Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

O órgão atuou junto a 1.078 organizações sendo:

- 640 empreendimentos em processos de comercialização e mercado privado;
- 331 empreendimentos para a agroindustrialização;
- 107 empreendimentos no desenvolvimento de atividades não agrícolas.

Quantidade alcançada

1.078

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar a adequação das legislações sanitária, tributária, fiscal e previdenciária para atendimento das especificidades da agricultura familiar e revisão/elaboração de instrumentos legais relacionados**

Análise Situacional da Meta

a) Foram elaborados materiais técnicos e/ou de orientações sobre as legislações específicas:

- 1) Documento sobre situação atual de implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - Suasa;
- 2) Documento contendo orientações sobre o licenciamento ambiental de agroindústrias;
- 3) Documento contendo orientações sobre o registro sanitário de agroindústrias;
- 4) Documento orientador sobre o Suasa – Atualização;
- 5) Manual de orientação sobre consórcios de municípios para adesão ao Suasa;
- 6) Nota técnica sobre a situação das legislações: sanitária, previdenciária, fiscal/tributária.

b) Elaboração de propostas de alteração das legislações específicas:

- 1) Três alternativas de mudança para a legislação sanitária de produtos de origem animal (POA);
- 2) Redação de minuta de MP para isenção da Taxa de Fiscalização Sanitária da Anvisa para produtos de origem vegetal (POV);
- 3) Em parceria com o MAPA foi elaborada minuta de PL para simplificação de registro de bebidas e polpas, em tramitação no Congresso;
- 4) Redação de proposta para inclusão de cooperativas na Lei do Simples Nacional;
- 5) Proposta de mudança da Legislação Previdenciária para manutenção de segurado especial com uso de CNPJ.

c) Outras atividades realizadas:

- a) Divulgação do Suasa;
- b) Divulgação dos materiais técnicos elaborados;
- c) Participação em diversas reuniões e outros eventos sobre legislações;
- d) Orientação aos municípios sobre constituição de Sistema de Inspeção Municipal - SIM, de Consórcios e sobre adesão ao Suasa;
- e) Assessoria a centenas de serviços de inspeção de municípios, consórcios e estados sobre a implantação de normas sanitárias para pequenas agroindústrias;
- f) Realização de convênio com o Sistema de Inspeção Estadual - SIE/MG e o Consórcio Consad/SC para qualificação de agroindústrias e posterior inclusão das mesmas na lista do Suasa;
- g) Convênio com Confederação Nacional de Municípios (CNM) para realização de 30 seminários em todas as UFs sobre legislação sanitária e PNAE e publicação de materiais técnicos sobre o tema.

Como o tema é de alta complexidade e as legislações muito antigas, criadas a partir de modelo de desenvolvimento



centrado em grandes plantas industriais, ocorreram dificuldades de execução das ações.

ATIVIDADES PARA 2013

- 1) Realizar convênio com Sistemas de Inspeção Estaduais - SIEs e Consórcios com adesão ao Suasa para qualificação de agroindústrias e posterior inclusão das mesmas na lista do Suasa;
- 2) Assessoria aos municípios para implantação de Sistema de Inspeção Municipal - SIM, individual e em consórcios;
- 3) Assessoria aos serviços de inspeção dos entes federados para adoção de normas específicas para pequenas agroindústrias;
- 4) Orientação aos serviços de inspeção de estados, municípios e consórcios para adesão ao Suasa; 5) Acordar com a SDT o apoio técnico e financeiro aos territórios para implantação de SIM, constituição de consórcios de municípios e adesão ao Suasa;
- 6) Apoio às agroindústrias para respectiva formalização;
- 7) Participar dos 30 seminários nas UFs, em parceria com a CNM;
- 8) Desenvolver ações para consolidar as alterações propostas sobre legislação sanitária (POV e POA), previdenciária e fiscal/tributária;
- 9) Participar, junto ao MAPA, da elaboração das normas sanitárias para pequenas agroindústrias;
- 10) Elaborar materiais de orientação a partir de alterações das legislações legislação sanitária (POV e POA), previdenciária e fiscal/tributária;
- 11) Divulgar aos parceiros as alterações nas respectivas legislações.

- **Apoiar a ampliação da criação das agroindústrias familiares das comunidades indígenas e sua manutenção, respeitando a dinâmica cultural e divisão do trabalho de cada povo**

Análise Situacional da Meta

Está se buscando cada vez mais adequar o acesso das comunidades indígenas às políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Para tanto, foi criada em 2012 a DAP Indígena, documento por meio do qual as comunidades poderão acessar programas como o PAA, PNAE e PGPMBio.

- **Criar estratégia para identificar e valorizar os aspectos culturais e ambientais dos produtos oriundos de comunidades quilombolas e indígenas, visando a ampliar a comercialização de gêneros alimentícios no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

Análise Situacional da Meta

O plano operacional do PAA define como público prioritário as comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhos e trabalhadores rurais sem terra acampados e recomenda que a seleção de municípios que receberão recursos considerem a concentração destes públicos.

- **Implantar compra mínima de 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) diretamente da agricultura familiar em 100% do território nacional, com 60% das capitais comprando conforme o artigo 14 da Lei 11.947/09 de agricultores familiares do próprio estado**

Análise Situacional da Meta

É atividade contínua do MDA a divulgação do artigo 14 da Lei 11.947/09 via peças de divulgação/orientação, comunicados por mailing e comunidade virtual da alimentação escolar do Portal da Cidadania. Durante o ano de 2012, também foram confeccionados e enviados releases, matérias e spots radiofônicos para a mídia em geral. No mesmo ano, foram confeccionados 200 mil folderes/cartazes, com o passo-a-passo orientador para realização da compra, e distribuídos junto aos gestores do PNAE nos estados e agricultores familiares via Delegacias Estaduais do MDA e instituições de ATER, bem como em eventos.

Para estimular as compras pelas capitais e maiores municípios, o MDA vem implementando os Projetos Nutre que visam capacitar as organizações produtivas de agricultores familiares a fornecerem para o PNAE e auxiliar na articulação entre agricultores e secretarias de Educação com a finalidade de se fazer cumprir a lei.



Atualmente, estão em execução cinco projetos que, juntos, abrangem os 46 municípios com maior poder de compra nos seguintes estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, além dos nove do Nordeste. Em 2012, nova Chamada Pública foi lançada com a finalidade de atender aos Estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Piauí, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os contratos para os novos projetos Nutre estão sendo firmados; assim, em 2013, serão assistidas 200 cooperativas em 64 municípios.

• **Implementação do sistema de monitoramento da comercialização de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar (AF) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de acordo com o artigo 14 da Lei 11.947/2009, garantindo a visibilidade da participação das mulheres**

Análise Situacional da Meta

O MDA está firmando Acordo de Cooperação com o FNDE que prevê a formulação e implementação conjunta de ferramenta para registro das informações individuais de acesso dos agricultores familiares ao PNAE, em atendimento ao controle e registro da venda dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar. Os sistemas poderão ser integrados na perspectiva de viabilizar o monitoramento e a gestão do Artigo 14 da lei 11.947/2009.

• **Inserir 25.000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis**

Análise Situacional da Meta

Considerando que a agricultura familiar representa 84,4% do número de estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa uma área de aproximadamente 81 milhões de hectares (Censo IBGE 2006), existe um grande potencial para a produção de energia renovável a partir de biomassa, energia eólica e energia solar.

Assim sendo, estabeleceu-se a meta de 25 mil famílias para 2015. Entretanto, é uma meta que naturalmente deve ser alcançada a partir da construção de políticas públicas de crédito, assistência técnica e extensão rural (ATER) e acesso a mercado.

A construção das políticas públicas do MDA voltadas à essas cadeias já começaram a ser construídas, em especial para o biogás produzido a partir do tratamento de dejetos animais na Região Sul, em atendimento aos compromissos do governo brasileiro com o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC.

Em relação à construção das políticas relacionadas ao biogás que ajudarão a perseguir a meta supracitada, destaca-se que o MDA já realizou Termo de Cooperação técnica com a Itaipu Binacional para tratar do tema, realizou um Curso de Qualificação de Agentes de ATER no Tratamento de Dejetos de Animais com Produção de Agroenergia em Bases Sustentáveis, publicou Chamada de ATER com foco na Sustentabilidade e com diretriz específica para o tratamento de dejetos com fins energéticos (que se encontra em fase de início de execução), possui linha de financiamento para iniciativas de uso de biomassa para geração de energia - Pronaf Eco (MCR, Capítulo 10, Seção 16) e mais recentemente contratou consultorias via Programas de Cooperação Técnica (PCTs) para avaliação da viabilidade econômica da produção e venda de biogás, marco regulatório de compra de energia elétrica a partir do biogás e adequação de instrumentos de apoio do MDA.

Entretanto, considerando o desafio do tema, que é uma fronteira de conhecimento e tecnologia para a agricultura familiar e o próprio setor energético brasileiro, para o ano exercício em análise, as iniciativas citadas acima não conseguiram ainda se concretizar em famílias participando de mercados relacionados à energia com soluções de monitoramento.

Ante o exposto, acredita-se que as iniciativas hoje realizadas pelo MDA e outras em fase de construção, têm grande



potencial de se concretizarem em famílias fornecedoras de energia e em instrumentos capazes de monitorar essa participação.

• **Inserir 25 cooperativas nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis**

Análise Situacional da Meta

Considerando que a agricultura familiar representa 84,4% do número de estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa uma área de aproximadamente 81 milhões de hectares (Censo IBGE 2006), existe um grande potencial para a produção de energia renovável a partir de biomassa, energia eólica e energia solar.

Assim sendo, estabeleceu-se a meta de 25 cooperativas para 2015. Entretanto, é uma meta que naturalmente deve ser alcançada a partir da construção de políticas públicas de crédito, assistência técnica e extensão rural (ATER) e acesso a mercado.

A construção das políticas públicas do MDA voltadas à essas cadeias já começaram a ser construídas, em especial para o biogás produzido a partir do tratamento de dejetos animais na Região Sul, em atendimento aos compromissos do governo brasileiro com o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC.

Em relação à construção das políticas relacionadas ao biogás que ajudarão a perseguir a meta supracitada, destaca-se que o MDA já realizou Termo de Cooperação técnica com a Itaipu Binacional para tratar do tema, realizou um Curso de Qualificação de Agentes de ATER no Tratamento de Dejetos de Animais com Produção de Agroenergia em Bases Sustentáveis, publicou Chamada de ATER com foco na Sustentabilidade e com diretriz específica para o tratamento de dejetos com fins energéticos (que se encontra em fase de início de execução), possui linha de financiamento para iniciativas de uso de biomassa para geração de energia - Pronaf Eco (MCR, Capítulo 10, Seção 16) e mais recentemente contratou consultorias via Programas de Cooperação Técnica (PCTs) para avaliação da viabilidade econômica da produção e venda de biogás, marco regulatório de compra de energia elétrica a partir do biogás e adequação de instrumentos de apoio do MDA.

Entretanto, considerando o desafio do tema, que é uma fronteira de conhecimento e tecnologia para a agricultura familiar e o próprio setor energético brasileiro, para o ano exercício em análise, as iniciativas citadas acima não conseguiram ainda se concretizar em cooperativas participando de mercados relacionados à energia com soluções de monitoramento.

Ante o exposto, acredita-se que as iniciativas hoje realizadas pelo MDA e outras em fase de construção contribuirão para a concretização de organizações coletivas da agricultura familiar fornecedoras de energia e em instrumentos capazes de monitorar essa participação.

• **Inserir 90 cooperativas da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel**

Análise Situacional da Meta

As ações de governo dentro do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), até o presente momento, resultam em uma base legal consolidada, tanto para produção e uso do referido combustível, quanto para a proteção da inclusão social no programa, responsabilidade que cabe ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Diferentemente de outras cadeias de energias renováveis que possuem políticas e instrumentos ainda em fase de construção, o PNPB possui o Selo Combustível Social, fornecido pelo MDA, que estabelece regras e incentivos para a realização de parcerias entre empresas produtoras de biodiesel e agricultores familiares produtores de matéria prima. O Selo faz parte de um grupo de instrumentos e políticas consolidadas que têm estimulado a inclusão de agricultores familiares e suas cooperativas na cadeia agroindustrial de óleos vegetais e biodiesel com soluções consistentes de



monitoramento.

Assim sendo, atualmente existem 75 cooperativas da agricultura familiar participando do PNPB como fornecedoras de matéria-prima. Considerando que, com a publicação da Instrução Normativa do MDA nº 01 de 20 de junho de 2011, hoje existem mais de 100 cooperativas da agricultura familiar habilitadas a participar do programa, a expectativa de superação da meta é muito alta.

Quantidade alcançada

75

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Objetivo vem se ampliando na articulação e consolidando um apoio às iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos locais, em benefício do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais com igualdade entre homens e mulheres.

Nesse sentido, destacam-se como resultados das políticas de promoção da autonomia econômica das mulheres rurais o apoio à 150 organizações produtivas de mulheres com políticas integradas de ATER, crédito, comercialização e gestão; apoio a 200 organizações produtivas de mulheres com ATER especializada para mulheres, capacitação de técnicos e técnicas de entidades executoras de serviços de ATER selecionadas com o objetivo de apresentar a ATER especializada para Mulheres. Ademais, no plano safra 2012/2013 o limite do PRONAF Mulher foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil

Metas 2012-2015

- **Atender 1.500 organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão**

Análise Situacional da Meta

Por meio da Chamada de Projetos da ação de organização produtiva, em 2012, foram aprovadas 44 propostas nas modalidades Apoio a Grupos, Fortalecimento de Redes e Feiras da Economia Feminista e Solidária. Das propostas aprovadas, foram contratados 17 projetos em 7 estados da federação, beneficiando 4.447 mulheres, em 21 Territórios da Cidadania. Essa ação beneficiou 150 organizações de mulheres com apoio às atividades econômicas sustentáveis e à gestão econômica, articulando ATER, crédito e comercialização por meio de:

- Troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais;
- Apoio à gestão e comercialização, baseados nos princípios da economia feminista e solidária;
- Apoio a produção e comercialização da produção das mulheres na economia rural
- Fortalecimento das cadeias produtivas das hortaliças, frutas e pequenos animais, panificação, produtos extrativistas e artesanato;
- Qualificação dos processos de beneficiamento e transformação de produtos.

**Quantidade alcançada**

150

Data de Referência

30/11/2012

- **Atender 3.200 organizações produtivas de mulheres com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres**

Análise Situacional da Meta

São objetivos da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres fortalecer a organização produtiva das trabalhadoras rurais, promover a agroecologia e a produção de base ecológica, ampliar o acesso às políticas públicas, especialmente as voltadas para a produção, comercialização e fortalecimento dos empreendimentos econômicos e apoiar a articulação em rede das atrizes e atores envolvidos nesta política. No ano de 2012, foram realizados 7 contratos de ATER, beneficiando 200 organizações produtivas de mulheres.

Quantidade alcançada

200

Data de Referência

30/11/2012

- **Atender 70 mil mulheres com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher**

Análise Situacional da Meta

No plano safra 2012/2013, o limite do PRONAF Mulher foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil. A partir de 2013, será possível informar o número de mulheres que acessaram a linha de crédito específica.

- **Capacitar 200 agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito para mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada no ano de 2012 capacitação para 20 técnicos e técnicas de entidades executoras de serviços de ATER selecionadas com o objetivo de apresentar a ATER especializada para Mulheres. Assim, técnicos/as e fiscais do contrato na operacionalização do Sistema Informatizado de Ater do MDA – SIATER foram capacitados utilizando-se o Manual de Fiscalização de Ater e o Guia de Operacionalização da Chamada nº 006/2011 de Ater para Mulheres.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

30/11/2012

- **Capacitar 200 técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em metodologia de trabalho com as mulheres**

Análise Situacional da Meta

As atividades para o atingimento desta meta não foram iniciadas neste ano. Está prevista para o ano de 2013 a realização de um estudo das mulheres que acessam o PRONAF Mulher de forma a obter uma avaliação dos limites e avanços ao acesso e suas organizações a essas políticas e capacitações de técnicos que operam com atividades estaduais.

OBJETIVO: 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Foram implementadas diversas iniciativas visando ao incremento dos sistemas de produção sustentáveis, entre elas: a disponibilização de crédito rural; o incentivo à aquisição dos mercados institucionais (PAA e PNAE) de produtos



agroecológicos e orgânicos; a promoção comercial dos referidos produtos por intermédio do apoio à participação dos empreendimentos em feiras e eventos nacionais e internacionais, assim como, por meio de projetos de apoio à gestão e capacitação comercial, tanto para os mercados internos como para promover as exportações de produtos ecológicos e orgânicos oriundos da agricultura familiar. Destaca-se, em 2012, o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO - (Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012), que objetiva integrar, articular e adequar as políticas públicas, programas e ações indutores dos sistemas produtivos de base agroecológica e orgânica com vistas a incrementar a oferta de alimentos saudáveis.

Nesse sentido foi implantado o projeto: “Fortalecimento da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista” com a dotação de recursos de R\$ 3,5 milhões de reais. Esse projeto foi responsável entre outros, por:

- apoiar a estruturação da Associação Brasileira da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista – ABRABIO, entidade setorial que objetiva representar o setor e que é formada por 50 organizações da Agricultura Familiar, totalizando 12,5 mil agricultores familiares que conjuntamente comercializam mais de R\$ 80 milhões por ano. Foram custeadas pelo projeto as despesas com as reuniões de diretoria e da assembleia dos seus sócios, a participação institucional da ABRABIO em feiras e eventos tanto no país como no exterior, e a contratação de um secretário executivo para a entidade;
- apoiar a participação das organizações da Agricultura Familiar Orgânica e Agroecológica nas Feiras Internacionais Biofach Alemanha e Expo West na Califórnia – EUA, além da participação na Feira de Supermercados APAS 2012, realizada em São Paulo em maio de 2012. Os negócios prospectados nestes eventos foram estimados em US\$ 3,5 milhões para o ano de 2012;
- realizar ações de qualificação das referidas organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica em comércio varejista e comércio exterior por ocasião da preparação e participação dos eventos acima mencionados;
- selecionar entre as organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica, 30 empreendimentos para serem apoiados em 2013 nas ações de qualificação em acesso a mercados nacionais e internacionais. Esses empreendimentos foram diagnosticados já em 2012 por meio de visita in loco e terão suas deficiências e fraquezas enfrentadas pelo projeto nas etapas seguintes por meio de consultoria técnica especializada para essa finalidade.

O ministério coordenou, ainda, o Núcleo Copa Orgânica e Sustentável que estruturou uma campanha de conscientização e consumo dos produtos de origem agroecológica, orgânica e da agrobiodiversidade brasileira por ocasião dos grandes eventos internacionais que o país sediará nos próximos anos. Foi lançada a campanha de consumo: “Brasil Orgânico e Sustentável” que pretende inserir junto ao segmento de hotelaria, bares e restaurantes a oferta dos referidos produtos como diferencial de qualidade e também como oportunidade para apresentar aos consumidores do Brasil e do Mundo a riqueza e a força da nossa agricultura familiar e da nossa agrobiodiversidade.

Metas 2012-2015

• Articular a inserção do conteúdo da Agroecologia na educação formal e informal

Análise Situacional da Meta

Foi iniciada, em 2012, no âmbito do Programa de Qualificação Profissional para a Agricultura Familiar (com o apoio do PRONATEC – SETEC/MEC) com ênfase na qualificação para os sistemas agroecológicos e orgânicos de produção, a:

-Qualificação Técnica de Jovens Agricultores Familiares – 3.000



-Formação inicial e continuada de Jovens e Adultos – 13.000

-Formação de agentes de Ater (gestão, agroecologia, orgânico, outros) – 4.000

Até 2015, mais de 100 mil técnicos e agricultores serão qualificados.

- **Aumentar a participação dos produtos orgânicos e de base ecológica no mercado**

- Análise Situacional da Meta**

- O MDA estrutura em parceria com o MDS e com a CONAB os programas relacionados à aquisição pública dos produtos oriundos da Agricultura Familiar, dos quais se destacam, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Ambos estimulam a produção agroecológica, orgânica e do agroextrativismo por intermédio da priorização da aquisição e do pagamento de um prêmio de 30% de sobrepreço para esses produtos. Atualmente, esses programas representam os principais mecanismos de fortalecimento das cadeias produtivas da agricultura familiar com ênfase na dinamização do comércio local e foram orçados conjuntamente para o ano de 2012 em aproximadamente R\$ 4 bilhões.

O Núcleo Copa Orgânica e Sustentável estruturou a Campanha de Consumo consciente intitulada: “Brasil Orgânico e Sustentável”, na qual se pretende divulgar os produtos de origem agroecológica, orgânica e da agrobiodiversidade brasileira, tais como os produtos da sociobiodiversidade, artesanato e cosméticos.

Essa campanha foi lançada em 2012 na FENAFRA e, para 2013, está previsto o lançamento nas 12 cidades-sede da Copa do mundo junto aos segmentos de hotelaria, bares e restaurantes. Como resultado, pretende-se inserir os empreendimentos da agricultura familiar relacionados como fornecedores desse segmento de mercado.

- **Cadastrar 25.000 agricultores e agricultoras familiares no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG)**

- Análise Situacional da Meta**

- Foram realizadas, em parceria com o MAPA, oficinas de Certificação Participativa ou por Organismos de Controle Social – OCS.

Foram realizadas 14 oficinas nos estados, onde participaram 577 multiplicadores pertencentes à cerca de 350 instituições diferentes, entre: cooperativas ou associações de agricultores familiares, prefeituras, universidades federais e estaduais, escolas agrícolas, sindicatos rurais, da agricultura familiar e dos trabalhadores rurais, movimentos sociais do campo, institutos federais de ensino, servidores do MAPA e MDA, faculdades, instituições do Sistema “S”, órgãos oficiais de ATER, ONGs ambientalistas e de ATER, CONAB, fundações e empresas estatais de P&D, empresas privadas de assistência técnica, entre outros.

Destacamos que essas atividades foram preparatórias para o processo de cadastramento de 10.000 agricultores e agricultoras familiares no SISORG.

- **Consolidar um banco de informações sobre a produção orgânica e de base ecológica no Brasil, com dados desagregados por sexo**

- Análise Situacional da Meta**

- Foi iniciado um contato com o IBGE com relação à necessidade de realização de um Estudo sobre as bases de dados



existentes do público da Agroecologia e Produção Orgânica e os dados referentes ao que é produzido e comercializado no país no âmbito da Agricultura Familiar. A SAF/MDA, em 2013, continuará a discussão com o IBGE a respeito da realização do referido estudo.

• **Elaborar e implementar a Política Nacional de Agroecologia e de Agricultura Orgânica**

Análise Situacional da Meta

Como demonstração do protagonismo do tema da Agroecologia e da Produção Orgânica, o governo federal lançou em agosto último a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO - (DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012), que objetiva integrar, articular e adequar as políticas públicas, programas e ações indutores dos sistemas produtivos de base agroecológica e orgânica com vistas a incrementar a oferta de alimentos saudáveis. Como resultado, objetiva-se a segurança alimentar da população, a melhoria da qualidade de vida e da renda dos agricultores que praticam sistemas produtivos que privilegiam o uso racional dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente no meio rural. Neste contexto, foi designada ao MDA a função de gerir a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO, instância executiva da referida política. Em 2012, o MDA continuou o apoio a projetos que visam fortalecer a Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista por meio de parcerias, divulgação dos produtos dos agricultores familiares em eventos nacionais e internacionais, e também em espaços do comércio varejista.

• **Garantir o atendimento de 200 pessoas jurídicas com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento a sistemas de produção de base ecológica e orgânica.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o MDA lançou chamadas públicas que permitirão a aplicação de cerca de R\$ 65 milhões para atender 600 empreendimentos coletivos da Agricultura Familiar em todo o território nacional. A perspectiva para 2013 é que sejam beneficiados mais 1.200 empreendimentos coletivos da agricultura familiar, com uma movimentação de aproximadamente R\$ 130 milhões, voltados para qualificar os processos e na gestão dos empreendimentos elevando o seu padrão de competitividade e Acesso a Mercados.

Desse total, cerca de 20%, ou 120 empreendimentos, foram beneficiados com o atendimento às pessoas jurídicas no apoio a gestão e acesso aos mercados em 2012. Em 2013, espera-se atender 240 empreendimentos.

Quantidade alcançada

120

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	unidade	4	31/12/2012
Região Nordeste	75	unidade	28	31/12/2012
Região Norte	20	unidade	17	31/12/2012
Região Sudeste	40	unidade	16	31/12/2012
Região Sul	50	unidade	55	31/12/2012

• **Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, o MDA ampliou o volume de recursos para apoio do fortalecimento do setor e dessa forma estruturou uma chamada pública para contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural específica para os agricultores familiares agroecológicos e orgânicos. Essa chamada será contratada nos primeiros meses de 2013 e contará com recursos na ordem de R\$ 150 milhões de reais para beneficiar 50 mil famílias durante 3 anos consecutivos.



Também foi disponibilizado para a Safra 2012/13 um total de R\$ 120 milhões destinados a beneficiar 120 mil agricultores familiares na contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER apropriados para atender os agricultores familiares em transição agroecológica ou inseridos na Rota de Sustentabilidade, ou seja, com acesso a tecnologias, conhecimentos e práticas sustentáveis para atividade agrícola.

Nesse contexto, o MDA disponibilizou para a safra 2012/13 R\$ 225 milhões para crédito de investimento e custeio para agricultores familiares de base agroecológica, orgânica ou agroextrativistas, recurso suficiente para atender 150 mil unidades produtivas de agricultura familiar.

OBJETIVO: 0761 - Promover e garantir o espaço das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária por meio do fortalecimento do processo de integração regional, cooperação internacional e participação nas negociações internacionais e de comércio exterior envolvendo o país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Durante o segundo semestre de 2012, o MDA deteve a Presidência Pro Tempore da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF MERCOSUL).

Destacam-se, ainda, para o alcance do objetivo do programa os seguintes aspectos: i) coordenação da Seção Nacional Brasileira da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF MERCOSUL); ii) integração da execução da agenda de cooperação internacional do governo brasileiro nas áreas de agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional; iii) participação da política de comércio exterior formulada e executada pela Câmara Brasileira de Comércio Exterior (CAMEX), da qual o MDA faz parte.

Metas 2012-2015

- **Promover negociações internacionais e de comércio exterior, projetos de cooperação técnica e propostas de regulamentos do Mercosul que fortaleçam o espaço das políticas públicas da agricultura familiar, reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta

Em março de 2012, foi assinado o Projeto de Cooperação Técnica “Construção de capacidades e transferência para o programa Mais Alimentos África em Quênia”. O PCT visa apoiar a Estratégia Nacional de Mecanização da Agricultura (NAMS) e a Estratégia para a Revitalização da Agricultura (SRA) do Governo do Quênia voltadas a alcançar o aumento da produtividade e da produção de grãos para garantir segurança alimentar.

Em outubro 2012, foi assinado o Projeto de Cooperação Técnica “Desenvolvimento da Agricultura Familiar nas Comunidades Garífunas (Quilombolas) de Honduras”. O PCT visa realizar intercâmbios entre especialistas em agricultura familiar quilombola do Brasil e técnicos e produtores hondurenhos das comunidades garífunas, com a finalidade de apoiar a ampliação de conhecimentos de instrumentos e políticas públicas de desenvolvimento de capacidades técnicas na área de agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional

Acolhendo a proposta dos Coordenadores Nacionais da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar - REAF MERCOSUL, sob a Presidência Pro Tempore Brasileira, foi aprovada, em outubro 2012, a Resolução GMC/MERCOSUL nº 42/12 - Acordo entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e os Estados Partes do MERCOSUL integrantes do Fundo da Agricultura Familiar (FAF MERCOSUL) para a administração financeira do FAF MERCOSUL. O FAF MERCOSUL visa garantir o funcionamento da agenda de trabalho da REAF MERCOSUL.



Em novembro de 2012, foi assinado Acordo entre o MDA e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). O Acordo tem o objetivo de estimular e implantar programas de cooperação capazes de promover a realização de estudos, pesquisas e análises, bem como de capacitações, cursos presenciais e de extensão, nas áreas de interesse comum.

Em dezembro de 2012, acolhendo uma proposta de recomendação da XVIII REAF MERCOSUL, sob a Presidência Pro Tempore Brasileira, o Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL aprovou a Decisão CMC/MERCOSUL nº 59/12 - Registros Nacionais Voluntários da Agricultura Familiar dos Estados Partes do Mercosul, que reconhece como agricultores familiares todas as pessoas inscritas nos Registros Nacionais da Agricultura Familiar dos países membros plenos do MERCOSUL, segundo os critérios estabelecidos na RES. GMC Nº 25/07.

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área de pastagens degradadas recuperadas pelo programa ABC	ha	01/01/2011	0	*	*
Área plantada com grãos	ha	31/10/2010	47.415.700	31/12/2012	50.885.200
Disponibilidade de calorias per capita provenientes de produtos agropecuários brasileiros	kcal/hab.dia	31/12/2010	3,148	31/12/2012	3,177
Evolução da área sob utilização de sistemas sustentáveis de produção (Agricultura Orgânica + Plantio Direto)	%	01/01/2011	40	31/12/2012	43
Evolução da produção de carnes	%	30/06/2010	2,83	31/08/2012	-1,75
Evolução da produção nacional de grãos	%	31/12/2010	10,45	31/12/2012	2,07
Participação das exportações agropecuárias brasileiras no comércio internacional	%	31/12/2009	5,04	20/12/2012	5,55
Percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado	%	31/12/2010	7,83	31/01/2013	7,89
Produção nacional de grãos	tonelada	31/10/2010	149.254.900	31/12/2012	166.172.100
Produção total de energia a partir de biomassa agropecuária	milhões de tep	31/12/2009	79	31/12/2011	80
Taxa de desfrute de bovinos e bubalinos	%	31/12/2010	13,19	31/12/2011	12,19
Taxa de produção apoiada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e por mecanismos de comercialização	%	31/12/2010	11,35	31/12/2012	1,95
Taxa de variação anual da produção de produtos não alimentares e não energéticos	%	31/12/2010	3,67	31/12/2012	3,58
Taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário	%	31/12/2010	10	31/12/2012	1,97
Taxa média dos juros reais de financiamento da safra	%	31/12/2010	3,37	31/01/2013	0,96
Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte	milhões de toneladas	31/12/2010	4,68	31/12/2012	6,21

Observações:

*Área de pastagens degradadas recuperadas pelo programa ABC - Não foi possível apurar o indicador, pois o sistema de monitoramento ainda não foi finalizado. A perspectiva é que isso ocorra a partir do segundo semestre de 2013.

Área plantada com grãos - A área plantada da safra 2011/12 atingiu 50,88 milhões de hectares, com um crescimento de 2,0%, se comparado com os 49,87 milhões de hectares da safra anterior. Graves problemas decorrentes das adversidades climáticas, tanto na região Sul, quanto no Nordeste, contribuíram para esse pequeno crescimento da área plantada.

Evolução da área sob utilização de sistemas sustentáveis de produção (Agricultura Orgânica + Plantio Direto) - O indicador foi concebido a partir da junção de duas áreas que trabalham sob práticas e sistemas sustentáveis de produção, comparadas a área total produtiva. Para a sua consecução soma-se as áreas de Agricultura Orgânica +



Plantio Direto. A área com práticas conservacionistas alcançou 65 milhões de hectares. O cultivo de agricultura orgânica ocupou uma área de 687 mil hectares e a área total cultivada foi de 154 milhões de hectares.

Evolução da produção de carnes - A redução está relacionada a dificuldade no suprimento de ração. Com a quebra da safra norte-americana de milho em 2011, a oferta mundial ficou aquém da demanda. As adversidades enfrentadas devido ao custo da ração agravaram-se em 2012. Embora o Brasil tenha obtido uma boa safra de milho em 2011/12, a quebra da safra norte-americana não permitiu o atendimento daquele país com compromissos de exportação. Deste modo, os compradores não atendidos pelos americanos recorreram à safra brasileira. A menor oferta interna fez com que aquecesse mais ainda os custos com a ração em 2012/13. Com o aumento dos custos houve dificuldade para manutenção do plantel, gerando o resultado negativo no período.

Evolução da produção nacional de grãos - Houve um aumento de 2,07% da safra 2011/12 (166,17 milhões de t) em relação à safra 2010/11 (162,80 milhões de t). Este resultado se deve ao crescimento da cultura de milho segunda safra, que expandiu 23,53 % na área cultivada e, aliada às condições climáticas favoráveis e ao pacote tecnológico propiciou a produção de 39,11 milhões de toneladas, representando um crescimento de 74,14%.

Participação das exportações agropecuárias brasileiras no comércio internacional - As exportações agrícolas mundiais subiram de US\$ 1,22 trilhão em 2010 para US\$ 1,47 trilhão em 2011, o que correspondeu a uma elevação de 20,7%. As exportações agrícolas brasileiras subiram mais que as exportações agrícolas totais, expandindo 28,3% (de US\$ 63,8 bilhões em 2010 para US\$ 81,8 bilhões em 2011). Assim, a participação brasileira no comércio agrícola do agronegócio elevou-se para 5,55% em 2011.

Produção nacional de grãos - A produção de grãos da safra 2011/12 atingiu 166,2 milhões de toneladas, alcançando um crescimento de 2,1% em relação à safra 2010/11, quando atingiu 162,8 milhões de toneladas. A cultura do milho 2ª safra foi o grande destaque da safra 2011/12, com crescimento de 74,14% em relação à safra anterior, propiciado pelas condições climáticas favoráveis e em razão do pacote tecnológico.

Produção total de energia a partir de biomassa agropecuária - Os dados apurados pelo Balanço Energético Nacional (BEN) da Empresa de Pesquisa Energética - EPE/MME são referentes ao ano base 2011. Os dados referentes a 2012 só serão publicados no segundo semestre de 2013.

Taxa de desfrute de bovinos e bubalinos - Vários fatores relacionados ao sistema de produção animal e econômicos podem afetar a taxa de desfrute, o que torna difícil apurar um fator preponderante para a redução de 1% nesse indicador no ano de 2011. Porém, devem-se elencar alguns itens de atenção, tais como: aumento da idade de abate dos animais, que se relaciona diretamente com o manejo e qualidade das pastagens; preços dos insumos; taxa de fertilidade e a genética, que afetam a médio prazo a taxa de desfrute. Outros fatores também interferem, como o abate de fêmeas e o preço de reposição do bezerro. Considerando a capilaridade e a dificuldade em se obter as informações sobre o abate, o indicador apresentado refere-se a 2011.

Taxa de produção apoiada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e por mecanismos de comercialização - O ano de 2012 foi um ano de altos patamares de preços das principais commodities agrícolas, principalmente arroz, soja e milho. Assim houve menor necessidade de intervenção governamental, além de pouco espaço para atuação dos instrumentos de comercialização, frente à demanda aquecida tanto do mercado nacional, quanto internacional.

Taxa de variação anual da produção de produtos não alimentares e não energéticos - Todos os produtos que compõem a pauta do indicador obtiveram incremento positivo na produção, entre 2011 e 2012. A maior taxa foi a das fibras, seguida pela borracha, algodão, madeira e couro. As madeiras representam 82% do peso do indicador. O valor preliminar obtido para 2012 foi 3,58% (ainda não se dispõe dos dados consolidados de todos os produtos). O valor corrigido para 2010 é 9,74%. Em 2011, a taxa foi de 3,51%.

Taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário - As exportações dos produtos do agronegócio cresceram 1,97% em 2012, passando de US\$ 81,80 bilhões em 2011 para US\$ 83,41 bilhões em 2012.

Taxa média dos juros reais de financiamento da safra - O indicador apurado sofreu um decréscimo em relação ao ano passado, refletindo a redução da taxa de juros oficial do governo federal, determinada pelo Banco Central.

Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte - Somatório da produção de Algodão em caroço, Arroz, Amendoim, Aveia, Centeio, Cevada, Feijão, Girassol, Milho, Soja, Sorgo, Trigo e Triticale [Posições NCM (0709-0713; 1001-1008; 1201-1207) Sistema Alice Web] exportados pelos portos do arco norte: Barcarena - PA, Belém - PA, Santarém - PA, São Luís - MA e Manaus - AM. Os dados do índice de referência foram atualizados para 4,68 milhões de toneladas, em função de alterações na metodologia de cálculo.

OBJETIVO: 0350 - Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O bom desempenho do mercado agrícola brasileiro ao longo de 2012 permitiu a diminuição da intervenção



governamental de regulação do abastecimento interno, via aquisição de produtos para composição dos estoques, uma vez que os produtos agrícolas amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) tiveram preços considerados equilibrados, acarretando menor custo com sua guarda e conservação. Foram realizadas apenas aquisições pontuais de arroz e trigo, totalizando 562 mil toneladas, por meio de Aquisições do Governo Federal (AGF) e dos Contratos de Opção de Venda, ao custo de R\$650 milhões. Esse cenário refletiu-se nos mecanismos de comercialização, via subsídio direto ao produtor ou a terceiros, atrelado ao escoamento do produto. A CONAB movimentou cerca de R\$ 340 milhões por meio do leilão eletrônico, tendo sido negociadas 2,2 milhões de toneladas de produtos com as seguintes operações de subvenção: Prêmio para Escoamento de Produtos (PEP), 1,7 mil toneladas de laranja, sisal, trigo, uva e derivados; Valor de Escoamento de Produtos (VEP), 236 mil toneladas de milho; Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO), 112 mil toneladas de laranja e trigo; Recompra de 189 mil toneladas de arroz; e Contratos de Opção de 5 mil toneladas de milho. Para a guarda e conservação dos estoques de propriedade do Governo Federal, a CONAB realiza contratação de empresas armazenadoras públicas ou privadas, mediante a formalização de contratos de depósitos, bem como administra o cadastro nacional, verificando as condições operacionais dos mesmos, via Censo das Unidades Armazenadoras, que em 2012 realizou 5.387 cadastramentos/recadastramentos em quase todas as unidades da federação, superando a meta (de 5 mil) prevista para o ano 2012. Como empresa pública, a Companhia também presta serviços de armazenagem para terceiros, sendo que a quantidade movimentada de produto público foi de 1.226.365 de toneladas, enquanto o pertencente a terceiros atingiu 565.696 toneladas. Dentre os produtos do governo movimentados nos armazéns próprios destacam-se aqueles vinculados aos Contratos de Opção de Venda (68,85% do total), seguidos dos produtos da PGPM (23,74%), PAA (5,26%) e estoque estratégico (1,91%). A CONAB realizou remoções de produtos num total de 475.312 toneladas, notadamente de milho em grão das regiões produtoras do Paraná, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, visando a abertura de espaços para recebimento de nova safra e principalmente para os Estados do Nordeste, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assolados por longa estiagem. Na rede armazenadora própria foram realizadas pequenas obras e adquiridos equipamentos de pequeno porte para 81 unidades. Nas nove etapas de fiscalização dos estoques governamentais realizadas em todo território nacional, foram vistoriados 3.360 armazéns e avaliados 2.050 instrumentos de apoio à comercialização (PEP, Vendas em Balcão, VEP e subvenção aos extrativistas, cana de açúcar e PAA), totalizando 5.510 ações de fiscalização. A CONAB está desenvolvendo, atualmente, o início da certificação de Unidades Armazenadoras e a revisão / atualização das Normas Técnicas e Procedimentos Operacionais já existentes. A criação de novas demandas, como a PGPM da Agricultura Familiar ensejará a elaboração de regulamentos para operacionalização e fiscalização dos produtos.

Metas 2012-2015

- **Elevar a capacidade estática de armazenagem da rede própria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de 2.148,0 para 3.100 mil toneladas**

Análise Situacional da Meta

A rede armazenadora própria é composta por 179 armazéns, agrupados em 97 unidades armazenadoras distribuídas em 25 Estados da Federação e no Distrito Federal. Em 2012, houve um aumento da capacidade estática de 4,9% (de 2.148.100 toneladas para 2.254.323 toneladas), devido à ampliação da unidade armazenadora Santa Helena/GO, reabertura da unidade armazenadora Cassilândia/MS e incorporação da unidade armazenadora Manhumirim/MG, que pertencia ao extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC). Esse resultado só não foi mais expressivo devido aos recursos disponíveis para o MAPA, aliado à necessidade de ampliação do quadro de pessoal especializado para análise e acompanhamento dos projetos básicos e executivos. Para 2013 espera-se a contratação de engenheiros nas áreas civil, elétrica, mecânica e de arquitetos para realizar os trabalhos de ampliação e modernização da rede própria de armazéns.

Quantidade alcançada

2.254.323

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
------------------------	-------	---------	-----------------	------



Região Centro-Oeste	534.400	TON	648.127	31/12/2012
Região Nordeste	477.300	TON	249.226	31/12/2012
Região Norte	233.900	TON	91.887	31/12/2012
Região Sudeste	909.300	TON	664.876	31/12/2012
Região Sul	637.600	TON	600.207	31/12/2012

• **Elevar o índice de disponibilidade de armazenagem de 0,85 para 1,2 da produção agropecuária nacional**

Análise Situacional da Meta

A capacidade estática da rede de armazéns disponíveis foi de 145.456,7 mil toneladas e a produção nacional de grãos atingiu 166.172,1 mil toneladas, fazendo com que o índice de disponibilidade atingisse 0,87, superando a meta para a safra de grãos 2011/12. Estima-se que a safra 2012/13 será superior a 180 milhões de toneladas, o que exigirá a compatibilização da capacidade armazenadora para o atendimento da demanda por armazenagem no local da produção agrícola, em regiões prioritárias e de fronteiras agrícolas.

Quantidade alcançada

0,87

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0600 - Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Ações foram tomadas para ampliar a infraestrutura de observação meteorológica e para a modernização dos equipamentos de radiossondagem. Foi iniciada a aquisição internacional de estações meteorológicas automáticas por meio do Acordo de Cooperação Técnica do INMET com a Organização Meteorológica Mundial.

Foi desenvolvido e implantado Banco de Dados para acesso pelo cidadão, por meio da internet, dos dados meteorológicos convencionais armazenados no INMET. Além disso, foi desenvolvido e implantado novo portal do INMET, orientado a facilitar o acesso do cidadão aos dados e informações gerados.

Diversos produtos estão em desenvolvimento, por meio de parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), para uso pelo agricultor e para facilitar a integração dos órgãos operacionais de meteorologia federais e estaduais, focados no monitoramento de fenômenos meteorológicos severos.

Também foi iniciado processo de ampliação da capacidade de aferir instrumentos meteorológicos, com a futura incorporação do aferimento de sensores das estações meteorológicas automáticas, apoiado pela parceria com o IICA e o Serviço Meteorológico Alemão.

Metas 2012-2015

• **Ampliar a rede de estações meteorológicas automáticas de superfície de 465 para 965 estações**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram instaladas 11 novas estações automáticas. O INMET conta agora com 476 estações automáticas instaladas e operantes (até 31/12/2012) no território nacional, coletando dados, horários de chuva, vento, radiação solar, temperatura e pressão. Destaca-se que os dados meteorológicos estão disponibilizados sem restrição na internet (<http://www.inmet.gov.br/portal/>), na aba Estações e Dados. Em relação à rede de estações, foi iniciado o processo para aquisição de 100 estações automáticas.

**Quantidade alcançada**

476

Data de Referência

31/12/2012

- **Digitalizar o acervo de 12 milhões de documentos de registro de dados disponíveis apenas em papel**

Análise Situacional da Meta

Realizada atividade de identificação dos períodos de inexistência de dados meteorológicos e priorizada a digitalização dos documentos desses períodos, de forma a aumentar a eficácia na aplicação dos recursos.

Quantidade alcançada

3.315.677

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A atividade rural está sujeita a um conjunto de fatores de risco que foge ao domínio dos produtores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos climáticos adversos e da incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na produção e produtividade das culturas. Este Objetivo visa mitigar esses fatores de risco, por meio de instrumentos como a subvenção ao prêmio do seguro rural e as orientações do zoneamento agrícola de risco climático, proporcionando, assim, uma estabilização da renda dos produtores rurais.

O público alvo, a saber, o tipo de produtor alcançado (se pequeno, médio ou grande produtor) não é distinguido nesse objetivo, uma vez que a preocupação maior é em relação a quantidade de produtores beneficiados, área coberta pelo seguro e diminuição na incidência de perdas nas lavouras, independentemente do tamanho do produtor.

Os resultados alcançados ficaram aquém das metas estabelecidas para 2012. Com a aprovação do valor de R\$ 400 milhões na Lei Orçamentária Anual – LOA há grande chance de atingir a meta que será proposta para 2013.

Quanto às metas relacionadas ao seguro rural, destacamos que, por uma questão sazonal, muitas apólices de seguro rural são contratadas nos últimos dias do ano. Para não prejudicar nenhum produtor, todos os anos o período para recebimento dessas operações é estendido durante o início do ano seguinte. No caso do exercício 2012, houve um acordo entre o MAPA e as seguradoras para receber apólices de 2012, pagas com recursos de 2012, até a data de 31/01/2013.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6,7 milhões para 30 milhões de hectares**

Análise Situacional da Meta

O valor alcançado de 5,243 milhões de hectares segurados em 2012 ficou abaixo das expectativas. Ainda que o valor total subvencionado em 2012 tenha aumentado, atingindo R\$ 318 milhões em subvenção ao prêmio, frente a R\$ 254 milhões gastos em 2011, a área total segurada diminuiu, o que indica uma elevação do risco climático das lavouras seguradas, responsável por majorar os prêmios pagos e consequentemente elevar o valor pago de subvenção por hectare.

Quantidade alcançada

5,24

Data de Referência

31/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	9	milhão	1,25	31/01/2013



Região Nordeste	5,5	milhão	0,17	31/01/2013
Região Norte	1	milhão	0,03	31/01/2013
Região Sudeste	4	milhão	0,74	31/01/2013
Região Sul	10,5	milhão	3,04	31/01/2013

- **Ampliar de 56 mil para 250 mil o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural (PSR)**

Análise Situacional da Meta

Notou-se uma elevação do número de produtores rurais nos últimos três anos, atingindo 51.989 em 2012. Além disso, percebe-se uma concentração da contratação do seguro rural por produtores da região sul, que, em função da maior incidência de intempéries, foram aqueles que mais necessitaram dessa modalidade de garantia.

Quantidade alcançada

51.989

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	50.000	unidade	4.894	31/12/2012
Região Nordeste	20.000	unidade	747	31/12/2012
Região Norte	5.000	unidade	144	31/12/2012
Região Sudeste	35.000	unidade	8.380	31/12/2012
Região Sul	140.000	unidade	37.824	31/12/2012

- **Manter abaixo de 20%, a cada ano-safra, o referencial do número de perdas de lavouras de milho e soja causadas por adversidades climáticas em relação ao total de seguros contratados**

Análise Situacional da Meta

Os dados foram coletados junto ao Registro Comum das Operações Rurais do Banco Central do Brasil (RECOR/BACEN). Foram apurados os dados para a safra de 2011/12, cujo período de plantio e colheita se estende de julho de 2011 a junho de 2012. Ainda que o indicador tenha atingido 22,1% para o País, nota-se que, apenas nas regiões Nordeste e Sul, o indicador ultrapassou o limite, isto é, perdas de até 20% sobre o montante de operações contratadas pelo Programa de Garantia da

Atividade Agropecuária (PROAGRO).

Quantidade alcançada

22,1

Data de Referência

08/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20	%	7,3	08/01/2013
Região Nordeste	20	%	39	08/01/2013
Região Norte	20	%	4,5	08/01/2013
Região Sudeste	20	%	1	08/01/2013
Região Sul	20	%	22,5	08/01/2013

OBJETIVO: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, uma situação de crise foi enfrentada pelos produtores das regiões atingidas por adversidades climáticas e por suinocultores, produtores de laranja e rizicultores com dificuldades em pagar suas dívidas de safras anteriores a



2011/12. Diante desse quadro, o Governo autorizou a renegociação das dívidas de custeio e de investimento desses produtores, a criação de linhas emergenciais de crédito, inclusive no âmbito do Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap-Agro), e a elevação de limites de crédito de custeio e de investimento. A maior capitalização dos agricultores na safra 2011/12, aliada à queda nos depósitos à vista nos bancos comerciais e expectativas de redução das taxas de juros, contribuiu para que houvesse redução no volume de recursos aplicados (crédito efetivamente contratado pelos produtores rurais) no financiamento da agricultura empresarial em relação ao período anterior, tendo sido apurado um total de R\$ 95.475.870.570,77 de janeiro a dezembro de 2012.

Para melhorar as condições de acesso aos recursos de financiamento no âmbito do crédito rural oficial, o Governo Federal vem garantindo um volume adequado de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) a taxas de juros controladas, mediante aumento do limite de financiamento e redução dos custos financeiros para o produtor, elevando a sua liquidez.

Em relação aos recursos aplicados, as regiões Sul e Sudeste tiveram uma participação de 66,52% no total dos recursos aplicados em custeio, investimento e comercialização. As demais regiões tiveram uma participação de 33,48% no total. Em termos de área, segundo relatório Acompanhamento da Safra Brasileira da CONAB, foram cultivados 50,9 milhões de hectares, para uma produção de 166 milhões de toneladas de grãos.

As regiões que tiveram melhor desempenho na produção de grãos foram Centro-Oeste, com uma produção de 71,2 milhões de toneladas, e Sul, com 57,8 milhões de toneladas. Para o próximo período, estima-se a produção de grãos em 180 milhões de toneladas.

Os principais desafios para o desempenho da agricultura brasileira encontram-se na infraestrutura e logística. O Governo Federal vem trabalhando na busca de soluções para recuperação das estradas, portos e aeroportos do país, visando melhorar o escoamento da produção e reduzir os custos de transporte e armazenamento.

Em relação ao número de contratos, em 2012 houve um crescimento acompanhando o aumento no crédito oferecido (crédito disponível nos bancos para os produtores rurais) aos produtores rurais. Foram fechados 805.549 contratos no ano, alcançando 96% da meta estabelecida para 2015. O maior número de contratos realizados foi nas Regiões Sul e Sudeste.

Metas 2012-2015

• Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de Reais, o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário

Análise Situacional da Meta

Os dados apurados são de janeiro a dezembro de 2012. O volume de crédito rural oficial aplicado foi de R\$ 95.475.870.570,77. Do crédito aplicado 34,88% foram para Região Sul, 30,81% para a região Sudeste, 23,43% para o Centro-Oeste e o restante para as regiões Norte e Nordeste (10,88%).

A grande maioria de produtores rurais que buscam crédito, exceto os atendidos pelo PRONAF, se encontra na faixa de médios e grandes produtores, com renda superior a R\$ 200 mil por ano. As informações referentes ao crédito PRONAF estão disponibilizadas no programa temático 2012 – Agricultura Familiar.

A expectativa para o próximo período é de uma oferta maior de recursos e de uma demanda maior, em relação ao período anterior, devido à queda na taxa de juros de 6,75% a.a. para 5,5% a.a.

Os principais desafios são a desburocratização da formalização do financiamento e a renegociação das dívidas, sem a qual o produtor não pode obter novos financiamentos.

Quantidade alcançada

95,48

Data de Referência

01/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
------------------------	-------	---------	-----------------	------



Região Centro-Oeste	22,2	R\$ bilhão	22,37	01/12/2012
Região Nordeste	12,3	R\$ bilhão	7,06	01/12/2012
Região Norte	4,4	R\$ bilhão	3,33	01/12/2012
Região Sudeste	48,2	R\$ bilhão	29,42	01/12/2012
Região Sul	53,4	R\$ bilhão	33,3	01/12/2012

- **Aumentar de 750 mil para 830 mil o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)**

Análise Situacional da Meta

Em relação ao número de contratos, em 2012 houve um crescimento acompanhando o aumento no crédito oferecido (crédito disponível) aos produtores rurais. Foram fechados 805.549 contratos no ano de 2012, alcançando 97% da meta estabelecida para 2015. O maior número de contratos realizados ocorreu nas Regiões Sul e Sudeste.

Quantidade alcançada

805.549

Data de Referência

01/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	97.000	unidade	110.288	01/12/2012
Região Nordeste	47.000	unidade	56.797	01/12/2012
Região Norte	16.000	unidade	66.616	01/12/2012
Região Sudeste	210.000	unidade	208.643	01/12/2012
Região Sul	460.000	unidade	363.205	01/12/2012

OBJETIVO: 0623 - Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários, visando a disponibilização de informações relacionadas ao agronegócio nacional e internacional, para subsidiar a formulação de políticas públicas, a comercialização e a tomada de decisão pelos agentes públicos e privados.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A CONAB realiza, sistematicamente, análises de mercado e conjunturas agrícolas, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão governamental com vistas à garantia do abastecimento, sustentação de renda e competitividade. A disponibilização dessas informações facilita ações para formação de estoques, com a intervenção governamental necessária, mantendo a regularidade do abastecimento e a consequente garantia de renda ao produtor rural, além da segurança alimentar da sociedade. Atualmente possui um acervo de informações com 11.700 séries contendo dados relacionados a preços recebidos e pagos pelos produtores, atacado e varejo, preços internacionais, índices, indicadores, dentre outros, buscando assegurar a qualidade da informação por meio de metodologias reconhecidas que geram informações e conhecimentos consistentes, fidedignos e atualizados. A perspectiva da melhoria do processo e dos sistemas que suportam as atividades tem provocado a ampliação do escopo de estudo, análise e avaliação. Em 2012, iniciou-se o processo de implantação de nova metodologia de preços, deflagrado diante da necessidade de padronização de procedimentos e de melhoria, atualização e modernização de métodos de coleta e divulgação das informações em nível de produtor, de atacado e de varejo. Foram conduzidas ações visando implementar um observatório agrícola, construindo um instrumento de monitoramento de indicadores da agricultura brasileira e do abastecimento do país, integrado com outros indicadores em nível mundial, como proposta para atender às necessidades de informações que externalizem o panorama do abastecimento e da segurança alimentar dos brasileiros. Outra iniciativa relevante é o desenvolvimento de estudos da receita bruta dos produtores rurais nacionais, visando dimensionar a formação mensal de receitas de comercialização de 40 produtos selecionados (oleaginosas, cereais, fibras, frutas, hortícolas, carnes, leite e ovos) em cada Unidade da Federação. Também foi desenvolvido um aplicativo para divulgação de preços em nível de



produtor e de atacado de cerca de 120 produtos, disponível no portal da CONAB na internet, o que contribuirá para a democratização do acesso à informação e ao conhecimento para diversos segmentos e diferentes meios de comunicação. Por meio da revista Indicadores da Agropecuária, de elaboração mensal e acessível pelo portal da CONAB, são disponibilizadas informações de preços de produção, volume de estoques públicos e privados, mercado de insumos agropecuários, comércio internacional, balança comercial do agronegócio (de cerca de 2.200 mercadorias), crédito agrícola, entre outros. A Companhia atende a diversos ministérios que demandam a elaboração de custos de produção, como MDA (para a agricultura familiar, aves e suínos), MPA (pescados), MMA (produtos da sociobiodiversidade) e MAPA (agricultura empresarial). Em 2012, novos custos de produção foram levantados para a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade - PGPM-Bio (juçara, pinhão, guaraná) e culturas de inverno e verão. Também foram atualizados pacotes tecnológicos dos custos de produção para o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF (cafés arábica e conilon, mandioca e feijão), PGPM (café arábica e arroz irrigado) e coeficientes técnicos do custo de produção do frango de corte, com revisão das fórmulas de cálculo. Houve a atualização dos preços pagos pelos produtores para máquinas, implementos, insumos agrícolas e serviços.

A CONAB realiza levantamentos de safra de grãos, café, cana de açúcar, alguns produtos agro-energéticos e de estoques privados de café e de arroz beneficiado e em casca com o objetivo de subsidiar o Governo, os agentes econômicos e os consumidores na tomada de decisão nas áreas política, econômica, social e ambiental. Para tanto, utiliza recursos tecnológicos de eficiência comprovada, como modelos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS) e sistemas de informações geográficas para estimar as áreas de cultivo e prognosticar impactos na produtividade das lavouras. Esse conjunto de tecnologias constitui o método de previsão de safras e integra o Projeto Geosafas. Para os principais Estados produtores, teve início em 2012 a elaboração de máscaras de cultivo (grãos e cana de açúcar), desde a safra 2000-01, que permitirão a análise das áreas mapeadas e a calibração dos modelos espectrais de estimativas de produtividade. Foram elaborados estudos de preços mínimos de 38 produtos, pertinentes às safras de verão, inverno e produtos regionais do Norte e Nordeste e para produtos da sociobiodiversidade, que compõem a atual base da política agrícola brasileira. Esses trabalhos consistem na análise dos mercados nacionais e internacionais de cada um dos produtos que compõem a pauta da PGPM, de forma a verificar a compatibilidade de preços e custos nestes mercados, propor preços mínimos para a safra seguinte (elementos fundamentais para execução das políticas de apoio à produção) e, assim, gerar renda e segurança para o produtor rural. As condições mercadológicas dos produtos agrícolas são semanalmente analisadas pela CONAB, com o intuito de balizar intervenções no mercado, além de fornecer ao público informações sobre o mercado agropecuário. No âmbito interno, todo o processo de gestão das informações e do conhecimento leva em conta a participação e o controle social; e a metodologia busca a interatividade, a intersetorialidade e o respeito às relações federativas mediante o estabelecimento parcerias com o IBGE, o Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI), em Santa Catarina, o Departamento de Economia Rural (DERAL), no Paraná, o Instituto Mineiro de Agropecuária, dentre outras. No âmbito internacional, técnicos da CONAB participaram de reuniões da Rede de Coordenação de Políticas Agropecuárias (REDPA - Mercosul), da Organização de Informações do Mercado Agrícola (OIMA), da FAO e representantes dos países do G-20 e do acordo de cooperação técnica com a Bolívia. Todos os esforços são no sentido de haver intercâmbio de experiência e integração de informações agropecuárias.

Metas 2012-2015

- **Atualizar mensalmente os quadros de oferta e demanda dos principais produtos da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)**

Análise Situacional da Meta

A CONAB atualiza e disponibiliza no portal da Companhia na internet e na revista Indicadores da Agropecuária, o balanço de oferta e demanda brasileira de oito produtos da pauta da PGPM. O quadro da oferta e demanda por produto contempla os dados referentes a estoque inicial, produção, importação, suprimento, consumo, exportação e estoque final. Baseados nesses dados, são elaborados análises de mercado e conjunturas agrícolas que auxiliam a formulação de



políticas públicas de abastecimento. Busca-se sempre assegurar a qualidade da informação, por meio de metodologias consistentes, fidedignas e atualizadas.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2012

• **Elaborar nova metodologia de coleta, tratamento e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, destacou-se o desenvolvimento de aplicativo para divulgação de preços no nível de produtor e de atacado de cerca de 120 produtos, disponibilizado no portal da CONAB, o que contribuiu para a democratização do acesso à informação e o conhecimento para diversos segmentos e diferentes meios de comunicação. Novas metodologias de pesquisa de safras estão sendo discutidas e em processo de análise para 2013.

• **Elevar a abrangência da amostra de 70% para 90% dos municípios com produção relevante, nas pesquisas de safra para levantamento da produção de grãos**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, o número de municípios cobertos pela amostra da pesquisa de safra é de 578, ou seja, 78,53% do número de municípios com produção representativa de grãos. Novas demandas no sentido de que a CONAB realizasse estudos e testes para definição de métodos de avaliação de safra de outros produtos poderão resultar em aumento de abrangência da amostra.

Quantidade alcançada

78,53

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

As ações de promoção do café brasileiro no País e no exterior, publicidade de utilidade pública e capacitação de técnicos e produtores do agronegócio café foram beneficiadas com a execução dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafé). Para o ano de 2013, serão priorizadas ações de investimentos em pesquisa e transferência de tecnologias, de capacitação de técnicos e agricultores, com foco no aumento da produtividade, na melhoria da qualidade e nos processos de gestão, assim como em ações promocionais do café brasileiro e operacionalização de linhas de crédito para financiamentos.

Metas 2012-2015

• **Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012 foi liberado o montante de R\$ 2.069.227.683,00 das linhas de financiamento com recursos do Funcafé. Tais recursos foram tomados por beneficiários localizados em 15 Unidades da Federação, cinco a mais que em 2011, com destaque para Minas Gerais, onde foram tomados 69% do total aplicado. A ampliação do número de Estados tomadores ocorreu principalmente em financiamentos de capital de giro para indústrias de torrefação, linha de crédito instituída em abril de 2012, com o limite de recursos de até R\$ 200 milhões e de R\$ 1,5 milhão por beneficiário.

Quantidade alcançada

2.069.227.683

**Data de Referência**

31/12/2012

- **Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012 foram atendidos pelas linhas de financiamento com recursos do Funcafé o total de 16.478 beneficiários, que podem ser agrupados da seguinte forma:

- . Em financiamentos para custeio: cafeicultores, em financiamentos contratados diretamente ou repassados por meio de suas cooperativas de produção;
- . Em financiamentos para estocagem: cafeicultores, em financiamentos contratados diretamente ou repassados por meio de suas cooperativas de produção e cooperativas de produtores rurais, no caso de produção própria;
- . Em financiamentos para aquisição de café: indústrias torrefadoras de café, beneficiadores, exportadores e cooperativas de cafeicultores que exercem atividades de beneficiamento, torrefação ou exportação de café;
- . Em financiamento de capital de giro para a indústria de café solúvel e de torrefação: indústrias deste segmento no território nacional; e
- . Em financiamentos de contratos de opções e de operações em mercados futuros, para recuperação de cafezais danificados e para composição de dívidas originárias de financiamentos rurais à cafeicultura: cafeicultores e suas cooperativas.

Quantidade alcançada

16.478

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0692 - Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A atuação do MAPA se divide em três eixos: negociações comerciais, negociações sanitárias e fitossanitárias e promoção internacional. As ações de promoção internacional, por sua vez, estruturam-se nas temáticas de inteligência comercial, organização para a exportação e promoção do agronegócio. No âmbito da inteligência comercial, o MAPA tem como atividade permanente a manutenção e disponibilização do Agrostat Brasil, base de dados on-line que oferece uma visão detalhada do intercâmbio agrícola e do agronegócio brasileiro com 80 países. Em 2012, com base no Agrostat Brasil, além de gráficos, tabelas e informes disponibilizados no sítio do MAPA na internet, foram lançadas duas publicações sobre comércio exterior, uma delas bilíngue (português-inglês). As atividades de organização para a exportação têm por objetivo despertar e estimular a integração contratual das cadeias produtivas com foco na exportação e incluíram a realização de sete edições do AgroEx – Seminário do Agronegócio para Exportação, nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Goiás, Bahia e Tocantins.

Quanto à promoção internacional do agronegócio brasileiro, em 2012 o MAPA promoveu, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, a participação oficial brasileira em 11 feiras comerciais internacionais do setor de agricultura e alimentação, realizou uma ação de imagem, além de duas missões de intercâmbio técnico e contatos comerciais e, no Brasil, missões receptivas para delegações de seis países e a ação “Press Trip Rio+20”, destinada a correspondentes internacionais aqui residentes.

No próximo ano, a expectativa é continuar promovendo produtos do agronegócio com valor agregado em mercados estratégicos e/ou de expansão na Ásia, África e Américas, em países como China, Japão, Rússia, Estados Unidos, Peru, África do Sul e Moçambique.



Este objetivo contempla ainda atividades voltadas para a participação em negociações com parceiros comerciais e em fóruns internacionais onde são discutidas e negociadas regras para disciplinar o comércio internacional, assim como a implementação, acompanhamento e administração dos acordos já firmados, o que beneficia todo o agronegócio brasileiro. Para 2013, a perspectiva é de continuar o trabalho de abertura e manutenção de mercados.

Metas 2012-2015

- **Realizar 10 missões internacionais para promoção do Agronegócio incluindo a participação das cooperativas brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas 75 missões contemplando atividades voltadas para a participação em negociações com parceiros comerciais e em fóruns internacionais (onde são discutidas e negociadas regras para disciplinar o comércio internacional), assim como atividades ligadas a implementação, acompanhamento e administração dos acordos já firmados. Para 2013, a perspectiva é de continuar no trabalho de abertura e manutenção de mercados, com destaque para: suspensão do embargo às exportações de carne bovina após a divulgação do caso atípico de BSE (sigla em inglês para encefalopatia bovina espongiforme) no Brasil (para o que deverão ser realizadas missões do MAPA para países como China, Arábia Saudita, Japão, Egito e África do Sul); conclusão das negociações para as exportações de carne suína de Santa Catarina para o Japão (maior importador mundial do produto); viabilização da retomada das exportações de carnes (bovina, suína e de aves) do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso para a Rússia (suspensas desde 15 de junho de 2011); conclusão das negociações para abertura do mercado dos EUA para as exportações de carne bovina brasileira; ampliação do número de plantas habilitadas para exportar carnes para a China; negociação da aprovação de novos "eventos de biotecnologia" em soja geneticamente modificada para que, se usados no Brasil, não sofram restrições comerciais quando exportados para a China; negociação de protocolo com as exigências fitossanitárias para exportações de milho para a China; intensificação das negociações para a remoção de barreiras ao comércio de carne bovina para a União Europeia; negociação do acesso da carne suína ao mercado da União Europeia mediante a aprovação de segregação para a produção sem o uso de ractopamina; e reabertura do mercado sul-africano para carne suína, fechado desde 2005.

Quantidade alcançada

75

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	10	unidade	75	31/12/2012

- **Realizar 76 ações de promoção do agronegócio no exterior**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram realizadas 21 ações internacionais de promoção do agronegócio no exterior. As ações de promoção internacional estruturam-se nas temáticas de inteligência comercial, organização para a exportação e promoção do agronegócio. No âmbito da inteligência comercial, o MAPA tem como atividade permanente a manutenção e disponibilização do Agrostat Brasil, base de dados on-line que oferece uma visão detalhada das exportações e importações brasileiras agrícolas e do agronegócio. Com base no Agrostat Brasil, em 2012 foram elaborados inúmeros gráficos e tabelas estatísticas disponibilizados no sítio eletrônico do MAPA. Foram também disponibilizados na internet informes de mercado contendo análise do intercâmbio comercial entre o Brasil e 80 de seus parceiros comerciais, além das publicações: "Comércio Exterior da Agropecuária Brasileira - Principais Mercados e Produtos", uma análise geral da produção e comércio exterior do setor agropecuário do país, publicada em português e inglês; e "Intercâmbio Comercial do Agronegócio - Principais Mercados de Destino", uma análise mais detalhada do comércio exterior da agropecuária brasileira com seus 30 principais mercados de destino. As atividades de organização para a exportação têm por objetivo despertar e estimular a integração contratual das cadeias produtivas com foco na exportação e incluíram, em 2012, a realização de sete edições do AgroEx – Seminário do Agronegócio para



Exportação, nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Goiás, Bahia e Tocantins. No que tange à promoção internacional do agronegócio brasileiro, o MAPA promoveu em 2012, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, a participação oficial brasileira em 11 feiras comerciais internacionais do setor de agricultura e alimentação, em nove mercados selecionados: China, Estados Unidos, Japão, Rússia, Reino Unido, África do Sul, Turquia, Peru e Porto Rico; realizou a ação de imagem “Sustainable Agriculture Summit – Spotlight on Brazil”, no Reino Unido; além de duas missões de intercâmbio técnico e contatos comerciais com enfoque setorial à China e à França e Espanha, uma para o setor de lácteos e a outra para os setores de aves e suínos. No Brasil, em 2012 o MAPA organizou missões receptivas para delegações do Chile, Rússia, Hungria, México, Vietnã e China e realizou a ação “Press Trip Rio+20”, que levou correspondentes da imprensa internacional residentes no Brasil para conhecer experiências exitosas de agricultura sustentável nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

Em 2013, a expectativa é continuar promovendo produtos do agronegócio com valor agregado em mercados estratégicos e/ou de expansão na Ásia, na África e nas Américas, em países como China, Japão, Rússia, Estados Unidos, Peru, África do Sul e Moçambique.

O MAPA deverá apoiar cerca de 450 empresas na participação em 17 eventos internacionais para promoção comercial em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores e a Apex-Brasil. Além disso, deverão ser realizados sete seminários AgroEx, nos Estados de Minas Gerais, Rondônia, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Sergipe.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	76	unidade	21	31/12/2012

OBJETIVO: 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A implementação do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) está em andamento desde agosto de 2011, após ter sido aprovado pelo Comitê Interministerial sobre Mudanças do Clima (CIM), bem como pelo Grupo Executivo (GEx) - Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e Decreto n.º 7.390/2010. Primeiramente, foi necessário priorizar algumas iniciativas, de forma a viabilizar a realização das suas atividades. Nesse sentido, foi priorizada a divulgação do ABC, bem como as capacitações sobre as tecnologias de mitigação do Plano (Recuperação de Pastagens Degradadas, Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), Plantio Direto com Qualidade, Fixação Biológica de Nitrogênio e Florestas Plantadas). Para tanto, foi realizada uma campanha publicitária em canais fechados de televisão, além da edição de cartazes, cartilhas e folders sobre os temas em questão. Foram realizados cursos de capacitação para técnicos e produtores do segmento agropecuário, pois o mercado carece de profissionais habilitados na elaboração de projetos de ILPF, por exemplo, com o objetivo de apresentar tais projetos ao sistema financeiro para acesso ao crédito ofertado pelo Plano Safra. Foram implementadas Unidades de Referência Tecnológica (URT) ou de Teste e Demonstração (UTD), de forma a melhorar a difusão das referidas tecnologias, bem como apoiar a capacitação dos técnicos do setor. Cabe destacar que grande parte das ações para o alcance das metas previstas já foram iniciadas, com algumas delas devendo ser alcançadas até o ano de 2015 e outras com finalização até 2020. Levando em conta os recursos disponíveis, os resultados já obtidos pelo projeto estão de acordo com o previsto. Um fator relevante na condução dos processos é o estabelecimento de parcerias, que têm viabilizado a realização de diversas atividades.



previstas, sobretudo em nível estadual. Destacam-se os resultados alcançados em 2012: implementação de 25 Grupos Gestores Estaduais – GGE (24 Estados e o Distrito Federal com GGE atuantes, tendo dois já publicado seus Planos Estaduais e outros cinco finalizado sua elaboração; capacitação de 6.170 profissionais, entre técnicos e produtores, e eventos de diversas naturezas realizados em 20 Estados; articulação com parceiros diversos, que permitiu o avanço na estruturação do sistema virtual multi-institucional para monitoramento dos gases de efeito estufa (GEE) e finalização da produção e impressão de material informativo, incluindo exemplares do Plano ABC Nacional, definição do ato normativo adequado para a formalização do Plano ABC; fechamento de acordos internacionais em busca de recursos adicionais não orçamentários para algumas ações, com destaque para o plano de investimento florestal (que tem o ABC como um de seus componentes), com cobertura do Bioma Cerrado, além da continuação de ações em andamento com foco na agricultura conservacionista, com eventos de promoção da integração lavoura-pecuária-floresta, conservação de solo, agricultura irrigada, entre outros.

A execução das ações do objetivo em pauta tem contado com importantes articulações internacionais, nacionais e estaduais, mobilizando o setor e buscando o estabelecimento de parcerias para potencializar o atingimento das metas, que, além de serem centrais para a sustentabilidade e competitividade da agropecuária brasileira, envolvem uma resposta a compromissos estabelecidos pelo governo brasileiro junto à comunidade internacional.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 500 técnicos e 100.000 produtores rurais para ampliação de áreas com florestas plantadas para fins comerciais, no contexto do Plano ABC, incluindo a heveicultura**

Análise Situacional da Meta

A ação de promoção de florestas plantadas está em elaboração. Em 2012, o foco foi a realização de articulações em nível nacional e internacional e o estabelecimento de parcerias para estruturação de uma agenda de atuação. Dados os recursos disponíveis, somente foi possível o apoio a alguns eventos organizados por instituições parceiras, em especial a CEPLAC, no formato de congresso e seminários, com foco na promoção de sistemas florestais que incorporam o cacau e a seringueira (heveicultura), incluindo a organização do primeiro Seminário de Florestas Plantadas no Distrito Federal. O alcance dos eventos apoiados foi satisfatório, envolvendo técnicos, produtores, estudantes e agentes do setor agropecuário. Foram capacitadas 232 pessoas, sendo 162 técnicos, 20 alunos e 50 produtores rurais.

Quantidade alcançada

232

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 8.000 técnicos do setor e 250.000 produtores rurais, em práticas e sistemas conservacionistas de produção agropecuária sustentável, conforme previsto no Plano ABC**

Análise Situacional da Meta

O processo de capacitação, nesse primeiro ano de PPA, tem buscado estruturar as atividades e tem tido como foco inicial a capacitação de técnicos do seguimento agropecuário, da assistência técnica e de empresas de desenvolvimento. Posteriormente, os técnicos já qualificados atuarão como agentes multiplicadores do conhecimento, trabalharão diretamente com produtores rurais e elaborarão os projetos técnicos para apresentação aos operadores do crédito rural, buscando o atendimento e alcance da meta total estabelecida no Plano ABC. Em 2012, foram realizadas ações de sensibilização e capacitação de natureza diversa em 20 Estados da Federação com foco em cursos de curta duração, visando atualizar os técnicos nas tecnologias propostas, em especial no seu funcionamento e características em um contexto de mudanças climáticas, sequestro de carbono e consequente diminuição das emissões de GEE. Foi produzida parte do material informativo para subsidiar esses cursos, com uma linguagem técnica. Além da complementação desse material técnico, também deverá ser desenvolvido material informativo em linguagem acessível aos diferentes perfis de produtores agrícolas. Foram capacitados 6.170 pessoas, onde 4.319 foram de técnicos, 250 alunos e cerca de 1.601 produtores rurais.

Quantidade alcançada

6.170

**Data de Referência**

31/12/2012

- **Divulgar a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - Plano ABC, realizando 5 campanhas publicitárias**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, considerando os recursos disponibilizados, a ação teve por foco o desenvolvimento de material informativo e atualização do sítio do MAPA na internet. Não houve veiculação de campanhas publicitárias nos meios de comunicação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Elaborar Programa de Zoneamento de Pastagens na Amazônia Legal, no contexto do Plano ABC**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Zoneamento de Pastagens na Amazônia Legal ainda está em sua fase inicial (em torno de 30% realizado), ainda dependendo do recebimento de maiores informações de diferentes parceiros estaduais para sua consolidação. Nesse sentido, em dois Estados da Amazônia Legal falta a criação de seus Grupos Gestores Estaduais (GGE) do Plano ABC. Os GGE são os grandes responsáveis pela estruturação das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas em nível estadual, pois são eles que detém a competência em verificar as oportunidades, as necessidades, as restrições do seu Estado. No contexto do Plano ABC, também está sendo implementado o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas da Amazônia (PRADAm), que teve suas atividades efetivamente iniciadas em 2012, com a contratação de dois consultores, que levantarão os princípios básicos para elaboração de um programa específico para a região, bem como planejarão uma série de cursos de capacitação em tecnologias sustentáveis, pois parte destas áreas é formada por pastagens degradadas. Está previsto ainda o intercâmbio de informações com o Ministério do Meio Ambiente no que se refere ao projeto TerraClass, que tem como objetivo realizar a qualificação, a partir de imagens orbitais, das áreas da Amazônia Legal já desflorestadas.

- **Implantar 900 Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológica (UTD ou URT) em sistemas agropecuários de produção sustentável, previstas no Plano ABC**

Análise Situacional da Meta

Foram implantadas, no exercício de 2012, um total de 40 UTD e URT em apoio ao processo de capacitação em sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, em três Estados. Por elas passaram em torno de duas mil pessoas, em dias de campo, para ver in loco as práticas de manejo sustentável do solo e da água, dentro de sistemas produtivos de baixa emissão de GEE e com maiores retornos econômicos ao produtor rural. Mais iniciativas estão em andamento, organizadas em articulação com outros Estados. Aguarda-se a informação dos parceiros quanto à finalização da implantação das UTD ainda em aberto.

Quantidade alcançada

40

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar e reativar 2.000 viveiros de mudas de espécies florestais nativas e exóticas, visando atender às demandas do Plano ABC**

Análise Situacional da Meta

As ações relacionadas a esta meta foram iniciadas em 2012, e tiveram por foco a articulação e estabelecimento de parcerias para levantamento de competências técnicas e instrumentos legais, tais como as normas de produção de mudas florestais exóticas e nativas, além do mapeamento dos viveiros existentes, suas condições e problemas, para consolidar uma estratégia para alcance de metas, dentro do contexto do Plano ABC.

O Plano ABC promove a constituição dos Grupos Gestores Estaduais (GGE), que é a estrutura, em nível estadual,



responsável pelo levantamento das necessidades, restrições e oportunidades quanto à produção de mudas, visando o atendimento das metas do ABC. Considerando os recursos disponíveis, a implantação e reativação dos viveiros tiveram sua execução em patamares inferiores ao previsto. Em 2013, como os GGE estabelecidos e a existência de estratégia de implementação do ABC nos Estados, haverá melhores condições para a realização desta meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• **Implantar Laboratório Virtual Multi-Institucional para as ações de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV) do Plano ABC**

Análise Situacional da Meta

Cabe esclarecer que, por questões de ordem legal, administrativa e institucional, a iniciativa passou a ser nomeada como um Sistema Virtual Multi-Institucional e não mais um laboratório. O Sistema Virtual Multi-Institucional está em processo de negociação e implantação, já se podendo considerar que foi atingida 40% dessa trajetória. O MAPA, mediante projeto estabelecido pela Embrapa e financiamento do Fundo Clima, está construindo o referido sistema, adquirindo os equipamentos de sua sede física e alguns sistemas de armazenamento e processamento de dados, que permitirão a integração dos trabalhos em andamento e dos resultados conseguidos pelos diversos parceiros do sistema.

• **Mapear as áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo por UF, no contexto do Plano ABC**

Análise Situacional da Meta

O mapeamento das áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo tem sido realizado por algumas instituições, sendo ainda necessário reunir as diversas informações para consolidação das resultantes. Pode-se aferir que esta ação já avançou em torno de 30%. Para a Amazônia Legal, esse processo já teve início a partir dos levantamentos realizados pelo Projeto TerraClass (o projeto em questão foi feito pelo MAPA e custeado pelo MMA - PPG7).

• **Mapear as áreas prioritárias para implantação de sistemas produtivos sustentáveis, conforme previsto no Plano ABC**

Análise Situacional da Meta

O estabelecimento das áreas prioritárias para implantação de sistemas produtivos sustentáveis deve considerar as prioridades de atuação estabelecidas por cada Grupo Gestor Estadual (GGE). Até o momento, apenas sete estados finalizaram seus planos estaduais, que consideram o estudo dos cenários de degradação e estabelecimento de prioridades em seu território, dos quais somente dois já se tornaram públicos. Dessa forma, pode-se aferir que 25% da tarefa já foi cumprida. A construção nacional deverá considerar, além das prioridades estaduais, a finalização do mapeamento das áreas de pastagens degradadas. Até o momento, as ações priorizaram a divulgação e implementação do plano ABC.

• **Promover a elaboração de 15 Planos de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono nos Estados, conforme previsto no Plano ABC**

Análise Situacional da Meta

Ao final desse período de avaliação, sete Planos Estaduais do ABC foram desenvolvidos, dois dos quais já foram publicados e formalizados por meio de atos normativos.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a



sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A regularização da produção orgânica requer esforço e atenção dos Ministérios envolvidos e tem resultado em constante elevação da qualidade do produto final e da confiança atribuída aos produtos orgânicos pelos consumidores brasileiros. Em 2012, uma conquista fundamental foi a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica por meio do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012.

Com relação às ações da Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil) em 2012, foram capacitadas duas mil pessoas em boas práticas agrícolas e produção integrada agropecuária, ultrapassando a meta de 1.500 pessoas beneficiadas. A superação da meta física foi possível graças ao desenvolvimento de parcerias institucionais

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica**

Análise Situacional da Meta

Publicado o edital MAPA/MEC/MCTI/CNPq nº 46/2012 para apoio a implantação e manutenção de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica para o biênio 2013/14. Foram selecionados 22 projetos, que serão apoiados com um montante total de R\$ 3.744.906,00. Com esta seleção, há um total de 36 núcleos apoiados na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

Quantidade alcançada

36

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	11	unidade	4	31/12/2012
Região Nordeste	34	unidade	11	31/12/2012
Região Norte	22	unidade	6	31/12/2012
Região Sudeste	14	unidade	9	31/12/2012
Região Sul	9	unidade	6	31/12/2012

- **Ampliar de 8.000 para 28.000 o número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial**

Análise Situacional da Meta

Atualmente existem 11.700 Unidades de Produção Orgânica sob controle oficial pelos três mecanismos de controle regulamentados. Há 12 Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica credenciados, sendo 8 certificadoras por auditoria e 4 Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica - OPAC/SPG e um total de 84 Organizações de Controle Social cadastradas no MAPA atuando em venda direta ao consumidor.

Quantidade alcançada

11.700

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 40.000 produtores e 20.000 técnicos do setor em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos e/ou mecanismos de controle da qualidade orgânica**

Análise Situacional da Meta

Considerando os dados consolidados, 3.652 técnicos e produtores foram capacitados em produção orgânica, com destaque para os seguintes temas: adubação verde, bancos comunitários de sementes e mecanismos de garantia da



qualidade orgânica.

Quantidade alcançada

3.652

Data de Referência

22/01/2013

- **Capacitar 8.000 técnicos e produtores em bem-estar animal, 40.000 em produção integrada agropecuária e 80.000 em qualidade e segurança do leite e da carne**

Análise Situacional da Meta

Em relação ao treinamento em bem-estar animal, foram treinadas 1.700 pessoas, enquanto que na área de qualidade e segurança do leite e da carne, as capacitações alcançaram 300 pessoas (praticamente aquelas realizadas no Estado de Minas Gerais). Sendo o Programa Alimento Seguro da Cadeia do Leite e Carne (PAS Leite e Carne) uma parceria com o Sistema S e a Embrapa, o MAPA não tem governança completa sobre o programa, o que afeta a aceleração de sua implantação. Foram realizadas ações importantes visando catalisar o programa: lançamento oficial do PAS Leite em julho de 2012; treinamento de 15 pontos focais do MAPA lotados nos Estados; e reunião com os gestores do Sebrae da carteira do leite visando priorizar a implantação do programa. Quanto ao PAS Carne, este ainda está numa fase inicial, de elaboração de material, para posteriormente realizar os projetos-piloto e então entrar na etapa de expansão nacional. Com relação às ações da PI Brasil, foram capacitadas 2.000 pessoas em Boas Práticas Agrícolas e Produção Integrada Agropecuária. O desenvolvimento de parcerias com entidades que já participam do processo de gestão da Produção Integrada Agropecuária, como Embrapa, Sebrae, Inmetro, CNA, é decisiva para processo de capacitação de técnicos e produtores.

Quantidade alcançada

4.000

Data de Referência

08/03/2013

- **Consolidar a formação de 800 bancos comunitários de sementes e/ou mudas com ênfase em variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes**

Análise Situacional da Meta

São apoiados 303 bancos comunitários, estando finalizada consultoria para assistência e avaliação técnico-gerencial do Programa Bancos Comunitários de Sementes. Nesse período foram realizadas 15 reuniões técnico-gerenciais, 15 oficinas sobre manejo e uso de adubos verdes, 15 sobre gerenciamento de bancos comunitários de sementes, além de 18 visitas de campo, envolvendo mais de 540 participantes, entre técnicos e produtores. Em outubro de 2012 foi contratado consultoria para elaborar o conteúdo técnico de cartilha orientadora para obtenção e conservação de sementes de cultivares locais, tradicionais ou crioulas, importantes para a segurança alimentar e de espécies vegetais utilizadas para adubação verde, em propriedades rurais e em bancos comunitários.

Quantidade alcançada

303

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	80	unidade	14	08/03/2013
Bioma Caatinga	200	unidade	15	08/03/2013
Bioma Cerrado	200	unidade	113	08/03/2013
Bioma Mata Atlântica	120	unidade	109	08/03/2013
Bioma Pampa	120	unidade	14	08/03/2013
Bioma Pantanal	80	unidade	38	08/03/2013

- **Elaborar ou atualizar 45 regulamentos técnicos para produção orgânica**

**Análise Situacional da Meta**

Estão em fase final a revisão da instrução normativa que regulamenta os mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica e dos 9 anexos para a instrução normativa que regulamenta o extrativismo sustentável orgânico. Está em discussão com os setores produtivos a instrução normativa que regulamentará os cosméticos orgânicos. Foram publicadas duas instruções normativas regulamentando 7 especificações de referência para produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

22/01/2013

- **Elaborar Projeto de Lei sobre Produção Agropecuária Sustentável**

Análise Situacional da Meta

A minuta do projeto de lei está em elaboração, paralelamente a uma série de pesquisas acerca dos projetos de lei existentes no Congresso Nacional acerca do tema.

- **Implantar 100 unidades comparativas entre produção integrada agropecuária**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram implantadas 5 unidades comparativas da Produção Integrada Agropecuária, sendo uma de hortaliças folhosas no Distrito Federal, duas de flores em São Paulo e duas de anonáceas em São Paulo e no Ceará.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

08/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	unidade	1	08/03/2013
Região Nordeste	20	unidade	1	08/03/2013
Região Norte	15	unidade	0	08/03/2013
Região Sudeste	30	unidade	3	08/03/2013
Região Sul	20	unidade	0	08/03/2013

- **Implantar a Comissão Nacional da Produção Orgânica e garantir o funcionamento das 27 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

Realizado processo de eleição dos representantes regionais das organizações não-governamentais que compõem as CPORgs nas 27 Unidades da Federação. Aguardando a indicação dos nomes dos representantes governamentais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

22/01/2013

- **Instituir a Política Nacional de Agricultura Orgânica**

Análise Situacional da Meta

Foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica por meio do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012.

- **Publicar 15 normas técnicas específicas de produção integrada agropecuária e 3 manuais bem estar animal**

Análise Situacional da Meta

Das 15 normas previstas para publicação, 10 normas deverão ser publicadas em 2013. Houve atraso no cronograma previsto em função da necessidade de realização da primeira reunião da comissão de aprovação.

Com relação à publicação dos manuais de bem-estar animal, a meta proposta foi superada, uma vez que em 2012 foram



publicados 5 manuais em parceria com o Grupo ETCO-Unesp, tratando de manejo de vacinação, cura de umbigo, identificação, embarque e transporte de bovinos.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2012

• **Tornar acessível 250 tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção para os produtores rurais**

Análise Situacional da Meta

No período foram publicadas 11 especificações de referência para produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica, além da disponibilização de diretrizes e orientações técnicas para adoção de boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico de 13 espécies florestais não madeireiras.

Dessa forma, foram contabilizadas 24 tecnologias disponibilizadas para produtores rurais que utilizam sistemas orgânicos de produção.

Também foram publicadas 110 fichas com tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção em fase de revisão e validação final da apresentação, da linguagem e do conteúdo técnico.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O fortalecimento do cooperativismo e do associativismo rural consistiu na concessão de crédito às cooperativas e associações rurais através dos bancos públicos, na formação de parcerias (convênios) celebradas por meio de Chamadas Públicas, na certificação de unidades armazenadoras e nas parcerias com alguns municípios para aquisição de patrulhas mecanizadas. Estas ações permitiram o desenvolvimento econômico do meio rural e a capacitação de dirigentes, funcionários e associados de cooperativas e de associações rurais visando o aprimoramento do processo de gestão cooperativista e associativista, contribuindo para a redução de custos e perdas e para o desenvolvimento humano e melhoria na qualidade de vida do homem do campo.

Metas 2012-2015

• **Adquirir 10.400 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi possível a aquisição de 58 patrulhas mecanizadas. Ademais, destacamos que no âmbito do Programa Temático - 2029 Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, 1.161 municípios foram beneficiados com retroescavadeiras para recuperação de estradas vicinais.

Quantidade alcançada

58

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
------------------------	-------	---------	-----------------	------



Região Centro-Oeste	2.565	unidade	3	31/12/2012
Região Nordeste	1.375	unidade	1	31/12/2012
Região Norte	1.035	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	2.140	unidade	18	31/12/2012
Região Sul	3.285	unidade	36	31/12/2012

• **Apoiar 15.400 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário**

Análise Situacional da Meta

Dados os recursos disponíveis em 2012 foi possível apoiar 1.903 projetos de desenvolvimento do setor agropecuário.

Quantidade alcançada

1.903

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.600	projeto	237	31/12/2012
Região Nordeste	1.900	projeto	274	31/12/2012
Região Norte	1.600	projeto	111	31/12/2012
Região Sudeste	2.100	projeto	357	31/12/2012
Região Sul	8.200	projeto	924	31/12/2012

• **Apoiar a formação de consórcios entre cooperativas e agroindústrias em 20 cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, por meio da celebração de convênios**

Análise Situacional da Meta

Em função da disponibilidade de recursos, não foi possível a formação dos consórcios no ano de 2012. O MAPA irá organizar o processo de convênios para criação desses consórcios para o ano de 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• **Apoiar a recuperação de 65.400 Km da malha de estradas vicinais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 não foi possível avançar de forma efetiva no cumprimento dessa meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20.100	km	0	31/12/2012
Região Nordeste	7.100	km	0	31/12/2012
Região Norte	8.100	km	1	31/12/2012
Região Sudeste	10.100	km	1	31/12/2012
Região Sul	20.000	km	0	31/12/2012

• **Capacitar 360 entre dirigentes, funcionários e integrantes do quadro social de cooperativas para uma gestão profissionalizada, no âmbito do programa ProfiCoop - Profissionalização da Gestão Cooperativa**

Análise Situacional da Meta

Foram capacitados 28 dirigentes de cooperativas buscando o fortalecimento da autogestão, o empreendedorismo social, o associativismo e o cooperativismo, no intuito de que as entidades se fortaleçam e adquiram maiores possibilidades de sucesso e emancipação.

Quantidade alcançada



28

Data de Referência

31/12/2012

- **Certificar 6.000 unidades armazenadoras que prestam serviços remunerados a terceiros (por CNPJ e capacidade estática)**

Análise Situacional da Meta

Foram certificadas todas as unidades armazenadoras previstas para o exercício de 2012.

Quantidade alcançada

1.500

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.500	unidade	362	31/12/2012
Região Nordeste	300	unidade	76	31/12/2012
Região Norte	200	unidade	78	31/12/2012
Região Sudeste	1.000	unidade	236	31/12/2012
Região Sul	3.000	unidade	748	31/12/2012

- **Elaborar o Plano Nacional de Armazenagem**

Análise Situacional da Meta

Foi feito o diagnóstico, estabelecendo as diretrizes para a criação do Plano Nacional de Armazenagem - PNA, com perspectiva de conclusão para o primeiro semestre de 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda**

Análise Situacional da Meta

Foram implantados 7 projetos, viabilizando aos jovens, mulheres, técnicos e agricultores a construção de conhecimento, igualdade e equidade, possibilitando condições de inclusão social, de acesso aos mercados e de aumento da renda.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2012

- **Promover a capacitação técnica ou gerencial de 3.200 pessoas pertencentes aos quadros de cooperativas e associações rurais**

Análise Situacional da Meta

Visando o fortalecimento das entidades representativas do cooperativismo e associativismo rural, como forma de torná-las ativas no seu papel de articuladoras do desenvolvimento, foram capacitadas 4.592 pessoas dos quadros destas entidades. A instituição da chamada pública e a divulgação das ações possibilitaram a superação da meta.

Quantidade alcançada

4.592

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	3.200	peças	4.592	31/12/2012



OBJETIVO: 0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Estudos da Empresa de Pesquisa Energética – EPE afirmam que a demanda nacional por biodiesel crescerá 16,1% entre 2012 e 2015, passando de 2,7 bilhões de litros em 2012 para de 3,02 bilhões de litros no final deste período. O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB, lançado em 2004 pelo Governo Federal, estipulou uma mistura obrigatória de biodiesel ao diesel mineral, hoje em 5%. Trouxe também, entre seus principais objetivos, o de se produzir biodiesel a partir de diferentes fontes lipídicas e em distintas regiões no país. As metas de diversificação e de regionalização ainda não foram cumpridas. Atualmente, 80% do biodiesel produzido são derivados de óleo de soja, sendo que a produção desta está concentrada nas Regiões Centro-Oeste e Sul do país.

Visando atingir as referidas metas do PNPB, além de solucionar outros problemas relativos à agroenergia, como a ampliação e renovação de canaviais e o aproveitamento de resíduos da produção agropecuária na produção de energia, em 2012 foram desenvolvidas as seguintes atividades: capacitação de 1.550 pessoas entre produtores, extensionistas, técnicos, estudantes e demais profissionais da área produtiva, quanto às novas técnicas de produção de matérias-primas e de produtos agroenergéticos; difusão de 15 tecnologias de produção de matérias-primas e de biocombustíveis; e levantamento das políticas públicas já existentes, assim como das informações preliminares da cadeia produtiva de biogás junto a Embrapa Agroenergia, Embrapa Suínos e Aves e Ministério de Desenvolvimento Agrário, como forma de evitar a duplicidade de ações e subsidiar a elaboração de políticas públicas para o setor.

Para promover a expansão da oferta de matérias-primas para a produção de etanol, no horizonte de 2013 foram propostas as seguintes ações: atendimento da capacidade industrial alcooleira instalada; recuperar a produtividade de parte do canavial, que hoje está com idade média acima da ideal (canas de 6º corte ou mais com um adicional de 15% da cana de 5º corte, anualmente), o que foi um fator significativo para o baixo nível de produtividade geral das duas safras mais recentes; produzir a quantidade máxima de matéria-prima que possa ser processada pelas usinas atuais, já que a maioria delas está atuando abaixo de sua capacidade nominal de processamento da cana-de-açúcar, a ociosidade média estimada das usinas atuais é de aproximadamente 16%; organização e capacitação para a cadeia produtiva canavieira; investimento em pesquisas de matérias-primas para produção de etanol; promoção da busca por cultivares de cana-de-açúcar resistentes à seca e adaptadas, especialmente, à Região Centro-Oeste; utilização de outras matérias-primas para a produção de etanol; desenvolvimento de sistemas de produção de sorgo sacarino para produção complementar de etanol, tendo como meta 100 mil hectares plantados em 2013.

O cumprimento da meta de produção de biodiesel estipulada no Plano Decenal de Expansão de Energia para 2013 não deverá ser problema. Para o biodiesel, o desafio continua sendo a diversificação de matérias-primas e a desconcentração regional da produção. Nesse sentido, para 2013 o MAPA propõe: capacitação de produtores, extensionistas, técnicos, estudantes e demais profissionais da área produtiva, quanto às novas técnicas de produção de matérias-primas e de produtos agroenergéticos; difusão de tecnologias de produção de matérias-primas e de biocombustíveis; e investimento em pesquisas de matérias-primas alternativas à soja para a produção de biodiesel.

A utilização de resíduos da produção agropecuária para a produção de energia possui um grande potencial. Entretanto, este aproveitamento ainda requer, dentre outros aspectos, organização setorial, desenvolvimento de processos mais eficientes, políticas públicas de incentivo para seu efetivo desenvolvimento. Desta forma, as ações propostas pelo MAPA para a referida área em 2013 são: promoção da utilização de resíduos da agropecuária na produção de energia: biogás, queima de biomassa, gaseificação de biomassa etc; e promoção da utilização econômica dos subprodutos do processamento destes resíduos.

Em 2013, será realizado ainda o monitoramento das cadeias produtivas sucoenergéticas e de oleaginosas, assim como o acompanhamento dos processos judiciais referentes à aplicação do Plano de Assistência Social – PAS relacionados à



produção de açúcar e etanol.

Metas 2012-2015

• Capacitar 4.000 produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica em produção agroenergética

Análise Situacional da Meta

Além da capacitação de produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica, em 2012 o MAPA definiu como procedimento para o alcance da meta apoiar, mesmo que parcialmente, eventos de capacitação tais como dias de campo, seminários, congressos, workshops etc., pois assim a ação de capacitação teria maior eficiência.

A escolha do evento a ser apoiado se dá considerando a possibilidade real de produção, seja de oleaginosas que possam substituir a soja na elaboração de biodiesel, seja de culturas que forneçam matéria-prima para a produção de etanol na entressafra da cana-de-açúcar, a valoração e aproveitamento dos subprodutos do processamento destas matérias-primas, além da utilização de biomassa na geração de energia. Esta definição considera também o grau de conhecimento do tema pelas entidades executoras da capacitação e a participação do público-alvo no evento.

Em 2012, foi possível apoiar os seguintes eventos, totalizando 1.550 pessoas capacitadas:

1. V Congresso Brasileiro de Mamona, II Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas e I Fórum Capixaba de Pinhão-Manso (600 participantes);
2. II Dia de Campo da Canola (600 participantes);
3. Simpósio Nacional de Biocombustíveis de Aviação (50 participantes);
4. I Simpósio de Destoxificação e Reaproveitamento de Tortas de Pinhão-Manso e Mamona (50 participantes); e
5. Simpósio Estadual de Agroenergia e IV Reunião Técnica de Agroenergia no Rio Grande do Sul (250 participantes).

Para 2013, a metodologia de trabalho vigente deverá ser mantida, devendo ser apoiada a realização dos seguintes eventos:

1. I Workshop Internacional de Canola;
2. Reunião de Capacitação de Técnicos do Global BioEnergy Partnership;
3. Seminário de Aproveitamento de Resíduos para a Geração de Energia;
4. Dia de Campo da Cultura de Sorgo Sacarino;
5. Dia de Campo da Cultura da Canola; e
6. Seminário da Cultura da Macaúba.

Estima-se em aproximadamente em 500 pessoas o número de técnicos a serem capacitados em 2013. Essa diminuição em relação a 2012 não deverá afetar o cumprimento da meta de 4 mil pessoas capacitadas até 2015.

Quantidade alcançada

1.500

Data de Referência

31/12/2012

• Modernizar duas unidades artesanais de extração de óleo de dendê

Análise Situacional da Meta

Em parceria com a Petrobras, foram adquiridas duas mini-usinas de processamento de dendê, aguardando nesse momento os recursos para a infraestrutura de instalação e funcionamento. Busca-se a superação de obstáculos para a utilização do óleo de dendê como matéria-prima na produção de biodiesel e comercialização para a unidade de biodiesel de Candeias. Estas unidades serão utilizadas como pilotos de processamento e no treinamento de agricultores familiares dos territórios da cidadania do baixo sul e litoral sul da Bahia.

Quantidade alcançada

2

**Data de Referência**

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	unidade	2	31/12/2012

• **Organizar 30 projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias primas agroenergéticas**

Análise Situacional da Meta

Além da organização de projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias-primas agroenergéticas, em 2012 o MAPA definiu como procedimento para o alcance da meta apoiar, mesmo que parcialmente, eventos de capacitação, tais como dias de campo, seminários, congressos, workshops etc., pois assim a ação de capacitação teria maior eficiência.

A escolha de qual evento deve ser apoiado pela SPAE/MAPA se dá considerando o impacto real da adoção de novas tecnologias produtivas no crescimento da produção de oleaginosas que possam substituir a soja na produção de biodiesel e de cana-de-açúcar na produção de etanol na entressafra. São considerados, também, a adoção de tecnologias no processamento das matérias-primas visando a valorização e o aproveitamento dos subprodutos, além de tecnologias que propiciem uma melhor utilização de biomassa na geração de energia. Esta definição considera também o grau de conhecimento do tema pelas entidades executoras dos eventos de difusão e a participação do público-alvo no evento.

Em 2012, foi possível apoiar os seguintes eventos, totalizando 15 projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias-primas agroenergéticas:

V Congresso Brasileiro de Mamona, II Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas e I Fórum Capixaba de Pinhão-Manso (425 trabalhos inscritos). Tecnologias difundidas: tecnologias em uso para produção de biodiesel a partir de óleos vegetais; mecanização da pequena propriedade rural; tecnologias para a produção de híbridos de mamona; resultados de pesquisa e avanços no cultivo de pinhão-manso; tecnologias de produção de oleaginosas no semi-árido brasileiro; experiências em consórcios agroecológicos;

II Dia de Campo da Canola. Tecnologia difundida: colheita de canola: corte e enleiramento; Simpósio Nacional de Biocombustíveis de Aviação. Tecnologias difundidas: tecnologias para produção de bioquerosene a partir de matérias-primas agrícolas: biomassa residual, cana-de-açúcar, óleos vegetais e gordura animal; I Simpósio de Destoxificação e Reaproveitamento de Tortas de Pinhão-Manso e Mamona

- Tecnologias difundidas: tecnologias difundidas referentes aos avanços científicos nas áreas de melhoramento genético, processos, destoxificação e identificação de novas aplicações de alto valor agregado para as tortas das culturas do pinhão-manso e da mamona; e

Simpósio Estadual de Agroenergia e IV Reunião Técnica de Agroenergia no Rio Grande do Sul. Tecnologias difundidas: difusão de tecnologia no que se refere às novas variedades de cana-de-açúcar; melhoramento para tolerância a frio em cana-de-açúcar; manejo de pragas em cana-de-açúcar: impacto de fitonematóides e controle de pragas com foco no controle biológico; déficit hídrico no RS e estratégia de manejo cultural; uso da biotecnologia para estresses abióticos.

Para 2013, a metodologia de trabalho vigente deverá ser mantida, devendo ser apoiada a realização dos seguintes eventos:

I Workshop Internacional de Canola

Reunião de Capacitação de Técnicos do Global BioEnergy Partnership

Seminário de Aproveitamento de Resíduos para a Geração de Energia

Dia de Campo da Cultura de Sorgo Sacarino

Dia de Campo da Cultura da Canola

Seminário da Cultura da Macaúba.



Estima-se em 5 o número de projetos de difusão de tecnologias a serem apoiados em 2013. Essa diminuição em relação a 2012 não deverá afetar o cumprimento da meta de 30 projetos de difusão de tecnologias até 2015.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2011

• **Promover a implantação de 10.000 ha de dendezais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, por conta das cerca de 70 mil mudas de dendê distribuídas aos produtores no período 2011/12, foi constatada uma expansão de novos cultivos da ordem de 450 hectares na Bahia. Cerca de 20% das mudas distribuídas foram à formação de novas áreas. Constatam dificuldades operacionais nas linhas de crédito, especialmente aos agricultores familiares, como entrave para a expansão de novas áreas. Dado o baixo desempenho na execução orçamentária (apenas 12,56% da dotação para o exercício), constata-se a necessidade de revisão das prioridades para a liberação de financiamento da ação em relação aos limites totais liberados.

Quantidade alcançada

450

Data de Referência

29/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	6.000	ha	450	31/12/2012
Região Norte	4.000	ha	0	31/12/2012

• **Promover a renovação de 6.000 ha de dendezais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, por conta das cerca de 70 mil mudas de dendê distribuídas aos produtores no período 2011/12, foram constatados avanços na recuperação dos cultivos tradicionais do dendê na Bahia. Cerca de 80% das mudas distribuídas foram destinadas à renovação, com estimativa de 960 hectares modernizados. Dado o baixo desempenho na execução orçamentária (apenas 12,56% da dotação para o exercício), constata-se falta de priorização no financiamento da ação em relação aos limites totais liberados.

Quantidade alcançada

960

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	6.000	ha	960	31/12/2012

OBJETIVO: 0976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Dados os recursos disponíveis, em 2012 foram implementadas ações que permitiram:

- a) aplicar 83.003 horas-aula, o que correspondeu a uma média de 7,24 horas-aula por servidor ativo;
- b) implantar 18% dos processos mapeados e melhorados existentes;
- c) ampliar para 6.759 o número de servidores participantes das 158 comunidades virtuais, integrantes do sistema de



Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede (CATIR) do Ministério;

d) ampliar o índice de atendimento relativo a acessibilidade e navegabilidade dos sistemas de informação do MAPA.

A expectativa para o ano de 2013 é ter um melhor desempenho no que diz respeito às metas.

Metas 2012-2015

• Ampliar a média anual de horas de capacitação dos servidores do MAPA de 30 para 80

Análise Situacional da Meta

Para consecução da meta foi elaborado o Plano Anual de Educação Continuada (PAEC), em duas fases: 1) Diagnóstico das Necessidades de Capacitação (DNC) através da aplicação de questionário online sobre as competências institucionais e individuais por uma amostra representativa de servidores; 2) Oficinas de Levantamento de Necessidades de Capacitação Técnicas (LNTC), incluindo mais servidores, com a participação dos Agentes de Desenvolvimento de Pessoas (ADP), vários gestores e colaboradores (1º trimestre de 2012).

O PAEC foi apresentado na 1ª reunião Ordinária do Comitê Gestor de Educação Continuada (CGEC) ocorrida em 23/03/2012 e deferido em 11/04/2012. Várias medidas de apoio à execução do PAEC também foram realizadas ao longo do exercício, como: revisão de normativos, publicação de atos, instituição de parcerias com outras entidades e construção do perfil do ADP, com foco em gestão por competências. Além disso, o MAPA foi convidado a participar de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em que o público-alvo são as equipes de gestão de pessoas que atuam na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP) na Administração Pública Federal.

No 4º trimestre do exercício de 2012 foram iniciadas as atividades em relação à construção do PAEC 2013, faltando aprovação do CGEC para a conclusão e divulgação do referido PAEC. Considerando o cumprimento da meta verifica-se a necessidade de um orçamento específico para custeio das capacitações; programas de qualificação de equipes; aumento de pessoal atuando na área; maior profissionalização da gestão; e força de trabalho motivada e adequada para o desenvolvimento dos processos de gestão de pessoas. O volume de tarefas/servidor e o cumprimento de prazos é fator restritivo para permanência dos mesmos nestas áreas. Em relação ao próximo período estão previstos os seguintes produtos: aprovação do PAEC 2013 pelo CGEC e envio para o Ministério do Planejamento, estruturado com nova arquitetura a partir do realinhamento das necessidades de capacitação com os objetivos estratégicos; implantação de Sistema Informatizado de Capacitação em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; ampliação da proposta de trilhas de aprendizagem; e início do Plano de Educação de 2014 - Levantamento das Necessidades de Capacitação.

Considerando o total de horas ministradas (83.003 horas - Fonte: CGDP), distribuídas pelos servidores ativos deste Ministério (11.468 servidores - Fonte: COPES/Divisão de Cadastro/CGAP), obtém-se o resultado de 7,24 h/servidor.

Quantidade alcançada

7,24

Data de Referência

31/12/2012

• Ampliar de 10% para 70% o percentual de processos em uso, mapeados e melhorados

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 o MAPA contava com 54 processos de serviços mapeados e aprimorados, dos quais 18% encontram-se implantados.

Para o ano de 2013 serão enviados esforços objetivando a implantação de novos processos, dentre os que já se encontrem mapeados e aprimorados ou dentre outros que aguardem mapeamento.

**Quantidade alcançada**

18

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar de 45% para 95% a Taxa de servidores participantes de comunidades virtuais do ambiente institucional CATIR (Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede)**

Análise Situacional da Meta

O sistema CATIR foi implantado em 2006. O total de participante em 2012 foi de 6.759 usuários em 158 comunidades, para um total de 11.468 servidores ativos.

Quantidade alcançada

58,9

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar de 60% para 70% o percentual de notícias positivas veiculadas na mídia sobre o MAPA**

Análise Situacional da Meta

O trabalho desenvolvido para qualificar e ampliar a visibilidade do Ministério junto aos seus públicos de interesse se dá a partir do monitoramento permanente de todas as áreas de comunicação. A quantidade alcançada dessa meta é obtida mediante acompanhamento das publicações pela Assessoria de Comunicação Social do MAPA.

Quantidade alcançada

98,44

Data de Referência

31/12/2012

- **Obter 70% de satisfação do servidor do MAPA**

Análise Situacional da Meta

A meta estabelecida em 70% para 2015 do índice de satisfação dos servidores está diretamente ligada ao Serviço de Qualidade de Vida, responsável pelo desenvolvimento e execução da iniciativa estratégica do Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos (PROVERH) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Este índice é parte uma programação que inclui uma pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho, a ser executada por meio de consultoria externa. Esta pesquisa, além de avaliar diversos fatores de satisfação/insatisfação dos servidores em relação às ações dos Serviços de Qualidade de Vida, seria o marco inicial deste indicador em 2012. O instrumento possibilitaria avaliar as melhores estratégias e traçar as ações que seriam desenvolvidas para atender a meta final de 70% de satisfação dos servidores, comprovada por intermédio do acompanhamento periódico.

Em 2012 foram efetuadas as atividades a seguir:

- . Realização do 1º Encontro Nacional do Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos do MAPA, objetivando capacitar os ADP para desempenharem as ações do Programa em suas Unidades Descentralizadas, contando com a representação de todas as Unidades Descentralizadas – SFAs, LANAGROS, CEPLAC e INMET.
- . Realização da 1ª edição informatizada do Concurso Prêmio Servidor MAPA
- . Elaboração do Programa de Preparação para a Aposentadoria, com lançamento previsto para abril de 2013.
- . Realização de oficinas semestrais diversas.
- . Realização de oficinas especiais em datas comemorativas.

Considerando o cumprimento da meta verifica-se a necessidade de um orçamento específico; software que facilite a aplicação da pesquisa de satisfação; e pessoal habilitado para a realização da tabulação dos dados e análise dos resultados. Para o próximo período estão previstos os seguintes produtos: elaboração de pesquisa objetivando mensurar a satisfação do servidor em relação às ações de Qualidade de Vida e do trabalho no MAPA; manutenção dos Programas e ações já existentes; e institucionalização do PROVERH.

**Quantidade alcançada**

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Passar de 2 para 4 o Índice de Atendimento (acessibilidade, navegabilidade, usabilidade, interface, qualidade das informações, satisfação dos gestores dos sistemas) dos sistemas de informação do MAPA**

Análise Situacional da Meta

A avaliação dos sistemas é realizada por questionário/pesquisa encaminhado por e-mail aos gestores dos sistemas de informação (70 gestores identificados). A quantidade alcançada dessa meta é obtida mediante acompanhamento das publicações pela Assessoria de Comunicação Social do MAPA.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2012

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área dotada de infraestrutura para uso em irrigação	ha	30/12/2006	4.453.925	31/12/2006	4.453.925
Intensidade do uso da infraestrutura de agricultura irrigada em projetos públicos de irrigação	%	30/12/2010	51	17/01/2012	59
Percentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação e drenagem	%	30/12/2006	11,19	31/12/2006	11,19

Observações:

Área dotada de infraestrutura para uso em irrigação - A periodicidade de atualização é determinada pela realização do Censo Agropecuário do IBGE. A previsão para a conclusão do próximo Censo Agropecuário é em 2017, ano base 2016. O valor estimado de área irrigada em 2010 foi de 5,4 milhões de hectares.

Intensidade do uso da infraestrutura de agricultura irrigada em projetos públicos de irrigação - A atualização é feita pelo Ministério da Integração Nacional, a partir de dados informados pelas entidades responsáveis por projetos públicos de irrigação.

Percentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação e drenagem - A periodicidade de atualização é determinada pela realização do Censo Agropecuário do IBGE. A previsão para a conclusão do próximo Censo Agropecuário é em 2017, ano base 2016.

OBJETIVO: 0163 - Aperfeiçoar as políticas creditícia e securitária voltadas à irrigação com vistas a ampliar a área irrigada, a aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos e a contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) propôs diversas medidas para ampliar as possibilidades de adesão dos agricultores que possuem terras com aptidão para desenvolvimento sustentável da agricultura e pecuária com sistemas de irrigação e drenagem.

Em 2012, foram efetuadas negociações com o Ministério da Fazenda, visando tornar o crédito mais atrativo para os produtores, com juros menores, ampliação do prazo de carência, alongamento do período de amortização e outros incentivos financeiros para agricultores que apresentarem projetos que priorizem a eficiência no uso da água e energia. Um outro aperfeiçoamento proposto diz respeito à política securitária, que visa a adequação dessa política às peculiaridades e garantias inerentes à atividade de irrigação. No seguro agrícola destaca-se o Programa de Subvenção ao Seguro Rural – PSR, que teve participação ativa subvencionando o prêmio do seguro, englobando parte das culturas irrigadas.

Uma dificuldade inicial é a de instituir unidade responsável pela agricultura irrigada em grau hierárquico de importância que os objetivos 0163 e 0171 deste Programa requerem. Para superar essa situação foi proposta minuta de Portaria para instituir um Grupo de Trabalho que terá 45 dias a partir de sua publicação para elaborar proposta para adequação institucional compatível com as atribuições do MAPA no programa Agricultura Irrigada.

Metas 2012-2015

- Disponibilizar R\$ 4 bilhões para linhas de crédito destinadas a Agricultura Irrigada

Análise Situacional da Meta

Considerando os recursos do BNDES repassados a agentes financeiros, no ano de 2012 foram concedidos R\$ 50,375 milhões a produtores rurais para financiamento da agricultura irrigada.



A expectativa é que, para a safra 2013/2014, com aperfeiçoamentos nas políticas de crédito, do seguro agrícola e dos projetos demonstrativos de regionalização, haja maior utilização dos créditos disponibilizados.

Quantidade alcançada

50.375.333,45

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0171 - Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A agricultura irrigada vem sendo desenvolvida com base em parâmetros da agricultura de sequeiro, cujas práticas não são adequadas. Com a irrigação, há necessidade de pesquisas para adequar e adaptar essas práticas culturais às novas condições de plantio.

No período de 2012, entendimentos com a EMBRAPA, Universidades e outras instituições de pesquisas resultaram em Termos de Cooperação entre o MAPA e a EMBRAPA, envolvendo: a) o manejo hídrico na pecuária com ênfase em irrigação de áreas de criação bovina; b) estudos para determinação da pegada hídrica em produção leiteira que utiliza irrigação em pastagens; e c) apoio a eventos e estudos de orientação à implantação da certificação hídrica na agricultura. O objetivo principal dessa cooperação é a implantação de unidades demonstrativas capacitadas para difundir conhecimentos e tecnologias entre técnicos, produtores e comunidade e apoiar ações de desenvolvimento de capacidades. As propostas relacionadas a esses tópicos foram analisadas e receberam os ajustes administrativos e técnicos recomendados, visando a implantação no ano de 2013.

Metas 2012-2015

- **Consolidar 05 redes de pesquisas e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: fruticultura, salinidade e drenagem, produção de grãos, arroz irrigado por inundação e hortaliças**

Análise Situacional da Meta

Os resultados iniciais desta atividade estão previstos para o ano de 2013.

Estão sendo mantidos entendimentos com a EMBRAPA visando o redimensionamento e tipificação das redes de pesquisas e transferência de tecnologia. Nesse sentido, foram definidos como temas prioritários a) água e agricultura; b) drenagem e salinidade; c) fruticultura irrigada; e d) hortaliças.

- **Contratar 30 estudos incrementais sobre diferentes temas associados ao desenvolvimento dos cultivos irrigados, métodos e sistemas de irrigação e drenagem**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram identificados os diferentes fatores tecnológicos que mais promovem inovações no processo produtivo agropecuário com utilização da tecnologia de irrigação, que contribuam para a melhoria da produtividade com qualidade e para a redução dos custos de produção e adoção de padrões de desenvolvimento sustentável. Foram acertados quatro estudos incrementais, sendo: a) dois com a EMBRAPA Pecuária Sudeste; b) um com a EMBRAPA Solos; e c) um com a EMBRAPA Suínos e Aves. Além das ações com a EMBRAPA, ocorrem entendimentos com a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e com a Universidade de Piracicaba com objetivo de contratar estudos incrementais que levem a agropecuária a produzir mais, melhor e de modo sustentável com a prática da irrigação.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 25 projetos demonstrativos em irrigação e drenagem**

**Análise Situacional da Meta**

Foram iniciadas atividades em três frentes:

a) a regionalização; b) um acordo de cooperação técnica MAPA/Embrapa com o MMA/ANA; e c) concepção de Acordo de Cooperação com a CODEVASF. Os objetivos estão associados a ampliação da capacidade produtiva com análise das potencialidades e vocações para definição de alternativas de sistemas de produção sustentáveis e atividades de agregação de valor nas propriedades rurais com a agricultura irrigada.

Com a regionalização, em 2012 foram apresentadas e ajustadas as propostas para implantação, em 2013, de sete unidades demonstrativas, com as seguintes responsabilidades/localizações: Embrapa de Bagé; Embrapa de Pelotas; Embrapa de Bento Gonçalves; Embrapa de Passo Fundo; da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC; da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, em Santa Maria - RS; e da Associação dos Usuários do Distrito de Irrigação - AUD, em Camaquã – RS.

Também foram iniciados os trabalhos com a CODEVASF para execução conjunta MAPA/Embrapa, em 2013, de duas frentes de trabalho: a primeira refere-se a implementação do disposto na Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2011, que trata da Política Nacional de Irrigação, que em seu art. 30 define que “Em cada Projeto Público de Irrigação, ao menos uma unidade parcelar com área não inferior à da unidade de agricultor irrigante familiar, será destinada às atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e treinamento de agricultores irrigantes”. A CODEVASF está preparando a seleção dos projetos prioritários para montagem conjunta com o MAPA e Embrapa, no primeiro semestre de 2013, de um plano de ação imediata, um de curto prazo e outro de médio prazo. A segunda linha de trabalho é a de ampliar a produção agrícola e pecuária, inclusive de forrageiras, nas áreas circunvizinhas aos projetos públicos de irrigação.

OBJETIVO: 0128 - Reformular o marco legal da Política Nacional de Irrigação, elaborar Plano Diretor Nacional de Irrigação e reestruturar a gestão da agricultura irrigada em articulação com as políticas públicas afins.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

A Secretaria Nacional de Irrigação (SENIR) subsidiou a elaboração do Projeto de Lei nº 6.381 através da participação de seus representantes em fóruns e debates e da produção de notas técnicas e pareceres relacionados à proposta em questão, até o seu encaminhamento para sanção, em 21 de dezembro de 2012. O processo legislativo culminou na aprovação da Lei nº 12.787, publicada em 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a nova Política Nacional de Irrigação. A lei constitui-se no marco legal de referência para a gestão de projetos públicos de irrigação, bem como estabelece mecanismos de indução para o desenvolvimento da irrigação em projetos do setor privado. Uma diretriz que orienta o texto da nova legislação é a indução à eficiência no uso de recursos hídricos para o desenvolvimento da agricultura irrigada. Finalizada esta etapa, os esforços da SENIR se concentrarão, em 2013, na regulamentação da Lei 12.787/2013. Na proposta de Decreto a ser apresentada e discutida para a regulamentação da lei destacam-se a implantação do Conselho Nacional de Irrigação e as regras para caracterização de projetos públicos de irrigação como sendo de interesse social.

Ao longo do exercício de 2012, foi concluído o Plano Diretor de Agricultura Irrigada do Estado de Minas Gerais (PAI/MG) e iniciou-se a elaboração dos Planos Diretores dos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Ceará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Paraná, que buscam a convergência da política de uso das águas com a política ambiental e a política setorial produtiva, estabelecendo parâmetros, objetivos, diretrizes e instrumentos para expansão e aprimoramento da agricultura irrigada nos Estados e no País.

Em relação ao Plano Diretor Nacional de Irrigação, um importante passo foi dado em 2012, com o lançamento do edital para a elaboração do estudo “Tendências e Oportunidades da Agricultura Irrigada”. A preparação do estudo em questão envolveu, além da articulação com diversos estados, a definição de requisitos e critérios que servirão de suporte a futura elaboração do Plano Diretor Nacional de Irrigação.



Para 2013, planeja-se a continuidade dos trabalhos dos Planos Diretores estaduais de agricultura irrigada que se encontram em fase de elaboração, assim como concluir e colocar em prática os resultados dos estudos na forma de um Plano Diretor Nacional de Agricultura Irrigada, que permita, entre outros, definir prioridades, estabelecendo metas em termos de empreendimentos e investimentos - especificação de empreendimentos, respectivos modelos de negócio, diretrizes para reengenharia do desenvolvimento sustentável e da gestão da agricultura irrigada.

Metas 2012-2015

• Cadastrar 100% dos irrigantes do setor privado

Análise Situacional da Meta

O cadastro de irrigantes do setor privado em construção é fruto de um processo de articulação institucional entre a Secretaria Nacional de Irrigação do Ministério da Integração Nacional e as entidades responsáveis pela outorga de uso de recursos hídricos (Agência Nacional de Águas, órgãos gestores dos Estados e do Distrito Federal).

Este trabalho conjunto proposto para 2013 tem como objetivo a sistematização de dados e informações hoje existentes no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNDARH), sob gestão da Agência Nacional de Águas (ANA). A partir da obtenção e tratamento destes dados do CNDARH, será possível a customização de uma base de dados que comporá o Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação, instrumento de grande importância no contexto da nova Política Nacional de Irrigação.

Como resultado das parcerias institucionais da SENIR/MI com as unidades da federação, cita-se o cadastro de irrigantes do estado de Goiás, que já se encontra em funcionamento e com dados disponíveis. O cadastro foi desenvolvido pelo Governo do Estado de Goiás, e contou com o suporte metodológico da SENIR/MI.

• Cadastrar e manter os dados de 100% dos irrigantes de projetos públicos de irrigação

Análise Situacional da Meta

O Sistema de cadastramento será reformulado e encontra-se em fase de construção.

No escopo do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação (SINIR), instrumento previsto na nova Política Nacional de Irrigação (Lei nº 12.787/2013), o primeiro módulo a ser implementado é referente aos Projetos Públicos de Irrigação. O módulo em questão será constituído da análise, adaptação e reformulação de 3 sistemas existentes, os quais tratam das informações gerais dos projetos, do cadastro de irrigantes dos projetos e indicadores relacionados aos impactos socioeconômicos do projeto e ao funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso comum do projeto. Em 2012, com a constituição do Grupo de Trabalho responsável pelo desenvolvimento do SINIR (Portaria MI nº 643, de 20 de novembro de 2012) buscou-se integrar os esforços do Ministério da Integração Nacional e de suas entidades vinculadas para conclusão do primeiro módulo do Sistema no ano de 2013. Esse esforço conjunto torna-se imprescindível na medida em que as entidades vinculadas já possuem experiências de desenvolvimento de sistemas de informação, assim como serão as principais responsáveis pelo preenchimento e atualização dos dados do Módulo I do SINIR. O cadastro foi elaborado para 99 projetos públicos de irrigação e deverá ser atualizado até o final de 2014.

• Elaborar e aprovar novo marco legal da Política Nacional de Irrigação

Análise Situacional da Meta

A lei que instituiu a nova Política Nacional de Irrigação (Lei nº 12.787/2013), aprovada no início de 2013, contou com contribuições de representantes da SENIR/MI durante as etapas de sua tramitação no Congresso Nacional. Ao longo do ano de 2012, período no qual o então projeto de lei recebeu as últimas alterações até ser aprovado e sancionado, foram desenvolvidas frentes de trabalho no sentido de se estruturar os meios através dos quais a nova Política Nacional de Irrigação começaria a ser implementada.

A nova legislação estabelece mecanismos de indução para o desenvolvimento da irrigação em projetos do setor privado e lança novas diretrizes para a gestão de Projetos Públicos de Irrigação. Também preconiza ações que priorizam a inserção social e a geração de empregos no campo, conjugando objetivos econômicos e sociais e contribuindo para o aumento da renda e o bem-estar social dos agricultores irrigantes familiares, sempre em sinergia



com políticas públicas implementadas no campo por outros órgãos e entidades governamentais. Dessa forma, o desafio que se coloca para 2013 é a discussão de vários aspectos contidos na lei. Dentre eles, um mecanismo estratégico para o desenvolvimento da agricultura familiar irrigada presente na Lei 12.787/2013 é a possibilidade de se classificar Projetos Públicos de Irrigação como de interesse social, o que ainda depende de regulamentação através de Decreto que será proposto e discutido no âmbito do Governo e dos setores envolvidos.

- **Implantar o Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada e seu Grupo Executivo**

- Análise Situacional da Meta**

- O Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada foi criado pelo Ministério da Integração Nacional através da Portaria nº 546, de 25 de setembro de 2012, congregando órgãos federais e estaduais, organizações interessadas na regularização ambiental de usuários de recursos hídricos nas atividades relacionadas à agricultura irrigada. O Comitê tem caráter colegiado e consultivo, e terá como atribuições analisar e aconselhar sobre as questões ambientais que influem na expansão da agricultura irrigada no Brasil visando o desenvolvimento sustentável, dentre outras funções previstas na Portaria. Integram o comitê representantes do Ministério da Integração Nacional, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, da Agência Nacional de Águas, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, do Departamento Nacional de Obras Contra Seca, dos Governos Estaduais da Bahia, do Ceará, de Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo e Tocantins, além de assentos de entidades da sociedade civil e de setores da agricultura irrigada. O Comitê é presidido pelo titular da Secretaria Nacional de Irrigação do Ministério da Integração Nacional, e o Diretor do Departamento de Políticas de Irrigação da SENIR/MI exerce o cargo de Secretário Executivo.

- **Implantar o Conselho Consultivo para a agricultura irrigada**

- Análise Situacional da Meta**

- Dentre os principais instrumentos para a implantação da nova Política Nacional de Irrigação, instituída pela Lei 12.787/2013, está o Conselho Nacional de Irrigação. A nova lei propõe a criação de uma instância colegiada de caráter consultivo e deliberativo, que terá a incumbência de catalisar o processo de formulação e implementação da política em questão, através da condução de um diálogo intersetorial permanente sobre temas afetos à agricultura irrigada. No Conselho Nacional de Irrigação, representantes do Governo Federal, dos Governos Estaduais e do Distrito Federal, agricultores irrigantes, fabricantes de equipamentos de irrigação e organizações técnicas e de ensino e pesquisa do setor terão o papel de articular diversas instituições para uma atuação coordenada nas iniciativas relacionadas à agricultura irrigada e propor ações conjuntas da Política Nacional de Irrigação com outras políticas correlatas. Na proposta de Decreto que regulamentará a Lei 12.787/2013, o Conselho Nacional de Irrigação é uma das temáticas mais relevantes, e a sua instalação ocorrerá em 2013.

- **Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada**

- Análise Situacional da Meta**

- O Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação (SINIR) está instituído como um dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação no art. 5º da Lei 12.787/2013. O SINIR tem como objetivo formular, elaborar e implantar um sistema de informações gerenciais, incluindo um banco de dados geográficos, que congregue e sistematize os dados referentes à agricultura irrigada no país, funcionando como ferramenta de apoio à gestão estratégica tanto em instituições públicas quanto no setor privado.

- No primeiro semestre de 2012, organizou-se a elaboração de documentos técnicos de orientação à construção do Módulo I (Projetos Públicos de Irrigação) do SINIR. Ao longo do segundo semestre de 2012, houve o desenvolvimento do Sistema sobre Projetos Públicos de Irrigação (SISPPi), subsistema do módulo I do SINIR. Em novembro de 2012, o Ministério da Integração Nacional publicou a Portaria nº 643, por meio da qual foi instituído Grupo de Trabalho para apresentar proposições específicas de orientação à estruturação, implementação e operacionalização do SINIR. Para



2013 está prevista a conclusão do SISPP/SINIR, de acordo com o cronograma de trabalho do projeto.

OBJETIVO: 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 foi lançado o Programa Mais Irrigação com o objetivo de dinamizar o desenvolvimento regional através da estruturação de projetos públicos de irrigação, promovendo a estruturação de arranjos de projetos de infraestruturas hídricas voltadas à agricultura irrigada e, principalmente, potencializando a geração de emprego e renda. O programa é composto de quatro eixos: 1- PPP em Irrigação; 2- Implantação e Revitalização; 3- Agricultura Familiar e Pequenos Irrigantes; e 4- Estudos e Projetos.

Um dos objetivos do Programa é o estabelecimento de parcerias com o setor produtivo visando a ocupação do projeto e a conclusão das infraestruturas de projetos parcialmente implantados, o que permitirá o aumento da eficiência na ocupação da área irrigável e o desenvolvimento agrícola a partir do funcionamento integral dos projetos. O Programa contempla ainda a destinação de investimentos públicos para a continuidade e conclusão das infraestruturas de projetos públicos de irrigação, além da busca pela otimização de projetos públicos existentes ocupados por agricultores irrigantes familiares e pequenos irrigantes. Permitirá a modernização e revitalização das infraestruturas desses projetos.

Em 2012 foram investidos R\$ 349,2 milhões (inclui Restos a Pagar de anos anteriores), destacando-se os investimentos integrantes da carteira do PAC 2, realizados nos Perímetros de Tabuleiro de Russas e Baixo Acaraú (CE), Platôs de Guadalupe (PI), Salitre e Baixio de Irecê (BA) e Nilo Coelho e Pontal (PE). Outras importantes ações desenvolvidas em perímetros públicos de irrigação referem-se a elaboração do projeto de revitalização de Formoso do Araguaia (TO); continuidade à implantação dos Projetos de Irrigação São João (TO), Costa Doce (RS) e Luís Alves do Araguaia (GO); conclusão do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (PB) e desenvolvimento de ações de apoio à operação inicial e à sustentabilidade na implantação da Produção Integrada de Frutas (PIF).

Além disso, a CODEVASF foi responsável pela continuidade das ações de implantação do perímetro Jacaré-Curituba (SE) e do projeto Jaíba (MG) e pela administração, operação e manutenção dos perímetros Formoso, Maniçoba e Curaçá, na Bahia e conclusão da implantação do Projeto de Irrigação Baixio de Irecê - Etapa 2A (BA). O DNOCS, por sua vez, desenvolveu ações de implantação dos perímetros de Santa Cruz do Apodi (RN) e Araras Norte (CE).

Para 2013, visa-se concluir a infraestrutura, organizar a operação e a manutenção e adicionar novas áreas à produção, compreendendo o desenvolvimento agrícola e o funcionamento integral dos projetos.

Metas 2012-2015

- **Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 193.137 ha**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram concluídas as obras de 2.554ha do Perímetro Várzeas de Souza, na Paraíba, localizado entre os municípios de Sousa e Aparecida, com área total de 4.443,68 ha. Para 2013, está previsto o acompanhamento mais efetivo dos projetos São João, Luis Alves e Manoel Alves que já se encontram parcialmente em fase de produção.

Quantidade alcançada

2.554

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10.384	ha	0	31/12/2012



Região Nordeste	148.253	ha	2.554	31/12/2012
Região Norte	24.000	ha	0	13/12/2012
Região Sul	10.500	ha	0	31/12/2012

• **Construir infraestrutura de apoio à produção em 44 perímetros públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

A meta contempla obras que devem ocorrer até o ano de 2015. Até o momento não há registro de conclusão da infraestrutura de apoio para os perímetros elencados. No ano de 2013, está previsto a continuidade das obras em atendimento ao funcionamento integral do projetos.

• **Implementar a regularização fundiária de 61 projetos públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

A meta contempla a conclusão dos processos de regularização fundiária, o que deve ocorrer até o ano de 2015.

Entre as medidas já tomadas destacam-se:

- contratação da execução dos serviços de georreferenciamento das áreas dos Perímetros de Irrigação de Propriá, Betume e Cotinguiba-Pindoba, no estado de Sergipe, no valor de R\$ 2,3 milhões, como parte fundamental para a certificação de imóveis rurais prevista na Lei 10.267/2001 e nos Decretos 4.449/2002 e 5.570/2005, permitindo a titulação definitiva dos lotes;
- ajuizamento de nove ações de reintegração de posse relativas às invasões ocorridas no Perímetro de Irrigação Barreiras Norte e Povoado Boa Sorte.

Outras 82 ações encontram-se ajuizadas, das quais 55 foram julgadas procedentes ou com acordo em homologação.

Em 2013, serão acompanhados os processo de licenciamento e implantação do programa de educação ambiental de 26 perímetros.

• **Obter a conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação**

Análise Situacional da Meta

A meta contempla a conclusão dos processos de conformidade ambiental, o que deve ocorrer até o ano de 2015.

Entre as medidas já tomadas destacam-se:

- aquisição de área com 5.033,93 hectares, localizada nos municípios de Porteirinha e Riacho dos Machados, no estado de Minas Gerais, para compor a reserva legal do Perímetro de Irrigação Gorutuba e parte da reserva legal do Perímetro de Irrigação Pirapora, no valor previsto de R\$ 2,8 milhões;
- contratação de empresa para realizar os serviços de avaliação da qualidade da água e sedimentos dos perímetros irrigados em operação na área de atuação da Codevasf.

• **Revitalizar as infraestruturas de uso comum que atendam a 97.737 ha**

Análise Situacional da Meta

Destaca-se que no âmbito do Programa Mais Irrigação, lançado em novembro de 2012, foram incluídos investimentos em 16 projetos públicos de irrigação ocupados majoritariamente por agricultores irrigantes familiares e pequenos irrigantes, nos quais haverá a modernização e a revitalização das respectivas infraestruturas.

• **Transferir a gestão de 18 perímetros públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, nas ações de transferências de gestão dos perímetros públicos de irrigação Bebedouro e Nilo Coelho/PE; Mirorós, Curaçá, Formoso, Estreito e Manicoba/BA; e Gorutuba/MG, foram aplicados R\$ 53,4 milhões e liquidados R\$ 20 milhões, visando à reabilitação de conjunto de obras e equipamentos componentes das infraestruturas de captação, condução, distribuição e drenagem de água dos perímetros de irrigação com área irrigável de cerca de 120 mil ha. Também foram celebrados oito contratos de delegação de competência com as associações e distritos dos Perímetros Irrigados, legitimados pela Portaria Ministerial nº 1.529/MI/2007, sendo eles: Tabuleiro de Russas - CE, Jaguaribe Apodi - CE, Curu-Paraipaba - CE, Morada Nova - CE, Baixo Acaraú - CE, Araras Norte - CE, Brumado -



BA e Vaza Barris - BA, fator que proporcionará maior dinamismo na gestão destes projetos e melhores condições para o desenvolvimento, com a ampliação da ocupação produtiva.

OBJETIVO: 0176 - Promover a capacitação para a Agricultura Irrigada em parceria com instituições governamentais, não-governamentais e da iniciativa privada.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Nacional de Capacitação em Agricultura Irrigada – PNCAI irá atuar em consonância com o estudo de tendências e oportunidades da agricultura irrigada. Para a sua execução foi estabelecido Projeto de Cooperação Técnica com o Instituto Interamericano de Agricultura – IICA intitulado "Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil sob Cenários Sustentáveis (BRA/IICA/08/002)". A proposta está alinhada para atender a Política Nacional de Irrigação, que busca a eficiência no uso de recursos hídricos para o setor e o desenvolvimento da agricultura irrigada, visando ao aumento da produtividade, de forma sustentável.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 20.000 irrigantes para aplicação das técnicas de irrigação e drenagem**

Análise Situacional da Meta

A meta depende do Programa Nacional de Capacitação da Agricultura Irrigada – PNCAI, que está em fase de elaboração. A Secretaria Nacional de Irrigação (SENIR) promove parcerias com instituições educacionais, de pesquisa e extensão visando estabelecer e consolidar acordos com instituições públicas e privadas para a sua concretização.

- **Capacitar 4.000 profissionais de nível superior para agricultura irrigada**

Análise Situacional da Meta

A meta será atendida por ocasião da formalização de parcerias com instituições públicas e privadas que se encontram em fase de negociação.

- **Capacitar 6.000 profissionais de nível médio para agricultura irrigada**

Análise Situacional da Meta

A meta será atendida por ocasião da formalização de parcerias com instituições públicas e privadas que se encontram em fase de negociação.

OBJETIVO: 0180 - Promover a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nas áreas de agricultura Irrigada, visando o uso racional do solo e da água e o manejo adequado das culturas.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

A agricultura irrigada permite o uso intensivo da terra. Entretanto, há necessidade de estabelecer altos níveis técnicos de produção, organização do trabalho, gestão dos recursos hídricos, tratamento pós-colheita e logística de distribuição dos produtos até o consumidor final. Em decorrência desses fatores, é necessário prestar assistência técnica aos agricultores familiares e pequenos produtores para proporcionar melhores condições de competitividade.

A nova Lei da Política Nacional de Irrigação nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, dispõe que o poder público garantirá ao agricultor irrigante familiar assistência técnica e extensão rural, em projetos públicos e privados de irrigação e que essas ações deverão ser articuladas entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Integração Nacional.

Metas 2012-2015



- **Disponibilizar serviços de ATER nas áreas da agricultura irrigada de 8.000 agricultores familiares que se enquadrem na PNATER**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Integração Nacional vem promovendo parcerias com diversos órgãos do governo, no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), para disponibilizar serviços de assistência técnica aos agricultores familiares.

- **Disponibilizar serviços de ATER para 30.000 pequenos produtores dos projetos públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, a CODEVASF investiu R\$ 3,3 milhões em serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nos perímetros de interesse eminentemente social (Ceraíma, Estreito, Formosinho, Betume, Cotinguiba/Pindoba, Propriá, Boacica e Itiúba), atendendo a 3.236 famílias alocadas em uma área irrigável de 13.702,1 ha.

Para 2013, a CODEVASF dispõe de R\$ 13,7 milhões para executar os contratos de ATER nos perímetros de Gorutuba, Jaíba, Formoso, Barreiras Norte, Nupeba/Riacho Grande, São Desidério/Barreiras Sul, Mirorós, Bebedouro, Nilo Coelho, Curaçá, Mandacaru, Manicoba e Tourão.

Quantidade alcançada

3.236

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0543 - Viabilizar a produção dos perímetros de interesse eminentemente social visando garantir sua gestão operacional.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Mais Irrigação, lançado em 2012, tem como um de seus principais objetivos o investimento em projetos cujo modelo de ocupação é exclusiva ou majoritariamente por meio de pequenos produtores, em lotes familiares, que são geridos sob um modelo com participação do Poder Público, tanto no custeio da operação e manutenção dos perímetros públicos, quanto no fornecimento de ATER. Nesses projetos, almeja-se modernizar as estruturas internas dos Distritos de Irrigação, seja reforçando as estruturas associativas já existentes entre seus produtores, seja incentivando a organização dos mesmos como cooperativas, para que possam, eles mesmos, organizados e com o apoio institucionalizado do Poder Público, caso seja do interesse dos produtores, receber a concessão do projeto e gerir as infraestruturas de forma mais eficiente e estruturada. Como resultado dessa articulação, pretende-se ainda reforçar o apoio institucional à atividade-fim desses pequenos irrigantes, por meio de abordagens mais modernas de ATER, focadas não só na produção, mas principalmente na comercialização e distribuição competitiva da produção, promovendo o comércio socialmente responsável.

Com a reformulação do marco legal da Política Nacional de Irrigação, a partir da sanção da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, o Ministério da Integração Nacional propôs a publicação de Decreto para dispor, dentre outros temas, sobre a caracterização de projetos públicos de irrigação considerados como de interesse social.

Metas 2012-2015

- **Realizar a transferência de 40 empreendimentos**

Análise Situacional da Meta

São previstas, nos Perímetros Públicos Irrigados de interesse social, as seguintes ações: operação e manutenção; apoio à administração; execução de obras para a operação, manutenção e recuperação da infraestrutura de irrigação de uso comum; participação nos custos operacionais (energia elétrica); atividades de prestação de assistência técnica;



atividades de organização de produtores; regularização fundiária; fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas; atendimento das condicionantes ambientais; capacitação de técnicos e agricultores; recuperação das estruturas já existentes (reservatórios, canais, adutoras, sistemas de bombeamento, diques, estradas, etc); bem como implantação de novos sistemas que garantam a otimização e atualização do empreendimento (tais como novos sistemas de captação, drenagem, etc), gerando acréscimo na produtividade e qualidade das culturas.

Estas ações beneficiaram, em 2012, 17 Perímetros de Irrigação sob a responsabilidade da Codevasf: Formosinho/BA, Ceraíma/BA, Propriá/SE, Betume/SE, Cotinguiba-Pindoba/SE, Itiúba/AL e Boacica/AL. Beneficiará, também, os Projetos de Irrigação do Reassentamento do Complexo Itaparica: Glória/BA, Pedra Branca/BA, Rodelas/BA, Apolônio Sales/PE, Barreiras (Blocos 1 e 2)/PE, Brígida/PE, Caraíbas/PE, Iço-Mandantes (Blocos 3 e 4)/PE, Manga de Baixo/PE e Jusante/BA.

OBJETIVO: 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Com a Lei 12.787/2013, tem-se uma nova perspectiva para a realização de investimentos em novos projetos de irrigação. No texto legal há uma clara sinalização no sentido de se reforçar o papel das entidades públicas na implantação, direta ou indireta, de infraestruturas de irrigação de uso comum que sirvam para suporte à prática de irrigação e drenagem em benefício de projetos privados, desde que em áreas com comprovada aptidão ao desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada e nas quais os irrigantes já estejam organizados quanto à forma de gestão, de operação e de manutenção do sistema coletivo de irrigação e drenagem agrícola. De maneira complementar, o Programa Mais Irrigação prevê investimentos em novos projetos públicos de irrigação em seus eixos de atuação, nos quais ainda não se tem uma efetiva ocupação produtiva. O eixo 1 do programa preconiza a realização de concessões da exploração agrícola e da operação de projetos públicos de irrigação, constituindo-se em um elemento catalisador na atração de investimentos privados para a estruturação de novos projetos. Concorrem também para este objetivo os investimentos previstos no eixo 3 do programa, no qual serão contemplados projetos a serem ocupados por agricultores irrigantes familiares. Já o eixo 4 do Programa Mais Irrigação consiste na estruturação de uma carteira para a implantação de novos projetos de irrigação. Trata-se, portanto, da alocação de recursos em estudos de viabilidade e propostas que permitirão a implantação de futuros projetos.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a área irrigada em 200.000 ha**

Análise Situacional da Meta

A meta contempla obras que devem ocorrer até o ano de 2015. No período de 2012, foi iniciado o processo de planejamento e organização dos empreendimentos envolvidos. A perspectiva é que no ano de 2013 sejam concluídos a elaboração de projeto básico, projeto executivo e formalizado termo de compromisso para execução das obras.

OBJETIVO: 0545 - Incentivar a ampliação da utilização das áreas potencialmente irrigáveis para aumentar a oferta de alimentos, bioenergéticos e fibras de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O principal instrumento para o alcance deste objetivo é o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), normatizado pelas Portarias Ministeriais nº MI 89, de 22 de fevereiro e 573, de 18 de outubro de 2012, as quais contemplaram medidas de aperfeiçoamento do processo de análise das propostas. Em 2012 foram intensificadas as ações de divulgação do REIDI para projetos privados de irrigação, com disponibilização de manual de



instruções no site do MI, distribuição de folders, mala direta, palestras e notícias sobre o benefício.

Como resultado, no exercício de 2012, a SENIR recebeu os 8 (oito) primeiros projetos privados de irrigação com solicitação de enquadramento aos benefícios do Regime. O primeiro deles foi aprovado em agosto/2012 com área de 378 ha de produção de laranja por meio de irrigação por gotejamento, e o segundo, em novembro/2012, com área de 162,5 ha de produção de cana de açúcar por irrigação com pivô central. Esses projetos foram submetidos à Receita Federal do Brasil – RFB para análise referente à habilitação ao benefício.

A análise dos demais projetos apresentados à SENIR em 2012 deverá ser concluída em 2013, totalizando aproximadamente 20.000 ha irrigados.

Para 2013, prevê-se uma maior divulgação do incentivo, com vistas ao alcance de 100.000 ha.

Metas 2012-2015

• Ampliar a atual área irrigada pelo setor privado em 100% nos próximos 4 anos

Análise Situacional da Meta

Em números absolutos, a meta significa ampliação da área irrigada em, aproximadamente, 4,5 milhões de ha (dados do Censo Agropecuário, IBGE, 2006).

De acordo com a Lei nº 12.787/2013, as iniciativas desenvolvidas pelo MI com vistas à ampliação da área irrigada pelo setor privado dizem respeito à promoção da implantação de infraestrutura para reservação e distribuição de água e promoção da implantação de redes de energia elétrica.

Independentemente da ação do MI, os cenários atuais apontam para uma ampliação da área privada irrigada próxima do previsto (100% da atual) em função do grande desenvolvimento da agricultura brasileira, que vem direcionando investimentos para a irrigação.

Em 2012, a SENIR deu continuidade às estratégias adotadas no exercício anterior, com avanço em diversas frentes de trabalho, na busca da consolidação da Secretaria na articulação e condução das políticas relacionadas à agricultura irrigada. Para o atingimento do objetivo, a SENIR participou e coordenou encontros de entidades governamentais com o setor privado e entidades de classe (reuniões, encontros e debates) com vistas a alinhar a atuação dos diversos atores aos objetivos do desenvolvimento da agricultura irrigada no país. Como exemplo, cita-se a participação do MI no XXII Congresso Nacional de Agricultura Irrigada (CONIRD), em novembro de 2012, em Cascavel-PR. No evento, empresários ligados às cadeias produtivas do segmento, produtores e lideranças rurais, professores, acadêmicos, pesquisadores e especialistas avaliaram e apontaram estratégias para tipos de culturas e inovação no desenvolvimento da agricultura irrigada.

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa	%	31/12/2010	58	31/12/2012	59,6
Índice de conformidade de insumos agropecuários	unidade	31/12/2010	0,9	31/12/2012	0,93
Índice de conformidade de produtos de origem vegetal	unidade	31/12/2010	0,73	31/12/2012	0,83
Índice de conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus produtos e de insumos agropecuários	%	30/06/2011	0	31/12/2012	97
Índice de fitossanidade	número índice	31/12/2010	6	31/12/2012	5
Porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves)	%	31/12/2010	82,41	31/12/2012	94,29
Taxa de adesão das Unidades da Federação que aderiram ao SUASA	%	30/06/2011	11	31/12/2012	18,5
Taxa de adesão dos Municípios ao SUASA	%	30/06/2011	0	31/12/2012	0,3
Taxa de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais	%	30/06/2011	85	31/12/2012	95
Taxa de atendimento à demanda por validação de método	%	30/06/2011	46	31/12/2012	58,8
Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal	%	31/12/2010	99,83	31/12/2012	98,64
Taxa de conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal (TCpa)	unidade	31/12/2010	0,73	31/12/2012	0,9
Taxa de Implementação na rede oficial de laboratórios de diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos listados pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)	%	30/06/2011	0	31/12/2012	46,15
Taxa de monitoramento da rede credenciada	%	30/06/2011	62,34	31/12/2012	65
Taxa de monitoramento de resíduos e contaminantes nas áreas de produção de moluscos bivalves	%	30/06/2011	0	31/12/2012	13,79
Taxa de órgãos estaduais de defesa sanitária animal com parceria estabelecida com MPA para ações em sanidade pesqueira e aquícola	%	30/06/2011	0	31/12/2012	7,4

Observações:



Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa - O incremento no percentual da área do Território Nacional reconhecida como zona livre de febre aftosa ocorreu em 2011, após restituição, pela OIE, do status de parte do estado do Mato Grosso do Sul, em sua fronteira internacional, além das ampliações nos estados da BA, TO, RO e AM. Em 2012, apesar de não ocorrerem novos reconhecimentos, medidas finais foram implementadas na região Nordeste e estado do Pará, com vistas ao encaminhamento de pleito à OIE em 2013, para reconhecimento de novas zonas livres com vacinação até 2014. Índice de conformidade de insumos agropecuários - O índice apurado em 2012 mostra resultado satisfatório, em nível de conformidade acima da referência prevista no PPA.

Índice de conformidade de produtos de origem vegetal - A conformidade medida através deste indicador refere-se às ações de inspeção vegetal, bem como de coletas de amostras, realizadas nos estabelecimentos produtores de produtos de origem vegetal, vinhos e bebidas em geral, tendo como referência os padrões oficiais de classificação, identidade e qualidade, estabelecidos pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Índice de conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus produtos e de insumos agropecuários - O índice aferido reflete a atuação da fiscalização exercida pela Vigilância Agropecuária Internacional que tem atingido a meta de garantir a conformidade nas importações e exportações do agronegócio brasileiro.

Índice de fitossanidade - O índice mostra o resultado satisfatório obtido no ano de 2012, em nível abaixo da referência prevista no PPA, tendo em vista de que é indicador de polaridade negativa.

Porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves) - No período de apuração, houve uma melhoria de 14,4% no indicador, em relação ao índice de referência, aproximando-o ainda mais da meta de 100% proposta no PPA.

Taxa de adesão das Unidades da Federação que aderiram ao SUASA - O SUASA se divide em diversos subsistemas: Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SISBI_POV), Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Agrícolas, Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários. Ao SISBI-POA houve a adesão de cinco UF's, a saber: BA, MG, PR, RS e DF. Outras 10 UF's estão em processo de adesão (CE, AL, PE, GO, MT, MS, SP, SC, TO e ES).

Taxa de adesão dos Municípios ao SUASA - Considera-se para o preenchimento do índice acima somente aqueles municípios que estão aderidos ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA). Existem 17 municípios aderidos, sendo 7 individualmente e 10 por meio de consórcios de municípios.

Taxa de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais - O atendimento à demanda por ensaios laboratoriais exige eficácia na coleta e no envio de amostras aos laboratórios, de forma a possibilitar o seu adequado processamento, com objetivo de satisfazer as necessidades da Defesa Agropecuária nacional.

Taxa de atendimento à demanda por validação de método - O resultado apurado permite verificar que, dentre os métodos planejados para serem validados em 2012, aproximadamente 59 % foi efetivamente executado.

Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal - A Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal corresponde ao somatório das áreas, sendo em 2012 o correspondente a 15847 amostras analisadas, com 15633 amostras conformes, e $TCrc = 98,6495$ (ANIMAL = 14800 amostras analisadas, com 14733 amostras conformes, e $TCrcA = 99,5472$ / VEGETAL = 1047 amostras analisadas, com 900 amostras conformes, e $TCrcV = 85,9598$).

Taxa de conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal (TCpa) - O acompanhamento das atividades de fiscalização de produtos de origem animal é mensal, por meio de avaliação de relatórios atualizados encaminhados pelas UF's. O cálculo do indicador é trimestral, tendo sido o resultado alcançado ao final do 4º trimestre de 2012.

Taxa de Implementação na rede oficial de laboratórios de diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos listados pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) - Em 2012, foi criada a Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (RENAQUA).

Taxa de monitoramento da rede credenciada - No ano de 2012 houve pouca alteração do índice em relação ao apurado em 30/06/2011. O número insuficiente de auditores devidamente capacitados na NBR ISO/IEC 17025 e NBR ISO/IEC 19011 e o acúmulo de atividades exercidas pelos técnicos dos Lanagros e CGAL são fatores que dificultaram a formação e atuação das equipes auditoras.

Taxa de monitoramento de resíduos e contaminantes nas áreas de produção de moluscos bivalves - Este indicador é calculado da seguinte forma:

$$(\text{Número de áreas produtoras de moluscos bivalves com pelo menos 12 coletas anuais de amostras} / \text{número total de áreas produtoras de moluscos bivalves}) \times 100$$

Taxa de órgãos estaduais de defesa sanitária animal com parceria estabelecida com MPA para ações em sanidade pesqueira e aquícola - Foram celebrados convênios para o monitoramento dos sistemas de produção de produtos pesqueiros com os Estados do Ceará e de Santa Catarina.

Ao longo de 2012, o MPA se reuniu e fez contato com dez órgãos de defesa sanitária animal no intuito de celebrar convênios.

OBJETIVO: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.



Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Vários programas sanitários estão em execução no país, com a participação dos Governos Federal e Estaduais e da iniciativa privada, destacando-se o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa; o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal; o Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis; o Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos; o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, Caprinos, Ovinos e Abelhas e o Programa Nacional de Sanidade Avícola.

Nenhum caso de febre aftosa foi registrado no país desde abril de 2006. A zona livre da doença no Brasil ultrapassa cinco milhões de quilômetros quadrados, com uma população bovina de aproximadamente 182 milhões de cabeças e suína de 30 milhões (cerca de 90% do rebanho nacional). A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconhece o território do Estado de Santa Catarina como área livre de febre aftosa sem vacinação.

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT) foi intensificado com a certificação oficial de propriedades livres, objetivando reduzir as prevalências destas doenças. Atualmente são mais de 1.500 propriedades certificadas como livres de brucelose e tuberculose e cerca de 2.000 em processo de certificação. Em maio de 2012, a OIE reconheceu o Brasil na categoria de país com risco insignificante para encefalopatia espongiforme bovina (EEB, a "doença da vaca louca"), classificação mantida mesmo após o caso notificado em 7/12/2012.

No controle da raiva dos herbívoros, em 2012, foram reforçadas as ações estaduais com supervisão e apoio federal em todas as Unidades Federativas, visando controlar a ocorrência da doença, reduzindo prejuízos econômicos na pecuária, além de contribuir para a preservação da saúde humana.

A zona livre de peste suína clássica permanece sem registro de casos da doença desde 1998, abrangendo 15 Unidades Federativas, correspondendo a cerca de 50% do território nacional e 93% das indústrias frigoríficas de suínos. Foram concluídos os estudos realizados no Estado do Acre e nos Municípios de Lábrea, Canutama, Boca do Acre e Guajará, situados no Estado do Amazonas, sendo essas as próximas localidades a serem incluídas na zona livre da doença.

O Programa Nacional de Sanidade Avícola editou norma buscando a implantação de procedimentos de biossegurança em todos os estabelecimentos avícolas comerciais e de reprodução, aprimorando, assim, a prevenção da entrada e disseminação de enfermidades no plantel avícola nacional, visando também à garantia da inocuidade dos produtos avícolas comestíveis.

Com relação à sanidade dos equídeos, destacam-se o reforço na vigilância para o mormo e a revisão dos procedimentos de atuação em caso de ocorrência de anemia infecciosa equina e mormo.

Na área da sanidade vegetal, as ações do Programa Nacional de Erradicação da *Cydia pomonella*, praga que ataca a macieira, permitiram a quase total eliminação da praga no país.

Em relação à cultura do cacau, foi realizada a II Reunião Técnica do Programa Nacional de Pesquisa para Prevenção e Controle da Monilíase do Cacaueiro e publicada a Instrução Normativa nº 13, de 17 de maio de 2012, que estabelece o Plano de Contingência de Monilíase do Cacaueiro (*Moniliophthora roreri*), visando proteger a cacaucultura nacional dos danos econômicos, sociais e ambientais associados ao risco de entrada, dispersão e estabelecimento dessa grave doença, ainda ausente no território brasileiro.

Em relação à cultura do fumo, foi assinado novo protocolo de exportação de tabaco para a China, incluindo os Estados do Rio Grande do Sul, Bahia e Alagoas.

Destaca-se a manutenção das áreas livres da mosca *Anastrepha grandis* nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, e do sistema de mitigação de risco da praga nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo, possibilitando a exportação de cucurbitáceas (melões, melancias) para os Estados Unidos, Argentina e Uruguai. Foi reconhecido o sistema de mitigação de risco nos Municípios de Santa Isabel do Ivaí-PR e Ribeira do Amparo-BR.

Em relação à cultura da banana, foi mantido o sistema de manejo de risco e áreas livres de sigatoka negra



(*Mycosphaerella fijiensis*). Com relação às áreas livres, existem treze estados que mantêm esta condição em todo o seu território. Ademais, foram realizadas auditorias para reconhecimento de áreas livres de moko da bananeira (*Ralstonia solanacearum* raça 2) nos Estados de Santa Catarina e Piauí. A publicação deverá ocorrer nos primeiros meses de 2013. Menciona-se, ainda, a erradicação de um foco de mosca da carambola, detectado no Município de Almeirim-PA, em junho de 2011.

Metas 2012-2015

• Ampliar de 470mil para 600 mil hectares a área controlada de Vassoura de Bruxa nos cacauais

Análise Situacional da Meta

Da área programada para cobertura de monitoramento e controle integrado da doença vassoura de bruxa nos cacauais brasileiros, registra-se alcance de 100% em relação ao programado na LOA 2012, com 550 mil ha controlados.

A ação de controle da vassoura de bruxa reúne os esforços de controle integrado da doença, campanhas e demais medidas com cobertura de toda área de cacauais nos Estados do Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Dentre as ações relevantes para o controle da vassoura de bruxa, destaca-se o lançamento do Programa de Revitalização das Áreas Produtoras de Cacau do Espírito Santo, que contempla diversas medidas para o enfrentamento da contaminação de mais de 95% das lavouras cacaueiras do Estado,

A cobertura de área controlada da vassoura de bruxa toma como referência o esforço institucional de controle integrado da enfermidade diretamente nas propriedades rurais por meio dos processos de inovação e difusão tecnológica, bem como nas campanhas educativas e/ou difusão dos conhecimentos por meio de eventos diversos focados no público-alvo, assim como na sociedade, dentro do recorte regional das regiões produtoras de cacau.

Destaca-se como resultado relevante a criação e registro tanto para a agricultura convencional como para sistemas orgânicos, do biofungicida Tricovab, com alto potencial de controle ao fungo da vassoura de bruxa sem resíduos químicos, bem como a continuação do sequenciamento do genoma do patógeno *Moniliophthora perniciosa* e do hospedeiro *Theobroma cacao*, permitindo, com isso, uma nova estratégia de controle de pragas.

Quantidade alcançada

550.000

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	240	ha	1.300	30/11/2012
Região Nordeste	481.300	ha	406.100	31/12/2012
Região Norte	95.460	ha	120.500	31/12/2012
Região Sudeste	23.000	ha	22.100	31/12/2012

• Ampliar dos 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de síndromes Vesicular, Hemorrágica dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves

Análise Situacional da Meta

No período de apuração, houve uma melhoria de 14% na porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas do prazo legal em relação ao índice de referência, aproximando-o da meta proposta no PPA.

Isso é reflexo do amadurecimento dos Serviços Veterinários Estaduais, responsáveis diretos pelos atendimentos às suspeitas de doenças, e do esforço em conjunto do Governo Federal com os estaduais na capacitação dos profissionais e na estruturação dos serviços.

Quantidade alcançada

96,4

Data de Referência

31/12/2012



• **Elaborar 100 planos de contingência sobre as principais ameaças de pragas e doenças**

Análise Situacional da Meta

O Brasil participou da elaboração da norma regional sobre planos de contingência para doenças dos vegetais, e foi publicada a Instrução Normativa nº 13, de 17 de maio de 2012, que estabelece o Plano de Contingência de Monilíase (*Moniliophthora roreri*) do Cacaueiro, sendo esse o primeiro plano de contingência elaborado, que servirá de referência para alcance da meta nos próximos anos.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

• **Erradicar a Mosca da Carambola do território nacional, reduzindo o número de ocorrência de 14 municípios para zero**

Análise Situacional da Meta

Face ao aumento da densidade populacional da praga nos municípios onde a mesma está presente e o surgimento de novos focos, não houve evolução nos resultados esperados para esta Meta. Foram detectados focos em dois municípios do Estado do Amapá, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, que desde 1996 eram livres da praga. Com o foco detectado em Laranjal do Jarí em outubro de 2012, somam os 15 municípios com a presença da praga no Amapá.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	14	unidade	15	31/12/2012

• **Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) realiza a fiscalização de todas as partidas de produtos e insumos agropecuários regularmente importados, como pré-requisito para o desembaraço aduaneiro dessas mercadorias. Neste sentido, a meta foi 100% alcançada.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

• **Obter o Reconhecimento Internacional de País Livre de Febre Aftosa**

Análise Situacional da Meta

O incremento de 1,6% no percentual da área do território nacional reconhecida como zona livre de febre aftosa ocorreu em 2011, após restituição, pela Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), do status de parte do Estado do Mato Grosso do Sul, na fronteira internacional, além das ampliações nos Estados da Bahia, Tocantins, Rondônia e Amazonas. Em 2012, apesar de não ocorrerem novos reconhecimentos, medidas finais foram implementadas na Região Nordeste e no Estado do Pará, com vistas ao encaminhamento de pleito à OIE em 2013, para reconhecimento de novas zonas livres com vacinação em 2014.

O valor da meta é calculado, para todo o território nacional, pela seguinte Fórmula:

% da área do território nacional livre de febre aftosa = (Área livre de aftosa/ área total do Território Nacional) x 100.

Em 2012, 59,6 % do território nacional eram considerados como área livre da febre aftosa.

Como as regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste já são reconhecidas pela OIE como livres de aftosa com vacinação, as metas de regionalização foram estabelecidas para as regiões Norte e Nordeste, onde estão sendo implementadas ações de melhorias dos serviços sanitários para alcançar o reconhecimento dessas áreas. Dos 3.441.814 Km² de áreas do território nacional ainda não reconhecidos como zona livre de febre aftosa, 1.518.566 Km² estão situados na Região



Nordeste e 1.923.248 Km2 encontram-se na Região Norte, conforme tabela de regionalização.

Quantidade alcançada

59,6

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1.518.566	km²	586.603	31/12/2012
Região Norte	1.923.248	km²	1.379.166	31/12/2012

• **Realizar 235 campanhas de conscientização de usuários do transporte aéreo internacional**

Análise Situacional da Meta

A distribuição de materiais impressos com orientações aos viajantes é realizada continuamente nos aeroportos, todos os meses, por ocasião da emissão de CZIs (Certificados Zoossanitários Internacionais) e dos procedimentos de fiscalizações.

Quantidade alcançada

54

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	47	número	6	31/12/2012
Região Nordeste	47	número	14	31/12/2012
Região Norte	47	número	10	31/12/2012
Região Sudeste	47	número	12	31/12/2012
Região Sul	47	número	12	31/12/2012

• **Reduzir de 2% para 1% o índice nacional de passageiros que ingressam com não conformidade na bagagem**

Análise Situacional da Meta

A distribuição regular de materiais impressos com orientações, além da divulgação por meio de emissoras de rádio e televisão contribuiu para conscientizar os passageiros em trânsito internacional quanto às restrições de ingresso de produtos e insumos agropecuários.

Em 2012 foram emitidos pela Vigilância Agropecuária Internacional 109.852 Termos de Fiscalização de Bagagens/Encomendas, na fiscalização de passageiros que ingressaram no Brasil. Segundo dados do Ministério do Turismo, 694.747 passageiros desembarcaram no país no ano de 2012. Não foram observadas, ainda, reduções significativas nos percentuais de não conformidades.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

• **Reduzir o número de municípios com incidência da praga *Cydia pomonella* de 3 para 0**

Análise Situacional da Meta

Efetivamente não houve supressão da praga nos três municípios, permanecendo os municípios com a referida praga.

Para o monitoramento da safra 2011/2012, foram instaladas 3450 armadilhas, distribuídas nos municípios de ocorrência da praga, onde houve a captura de um único inseto, no mês de novembro de 2011. Para a safra 2012/2013 já se encontram instaladas 2450 armadilhas, que estão sendo monitoradas, no âmbito do Contrato com a Biofábrica MOSCAMED do Brasil.

Os trabalhos de monitoramento e de erradicação de plantas hospedeiras realizados no âmbito do Programa Nacional de Erradicação da *Cydia pomonella* - PNECP (Lagarta da macieira) culminaram numa redução bastante drástica no número de capturas da praga *Cydia pomonella* no país. Isso pode ser demonstrado, quando comparamos os resultados



ocorridos na safra 1997/1998, cerca de 24.000 capturas com os resultados ocorridos na safra 2011/2012, quando apenas um inseto foi capturado. É importante destacar, ainda, que estamos muito próximos da erradicação dessa praga no País. Os municípios são declarados livres da praga após dois anos de monitoramento contínuo sem detecções.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2012

OBJETIVO: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Por meio de articulações com as agências estaduais de defesa agropecuária, estão em curso estudos e projetos de modernização do Sistema Brasileiro de Defesa Agropecuária e do processo de implementação definitiva do SUASA.

Metas 2012-2015

• **Capacitar 20.000 profissionais de defesa agropecuária nas três instâncias do SUASA**

Análise Situacional da Meta

O sistema de capacitação está em fase de planejamento, envolvendo o Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária – FONESA, a Rede de Inovação Tecnológica em Defesa Agropecuária – RIT, o Sistema “S”, as entidades de classe e o corpo técnico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Destaca-se que já foram capacitados 10.000 técnicos e auxiliares.

Quantidade alcançada

10.000

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.000	peessoas	1.000	31/12/2012
Região Nordeste	5.100	peessoas	3.000	31/12/2012
Região Norte	2.800	peessoas	1.000	31/12/2012
Região Sudeste	4.100	peessoas	2.000	31/12/2012
Região Sul	5.000	peessoas	3.000	31/12/2012

• **Implantar um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas várias reuniões visando à elaboração de conteúdos para formação de pessoal envolvido em defesa agropecuária. Foi criado, pela Portaria Mapa 769/2012, Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de estruturação do Centro de Formação e Inteligência em Defesa Agropecuária.

• **Implementar Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA)**

Análise Situacional da Meta

Foram criados o Sistema Público de Escrituração Digital – Defesa Agropecuária e a Plataforma de Gestão Agropecuária. Alguns módulos da plataforma estão validados e outros em fase de validação.

• **Promover a adesão de 1.110 municípios ao SUASA**

**Análise Situacional da Meta**

Encontra-se em fase de modernização a legislação referente ao processo de adesão dos municípios ao SUASA, para que se possa ampliar a adesão de municípios.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	90	município	5	31/12/2012
Região Nordeste	350	município	0	31/12/2012
Região Norte	60	município	0	31/12/2012
Região Sudeste	360	município	1	31/12/2012
Região Sul	250	município	11	31/12/2012

- **Promover a adesão de todos os Estados e o Distrito Federal ao SUASA**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, SUASA, é um Sistema organizado sob a coordenação do Poder Público nas várias instâncias federativas, no âmbito de sua competência, incluindo o controle de atividades de saúde, sanidade, inspeção, fiscalização, educação, vigilância de animais, vegetais, insumos, produtos e subprodutos de origem animal e vegetal.

O SUASA se divide em diversos sistemas, entre eles: Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Agrícolas, Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários.

Todos os 26 estados e o Distrito Federal manifestaram interesse em aderir ao SUASA, sendo que, até o momento, foi concluído o processo de adesão de cinco UF's ao SISBI-POA, a saber: BA, MG, PR, RS e DF. Outras 10 UF's estão em processo de adesão (CE, AL, PE, GO, MT, MS, SP, SC, TO e ES).

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2012

- **Promover o acesso de 500 mil produtores e famílias rurais brasileiras a eventos de educação sanitária**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados eventos envolvendo a participação de 143.000 pessoas, através do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (FONESA), das Empresas Estaduais de Assistência Técnica de Extensão Rural (EMATERS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Quantidade alcançada

143.000

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30.000	peessoas	8.000	31/12/2012
Região Nordeste	220.000	peessoas	50.000	31/12/2012
Região Norte	40.000	peessoas	10.000	31/12/2012
Região Sudeste	110.000	peessoas	40.000	31/12/2012
Região Sul	100.000	peessoas	35.000	31/12/2012

OBJETIVO: 0367 - Ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área da defesa agropecuária.



Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A evolução da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários exige a adoção de novas estratégias gerenciais, o que vem sendo conduzido por meio da implantação dos objetivos estratégicos atualmente expressos no mapa estratégico específico da Coordenação Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) e Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros).

A ampliação e qualificação da oferta de ensaios na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários tem se dado por meio da atuação em frentes como: Aprimoramento do processo de credenciamento e de monitoramento de laboratórios; Ampliação do escopo acreditado na ABNT NBR ISO/IEC 17025, junto ao Inmetro; Aquisição de equipamentos e implantação de técnicas com respostas analíticas mais eficientes; Desenvolvimento, validação e comprovação de desempenho de métodos utilizados pela Rede laboratorial; Desenvolvimento de sistemas informatizados, com vistas à automação dos processos; Incentivo ao desenvolvimento, nos Lanagros, de programas de comparação interlaboratorial, em conformidade com o estabelecido pela ISO 17.043, visando avaliar a competência técnica da rede credenciada; e Incentivo à produção de material de referência, de forma a tornar os Lanagros provedores destes materiais, em conformidade com o estabelecido na ABNT ISO Guia série 30.

As principais realizações do ano de 2012 envolvem: Obtenção, junto ao Inmetro, da acreditação de 19 ensaios na ABNT NBR ISO/IEC 17.025 nos Lanagros; Manutenção do convênio com o CNPq para alocação de bolsistas na CGAL e Lanagros para atuarem em atividades de desenvolvimento e validação de métodos; Definição do Plano Operativo Anual-POA para o exercício 2013, com vistas a aprimorar o gerenciamento dos recursos orçamentários da CGAL e Lanagros, distribuídos entre importantes itens de programação como, auditorias, capacitação do corpo técnico, aquisição de reagentes e equipamentos, automação e adequação de infraestrutura; Participação dos técnicos da CGAL na construção do Sistema de Gestão Laboratorial - SISLAB, que consiste na automação de processos relacionados à gestão e controle das informações laboratoriais da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários; Finalização do projeto piloto no Lanagro-MG para implementação do LIMS – Laboratory Information Management System – que teve por objetivo a automação de atividades de controle e registros desenvolvidas pelo Lanagros; e Contratação de consultoria especializada para implementação da ISO 9001 na CGAL.

Embora os resultados apresentados para as metas físicas relacionadas a este Objetivo sejam considerados adequados, busca-se seu aprofundamento com o apoio de mão-de-obra mais especializada. As atividades previstas para 2013 envolvem a ampliação do escopo de acreditação dos Lanagros na ISO/IEC 17025, expansão do convênio com o CNPq para alocação de bolsistas para desempenharem atividades relacionadas ao desenvolvimento e validação de métodos; aprimoramento e gerenciamento do Plano Operativo Anual (POA), continuidade da construção dos módulos do Sistema de Gestão Laboratorial - SISLAB e continuação na implantação da ISO 9001 na CGAL.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 25,4 para 33 milhões o número de ensaios realizados anualmente pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários**

Análise Situacional da Meta

Houve superação em 8% da meta física prevista na LOA para o ano de 2012, que era de 29.964.975 análises e foi atingido 98,7% da meta física prevista no horizonte do PPA 2012-2015.

Em 2012, as principais realizações foram: Manutenção do convênio com o CNPq para alocação de bolsistas na CGAL e Lanagros para atuarem em atividades de desenvolvimento e validação de métodos; Definição do Plano Operativo Anual - POA para o exercício 2013, com vistas a aprimorar o gerenciamento dos recursos orçamentários da CGAL e Lanagros, distribuídos entre importantes itens de programação como, auditorias, capacitação do corpo técnico, aquisição de reagentes e equipamentos, automação e adequação de infraestrutura para os Lanagros; e Aprimoramento do módulo SIGLA do SISLAB, disponibilizado aos laboratórios credenciados na área de Resíduos e Contaminantes em Alimentos.



As atividades previstas para 2013 envolvem a expansão do convenio com o CNPq para alocação de bolsistas para desempenharem atividades relacionadas ao desenvolvimento e à validação de métodos, gestão da rede laboratorial e continuidade do desenvolvimento dos módulos do Sistema de Gestão Laboratorial - SISLAB.

Quantidade alcançada

32.582.823

Data de Referência

15/02/2013

- **Aumentar de 49 para 147 o número de ensaios (métodos) realizados pelos Lanagros e acreditados na NBR ISO/IEC 17.025**

Análise Situacional da Meta

A meta para 2012 era atingir 73 creditações na NBR ISO/IEC 17.025 e atingiu-se 68, o que representa alcance de 93% da meta estabelecida. Para melhorar a resposta deste indicador, é necessário que os Lanagros priorizem seu papel como laboratórios de referência, favorecendo a comprovação de desempenho e validação de ensaios, um dos fatores precípuos para alcançar creditações na ABNT NBR ISO/IEC 17.025.

Como ação que poderá impactar positivamente no atingimento dessa meta, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizou, por meio da Portaria nº 74, de 18/03/2013, concurso público para reposição de pessoal e substituição de terceirizados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). No total serão 736 vagas, das quais 422 cargos destinam-se ao provimento efetivo no quadro de pessoal do Ministério, sendo: 172 de nível superior para Fiscal Federal Agropecuário, 50 de nível intermediário para Agente de Atividades Agropecuárias e 100 de nível intermediário para Agente de Inspeção Sanitária. Outras 100 vagas são do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE. Ademais, serão 314 cargos destinados à substituição de terceirizados.

Quantidade alcançada

68

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar de 71 para 142 o número de auditorias realizadas anualmente em laboratórios credenciados**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizadas 116 auditorias, alcançando, aproximadamente 82% da meta estabelecida. Para 2013, será realizado concurso para contratação de novos fiscais agropecuários, o que possibilitará aumentar para 127 o número de auditorias realizadas na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.

Quantidade alcançada

116

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

As ações na área de qualidade vegetal foram direcionadas ao desenvolvimento de ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização e controle, visando encontrar soluções operacionais para suprir a demanda da sociedade, bem como de organismos internacionais representantes dos países com os quais o Brasil mantém relações comerciais no campo dos produtos vegetais. O índice de conformidade dos produtos vegetais (percentual de amostras coletadas em conformidade com a legislação) apurado atingiu 81%. No que diz respeito aos produtos que compõem a cesta básica (farinha de mandioca, farinha de trigo, óleo de soja), o índice de conformidade nacional alcançou 87%.



No setor de bebidas e vinhos, além das ações de inspeção e fiscalização, ressalta-se a revisão da legislação e procedimentos administrativos que permitiram a atualização dos padrões de identidade e qualidade das bebidas brasileiras.

Os insumos agrícolas (sementes e mudas, corretivos e fertilizantes, dentre outros) são fatores de produção que têm sido responsáveis pelo contínuo aumento da produtividade de culturas e de pastagens. A qualidade e o uso correto desses insumos são primordiais para que se obtenha maior produtividade, com sustentabilidade ambiental, garantindo-se alimentos seguros e competitivos.

No segmento de defensivos agrícolas tem-se implementado medidas de redução de riscos relativos à segurança alimentar por meio da regularização e priorização de defensivos com menor impacto toxicológico e ambiental usados em produtos de consumo, notadamente frutas e hortaliças. Na área de sementes destaca-se a fiscalização nos segmentos de produção, comercialização e uso, por meio da ação fiscal diretamente nas propriedades rurais, retirando de circulação grande quantidade de sementes de baixa qualidade, contribuindo dessa forma para o aumento da taxa de utilização de sementes de qualidade e uma maior produtividade das culturas.

No âmbito das ações de fiscalização dos insumos pecuários (produtos destinados à alimentação animal, medicamentos e vacinas de uso veterinário e material genético animal), além de verificar o atendimento das boas práticas de fabricação, a fiscalização teve como objetivo assegurar a conformidade e inocuidade dos produtos disponibilizados no comércio. Também tem sido monitorada a presença de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do programa de prevenção da encefalopatia espongiforme bovina (BSE), além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que possam ser incluídas na cadeia alimentar.

Em 2012 foram realizadas aproximadamente 4.131 ações de fiscalização nos estabelecimentos produtores e comerciais de produtos de uso veterinário em todo território nacional, resultando na coleta de 1.058 partidas de vacinas, de um total de 13,4 bilhões produzidas no país, cujo índice de conformidade alcançou 93%. Também foram efetuadas 3.590 fiscalizações em estabelecimentos produtores e comerciais de produtos para alimentação animal. No âmbito do Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes em alimentos de origem animal, foram coletadas 16.319 amostras, encontrando-se um índice de conformidade de 99,8%. Na área vegetal, deu-se ênfase às culturas de abacaxi, alface, amendoim, arroz, banana, batata, café, castanha do Brasil, feijão, laranja, limão, lima ácida, maçã, mamão, manga, melão, milho, morango, pêssego, pimenta do reino, pimentão, soja, tomate, trigo e uva. No período foram coletadas e analisadas 1.037 amostras, sendo 747 de multirresíduos de agrotóxicos e 290 de micotoxinas/salmonelas. O cultivo de produtos com os organismos geneticamente modificados (OGM), com ênfase na soja e no milho, representa 85% e 70%, respectivamente, da área total dessas culturas. As culturas são controladas no setor agropecuário por meio de ações de fiscalização realizadas com base nas normas e deliberações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS). Foram realizadas 989 fiscalizações em 23 Unidades da Federação. Essa atuação, tanto na área de pesquisa como na comercial, tem contribuído para a elevação da confiança da sociedade no sistema regulatório relacionado aos OGM, bem como garantido a disponibilização de uma tecnologia segura para os agricultores.

Metas 2012-2015

• Aumentar de 4.408 para 5.116 as fiscalizações de produtos de uso veterinário

Análise Situacional da Meta

Para a consecução da meta as equipes de fiscalização atuaram nas 27 Unidades Federativas. As atividades de fiscalização foram assim divididas: nos estabelecimentos comerciais (81,98%), no atendimento de denúncias contra fabricantes e importadores (4,98%) e em fiscalizações em estabelecimentos armazenadores e demais de baixo risco (13,04%).

Para o ano de 2013 está prevista a realização de concurso público para a contratação de novos fiscais agropecuários, o que possibilitará a intensificação das fiscalizações, visando desta forma o alcance da meta prevista quando da elaboração do PPA. A expectativa para o próximo período é a realização de aproximadamente 4500 fiscalizações.

Quantidade alcançada

4.131

**Data de Referência**

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	708	unidades/ano	360	31/12/2012
Região Nordeste	2.227	unidades/ano	1.587	31/12/2012
Região Norte	769	unidades/ano	701	31/12/2012
Região Sudeste	869	unidades/ano	847	31/12/2012
Região Sul	543	unidades/ano	636	31/12/2012

- **Aumentar de 4475 para 5345 o número de fiscalizações anuais na área de alimentação animal**

Análise Situacional da Meta

O resultado alcançado ultrapassou a meta prevista no ano de 2012. Os Coordenadores de Ação Estadual - CAE planejaram 3.582 fiscalizações e foram realizadas 3.590. A expectativa para o próximo período é a realização de aproximadamente 4.000 fiscalizações.

Quantidade alcançada

3.590

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	564	unidades/ano	339	31/12/2012
Região Nordeste	2.221	unidades/ano	1.263	31/12/2012
Região Norte	653	unidades/ano	565	31/12/2012
Região Sudeste	1.329	unidades/ano	815	31/12/2012
Região Sul	578	unidades/ano	608	31/12/2012

- **Aumentar de 874 para 1.049 as fiscalizações de material genético animal**

Análise Situacional da Meta

O trabalho realizado ajuda a melhorar a qualidade do material genético animal ofertado aos produtores, o que leva a um aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional, alinhado com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento sustentável do País por meio do agronegócio.

Quantidade alcançada

693

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	159	unidades/ano	127	31/12/2012
Região Nordeste	119	unidades/ano	118	31/12/2012
Região Norte	20	unidades/ano	34	31/12/2012
Região Sudeste	235	unidades/ano	150	31/12/2012
Região Sul	516	unidades/ano	264	31/12/2012

- **Aumentar o número de fiscalizações de 1236 para 1484 de atividades com Organismos Geneticamente Modificados**

Análise Situacional da Meta

O total de fiscalizações realizadas em 2012 foi de 1.300, não tendo sido atingido um acréscimo de 20% em relação ao valor de referência (1.236).

Quantidade alcançada

1.300

Data de Referência

31/12/2012



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	392	unidade	256	31/12/2012
Região Nordeste	185	unidade	262	31/12/2012
Região Norte	51	unidade	99	31/12/2012
Região Sudeste	371	unidade	325	31/12/2012
Região Sul	485	unidade	358	31/12/2012

• **Construir um índice de risco dos insumos agrícolas**

Análise Situacional da Meta

Baseada em requisitos de ponderação de importância das áreas de atuação da fiscalização de insumos agrícolas, a metodologia em construção prevê a identificação dos principais pontos de risco para a atuação dos profissionais calcados em suas percepções, frequência de ocorrência e relevância. O índice, de caráter dinâmico, servirá para direcionar os recursos humanos e materiais em atividades de maior relevância para a sociedade no que tange a qualidade dos insumos agrícolas. A fase atual é de modelagem de questionários a fim de definir um programa-piloto para a área de agrotóxicos.

• **Desenvolver e implantar sistema de auditoria interna**

Análise Situacional da Meta

Todos os procedimentos para estabelecimento dos parâmetros para a execução do sistema de auditoria interna foram realizados para determinar o desempenho de cada Superintendência Federal de Agricultura (SFA), tendo em vista que a auditoria tem como objetivo aferir a qualidade dos serviços de fiscalização em cada unidade. A meta para 2012 era elaborar 50% do projeto de realização de auditorias nos serviços de fiscalização de insumos agrícolas e foi alcançada. Efetivamente foi desenvolvido 50% do sistema que permitirá auditar os trabalhos desenvolvidos pelas SFA's.

• **Desenvolver e promover a adesão de 440 estabelecimentos produtores de insumos agrícolas às Boas Práticas de Fabricação**

Análise Situacional da Meta

A primeira fase da implantação do modelo de boas práticas foi capacitar conceitualmente os profissionais ligados ao setor de fiscalização para este novo enquadramento das indústrias. O processo de adesão à certificação de boas práticas passa pela construção de modelos de auditoria com classificação dos requisitos auditados e definição de instituições capacitadas para executar as atividades de supervisão, bem como de certificação. A discussão destes parâmetros ganhou a esfera internacional com a proposição pelo Brasil deste modelo na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Conforme planejado, a adesão dos estabelecimentos se dará a partir de 2014, quando as normas legais já estarão publicadas e os Fiscais Federais Agropecuários estarão treinados para adotar os procedimentos para adesão das empresas ao programa e realização de auditorias no sistema de qualidade implantado.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• **Realizar auditoria em 100% dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, 50% do projeto de realização de auditorias nos serviços de fiscalização de insumos agrícolas foi concluído, tendo sido elaborados todos os procedimentos para a realização das auditorias dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas em cada SFA a partir de 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012



OBJETIVO: 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012 foram realizadas ações de fiscalização em estabelecimentos produtores de alimentos e bebidas que, em conjunto com as ações de monitoramento da qualidade e segurança do Programa Nacional de Monitoramento de Resíduos e Contaminantes, contribuíram para atingir o índice de 0,83 para a conformidade de produtos de origem vegetal. Isso significa que, do universo amostral captado em 2012 (2.862 estabelecimentos produtores de alimentos e 1.558 estabelecimentos produtores de bebidas), 83% dos produtos de origem vegetal estavam em conformidade com os padrões de segurança e qualidade estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O quadro funcional está sendo treinado para aprimorar sua inserção nas ações de inspeção para proporcionar um produto de melhor qualidade para o consumidor brasileiro e estrangeiro, visto que o Brasil é um dos principais países na agricultura mundial. Exemplo disso são os treinamentos voltados para gestão da qualidade e auditoria interna dos serviços executados de inspeção vegetal.

A conformidade do processo produtivo na área de produtos de origem animal atingiu aproximadamente 90% no ano de 2012, conforme indicador específico.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 72% para 80% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras sorteadas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem animal**

Análise Situacional da Meta

A meta física estabelecida para o PNCRC/Animal superou a expectativa constante do Plano de Trabalho do Setor, já que das 15.506 amostras sorteadas, foram coletadas e analisadas 14.878, ou seja, 96%.

Quantidade alcançada

95,95

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar de 76% para 90% a conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram realizadas 2.019 supervisões, sendo que 1.795 apresentaram conformidade, resultando em índice de 89%. No mesmo período foram analisadas 75.020 amostras de produtos de origem animal, sendo que 70.721 apresentaram conformidade com os padrões legais vigentes, alcançando percentual de 94%. Portanto, a meta estabelecida para alcance no ano de 2015 já foi atingida em 2012, com índice de conformidade de processos produtivos de 90,51%, que é calculado da seguinte forma:

Índice de Conformidade dos Processos Produtivos de POA

$ICA = [0,7 * (SC/TS) + 0,3 * (AC/TA)]$

SC = N° de supervisões em SIF conformes

TS = Total de supervisões em SIF realizadas

AC = N° de amostras de produtos POA com resultado conforme

TA = Total de amostras de produtos POA coletadas

Este índice é apurado trimestralmente e portanto dinâmico.”

Quantidade alcançada

90,51

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar de 86,8% para 90% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras distribuídas no âmbito do**

**Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem vegetal****Análise Situacional da Meta**

A meta física do PNCRC/Vegetal não foi alcançada, tendo ocorrido um decréscimo de 86,8% para 48,47%. A construção da metodologia está em implantação. Em 2012, foi iniciada capacitação do corpo técnico da inspeção vegetal do MAPA em ferramentas de controle de qualidade e análise de risco.

Quantidade alcançada

48,47

Data de Referência

31/12/2012

- **Construir e aplicar a metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos procedimentos de inspeção dos estabelecimentos e fiscalização dos produtos de origem vegetal**

Análise Situacional da Meta

A construção da metodologia está em implantação e foi iniciada em 2012 a capacitação do corpo técnico da inspeção vegetal do MAPA em ferramentas de controle de qualidade e análise de risco.

- **Construir e aplicar metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos procedimentos de registro dos produtos de origem vegetal**

Análise Situacional da Meta

A construção da metodologia está em implantação e foi iniciada em 2012 a capacitação do corpo técnico da inspeção vegetal do MAPA em ferramentas de controle de qualidade e análise de risco.

OBJETIVO: 0620 - Estruturar os serviços em sanidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foi criada a Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (RENAQUA) e foram desenvolvidos e validados oito métodos oficiais para o diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos. Em 2013, há a previsão de serem estabelecidos mais cinco métodos.

Para garantir a segurança zoossanitária dos recursos pesqueiros brasileiros, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) finalizou e publicou duas análises de risco de importação (ARI): Alevinos de tilápia originários de Singapura, destinados à reprodução; Camarão vermelho da Argentina, originário da pesca extrativa daquele país.

A instituição do Programa Nacional de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves também viabilizou ações no âmbito da saúde pública, como o monitoramento contínuo e sistemático de resíduos e contaminantes naturais e artificiais nos recursos pesqueiros de 15 áreas na Região Sul.

O credenciamento de seis novas estações quarentenárias para a importação e a exportação de animais aquáticos reforçou o controle do trânsito nacional de animais aquáticos no Ceará e em Santa Catarina.

Destaca-se a necessidade de reforçar as parcerias com os entes federativos para a execução das ações de sanidade pesqueira.

Metas 2012-2015

- **Credenciar 12 estações quarentenárias para importação e exportação de animais aquáticos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram credenciadas seis unidades quarentenárias, todas na Região Sudeste, a de maior ingresso de animais aquáticos importados e, consequentemente, a de maior demanda para credenciamento de estabelecimentos onde os animais importados são destinados à avaliação zoossanitária previamente à liberação. Em 2013 pretende-se credenciar mais duas estações quarentenárias, ambas na Região Sudeste.

**Quantidade alcançada**

6

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	10	unidade	6	31/12/2012

- **Estabelecer métodos oficiais para diagnóstico de 10 enfermidades em animais aquáticos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram estabelecidos oito métodos oficiais para diagnóstico de enfermidades em animais aquáticos após a publicação da Instrução Normativa nº 3, de 13 de abril de 2012, que instituiu a Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (RENAQUA). Tais diagnósticos estão voltados para doenças virais e bacterianas de peixes e crustáceos. O desafio para estabelecer os métodos de diagnósticos reside em possíveis contratempos na importação de insumos para realização dos testes de proficiência e validação dos métodos.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2012

- **Estabelecer o controle do trânsito nacional de animais aquáticos em todas as unidades federativas**

Análise Situacional da Meta

O controle do trânsito nacional de animais aquáticos depende da estruturação da sanidade pesqueira nas Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura e nos órgãos executores de defesa sanitária animal nas Unidades da Federação. No âmbito das Unidades da Federação, é indispensável que os governos estaduais e distrital priorizem as ações em defesa sanitária de animais aquáticos para que haja o efetivo controle do trânsito nacional de animais aquáticos.

Considera-se o controle do trânsito implementado nos Estados de Santa Catarina e Ceará, tendo sido firmado convênio entre o Governo Federal e os referidos governos estaduais.

Para o ano de 2013, está prevista a formalização convênios com oito Unidades da Federação para realizar ações de defesa sanitária de animais aquáticos.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- **Estabelecer parcerias nas 27 unidades federativas com todos os órgãos de defesa sanitária animal para monitoramento dos sistemas de produção**

Análise Situacional da Meta

Durante 2012, o MPA se reuniu e fez contato com dez órgãos de defesa sanitária animal no intuito de celebrar convênios. Foram celebrados convênios para o monitoramento dos sistemas de produção de produtos pesqueiros com os Estados do Ceará e de

Santa Catarina.

A expectativa é de fortalecimento do quadro de pessoal do MPA e de fortalecimento das parcerias com os governos estaduais para sensibilização quanto à formalização dos instrumentos para repasse de recursos. A expectativa é de realizar convênios com oito UF até o final de 2013.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012



• **Inserir o Ministério da Pesca e Aquicultura como órgão participante do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)**

Análise Situacional da Meta

O MPA já se posicionou favoravelmente à sua inserção no SUASA. A expectativa é de que a meta seja alcançada em 2013.

• **Monitorar resíduos e contaminantes naturais e artificiais nos recursos pesqueiros de 40 áreas**

Análise Situacional da Meta

O monitoramento de resíduos e contaminantes depende de disponibilidade de laboratório oficial e de recursos humanos para realizar as coletas sistemáticas. Para tanto, o MPA criou a Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (RENAQUA) e estruturou o laboratório do Instituto Federal de Santa Catarina para realizar as análises oficiais. Em 2012, publicou a Instrução Normativa Interministerial MPA/MAPA nº 7, de 8 de maio de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves (PNCMB) para monitoramento de resíduos e contaminantes nestes animais. O Estado de Santa Catarina é o único que está conduzindo o programa de adesão obrigatória e já monitora 15 áreas. Para 2013, espera-se ampliação de mais 10 áreas monitoradas em Santa Catarina e adesão de outros estados ao PNCMB.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	5	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	35	unidade	15	31/12/2012

• **Publicar 10 Análises de Risco de Importação de Animais Aquáticos e Derivados**

Análise Situacional da Meta

No intuito de garantir a segurança zoossanitária dos recursos pesqueiros brasileiros e evitar a introdução de patógenos que impactem negativamente a sanidade dos animais aquáticos do país, o MPA publicou duas análises de risco de importação (ARI) uma para alevinos de tilápia originários de Singapura e destinados à reprodução e outra de camarão vermelho (*Pleoticus mülleri*) importado da Argentina e destinado ao consumo humano. Os desafios de elaboração das ARI concentram-se na capacitação de recursos humanos e literatura especializada. Para 2013, está planejado finalizar ao menos outras duas ARI.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

• **Publicar 10 planos de Contingência para doenças de Animais Aquáticos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, não foi publicado nenhum plano de contingência para doenças de animais aquáticos. Foi contratada consultoria especializada para levantamento de informações necessárias à elaboração dos referidos planos. Está programado publicar dois planos de contingência em 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• **Reconhecer 10 compartimentos ou áreas com condições sanitárias diferenciadas para doenças dos animais aquáticos**

**Análise Situacional da Meta**

Em 2012, não foi reconhecido nenhum compartimento ou área com condições sanitárias diferenciadas para doenças dos animais aquáticos. O alcance da meta é dependente de análises de amostras locais. Com a implementação da Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (RENAQUA) em 2012, o MPA passa a ter capacidade laboratorial para processar as amostras que garantirão a delimitação dos compartimentos ou áreas com condições sanitárias diferenciadas. Em 2013, coletas para envio à RENAQUA no intuito de reconhecer as primeiras áreas com condições sanitárias diferenciadas para doenças de moluscos estão previstas somente para o Estado de Santa Catarina, que celebrou com o MPA convênio em sanidade pesqueira e aquícola.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Indicador de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Agropecuária (número de projetos de P&D e de TT)	unidade	31/05/2011	782	31/03/2012	884
Indicador de desenvolvimento científico, tecnológico e de transferência de tecnologia nas regiões cacaueiras (número de projetos de P&D, TT e tecnologias disponibilizadas)	unidade	31/12/2010	292	31/12/2012	296
Índice de Conservação Ambiental - ICA das propriedades rurais assistidas nas regiões cacaueiras	%	31/12/2010	56	31/12/2012	61,4
Índice médio de Impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano	número índice	30/04/2011	0,63	31/03/2012	0,78
Índice médio de Impacto Social das tecnologias geradas e avaliadas no ano	número índice	30/04/2011	1,98	31/03/2012	2,01
Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano	unidade	30/04/2011	93.442	31/03/2012	75.326
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa no ano	unidade	31/05/2011	1.703	31/03/2012	1.920
Participação das Empresas e Instituições de Ciência e Tecnologia Agropecuárias nos Processos de Inovação	%	01/01/2011	17,64	01/01/2011	17,64
Produtividade agrícola dos grãos	kg por ha	31/12/2010	3.149,8	31/12/2012	3.265,3
Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R\$) aplicado	R\$	30/04/2011	9,35	31/03/2012	8,62
Volume de produção de cacau processada por organizações de produtores nas regiões cacaueiras	%	31/12/2010	0,1	31/12/2012	0,542

Observações:

Indicador de desenvolvimento científico, tecnológico e de transferência de tecnologia nas regiões cacaueiras (número de projetos de P&D, TT e tecnologias disponibilizadas) - Dados consolidados no exercício apreciado confirmam 142 projetos de pesquisas em áreas temáticas diversas elaborados (destes 132 executados), 122 pesquisas validadas e consumadas como projetos de transferência de tecnologias em execução e 42 tecnologias disponibilizadas no ano.

Índice de Conservação Ambiental - ICA das propriedades rurais assistidas nas regiões cacaueiras - A consolidação da base de informações gerenciais dos imóveis rurais assistidos pela CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - nas regiões cacaueiras constatou índice de conservação ambiental - ICA de 61,0%. A apuração consiste na aplicação de formula específica já implantada no SisCENEX - Sistema de Gerenciamento das Ações de Extensão Rural, que avalia o coeficiente de cobertura vegetal conservacionista instalada nas propriedades assistidas.

Índice médio de Impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano - Indicador apurado no Balanço Social 2011 da Embrapa (apuração mar/2012 - ano base 2011).

Índice médio de Impacto Social das tecnologias geradas e avaliadas no ano - Indicador apurado no Balanço Social 2011 da Embrapa (apuração mar/2012 - ano base 2011).



Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano - Indicador apurado no Balanço Social 2011 da Embrapa (apuração mar/2012 - ano base 2011).

Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa no ano - Indicador apurado no Balanço Social 2011 da Embrapa (apuração mar/2012 - ano base 2011).

Produtividade agrícola dos grãos - A produtividade considerada para as culturas avaliadas foi baseada na média dos últimos três anos, excetuados os anos atípicos. Ficou evidenciado ganho de produtividade de grãos produzidos por hectares, como resultado do constante investimento e incorporação de tecnologia pelos agricultores brasileiros.

Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R\$) aplicado - Indicador apurado no Balanço Social 2011 da Embrapa (apuração mar/2012 - ano base 2011).

Volume de produção de cacau processada por organizações de produtores nas regiões cacaueiras - A consolidação do resultado do indicador consistiu na apuração da relação percentual entre o volume de produção de cacau processado em pequenas plantas gerenciadas pelos produtores - 133 toneladas no ano, e o volume total de cacau processado no país - 245.040 toneladas no ano.

OBJETIVO: 0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A competitividade de segmentos importantes para o desenvolvimento social e econômico do país exige investimentos contínuos em avanços científicos e tecnológicos. Isso é particularmente verdade para o agronegócio, no qual o Brasil alcançou níveis de competitividade que o colocam entre os líderes mundiais do setor, em função da capacidade do país de gerar conhecimento científico e tecnológico próprio.

A capacidade demonstrada pela Embrapa de produzir conhecimento científico e tecnológico para atender as demandas, solucionar problemas e abrir oportunidades, foi parte importante e necessária para alcançar esse desempenho.

No ano de 2012 foi conduzida uma carteira com 884 projetos de pesquisa e desenvolvimento e transferência de tecnologia. Esses projetos geraram uma série de novas tecnologias, dentre as quais destaca-se algumas que contribuíram para a agregação de valor a agricultura brasileira, como: nove novas cultivares de fruteiras; a BRS Carimbó de cupuaçu - com resistência à vassoura-de-bruxa, principal doença da cultura; a BRS Platina de banana com resistência ao mal-do-Panamá e tolerância à sigatoka-amarela; a BRS Rubi do Cerrado, de maracujá; as cultivares BRS Fascínio e BRS Regalo, de pêssego; as cultivares BRS Vitória e BRS Magna de uva, indicadas respectivamente para consumo in natura e elaboração de sucos; e a cultivar de limão tahiti BRS Passos. Foram, ainda, lançadas cultivares de soja, feijão, arroz, trigo, milho, sorgo e milheto, adaptadas a diversas regiões brasileiras.

A Embrapa vem também trabalhando com a biofortificação de alimentos, objetivando a segurança alimentar da população brasileira. Em 2012 foram selecionadas mais algumas cultivares para a produção de alimentos biofortificados, como: a cultivar Jari de mandioca, de polpa amarela, macia e rápido cozimento, com até nove microgramas de betacaroteno (pró-vitamina A) por grama em raízes frescas; o feijão com o dobro de ferro; a batata-doce alaranjada com elevada concentração de vitamina A; e o arroz polido com altos teores de zinco.

Outra vertente deste objetivo é a transferência de tecnologia (TT), baseada principalmente na capacitação de agentes multiplicadores de TT. Estas ações são focadas, principalmente, nos programas do Governo Federal como o Brasil Sem Miséria. Em 2012, os cursos de capacitação da Embrapa e parceiros contemplaram cerca de 5.000 agentes.

Metas 2012-2015

• Desenvolver plataforma funcional de validação de novos genes (Programa ABC)

Análise Situacional da Meta

O desenvolvimento da plataforma funcional de validação de novos genes faz parte do escopo de ações de pesquisa e transferência de tecnologias que visam atender ao Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC). Esta



meta deverá ser atendida por meio de um projeto a ser executado e gerenciado no âmbito da carteira de projetos da Embrapa.

O ano de 2012, conforme planejamento inicial, foi dedicado a delinear as linhas gerais do projeto e a composição de um grupo de trabalho (GT) que definirá as ações da Embrapa. Considera-se que, com este esforço, tenha se cumprido 10% da meta.

De forma complementar e associada a esta meta da plataforma funcional, a Embrapa assinou em dezembro/2012 um acordo de cooperação técnica com a Unicamp para trabalho em uma unidade mista de pesquisa, que atuará no desenvolvimento de pesquisas em genética e biotecnologia, o que contribuirá significativamente para avançar na validação de genes com vistas a mitigar os efeitos das mudanças climáticas previstas.

Ao mesmo tempo, em 2013, iniciar-se-á o trabalho de um GT de Adaptação, interministerial, do qual o MAPA e a Embrapa fazem parte. Durante os trabalhos do GT serão discutidas as interfaces e demandas para essa nova plataforma.

A execução da meta está dentro do previsto e a expectativa é que em 2013 o projeto esteja pronto e seja dada continuidade às reuniões gerenciais do GT e da futura equipe do projeto no âmbito da Embrapa.

• **Estabelecer 2 (dois) cenários de referência nacionais para Recuperação de Pastagens Degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta**

Análise Situacional da Meta

Para o estabelecimento de cenários de referência nacionais para a recuperação de pastagens degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), constituiu-se em 2012 um Grupo de Trabalho, que desenvolveu e finalizou uma proposta de portfólio corporativo, com a estruturação dos seguintes componentes: arranjos produtivos e manejo dos sistemas de ILPF; análise socioeconômica de sistemas de ILPF; indicadores de serviços ambientais e de qualidade socioambiental; melhoramento genético para ILPF; e transferência de tecnologias.

Soma-se aos trabalhos de constituição de cenários a articulação de um projeto de Transferência de Tecnologia, ora denominado “Rede de Fomento em ILPF” que conta com a participação da Embrapa e de instituições privadas, o que reforça as parcerias e enaltece a importância do tema. Este projeto terá uma abrangência nacional, o que permitirá uma estratégia de transferência de tecnologia mais compartilhada.

Nesta nova versão do projeto, todos os estados e o Distrito Federal foram agrupados em sete regiões, observando a homogeneidade das características locais, o que subsidiará a composição dos cenários considerando as especificidades. Além das regiões, serão trabalhadas em projetos componentes a sistematização de indicadores, a avaliação da adoção e de impactos dos sistemas de ILPF e a comunicação e marketing.

Associada a esta meta dos cenários, também está em desenvolvimento a iniciativa de estabelecer sistemas integrados piloto (lavoura/pecuária/florestas) no bioma amazônico, onde serão monitorados indicadores de sustentabilidade das atividades antrópicas (dinâmica de água, de carbono, de microclima, de pragas e doenças, entre outros). Com esta perspectiva, em 2012, duas Unidades da Embrapa (CNPMA e CPAMT) iniciaram a proposição de indicadores e métricas de sustentabilidade em sistemas-piloto, os quais também apoiarão as ações relativas ao Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).

Em relação à recuperação de pastagens degradadas, para a constituição do cenário, a verificação e determinação de indicadores da sustentabilidade da produção em pastagens e na produção animal têm sido tema de vários projetos de pesquisa, pois é fundamental para a tomada de decisões de manejo a fim de prevenir ou reverter a queda da produtividade. Neste ponto está o grande desafio que a pesquisa terá que esclarecer para a compreensão e solução do problema da degradação das pastagens.

A Embrapa tem concentrado esforços tanto na Pesquisa, como na Transferência de Tecnologia e, em 2012, promoveu uma articulação para a discussão do tema e elaboração de projetos priorizando unidades da Embrapa na Região Centro-Oeste, envolvendo ações para um conjunto de tecnologias que podem contribuir para o cumprimento das responsabilidades da Embrapa no âmbito do Plano ABC. Como ilustração, tem-se o projeto “Transferência de Tecnologias do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) na Região Centro-Oeste - Fase 1 (até 2015)”.



O objetivo centrou-se no auxílio às ações que as unidades já realizam no âmbito do Plano ABC, buscando ampliar o impacto das mesmas, e auxiliando na constituição de um cenário para a recuperação de pastagens degradadas. Outras regiões serão contempladas como estratégia corporativa da empresa.

Diante do exposto, estima-se que com a consolidação da proposta de criação do portfólio ILPF, a finalização de um projeto da rede de fomento em ILPF, o estabelecimento de sistemas integrados piloto, as articulações em P&D e Transferência de Tecnologia para ILPF e recuperação de pastagens degradadas, 30% das ações direcionadas para composição dos cenários já foram realizadas.

• **Executar uma carteira de P&D e TT com, em média, 750 projetos ao ano**

Análise Situacional da Meta

A programação da Embrapa é formada por projetos que buscam encontrar respostas aos grandes desafios nacionais, de projetos que tragam competitividade e sustentabilidade para o setor agropecuário, projetos de transferência de tecnologia e de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar e à sustentabilidade do meio rural. No ano de 2012 foram executados um total de 884 projetos, sendo 662 totalmente financiados com recursos da Embrapa e mais 222 co-financiados por outras instituições, públicas ou privadas. A meta está com execução normal, dentro do cronograma previsto.

Foi implementada neste ano a gestão temática da programação com a instituição dos portfólios de PD&I em temas estratégicos. Entre eles, estão os portfólios de inovações para o setor sucroalcooleiro-energético, de agricultura e mudanças climáticas, de monitoramento da dinâmica do uso das terras no Brasil e de sistemas de produção de base ecológica. Outros temas que estão sendo estruturados em portfólios são integração lavoura-pecuária-floresta e fixação biológica de nitrogênio, aquicultura, controle biológico, entre outros.

Quantidade alcançada

884

Data de Referência

21/01/2013

OBJETIVO: 0845 - Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A estratégia de execução do objetivo consistiu num contínuo intercâmbio dos processos de inovações tecnológicas e transferência de tecnologia entre os centros de pesquisas regionais, de forma a atender o foco de elevação da renda dos agronegócios regionais por meio da produção de excedentes exportáveis, contribuindo, por conseguinte para a geração de empregos no campo, a promoção do desenvolvimento socioeconômico regional e o ingresso de divisas no País.

Constatou-se nesse processo o desenvolvimento de competências locais visando agregar maior valor aos produtos agrícolas, por meio da verticalização, do licenciamento socioambiental e de conceitos voltados às demandas do mercado. Ampliou-se a competitividade das cadeias produtivas de cacau, borracha, dendê e outros produtos nas regiões produtoras de cacau do Brasil, evidenciando um novo diferencial de qualidade no aspecto da conservação produtiva, bem como na ênfase aos processos de inclusão sócio-produtiva e de promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

Os esforços da iniciativa e ação de geração e adaptação de tecnologias compõem um portfólio de pesquisas avançadas em genética, biologia molecular, fitopatologia, fisiologia da produção, fertilidade, agroecologia, sistemas agroflorestais, biocontrole, socioeconomia e tecnologias de processamento. Dados consolidados no exercício apreciado confirmam 142 projetos de pesquisas elaborados em áreas temáticas diversas, destes 132 em desenvolvimento, consumando-se a validação de 122 pesquisas desenvolvidas e convertidas em projetos de transferência de tecnologias, com 42 tecnologias disponibilizadas no ano. Destacam-se no contexto os processos de pesquisas e de qualificação da transferência de tecnologia, a seguir:



- Criação e registro, tanto para a agricultura convencional como para a orgânica, do Biofungicida Tricovab, com alto potencial de controle do fungo da vassoura de bruxa, sem resíduos químicos;
- Continuação do sequenciamento do genoma do patógeno *Moniliophthora perniciosa* e do hospedeiro *Theobroma cacao*; ambos os tópicos citados inauguram uma nova estratégia de controle de pragas do cacau;
- Validação de atributos de melhoramento à série de clones tolerantes às doenças: 39 cultivares registrados; com relação a recursos genéticos, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) mantém os bancos de germoplasma (ex-situ) em estações experimentais localizadas nos estados da Bahia, Pará e Rondônia, contendo 5.538 acessos: 4.452 clonais e 1.086 seminais, ocupando área total de 70 hectares.
- Desenvolvimento de tecnologia de processamento de chocolate fino e de equipamentos para pequenas plantas industriais, contribuindo assim para um novo salto tecnológico na agroindústria regional e na capacitação de produtores e de mão-de-obra na verticalização da produção: 133 toneladas de cacau já processadas em pequenas agroindústrias regionais.
- Implantação de 21 unidades demonstrativas ou unidades de referência tecnológica (URT), em parceria com os produtores rurais, em sistemas de produção e manejo integrado de pragas;
- Realização do III Congresso Brasileiro de Cacau e a II Reunião Técnica do Programa Internacional de Prevenção e Controle da Monilíase do Cacau, significando marco relevante da área de inovação durante o exercício de 2012.

As ações de Pesquisa & Desenvolvimento integradas a Assistência Técnica e Extensão Rural estimularam a retomada da produção e produtividade das propriedades agrícolas, com reflexos na dinamização das cadeias produtivas regionais, manutenção do parque moageiro do cacau e níveis de processamento, com redução consequente da importação de matéria-prima para o setor chocolateiro.

O resultado estratégico desse esforço se traduz na elevação da meta de produtividade média do cacau de 315kg para 375kg por hectare/ano, que se reflete no aumento da produção nacional de cacau de 202 mil toneladas em 2008 para 257.417 toneladas em 2012 (IBGE, jan/2013), representando incremento da ordem de 27,43% em relação ao ciclo do PPA 2008-2011. Esta situação reanima o setor, ao recolocar o país no cenário da cacaucultura mundial.

O desafio da cacaucultura no Brasil a partir de 2013 estará realçado em dois flancos definidos pelo Plano de Gestão Estratégica da CEPLAC e contemplado no PPA: de um lado os esforços para recuperação do parque produtivo da Bahia e Espírito Santo, com potencial instalado de incremento rápido da produção física de amêndoa pela elevação da produtividade e qualidade dos produtos; de outro os estados do Norte registrando franca expansão das áreas plantadas e colhidas, com expectativa de incremento em até 10 mil hectares/ano até o final da década em curso. Alinhado aos esforços de inovação e difusão tecnológica, assistência técnica e crédito rural e repactuação de dívidas dos produtores, encontra-se em curso a validação de atributos de melhoramento da série de clones tolerantes às doenças (39 cultivares registrados) com foco na recuperação de cacauais na Mata Atlântica e na produção e distribuição anual de 24 milhões de propágulos de espécies diversas (com destaque para 20 milhões de sementes de cacau distribuídas por ano nos estados do Norte), contribuindo assim para a recuperação e expansão de sistemas agrossustentáveis, em consonância com o Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).

Consolidada a análise do monitoramento das ações no exercício em apreço, verifica-se significativa melhoria nos níveis de execução da meta física, com desempenho final superior ao programado para o ano de 2012. A realização foi de 122 pesquisas desenvolvidas no período, com índice de alcance de 122% diante da meta programada de 100 pesquisas.

Metas 2012-2015

• Incrementar a produção nacional de cacau de 234 mil para 334 mil toneladas nas regiões cacaueiras

Análise Situacional da Meta

A meta apresenta tendência de crescimento continuado considerando-se os índices apurados dentro do ciclo histórico do último PPA e do exercício de 2012.

O resultado estratégico se traduz na elevação da produtividade média do cacau de 315kg para 375kg por hectare/ano,



que se reflete no aumento da produção nacional de cacau de 202 mil toneladas em 2008 para 257.417 toneladas em 2012 (IBGE, jan/2013), representando incremento de 27,43%.

Quantidade alcançada

257.417

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	805	TON	576	31/12/2012
Região Nordeste	208.818	TON	160.209	31/12/2012
Região Norte	116.242	TON	88.323	31/12/2012
Região Sudeste	8.402	TON	8.309	31/12/2012

• **Incrementar a produtividade de cacau de 360 Kg/ha para 480 Kg/ha das regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia**

Análise Situacional da Meta

Os dados apurados no exercício confirmam a tendência de elevação continuada dos níveis de produtividade média do cacau no Brasil. Conforme dados do IBGE considerou-se, no âmbito dos Biomas Amazônico e de Mata Atlântica, uma área colhida de 686.131 hectares de cacaueiros para uma produção alcançada de 257.417 toneladas de amêndoas de cacau seco para a safra de 2012 (dados consolidados pelo IBGE no fechamento do exercício). Constata-se elevação significativa dos níveis de produtividade na Amazônia, particularmente no estado do Pará, bem como recuperação gradual na Bahia, onde se situa o maior parque produtivo do País.

Os níveis de produtividade dos cacaueiros no Bioma da Mata Atlântica, ainda aquém do programado, é consequência do fenômeno da praga vassoura de bruxa, instalada nos cultivos da Bahia e Espírito Santo desde o final da década de 1980. Diante deste quadro gerador de acentuada e prolongada crise na economia do cacau, concomitante com a baixa disponibilidade de crédito e investimentos no setor, construiu-se uma nova estratégia e cenário prospectivo para o período de até 2022.

A quantidade alcançada da meta refere-se à produtividade média nacional apurada em 2012 tendo como referência a produção nacional consolidada (257.417 toneladas) dividida pela área de cacau colhida nacionalmente (686.131 ha), resultando na produtividade média nacional de 375,17Kg de amêndoas de cacau seco por hectare de cacaueiro colhido. (dados do IBGE, jan 2013). A apuração da regionalização da meta é uma aferição para cada bioma. No Bioma Amazônia foram alcançados 683 kg/ha e no Bioma Mata Atlântica 303 kg/ha.

Quantidade alcançada

375

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	480	kg/ha	683	31/12/2012
Bioma Mata Atlântica	480	kg/ha	303	31/12/2012

OBJETIVO: 0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo foca a modernização da infraestrutura organizacional com investimentos que garantirão avanços importantes nas condições para a execução da programação de pesquisa da Embrapa e das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs), prevista para os próximos anos.



Há três metas relacionadas com este objetivo. A primeira meta, que diz respeito à implantação da Unidade Quarentena Vegetal (DF), alcançou o percentual de 25%. Em 2012, destacam-se como principais marcos desta meta: a contratação de empresa para elaboração dos projetos complementares e planta baixa; entrega dos projetos à Embrapa; publicação do edital de licitação das obras civis e conclusão da licitação. Além disso, foram elaborados os termos de referência de aquisição de veículo e equipamentos de laboratório.

Além do esforço de estruturação de recursos físicos, procurou-se reforçar a importância do conceito 'multiusuário', reduzindo custos, desperdícios e redundâncias. A excelência operacional da Embrapa será, cada vez mais, medida pela sua capacidade de produzir inovações de forma transversal, integrada e sinérgica. Nesse sentido, foi instalado em Fortaleza, na Embrapa Agroindústria Tropical, o Laboratório Multiusuário de Química de Produtos Naturais, que atende não somente a Embrapa, como diversos parceiros públicos e privados.

Em relação à segunda meta "Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através da formação de Profissionais em nível de pós-graduação, beneficiando 70 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa" a Embrapa atingiu um percentual de 80% de alcance da meta. Vale destacar que vem diminuindo a demanda de investimento em formação em nível de doutorado e aumentando a demanda por pós-doutorado.

Já a terceira meta relacionada a cursos de curta duração teve um percentual de alcance de 80% do valor estabelecido, com um número de 4.483 empregados treinados, frente aos 5.550 que foram planejados originalmente.

Metas 2012-2015

• Implantar a unidade Embrapa Quarentena Vegetal (DF)

Análise Situacional da Meta

Em relação à implantação da Embrapa Quarentena, em 2012 as ações foram concentradas nos processos de contratação do projeto, licitação das obras e credenciamento da Unidade. Foi feita a elaboração dos projetos complementares e a planta baixa, por meio de empresa contratada em processo licitatório. Embora tenha havido um atraso por parte da empresa contratada, não houve comprometimento do cronograma. O processo de licitação para execução das obras foi concluído em dezembro de 2012, com valor de R\$ 11.280.173,03.

Foram adquiridos seis quarentenários (casas de vegetação) no valor total de R\$ 2.699.000,00 e as licenças de instalação da Unidade já foram solicitadas ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (IBRAM), bem como o credenciamento junto ao MAPA, atendendo assim as exigências legais para a atuação da Unidade.

Em relação à estruturação e instrumentação, foi feito o termo de referência para aquisição de mobiliário de escritório, restante dos equipamentos de laboratório e bancadas de laboratórios.

• Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através da formação de Profissionais em nível de pós-graduação, beneficiando 88 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa

Análise Situacional da Meta

Esta meta trata do ingresso de empregados da Embrapa e das OEPAs em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu em 2012. As áreas e subáreas priorizadas para pós-graduação em 2012 foram definidas no âmbito de cada Unidade, dentre as constantes dos Planos Diretores da Embrapa e das Unidades (PDE e PDUs), e de acordo com o Edital nº01 de 2011, do Processo Seletivo de Pós-Graduação 2011/2012.

Considerando-se o foco estratégico e prospectivo, alinhado aos documentos estratégicos da Empresa, as áreas aprovadas para os cursos de pós-graduação em 2012 podem ser entendidas como portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico. São exemplos de áreas que tiveram empregados incorporados em 2012: agroenergia, bioinformática e metagenômica.

Quanto aos cursos de pós-graduação stricto sensu, verificou-se que 18 empregados da Embrapa iniciaram seus cursos de mestrado no País. Em relação ao doutorado no País, iniciaram seus cursos 19 profissionais da Embrapa e 3 das OEPAS. Já em programas de doutorado no exterior, ingressaram 6 empregados da Embrapa. Em 2012, um total de



121 profissionais estavam realizando curso de pós-graduação, sendo 35 mestrados e 86 doutorados, 92 no País e 29 no exterior.

Constatou-se também que 24 empregados da Embrapa iniciaram o pós-doutorado em 2012, sendo 3 no país e 21 no exterior. Além disso, 28 empregados que iniciaram o pós-doutorado em 2011 o concluíram em 2012, sendo 25 no exterior e 3 no País. O aumento no número de empregados que ingressaram em cursos de pós-doutorado em relação à meta justifica-se em função da renovação do quadro de empregados da empresa, com a contratação de pesquisadores com formação de doutorado. Desta forma, a demanda por investimento em doutorado vem sendo substituída pela demanda por pós-doutorado. Tal fato leva à necessidade de reprogramar a meta anual de pós-doutorado no período 2013-2015, de 15 empregados para 25.

Apesar de a meta abranger empregados da Embrapa e das OEPAs para as ações de pós-graduação lato e stricto sensu, bem como o pós-doutorado, os empregados das OEPAs tem participado apenas das ações de pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado) de acordo com as normas vigentes.

Em relação aos cursos de especialização lato sensu, não foram realizadas novas incorporações, tendo em vista a priorização da revisão e normatização do processo, seguindo orientações da Assessoria Jurídica da Embrapa. A elaboração da norma está em andamento e deverá ser publicada em 2013. Contudo, em dezembro de 2012, 39 empregados da Embrapa, que ingressaram em anos anteriores, estavam com o curso de especialização em andamento.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

21/01/2013

- **Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através do aperfeiçoamento de profissionais via cursos de curta duração, beneficiando 5.550 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa**

Análise Situacional da Meta

Esta meta visa capacitar empregados em cursos de curta duração no país, individuais ou coletivos, presenciais ou a distância, de caráter técnico ou gerencial. O foco dos treinamentos de curta duração em 2012 foi estabelecido pelos Chefes Gerais das Unidades, em conjunto com a Diretoria Executiva, levando em consideração o Plano de Metas de cada Unidade.

Até a primeira quinzena de janeiro de 2013, foram verificados que 4.483 empregados da Embrapa tinham realizado cursos de curta duração em 2012. Além destes, destaca-se que 387 empregados tiveram cursos de idiomas custeados pela Empresa em 2012, porém estes não são considerados no cumprimento da meta, porque este tipo de treinamento ainda não foi cadastrado no Sieve (Sistema de Eventos).

A redução do número de empregados contemplados em ações de curta duração, em relação à meta, justifica-se pelo realinhamento do processo internamente, o que atrasou o seu início, concentrando sua execução no segundo semestre de 2012.

Ressalta-se que, no ano de 2012, a Embrapa concluiu o desenvolvimento de quatro novos cursos a distância, com conteúdos customizados para a realidade da Empresa, a saber: Redes Parceiras e Alianças para Inovação Tecnológica, Proteção Intelectual para o Setor Agropecuário, Gestão para Resultados e Desempenho Individual por Resultados.

Apesar de a meta prever a formação de empregados da Embrapa e das OEPAs, as ações de capacitação de curta duração em 2012 ficaram restritas aos empregados da Embrapa tendo em vista a dificuldade de se operacionalizar a aquisição de cursos de curta duração para empregados externos, em virtude de questões jurídicas.

Quantidade alcançada

4.483

Data de Referência

21/01/2013



OBJETIVO: 0968 - Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Constata-se que a dinamização do objetivo se consolida por meio das iniciativas e ações extensionistas rurais desenvolvidas pela Ceplac/MAPA nos territórios rurais das regiões cacaueiras do Brasil, revelando-se forte inserção junto às comunidades rurais, em especial nos segmentos da agricultura familiar. A forma de implementação, além do enfoque nas metodologias participativas, priorizou a transferência de conhecimentos tecnológicos e gerenciais, a organização socioproductiva e o uso sustentável dos recursos naturais, tendo como eixos a conservação produtiva, a verticalização da produção e a construção de redes de comercialização.

Avançou-se na superação de gargalos intrínsecos ao desenvolvimento rural nas regiões, especialmente a repactuação de dívidas dos produtores rurais, a qualificação de metodologias de transferência e difusão de tecnologias através das unidades demonstrativas e a instalação de sistemas agroflorestais (implantados participativamente com os agricultores). Estas iniciativas estimularam a retomada da produção e produtividade dos imóveis rurais, com reflexos na dinamização das cadeias produtivas regionais, manutenção do parque moageiro do cacau e dos níveis de processamento, com redução consequente da importação de matéria-prima para as indústrias processadoras de chocolate.

O registro consolidado de atendimento direto às unidades produtivas (assistência técnica) alcança a superfície de 683.983 hectares, considerando os cultivos definidos na estratégia institucional como cultivos foco das ações e do objetivo: cacau, seringueira e dendê.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 5.300 para 7.000 o número de produtores associados em organizações nas regiões cacaueiras**

Análise Situacional da Meta

O alcance do resultado com índice superior à meta estabelecida é decorrência da priorização de metodologias coletivas e atendimento preferencial às organizações associativas do campo, em particular junto ao público da agricultura familiar.

Evidencia-se melhoria na participação associativa e na eficácia de gestão do sistema associativo e/ou cooperativista rural, com saldos positivos na elevação da competitividade e da oferta de produtos e serviços, por meio de esforço solidário na verticalização e integração das cadeias produtivas regionais. Isto, favorecido pelo atual contexto do campo brasileiro, que tem influenciado sobremaneira o crescimento das demandas de organização social e produtiva, bem como de ampliação do acesso aos programas e políticas públicas transversais.

Além de 48.763 produtores atendidos diretamente nos imóveis rurais, registra-se a existência de 949 organizações associativas acompanhadas no exercício, com 8.767 agricultores associados beneficiados. Promoveu-se o acesso dos Agricultores Familiares ao crédito qualificado do PRONAF, bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Governo Federal.

Quantidade alcançada

8.767

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	138	unidade	110	31/12/2012
Região Nordeste	2.393	unidade	7.317	31/12/2012
Região Norte	4.279	unidade	1.250	31/12/2012
Região Sudeste	190	unidade	90	31/12/2012



• **Ampliar de 53 mil para 70 mil o número de produtores atendidos por ATER nas regiões cacaueiras**

Análise Situacional da Meta

Consolidada a análise das informações do exercício, mesmo considerando algumas adversidades apontadas pelos coordenadores de ação estaduais (CAEs), registra-se atendimento direto pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER a 48.763 produtores rurais, aferindo índice de 87,9% em relação ao previsto corrigido para o exercício, 55.501. A meta realizada ficou aquém do programado.

A extensão rural desenvolvida pela Ceplac está integrada à dinâmica do desenvolvimento territorial, incluindo produtiva e socialmente agricultores familiares, quilombolas, indígenas e ribeirinhos em 17 territórios da cidadania e 5 territórios rurais de identidade, com envolvimento direto de cerca de 70 mil produtores rurais inclusos no Programa e apoio técnico e associativo a cerca de 900 cooperativas e associações rurais, de um público alvo demandante superior a 150 mil agricultores.

Em sintonia com as demandas territoriais, o Centro de Extensão da Ceplac na Bahia tem atuado na perspectiva do fortalecimento da agricultura familiar, com especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório para os centros urbanos, a partir de ações que venham favorecer a permanência do jovem na propriedade, com trabalho, renda e cidadania. Para tanto, tem estimulado a constituição de empreendimentos produtivos por jovens rurais. Uma das ações é a formação de jovens em organização social e produtiva: já foram formados 349 jovens rurais em 08 turmas, com 124 horas de conteúdo. Objetivando ainda qualificar as metodologias de extensão rural, foram implantadas 21 unidades demonstrativas ou unidades de referência tecnológica (URTs), em parceria com os produtores rurais, em sistemas de produção e manejo integrado de pragas.

Quantidade alcançada

48.763

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.373	unidade	1.570	31/12/2012
Região Nordeste	23.934	unidade	16.873	31/12/2012
Região Norte	42.790	unidade	29.037	31/12/2012
Região Sudeste	1.902	unidade	1.283	31/12/2012

• **Ampliar de 649,4 mil ha para 696,4 mil ha a área assistida de cacau, dendê e seringueira**

Análise Situacional da Meta

A meta consiste no atendimento direto às unidades produtivas pelos serviços de assistência técnica e extensão rural, considerando-se a superfície em hectares dos cultivos definidos na estratégia institucional como cultivos foco das ações e do objetivo: cacau, seringueira e dendê. A quantidade apurada de atendimento direto às unidades produtivas contemplou cobertura de assistência técnica a uma superfície de 683.983 hectares, somando-se as áreas dos 3 cultivos priorizados.

A distribuição da área assistida atende à seguinte regionalização, conforme registro da base de dados dos indicadores de resultados estratégicos: Centro Oeste - 1.170 hectares de cacau no Mato Grosso; Nordeste: Cacau - 450.000ha; Dendê - 17.291ha e Seringueira - 14.290ha, de cultivos instalados no estado da Bahia; Norte: AM - 10.800ha de cacau; PA - 128.669ha de cacau e RO - 40.762ha de cacau e, Sudeste - 21.000 hectares de cacau no Espírito Santo.

Quantidade alcançada

683.983

Data de Referência

31/12/2012



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.013	ha	1.170	31/12/2012
Região Nordeste	522.044	ha	481.581	31/12/2012
Região Norte	151.328	ha	180.232	31/12/2012
Região Sudeste	21.005	ha	21.000	31/12/2012

OBJETIVO: 0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

As metas físicas previstas para 2012 foram atingidas em quase sua totalidade, tendo como principais realizações os benefícios gerados aos produtores, técnicos e à sociedade, através do aumento da produtividade, agregação de valor, geração de emprego e renda e promoção do desenvolvimento sustentável.

Visando prover mais recursos e potencializar os esforços, articulações têm sido feitas com outros órgãos e instituições parceiras, por meio de termos de cooperação, convênios e parcerias.

Metas 2012-2015

• Ampliar de 1658 para 2298 o número de cultivares protegidas

Análise Situacional da Meta

As metas estabelecidas inicialmente para 2012 foram reprogramadas de 160 para 232 cultivares protegidas, perfazendo o total de 2069 cumulativamente, devido aos ensaios de Distingibilidade, Homogeneidade e Estabilidade - DHE que foram iniciados na safra agrícola 2011/12 e finalizados no ano de 2012. A meta reprogramada foi atingida, resultando no alcance de 100% da meta física prevista para o ano. Deve-se ressaltar que o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC atua por demanda dos obtentores nacionais e internacionais, e as ações realizadas visando à divulgação da proteção de cultivares, bem como, a capacitação de fiscais federais e de obtentores estão permitindo o incremento no número de solicitações de pedidos de proteção, especialmente ornamentais e florestais.

Ressalta-se que o estímulo à inovação no campo do melhoramento vegetal proporcionado pela proteção de cultivares favorece a competição pelo lançamento de variedades que beneficiem os agricultores e atendam às necessidades dos consumidores. Assim, destacam-se os seguintes ganhos para a sociedade: (i) econômicos, como o aumento de produtividade, levando à diminuição de preços dos alimentos aos consumidores e ao aumento de qualidade dos produtos, agregando-se a estes um maior valor comercial; (ii) para a saúde, como produtos com maiores conteúdos nutricionais; e (iii) para o meio ambiente, pois, considerando que um dos principais focos do melhoramento de plantas é a obtenção de cultivares resistentes a pragas, a adoção dessas novas variedades pode levar a um menor uso de defensivos agrícolas.

Quantidade alcançada

2.069

Data de Referência

31/12/2012

• Ampliar de 65 para 150 o número de cadeias produtivas organizadas para o uso de indicações geográficas e marcas coletivas

Análise Situacional da Meta

A meta física prevista para 2012 era de 65 cadeias produtivas com ações de organização para uso de signos distintivos. No entanto, as atividades desenvolvidas atingiram um total de 50 cadeias, o que significa o alcance de 77% da meta



prevista para o ano e 33% da meta do PPA até 2015 (150 cadeias produtivas). Contribuíram para o alcance destes resultados inferiores à meta, a quantidade disponível de técnicos capacitados para atuar no tema e os recursos orçamentários disponíveis. Todavia, é factível o atingimento dos demais 67% da meta global prevista para o PPA, até 2015.

O uso de signos distintivos, como ferramenta de desenvolvimento rural, promove a melhoria organizacional dos produtores, da qualidade dos produtos, de agregação de valor, geração de emprego e renda no meio rural e incentivo de permanência dos produtores no campo.

No cenário internacional, como parte das negociações entre blocos da UE e MERCOSUL, a UE apresentou uma proposta de reconhecimento mútuo de Indicação Geográfica. As negociações estão em andamento.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30	unidade	8	21/12/2012
Região Nordeste	35	unidade	11	21/12/2012
Região Norte	15	unidade	5	21/12/2012
Região Sudeste	35	unidade	15	21/12/2012
Região Sul	35	unidade	11	21/12/2012

• Aprovar o Plano de Ações Estratégicas de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para a Agricultura e Alimentação - RGAA

Análise Situacional da Meta

Durante o primeiro ano de PPA, a partir de uma articulação com a sociedade civil, foi elaborada minuta de proposta para edição de Decreto Presidencial. Atualmente o processo está em discussão no Mapa.

• Aumentar de 110 para 150 o número de novas espécies no regime de proteção de cultivares

Análise Situacional da Meta

A programação inicial para 2012 era de aumentar para 120 descritores, mas já foram alcançadas 144 espécies passíveis de proteção no país. Assim, faltam apenas 6 descritores para atingir a meta total estabelecida no PPA 2012-2015.

Destacam-se os seguintes ganhos para a sociedade: (i) econômicos, com a inclusão de novas espécies no sistema de proteção de cultivares, ocorre o fortalecimento do agronegócio através da geração de empregos no setor; (ii) para a saúde, como produtos com maiores conteúdos nutricionais; e (iii) para o meio ambiente, pois, considerando que um dos principais focos do melhoramento de plantas é a obtenção de cultivares resistentes a pragas, a adoção dessas novas variedades pode levar a um menor uso de defensivos agrícolas.

Quantidade alcançada

144

Data de Referência

31/12/2012

• Cadastrar 100 empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão - AP

Análise Situacional da Meta

A meta física prevista para 2012 era de 88 empresas cadastradas. As atividades desenvolvidas atingiram um total de 125 instituições cadastradas, destas 88 são empresas, o que significa o alcance de 100% da meta física prevista para o ano e 90% da meta do PPA até 2015 (100 empresas cadastradas). Foram executadas ações para a organização das instituições que atuam com Agricultura de Precisão, com vistas à formação de um diagnóstico do setor e a regularização da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão, por meio de Portaria do MAPA, que culminaram na formação da referida Comissão.

**Quantidade alcançada**

88

Data de Referência

02/01/2013

- **Capacitar 200 profissionais em gestão, curadoria, pesquisa, fomento e agregação de valor de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação - RGAA**

Análise Situacional da Meta

A meta física prevista para 2012 era de 52 profissionais capacitados. As atividades desenvolvidas possibilitaram o alcance de 100% da meta física prevista para o ano e 26% da meta do PPA até 2015 (200 profissionais capacitados). Entre as ações executadas destaca-se o apoio dado ao II Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos e ao II Workshop de Redes de Curadores. Para o ano de 2013 está previsto a assinatura de novo Termo de Cooperação que apoie evento de capacitação em RGAA.

Quantidade alcançada

52

Data de Referência

02/01/2013

- **Capacitar 3.000 técnicos do setor em temas de inovação no âmbito do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA**

Análise Situacional da Meta

Não foi possível levantar as informações e mensurar os resultados relativos a essa meta no primeiro ano de implementação do PPA 2012-2015.

- **Implementar 12 projetos com foco em inovação no agronegócio (Propriedade Intelectual, Biotecnologia, Agricultura de Precisão-AP, Recursos Genéticos)**

Análise Situacional da Meta

A meta física prevista para 2012 era de 09 projetos implantados. As atividades desenvolvidas possibilitaram o alcance de 100% da meta física prevista para o ano e 75% da meta do PPA até 2015 (12 projetos implantados). Vale ressaltar que o valor de cada projeto foi reduzido com o intuito de atender a um maior número de instituições.

Os projetos implantados são:

- 1) Termo de cooperação com a Embrapa Cenargen para apoiar o II Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos.
- 2) Reedição de três publicações sobre Hortaliças Não Convencionais, sendo ao todo uma tiragem de 25.000 exemplares.
- 3) Termo de Cooperação com a Embrapa Tabuleiros Costeiros para apoiar a conservação de Germoplasmas de Coco da Bahia (parte do empenho será feito em 2013).
- 4) Termo de Cooperação com a Embrapa Uva e Vinho.
- 5) Termo de Cooperação com a UFSC para apoio a Indicação Geográfica.
- 6) Termo de Cooperação com a Embrapa Instrumentação, para reimpressão do livro: "Agricultura de Precisão - Um novo olhar".
- 7) Reedição das publicações Folder e Boletim de Agricultura de Precisão.
- 8) Termo de Cooperação com Embrapa Gado Leite para apoiar a realização do Workshop de Zootecnia de Precisão em Gado de Leite.
- 9) Termo de Cooperação com a UFSM para realização de curso de capacitação a distância em Agricultura de Precisão.

Para o ano de 2013 estão previstos novos Termos de Cooperação que visem à inovação no agronegócio.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

02/01/2013

PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Percentual do território com comitês interestaduais instalados	%	31/12/2010	13	31/12/2011	13
Percentual do território com planos de bacias interestaduais elaborados	%	31/12/2010	51	31/12/2011	51
Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável	%	31/12/2010	15	31/12/2011	9
Regulação - relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total para atendimento aos usos consuntivos (demanda existente estimada)	%	31/12/2010	64	31/12/2011	64
Uso dos recursos hídricos - percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica	%	31/12/2010	18	31/12/2011	24

Observações:

Percentual do território com comitês interestaduais instalados - Amazônica - 0% Paraguai - 0% Tocantins-Araguaia - 0% Paraná - 27% Uruguai - 0% Atlântico-Sul - 0% Atlântico-Sudeste - 66% São Francisco - 100% Atlântico-Leste - 0% Parnaíba - 0% Nordeste-Occidental - 0% Nordeste-Oriental - 15%

Percentual do território com planos de bacias interestaduais elaborados - Amazônica - 66% Paraguai - 0% Tocantins-Araguaia - 100% Paraná - 2% Uruguai - 0% Atlântico-Sul - 0% Atlântico-Sudeste - 66% São Francisco - 100% Atlântico-Leste - 0% Parnaíba - 0% Nordeste-Occidental - 0% Nordeste-Oriental - 0%

Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável - Amazônica - 0,3% Paraguai - 4% Tocantins-Araguaia - 4% Paraná - 19% Uruguai - 17% Atlântico-Sul - 20% Atlântico-Sudeste - 25% São Francisco - 13% Atlântico-Leste - 25% Parnaíba - 13% Nordeste-Occidental - 16% Nordeste-Oriental - 29%

Regulação - relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total para atendimento aos usos consuntivos (demanda existente estimada) - Amazônica - 7% Paraguai - 2% Tocantins-Araguaia - 81% Paraná - 88% Uruguai - 25% Atlântico-Sul - 37% Atlântico-Sudeste - 58% São Francisco - 100% Atlântico-Leste - 75% Parnaíba - 13% Nordeste-Occidental - 0% Nordeste-Oriental - 37%

Uso dos recursos hídricos - percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica - Amazônica - 0,4% Paraguai - 4% Tocantins-Araguaia - 8% Paraná - 36% Uruguai - 44% Atlântico-Sul - 60% Atlântico-Sudeste - 31% São Francisco - 64% Atlântico-Leste - 69% Parnaíba - 33% Nordeste-Occidental - 37% Nordeste-Oriental - 98%.

OBJETIVO: 0646 - Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 avançou-se na articulação com os Estados para o planejamento dos recursos hídricos, considerando os processos necessários ao alcance da meta "Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos - PERHs". Por meio de reuniões e ação de capacitação para orientar a elaboração dos termos de referência para a contratação de projetos para a elaboração dos PERHs intensificou-se a relação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com os Estados do AM, AP, GO, ES, MA, PA e RO, com vistas à articulação entre as esferas de planejamento de recursos hídricos (nacional, estadual e das bacias hidrográficas). Em relação à articulação com os demais Estados da Federação, com a política ambiental e com as políticas setoriais, o processo de implementação das Prioridades do Plano Nacional de



Recursos Hídricos (PNRH) para 2012-2015, que deve envolver os atores integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH e cuja coordenação está a cargo do MMA/SRHU, com o apoio da Agência Nacional de Águas (ANA/SPR), deverá contribuir para maiores avanços nesse sentido.

Para 2013 estão previstas 20 reuniões de Câmaras Técnicas e 4 reuniões plenárias, nas quais deverão ser analisadas pelo menos 5 propostas de normativos para a gestão de recursos hídricos.

Metas 2012-2015

• Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi apresentada demanda ao Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) para o lançamento do Edital nº 01/2012, com o objetivo de apoiar projetos para a elaboração de PERHs nos Estados da Região Hidrográfica Amazônica, que não possuem Planos. Apresentaram projetos os Estados do Amapá, Amazonas, Maranhão e Rondônia e todo foram considerados aptos (técnica e financeiramente) para a captação de recursos do FNMA. Espera-se em 2013 sejam firmados convênios do MMA com esses Estados, para o repasse de recursos com vistas à elaboração dos projetos de PERH, sendo que os Estados do MA e RO, em razão da qualidade técnica dos projetos apresentados, foram considerados prioritários pelo Conselho Deliberativo do FNMA.

Também é prevista a contratação de empresa para elaboração dos PERHs de Goiás e do Espírito Santo, por meio do Programa Interáguas. Ambos os Estados apresentaram propostas de Termos de Referências para orientar a contratação desses projetos pelo MMA, os quais encontram-se sob a análise do Banco Mundial.

O Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS é um programa de assistência técnica financiado pelo Banco Mundial, com foco voltado ao planejamento e à gestão do setor água, ao fortalecimento institucional, à elaboração de estudos e projetos, não prevendo investimentos em infraestrutura.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

• Implantar o Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH)

Análise Situacional da Meta

É prevista contratação de consultoria especializada, por meio do Programa Interáguas, para avaliar os primeiros anos da implementação do PNRH, assim como propor a atualização e o aprimoramento de gerenciamento, monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Espera-se que os trabalhos da consultoria estejam concluídos no segundo semestre de 2013, para dar início à sua aplicação junto aos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, ainda no segundo semestre.

• Qualificar 30.000 pessoas para participarem do processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram desenvolvidas diversas ações formativas para a capacitação de pessoas para atuarem no processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Os dados do alcance e os resultados obtidos por esses processo formativos estão em processo de consolidação.

OBJETIVO: 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, destacaram-se como principais avanços na implementação dos instrumentos de regulação e gestão de recursos hídricos:



- A cobrança pelo uso de recursos hídricos arrecadou recursos da ordem de R\$ 51,5 milhões, aplicados em projetos priorizados pelo Comitê, nas bacias cujo instrumento encontra-se implementado: Paraíba do Sul, São Francisco, Doce e Piracicaba Capivari Jundiá. Também destaca-se o apoio técnico para implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em duas novas bacias, nos rios Verde Grande (Região Hidrográfica São Francisco) e Paranaíba (Região Hidrográfica Paraná), com previsão de início em 2013.
- Ampliação do universo de usuários de recursos hídricos regularizados em 35%.
- Conclusão dos seguintes Planos de Recursos Hídricos e estudos: Plano da Bacia Hidrográfica (BH) do rio Paranaíba e seus afluentes; Proposta de Enquadramento de Corpos d'água da Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba e seus afluentes; Informe Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos 2012 e início da elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do rio Piranhas- Açú (PB/RN). Em relação às ações previstas para 2013, está a revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (MG, RJ e SP), que concentra 12% do PIB do País.
- Fortalecimento da capacidade de monitoramento hidrológico dos estados por meio da elaboração do Atlas de Vulnerabilidade às Inundações do Brasil, e implantação de salas de situação em 11 estados, com previsão de conclusão em 100% dos estados em 2013.
- Modernização de 166 estações hidrometeorológicas, correspondendo à aquisição de 475 equipamentos.
- Estruturação das ações para regulação da segurança de barragens, com elaboração do primeiro Relatório de Segurança de Barragens.

Metas 2012-2015

• Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram regularizados 1.076 usuários (35% da meta), inclusive na Bacia do Rio Paraíba do Sul, do Rio Doce e do Rio Mampituba.

Quantidade alcançada

1.076

Data de Referência

18/03/2013

• Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de 7 bacias)

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 1/3 da meta já foi alcançado por meio de estudo elaborado para subsidiar o Comitê de Bacia do Rio Paranaíba (R. H. Paraná) na implementação da cobrança no Rio Paranaíba. Esse estudo foi realizado com base na proposição de diretrizes e mecanismos para a cobrança, na simulação do potencial de arrecadação com base no Plano e dos impactos sobre os setores usuários e na avaliação sobre a sustentabilidade financeira da Agência de Bacia.

A implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias dos rios Verde Grande (R. H. São Francisco) e rio Paranaíba (R. H. Paraná) foi inserida no Projeto de Lei Orçamentária - PLOA de 2013, dando indicação de que a meta será alcançada já no próximo exercício.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Paraná	2	unidade	1	30/09/2012
Região Hidrográfica São Francisco	1	unidade	0	28/11/2012

• Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros



Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi executado a etapa Nordeste do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações, sendo realizados 9 Mapas estaduais (MA, CE, PI, RN, PB, PE, AL, SE, BA). Todos os demais estados brasileiros foram visitados e realizaram a indicação dos trechos inundáveis, informações essas que estão sendo consolidadas em mapas para divulgação no início de 2013. Também em 2012, as ações da ANA relativas ao Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e às Salas de Situação Estaduais, que visam a prevenção dos impactos de eventos hidrológicos críticos, passaram a integrar o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Desastres Naturais. O Plano foi lançado em 8 de agosto de 2012, como um esforço de diferentes instituições do governo federal para proteger vidas, garantir a segurança das pessoas, minimizar os danos decorrentes de desastres e preservar o meio ambiente. As ações da ANA inseridas no Plano se enquadram nos eixos Mapeamento (Atlas) e Monitoramento e Alerta (Salas de Situação).

As Salas de Situação Estaduais, apoiadas pela ANA e integradas à própria Sala da Agência, funcionam como centros de gestão de situações críticas, onde estão presentes o órgão gestor de recursos hídricos, instituto de meteorologia e Defesa Civil Estadual, e buscam identificar ocorrências e permitir a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos efeitos de secas e inundações. Ao longo deste ano, entraram em operação onze Salas nos estados do Acre, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe, somando-se às Salas de Alagoas e Pernambuco, que operam desde 2011. Os estados restantes encontram-se nas etapas finais de formalização dos acordos que possibilitarão a implantação de suas Salas de Situação, abrangendo, assim, todas as unidades da federação.

• Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012 a Agência Nacional de Águas - ANA elaborou o primeiro Relatório de Segurança de Barragens, instrumento da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) e atuou na regulamentação da Lei 12.334/2010. Foram iniciados, ainda, os estudos para a concepção do Sistema Nacional de Segurança de Barragens (SNISB).

Por meio de resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) foram estabelecidas as linhas gerais para a classificação de barragens quanto ao dano potencial associado, ao risco e as diretrizes para a implementação da PNSB e de seus instrumentos.

• Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional

Análise Situacional da Meta

A ANA tem realizado a aquisição, instalação e operação de equipamentos de hidrometria dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, auxiliando no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados.

Em 2012 foram modernizadas 166 estações hidrometeorológicas.

Quantidade alcançada

166

Data de Referência

18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	236	unidade	13	21/11/2012
Região Hidrográfica Atlântico Leste	60	unidade	5	21/11/2012
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	35	unidade	0	21/11/2012
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	34	unidade	21	21/11/2012
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	105	unidade	17	21/11/2012
Região Hidrográfica Atlântico Sul	65	unidade	24	21/11/2012



Região Hidrográfica Paraguai	110	unidade	1	21/11/2012
Região Hidrográfica Paraná	80	unidade	15	21/11/2012
Região Hidrográfica Parnaíba	35	unidade	5	21/11/2012
Região Hidrográfica São Francisco	81	unidade	28	21/11/2012
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	81	unidade	22	21/11/2012
Região Hidrográfica Uruguai	68	unidade	15	21/11/2012

OBJETIVO: 0662 - Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foram empreendidas ações para o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH por meio da capacitação, do apoio ao funcionamento dos Comitês e Agências de Bacia Hidrográfica e da articulação com os Estados.

Foram capacitadas 7.308 pessoas, entre participantes dos 9 comitês de bacias hidrográficas de rios de domínio da união, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. Em 2013, além da grande oferta de cursos, pretende-se aprimorar a qualidade dos materiais didáticos oferecidos.

Atualmente, estão em funcionamento 7 comitês de bacias hidrográficas de rios interestaduais, que têm recebido o apoio da ANA: Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiá; São Francisco; Doce; Paranaíba; Verde Grande; e Piancó-Piranhas-Açu. Registra-se, em 2012, o processo de instalação do Comitê BH do Rio Grande e do Rio Paranapanema. A articulação com os estados da Federação para fortalecer a gestão de recursos hídricos resultou na assinatura da Carta de Brasília em 2011, por 24 Estados. Desde então, a ANA elaborou os documentos-base do Pacto Nacional pela Gestão com os Órgãos Estaduais, visando a maior integração no âmbito do SINGREH.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos em gestão integrada de recursos hídricos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizados: 113 turmas de 49 cursos diferentes. No total foram capacitadas 7.308 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

18/03/2013

- **Consolidar o funcionamento de 5 Comitês em bacias de rios de domínio da União**

Análise Situacional da Meta

Foram estruturados os CBH do Rio Grande e Paranapanema.

Em agosto de 2012 foi concluído o processo de instalação do CBH do Rio Grande, criado pelo Decreto nº 7.254, de 02 de agosto de 2010, e que abrange áreas de 393 municípios, nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Com área superior a 143 mil km² e população da ordem de 9 milhões de habitantes, a bacia hidrográfica do rio Grande apresenta destacado potencial hidroelétrico e uma grande diversidade de outros usos dos recursos hídricos, justificando sobremaneira a atuação do Comitê que constitui a base do sistema de gerenciamento de recursos hídricos e primeira instância de resolução de conflitos relacionados com o uso da água.

Ainda em 2012, a Presidenta Dilma Rousseff assinou o Decreto de Criação do CBH Paranapanema. A bacia hidrográfica do rio Paranapanema, com área da ordem de 106 mil km² e população superior a 5 milhões de habitantes,



abrange áreas de 247 municípios, nos estados de São Paulo e Paraná.

Além dos CBHs Grande e Paranapanema, outros sete comitês de bacias hidrográficas de rios interestaduais encontram-se em funcionamento: Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiá; São Francisco; Doce; Paranaíba; Verde Grande; e Piancó-Piranhas-Açu.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

18/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	1	unidade	0	28/11/2012
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	1	unidade	0	28/11/2012
Região Hidrográfica Paraná	2	unidade	2	28/11/2012
Região Hidrográfica São Francisco	1	unidade	0	28/11/2012

• Pactuar metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados da federação

Análise Situacional da Meta

Em 2012, dando continuidade aos esforços de articulação com os estados da Federação para fortalecer a gestão integrada dos recursos hídricos no país, os quais resultaram na assinatura da Carta de Brasília em 13 de dezembro de 2011, por 24 Estados (AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, SP, SC, RN, RO, RS, RJ, PI, PB, PA, MT, MS, MG, MA, SE e TO), a Agência Nacional de Águas – ANA elaborou os documentos-base do Pacto Nacional pela Gestão das Águas que apresentam seus aspectos conceituais e sua estratégia de implementação. O Pacto se configura como uma grande estratégia de cooperação federativa para o fortalecimento dos Sistemas e Órgãos Estaduais, visando a maior integração no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH.

Tendo em vista as negociações com Estados, a Agência priorizará inicialmente a pactuação de metas de gestão para que os Estados se estruturam e se preparem para futuramente alcançarem as condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades. A contrapartida financeira da ANA ainda esta sendo formatada, mas deve compreender a criação de um Fundo, junto a um agente financeiro, baseado no pagamento por resultados, com a previsão de repasse anual de um montante de R\$ 20 milhões para o Programa (média de R\$ 750 mil por Estado).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

OBJETIVO: 0663 - Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a integração do Planejamento e da gestão dos recursos hídricos com a formulação e implementação das Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados com vistas a assegurar os usos múltiplos de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, destacaram-se os seguintes avanços para subsidiar a articulação de políticas públicas e setores usuários:

-Realização de estudo da matriz de coeficientes técnicos de usos da água para os setores de indústria e agricultura irrigada. Esses estudos estão sendo utilizados como subsídio para as Contas Econômicas Ambientais da Água em parceria com ANA, IBGE e MMA. Há perspectiva de contratação de empresa de consultoria para elaboração da matriz de coeficiente técnico de consumo da água para o setor de saneamento.

-Desenvolvimento de estudo que visa orientar os usos dos recursos hídricos na bacia hidrográfica dos rios Tapajós e Juruena (Região Hidrográfica Amazônica). Os resultados dessa ação poderão ser utilizados como subsídio à definição de



áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos.

-Início do processo de licitação do Atlas de Esgoto, identificado por meio dos Planos de Recursos Hídricos, que tem como objetivo subsidiar a formulação de ações e políticas públicas para a área de saneamento, contribuindo para a alocação racional de recursos públicos em todas as esferas da federação.

Metas 2012-2015

- **Definir áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, em 5 bacias hidrográficas prioritárias**

Análise Situacional da Meta

No momento a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente está desenvolvendo um estudo que visa orientar os usos dos recursos hídricos na bacia hidrográfica dos rios Tapajós e Juruena (Região Hidrográfica Amazônica). Os resultados dessa ação poderão ser utilizados como subsídio à definição de áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

- **Desenvolver coeficientes técnicos de uso da água para 3 setores usuários (indústria, irrigação e saneamento)**

Análise Situacional da Meta

O estudo da matriz de coeficientes técnicos de usos da água para os setores de indústria e agricultura irrigada foi realizado ano passado e já está sendo utilizado como subsídio para as Contas Econômicas Ambientais da Água em parceria com a Agência Nacional da Água- ANA e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. É prevista a contratação de consultoria especializada para construir os parâmetros necessários para subsidiar realização do termo de referência da pesquisa que terá como produto final uma matriz de coeficiente técnico de consumo da água para o setor de saneamento.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

18/03/2013

- **Desenvolver o detalhamento de 2 programas previstos em planos de bacia para apoiar sua implementação e orientar as políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos**

Análise Situacional da Meta

Por meio dos Planos de Recursos Hídricos, a Agência identificou a necessidade de elaboração de um Atlas de Esgoto, que subsidie a formulação de ações e políticas públicas para a área de saneamento, contribuindo para a alocação racional de recursos públicos em todas as esferas da federação. O Atlas ainda esta em fase de licitação e sua conclusão nos próximos anos equivalerá ao alcance de 50% da meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

18/03/2013

OBJETIVO: 0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A revitalização de bacias hidrográficas constitui-se em um processo contínuo e permanente de recuperação, preservação e conservação de bacias hidrográficas. Em 2012, foi possível avançar no desenvolvimento de um conjunto de ações



integradas a partir de um planejamento estratégico, buscando a articulação interinstitucional e intergovernamental, que representam um esforço permanente de transversalidade, com amplo processo de articulação e integração institucional entre vários órgãos públicos do governo federal, em conjunto com os poderes estaduais e municipais e ainda com entidades da sociedade civil. Buscou-se, ainda, integrar as políticas públicas nacionais de meio ambiente e de recursos hídricos e apoiar a efetivação de um modelo de desenvolvimento sustentável nas bacias hidrográficas.

Em 2012, dentre as principais ações desenvolvidas em prol da revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco, destacam-se a continuidade dos projetos prioritários do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, como os projetos de manejo integrado de microbacias, que contemplam intervenções destinadas à conservação da água e do solo na região do Alto São Francisco; a implementação das atividades dos Centros de Recuperação de Áreas Degradadas – CRAD, que visam implantar e difundir modelos demonstrativos de restauração de ambientes florestais na bacia do São Francisco e a realização de Operações de Fiscalizações Preventivas Integradas – FPI, com vistas a promover a recuperação dessa bacia e estimular práticas de prevenção e reparação a danos ambientais.

No plano normativo, cita-se como avanço em 2012 a proposta de atualização do Decreto s/n de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - PRSF e cria o seu Comitê Gestor, em fase de tramitação. A proposta foi elaborada, em conjunto com os parceiros do Programa de Revitalização, com o intuito de fortalecer e potencializar a articulação intergovernamental no âmbito da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Foi ainda possível avançar na aproximação com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBH-SF, com a realização V Oficina de Acompanhamento do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas (Penedo/AL).

Na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, destaca-se a continuidade do projeto de recuperação das nascentes e mobilização para conservação dos recursos hídricos do pantanal matogrossense em parceria com a Universidade Estadual do Mato Grosso – UNEMAT. Na Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste, destaca-se o projeto realizado no município de São João de Meriti para recuperar a microbacia de 7,1 ha, por intermédio do plantio de cerca de 15.000 espécies nativas do bioma Mata Atlântica e atividades de educação ambiental e mobilização social.

Entre os maiores desafios da revitalização de bacias hidrográficas no Brasil está a redução das cargas poluidoras nos corpos d'água. Neste contexto, destaca-se o Projeto de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, que utiliza uma estratégia inovadora de estímulo financeiro, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, a prestadores de serviços públicos de saneamento que investirem na implantação e operação de estações de tratamento de esgotos – ETE. Está estruturado sob a lógica de Pagamento por Resultados com o objetivo de reduzir os níveis de poluição hídrica nas bacias hidrográficas do país e induzir a implantação de sistemas de gerenciamento de recursos hídricos. A medição de seu resultado será feita por carga de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) removida. Foram contratados 3 empreendimentos de tratamento de esgotos que compreendem uma carga poluidora contratada da ordem de 66.322 kg DBO/dia. No exercício, foi certificada a remoção de 29.798 kg DBO/dia, referente aos seguintes contratos firmados em anos anteriores: i) ETE Piracicamirim - Piracica/SP; ii) ETE Barbosa Lage - Juiz de Fora/MG; iii) ETE Onça - Belo Horizonte/MG; iv) ETE Dornelas - Muriaé/MG; v) ETE Monjolinho - São Carlos/SP.

Outra importante linha de atuação se dá por intermédio da promoção de iniciativas de recuperação e controle de processos erosivos, conservação e uso racional de água e solo, com o objetivo de propiciar a infiltração da água da chuva e promover a preservação e melhoria da qualidade e quantidade da água, bem como incentivar a redução das perdas físicas no sistema e o desperdício no uso da água. Para esse fim tem sido adotada a metodologia do programa Produtor de Água, que será medido por meio da quantidade de hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes conservados e recuperados.

Metas 2012-2015

- **Conservar e recuperar 6000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes**

Análise Situacional da Meta



Localidade	Recuperação e Conservação	
	Solo (ha)	Matas Ciliares e Nascentes(ha)
Votuporanga – SP	320	
Apucarana – SP	360	
Extrema – MG	145	
SAAE/Viçosa – MG	100	60
Cedro do Abaeté – MG	130	60
BH Guariroba – MS	253	75
BH Pipiripau – DF	245	31
	1.553	226

A execução da Ação se deu pouco acima do programado, atingindo 1.779 ha de áreas recuperadas e conservadas. É previsto resultado mais expressivo no próximo exercício tendo em vista o nº de contratações celebradas em 2012 cuja execução se dá em períodos definidos de chuva (plantio de mudas) e de estiagem (uso de máquinas e equipamentos) para preparo de solo e implantação de estruturas conservacionistas.

Quantidade alcançada

1.779

Data de Referência

18/03/2013

• Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 Kg DBO/Dia - média anual

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a carga removida pelos empreendimentos do PRODES obteve a média de remoção de 29.798,01 Kg de DBO/dia.

As remoções de DBO foram certificadas nos Contratos das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs):

- ETE Piracicamirim Município de Piracicaba/SP, SAAE – Serviço Autônomo da Água e Esgoto;
- ETE Barbosa Lage, Município de Juiz de Fora- MG, Companhia de Saneamento e Pesquisa do Meio Ambiente – CESAMA;
- ETE Onça, Município de Belo Horizonte – MG, Companhia de Saneamento de Minas Gerais S. A. – COPASA;
- ETE Dormelas, Município de Muriaé - MG, Departamento Municipal de Saneamento Urbano – DEMSUR;
- ETE Monjolinho no Município de São Carlos - SP, Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré

Quantidade alcançada

29.798,01

Data de Referência

18/03/2013

• Revitalizar 60 sub-bacias hidrográficas

Análise Situacional da Meta

A meta em 2012 foi a revitalização de 10 sub-bacias, sendo, prioritariamente, 6 sub-bacias na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, 1 na BH dos rios Tocantins/Araguaia, 2 na BH do Alto Paraguai e 1 na BH do rio Paraíba do Sul. A revitalização de bacias hidrográficas constitui-se em um processo contínuo e permanente de recuperação, preservação e conservação de bacias hidrográficas.

Desta meta, quatro sub-bacias foram consideradas revitalizadas em 2012.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

18/03/2013

Plano
Mais Brasil

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	15	unidade	0	30/11/2012
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	6	unidade	0	30/11/2012
Região Hidrográfica Paraguai	9	unidade	1	30/11/2012
Região Hidrográfica São Francisco	24	unidade	3	30/11/2012
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	6	unidade	0	30/11/2012

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Consumo de pescado pelo mercado institucional	tonelada	31/12/2010	4.060,85	31/12/2011	3.785,83
Consumo de pescado por alunos da rede pública	kg/indivíduo/ano	31/12/2010	0,18	31/12/2011	0,6
Consumo interno de pescado per capita	kg/hab/ano	31/12/2009	9,03	31/12/2010	9,75
Número de projetos de pesquisa em desenvolvimento financiados pelo MPA	unidade	31/12/2010	93	31/12/2012	76
Número de registros da pesca artesanal no RGP	unidade	31/12/2010	938.478	31/12/2012	1.033.124
Número de registros da pesca industrial no RGP	unidade	31/12/2010	7.545	31/12/2012	8.843
Percentual da produção nacional composta por recursos sobreexplotados ou ameaçados de sobreexploração	%	31/12/2009	40	31/12/2012	32
Percentual de pescadores analfabetos inscritos no RGP	unidade	31/12/2010	6,29	31/12/2012	5,99
Percentual de pescadores inscritos no RGP sem casa própria	%	31/12/2010	53,39	31/12/2010	53,39
Percentual do número de espécies sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexploração	%	31/12/2009	23	31/12/2009	23
Produção da Aquicultura	tonelada	31/12/2009	415.649	31/12/2012	628.704,3
Produção da pesca	tonelada	31/12/2009	825.164	31/12/2012	803.270,1
Valor exportado	US\$	31/12/2010	199.374.163	31/12/2012	248.613.243
Volume exportado	tonelada	31/12/2010	28.454,02	31/12/2012	46.680,01

OBJETIVO: 0567 - Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplotados e inexplotados.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

Para melhor atender aos pescadores e aqüicultores interessados em obter crédito junto aos agentes financeiros operadores do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR foram realizadas alterações no Manual de Crédito Rural – MCR para, entre outros ajustes, incluir a parte referente à Atividade Pesqueira e Aqüícola no capítulo sobre Finalidades Especiais. As operações de financiamento em 2012 ultrapassaram o valor de R\$ 303,64 milhões, representando 19.884 contratações de financiamentos nas diversas linhas de crédito rural para a pesca e aqüicultura.

Foram atendidos, em 2012, 9.822 famílias de pescadores e aqüicultores por meio de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aqüícola – ATEPA e foram qualificados 210 técnicos por meio de capacitação associada às atividades de



Atepa. Foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a realização de chamadas públicas em 2013, para a contratação de serviços de Atepa. Cabe ressaltar que a Atepa atua com uma lógica de acompanhamento contínuo, sendo cada beneficiário atendido em vários momentos ao longo do projeto. Portanto, muitos beneficiários continuarão sendo atendidos durante os anos de 2013 e 2014.

Em prol da maricultura, foram demarcados 191 parques aquícolas marinhos em 6 Estados e implantados 21 parques aquícolas marinhos no Estado de Santa Catarina, com a entrega de 581 áreas aquícolas a serem destinadas ao cultivo de moluscos.

Em 2012, foram assinados 587 Contratos de Cessão de Uso em Águas da União, sendo 49 para áreas onerosas e 538 não onerosas. Com isso, totaliza-se a cessão de 2.783 áreas e parques aquícolas, sendo 2.588 em parques aquícolas e 195 em áreas aquícolas. Das 2.783 áreas, 2.500 são não onerosas com o objetivo de inclusão social, cuja produção estimada é de 80 mil t/ano, e 283 são onerosas destinadas a projetos empresariais, com produção de 381 mil t/ano, o que totaliza uma produção estimada de 461 mil t/ano de pescado.

Os 587 novos contratos representam um incremento de 921 hectares de espelho d'água. Com isso, totaliza-se 1.780,4 hectares de espelho de água da União cedidos para aquicultura em todo o território nacional, sendo 764,47 hectares de áreas onerosas e 1.015,92 hectares de áreas não onerosas.

Visando garantir a sustentabilidade da atividade aquícola, foram estabelecidas diversas parcerias a fim de monitorar a influência da aquicultura na qualidade da água dos açudes. Foram atendidos 17 Estados com a construção e a adequação de viveiros escavados, implantação de unidades de beneficiamento, adequação e implantação de unidades de alevinos, assistência técnica e capacitação de pequenos aquicultores, agricultores e assentados da reforma agrária. Também ocorreu a distribuição de 133 máquinas retroescavadeiras ou escavadeiras hidráulicas. Em 2013, serão atendidos mais 4 estados: Acre, Rio Grande do Sul, Roraima e o Distrito Federal.

Referente à regularização ambiental da atividade, foram regularizadas em 2012 os parques aquícolas localizados no açude do Castanhão junto ao órgão ambiental do Ceará, garantindo a legalidade necessária para a produção e viabilizando o acesso ao crédito por produtores locais, devendo, assim, agregar ao mercado uma produção em torno de 30 mil t/ano. Ademais, foi solicitada Licença Ambiental de Instalação e Operação para os parques aquícolas do reservatório de Ilha Solteira, no Estado de Mato Grosso do Sul, o que possibilitará a entrada em operação dos parques aquícolas do Badim, Cupins, Brejo Comprido, Ribeirão Formoso, Santa Quitéria, Rio Grande e Pântano, com produção aproximada de 36 mil t/ano. Destaca-se a autorização da criação do tambaqui em sistema de tanques-rede em reservatórios no rio Tocantins, beneficiando os Estados de Goiás, Tocantins e Pará. Essa conquista permitirá a criação legal da espécie em escala comercial/ industrial, devendo atrair grandes investimentos para a região, cujo potencial de produção é de aproximadamente 467 mil t/ano.

Foram firmadas parcerias entre o MPA e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, para o lançamento de Editais de Chamadas Públicas de projetos de pesquisa em pesca e aquicultura, o que resultou no apoio de 76 projetos, entre os mais 400 projetos inscritos.

Destaca-se o Memorando de Entendimento entre o MPA e a Petrobras Biocombustíveis para implementar um programa de cooperação no sentido de viabilizar a utilização de resíduos de pescado como matéria-prima para a produção de biodiesel.

Ainda nesse sentido, a Universidade Federal do Ceará desenvolveu, com financiamento do Banco do Nordeste, um equipamento para obtenção de biodiesel a partir do óleo de vísceras de pescado, o qual já se encontra em demonstração no Centro de Pesquisas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), em Pentecostes (CE).

O Governo Federal, por meio da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), apoia o funcionamento e a operação do Centro de Referência em Aquicultura e Recursos Pesqueiros do Vale do Parnaíba (Ceraqua). A ação tem como objetivo a promoção da sustentabilidade da maricultura, com geração de emprego e renda e inclusão social por intermédio da atividade aquícola.



Metas 2012-2015

• Atender 80 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012 foram atendidas 9.822 famílias pelas ações de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola (ATEPA), considerando os convênios firmados em 2012 e em anos anteriores, ainda em execução, pois a maioria dos convênios possui vigência de 18 a 24 meses. É importante ressaltar que a ATEPA atua com uma lógica de atendimento contínuo, sendo cada família atendida em vários momentos ao longo do projeto.

Quantidade alcançada

9.822

Data de Referência

31/12/2012

• Demarcar parques aquícolas continentais em 30 reservatórios

Análise Situacional da Meta

Foram demarcados parques aquícolas continentais em 13 reservatórios. Numa fase seguinte serão realizadas reuniões técnicas junto aos atores locais para validação dos processos. Ademais, será iniciada a etapa de regularização dos parques aquícolas junto aos órgãos federais (Agência Nacional de Água - ANA, Secretária do Patrimônio da União, Marinha do Brasil, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA) e aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

01/10/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	3	01/10/2012
Região Nordeste	11	unidade	6	01/10/2012
Região Norte	5	unidade	2	01/08/2012
Região Sudeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	10	unidade	2	01/10/2012

• Demarcar parques aquícolas marinhos em 12 Estados

Análise Situacional da Meta

Foram finalizados os Estudos e demarcados 191 parques aquícolas marinhos em 6 estados (Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraná).

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

01/10/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	6	unidade	4	01/10/2012
Região Norte	2	unidade	1	01/02/2012
Região Sudeste	3	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	1	01/01/2012

• Financiar 100 projetos de pesquisa, no âmbito do Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (P,D&I e TT) em Pesca e Aquicultura (CTPA)

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2012, o Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (P,D&I e TT) em Pesca e Aquicultura (CTPA) esteve ainda em fase de estruturação e por isso não foi possível iniciar



o financiamento de projetos. O financiamento dos projetos de pesquisa será iniciado, a partir da instituição do CTPA, que deverá ocorrer em 2013.

O CTPA terá como objetivo principal a definição de diretrizes, a fim de subsidiar a política de Ciência e Tecnologia e Inovação em pesca e aquicultura, bem como apoiar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas ao setor produtivo, que promovam o desenvolvimento científico e tecnológico, em bases sustentáveis.

Para tanto, faz-se necessário o fomento e apoio a projetos de grande vulto, estruturados em redes, com caráter multidisciplinar e que proporcionem um incremento tecnológico à toda a cadeia produtiva de pescado.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Financiar 200 projetos de pesquisa básica e aplicada (em áreas não cobertas pelo CTPA), infraestrutura laboratorial, formação de recursos humanos especializados (com ênfase para bolsas de pós-graduação stricto sensu) e ações de cooperação com universidades e centros de pesquisa internacionais**

Análise Situacional da Meta

Por meio da Chamada CNPq/MPA - N ° 42/2012 e de convênios, destaques orçamentários e parcerias firmados com universidades e instituições foram financiados 76 projetos de pesquisa em 2012, ultrapassando a meta prevista, que era de 75 projetos para o ano. Destaca-se que o apoio de projetos por meio da modalidade de chamada pública depende da qualidade do projeto, avaliação e atendimento dos requisitos do edital.

Quantidade alcançada

76

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 02 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Um dos Centros foi implantando na localidade de Parnaíba/PI. O Projeto tem como objetivo operacionalizar o Centro Integrado através do custeio das despesas, a fim de gerar e difundir as tecnologias de produção da maricultura e da pesca artesanal.

O Centro procurará desenvolver tecnologias adaptadas às condições locais para melhorar o desempenho da aquicultura, a fim de propiciar o abastecimento do mercado interno e a exportação, tendo como objetivo a promoção de um grande salto tecnológico capaz de promover a sustentabilidade da atividade, do ponto de vista econômico, social e ambiental, com geração de emprego e renda e a inclusão social.

O desenvolvimento dessas tecnologias vêm ao encontro da proposta de revitalização da Bacia do Rio Parnaíba, que envolve os Estados do Piauí, parte do Maranhão e do Ceará.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	unidade	1	31/12/2012

- **Implantar 03 Estações de Piscicultura**

Análise Situacional da Meta

O MPA vem buscando parcerias com as instituições públicas para implantar, modernizar e fomentar unidades produtoras de formas jovens para a aquicultura e o repovoamento dos corpos d'água dos reservatórios de médio e grande portes do Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas (DNOCS), visando a geração de renda e a produção de alimentos no Nordeste brasileiro. No ano de 2012, os avanços se deram nas definições de locais para implantação das estações de piscicultura.

**Quantidade alcançada**

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar e manter 105 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação**

Análise Situacional da Meta

Realizada a manutenção de 31 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação.

Quantidade alcançada

31

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	70	unidade	30	01/12/2012
Região Norte	27	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	8	unidade	1	01/12/2012

- **Implantar ou adequar infraestrutura aquícola (viveiros e tanques redes) para atender 6 mil famílias**

Análise Situacional da Meta

As ações desenvolvidas são voltadas ao fomento da aquicultura familiar, infraestrutura e assistência técnica. Os projetos visam à geração complementar de trabalho e renda e já beneficiaram 13.311 famílias.

Quantidade alcançada

13.311

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.000	unidade	1.753	01/12/2012
Região Nordeste	1.000	unidade	270	01/12/2012
Região Norte	2.000	unidade	2.769	01/12/2012
Região Sudeste	1.000	unidade	110	01/12/2012
Região Sul	1.000	unidade	8.409	01/12/2012

- **Implantar parques aquícolas continentais em 22 reservatórios**

Análise Situacional da Meta

Foram implantados parques aquícolas continentais em 3 reservatórios: Tucuruí (PA), Castanhão (CE), Ilha Solteira (MS). Estão em fase final de licenciamento ambiental os parques aquícolas demarcados nos reservatórios de Furnas, Ilha Solteira e Três Marias.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

15/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	1	15/10/2012
Região Nordeste	5	unidade	1	01/06/2012
Região Norte	3	unidade	1	15/11/2012
Região Sudeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	10	unidade	0	31/12/2012

- **Implantar parques aquícolas marinhos em 5 Estados**

Análise Situacional da Meta

Foram implantados 21 parques aquícolas no Estado de Santa Catarina, nos municípios de Florianópolis, Penha,



Biguaçu, Balneário Barra do Sul, Balneário Camboriú, Bombinhas, Governador Celso Ramos, Itapema, Palhoça, Porto Belo, São José e São Francisco do Sul.

Os próximos parques aquícolas a serem instalados serão na região nordeste, nos estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe, para os quais já foram finalizados os estudos de demarcação. A próxima fase será a realização de consultas públicas para dar início ao processo de autorização de uso destes parques aquícolas.

Quanto à região sudeste, estão sendo conduzidos estudos para o início da implantação de parques aquícolas marinhos no estado do Rio de Janeiro e foi firmado convênio com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER para a realização dos estudos técnicos com vistas à demarcação de parques aquícolas marinhos no Espírito Santo.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

01/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	3	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	1	01/05/2012

• Modernizar 06 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura

Análise Situacional da Meta

Não houve modernização no ano de 2012, sendo que a manutenção dos centros foi continuada pelos acordos de parceria com a CODEVASF.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

01/12/2012

• Qualificar 1000 técnicos extensionistas em pesca e aquicultura

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal vem buscando parcerias com instituições públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ou Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA) e disponibilizando condições para a qualificação de seus profissionais. Por meio das parcerias estabelecidas em 2012, foram capacitados 210 extensionistas de 08 Unidades da Federação (Goiás, Pernambuco, Santa Catarina, Rondônia, Distrito Federal, Ceará, Piauí e Mato Grosso do Sul).

O valor apurado para a presente meta leva em consideração os 08 convênios celebrados no ano de 2012 e um convênio celebrado ainda em 2011, que abrangem a capacitação de extensionistas de entidades públicas como uma de suas metas.

Quantidade alcançada

210

Data de Referência

31/12/2012

• Regularização ambiental de cinquenta mil aquicultores brasileiros

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal, em articulação com o IBAMA e os órgãos estaduais e municipais do Meio Ambiente está propiciando a regularização Ambiental da atividade aquícola, como a liberação do cultivo do Tambaqui nos reservatórios do rio Tocantins, a Via Rápida da Aquicultura em SP, e a negociação da regularização da aquicultura em MG, TO, GO e PA, dentre outros estados.

OBJETIVO: 0572 - Implementar infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, para



promover a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

Em relação a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais, em 2012 foi concluída a construção de uma unidade de beneficiamento de pescado – UBP no Estado de São Paulo. Foram implantadas três novas unidades de comercialização de pescado nos Estados do Ceará e do Amazonas e no Distrito Federal. Dois territórios da pesca e aquicultura, um em Santa Catarina e outro no Pará, foram atendidos com fábricas de gelo com capacidade de aproximada 1,2 tonelada/dia e câmaras frias com capacidade aproximada de estocagem de 5 toneladas de pescado. Têm sido realizados investimentos em Terminais Pesqueiros Públicos – TPPs e outras infraestruturas, visando o atendimento às normas do Serviço de Inspeção Federal (SIF).

Em 2013, há a expectativa de implantação de três TPPs, e de solução dos entraves institucionais que comprometeram o início da adequação dos demais.

Metas 2012-2015

• Adequar 6 terminais pesqueiros públicos

Análise Situacional da Meta

Em relação a adequação dos terminais pesqueiros, destacamos a seguir:

TPP de Jacundá (PA): foi elaborado o projeto básico de adequação às normas do Serviço de Inspeção Federal (SIF) e ao final de 2012 logrou-se êxito na licitação para contratação da empresa de engenharia para a execução das obras civis, que deverão ser realizadas em 2013.

TPP do Cipar de Niterói (RJ): Foi iniciada em 2012 a desobstrução do canal de acesso ao empreendimento, na baía de Guanabara, com previsão de conclusão em 2013.

TPP de Aracaju (SE): o conveniente logrou a contratação das obras civis no segundo semestre de 2012.

TPP de Angra dos Reis (RJ): encontra-se em curso procedimento administrativo no âmbito do MPA com vistas à rescisão contratual com a construtora responsável pela execução das obras civis da primeira etapa de implantação do terminal, referente ao cais pesqueiro. A perspectiva de retomada da execução do empreendimento fundamenta-se na apresentação de proposta de trabalho pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis para a construção do novo cais e da retro-área do terminal.

TPP de Cananéia (SP): encontra-se em processo de rescisão o contrato de arrendamento oneroso com a administradora do terminal. As ações para a continuidade da adequação do terminal deverão ser implantadas após o distrato.

TPP de Vitória (ES): o processo judicial referente à rescisão do contrato de administração do TPP de Vitória concluiu pela permanência da empresa contratada na condição de administradora do empreendimento. A perspectiva de adequação das infraestruturas do TPP de Vitória doravante se fundamentará na fiscalização, pelo MPA, da execução do contrato com vistas ao seu efetivo cumprimento.

TPP de Recife (PE): Encontra-se em processo de definição, junto à administração pública local, da área para implantação do terminal, para contratação do projeto executivo.

TPP de Bragança (PA): Encontra-se em processo de elaboração de estudos para o licenciamento ambiental, que será submetido ao órgão estadual de meio ambiente com jurisdição sobre o empreendimento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Atender 65 territórios com equipamentos para desenvolvimento da infraestrutura e logística produtiva do pescado



Análise Situacional da Meta

Foi entregue uma fábrica de Gelo com capacidade aproximada de 1,2 tonelada por dia ao Município de Santa Luzia do Itanhi – SE (Território Sul Sergipano/SE) na Região NE.

Foram contemplados com câmaras frias os Municípios de Prainha – PA, Óbidos – PA, e Monte Alegre – PA (Território Baixo Amazonas/PA) na Região Norte, com capacidade aproximada para estocagem de 5 toneladas de pescado.

Em 2012 não houve aquisição de novas unidades de caminhões frigoríficos e caminhões feira.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	0	31/12/2012
Região Nordeste	20	unidade	1	31/12/2012
Região Norte	36	unidade	1	31/12/2012
Região Sudeste	3	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	3	unidade	0	31/12/2012

• Disponibilizar 3 embarcações para transporte de peixes ornamentais

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Pesca, por meio de um Grupo de Trabalho sobre peixes ornamentais realizou, em 2012, oficinas de diagnóstico participativo em todas as regiões do País. Dessas oficinas, participaram representantes de diversos elos da cadeia produtiva de ornamentais, além dos órgãos ambientais federais e estaduais, pesquisadores e hobbystas. Um dos objetivos dessas reuniões era esclarecer quais os municípios (ou regiões) necessitam de embarcações e unidades de estocagem. O GT Ornamentais definiu que as ações devem ser focalizadas nos municípios de Barcelos-AM, Altamira-PA, São Félix do Xingu-PA, Santa Isabel do Rio Negro-AM.

Na região amazônica existe uma imensa dificuldade de comercialização de organismos aquáticos para fins ornamentais e de aquarofilia. Haja vista que os organismos vivos demandam água de qualidade e oxigênio para sobrevivência, os pescadores profissionais, por não possuírem embarcações adequadas ao transporte destes organismos vendem sua produção aos atravessadores, a preços muito baixos. No processo de implementação dessa meta, serão disponibilizadas embarcações às Cooperativas, nos polos extrativistas da Amazônia, com o objetivo de coletar os organismos aquáticos ornamentais nas comunidades amazônicas e também junto aos pescadores marinhos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Implantar 11 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR

Análise Situacional da Meta

Foi apresentada uma proposta de reformulação do Programa CIPAR, com a finalidade de efetivar o conceito de integração das ações para a gestão do desenvolvimento social, econômico e ambiental da pesca artesanal, o que deverá propiciar maior eficiência e eficácia à atuação dos CIPARS. Para o ano de 2013, a meta é a implantação de 4 CIPARS.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Implantar 15 Conselhos de Terminais Pesqueiros Públicos

**Análise Situacional da Meta**

Foram enviados ofícios aos órgãos diretamente aos envolvidos na criação dos CTPs em todos os estados onde existem TPPs. A previsão para 2013 é constituir cinco CTPs, assim distribuídos: 2 na região nordeste, 2 na região norte e 1 na região sul.

Quantidade alcançada

0

• Implantar 200 cozinhas comunitárias**Análise Situacional da Meta**

No ano de 2012 foi realizado um diagnóstico das entidades contempladas, a fim de avaliar o impacto dos pequenos empreendimentos nas comunidades. Para o ano de 2013 está prevista a entrega de 50 Cozinhas Comunitárias.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Implantar 200 pontos comerciais fixos**Análise Situacional da Meta**

No ano de 2012 foram finalizados os empreendimentos referentes ao edital anterior e para o ano de 2013 está prevista a entrega de 50 Pontos Comerciais Fixos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Implantar 9 terminais pesqueiros públicos**Análise Situacional da Meta**

TPPs de Manaus (AM), Santana (AP), Cabedelo (PB) e Camocim (CE): esses terminais se encontravam com as obras civis finalizadas ao final de 2012, necessitando apenas de adequações para o atendimento das normas de sanidade estabelecidas no “Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA”, com vistas à obtenção dos respectivos registros para início da operação, a serem expedidos pelo Serviço de Inspeção Federal – S.I.F. Os Três primeiros estão sendo aparelhados e o de Camocim necessita de alguns ajustamentos para entrada em operação. Espera-se que as adequações sejam efetivadas em 2013.

Os TPPs de Salvador (BA) e Ilhéus (BA) estavam com as obras civis e o aparelhamento concluídos ao final de 2012, restando alguns condicionantes e requisitos a serem cumpridos pelo conveniente.

Excetuando-se o TPP de Manaus, cuja transferência para a responsabilidade do MPA ainda não foi concluída, há expectativa de que o cumprimento dos requisitos para liberação do funcionamento dos TPPs relacionados acima ocorra em 2013.

Quantidade alcançada

0

• Implantar e adequar 27 mercados públicos/pontos de comercialização**Análise Situacional da Meta**

Foi construída a infraestrutura da Unidades de Comercialização de Pescado de Caponga, em Cascavel (CE) e a da Ceasa de Brasília (DF), e foram implantadas as Unidades Móveis de Comercialização pela de Manaus (AM).

O adequado desempenho executivo da administração pública municipal e estadual e a qualidade das instalações edificadas resultaram na melhoria das condições de sanidade nos mercados públicos de pescados.

Quantidade alcançada

3

**Data de Referência**

31/12/2012

• Implantar e adequar 27 unidades de recepção de pescado**Análise Situacional da Meta**

No segundo semestre de 2012 foi intensificada a atuação das superintendências federais de pesca e aquicultura na fiscalização dos convenentes quanto às ações de implantação e adequação das unidades de recepção de pescado. As superintendências prestaram apoio às unidades executoras locais para solução dos empecilhos de natureza técnica e institucional que retardaram a conclusão dos empreendimentos. Em cada caso, os empreendimentos em atraso estão sendo objetos de diligências específicas por parte das superintendências junto aos convenentes, com vistas a auxiliá-los na superação das dificuldades.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Implantar e adequar 4 unidades de estocagem de peixes ornamentais**Análise Situacional da Meta**

O Ministério da Pesca, por meio do Grupo de Trabalho sobre peixes ornamentais realizou, em 2012, oficinas de diagnóstico participativo em todas as regiões do País. Dessas oficinas, participaram representantes de diversos elos da cadeia produtiva de ornamentais, além dos órgãos ambientais federais e estaduais, pesquisadores e hobbystas. Um dos objetivos dessas reuniões era esclarecer quais os municípios (ou regiões) necessitam de embarcações e unidades de estocagem. O GT Ornamentais definiu que as ações devem ser focalizadas nos municípios de Barcelos-AM, Altamira-PA, São Félix do Xingu-PA, Santa Isabel do Rio Negro-AM.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Implantar e adequar 68 Unidades de Beneficiamento de Pescado - UBP**Análise Situacional da Meta**

Foi concluída a UBP de Três Fronteiras (SP).

Encontravam-se em execução ao final de 2012 as UBPs dos municípios de Iracema (RR), Pinhalão (PR), Anhembi (SP), Cássia (MG), Dois Irmãos do Buriti (MS), Dourados (MS) e de Rolim de Moura (RO).

Foram celebrados convênios para a implantação de infraestruturas para UBPs em Imperatriz (MA), Pedra Grande/(RN), Teodoro Sampaio (SP), Abelardo Luz (SC), Luis Eduardo Magalhães (BA) e Rolim de Moura (RO). As ações têm sido executadas por meio da celebração de convênios com as esferas subnacionais, com vistas à instalação das UBPs demandadas pelos diversos agentes pesqueiros locais. Além disso, o MPA articulou-se com suas unidades setoriais com vistas à proceder aos ajustes necessários ao atendimento das normas de sanidade.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

• Revitalizar 13 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR**Análise Situacional da Meta**

O início desta ação se dará em 2013, com a meta de revitalizar 3 CIPARs, sendo 1 na região Centro-Oeste e 2 na região Nordeste. Foi apresentada uma proposta de reformulação do Programa com a finalidade de integração das ações para a gestão do desenvolvimento social, econômico e ambiental da pesca artesanal, o que deverá propiciar maior eficiência e



eficácia à atuação dos CIPARs.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do acesso à cidadania e da qualificação profissional, o programa “Pescando Letras” possibilitou a alfabetização de 16.200 trabalhadores da pesca e pescadores artesanais. Para o ano de 2013, está prevista a alfabetização de 20.000 pescadores artesanais.

Por meio da parceria entre o Ministério da Pesca e Aquicultura, o Ministério da Educação e o Instituto Federal do Paraná (IFPR), foram promovidos cursos técnicos em pesca e aquicultura para 1.684 alunos, com formatura prevista para março de 2013. Novas turmas já foram ofertadas para início em 2013, sendo matriculados 5.996 alunos.

Foram ainda realizadas articulações entre os Ministérios da Pesca e Aquicultura, Defesa, Educação e a Marinha do Brasil, visando a habilitação dos Institutos Federais da Paraíba, Ceará e Santa Catarina para ministrarem cursos para aquaviários, fluviais e pescadores. Em 2013, estão previstas a elevação de escolaridade de 6.100 pescadores e aquicultores. Com a intenção de capacitar os pescadores na utilização das ferramentas tecnológicas serão firmadas parcerias para a oferta de cursos básicos em informática nos Telecentros de Pesca Maré, na modalidade de ensino à distância (EAD). Em 2012, foram disponibilizados equipamentos de informática, mobiliários, conexões para a internet, bolsas de estudos e cursos de capacitação para monitores. Para 2013 está prevista a instalação de novos polos de ensino à distância - EAD, a implantação de telecentros e a capacitação de monitores.

Por meio do Acordo de Cooperação com o MEC, será implementado o Plano Nacional de Educação de Pescadores, visando a formação contínua e gradual e respeitando as especificidades dos pescadores e aquicultores.

Está prevista, para 2013, a capacitação de 1.500 pescadores artesanais em informática básica e a capacitação de 600 pescadoras e aquicultoras pelo Programa Mulheres Mil. Em 2012, foram direcionados mais de R\$ 21 milhões para o pagamento da subvenção ao óleo diesel, além de ampliar e viabilizar o acesso de pescadores artesanais a esse benefício. Foi celebrado o Acordo de Cooperação com o Ministério da Saúde para o diagnóstico, tratamento e o contínuo monitoramento de doenças ocupacionais e da saúde do trabalhador. Dentre as ações previstas no plano de ação, destacam-se o tratamento oftalmológico, ortopédico, odontológico, dermatológico, ginecológico e o reconhecimento e o tratamento das doenças ocupacionais e da dependência química.

Além disso, de forma a garantir a atividade tradicional de pesca, estão previstas regularizações de áreas da União para comunidades pesqueiras em 2013.

Metas 2012-2015

• **Alfabetizar 160.000 pescadores em todo o Brasil, em parceria com o Ministério da Educação**

Análise Situacional da Meta

Foram atendidos no Programa de Alfabetização “Pescando Letras” 9.092 trabalhadores da pesca e 7.108 pescadores artesanais, totalizando 16.200 beneficiados. Para o ano de 2013, está prevista a alfabetização de 22.000 pescadores artesanais, sendo 2.000 para a região Sul, 2.000 para a região Sudeste, 2.000 para a região Centro Oeste, 8.000 para a região Norte e 8.000 para a região Nordeste.

Quantidade alcançada

16.200

Data de Referência

31/12/2012



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	16.000	unidade	82	31/12/2012
Região Nordeste	64.000	unidade	11.268	31/12/2012
Região Norte	48.000	unidade	4.483	31/12/2012
Região Sudeste	16.000	unidade	217	31/12/2012
Região Sul	16.000	unidade	150	31/12/2012

• **Capacitar 10.000 pescadoras e aquicultoras dentro do 'Programa Mulheres Mil' do Ministério da Educação**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram conduzidas articulações junto à Coordenação do Programa Mulheres Mil, no MEC, para desenvolvimento dessa parceria. Para o ano de 2013, está prevista a capacitação de 600 pescadoras e aquicultoras, sendo 60 para a região Sul, 60 para a região Sudeste, 60 para a região Centro Oeste, 240 para a região Nordeste e 180 para a região Norte.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• **Capacitar 20.000 pescadores artesanais em informática básica**

Análise Situacional da Meta

Com a intenção de capacitar os pescadores na utilização das ferramentas tecnológicas serão firmadas parcerias para a oferta de cursos básicos em informática nos Telecentros da Pesca Maré, na modalidade específica voltada aos pescadores e aquicultores. Para 2013, está prevista a capacitação de 1.500 pescadores artesanais sendo 150 para a região Sudeste, 150 para a região Sul, 150 para a região Centro Oeste, 600 para a região Nordeste e 450 para a região Norte.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• **Capacitar 4.000 merendeiras em manipulação e preparo de pescado**

Análise Situacional da Meta

A capacitação dos profissionais responsáveis pela preparação dos alimentos constitui-se numa estratégia para a ampliação do consumo de pescado por parte dos estudantes. Em 2012, buscou-se obter informações sobre inserção de pescado na alimentação escolar, que possibilitassem elencar os estados e municípios em que as ações serão focalizadas. O levantamento foi finalizado em 2012 e permitirá a definição de áreas de atuação prioritárias para viabilizar o atendimento desta meta, cujas ações deverão ser iniciadas em 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• **Capacitar 60.000 trabalhadores da pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

O valor considerado na apuração desta meta inclui todos os convênios celebrados em 2012 que comportavam a capacitação de pescadores e aquicultores, bem como aqueles celebrados em anos anteriores que se encontravam em execução.

Quantidade alcançada

7.946

Data de Referência

31/12/2012



- **Criar 480 pontos de leitura nos Telecentros da Pesca Maré**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi articulada com o Ministério da Cultura a viabilização da implantação de pontos de leitura nos telecentros. Em 2013, o MPA vai promover a articulação com entidades do setor pesqueiro para incentivá-las a participar dos editais de seleção do Ministério da Cultura para criação dos pontos de leitura nos telecentros de maré.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Elevar a escolaridade de 40.000 pescadores, em parceria com o Ministério da Educação**

Análise Situacional da Meta

Em 48 Telecentros da Pesca Maré foram realizados cursos de “Técnico em Pesca” e “Técnico em Aquicultura” para 1.684 alunos, frutos da parceria entre o Ministério da Pesca e Aquicultura, o Ministério da Educação - MEC e o Instituto Federal do Paraná - IFPR. As aulas nesses Telecentros, chamados de polos de ensino à distância, foram iniciadas em 2009 e têm a conclusão prevista para março de 2013. Foram matriculados mais 5.996 alunos nos cursos Técnicos de Pesca e Aquicultura, com início em 2013.

Em 2013, estão previstas a elevação de escolaridade de 6.100 pescadores e aquicultores, sendo 610 para a Região Sul, 610 para a região Sudeste, 610 para a região Centro Oeste, 2440 para a região Nordeste, e 1830 para a região Norte.

Foi criado o Comitê de Reestruturação dos Cursos Técnicos em Pesca e Aquicultura, com a finalidade de readequar as formas de execução dos cursos de ensino à distância (EAD), que se dará por meio dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFEs), e de reformular a matriz curricular dos cursos. A matriz curricular do curso de formação de pescador deverá ser reformulada em 2013.

Quantidade alcançada

1.684

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 100 polos de ensino a distância de pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi articulada com o Ministério da Educação a viabilização dos polos de ensino a distância de pesca e aquicultura. A definição dos municípios para implantação de novos polos foi orientada pela avaliação dos cursos técnicos de pesca e aquicultura realizados no período.

Dessa forma, estão previstas a instalação de 13 polos de ensino sendo 2 na região Sul, 2 na região Sudeste, 3 na região Centro Oeste, 4 na região Nordeste e 2 na região Norte.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 300 telecentros para pescadores artesanais e aquicultores familiares em parceria com o Ministério das Comunicações**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital das Comunidades Telecentros, foram implantados 18 telecentros: Região Norte (2); Região Nordeste (4); Região Centro-Oeste (3); Região Sudeste: (4); Região Sul (5). Foram instalados equipamentos de informática, mobiliário e conexão para a internet, e foram oferecidas bolsas de estudos e cursos de capacitação para monitores.

Em 2013 será finalizada a implantação de 104 telecentros comunitários, abrangendo 99 municípios: Norte (15); Nordeste (50), Centro-Oeste (4); Sudeste (18); Sul (17).

Quantidade alcançada



18

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30	unidade	3	31/12/2012
Região Nordeste	120	unidade	4	31/12/2012
Região Norte	90	unidade	2	31/12/2012
Região Sudeste	30	unidade	4	31/12/2012
Região Sul	30	unidade	5	31/12/2012

- **Qualificar 1000 técnicos, pescadores e aquicultores em metodologia para elaboração de plano de negócios e gestão de empreendimentos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram qualificados 210 técnicos. A partir de 2013, a qualificação será realizada por meio de ações de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola. Os agentes de ATER/ ATEPA atuarão também na qualificação da gestão dos empreendimentos do setor pesqueiro e aquícola.

Quantidade alcançada

210

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar incubação e qualificação de 25 empreendimentos da pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi realizada a incubação de 02 empreendimentos.

As ações de incubação têm por objetivo auxiliar no processo de organização e estruturação das entidades assistidas, de forma que as mesmas tornem-se aptas a realizar a gestão dos empreendimentos sob sua responsabilidade.

Destaca-se que essa meta poderá ser alcançada por meio do apoio à implantação e consolidação de cooperativas e associações de pesca e aquicultura.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- **Regularização da transferência de áreas da União ao MPA e cessão de 15 áreas para comunidades pesqueiras**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborada minuta de Instrução Normativa Interministerial para cessão de áreas da União a comunidades pesqueiras, que deverá ser publicada em 2013. Para o ano de 2013 estão previstas as regularizações de 2 áreas na região Nordeste e 3 áreas na região Norte.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Viabilizar 30 projetos regionais para assessoramento da criação e consolidação de cooperativas e associações da pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Esta meta é realizada por meio de convênios celebrados com a finalidade de apoiar a constituição ou consolidação de cooperativas, associações e demais formas associativas do setor pesqueiro e aquícola, bem como atuar na qualificação da gestão destas entidades.

Em 2012, foram apoiados quatro projetos, que deverão beneficiar 36 entidades já existentes.

Com a finalidade de fomentar a constituição de novas entidades associativas, serão desenvolvidas, em 2013, ações



junto a pescadores e aquicultores ainda não organizados nos estados do Pará, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, envolvendo cerca de 1.000 pescadores e aquicultores.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0583 - Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

Entre as ações para a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, foi criado o Grupo Técnico de Trabalho – GTT Tainha com a finalidade de debater e elaborar a proposta de Plano de Gestão para o uso sustentável da tainha e coordenar a execução de estudos biológico-pesqueiros para subsidiar a gestão do uso sustentável desse recurso nas regiões Sudeste e Sul. Para 2013 está prevista a publicação de mais 3 Planos de Gestão.

Os Comitês Permanentes de Gestão – CPGs constituem o Sistema de Gestão Compartilhada - SGC para o uso sustentável dos recursos pesqueiros por meio da atuação conjunta do MPA e do MMA, nos aspectos relacionados à definição de normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento para o uso sustentável dos recursos pesqueiros. Em 2012 foram criados 4 CPGs que serão instalados ao longo de 2013. Está prevista a criação de outros 10 CPGs em 2013.

Foi formada a primeira turma de capacitação de agentes de apoio à fiscalização da atividade pesqueira, constituída de 57 servidores do MPA, que atuarão em ações de apoio à fiscalização da atividade pesqueira no território nacional.

No exercício de 2012 foram realizadas ações de fiscalização em parceria entre o MPA, o Instituto Brasileiro dos Recursos Renováveis - Ibama e as Polícias Militares Ambientais das Unidades da Federação, notadamente a fiscalização nas empresas detentoras de cotas de raias ornamentais e com fins de aquariofilia.

Quanto aos sistemas de registro, monitoramento e controle da pesca e aquicultura, foi iniciado o planejamento para o desenvolvimento dos módulos do Regime Nacional de Certificação de Capturas e da nova versão da Central de Mapas de Bordo.

Foram emitidos 1.734 certificados de mais de 6 mil toneladas de pescado brasileiro, exportadas para a União Europeia, dentro do Regime Nacional de Certificação de Capturas (RCC). O Programa de Observadores de Bordo agregou informações de 37 embarques.

O Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras (Preps) foi revisado no sentido de viabilizar o emprego do satélite público brasileiro em parceria com o MCTI e expandir o rastreamento às embarcações de pequeno porte. O Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP na categoria aquicultor foi totalmente informatizado, o que possibilitou maior eficiência no cadastramento e melhor controle e conhecimento dos beneficiários pelo MPA. Ao final de 2012 constavam inscritos no RGP: 2.367 aquicultores, 1.033.124 pescadores artesanais e 8.843 pescadores industriais. Em função do Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012–2014, estima-se um aumento da adesão ao RGP pela expectativa de aumento da demanda por crédito por parte dos pescadores e aquicultores.

O ano de 2012 foi relevante para o fortalecimento institucional da pesca amadora nacional e estão em andamento negociações para o desenvolvimento do turismo de pesca. Em 2012 foram autorizadas 253 competições de pesca amadora no Brasil.

O Programa Revitaliza beneficia os pescadores artesanais por meio de financiamento a obras de reforma, modernização, substituição e construção de embarcações de pequeno porte, no âmbito do crédito do Pronaf Mais Alimentos. A partir de 2012, o Revitaliza passou a contemplar também as modalidades de obras de construção e aquisição de embarcação pesqueira de até 20 AB.

A Lei 10.849/2004, que cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira, foi alterada por meio da Lei 12.712/2012. Essa alteração estabeleceu os beneficiários e as



novas condições de financiamento proporcionando mais dinamismo ao programa.

Metas 2012-2015

• Adquirir 10.000 equipamentos de rastreamento para embarcações pesqueiras**Análise Situacional da Meta**

O processo licitatório para aquisição dos equipamentos encontra-se em andamento e a expectativa é que seja concluído em 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Implantar 06 escolas nacionais para profissionais da pesca e aquicultura**Análise Situacional da Meta**

O Ministério da Pesca e Aquicultura incentiva à qualificação e valorização do profissional da pesca e aquicultura, por intermédio da criação de escolas profissionalizantes. No ano de 2012, o processo de implantação de escolas profissionais foi objeto de avaliação e reorientação para possibilitar o apoio a unidades de ensino em aquicultura e pesca. Destaca-se que nesse mesmo ano foram apoiadas seis unidades de ensino, por meio dos seguintes instrumentos: 1) Termo de Cooperação nº 07/2012; 2) Termo de Cooperação nº 03/2012; 3) Termo de Cooperação nº 20/2012; 4) Termo de Cooperação nº 25/2012; 5) Convênio nº 21/2012; 6) Convênio nº 25/2012.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Implantar e operacionalizar 21 Comitês Permanentes de Gestão**Análise Situacional da Meta**

No ano de 2012, foi elaborado em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, o Plano de Ação para a Implantação dos Comitês Permanentes de Gestão (CPGS) e seus Respectivos Subcomitês Científicos e de Acompanhamento.

Em 2012 foram criados 4 CPGs a serem instalados em 2013:

CPG Camarões, Portaria Interministerial Nº 5, de 11 de dezembro de 2012;

CPG Demersais N/NE, Portaria Interministerial Nº 6, de 21 de dezembro de 2012;

CPG Bacia Amazônica, Portaria Interministerial Nº 7, de 21 de dezembro de 2012;

CPG Bacia do rio São Francisco, Portaria Interministerial Nº 8, de 21 de dezembro de 2012. Em 2013 serão criados mais 10 CPGs.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Instalar 80 Dispositivos de Agregação de Peixes (boias atradoras)**Análise Situacional da Meta**

Foi assinado, em 2012, o Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Ceará - UFC para a realização de um estudo de viabilidade técnica de instalação de dispositivos atradores de peixes no litoral do Estado do Ceará. Está prevista, para 2013, a instalação de 13 boias atradoras na região Nordeste.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Publicar 15 planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros

**Análise Situacional da Meta**

Foi criado e instituído, por meio da Portaria Interministerial nº1, de 28 de junho de 2012, o Grupo Técnico de Trabalho - GTT Tainha, com a finalidade de debater e elaborar a proposta de Plano de Gestão para o Uso Sustentável da Tainha e coordenar a execução de estudos biológico-pesqueiros para subsidiar a gestão do uso sustentável deste recurso nas regiões sudeste e sul. O plano de gestão começou a ser desenvolvido pelo GTT em 2012 e será publicado em 2013. Para 2013 está prevista a publicação de mais 3 Planos de Gestão.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar 28 projetos demonstrativos para a idealização de protótipos de embarcações pesqueiras para a readequação e diversificação da frota de acordo com a área de atuação e a modalidade de pesca**

Análise Situacional da Meta

Visando contribuir para a renovação da frota artesanal, no âmbito do Programa REVITALIZA, foi elaborado edital de chamamento público para projetos demonstrativos de embarcações pesqueiras. Entre as dificuldades encontradas para a realização da meta está a de firmar parcerias com entidades que possuam capacidade técnica para a realização dos projetos.

Para superar essa dificuldade, em 2013 estão sendo articuladas parcerias com as Universidades Federais que possuem o curso de Engenharia Naval ou de Construção Naval. Para o ano de 2013 estão previstos 9 protótipos sendo 2 para a região Sul, 1 para a região Sudeste, 2 para região Nordeste, e 4 para região Norte.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar 5 estudos de impacto sócio-econômico e ambiental nas atividades da pesca amadora**

Análise Situacional da Meta

Foi lançado o Edital CNPq – MPA nº 42 de 2012 que contempla a contratação de estudos sobre a pesca amadora com R\$ 10 milhões em recursos descentralizados pelo MPA. Por meio deste edital, a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) foi selecionada para realizar um estudo biosocioeconômico para a pesca amadora.

Ademais, foram realizadas articulações com mais duas Universidades para que realizem estes estudos: Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade de Santa Cecília - UNISANTA. Portanto, é prevista a realização de dois estudos em 2013.

Outra ação de estímulo à pesquisa é o apoio ao II Simpósio Nacional de Pesca Esportiva a ser realizado no Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca CONBEP -2013 em Paulo Afonso, na Bahia, o qual possibilitará o encontro de cientistas brasileiros que atuam com pesca esportiva.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Revitalizar 60 embarcações no âmbito do Programa Profrota Pesqueira**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o programa encontrava-se em fase de reestruturação. Foi alterada a Lei 10.849/2004 que cria o Profrota Pesqueira, por meio da Lei 12.712/ 2012, que estabeleceu os beneficiários e novas condições de financiamento, o que deverá trazer mais dinamismo ao programa.

As pessoas físicas e jurídicas, inclusive cooperativas e associações, inscritas no RGP nas categorias de Armador de Pesca, Pescador Profissional, Indústria ou Empresa Pesqueira, contam com limite de financiamento de até 50% do



valor da embarcação para aquisição de embarcações para a pesca oceânica e de até 90% do valor do projeto aprovado para construção, conversão, modernização, substituição e equipagem de embarcações.

O Profrota Pesqueira é financiado com recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM e dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO e do Nordeste - FNE.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• **Revitalizar 850 embarcações no âmbito do Programa Revitaliza**

Análise Situacional da Meta

O Programa Revitaliza beneficia os pescadores artesanais por meio do financiamento para obras de reforma, modernização, substituição e construção de embarcações de pequeno porte. A partir de 2012, o Revitaliza passou a contemplar também as modalidades de obras de construção e aquisição de embarcações pesqueiras de até 20 AB (Arqueação Bruta) financiadas com recursos do PRONAF Mais Alimentos.

Quantidade alcançada

68

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	215	unidade	2	31/12/2012
Região Norte	215	unidade	3	31/12/2012
Região Sudeste	210	unidade	17	31/12/2012
Região Sul	210	unidade	46	31/12/2012

OBJETIVO: 0970 - Ampliar a inserção do pescado brasileiro no mercado nacional e internacional, promovendo o consumo e a comercialização de pescado.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

Em conjunto com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, foi realizada junto a todas as Secretarias de Educação Municipais e Estaduais brasileiras a segunda pesquisa nacional sobre a inclusão do pescado na alimentação escolar.

A pesquisa mostrou que a inclusão do pescado ainda é baixa: 66% dos participantes alegaram que não houve inclusão do pescado na alimentação escolar, e os principais motivos foram: dificuldade de acesso a fornecedores (54%), falta de fornecedores e/ou ausência de produtos no mercado (47%), risco de espinhas (47%), custo elevado (42%) e infraestrutura inadequada para armazenamento/conservação (35%).

Foi realizada a IX Semana do Peixe, entre 3 e 17 de setembro de 2012. Essa iniciativa integra a Campanha Nacional de Incentivo ao Consumo de Pescado visando o desenvolvimento do varejo como destino da produção brasileira de pescado. A ação resultou em uma redução dos preços de 24% em média nas principais redes varejistas do país e em um incremento nas vendas de 15% em relação ao mês anterior da campanha,

O governo Federal apoiou a realização de eventos de promoção do pescado brasileiro no mercado nacional e internacional, como o Festival do Camarão da Costa Negra em Acaraú - CE e a Feira Nacional do Camarão – Fenacam, em Natal – RN e a participação brasileira na European Seafood 2012, por meio da Embaixada do Brasil em Bruxelas (Bélgica). Foi concluída a implantação e avaliação da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado - RENIMP, que possibilitará a identificação do pescado e irá oferecer maior segurança ao consumidor

Metas 2012-2015



- **Atender 60 polos de produção com assessoria para inserção do pescado no mercado institucional**

Análise Situacional da Meta

Foram iniciadas as articulações com os órgãos que atuam com o Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal - PAA (MDA, CONAB e MDS) e com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (FNDE, MDA e MDS), para estabelecer um plano de trabalho em conjunto com estes órgãos com o principal objetivo de aumentar a oferta de pescado por meio desses programas.

Em 2012 foi iniciado o processo de acompanhamento de 10 polos de produção contemplados com o kit despoldadeira. Em 2013, após o término das instalações, serão realizadas as articulações locais para inserir a produção no Mercado Institucional, mais especificamente na Alimentação Escolar.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Certificar 10 produtos de indicação geográfica**

Análise Situacional da Meta

No primeiro ano do PPA 2012-2015, o Ministério da Pesca e Aquicultura atuou no estabelecimento de diretrizes para a certificação dos produtos do setor visando agregação de valor, competitividade e melhoria na qualidade. Em 2013, a expectativa é que seja iniciado o processo de registro de Indicação Geográfica (IG), conferindo aos produtos, que são característicos do seu local de origem, valor intrínseco e identidade própria, além de os distinguir em relação aos seus similares disponíveis no mercado.

- **Certificar 50 pequenos e microprodutores e pescadores por meio do "Programa Bônus Certificação"**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o Ministério da Pesca e Aquicultura realizou ações preparatórias para estabelecer parcerias com outros órgãos do governo e atores do setor privado. Em 2013, deverão ser desenvolvidos mecanismos que facilitem o acesso de pescadores e produtores ao processo de avaliação da conformidade e certificação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Desenvolver 5 sistemas (kits) de diagnóstico molecular do pescado, otimizados para a detecção de casos de fraude conhecida, no âmbito da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi concluída a avaliação da primeira etapa da implantação (iniciada em 2009) da Rede Nacional de Identificação Molecular de Pescados (RENIMP) e ainda não foi possível iniciar o desenvolvimento de kits de diagnóstico, mas está previsto o desenvolvimento de um kit em 2013, dois em 2014 e dois em 2015.

Essa primeira etapa estabeleceu um banco de tecidos e permitiu a identificação de mais de 200 espécies da pesca marinha brasileira entre peixes ósseos, elasmobrânquios, moluscos e crustáceos. A definição das espécies para o desenvolvimento dos kits será baseada nas principais espécies exportadas e importadas e nas prioridades indicadas pelas secretarias finalísticas do MPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 5 centros de referência da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi concluída a avaliação da primeira etapa da implantação (iniciada em 2009) da Rede Nacional de Identificação Molecular de Pescados (RENIMP). Diante dos resultados e encaminhamentos apresentados, foi possível



concluir que o Centro de Referência, instalado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o apoio dos demais parceiros, atende de forma satisfatória a demanda atual. A partir da segunda etapa do projeto, no que se refere à utilização da identificação molecular de pescado no controle da comercialização de pescado ilegal, será possível mensurar com maior precisão qual o número de centros necessários.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Nordeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Norte	1	unidade	0	31/01/2012
Região Sudeste	1	unidade	1	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2012

ANEXO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.652.599	7.929.941	5.546.009
Despesas Correntes	954.326	1.037.698	749.366
Despesas de Capital	4.698.273	6.892.243	4.796.643
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	4.202.654	3.497.267	3.125.375
Totais	9.855.253	11.427.208	8.671.384

OBJETIVO: 0194 - Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00N4 - Adequação e ampliação do parque produtivo brasileiro de produtos e serviços estratégicos para atendimento ao SUS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K7	130.000.000	162.000.000	123.741.782	27.604.128	27.583.839
20NI	250.000	250.000	0	0	0
8636	59.000.000	69.942.494	49.494.964	10.382.165	10.058.983
Total	189.250.000	232.192.494	173.236.747	37.986.293	37.642.822

- 00N7 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
1H00	258.004.762	258.004.762	75.777.316	
Total	258.004.762	258.004.762	75.777.316	

- 00N8 - Expansão da FIOCRUZ através da implantação de centros de desenvolvimento tecnológico e produção de insumos para o SUS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DX	24.900.000	24.400.000	1.049.362	100.000	100.000
13DY	1.000.000	800.000	0	0	0
13DZ	1.500.000	1.300.000	927.968	0	0
13E0	1.000.000	800.000	0	0	0
14KA	4.000.000	4.000.000	4.000.000	0	0
14UO	0	4.766.666	0	0	0
Total	32.400.000	36.066.666	5.977.330	100.000	100.000

- 00N9 - Instalação de Novas plataformas tecnológicas na FIOCRUZ para o desenvolvimento de insumos estratégicos para o SUS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago



20K1	8.000.000	8.550.000	7.442.002	1.802.493	1.790.174
Total	8.000.000	8.550.000	7.442.002	1.802.493	1.790.174

• 00NA - Modernização das Unidades da FIOCRUZ

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DT	0	333.333	0	0	0
7674	24.000.000	32.133.334	28.702.048	22.046.457	22.042.346
Total	24.000.000	32.466.667	28.702.048	22.046.457	22.042.346

• 00NB - Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2522	73.859.013	90.644.679	80.493.248	42.245.807	42.233.138
2E47	70.000.000	70.000.000	67.094.143	11.175.918	11.153.686
4452	700.000	700.000	699.541	635.607	635.607
Total	144.559.013	161.344.679	148.286.933	54.057.332	54.022.431

• 047Z - Construção do Polo de Biotecnologia da FIOCRUZ em Fortaleza/CE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DU	20.000.000	36.000.000	16.000.000	2.603.293	2.603.293
Total	20.000.000	36.000.000	16.000.000	2.603.293	2.603.293

• 0480 - Construção do Polo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da FIOCRUZ em Belo Horizonte/MG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DV	2.000.000	3.266.667	1.399.338	0	0
Total	2.000.000	3.266.667	1.399.338	0	0

• 04AA - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DW	88.000.000	100.533.334	71.200.000	8.000.000	8.000.000
Total	88.000.000	100.533.334	71.200.000	8.000.000	8.000.000

OBJETIVO: 0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00ND - Catalogação de materiais e produtos com padrão internacional (SOC/OTAN)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20T4	1.800.000	2.233.334	509.629	498.094	498.094
Total	1.800.000	2.233.334	509.629	498.094	498.094



• 00NH - Incentivo à ampliação do conteúdo tecnológico nacional nos produtos para a Defesa Nacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B28	400.000	400.000	363.465	227.116	223.636
Total	400.000	400.000	363.465	227.116	223.636

• 00NI - Provimento às Forças Armadas de material de defesa a partir da cadeia produtiva instalada no país

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4528	77.790.180	88.456.846	62.483.848	34.531.891	34.244.089
Total	77.790.180	88.456.846	62.483.848	34.531.891	34.244.089

OBJETIVO: 0757 - Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0305 - Fomento ao desenvolvimento da Marinha Mercante e à indústria naval brasileira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0118	2.916.702.610	5.226.469.379	3.710.360.200	3.709.886.561	3.703.312.353
0569	1.360.712.630	1.088.570.104	998.431.153	998.431.153	998.431.153
13DL	800.000	800.000	0	0	0
Total	4.278.215.240	6.315.839.483	4.708.791.353	4.708.317.714	4.701.743.506

OBJETIVO: 0847 - Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03GU - Criação do Observatório da Indústria

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2768	2.300.000	2.300.000	2.300.000	2.204.800	2.204.800
Total	2.300.000	2.300.000	2.300.000	2.204.800	2.204.800

• 03GV - Fiscalização do Processo Produtivo Básico para bens de informática

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2692	91.984	91.984	50.013	48.837	48.837
Total	91.984	91.984	50.013	48.837	48.837

OBJETIVO: 0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03HB - Aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades e potencialidades das empresas, setores e cadeias produtivas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago



20J7	600.000	600.000	600.000	0	0
Total	600.000	600.000	600.000	0	0

• 03HC - Disseminação da cultura da inovação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QT	716.000	716.000	716.000	425.000	425.000
Total	716.000	716.000	716.000	425.000	425.000

• 03HD - Elaboração de estudos, projetos e sistemas de inteligência e apoio à decisão para inovação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QO	300.000	300.000	300.000	300.000	0
Total	300.000	300.000	300.000	300.000	0

• 03HJ - Proposição de mecanismos para promover e apoiar as oportunidades de negócios relacionadas a grandes eventos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QS	250.000	250.000	250.000	250.000	0
Total	250.000	250.000	250.000	250.000	0

OBJETIVO: 0851 - Orientar junto às entidades competentes, o direcionamento da oferta de treinamento, qualificação e formação de mão de obra em adequação às necessidades das empresas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03HM - Programas especiais de qualificação profissionalizante para atender as demandas específicas de setores e cadeias produtivas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QR	13.300.000	13.300.000	50.000	0	0
Total	13.300.000	13.300.000	50.000	0	0

OBJETIVO: 0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03HO - Estruturação e implementação do Plano Estratégico de Software e Serviços de TI

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4967	1.580.676	1.580.676	1.529.807	97.199	97.199
Total	1.580.676	1.580.676	1.529.807	97.199	97.199

• 03HP - Fabricação de dispositivos eletrônicos e semicondutores

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6432	89.100.022	96.021.315	49.035.515	33.729.984	30.684.582



Total	89.100.022	96.021.315	49.035.515	33.729.984	30.684.582
-------	------------	------------	------------	------------	------------

OBJETIVO: 0854 - Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03HY - Fabricação de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V1	0	2.207.999	0	0	0
2485	1.500.000	1.500.000	1.486.344	1.486.344	790.859
4930	66.724.457	90.715.479	76.889.556	76.889.556	51.605.673
Total	68.224.457	94.423.478	78.375.900	78.375.900	52.396.531

- 03I1 - Modernização e adequação da infraestrutura da Nuclebrás Equipamentos Pesados - NUCLEP para a produção de equipamentos para a indústria nuclear, de forma competitiva, para atender ao programa nuclear brasileiro

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CT	9.500.000	9.500.000	9.452.321	9.452.321	8.486.147
Total	9.500.000	9.500.000	9.452.321	9.452.321	8.486.147

OBJETIVO: 0855 - Promover a competitividade das empresas de base biotecnológica e nanotecnológica, por meio do fortalecimento da capacidade inovativa e adensamento da cadeia produtiva da indústria, via atração de investimentos e oferta de infraestrutura tecnológica para alcance de economia de escala.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03I6 - Atração de empresas-âncora para os núcleos de nanotecnologia e biotecnologia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8919	680.000	680.000	514.000	0	0
Total	680.000	680.000	514.000	0	0

OBJETIVO: 0856 - Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03IC - Fabricação de produtos petroquímicos e de química fina

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20PQ	7.510.000	9.630.000	5.852.685
20PR	1.980.000	2.668.000	2.662.081
Total	9.490.000	12.298.000	8.514.766

- 03IN - Fabricação de fertilizantes nitrogenados



Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1C61	117.528.000	177.053.000	81.249.357
1C62	36.392.000	25.629.000	25.535.911
6595	79.150.000	149.981.000	149.816.561
6597	6.100.000	6.598.000	6.159.857
Total	239.170.000	359.261.000	262.761.686

• 047O - Construção das Unidades de Etilbenzeno e de Estireno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124O	43.932.000	0	0
Total	43.932.000	0	0

• 047P - Construção de Unidade de Etilenoglicol no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124Q	30.329.000	0	0
Total	30.329.000	0	0

• 047Q - Construção das Unidades de Polietileno e de Polipropileno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124S	270.268.000	0	0
Total	270.268.000	0	0

• 047R - Implantação da Unidade de Ácido Tereftálico (PTA), em Ipojuca (PE)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
125T	60.133.000	545.002.000	544.576.028
Total	60.133.000	545.002.000	544.576.028

• 047S - Implantação de Complexo de Poliéster e Resina PET, em Ipojuca (PE)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
125U	948.011.000	1.310.264.000	1.308.812.478
Total	948.011.000	1.310.264.000	1.308.812.478

• 047T - Implantação da Unidade de Estireno no Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo (RS)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146U	252.638.000	1.578.000	14.344
Total	252.638.000	1.578.000	14.344

• 047U - Implantação de Unidades de Produção de Fertilizantes Nitrogenados I (período 2011-2017)



Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12NC	510.713.000	53.251.000	23.123.802
Total	510.713.000	53.251.000	23.123.802

- 047V - Implantação de Unidade de Produção de Amônia com capacidade de aproximadamente 520 mil t/ano

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12NF	128.743.000	101.509.000	91.012.096
Total	128.743.000	101.509.000	91.012.096

- 047X - Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com Capacidade Produtiva de 1.109 mil t/ano de Ureia e 796 mil t/ano de Amônia

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124V	870.065.000	554.105.000	541.101.033
Total	870.065.000	554.105.000	541.101.033

- 047Y - Construção de Unidades de Produção de Petroquímicos de 1ª e 2ª Geração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14LD	581.157.000	301.994.000	269.681.585
Total	581.157.000	301.994.000	269.681.585

OBJETIVO: 0857 - Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03IU - Extensionismo industrial e empresarial em APLs

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6659	1.690.556	1.690.556	1.690.556	0	0
Total	1.690.556	1.690.556	1.690.556	0	0

- 03IY - Implantação de projetos integrados em redes de APLs setoriais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20R6	7.300.000	7.300.000	1.300.000	363.588	363.588
2374	41.500.000	41.500.000	6.100.000	0	0
Total	48.800.000	48.800.000	7.400.000	363.588	363.588

OBJETIVO: 0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03J7 - Ampliação da infraestrutura técnica para qualidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2023	18.000.000	18.000.000	17.509.349	14.294.552	14.294.552
2033	26.280.000	26.280.000	23.649.638	19.573.768	19.529.928
Total	44.280.000	44.280.000	41.158.988	33.868.320	33.824.480

• 03J8 - Aperfeiçoamento das práticas de regulamentação técnica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QP	150.000	150.000	0	0	0
Total	150.000	150.000	0	0	0

• 03JA - Apoio à competitividade sistêmica dos programas governamentais, com ênfase na saúde, segurança e meio ambiente

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JG	13.000.000	13.000.000	12.563.410	11.648.628	11.648.628
4172	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000
Total	14.200.000	14.200.000	13.763.410	12.848.628	12.848.628

• 03JC - Promoção da justa concorrência e proteção ao cidadão

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2034	481.265.875	559.265.875	524.969.160	499.608.884	495.669.679
20TV	0	16.337.334	0	0	0
Total	481.265.875	575.603.209	524.969.160	499.608.884	495.669.679

OBJETIVO: 0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03LB - Ampliação da inserção do tema propriedade intelectual e inovação em atividades acadêmicas e empresariais, tais como feiras de negócios, seminários, congressos, oficinas e comitês temáticos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2760	101.000	531.000	93.085	82.089	82.089
Total	101.000	531.000	93.085	82.089	82.089

• 03LC - Ampliação da oferta de cursos de curta duração e de pós-graduação em propriedade intelectual e facilitação do acesso da população por meio de novas tecnologias educacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8907	101.000	181.000	61.136	44.534	44.534
Total	101.000	181.000	61.136	44.534	44.534

• 03LF - Ampliação do acesso e contratação de novos bancos de dados nacionais e internacionais



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6481	4.000.000	2.650.000	2.268.443	1.417.246	1.417.246
Total	4.000.000	2.650.000	2.268.443	1.417.246	1.417.246

• 03LJ - Aprofundamento da cooperação com o sistema internacional de propriedade intelectual

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10U2	1.651.050	1.651.050	1.650.000	800.000	800.000
Total	1.651.050	1.651.050	1.650.000	800.000	800.000

• 03LO - Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7F44	2.000.000	1.100.000	1.100.000	753.456	753.456
Total	2.000.000	1.100.000	1.100.000	753.456	753.456

• 03LU - Implantação do Programa INPI da Qualidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8910	101.000	640.000	0	0	0
Total	101.000	640.000	0	0	0

• 03LY - Pesquisa em propriedade intelectual e inovação por meio de atividades de aperfeiçoamento do corpo docente e execução de projetos de pesquisa

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8096	1.201.000	1.351.000	1.261.772	1.167.550	1.167.550
Total	1.201.000	1.351.000	1.261.772	1.167.550	1.167.550

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.576.679	5.188.468	2.637.899
Despesas Correntes	3.480.162	3.698.599	2.280.587
Despesas de Capital	1.096.517	1.489.869	357.311
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	4.576.679	5.188.468	2.637.899

OBJETIVO: 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 016Y - Cooperação nacional e internacional em ciência, tecnologia e inovação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2061	1.080.000	1.080.000	948.933	835.285	835.285
2495	500.000	500.000	232.056	232.056	232.056
6147	6.555.461	6.572.128	5.523.136	5.171.540	3.860.204
Total	8.135.461	8.152.128	6.704.125	6.238.882	4.927.545

• 0171 - Execução do Plano Nacional de Astronomia (PNA) e expansão da participação brasileira nos telescópios internacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
200D	4.500.000	4.500.000	4.500.000	4.500.000	4.499.052
Total	4.500.000	4.500.000	4.500.000	4.500.000	4.499.052

• 0174 - Fomento aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20HZ	24.509.053	24.509.053	24.255.998	16.186.017	15.908.240
Total	24.509.053	24.509.053	24.255.998	16.186.017	15.908.240

• 0176 - Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em recursos hídricos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2223	31.289.814	32.620.676	16.331.902	13.394.634	8.872.691
7J56	400.000	400.000	0	0	0
8482	262.155	262.155	262.155	262.155	0
Total	31.951.969	33.282.831	16.594.057	13.656.789	8.872.691

• 0177 - Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2014	950.941.844	1.040.588.612	830.447.335	516.225.957	331.652.146
20UP	0	1.129.628	0	0	0
20UQ	0	1.686.752	0	0	0
20US	0	11.868.142	0	0	0
20V6	0	2.030.600	0	0	0
4148	7.832.146	7.832.146	5.723.280	4.228.162	3.986.947
4158	57.334.550	59.134.550	50.265.584	33.687.474	30.304.052
4163	13.783.420	13.783.420	9.717.564	8.653.537	7.553.859
4213	2.250.000	2.250.000	2.245.000	1.216.000	744.000
4947	6.521.466	7.582.337	6.203.920	5.180.982	4.943.475
6995	17.879.483	17.879.483	15.448.735	9.683.788	7.986.097
Total	1.056.542.909	1.165.765.670	920.051.419	578.875.900	387.170.576

• 0179 - Pesquisa e desenvolvimento de sistemas e serviços nos centros regionais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6237	5.369.000	5.369.000	4.737.875	3.678.689	3.678.689
Total	5.369.000	5.369.000	4.737.875	3.678.689	3.678.689

OBJETIVO: 0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 017B - Ampliação e modernização da infraestrutura para estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às mudanças globais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GY	8.980.000	8.980.000	5.483.834	2.041.908	2.041.908
Total	8.980.000	8.980.000	5.483.834	2.041.908	2.041.908

• 017F - Fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas da Região Amazônica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00HJ	1.707.851	1.707.851	0	0	0
13DM	0	334.333	0	0	0
2092	2.036.926	3.836.926	3.836.926	1.436.926	1.436.926
20JI	50.000	50.000	0	0	0
4125	4.034.000	4.327.334	3.936.405	3.300.954	2.994.390
4129	5.509.639	4.787.639	3.929.833	1.442.120	1.417.252
4135	3.521.000	4.243.000	3.943.000	3.741.400	3.741.400
4188	19.144.775	19.144.775	19.144.775	19.144.775	19.144.775
4542	3.500.000	4.000.000	1.497.532	1.497.532	0
4544	1.200.000	1.200.000	0	0	0
4949	16.054.100	18.683.837	10.399.512	3.869.712	3.649.770
Total	56.758.291	62.315.695	46.687.983	34.433.419	32.384.514



OBJETIVO: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCT e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 017O - Construção de uma Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CL	15.203.870	15.203.870	15.203.870	15.203.870	15.203.870
Total	15.203.870	15.203.870	15.203.870	15.203.870	15.203.870

• 017P - Difusão e disseminação do conhecimento científico, tecnológico e de inovação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6190	1.100.000	1.100.000	1.015.414	676.952	670.315
6780	2.800.000	2.800.000	2.069.953	1.198.382	1.177.190
Total	3.900.000	3.900.000	3.085.368	1.875.333	1.847.505

• 017W - Expansão do número de laboratórios multiusuários e de redes de ciência, tecnologia e inovação nas unidades de pesquisa do MCT

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8989	1.000.000	1.000.000	950.000	878.168	878.168
Total	1.000.000	1.000.000	950.000	878.168	878.168

• 017Z - Expansão e modernização da infraestrutura técnico-científica das instituições científicas e tecnológicas do país

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2095	364.936.143	460.409.326	319.908.258	162.177.678	111.512.990
Total	364.936.143	460.409.326	319.908.258	162.177.678	111.512.990

• 0182 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCT

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GU	1.000.000	1.000.000	77.186	3.454	3.454
10ZU	200.000	200.000	180.000	180.000	180.000
20UI	0	173.333	0	0	0
20UJ	0	813.593	0	0	0
20UK	0	277.083	0	0	0
20UL	0	604.433	0	0	0
20UM	0	443.333	0	0	0
20UO	0	150.000	0	0	0
20UR	0	1.982.500	0	0	0
20V7	0	1.581.557	0	0	0
211M	0	50.000.000	0	0	0
2291	1.220.000	1.220.000	1.084.991	1.049.167	1.049.167



2C66	1.900.000	1.900.000	1.644.043	818.040	818.040
2C67	2.532.000	2.785.333	2.509.346	1.435.644	1.427.788
4122	28.905.860	66.397.322	66.197.322	66.197.322	66.197.322
4123	4.175.000	4.175.000	4.045.095	3.562.496	3.560.799
4124	2.880.000	2.880.000	2.873.626	2.541.394	2.440.650
4126	1.199.900	1.326.566	1.162.760	848.254	767.056
4128	2.443.701	2.685.368	1.783.489	1.395.459	1.124.971
4132	14.819.000	14.889.850	6.051.292	5.049.349	4.049.349
4139	3.590.000	3.846.333	3.518.808	2.804.577	2.802.661
4141	1.370.000	1.370.000	1.254.017	504.808	501.666
4172	14.978.700	14.978.700	14.978.700	14.978.700	14.978.700
4174	1.020.000	1.020.000	825.239	641.544	641.544
4186	3.057.702	3.057.702	2.590.548	1.699.455	1.465.894
4192	72.442.860	81.382.860	80.582.860	80.582.860	62.656.945
4655	40.578.950	40.578.950	40.578.950	40.578.950	28.287.950
4661	7.500.433	7.500.433	5.989.612	3.059.204	3.059.204
4972	4.491.000	4.491.000	3.837.007	1.130.551	1.007.708
Total	210.305.106	313.711.249	241.764.890	229.061.227	197.020.866

• **0184 - Recuperação, modernização e ampliação da infraestrutura das unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCT**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12C9	2.815.000	2.815.000	2.746.943	1.028.030	495.959
7306	1.100.000	1.100.000	895.542	633.623	633.623
Total	3.915.000	3.915.000	3.642.485	1.661.653	1.129.582

OBJETIVO: 0485 - Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **01M6 - Estruturação, implementação e fortalecimento das redes temáticas de centros de inovação e de serviços tecnológicos, das redes estaduais de extensão tecnológica e fortalecimento e expansão do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4955	1.820.000	1.820.000	1.806.924	603.795	603.795
6257	1.485.100	1.188.080	920.590	321.483	321.483
Total	3.305.100	3.008.080	2.727.514	925.278	925.278

OBJETIVO: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **01MK - Fomento à pesquisa em Tecnologia da Informação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4185	35.385.918	38.249.969	11.745.965	5.616.517	4.907.172
Total	35.385.918	38.249.969	11.745.965	5.616.517	4.907.172



- 01MN - Promoção do desenvolvimento de bens e serviços de TIC para aplicações avançadas em áreas estratégicas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20HV	880.000	880.000	860.000	213.976	150.000
8500	600.000	600.000	600.000	100.000	100.000
Total	1.480.000	1.480.000	1.460.000	313.976	250.000

OBJETIVO: 0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01O4 - Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em Biotecnologia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UU	0	316.513	0	0	0
4031	30.625.938	28.929.091	14.431.512	9.585.326	4.019.522
4942	3.052.448	3.052.448	2.987.613	1.262.202	272.497
Total	33.678.386	32.298.052	17.419.125	10.847.528	4.292.019

- 01O5 - Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em Nanotecnologia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8655	6.460.200	7.260.200	6.708.960	4.755.361	561.960
Total	6.460.200	7.260.200	6.708.960	4.755.361	561.960

OBJETIVO: 0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01OL - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em energia e biocombustíveis

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UN	0	900.100	0	0	0
2189	58.547.324	66.218.779	35.078.864	24.500.377	23.473.472
2B41	3.314.726	3.314.726	891.326	445.431	405.431
4954	1.105.000	1.105.000	1.043.914	791.624	761.371
8971	2.183.967	2.183.967	1.792.505	1.131.340	854.321
Total	65.151.017	73.722.572	38.806.609	26.868.772	25.494.595

- 01OM - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em minerais estratégicos, nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2119	8.467.162	9.137.186	5.019.862	2.959.908	1.432.024
Total	8.467.162	9.137.186	5.019.862	2.959.908	1.432.024



• 01ON - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em petróleo e gás

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4156	102.610.872	118.166.255	44.428.204	31.685.318	29.583.155
Total	102.610.872	118.166.255	44.428.204	31.685.318	29.583.155

• 01OO - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em saúde

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2997	79.455.123	83.110.131	46.270.283	19.352.165	12.334.295
8480	692.497	692.497	692.497	78.000	20.000
Total	80.147.620	83.802.628	46.962.780	19.430.165	12.354.295

• 01OP - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em transportes, especialmente nos setores aeroespacial, naval e ferroviário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2191	451.110	451.110	397.891	9.022	9.022
2357	3.419.135	3.846.527	2.896.858	1.943.477	1.666.277
4053	28.978.639	32.323.159	19.284.465	8.161.301	4.204.418
8563	25.838.222	27.365.636	10.747.594	8.035.251	6.568.459
Total	58.687.106	63.986.432	33.326.808	18.149.052	12.448.177

• 01OR - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a produção agrícola sustentável, defesa agropecuária, aquicultura e pesca

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4043	71.258.561	77.816.366	23.335.146	14.324.212	11.952.949
Total	71.258.561	77.816.366	23.335.146	14.324.212	11.952.949

• 01OT - Implantação do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZS	1.000.000	0	0	0	0
Total	1.000.000	0	0	0	0

OBJETIVO: 0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01P9 - Apoio à inovação nas empresas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
007Z	4.312.998	4.312.998	1.194.248	1.194.248	1.172.192
00LY	0	33.333.333	0	0	0
0741	200.624.476	200.624.476	200.624.476	162.951.012	123.370.763



0745	100.282.643	131.564.538	95.910.161	2.064.477	2.064.477
0748	1.000.000	1.286.666	879.999	20.000	20.000
0A29	499.999.999	499.999.999	157.613.223	113.094.262	108.194.388
2113	110.249.109	119.438.113	61.276.543	34.693.103	33.645.732
6846	2.009.250	2.009.250	1.417.746	1.176.546	1.176.546
Total	918.478.475	992.569.373	518.916.397	315.193.650	269.644.099

- **01PK - Fomento à criação e consolidação de empresas inovadoras intensivas em conhecimento, em especial nas incubadoras de empresas e parques tecnológicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8470	72.710.350	72.207.370	3.047.829	2.006.388	1.603.388
Total	72.710.350	72.207.370	3.047.829	2.006.388	1.603.388

OBJETIVO: 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01Q0 - Concessão de bolsas para atração, fixação e promoção do intercâmbio de recursos humanos qualificados - Ciência sem Fronteiras**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00HI	254.540.000	343.325.588	342.710.500	244.505.646	243.151.801
Total	254.540.000	343.325.588	342.710.500	244.505.646	243.151.801

- **01Q1 - Concessão de bolsas para formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, desenvolvimento tecnológico, extensão e inovação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0900	234.999.160	234.999.160	234.972.444	231.379.384	230.203.897
0901	455.453.591	486.339.595	487.138.468	481.406.756	480.874.488
0902	108.478.418	118.064.947	118.062.447	117.049.815	117.043.915
0903	30.611.231	82.668.835	82.668.735	29.450.521	29.448.819
Total	829.542.400	922.072.537	922.842.094	859.286.475	857.571.118

OBJETIVO: 0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01Q9 - Apoio a ações de ciência, tecnologia e de inovação na área de Educação Científica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B08	15.240.962	15.240.962	0	0	0
Total	15.240.962	15.240.962	0	0	0

- **01QD - Apoio a projetos e eventos de divulgação científica, tecnológica e de inovação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago



6702	10.182.400	10.750.817	6.658.386	5.606.490	5.117.875
Total	10.182.400	10.750.817	6.658.386	5.606.490	5.117.875

• 01QE - Desenvolvimento de espaços e iniciativas científico-culturais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
201W	500.777	514.877	499.794	384.197	384.197
4945	330.000	330.000	314.958	227.455	227.455
8961	7.520.000	7.520.000	3.879.494	1.026.443	972.423
Total	8.350.777	8.364.877	4.694.247	1.638.095	1.584.075

OBJETIVO: 0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01QG - Apoio à implantação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8960	58.080.000	58.080.000	12.167.009	345.372	11.070
Total	58.080.000	58.080.000	12.167.009	345.372	11.070

• 01QK - Apoio a projetos de Tecnologia Social e de Tecnologia Assistiva

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8976	140.114.851	140.114.851	3.460.009	1.865.437	1.218.265
Total	140.114.851	140.114.851	3.460.009	1.865.437	1.218.265

• 01QN - Fomento a pesquisa e desenvolvimento aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8975	600.000	600.000	380.970	300.000	300.000
Total	600.000	600.000	380.970	300.000	300.000

• 01QO - Fomento a pesquisa e desenvolvimento em Arranjos Produtivos Locais, Micro e Pequenos Empreendimentos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8977	2.800.000	2.800.000	1.477.452	805.384	522.054
Total	2.800.000	2.800.000	1.477.452	805.384	522.054

OBJETIVO: 0501 - Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01QS - Apoio ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para as cidades sustentáveis

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20HW	2.400.000	2.400.000	558.013	0	0
Total	2.400.000	2.400.000	558.013	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Ciência, Tecnologia e Inovação

PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	46.774	46.774	10.473
Despesas Correntes	33.274	33.274	10.473
Despesas de Capital	13.500	13.500	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	46.774	46.774	10.473

OBJETIVO: 0836 - Regularizar no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03EL - Atualização de instrumentos legais que versam sobre micro e pequenas empresas de forma a consolidar o tratamento favorecido e diferenciado a esse segmento

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0473	9.957.500	9.957.500	8.957.500	8.957.500	8.957.500
Total	9.957.500	9.957.500	8.957.500	8.957.500	8.957.500

- 03EQ - Implementação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas nos Estados, no DF e nos Municípios

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8240	352.000	352.000	7.050	6.070	6.070
Total	352.000	352.000	7.050	6.070	6.070

OBJETIVO: 0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03F4 - Apoio técnico a projetos de Inserção de micro e pequenas empresas nos mercados nacional e internacional, inclusive as organizadas em APLs e as de produto artesanal brasileiro

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JD	620.000	620.000	620.000	0	0
2706	2.007.088	2.007.088	2.007.087	1.036.467	1.036.467
6670	639.088	639.088	600.000	0	0
Total	3.266.176	3.266.176	3.227.087	1.036.467	1.036.467

- 03F8 - Capacitação de micro e pequenas empresas e empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais - APLs

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago



2704	794.126	794.126	745.868	198.157	198.157
2710	13.351.640	13.351.640	3.807.512	274.602	274.602
Total	14.145.766	14.145.766	4.553.380	472.759	472.759

- 03FI - Promoção do desenvolvimento e difusão de novos produtos, processos e tecnologias de produção, gestão e comercialização para micro e pequenas empresas organizadas em APLs e para o setor artesanal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6514	18.677.088	18.677.088	0	0	0
Total	18.677.088	18.677.088	0	0	0

OBJETIVO: 0838 - Promover a cooperação técnica e financeira internacional para as micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03FM - Promoção à cooperação técnica e financeira internacional em melhores práticas de apoio e gestão do conhecimento em micro e pequenas empresas, inclusive nas artesanais e nas organizadas em APLs

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JE	250.000	250.000	250.000	0	0
Total	250.000	250.000	250.000	0	0

OBJETIVO: 0839 - Desenvolver, disponibilizar e consolidar sistemas de gestão do conhecimento sobre micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais, para o compartilhamento de conhecimento e a geração de vantagem competitiva de mercado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03FT - Criação de rede nacional de disseminação de conhecimentos e boas práticas em gestão empreendedora de micro e pequenas empresas e artesanato

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JF	125.000	125.000	0	0	0
Total	125.000	125.000	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	24.809	27.299	7.190
Despesas Correntes	12.109	12.609	5.886
Despesas de Capital	12.700	14.690	1.304
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	24.809	27.299	7.190

OBJETIVO: 0822 - Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócios.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03CW - Implantação da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Q0	1.632.055	1.632.055	0	0	0
Total	1.632.055	1.632.055	0	0	0

- 03CX - Implantação de Centros de Prestação de Serviços aos Empreendedores

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147K	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	1.000.000	1.000.000	0	0	0

- 03D0 - Monitoramento e avaliação da prestação dos serviços de registro mercantil, bem como da fiscalização dos agentes auxiliares do comércio, executados pelas Juntas Comerciais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2031	19.376.850	21.367.088	17.082.314	7.189.978	7.189.978
Total	19.376.850	21.367.088	17.082.314	7.189.978	7.189.978

OBJETIVO: 0823 - Mapear e diagnosticar os setores de comércio e serviços no Brasil para levantar informações oficiais que orientem as políticas e os investimentos no país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03D2 - Desenvolvimento de cadastros nacionais dos setores de comércio e serviços

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DH	650.000	650.000	0	0	0
Total	650.000	650.000	0	0	0

- 03D7 - Elaboração e divulgação do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147Q	1.450.000	1.450.000	0	0	0
Total	1.450.000	1.450.000	0	0	0

OBJETIVO: 0824 - Estimular o processo de ativação econômica sustentável dos segmentos de comércio e serviços, contribuindo para o crescimento da economia nacional, geração de emprego e renda, e para o bem estar do consumidor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03DF - Desenvolvimento e melhoria da competitividade dos segmentos de comércio e serviços

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JC	700.000	700.000	0	0	0
20TT	0	500.000	0	0	0
Total	700.000	1.200.000	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.389.607	3.243.944	1.016.329
Despesas Correntes	582.583	1.138.027	356.595
Despesas de Capital	807.025	2.105.917	659.734
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.389.607	3.243.944	1.016.329

OBJETIVO: 0805 - Fortalecer o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, bem como estruturar novas formas de combate a práticas desleais de comércio.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 039B - Realização de investigações de defesa comercial

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2022	3.400.000	1.544.166	946.169	921.462	921.462
Total	3.400.000	1.544.166	946.169	921.462	921.462

OBJETIVO: 0807 - Aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior a fim de incrementar a utilização dos instrumentos de financiamento e garantia oficiais e não-oficiais à exportação, visando ao aumento da competitividade internacional das empresas brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 039Y - Financiamentos oficiais à exportação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0267	485.096.000	1.040.096.000	1.035.946.691	315.442.573	315.442.573
0A84	800.000.000	2.100.000.000	1.600.000.000	657.674.810	657.674.810
Total	1.285.096.000	3.140.096.000	2.635.946.691	973.117.383	973.117.383

• 039Z - Operações de seguro de crédito à exportação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0027	12.500.000	12.500.000	0	0	0
Total	12.500.000	12.500.000	0	0	0

OBJETIVO: 0808 - Promover a difusão da cultura exportadora nas Unidades da Federação, mobilizando e capacitando gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior, com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03AG - Implantação do Escritório do Exportador com a finalidade de atuar como centro da difusão da cultura exportadora e de orientação de empresários, gestores públicos e agentes de comércio exterior na área de jurisdição da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DJ	100.000	100.000	0	0	0
Total	100.000	100.000	0	0	0

• 03AI - Implementação do Plano Nacional da Cultura Exportadora

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20J4	1.355.560	1.355.560	867.622	818.352	818.352
Total	1.355.560	1.355.560	867.622	818.352	818.352

OBJETIVO: 0809 - Fortalecer a promoção comercial brasileira no exterior e diminuir o número de barreiras ao produto nacional, com ênfase na ampliação das exportações de bens e serviços, na diversificação da pauta exportadora e dos mercados-destino e na maior agregação de valor ao produto e serviço exportado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03B5 - Organização de eventos de posicionamento e imagem do Brasil, e missões comerciais para mercados e nos setores prioritários indicados pela Estratégia Nacional de Exportações

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20CS	2.200.000	2.200.000	189.253	90.107	90.107
Total	2.200.000	2.200.000	189.253	90.107	90.107

• 03B8 - Promoção Comercial do Modelo Zona Franca de Manaus e Divulgação das potencialidades regionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8184	1.000.000	1.000.000	1.000.000	367.325	367.325
Total	1.000.000	1.000.000	1.000.000	367.325	367.325

OBJETIVO: 0816 - Ampliar o acesso das exportações brasileiras a mercados prioritários por meio de novos acordos comerciais e da administração dos acordos existentes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03BZ - Representação do Governo Federal nos foros de negociações de novos acordos e administração dos acordos existentes

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2696	1.440.000	740.000	497.973	490.843	490.843
Total	1.440.000	740.000	497.973	490.843	490.843

OBJETIVO: 0817 - Promover a efetiva implantação e funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), integrando ações públicas e privadas, com vistas ao crescimento das exportações e ao equilibrado desenvolvimento econômico e social do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03CC - Monitoramento de instalação e operação de ZPEs



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20CX	37.180.000	37.180.000	445.522	211.308	211.308
Total	37.180.000	37.180.000	445.522	211.308	211.308

OBJETIVO: 0820 - Implantar, manter e aprimorar os sistemas de informação e gestão do comércio exterior, com vistas a conferir maior celeridade, simplificação e segurança aos processos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03CJ - Aprimoramento dos Sistemas de Gestão do Comércio Exterior, incluindo novos módulos e funcionalidades para o NOVOEX e para o SISCOMEX

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20J3	38.141.000	38.141.000	35.089.212	35.089.212	35.089.212
20TU	0	1.892.713	0	0	0
Total	38.141.000	40.033.713	35.089.212	35.089.212	35.089.212

- 03CP - Gestão e atualização do conteúdo dos sistemas on-line AliceWeb, AliceWeb-Mercosul e Portal Brasileiro de Comércio Exterior, com melhorias na navegação e inclusão de mais variáveis de consulta

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20J6	5.694.564	5.694.564	5.504.564	5.223.441	5.223.441
Total	5.694.564	5.694.564	5.504.564	5.223.441	5.223.441

- 03CS - Implantação e manutenção do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20J5	1.500.000	1.500.000	1.499.972	0	0
Total	1.500.000	1.500.000	1.499.972	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2076 - Turismo**Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.576.652	3.366.467	187.012
Despesas Correntes	639.888	498.994	141.779
Despesas de Capital	1.936.764	2.867.473	45.234
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.576.652	3.366.467	187.012

OBJETIVO: 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02V4 - Adequação da infraestrutura turística pública para o desenvolvimento sustentável do turismo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10V0	1.744.107.171	2.530.127.173	661.412.707	9.908.720	9.908.720
Total	1.744.107.171	2.530.127.173	661.412.707	9.908.720	9.908.720

• 02V5 - Apoio ao ordenamento e a consolidação dos segmentos turísticos brasileiros

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4624	2.300.000	5.500.000	1.273	1.273	1.273
Total	2.300.000	5.500.000	1.273	1.273	1.273

• 02V6 - Apoio aos entes públicos na contratação e execução dos projetos com recursos oriundos de financiamentos externos para o desenvolvimento sustentável do turismo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10W8	3.800.000	3.040.000	0	0	0
10X0	147.916.679	126.976.679	114.651.874	4.431.011	4.431.011
14TJ	0	41.305.566	0	0	0
Total	151.716.679	171.322.245	114.651.874	4.431.011	4.431.011

• 02V7 - Cadastramento das empresas, dos empreendimentos e dos profissionais do turismo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4044	1.507.000	1.507.000	688.488	10.437	10.437
Total	1.507.000	1.507.000	688.488	10.437	10.437

• 02V8 - Elaboração de estudos de competitividade do turismo brasileiro

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11YN	100.000	100.000	0	0	0

Turismo

Plano
Mais Brasil

20NJ	800.000	800.000	0	0	0
Total	900.000	900.000	0	0	0

- 02V9 - Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços e equipamentos turísticos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4048	1.300.000	1.300.000	99.656	39.570	39.570
8990	100.000	100.000	29.946	0	0
Total	1.400.000	1.400.000	129.603	39.570	39.570

- 02VC - Fiscalização dos serviços turísticos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2658	2.900.000	3.133.333	455.354	14.942	14.942
Total	2.900.000	3.133.333	455.354	14.942	14.942

- 02VD - Incentivo à inserção da produção associada ao turismo nos roteiros e destinos turísticos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4054	6.500.000	4.500.000	1.083.833	86.057	86.057
Total	6.500.000	4.500.000	1.083.833	86.057	86.057

- 02VF - Promoção de investimentos privados e financiamento no setor de turismo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0454	32.119.487	43.186.795	32.119.487	32.119.487	32.119.487
2C01	4.000.000	4.000.000	879.219	879.219	879.219
Total	36.119.487	47.186.795	32.998.706	32.998.706	32.998.706

- 02VH - Qualificação de profissionais e gestores da cadeia produtiva do turismo e incentivo a certificação de pessoas, equipamentos, serviços e produtos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4590	73.373.100	55.173.100	10.300.614	1.487.379	52.929
Total	73.373.100	55.173.100	10.300.614	1.487.379	52.929

- 02VJ - Qualificação dos produtos e serviços turísticos de base local e/ou comunitária na cadeia produtiva do turismo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B39	8.674.000	8.674.000	115.679	0	0
Total	8.674.000	8.674.000	115.679	0	0

OBJETIVO: 0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas



• 02VM - Adequação da infraestrutura turística pública para os megaeventos esportivos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14KP	116.000.000	144.000.000	116.000.000	2.668.223	2.668.223
Total	116.000.000	144.000.000	116.000.000	2.668.223	2.668.223

OBJETIVO: 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02VY - Implementação de projetos de apoio a organização, integração e fortalecimento da cadeia de distribuição do turismo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8256	3.000.000	3.000.000	247.576	0	0
Total	3.000.000	3.000.000	247.576	0	0

• 02VZ - Promoção e apoio a comercialização de roteiros, destinos e produtos - Salão do Turismo - Roteiros do Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5130	9.791.470	0	0	0	0
Total	9.791.470	0	0	0	0

• 02W0 - Realização de campanhas de promoção do turismo interno

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4038	119.450.100	105.450.100	39.767.690	19.525.323	19.525.323
Total	119.450.100	105.450.100	39.767.690	19.525.323	19.525.323

• 02W1 - Realização de eventos temáticos geradores de fluxo turístico para a comercialização de roteiros, destinos e produtos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4620	137.701.503	124.681.503	5.053.469	2.574.693	2.574.693
Total	137.701.503	124.681.503	5.053.469	2.574.693	2.574.693

OBJETIVO: 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02W3 - Promoção, marketing e apoio a comercialização para a divulgação do turismo brasileiro no mercado internacional, inclusive vinculada ao combate ao turismo sexual - Plano Aquarela

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8224	57.182.369	62.482.369	61.985.254	54.860.231	54.860.231
8228	25.475.092	27.275.092	26.153.159	21.420.176	21.420.176
8230	39.481.139	31.781.139	30.119.072	22.552.937	22.552.937
8232	12.068.323	12.668.323	12.371.770	7.195.409	7.195.409

Turismo



8944	10.300.500	9.000.500	2.879.678	2.764.694	2.764.694
Total	144.507.423	143.207.423	133.508.933	108.793.447	108.793.447

OBJETIVO: 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02W4 - Apoio a gestão e desenvolvimento das regiões turísticas brasileiras

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4092	4.950.000	4.950.000	41.954	41.954	41.954
4622	2.050.000	2.050.000	85.322	85.322	85.322
Total	7.000.000	7.000.000	127.276	127.276	127.276

• 02W5 - Apoio ao desenvolvimento da gestão compartilhada e ao planejamento integrado do Sistema Nacional de Turismo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2968	2.100.000	2.100.000	73.029	17.628	17.628
Total	2.100.000	2.100.000	73.029	17.628	17.628

• 02W6 - Apoio a realização do inventário da oferta turística

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4084	569.000	569.000	0	0	0
Total	569.000	569.000	0	0	0

• 02W8 - Incorporação de melhores práticas internacionais no setor de turismo brasileiro

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4120	495.000	495.000	96.077	51.077	51.077
Total	495.000	495.000	96.077	51.077	51.077

• 02W9 - Realização de estudos e pesquisas e sistematização de dados para subsidiar políticas de desenvolvimento do turismo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4104	6.540.400	6.540.400	4.276.699	4.276.699	4.276.699
Total	6.540.400	6.540.400	4.276.699	4.276.699	4.276.699

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	430.570	555.142	30.422
Despesas Correntes	43.920	51.332	28.388
Despesas de Capital	386.650	503.810	2.034
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	430.570	555.142	30.422

OBJETIVO: 0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 020S - Desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VA	0	1.172.500	0	0	0
6751	200.000	200.000	152.014	68.136	68.136
Total	200.000	1.372.500	152.014	68.136	68.136

• 020U - Implantação da infraestrutura para atender as demandas das mudanças climáticas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10H2	4.819.500	4.819.500	4.536.533	2.996.002	2.996.002
Total	4.819.500	4.819.500	4.536.533	2.996.002	2.996.002

OBJETIVO: 0540 - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 020X - Fomento a pesquisas no âmbito de impactos, adaptação e vulnerabilidades das mudanças climáticas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
200B	877.726	877.726	606.160	192.647	192.647
Total	877.726	877.726	606.160	192.647	192.647

OBJETIVO: 0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02MF - Elaboração da Comunicação Nacional do Brasil à Convenção sobre Mudança do Clima

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago



6126	235.940	235.940	235.940	0	0
Total	235.940	235.940	235.940	0	0

- **02MG - Elaboração de diagnóstico sobre oportunidades e desafios das fontes não convencionais de energia e do consumo eficiente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M7	1.090.753	1.090.753	254.156	254.156	254.156
Total	1.090.753	1.090.753	254.156	254.156	254.156

- **02MM - Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00J4	360.000.000	480.000.000	360.000.000	0	0
20G4	29.100.000	32.500.000	28.500.217	11.177.060	11.171.064
Total	389.100.000	512.500.000	388.500.217	11.177.060	11.171.064

- **02MO - Implementação do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M8	297.000	297.000	295.480	260.871	260.871
Total	297.000	297.000	295.480	260.871	260.871

- **02MP - Implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8911	1.696.923	1.696.923	1.659.280	386.906	386.906
Total	1.696.923	1.696.923	1.659.280	386.906	386.906

- **02MR - Implementação do Programa Brasileiro de Eliminação dos Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M9	208.000	208.000	49.375	49.375	49.375
Total	208.000	208.000	49.375	49.375	49.375

- **02MV - Monitoramento Contínuo das Emissões Setoriais de Gases de Efeito Estufa no Brasil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MA	1.300.000	1.300.000	1.175.624	135.125	135.125
Total	1.300.000	1.300.000	1.175.624	135.125	135.125

- **02MX - Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6909	410.710	410.710	410.710	410.710	410.710
Total	410.710	410.710	410.710	410.710	410.710



OBJETIVO: 0707 - Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02OC - Adequação ecológica e socioambiental de instrumentos de uso, produção e consumo sustentável em áreas suscetíveis à desertificação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
200H	452.000	452.000	140.818	140.818	140.818
Total	452.000	452.000	140.818	140.818	140.818

- 02OI - Identificação, diagnose e combate aos processos de desertificação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8906	11.250.000	11.250.000	1.125.000	0	0
Total	11.250.000	11.250.000	1.125.000	0	0

- 02OK - Mapeamento, interpretação de dados e recuperação de áreas ambientalmente degradadas em processo de desertificação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MB	200.000	200.000	0	0	0
Total	200.000	200.000	0	0	0

OBJETIVO: 0734 - Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02UC - Desenvolvimento de Sistema de Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas nos sistemas naturais e nas atividades econômicas do Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20HY	3.000.000	3.000.000	3.000.000	1.906.211	29.870
Total	3.000.000	3.000.000	3.000.000	1.906.211	29.870

OBJETIVO: 0990 - Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 047E - Expansão e modernização a infraestrutura física, computacional e de recursos humanos do CPTEC e aprimoramento de seus modelos computacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4184	15.431.230	15.431.230	14.046.239	12.444.296	12.444.296
Total	15.431.230	15.431.230	14.046.239	12.444.296	12.444.296

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	344.482	388.030	145.707
Despesas Correntes	192.405	226.017	141.078
Despesas de Capital	152.077	162.013	4.629
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	344.482	388.030	145.707

OBJETIVO: 0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00M0 - Apoio à implementação de programa de C,T&I com intercâmbio de conhecimentos entre povos indígenas, populações tradicionais e com redes de pesquisa científica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20HU	200.000	200.000	200.000	0	0
Total	200.000	200.000	200.000	0	0

- 00ME - Estruturação de jardins botânicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MT	118.000	118.800	117.415	10.274	10.274
20WL	0	163.334	0	0	0
Total	118.000	282.134	117.415	10.274	10.274

- 00MH - Implantação da Plataforma Nacional de Informações em Biodiversidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GO	1.310.776	1.310.776	1.310.776	491.723	91.000
Total	1.310.776	1.310.776	1.310.776	491.723	91.000

- 00MP - Instituição do Programa Nacional de Inventários Biológicos, incorporando técnicas moleculares e de bioinformática

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8964	1.538.576	1.538.576	1.538.576	830.394	57.293
Total	1.538.576	1.538.576	1.538.576	830.394	57.293

- 00MR - Modernização e adequação da infraestrutura dos acervos nacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago



20MQ	210.000	216.500	114.917	37.960	37.960
8963	884.471	884.471	884.047	602.330	0
Total	1.094.471	1.100.971	998.964	640.290	37.960

- **00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VD	0	411.537	0	0	0
20WK	0	400.000	0	0	0
2973	3.802.000	3.826.670	3.825.668	793.063	792.394
4157	1.500.000	1.500.000	1.494.312	595.508	324.682
4951	611.696	611.696	611.696	0	0
6255	235.940	235.940	169.816	0	0
6717	159.724	159.724	149.044	39.783	19.320
6739	152.924	152.924	152.924	67.651	0
8460	270.894	270.894	100.249	80.611	0
8978	75.948.497	75.948.497	948.496	415.183	360
Total	82.681.675	83.517.882	7.452.205	1.991.800	1.136.756

- **00MX - Produção de periódicos científicos e publicação de informações qualificadas sobre a biodiversidade vegetal por meio de diversas mídias**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MR	100.000	105.000	104.050	45.540	45.540
Total	100.000	105.000	104.050	45.540	45.540

- **00MY - Proteção de bancos ativos de germoplasma de espécies da flora nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8909	599.500	610.170	600.767	114.790	114.790
Total	599.500	610.170	600.767	114.790	114.790

OBJETIVO: 0504 - Atualizar o marco regulatório sobre a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade, tendo como referência os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01SH - Aperfeiçoamento e implementação dos marcos legais da política nacional da biodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8408	586.400	586.400	520.252	444.075	444.075
Total	586.400	586.400	520.252	444.075	444.075

OBJETIVO: 0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01TG - Caracterização Nutricional das Plantas Alimentícias e Inclusão dessas Espécies em Programas**

**Institucionais do Governo Federal voltados à Segurança Alimentar e Nutricional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LV	118.405	118.405	0	0	0
Total	118.405	118.405	0	0	0

• **01TJ - Concessão de direito real de uso para as famílias beneficiárias das unidades de conservação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MV	250.000	250.000	247.564	246.901	246.901
Total	250.000	250.000	247.564	246.901	246.901

• **01TU - Fomento a projetos que visem a conservação e o uso sustentável da biodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MW	500.000	500.000	485.557	472.213	472.213
20N1	3.820.000	4.279.000	3.037.679	676.561	676.561
2B07	3.755.372	3.755.372	3.744.118	3.696.165	2.671.129
Total	8.075.372	8.534.372	7.267.354	4.844.938	3.819.902

• **01TW - Gestão territorial e ambiental dos territórios de povos e comunidades tradicionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6040	100.000	100.000	100.000	0	0
Total	100.000	100.000	100.000	0	0

• **01U2 - Implementação de estratégias participativas e coletivas para promover a conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade com ênfase em redes e sistemas comunitários, manejo agroecológico da produção e de sistemas agroflorestais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8920	200.000	200.000	0	0	0
Total	200.000	200.000	0	0	0

• **01U9 - Licenciamento e manejo da fauna em vida livre ou com potencial de uso, com foco no uso sustentável e na conservação dos ecossistemas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2975	1.090.500	1.090.500	975.174	975.174	975.174
8908	500.000	500.000	444.161	344.161	294.161
Total	1.590.500	1.590.500	1.419.336	1.319.336	1.269.336

• **01UB - Pagamento por serviços de conservação de recursos naturais no meio rural prestados no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GF	35.244.000	52.971.204	31.240.300	30.109.200	30.109.200

Biodiversidade



20TK	1.800.000	3.372.000	3.084.297	1.488.381	1.488.381
20VP	0	33.333	0	0	0
Total	37.044.000	56.376.537	34.324.597	31.597.581	31.597.581

- **01UD - Promoção das cadeias e arranjos produtivos locais da sociobiodiversidade e da conservação e uso sustentável das espécies da agrobiodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
200I	1.290.000	1.290.000	1.277.449	729.075	729.075
2B61	412.353	412.353	0	0	0
6061	9.703.584	9.703.584	0	0	0
8450	1.800.000	1.800.000	1.759.372	0	0
Total	13.205.937	13.205.937	3.036.821	729.075	729.075

OBJETIVO: 0507 - Modernizar a gestão, promover o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados e assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01UG - Ampliação e aperfeiçoamento da fiscalização do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MJ	600.000	600.000	35.525	35.525	35.525
Total	600.000	600.000	35.525	35.525	35.525

- **01UU - Promoção da repartição de benefícios decorrentes do acesso e uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TS	0	166.667	0	0	0
4976	1.745.119	1.745.119	898.574	715.148	715.148
Total	1.745.119	1.911.786	898.574	715.148	715.148

OBJETIVO: 0508 - Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01UZ - Aprimoramento da gestão dos Centros de Triagens de Animais Silvestres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4969	3.600.000	3.700.000	3.461.881	3.237.958	3.230.873
Total	3.600.000	3.700.000	3.461.881	3.237.958	3.230.873

- **01V2 - Avaliação do estado de conservação das espécies da fauna e da flora brasileira, elaboração e implementação de planos de ação para a conservação das espécies ameaçadas de extinção e/ou migratórias**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MP	200.000	205.000	105.000	33.942	33.942



2934	12.900.000	12.900.000	12.899.646	10.010.505	10.010.505
Total	13.100.000	13.105.000	13.004.646	10.044.447	10.044.447

• 01V4 - Conservação e Uso Sustentável de Espécies Ameaçadas de Extinção

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2976	275.000	275.000	165.049	165.049	78.455
Total	275.000	275.000	165.049	165.049	78.455

• 01V6 - Elaboração de planos de gestão e recuperação para as espécies aquáticas ameaçadas e espécies sobre-explotadas da pesca marinha e continental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LU	370.000	370.000	109.736	102.241	102.241
Total	370.000	370.000	109.736	102.241	102.241

OBJETIVO: 0509 - Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01VO - Avaliação do estado de conservação de espécies marinhas sobre-explotadas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2933	440.000	440.000	216.474	212.612	212.612
Total	440.000	440.000	216.474	212.612	212.612

• 01VP - Avaliação do potencial sustentável e monitoramento dos recursos vivos marinhos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C99	400.000	400.000	65.693	65.693	65.693
Total	400.000	400.000	65.693	65.693	65.693

• 01W0 - Desenvolvimento de pesquisas e ações em biossegurança

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8406	185.000	185.000	0	0	0
Total	185.000	185.000	0	0	0

• 01W3 - Fiscalização para a redução do uso, comercialização e transporte ilegal de recursos naturais e da biodiversidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2946	7.000.000	7.000.000	6.794.900	6.521.983	6.249.745
6309	1.000.000	1.000.000	824.500	824.500	824.500
Total	8.000.000	8.000.000	7.619.400	7.346.483	7.074.246

• 01WF - Monitoramento e controle de espécies invasoras



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6007	395.883	395.883	0	0	0
Total	395.883	395.883	0	0	0

OBJETIVO: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01WK - Ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LX	2.701.944	2.701.944	749.288	680.863	680.863
Total	2.701.944	2.701.944	749.288	680.863	680.863

• 01WR - Conservação de ecossistemas aquáticos vulneráveis para manutenção de bens e serviços ambientais para a sociedade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LT	625.000	625.000	468.858	435.120	435.120
8354	411.265	411.265	74.738	66.151	66.151
Total	1.036.265	1.036.265	543.595	501.272	501.272

• 01WS - Conservação do patrimônio espeleológico

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2096	100.000	100.000	99.094	99.094	99.094
Total	100.000	100.000	99.094	99.094	99.094

• 01WT - Conservação in situ da diversidade genética, com ênfase para as variedades crioulas e os parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas, por meio da implementação de reservas genéticas em Unidades de Conservação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LW	410.000	410.000	0	0	0
Total	410.000	410.000	0	0	0

• 01WU - Consolidação territorial das Unidades de Conservação Federais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6381	17.988.140	18.654.807	980.445	466.499	466.499
Total	17.988.140	18.654.807	980.445	466.499	466.499

• 01WV - Gestão ambiental e conservação dos biomas brasileiros



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8278	637.336	637.336	278.703	231.367	231.367
Total	637.336	637.336	278.703	231.367	231.367

• 01WW - Implantação de Corredores Ecológicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
101V	5.025.325	14.375.268	7.893.056	1.916.101	1.916.101
Total	5.025.325	14.375.268	7.893.056	1.916.101	1.916.101

• 01X1 - Implementação e gestão das Unidades de Conservação Federais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MU	3.500.000	3.500.000	2.995.547	2.822.069	2.822.069
20WM	0	921.036	0	0	0
8492	66.154.213	74.577.530	65.113.746	57.358.282	57.358.282
Total	69.654.213	78.998.566	68.109.293	60.180.351	60.180.351

• 01X2 - Integração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação a outras áreas protegidas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2566	988.964	988.964	0	0	0
2E49	15.640.999	15.640.999	0	0	0
Total	16.629.963	16.629.963	0	0	0

• 01X4 - Ordenamento e estruturação da visitação no Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MS	874.500	875.750	275.588	45.551	45.148
Total	874.500	875.750	275.588	45.551	45.148

• 04A3 - Ordenamento e estruturação da visitação nas Unidades de Conservação Federais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13MY	51.500.000	54.600.000	23.587.444	16.353.885	16.353.885
Total	51.500.000	54.600.000	23.587.444	16.353.885	16.353.885

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	161.965	245.698	142.711
Despesas Correntes	148.689	222.889	141.279
Despesas de Capital	13.276	22.810	1.431
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	161.965	245.698	142.711

OBJETIVO: 0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 000S - Aprimoramento da estrutura e atuação dos órgãos do SISNAMA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8294	3.555.055	3.555.055	2.111.903	1.912.306	1.912.179
Total	3.555.055	3.555.055	2.111.903	1.912.306	1.912.179

• 000V - Aprimoramento do controle das atividades florestais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8296	2.099.999	2.133.332	1.961.148	1.809.610	1.729.610
Total	2.099.999	2.133.332	1.961.148	1.809.610	1.729.610

• 000X - Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WB	0	521.666	0	0	0
4950	2.120.000	2.120.000	297.460	297.460	297.460
6035	1.827.500	2.010.250	214.340	124.385	124.385
8298	2.300.000	2.300.000	1.758.475	89.489	89.489
Total	6.247.500	6.951.916	2.270.274	511.333	511.333

• 00P2 - Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10TC	1.050.000	1.050.000	797.538	797.538	797.538
10TD	895.500	895.500	700.982	460.507	460.507
20WD	0	350.000	0	0	0
8304	900.000	900.000	794.441	759.065	759.065
Total	2.845.500	3.195.500	2.292.961	2.017.110	2.017.110



OBJETIVO: 0229 - Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00PA - Implantação do Cadastro Ambiental Rural e de sistema de regularização ambiental em todas as unidades da federação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M2	350.000	350.000	0	0	0
8308	3.800.000	4.333.333	3.769.690	2.118.601	2.118.601
Total	4.150.000	4.683.333	3.769.690	2.118.601	2.118.601

- 00PB - Implementação de Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) e elaboração e execução do Plano Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8288	6.479.600	6.629.600	2.221.684	229.467	229.467
Total	6.479.600	6.629.600	2.221.684	229.467	229.467

OBJETIVO: 0231 - Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00PT - Instituição de sistemas e cadeias produtivas sustentáveis, como estratégia de prevenção e controle do desmatamento ilegal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M4	475.000	475.000	340.023	140.023	140.023
Total	475.000	475.000	340.023	140.023	140.023

OBJETIVO: 0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01IX - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MX	250.000	250.000	227.167	227.167	227.167
20WA	0	258.334	0	0	0
6060	100.000	100.000	19.154	0	0
8292	682.403	682.403	109.814	102.713	102.713
8300	1.850.000	1.850.000	1.478.894	149.554	149.554
Total	2.882.403	3.140.737	1.835.028	479.434	479.434

OBJETIVO: 0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas



• 01J9 - Planejamento, gestão e monitoramento das Concessões Florestais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MI	1.400.000	1.400.000	555.195	427.064	427.064
20WC	0	53.333	0	0	0
2D12	7.000.000	6.600.000	4.544.263	3.934.365	3.934.365
Total	8.400.000	8.053.333	5.099.457	4.361.429	4.361.429

OBJETIVO: 0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01JF - Desenvolvimento da silvicultura com espécies nativas e de sistemas agroflorestais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20A7	1.361.875	1.361.875	8.048	8.048	8.048
20M3	612.935	612.935	4.287	4.287	4.287
Total	1.974.810	1.974.810	12.335	12.335	12.335

• 01JJ - Fomento à expansão da base florestal plantada para atividades produtivas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8290	680.000	680.000	26.449	17.168	17.168
Total	680.000	680.000	26.449	17.168	17.168

OBJETIVO: 0473 - Prevenir e combater incêndios florestais com enfoque nas áreas remanescentes dos biomas brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01JV - Prevenção e combate aos incêndios florestais e controle de queimadas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MY	8.000.000	28.000.000	27.678.550	24.739.658	24.739.658
6074	20.500.000	22.666.667	20.796.628	20.631.813	19.682.544
Total	28.500.000	50.666.667	48.475.178	45.371.472	44.422.202

OBJETIVO: 0475 - Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01KD - Aperfeiçoamento das atividades de fiscalização e combate ao desmatamento

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6037	10.372.745	10.372.745	9.925.036	9.493.991	9.300.203
Total	10.372.745	10.372.745	9.925.036	9.493.991	9.300.203

• 01KK - Formulação, implementação, monitoramento e avaliação de planos e estratégias de prevenção e controle do desmatamento de forma integrada entre os órgãos federais, Estados e Municípios



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M1	350.000	350.000	0	0	0
20VU	0	6.667	0	0	0
6072	100.000	100.000	0	0	0
Total	450.000	456.667	0	0	0

• **01KQ - Policiamento e fiscalização ambiental orientados pelo planejamento estratégico federal de combate ao desmatamento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MZ	3.500.000	3.500.000	3.000.000	2.695.062	2.695.062
6307	44.120.000	103.453.333	43.938.732	39.675.763	38.437.661
Total	47.620.000	106.953.333	46.938.732	42.370.824	41.132.722

OBJETIVO: 0476 - Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **01KU - Monitoramento da cobertura da terra na Amazônia e demais biomas brasileiros por satélite**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V9	0	543.976	0	0	0
4176	5.476.000	5.476.000	5.199.835	3.354.432	3.354.432
Total	5.476.000	6.019.976	5.199.835	3.354.432	3.354.432

• **01KW - Monitoramento e controle do desmatamento, das queimadas e dos incêndios florestais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2063	1.250.000	1.250.000	1.038.714	249.672	249.672
6329	28.506.288	28.506.288	28.506.288	28.261.358	26.307.446
Total	29.756.288	29.756.288	29.545.002	28.511.030	26.557.117

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	41.295	42.010	17.955
Despesas Correntes	36.844	36.847	17.724
Despesas de Capital	4.451	5.163	231
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	41.295	42.010	17.955

OBJETIVO: 0487 - Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, e para o gerenciamento de substâncias perigosas, visando garantir a melhoria da qualidade ambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01MO - Adequação dos procedimentos de controle do perigo e avaliação do risco de substâncias químicas e produtos perigosos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2979	1.551.121	1.551.121	1.522.573	1.502.573	1.502.573
Total	1.551.121	1.551.121	1.522.573	1.502.573	1.502.573

- 01MR - Aprimoramento da fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos considerados efetivo ou potencialmente poluidores, degradadores e contaminantes

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6124	550.312	550.312	385.300	385.300	385.300
Total	550.312	550.312	385.300	385.300	385.300

- 01MS - Capacitação de técnicos que atuam nas áreas relacionadas à qualidade ambiental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B87	182.945	182.945	53.846	40.906	40.906
Total	182.945	182.945	53.846	40.906	40.906

- 01MT - Elaboração e publicação de relatórios e indicadores sobre a qualidade ambiental, e aprimoramento do Cadastro Técnico Federal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ML	800.000	800.000	747.956	743.231	743.231
Total	800.000	800.000	747.956	743.231	743.231

- 01MV - Fomento a estudos e projetos voltados para a melhoria da qualidade ambiental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago



2B85	1.502.571	1.502.571	789.335	692.836	692.836
Total	1.502.571	1.502.571	789.335	692.836	692.836

- **01MW - Fomento aos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) para o aperfeiçoamento de redes de monitoramento de qualidade do ar, assim como para a elaboração de inventários regionais de poluentes atmosféricos e para o aperfeiçoamento de seus processos internos de gestão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D05	170.390	170.390	0	0	0
Total	170.390	170.390	0	0	0

- **01N0 - Implementação da Agenda de Segurança Química no Brasil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1C49	398.639	398.639	324.878	0	0
Total	398.639	398.639	324.878	0	0

OBJETIVO: 0488 - Promover a Gestão dos Riscos relacionados às Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos, visando a Proteção da População e do Meio Ambiente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01N3 - Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis a Óleo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6635	995.688	995.688	995.688	995.688	995.688
Total	995.688	995.688	995.688	995.688	995.688

- **01N4 - Gestão de Risco de Emergências Ambientais, Preparação e Atendimento à Ocorrência de Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MM	800.000	800.000	606.020	599.568	599.568
20VW	0	78.520	0	0	0
Total	800.000	878.520	606.020	599.568	599.568

- **01N5 - Implementação do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta às Emergências Ambientais com Produtos Perigosos (P2R2)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8496	1.262.000	1.262.000	766.424	0	0
Total	1.262.000	1.262.000	766.424	0	0

- **01N7 - Prevenção e combate de danos ambientais causados pela Indústria do Petróleo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B88	283.834	283.834	283.834	283.834	283.834
Total	283.834	283.834	283.834	283.834	283.834

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.674.035	3.388.252	672.662
Despesas Correntes	371.088	344.604	85.655
Despesas de Capital	2.302.948	3.043.647	587.006
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.674.035	3.388.252	672.662

OBJETIVO: 0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01DV - Fiscalização cadastral das propriedades rurais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2105	7.500.000	7.500.000	1.504.580	1.367.691	1.363.531
Total	7.500.000	7.500.000	1.504.580	1.367.691	1.363.531

• 01DW - Modernizar o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) e ampliar a inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a integração dele com outras bases geográficas para qualificar o controle e o gerenciamento da malha fundiária nacional, dar apoio à certificação de imóveis rurais e promover a massificação do seu acesso

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2114	15.000.000	15.000.000	7.018.486	5.653.169	5.653.169
Total	15.000.000	15.000.000	7.018.486	5.653.169	5.653.169

OBJETIVO: 0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01E3 - Construção de malhas fundiárias municipais, a serem consolidadas em banco de dados estaduais, contribuindo com a governabilidade fundiária plena

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20S3	8.277.570	8.277.570	6.959.104	0	0
Total	8.277.570	8.277.570	6.959.104	0	0

• 01E4 - Destinação de terras públicas nos marcos da Lei 11.952/2009



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TA	21.737.747	21.737.747	2.381.561	1.000.179	818.404
Total	21.737.747	21.737.747	2.381.561	1.000.179	818.404

• 01E6 - Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4426	9.590.000	9.590.000	3.892.631	449.301	447.730
Total	9.590.000	9.590.000	3.892.631	449.301	447.730

• 01E7 - Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210U	0	1.656.667	0	0	0
8378	1.500.000	1.500.000	1.142.138	130.572	130.572
Total	1.500.000	3.156.667	1.142.138	130.572	130.572

• 01E8 - Gestão de malha fundiária nos marcos da Lei 11.952/2009

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20T9	72.000.000	72.000.000	47.332.563	26.214.602	6.976.630
211C	0	666.667	0	0	0
Total	72.000.000	72.666.667	47.332.563	26.214.602	6.976.630

• 01EB - Qualificação dos beneficiários e potenciais beneficiários das ações de regularização fundiária visando ao acesso às políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, com ênfase para os que se encontram em situação de pobreza

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8418	300.000	300.000	299.961	0	0
Total	300.000	300.000	299.961	0	0

• 01ED - Regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2110	21.500.000	21.500.000	1.935.256	727.521	726.521
Total	21.500.000	21.500.000	1.935.256	727.521	726.521

OBJETIVO: 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01EK - Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento

**Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TG	105.000.000	276.000.000	250.018.887	101.397.620	101.397.620
211B	0	240.166.666	68.920.192	0	0
4460	601.650.000	430.650.000	320.098.715	178.026.096	177.551.739
8387	10.500.000	10.500.000	7.079.450	6.744.683	6.738.140
Total	717.150.000	957.316.666	646.117.243	286.168.399	285.687.498

- 01EL - Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8384	5.500.000	5.500.000	3.249.315	3.063.872	3.056.085
Total	5.500.000	5.500.000	3.249.315	3.063.872	3.056.085

- 01EO - Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa Mais Ambiente e demais procedimentos de regularização

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8374	18.500.000	18.500.000	4.106.301	3.088.596	3.088.390
Total	18.500.000	18.500.000	4.106.301	3.088.596	3.088.390

- 01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0427	946.000.000	1.261.333.333	741.292.491	124.975.031	113.565.381
20S7	18.000.000	16.200.000	8.733.597	8.284.539	8.263.883
8396	367.545.609	334.545.609	200.037.652	47.656.647	47.625.631
8398	17.000.000	15.300.000	5.835.648	2.058.362	2.054.455
Total	1.348.545.609	1.627.378.942	955.899.387	182.974.579	171.509.350

OBJETIVO: 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01ES - Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4358	2.700.000	2.700.000	2.261.190	2.080.906	2.080.041
Total	2.700.000	2.700.000	2.261.190	2.080.906	2.080.041

- 01EU - Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211A	0	67.151.195	0	0	0
2B06	7.000.000	7.000.000	5.459.262	3.703.266	3.703.266
Total	7.000.000	74.151.195	5.459.262	3.703.266	3.703.266

- 01EW - Proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4320	22.850.000	22.350.000	15.681.040	5.310.800	5.308.249
Total	22.850.000	22.350.000	15.681.040	5.310.800	5.308.249

OBJETIVO: 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01F0 - Implantação de bibliotecas rurais, visando a incentivar a leitura entre as populações do campo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C72	300.000	300.000	167.063	44.674	44.674
Total	300.000	300.000	167.063	44.674	44.674

- 01F1 - Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4474	3.800.000	11.800.000	3.708.179	2.549.322	2.549.322
6952	4.200.000	5.200.000	2.029.449	177.567	28.695
8370	18.000.000	22.000.000	16.347.074	8.366.078	7.740.250
Total	26.000.000	39.000.000	22.084.701	11.092.967	10.318.267

OBJETIVO: 0423 - Reduzir a violência no campo com a mediação de conflitos agrários, a prevenção de tensão social no campo e a promoção de assistência às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, garantindo o efetivo acesso às políticas públicas sociais, em especial o combate à fome e à miséria.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01F2 - Intensificar o combate à violência no campo e a prevenção de tensão social no meio rural

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210R	0	550.000	0	0	0
4284	2.500.000	2.500.000	1.694.659	1.202.201	1.197.953
4288	200.000	200.000	11.589	11.589	11.589
4300	300.000	300.000	24.823	24.823	24.823
4304	2.500.000	2.500.000	386.772	374.042	372.360
Total	5.500.000	6.050.000	2.117.843	1.612.655	1.606.725



• 01F3 - Proporcionar o acesso das famílias acampadas de trabalhadores rurais às políticas sociais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2109	4.500.000	4.500.000	2.202.081	1.430.714	1.430.714
Total	4.500.000	4.500.000	2.202.081	1.430.714	1.430.714

OBJETIVO: 0735 - Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02UG - Acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20S4	100.000	100.000	0	0	0
Total	100.000	100.000	0	0	0

• 02UI - Concessão de financiamento para aquisição de imóveis e infraestrutura básica rurais às famílias de trabalhadores rurais, por meio de crédito fundiário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0061	300.000.000	400.000.000	299.999.460	126.547.204	126.547.204
2373	1.500.000	1.500.000	1.486.854	0	0
Total	301.500.000	401.500.000	301.486.314	126.547.204	126.547.204

• 02UN - Implantação de infraestrutura básica e investimentos comunitários e manutenção, capacitação e assistência técnica às famílias, com vistas à consolidação dos projetos financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20S5	55.484.500	55.484.500	55.480.904	10.000.000	10.000.000
210Q	0	12.691.670	0	0	0
2C77	1.000.000	1.000.000	970.283	0	0
Total	56.484.500	69.176.170	56.451.187	10.000.000	10.000.000

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



OBJETIVO: 0489 - Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01N9 - Aperfeiçoamento de normas e da gestão das informações, e desenvolvimento institucional dos órgãos integrantes do SISNAMA responsáveis pelo licenciamento ambiental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N0	200.000	200.000	199.801	199.801	199.801
6925	9.250.000	9.383.333	8.780.049	7.819.325	7.819.325
8342	679.227	679.227	257.648	150.750	150.750
8499	7.360.000	7.693.333	2.170.639	74.128	68.508
Total	17.489.227	17.955.893	11.408.137	8.244.005	8.238.385

- 01NB - Fortalecer os órgãos integrantes do SISNAMA para a gestão compartilhada por meio da capacitação de gestores e conselheiros ambientais (Plano Nacional de Capacitação e Gestão Ambiental - PNC)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6687	240.000	240.000	0	0	0
Total	240.000	240.000	0	0	0

OBJETIVO: 0490 - Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01NF - Apoio à implementação das ações prioritárias dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4921	1.193.965	1.193.965	0	0	0
Total	1.193.965	1.193.965	0	0	0

- 01NH - Capacitação dos Fóruns de Agenda 21 para atualização dos planos e projetos de gestão sustentável do território

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4910	2.129.679	2.129.679	601.072	544.751	544.751
Total	2.129.679	2.129.679	601.072	544.751	544.751

- 01NI - Fomento a planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M6	5.280.000	5.440.000	3.685.944	490.963	490.963
Total	5.280.000	5.440.000	3.685.944	490.963	490.963

OBJETIVO: 0491 - Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01NK - Desenvolvimento de ações de formação, comunicação e desenvolvimento de capacidades para a



formação de educadores ambientais, lideranças comunitárias, jovens e gestores públicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4932	2.930.000	2.930.000	1.500.000	1.379.382	1.379.382
6857	300.000	300.000	200.000	200.000	200.000
Total	3.230.000	3.230.000	1.700.000	1.579.382	1.579.382

- 01NL - Desenvolvimento de estratégias de educação ambiental, participação social e mediação de conflitos para apoio à gestão socioambiental de territórios ocupados por grupos em situação de vulnerabilidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8286	1.435.000	1.435.000	785.605	780.845	770.259
Total	1.435.000	1.435.000	785.605	780.845	770.259

- 01NP - Implementação da Política Nacional de Educação Ambiental em parceria com órgãos estaduais, municipais e entes não governamentais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2001	500.000	500.000	500.000	495.000	492.300
2D08	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000
Total	700.000	700.000	700.000	695.000	692.300

- 01NQ - Implementação e consolidação da Agenda Ambiental na Administração Pública

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B35	1.000.000	1.000.000	367.649	367.649	367.649
Total	1.000.000	1.000.000	367.649	367.649	367.649

- 01NS - Pesquisa, divulgação técnico-científica e formação de multiplicadores em educação ambiental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2972	100.000	108.947	102.187	8.879	8.879
Total	100.000	108.947	102.187	8.879	8.879

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.947.663	5.110.324	1.647.953
Despesas Correntes	3.359.462	4.384.498	1.516.833
Despesas de Capital	588.201	725.826	131.119
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	3.947.663	5.110.324	1.647.953

OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01A6 - Ampliação e qualificação do Programa Garantia Safra para todo o país, com a revisão do marco legal e monitoramento de macroprocessos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0359	130.000.000	627.130.080	627.130.080	411.800.000	411.800.000
Total	130.000.000	627.130.080	627.130.080	411.800.000	411.800.000

- 01AL - Criação e aperfeiçoamento de ferramentas de gestão de riscos, com ampliação do Zoneamento Agrícola e definição de metodologias para sistemas de produção da sociobiodiversidade e de culturas regionais, ampliação e implementação de tecnologias e redes de obtenção de dados agroclimáticos e implementação de sistemas de monitoramento climático e de campo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C76	1.447.858	1.447.858	1.447.857	600.000	600.000
Total	1.447.858	1.447.858	1.447.857	600.000	600.000

- 01AO - Disponibilização de insumos produtivos visando ao melhoramento da capacidade de produção da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4266	19.837.292	19.837.292	9.818.487	861.911	861.911
Total	19.837.292	19.837.292	9.818.487	861.911	861.911

- 01AQ - Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0281	2.388.659.000	2.917.159.000	2.917.159.000	1.022.029.710	1.022.029.710
0A81	350.000.000	466.666.667	153.100.289	130.733.918	130.733.918
Total	2.738.659.000	3.383.825.667	3.070.259.289	1.152.763.628	1.152.763.628

- 01BB - Utilização de instrumentos de intervenção no mercado, garantindo o preço, a renda e o abastecimento



dos produtos da agricultura familiar (público atendido pela Lei 11.326/2006, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e comunidades quilombolas), bem como formar estoques públicos reguladores e estratégicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00GW	67.000.000	67.000.000	0	0	0
00GZ	30.000.000	30.000.000	0	0	0
20GI	217.000.000	217.000.000	0	0	0
Total	314.000.000	314.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01BC - Adoção de práticas de convivência com o semiárido nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e apoio a projetos de inovação tecnológica da agricultura familiar no semiárido

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8996	1.750.005	1.750.005	1.204.599	0	0
Total	1.750.005	1.750.005	1.204.599	0	0

- 01BE - Ampliação da diversificação da agricultura familiar no âmbito da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8312	1.000.000	1.000.000	992.799	0	0
Total	1.000.000	1.000.000	992.799	0	0

- 01BI - Apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SY	13.600.000	47.224.729	33.211.029	0	0
Total	13.600.000	47.224.729	33.211.029	0	0

- 01C4 - Fomento e disponibilização de tecnologias e de conhecimentos apropriados para a agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, com componente de educação ambiental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8326	4.000.000	4.000.000	2.832.997	394.946	394.946
Total	4.000.000	4.000.000	2.832.997	394.946	394.946

- 01CB - Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2100	0	3.333.333	0	0	0
2178	3.000.000	3.000.000	149.782	0	0
4260	395.006.200	354.381.471	338.044.922	3.156.571	3.156.571
4448	15.318.200	15.318.200	11.838.704	6.664.751	6.157.464
4470	248.763.100	268.763.100	227.059.760	57.720.507	56.722.064
8358	4.212.000	4.212.000	0	0	0
Total	666.299.500	649.008.104	577.093.168	67.541.828	66.036.099

OBJETIVO: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01CX - Diversificação econômica da agricultura familiar por meio da agroindustrialização, de atividades não agrícolas, da produção orgânica, da sociobiodiversidade, das plantas medicinais e fitoterápicos, contribuindo para o fortalecimento de sua imagem perante a sociedade, incluindo o apoio às organizações da agricultura familiar para a comercialização durante grandes eventos esportivos (Copa, Olimpíadas, Rio +20)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210V	0	4.230.898	0	0	0
4280	23.634.700	23.634.700	19.251.701	6.665.731	6.665.731
Total	23.634.700	27.865.598	19.251.701	6.665.731	6.665.731

- 01D1 - Fomento à organização da base produtiva da agricultura familiar para participação nas cadeias de energias renováveis

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B54	11.311.673	10.111.673	8.804.241	4.651.859	4.645.859
Total	11.311.673	10.111.673	8.804.241	4.651.859	4.645.859

OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 030A - Garantir Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) específica para mulheres, com qualificação dos agentes para adoção de procedimentos metodológicos adequados e para implementação de serviços direcionados à gestão e formalização de organizações econômicas de agricultoras rurais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8332	11.748.000	11.748.000	6.045.204	0	0
Total	11.748.000	11.748.000	6.045.204	0	0

- 030H - Promoção comercial de organizações econômicas de mulheres em mercados institucionais, e justos e solidários, com apoio aos processos de organização baseados no cooperativismo e associativismo e na formalização das organizações econômicas, integrando a economia feminista e solidária; e à implantação de procedimentos para a transição agroecológica, à adequação e/ou inovação tecnológica e à certificação da produção das mulheres



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210W	0	1.000.000	0	0	0
8400	6.000.000	6.000.000	5.817.022	41.406	41.406
Total	6.000.000	7.000.000	5.817.022	41.406	41.406

OBJETIVO: 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 030N - Apoio e fomento a processos de transição agroecológica; a experiências de produção e redes de promoção da agroecologia e da agricultura orgânica e a circuitos locais de comercialização, de economia solidária, do mercado justo e da rede de segurança alimentar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6087	875.000	875.000	860.132	385.132	385.132
Total	875.000	875.000	860.132	385.132	385.132

- 0310 - Implementação de estratégias e ações visando à ampliação da participação da produção orgânica e de base ecológica da agricultura familiar nos mercados institucionais e diferenciados

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20T2	2.000.000	2.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000
Total	2.000.000	2.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000

OBJETIVO: 0761 - Promover e garantir o espaço das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária por meio do fortalecimento do processo de integração regional, cooperação internacional e participação nas negociações internacionais e de comércio exterior envolvendo o país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0313 - Promoção das políticas públicas da agricultura familiar, reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais nas ações de integração regional, cooperação internacional, comércio exterior e nos acordos internacionais negociados pelo país

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SZ	1.500.000	1.500.000	1.469.000	1.246.066	1.246.066
Total	1.500.000	1.500.000	1.469.000	1.246.066	1.246.066

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	10.335.085	11.622.974	4.426.147
Despesas Correntes	4.226.898	4.443.438	1.686.849
Despesas de Capital	6.108.187	7.179.536	2.739.298
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	10.335.085	11.622.974	4.426.147

OBJETIVO: 0350 - Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 010Y - Administração do cadastro nacional de unidades armazenadoras brasileiras

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y7	0	280.000	0	0	0
4702	600.000	600.000	381.854	381.854	381.854
Total	600.000	880.000	381.854	381.854	381.854

• 0113 - Aquisição de produtos agrícolas para a formação de estoques públicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0299	270.000.000	395.000.000	395.000.000	382.163.952	382.163.952
2130	2.083.000.000	2.083.000.000	751.055.909	650.133.055	610.253.496
Total	2.353.000.000	2.478.000.000	1.146.055.909	1.032.297.008	992.417.448

• 0118 - Disponibilização de mecanismos de suporte de preços e apoio a comercialização de produtos agropecuários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0300	1.000.097.000	875.097.000	420.583.361	251.283.361	251.283.361
Total	1.000.097.000	875.097.000	420.583.361	251.283.361	251.283.361

• 0119 - Fiscalização dos estoques, das operações de garantia e sustentação dos preços na comercialização dos produtos agropecuários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2137	3.224.000	3.224.000	1.597.783	1.565.910	1.532.378
Total	3.224.000	3.224.000	1.597.783	1.565.910	1.532.378

• 011E - Modernização e ampliação da Unidade Armazenadora de Itaqui/MA



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147U	5.000.000	5.000.000	124.920	124.920	124.920
Total	5.000.000	5.000.000	124.920	124.920	124.920

• 011F - Modernização, Reforma e Certificação das unidades de armazenamento da CONAB

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2829	15.500.000	14.000.000	3.243.027	1.324.761	1.121.331
Total	15.500.000	14.000.000	3.243.027	1.324.761	1.121.331

OBJETIVO: 0600 - Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02C7 - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico (INMET)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147S	5.270.000	6.855.717	4.047.300	4.047.300	4.047.300
Total	5.270.000	6.855.717	4.047.300	4.047.300	4.047.300

• 02CC - Digitalização do Acervo Histórico dos Dados Meteorológicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147R	5.500.000	5.500.000	3.622.779	0	0
Total	5.500.000	5.500.000	3.622.779	0	0

• 02CG - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2161	17.738.082	18.738.082	17.738.082	12.791.517	12.219.220
Total	17.738.082	18.738.082	17.738.082	12.791.517	12.219.220

OBJETIVO: 0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02CI - Aperfeiçoamento do processo de fiscalização das operações subvencionadas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QU	2.155.600	2.155.600	357.063	344.303	342.806
Total	2.155.600	2.155.600	357.063	344.303	342.806

• 02CM - Disponibilização de informações e aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento de riscos agroclimáticos



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2157	540.000	540.000	468.009	280.254	279.372
5920	12.727.000	12.727.000	11.115.654	11.115.654	11.115.654
Total	13.267.000	13.267.000	11.583.663	11.395.908	11.395.026

• 02CN - Pagamento da subvenção ao prêmio e cobertura de déficit nas operações de seguro rural

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0026	20.800.000	20.800.000	20.799.855	20.798.385	20.798.385
099F	174.044.174	329.044.174	329.044.174	149.081.292	64.560.148
Total	194.844.174	349.844.174	349.844.029	169.879.677	85.358.532

OBJETIVO: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02EI - Ampliação e Melhoria da Divulgação dos Programas de Financiamento Agropecuário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
200E	210.103	210.103	46.792	3.632	3.632
Total	210.103	210.103	46.792	3.632	3.632

• 02EP - Melhoria do acesso e aumento dos recursos do crédito rural oficial

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
008H	100.000	100.000	0	0	0
0294	1.312.513.000	1.202.513.000	1.202.513.000	461.836.957	461.836.957
0297	170.000	170.000	0	0	0
0298	82.620.000	172.620.000	172.620.000	69.913.205	69.913.205
0301	805.587.000	886.087.000	886.087.000	53.995.216	53.995.216
0373	10.747.000	10.747.000	10.747.000	0	0
0611	161.597.000	161.597.000	161.596.922	161.596.922	161.596.922
Total	2.373.334.000	2.433.834.000	2.433.563.922	747.342.300	747.342.300

OBJETIVO: 0623 - Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários, visando a disponibilização de informações relacionadas ao agronegócio nacional e internacional, para subsidiar a formulação de políticas públicas, a comercialização e a tomada de decisão pelos agentes públicos e privados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02F5 - Aperfeiçoamento e disponibilização das estimativas de safras

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4711	1.500.000	1.500.000	1.080.155	1.067.542	1.062.868
Total	1.500.000	1.500.000	1.080.155	1.067.542	1.062.868



• 02F9 - Estruturação da rede pública de informação agrícola, em parceria com governos estaduais e municipais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8579	1.000.000	1.000.000	124.342	93.422	93.422
Total	1.000.000	1.000.000	124.342	93.422	93.422

• 02FE - Quantificação das perdas qualitativas e quantitativas na pós-colheita de grãos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10HG	1.034.210	1.034.210	0	0	0
Total	1.034.210	1.034.210	0	0	0

OBJETIVO: 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02GM - Financiamentos ao Agronegócio Café

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0012	2.733.713.343	3.793.892.757	2.520.634.664	2.013.405.408	2.013.405.408
Total	2.733.713.343	3.793.892.757	2.520.634.664	2.013.405.408	2.013.405.408

• 02GN - Fomento da pesquisa, desenvolvimento e inovação em cafeicultura

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y8	0	16.667	0	0	0
4803	12.000.000	12.000.000	7.597.565	2.359.320	1.717.809
Total	12.000.000	12.016.667	7.597.565	2.359.320	1.717.809

• 02GP - Manutenção das Unidades Armazenadoras de Café sob responsabilidade do Funcafé

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2825	5.000.000	5.000.000	2.163.298	2.037.184	2.033.364
Total	5.000.000	5.000.000	2.163.298	2.037.184	2.033.364

• 02GR - Promoção do Café Brasileiro no País e no Exterior

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C94	5.000.000	5.000.000	616.854	616.854	616.854
Total	5.000.000	5.000.000	616.854	616.854	616.854

• 02GT - Remuneração às instituições financeiras pela operacionalização de recursos do Funcafé nos financiamentos ao agronegócio café

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A27	130.000.000	130.000.000	74.276.057	73.363.379	73.363.379



Total	130.000.000	130.000.000	74.276.057	73.363.379	73.363.379
-------	-------------	-------------	------------	------------	------------

• 0489 - Capacitação dos agentes do agronegócio café

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4717	500.000	500.000	333.000	333.000	333.000
Total	500.000	500.000	333.000	333.000	333.000

OBJETIVO: 0692 - Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02LV - Missões para negociações agropecuárias internacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8533	1.500.000	1.500.000	1.251.218	1.121.020	902.994
Total	1.500.000	1.500.000	1.251.218	1.121.020	902.994

• 02LW - Promoção e Imagem do Setor Agropecuário Brasileiro no Exterior

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8548	1.600.000	1.760.000	1.703.639	1.685.318	1.676.544
Total	1.600.000	1.760.000	1.703.639	1.685.318	1.676.544

OBJETIVO: 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02WL - Desenvolvimento de florestas plantadas comerciais e heveicultura

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SQ	550.000	550.000	127.121	101.452	82.860
Total	550.000	550.000	127.121	101.452	82.860

• 02WU - Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8593	3.756.600	3.756.600	1.866.904	457.744	407.066
Total	3.756.600	3.756.600	1.866.904	457.744	407.066

OBJETIVO: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas



• 02X0 - Consolidação de Núcleos de Estudo em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QW	450.000	450.000	422.088	0	0
Total	450.000	450.000	422.088	0	0

• 02X2 - Fiscalização dos serviços agropecuários regulamentados

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4747	253.650	253.650	122.658	111.381	106.571
Total	253.650	253.650	122.658	111.381	106.571

• 02X3 - Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4720	1.260.730	1.260.730	860.212	332.960	321.941
Total	1.260.730	1.260.730	860.212	332.960	321.941

• 02X9 - Promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0064	602.115	602.115	0	0	0
2135	12.913.822	12.913.822	12.913.820	12.337.668	12.337.668
4756	1.202.075	1.202.075	1.201.177	1.112.606	1.011.487
8591	2.600.500	2.600.500	1.206.958	282.751	263.228
8598	1.635.000	1.635.000	827.616	217.828	175.604
Total	18.953.512	18.953.512	16.149.572	13.950.854	13.787.988

• 02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8606	922.000	922.000	798.021	386.976	304.203
Total	922.000	922.000	798.021	386.976	304.203

OBJETIVO: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZV	0	666.666	0	0	0
2B17	370.000	370.000	150.376	146.752	139.887



8611	1.406.301.271	1.416.301.271	600.510.898	75.684.563	4.004.229
Total	1.406.671.271	1.417.337.937	600.661.274	75.831.314	4.144.116

• 02XL - Coordenação e fiscalização da atividade agrícola

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2177	325.686	325.686	143.323	136.459	134.997
Total	325.686	325.686	143.323	136.459	134.997

• 02XO - Elaboração de estudos que visem a redução do custo logístico da movimentação de produtos agropecuários destinados ao abastecimento e à exportação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SR	450.000	450.000	361.983	90.480	74.046
Total	450.000	450.000	361.983	90.480	74.046

• 02XT - Promoção da capacitação, intercooperação, acesso a mercados e internacionalização de associações e cooperativas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8622	6.839.000	6.839.000	5.063.976	1.347.422	1.296.732
Total	6.839.000	6.839.000	5.063.976	1.347.422	1.296.732

OBJETIVO: 0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02Y0 - Desenvolvimento da potencialidade agroenergética das regiões produtoras de cacau

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8544	1.453.500	1.453.500	312.596	274.119	232.032
Total	1.453.500	1.453.500	312.596	274.119	232.032

• 02Y2 - Difusão de tecnologias e capacitação dos agentes produtivos em produção agroenergética

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B18	800.000	800.000	377.445	371.050	371.050
8538	689.709	689.709	0	0	0
Total	1.489.709	1.489.709	377.445	371.050	371.050

• 02Y3 - Divulgação de estudos relativos ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agroenergéticas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8542	300.000	300.000	0	0	0
Total	300.000	300.000	0	0	0

OBJETIVO: 0976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,



visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 045W - Consolidação da gestão do conhecimento e da informação por meio do Sistema Nacional de Difusão de Informação para o Agronegócio

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4721	7.060.000	7.060.000	3.641.359	3.617.689	3.380.302
Total	7.060.000	7.060.000	3.641.359	3.617.689	3.380.302

- 045X - Desenvolvimento e fortalecimento da gestão institucional do MAPA, aperfeiçoando os mecanismos de comunicação social integrada, interna e externa, consolidando a Gestão Estratégica, implementando o Modelo de Gestão Institucional, a gestão de pessoas por competência, a avaliação de desempenho e o Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1K40	1.762.021	1.762.021	298.035	271.960	246.143
Total	1.762.021	1.762.021	298.035	271.960	246.143

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	641.445	809.193	151.077
Despesas Correntes	108.928	111.540	64.559
Despesas de Capital	532.517	697.654	86.518
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	641.445	809.193	151.077

OBJETIVO: 0128 - Reformular o marco legal da Política Nacional de Irrigação, elaborar Plano Diretor Nacional de Irrigação e reestruturar a gestão da agricultura irrigada em articulação com as políticas públicas afins.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0094 - Elaboração do Plano Diretor Nacional de Irrigação e do Programa Nacional de Irrigação e Drenagem

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140H	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	1.000.000	1.000.000	0	0	0

• 009C - Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140G	1.800.000	1.800.000	0	0	0
Total	1.800.000	1.800.000	0	0	0

OBJETIVO: 0171 - Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00F9 - Realização de estudos e pesquisas direcionadas a redução das perdas de água em sistemas irrigados e a otimização de sua aplicação na agricultura irrigada, com vistas ao aumento de sua eficiência

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QX	250.000	250.000	90.003	78.275	76.174
Total	250.000	250.000	90.003	78.275	76.174

OBJETIVO: 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00FV - Administração, Operação, Manutenção e Revitalização de Perímetros Públicos de Irrigação



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12OB	37.071.269	37.894.077	27.901.410	13.055.989	12.678.162
5934	1.000.000	3.026.667	0	0	0
5980	1.000.000	2.266.667	0	0	0
5984	1.000.000	4.333.333	1.000.000	0	0
7014	1.000.000	2.136.667	0	0	0
Total	41.071.269	49.657.411	28.901.410	13.055.989	12.678.162

• 00G0 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo de Irecê/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5314	43.333.329	65.343.329	39.733.243	25.364.289	23.476.586
Total	43.333.329	65.343.329	39.733.243	25.364.289	23.476.586

• 00G4 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M16	13.200.000	19.818.533	9.999.113	0	0
Total	13.200.000	19.818.533	9.999.113	0	0

• 00G5 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás/GO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5252	23.824.686	28.985.892	1.500.000	1.500.000	1.500.000
Total	23.824.686	28.985.892	1.500.000	1.500.000	1.500.000

• 00G7 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curitiba/SE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1622	230.000	9.073.360	3.976.390	891.411	890.747
Total	230.000	9.073.360	3.976.390	891.411	890.747

• 00G8 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia/GO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3770	11.043.343	13.480.301	11.043.343	0	0
Total	11.043.343	13.480.301	11.043.343	0	0

• 00GA - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Marituba/AL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1686	0	283.733	0	0	0
Total	0	283.733	0	0	0

• 00GB - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo/PI



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FT	7.128.000	12.194.667	7.128.000	0	0
Total	7.128.000	12.194.667	7.128.000	0	0

• 00GC - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Passarão/RR

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5E79	7.040.000	2.666.667	0	0	0
Total	7.040.000	2.666.667	0	0	0

• 00GE - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal/PE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5260	880.000	31.213.333	20.880.000	1.581.118	1.581.118
Total	880.000	31.213.333	20.880.000	1.581.118	1.581.118

• 00GH - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1692	33.770.000	49.670.000	24.376.849	11.112.866	11.110.970
Total	33.770.000	49.670.000	24.376.849	11.112.866	11.110.970

• 00GJ - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Sampaio/TO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ER	88.000	33.333	0	0	0
Total	88.000	33.333	0	0	0

• 00GL - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação São João/TO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1670	0	166.667	0	0	0
Total	0	166.667	0	0	0

• 00GM - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de São Bernardo/MA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FS	7.480.000	10.013.333	0	0	0
Total	7.480.000	10.013.333	0	0	0

• 00GP - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa/PB

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5246	97.771	33.333	0	0	0



Total	97.771	33.333	0	0	0
-------	--------	--------	---	---	---

• 00GQ - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Araras Norte/CE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1025	5.804	13.452.471	4.317.027	0	0
Total	5.804	13.452.471	4.317.027	0	0

• 00GR - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú/CE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1012	24.675.640	34.675.640	24.675.640	882.491	882.491
Total	24.675.640	34.675.640	24.675.640	882.491	882.491

• 00GU - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe/PI

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1028	28.377.232	34.710.565	27.111.545	20.283.825	20.283.825
Total	28.377.232	34.710.565	27.111.545	20.283.825	20.283.825

• 00GV - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas/CE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1017	42.427.396	59.432.949	29.432.949	15.715.799	15.715.799
Total	42.427.396	59.432.949	29.432.949	15.715.799	15.715.799

• 00GW - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí/PI

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1021	34.447.430	31.447.430	21.300.000	0	0
Total	34.447.430	31.447.430	21.300.000	0	0

• 00HD - Promover a regularização ambiental e fundiária em projetos públicos de irrigação com transferência da titularidade dos lotes aos produtores

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140X	11.863.500	11.863.500	10.860.971	54.278	54.278
Total	11.863.500	11.863.500	10.860.971	54.278	54.278

• 00HO - Revitalização do Perímetro Rio Formoso do Araguaia/TO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1P91	4.224.000	8.333.333	0	0	0
Total	4.224.000	8.333.333	0	0	0

• 00HQ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro/PE



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5330	847.000	2.264.427	559.340	60.901	60.901
Total	847.000	2.264.427	559.340	60.901	60.901

• 00HS - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5378	4.196.500	6.256.500	5.481.544	30.855	30.855
Total	4.196.500	6.256.500	5.481.544	30.855	30.855

• 00HU - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Estreito/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140Y	2.100.000	2.099.999	2.092.653	1.534.121	1.534.121
Total	2.100.000	2.099.999	2.092.653	1.534.121	1.534.121

• 00HV - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Formoso/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5368	5.313.000	9.724.667	5.755.055	490.023	490.023
Total	5.313.000	9.724.667	5.755.055	490.023	490.023

• 00HW - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Gorutuba/MG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5370	12.474.000	7.012.333	0	0	0
Total	12.474.000	7.012.333	0	0	0

• 00HY - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5442	1.971.200	2.902.533	2.421.200	1.584.180	1.584.180
Total	1.971.200	2.902.533	2.421.200	1.584.180	1.584.180

• 00HZ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Mirorós/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5348	5.236.000	6.175.107	1.208.828	463.238	463.238
Total	5.236.000	6.175.107	1.208.828	463.238	463.238

• 00IO - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho/PE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5354	16.651.250	20.451.250	16.651.249	3.566.207	2.853.377



Total	16.651.250	20.451.250	16.651.249	3.566.207	2.853.377
-------	------------	------------	------------	-----------	-----------

OBJETIVO: 0176 - Promover a capacitação para a Agricultura Irrigada em parceria com instituições governamentais, não-governamentais e da iniciativa privada.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 001E - Promoção de cursos de capacitação em agricultura irrigada

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6544	1.350.000	1.350.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Total	1.350.000	1.350.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000

OBJETIVO: 0180 - Promover a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nas áreas de agricultura Irrigada, visando o uso racional do solo e da água e o manejo adequado das culturas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00J0 - Disponibilização dos serviços de ATER de caráter continuado, orientado para resultados econômicos, sociais e ambientais, nas áreas de agricultura irrigada nos projetos públicos de irrigação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B69	1.018.000	1.018.000	0	0	0
Total	1.018.000	1.018.000	0	0	0

OBJETIVO: 0543 - Viabilizar a produção dos perímetros de interesse eminentemente social visando garantir sua gestão operacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 021B - Administração, operação, manutenção, revitalização e apoio à produção em projetos públicos de irrigação de interesse eminentemente social

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20EY	72.574.410	77.377.715	69.603.660	50.001.264	49.187.650
20WP	0	15.342.683	0	0	0
Total	72.574.410	92.720.398	69.603.660	50.001.264	49.187.650

OBJETIVO: 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 021K - Construção de barragem para fins de irrigação no Rio Imburuçu/GO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FZ	11.097.048	2.058.236	1.500.000	1.500.000	1.500.000
Total	11.097.048	2.058.236	1.500.000	1.500.000	1.500.000

• 021O - Construção do Canal de Irrigação Jaguari/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12G2	440.000	4.738.087	2.071.419	0	0



Total	440.000	4.738.087	2.071.419	0	0
--------------	----------------	------------------	------------------	----------	----------

• 021Q - Construção do Canal de Irrigação Taquarembó/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12G3	440.000	4.593.151	1.926.484	0	0
Total	440.000	4.593.151	1.926.484	0	0

• 021T - Estudos e projetos para implantação de perímetros de irrigação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2E50	5.557.104	7.166.667	0	0	0
6566	3.050.000	3.050.000	1.208.494	10.077	10.077
Total	8.607.104	10.216.667	1.208.494	10.077	10.077

• 0229 - Implantação do Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro/MT

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FR	16.699.276	40.025.497	27.000.000	0	0
Total	16.699.276	40.025.497	27.000.000	0	0

• 022B - Implantação do Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio/SE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FP	88.000	7.421.333	4.000.000	0	0
Total	88.000	7.421.333	4.000.000	0	0

• 022E - Implantação do Perímetros de Irrigação - Nacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10BC	24.847.125	25.013.792	500.000	199.740	85.626
5322	1.000.000	6.033.333	5.996.048	116.407	116.407
Total	25.847.125	31.047.125	6.496.048	316.147	202.033

• 022H - Implantação do Perímetro de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
100N	33.893.547	53.293.547	33.893.547	0	0
Total	33.893.547	53.293.547	33.893.547	0	0

• 022O - Implantação do Perímetro de Irrigação Itamarati II/MS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M38	60.344.518	8.058.063	0	0	0
Total	60.344.518	8.058.063	0	0	0



• 022T - Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano/AL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140C	22.000.000	6.166.667	0	0	0
Total	22.000.000	6.166.667	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	390.227	408.606	179.547
Despesas Correntes	255.944	260.840	128.425
Despesas de Capital	134.283	147.766	51.122
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	390.227	408.606	179.547

OBJETIVO: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2134	10.000.000	10.000.000	4.434.073	3.981.613	3.634.551
2143	3.039.262	3.039.262	3.016.237	2.637.806	2.498.882
4738	4.500.000	4.500.000	4.247.128	3.010.010	2.975.349
8572	19.884.500	19.884.500	16.166.947	15.162.750	11.175.060
Total	37.423.762	37.423.762	27.864.385	24.792.179	20.283.841

• 012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4842	46.065.930	44.884.930	38.585.766	36.983.695	34.108.173
8592	2.000.000	2.000.000	300.899	293.348	285.220
8658	30.843.550	32.024.550	29.788.428	29.381.939	29.186.660
Total	78.909.480	78.909.480	68.675.093	66.658.982	63.580.052

• 012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2180	4.000.000	4.000.000	2.007.943	1.828.213	1.762.022
2181	4.000.000	4.000.000	1.864.963	1.592.455	1.542.830
Total	8.000.000	8.000.000	3.872.906	3.420.669	3.304.852

OBJETIVO: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 012X - Coordenação, supervisão, apoio às instâncias intermediárias e locais e auditoria do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QY	100.086.618	100.086.618	3.295.274	2.000.000	0
20R0	600.000	600.000	0	0	0
Total	100.686.618	100.686.618	3.295.274	2.000.000	0

• 012Z - Criação e implementação de um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20R1	600.000	600.000	0	0	0
Total	600.000	600.000	0	0	0

• 0132 - Promoção da Educação Sanitária e Defesa Agropecuária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8654	1.000.000	1.000.000	14.400	14.400	14.400
Total	1.000.000	1.000.000	14.400	14.400	14.400

• 04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZW	0	13.819.161	0	0	0
Total	0	13.819.161	0	0	0

• 04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZX	0	2.260.182	0	0	0
Total	0	2.260.182	0	0	0

OBJETIVO: 0367 - Ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área da defesa agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0136 - Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2132	59.591.644	64.487.645	58.166.448	36.740.502	32.985.639
2136	32.052.050	27.156.050	26.525.675	20.030.460	17.701.772
Total	91.643.694	91.643.695	84.692.123	56.770.961	50.687.411

OBJETIVO: 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2141	4.800.000	4.800.000	2.179.181	2.038.264	1.995.693
2179	10.700.000	10.700.000	3.042.703	2.674.123	2.637.144
2909	2.955.637	2.955.637	782.180	659.278	629.212
Total	18.455.637	18.455.637	6.004.065	5.371.665	5.262.049

• 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2019	900.000	900.000	165.111	160.224	157.837
2124	4.000.000	4.000.000	1.020.705	937.935	928.737
2140	2.100.000	2.100.000	841.244	799.017	763.276
Total	7.000.000	7.000.000	2.027.060	1.897.176	1.849.850

• 013H - Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4745	2.000.000	2.000.000	552.082	447.467	436.050
Total	2.000.000	2.000.000	552.082	447.467	436.050

OBJETIVO: 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0276 - Combate á clandestinidade em produtos de origem animal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QZ	100.000	100.000	0	0	0
Total	100.000	100.000	0	0	0

• 0277 - Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4723	6.000.000	6.000.000	4.579.266	2.970.633	2.680.041
Total	6.000.000	6.000.000	4.579.266	2.970.633	2.680.041

• 0278 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8938	15.000.000	15.000.000	6.969.741	6.632.040	6.436.252
Total	15.000.000	15.000.000	6.969.741	6.632.040	6.436.252

• 0279 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago



8939	3.500.000	3.500.000	1.205.371	1.071.936	1.044.804
Total	3.500.000	3.500.000	1.205.371	1.071.936	1.044.804

• 027A - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4746	4.857.745	4.857.745	2.956.607	2.647.360	2.598.230
Total	4.857.745	4.857.745	2.956.607	2.647.360	2.598.230

OBJETIVO: 0620 - Estruturar os serviços em sanidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02ET - Implementação da rede oficial de laboratórios para diagnóstico de enfermidades e análises de resíduos e contaminantes em recursos pesqueiros

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14KN	7.500.000	7.500.000	7.491.752	4.823.323	4.823.323
Total	7.500.000	7.500.000	7.491.752	4.823.323	4.823.323

• 02EV - Prevenção, controle e erradicação de doenças de animais aquáticos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TD	7.550.000	7.550.000	7.284.000	28.000	28.000
Total	7.550.000	7.550.000	7.284.000	28.000	28.000

• 04BO - Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XZ	0	2.300.000	0	0	0
Total	0	2.300.000	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	666.213	726.640	218.711
Despesas Correntes	376.485	376.485	197.389
Despesas de Capital	289.728	350.155	21.322
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	666.213	726.640	218.711

OBJETIVO: 0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03GG - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de tecnologias incrementais para competitividade e sustentabilidade das cadeias de produtos da agropecuária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y6	0	50.960.663	0	0	0
4668	104.973.526	110.973.526	98.294.032	45.556.600	44.764.564
Total	104.973.526	161.934.189	98.294.032	45.556.600	44.764.564

- 03GH - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para atender a grandes desafios nacionais e promover a competitividade e sustentabilidade setoriais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4672	302.838.939	302.838.939	286.364.816	125.267.159	120.495.830
4680	35.306.358	40.326.358	34.915.861	9.063.178	8.721.442
8554	5.926.806	5.926.806	2.982.113	1.484.031	1.415.438
Total	344.072.103	349.092.103	324.262.790	135.814.367	130.632.710

- 03GI - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para suporte à agricultura familiar e à sustentabilidade do meio rural

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4682	32.657.599	32.657.599	21.702.036	5.735.256	4.790.404
Total	32.657.599	32.657.599	21.702.036	5.735.256	4.790.404

- 03GJ - Transferência de tecnologias (TT) para viabilizar o desenvolvimento rural sustentável

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8924	113.161.029	111.769.030	49.936.207	22.885.602	22.327.962
Total	113.161.029	111.769.030	49.936.207	22.885.602	22.327.962



OBJETIVO: 0845 - Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03GM - Geração de tecnologias sustentáveis, adequadas aos sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos Biomas da Mata Atlântica e Amazônia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZY	0	1.525.282	0	0	0
2127	7.414.037	7.414.037	5.523.632	5.016.845	4.877.958
Total	7.414.037	8.939.319	5.523.632	5.016.845	4.877.958

OBJETIVO: 0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03GO - Ampliação e modernização da infraestrutura física e laboratorial dos Centros de Pesquisas da CEPLAC nos Estados da Bahia, Pará e Rondônia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14IL	1.050.000	1.050.000	22.880	22.880	22.880
Total	1.050.000	1.050.000	22.880	22.880	22.880

- 03GR - Modernização e ampliação da infraestrutura física da Embrapa

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147T	25.100.000	20.080.000	5.380.000	0	0
Total	25.100.000	20.080.000	5.380.000	0	0

- 048X - Ampliação e modernização da infraestrutura, aperfeiçoamento da gestão e integração das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas (OEPAS)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116Z	25.300.000	28.633.334	10.000.000	0	0
Total	25.300.000	28.633.334	10.000.000	0	0

OBJETIVO: 0968 - Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 044F - Difusão de tecnologias agrícolas e planos de negócios sustentáveis para as regiões cacaueiras

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4715	10.155.405	10.155.405	4.474.684	2.751.111	2.553.865
Total	10.155.405	10.155.405	4.474.684	2.751.111	2.553.865

OBJETIVO: 0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do



pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 044I - Conservação, valorização e uso sustentável dos recursos genéticos para a agricultura e alimentação (RENEAGRO)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8949	460.559	460.559	325.210	198.268	172.465
Total	460.559	460.559	325.210	198.268	172.465

- 044N - Fomento à Inovação no Agronegócio (INOVAGRO)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8560	725.500	725.500	603.605	188.519	172.091
Total	725.500	725.500	603.605	188.519	172.091

- 044P - Organização de cadeias produtivas para o uso das Indicações Geográficas e marcas coletivas (INDIGRAF)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B47	461.000	461.000	386.540	251.524	233.780
Total	461.000	461.000	386.540	251.524	233.780

- 044Q - Proteção, fiscalização e disponibilização de cultivares certificadas (PROTCULTIV)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2122	682.350	682.350	630.465	290.298	265.666
Total	682.350	682.350	630.465	290.298	265.666

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	308.920	323.329	134.768
Despesas Correntes	233.354	238.072	107.334
Despesas de Capital	75.566	85.257	27.434
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	308.920	323.329	134.768

OBJETIVO: 0646 - Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02G9 - Apoio ao desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos e dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, em articulação com os planejamentos setoriais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D10	515.509	515.509	0	0	0
Total	515.509	515.509	0	0	0

- 02GA - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e definição de estratégias para a sua implementação, em articulação com entes do Singreh e envolvendo a participação da sociedade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
142D	150.000	150.000	70.000	0	0
2039	575.000	575.000	0	0	0
4999	900.000	900.000	363.067	184.888	184.888
Total	1.625.000	1.625.000	433.067	184.888	184.888

- 02GB - Gestão das águas subterrâneas em articulação com as unidades federadas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M0	200.000	200.000	42.627	33.751	33.751
Total	200.000	200.000	42.627	33.751	33.751

OBJETIVO: 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02GD - Aprimoramento do monitoramento Hidrológico Quanti-Qualitativo de águas superficiais, subterrâneas e atmosféricas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
124A	3.000.000	3.000.000	1.926.782	1.926.782	1.926.782

Plano
Mais Brasil

2378	29.647.505	29.647.505	27.893.562	20.871.359	20.406.115
6251	5.500.000	5.000.000	3.323.554	2.561.768	2.561.768
Total	38.147.505	37.647.505	33.143.898	25.359.909	24.894.666

• **02GE - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00HM	17.384.993	17.648.759	17.648.759	16.958.014	16.958.014
00HN	17.209.696	17.209.696	3.422.649	2.796.126	2.796.126
00HP	10.749.948	10.913.047	9.184.084	9.184.084	9.184.084
00HR	21.232.132	21.554.267	21.232.132	21.163.369	21.163.369
20MN	19.500.000	25.500.000	24.630.374	14.650.815	14.610.865
20MO	8.225.000	7.326.354	6.472.649	5.049.063	5.049.063
2D93	160.000	160.000	9.912	4.088	3.000
4925	5.642.152	4.706.112	4.561.621	1.611.417	1.611.417
4936	930.000	744.000	420.677	270.885	270.885
Total	101.033.921	105.762.235	87.582.857	71.687.862	71.646.824

• **02GF - Modernização da Rede Hidrometeorológica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1I84	17.000.000	17.000.000	14.665.898	464.752	464.752
Total	17.000.000	17.000.000	14.665.898	464.752	464.752

• **02GH - Regulação e fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragem**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2977	3.265.970	2.612.776	1.752.575	640.799	640.799
4926	4.920.000	4.647.000	4.079.184	2.290.658	2.290.658
Total	8.185.970	7.259.776	5.831.759	2.931.457	2.931.457

OBJETIVO: 0662 - Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **02GU - Apoio à estruturação técnica e institucional dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4928	4.840.000	5.340.000	4.047.951	3.476.807	3.476.807
4980	4.825.000	3.903.979	3.684.497	3.584.749	3.584.749
Total	9.665.000	9.243.979	7.732.448	7.061.556	7.061.556

OBJETIVO: 0663 - Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a integração do Planejamento e da gestão dos recursos hídricos com a formulação e implementação das Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados com vistas a assegurar os usos múltiplos de forma sustentável.



Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02GW - Elaboração e disponibilização de estudos, planos e instrumentos de apoio técnico às Políticas Públicas com interferência nos recursos hídricos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D06	10.410.000	10.410.000	525.000	525.000	525.000
Total	10.410.000	10.410.000	525.000	525.000	525.000

OBJETIVO: 0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02GZ - Despoluição de bacias hidrográficas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2905	50.050.000	56.965.901	56.964.147	0	0
Total	50.050.000	56.965.901	56.964.147	0	0

- 02H1 - Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais em Bacias Hidrográficas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
101Q	300.000	300.000	0	0	0
101R	300.000	300.000	0	0	0
101U	150.000	150.000	0	0	0
20AO	200.000	200.000	0	0	0
20VR	0	60.000	0	0	0
2B76	600.000	600.000	98.888	0	0
4929	15.240.000	12.192.000	11.820.500	2.353.685	2.353.685
7H90	14.500.000	14.500.000	0	0	0
8412	2.000.000	2.000.000	35.989	35.989	35.989
Total	33.290.000	30.302.000	11.955.376	2.389.674	2.389.674

- 02H2 - Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais na Bacia do São Francisco

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
101P	3.599.910	3.599.910	1.519.316	565.209	565.209
Total	3.599.910	3.599.910	1.519.316	565.209	565.209

- 02H3 - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZW	35.197.389	42.797.389	34.601.092	23.563.972	23.563.972
Total	35.197.389	42.797.389	34.601.092	23.563.972	23.563.972

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	219.158	233.016	27.908
Despesas Correntes	103.255	108.346	20.327
Despesas de Capital	115.903	124.669	7.581
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	219.158	233.016	27.908

OBJETIVO: 0567 - Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplorados e inexplorados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0262 - Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20J1	8.599.150	8.599.150	8.598.744	1.107.277	1.107.277
Total	8.599.150	8.599.150	8.598.744	1.107.277	1.107.277

• 0265 - Demarcação, sinalização náutica e monitoramento de parques aquícolas em águas públicas e consolidação da estrutura do Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8070	10.737.668	8.637.668	8.533.841	779.330	779.330
Total	10.737.668	8.637.668	8.533.841	779.330	779.330

• 0267 - Desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e formação de recursos humanos para o setor pesqueiro e aquícola

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NE	300.000	366.667	0	0	0
6104	6.100.000	6.600.000	5.749.886	2.502.538	270.183
Total	6.400.000	6.966.667	5.749.886	2.502.538	270.183

• 026E - Implantação de unidades demonstrativas para aquicultura marinha e continental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1862	1.446.000	1.306.000	1.265.196	301.103	301.103
5352	50.000	50.000	44.902	25.012	25.012
5406	120.000	96.000	0	0	0
Total	1.616.000	1.452.000	1.310.098	326.115	326.115

• 026J - Implantação ou modernização de unidades produtoras de formas jovens para fomento à aquicultura e para repovoamento de corpos d'água



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5464	1.500.000	1.570.000	555.141	187.429	187.429
6108	2.112.000	2.112.000	1.812.000	382.444	382.444
Total	3.612.000	3.682.000	2.367.141	569.873	569.873

- 026M - Operação de centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura, estações de piscicultura e centro de pesquisa em aquicultura

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2819	4.478.530	4.867.213	4.701.919	3.518.347	3.423.202
Total	4.478.530	4.867.213	4.701.919	3.518.347	3.423.202

- 04EO - Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y0	0	4.237.086	0	0	0
Total	0	4.237.086	0	0	0

OBJETIVO: 0572 - Implementar infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, para promover a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 027D - Disponibilização de equipamentos, implantação, reforma e adequação de infraestruturas de recepção, beneficiamento, distribuição e comercialização de pescados

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
106R	2.200.000	2.040.000	1.739.882	0	0
20TL	62.612.074	61.563.025	24.009.342	2.172.460	2.119.716
5282	100.000	80.000	46.077	20.407	20.407
5372	5.180.000	5.180.000	179.989	159.275	159.275
8090	19.900.000	22.000.000	20.059.816	1.008.818	1.008.818
Total	89.992.074	90.863.025	46.035.106	3.360.960	3.308.216

- 027I - Implantação de Terminais Pesqueiros Públicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TI	0	4.363.230	0	0	0
7618	16.292.412	12.542.171	8.436.580	5.374.270	5.374.270
Total	16.292.412	16.905.401	8.436.580	5.374.270	5.374.270

- 027L - Implantação do Terminal Pesqueiro Público de Belém

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123E	11.000.000	9.900.000	6.057.070	0	0
Total	11.000.000	9.900.000	6.057.070	0	0



• 027Q - Promover a gestão participativa das infraestruturas públicas da cadeia produtiva pesqueira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6948	7.161.847	7.161.847	6.303.397	375.050	375.050
Total	7.161.847	7.161.847	6.303.397	375.050	375.050

• 04DZ - Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y1	0	7.604.873	0	0	0
Total	0	7.604.873	0	0	0

OBJETIVO: 0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 028G - Ampliação do acesso à subvenção do óleo diesel, com foco na pesca artesanal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0080	22.663.850	22.663.850	21.013.950	1.691.531	1.691.531
Total	22.663.850	22.663.850	21.013.950	1.691.531	1.691.531

• 028K - Capacitação de Profissionais em Aquicultura e Pesca

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4518	600.000	600.000	0	0	0
8008	2.230.000	2.230.000	1.862.562	152.862	152.862
8687	100.000	80.000	0	0	0
Total	2.930.000	2.910.000	1.862.562	152.862	152.862

• 028T - Incentivo ao cooperativismo e associativismo pesqueiro e aquícola

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6112	2.590.000	2.590.000	2.228.438	122.951	122.951
Total	2.590.000	2.590.000	2.228.438	122.951	122.951

OBJETIVO: 0583 - Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02A8 - Criação de escolas profissionalizantes, voltadas para a qualificação do profissional da pesca e aquicultura

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8006	2.500.000	2.500.000	2.400.518	706.265	706.265
Total	2.500.000	2.500.000	2.400.518	706.265	706.265



• 02AA - Elaboração de planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8352	400.000	400.000	148.865	148.865	148.865
Total	400.000	400.000	148.865	148.865	148.865

• 02AE - Estruturação do sistema de fiscalização da atividade pesqueira e aquícola

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20J0	3.200.000	7.700.000	880.000	390.000	390.000
Total	3.200.000	7.700.000	880.000	390.000	390.000

• 02AG - Gestão do banco genético de espécies de peixes da região Nordeste

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6425	80.000	64.000	0	0	0
Total	80.000	64.000	0	0	0

• 02AJ - Implantação de projetos demonstrativos e novas tecnologias para a diversificação da pesca

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8038	4.958.400	4.958.400	4.466.400	2.100.000	2.100.000
Total	4.958.400	4.958.400	4.466.400	2.100.000	2.100.000

• 02AK - Implementação e fortalecimento dos sistemas de monitoramento, informação e registro do MPA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C02	11.546.487	9.192.487	6.955.156	2.694.928	2.694.928
4846	2.200.000	2.200.000	342.324	146.253	146.253
Total	13.746.487	11.392.487	7.297.480	2.841.181	2.841.181

• 02AQ - Revitalização da frota pesqueira nacional (PROFROTA Pesqueira/REVITALIZA)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8066	4.200.000	4.200.000	3.926.700	700.000	700.000
Total	4.200.000	4.200.000	3.926.700	700.000	700.000

• 04AW - Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y2	0	860.000	0	0	0
Total	0	860.000	0	0	0

OBJETIVO: 0970 - Ampliar a inserção do pescado brasileiro no mercado nacional e internacional, promovendo o consumo e a comercialização de pescado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas



• 044S - Fomento à certificação de origem e rastreabilidade, oriundas de protocolos privados

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C41	1.000.000	900.000	900.000	450.000	450.000
Total	1.000.000	900.000	900.000	450.000	450.000

• 044T - Promoção dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais no mercado nacional e internacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20J2	1.000.000	1.000.000	951.546	690.456	690.456
Total	1.000.000	1.000.000	951.546	690.456	690.456

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescentando as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 426 páginas
(OS: 12785/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

